JULIANA SAYURI OGASSAWARA

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL: POR UMA HISTÓRIA POSSÍVEL

(VERSÃO EDITADA, REVISTA E CORRIGIDA DA DISSERTAÇÃO)

SÃO PAULO

2011

JULIANA SAYURI OGASSAWARA

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL: POR UMA HISTÓRIA POSSÍVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como quesito para obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino, na linha de pesquisa de História Política e História dos Movimentos e das Relações Sociais no Brasil Contemporâneo. Esta impressão corresponde à versão corrigida da dissertação.

SÃO PAULO

2011

SAYURI, Juliana O. *Le Monde Diplomatique Brasil: Por uma história possível*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria Aparecida de Aquino

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Prof. Dr. Francisco Cabral Alambert Junior

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FAAC-UNESP).

Este exemplar revisado corresponde à versão corrigida da dissertação de mestrado, defendida perante a Banca Examinadora em __/__/____. A versão original se encontra disponível no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

RESUMO

Este estudo propõe uma análise sobre *Le Monde Diplomatique Brasil*. Nascido na França em 1954, *Le Monde Diplomatique* conta atualmente com mais de 60 edições internacionais, publicadas em 25 idiomas. Em agosto de 2007, o periódico passou a ter uma edição impressa no Brasil, com a proposta de se posicionar como uma alternativa editorial politizada, declaradamente antiimperialista, antineoliberal e altermundialista. A partir da análise de suas doze primeiras edições publicadas no Brasil (entre agosto de 2007 e julho de 2008), esta dissertação busca evidenciar as ideias presentes na revista a respeito da realidade sócio-política contemporânea, com ênfase especial sobre a América Latina. Duas vertentes se cruzam nesta análise: a linha editorial e a linha política de *Le Monde Diplomatique Brasil*, sublinhando seus papéis na imprensa e na política. Pretende-se destacar que tais duas questões cruzadas são elos da mesma corrente. E que essa corrente aponta para a busca de uma nova narrativa para uma história possível.

Palavras-chave: *Le Monde Diplomatique Brasil*, História, Imprensa, Política, Política Internacional, Relações Internacionais.

ABSTRACT

This study proposes an analysis of *Le Monde Diplomatique Brasil*. Created in 1954 in France, *Le Monde Diplomatique* currently has more than 60 international editions published in 25 languages. Since august 2007, the magazine has a Brazilian printed edition, which intends to position itself as an alternative media, publically anti-imperialist, anti-neoliberal and alter-globalization (also known as alter-mundialization – from the French altermondialisme). From the editorial review of its twelve first editions published in Brazil (between August 2007 and July 2008), this study wants to highlight the ideas printed in the magazine about the social and political contemporary reality, with special attention to Latin America. Two lines are crossed in this analysis: the editorial line and the political line of *Le Monde Diplomatique Brasil*, underscoring its role in the fields of media and international politics. Therefore, this study wants to highlight that these two issues are cross-links of the same chain. And that points to the search for a new narrative for a possible history.

Key-words: *Le Monde Diplomatique Brasil*, History, Press, Politics, International Politics, International Relations.

AGRADECIMENTOS

Estas páginas nasceram bem antes de minha entrada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. As ideias presentes nesta dissertação conquistaram vida no papel apenas neste momento, mas foram antes sonhadas quando, ainda estudante de Jornalismo na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), decidi me enveredar pelo sul do país rumo à cidade de Porto Alegre, em 2005. Apesar do trajeto incerto pelas estradas sulinas, o destino era certo: o Fórum Social Mundial.

Ao lado de 155 mil pessoas, vindas dos quatro cantos do planeta, era mais uma entre tantos sonhadores. Não por um mundo de papel, tingido por utopias quixotescas e pinceladas de um arco-íris ilusório, mas um mundo pensado por gente de carne e osso, pintado com o suor dos que resistem nas trincheiras ideológicas do cotidiano e que buscam, ainda que minimamente, redesenhar o mapa-múndi contemporâneo.

Eis que, em 2007, uma edição de *Le Monde Diplomatique Brasil* viria me mostrar que ainda há contornos de outros mundos possíveis sendo traçados na imprensa contemporânea. Estas páginas pretendem dar nitidez a esses contornos.

Esta dissertação não seria possível sem a orientação da professora Maria Aparecida de Aquino que, com palavras certeiras, deu o norte para esta pesquisa. Obrigada por sua confiança, especialmente nos momentos em que as minhas esperanças ficaram abaladas. E, sobretudo, por iluminar minha trilha acadêmica, com a esperança de uma luz no fim do túnel. Foi realmente uma inspiração tê-la como bússola teórica nesta estrada.

Destaco ainda o carinho pelo professor Francisco Alambert, por me desafiar e por dizer que sempre espera mais de mim. Sou grata por me dizer à época da qualificação, sem dó, que eu devia parar de fazer drama sobre as fronteiras intelectuais de minha formação jornalística. Espero que este trabalho finalmente alcance suas expectativas, pois o sentimento de gratidão está impresso nas entrelinhas de cada uma destas páginas.

Há instituições a quem devo agradecer, pelo apoio inestimável. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), por subsidiar este estudo. À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, por me abrir suas portas. À Biblioteca Florestan Fernandes, por me abrigar nos momentos mais angustiantes e me oferecer preciosos minutos de um silêncio entre seus livros.

Ao *Le Monde Diplomatique Brasil*, simbolizado por Antonio Martins, Carolina Gutierrez, Maíra Kubík Mano, Pedro Ribeiro Nogueira e Sílvio Caccia Bava, sou grata por me receberem de braços abertos, com ideias valiosas que foram fundamentais para a pesquisa. E a Silvana Cupaiolo e Mariana Fonseca, por gentilmente me ceder arquivos e documentos referentes à revista.

Ao *Le Monde Diplomatique* na França, especialmente a Renaud Lambert e Olivier Pironet, agradeço por me receberem na redação parisiense. É incrível como um simples café amargo pode se transformar em um momento inesquecível com deliciosas discussões sobre as heranças históricas e os destinos possíveis da revista. Por este café, *merci toujours*.

Ao *Le Monde Diplomatique* na Argentina, agradeço a Carlos Gabetta e Luciana Rabinovich por simplesmente serem quem são. Em Buenos Aires, receberam-me com uma amabilidade impressionante, com ideias inovadoras e inquietantes discussões que possivelmente pavimentarão pesquisas posteriores.

Além disso, sempre lembrarei o carinho com que a professora Maria Helena Rolim Capelato me recebeu nos primeiros dias no Departamento de História na Universidade de São Paulo. Ficará marcada na lembrança a chance de, aos 21 anos, me incitar a travar discussões com mestrands e doutorandos na casa dos 40. A cada discussão, um sorriso de sincero apoio tornava menor meu desconforto entre tantos estudiosos, por assim dizer, mais experientes.

Sou grata ainda à professora Alice Mitika Koshiyama, da Escola de Comunicações e Artes, por me mostrar que jornalistas e historiadores podem se desviar dos infrutíferos duelos intelectuais, com encontros teóricos adoráveis e ricas discussões. Se o jornalismo e a história são duas paixões, bem sei os malabarismos que há pela frente, como as peripécias de noivas românticas e amantes rebeldes.

Continuará presente na memória o apoio do professor Maximiliano Martin Vicente, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Com seu portunhol suave, suas severas críticas à sociedade contemporânea e suas preciosas indicações de leitura, Max nem imagina o quanto inspirou minha trajetória. *Gracias siempre*.

Mas devo agradecer especialmente aos meus queridos amigos – antigos, novos e de sempre –, pois sem eles a vida seria tão simplesmente uma biblioteca solitária. Aos amigos do campus de Bauru, obrigada. A Luiz Augusto Rocha, por todas as discussões, sobretudo as incendiárias discordâncias, que sempre atiçaram minhas inquietações intelectuais. A Xenya Aguiar, por compartilhar os momentos de angústia durante o mestrado e pelas sinceras palavras de paz, quando o tempo parecia jogar contra nós.

Não poderia esquecer a amizade das jornalistas Clara Werneck Massote, Cremilda Aguiar, Isadora Faust Peron, Nataly Costa e Maria Luisa Barsanelli, minhas chaveirinhas queridas, sempre presentes para brindar minhas conquistas e estancar minhas lágrimas. Aos queridos jornalistas Bruno Boghossian, Carlos Lordelo, Daniel Marques, Luiz Guilherme Gerbelli e Rodrigo Burgarelli, por alegrarem minhas tardes mais aflitas diante do fiel e incansável notebook. À amiga Mariana Versolato, por adoçar meus dias mais amargos.

Ao meu irmão caçula, por tolerar meu mau humor e por sempre mentir dizendo que minhas olheiras incuráveis não estão tão ruins assim.

Por fim, dedico estas páginas aos meus pais, pelo amor incondicional. Sem meus pais, absolutamente nada seria possível. E é graças a eles que tenho a alegria de brindar esta dissertação com meus caros amigos: os jornalistas, os historiadores, os sociólogos, os estudantes, os filósofos de botequins, os *flâneurs* da Avenida Paulista, os boêmios da Rua Augusta, os idealistas inveterados, os libertinos ingênuos, os clandestinos cosmopolitas, os rebeldes espalhados pelo mundo, os sonhadores de toda a sorte.

So I 'll start a revolution from my bed

SUMÁRIO

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES	12
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 UM NOVO MUNDO, UMA NOVA PERSPECTIVA	22
1.2 DIRETRIZES E PONDERAÇÕES TEÓRICAS	34
1.3 NA TRILHA DO LE MONDE DIPLOMATIQUE	56
2 BEM-VINDO, <i>DIPLÔ</i>	77
2.1 REALIDADE REVISTA	91
2.2 CARTAS CAPITAIS	109
3 O MAPA-MÚNDI CONTEMPORÂNEO	116
3.1 QUESTÕES ECONÔMICAS	118
3.2 QUESTÕES POLÍTICAS	128
3.3 QUESTÕES MIDIÁTICAS	205
4 POR UMA HISTÓRIA POSSÍVEL	241
4.1 DO TEMPO PRESENTE	249
4.2 UMA NOVA NARRATIVA	259
4.3 OS ELOS DA CORRENTE	281
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	290
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	293
REFERÊNCIAS DAS ILUSTRAÇÕES	315
APÊNDICE	319
ANEXOS	350

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

1. Ilustração <i>Utopia Station</i> N.º 87	13
2. Editorial “ <i>La pensée unique</i> ” de Ignacio Ramonet no <i>Le Monde Diplomatique</i>	27
3. Editorial “ <i>Désarmer les marchés</i> ” de Ignacio Ramonet no <i>Le Monde Diplomatique</i>	28
4. Primeira edição do <i>Le Monde Diplomatique</i> francês	55
5. Edição do <i>Le Monde</i> no <i>Movimento</i>	65
6. Capa do <i>Movimento</i>	66
7. Estreia do <i>Le Monde</i> no <i>Movimento</i>	67
8. Entrevista de Jacques Fauvet do <i>Le Monde</i> no <i>Movimento</i>	68
9. Reportagem de Ruth First do <i>Le Monde Diplomatique</i> no <i>Movimento</i>	69
10. Reportagem do <i>Le Monde Diplomatique</i> no <i>Movimento</i>	70
11. Ilustração <i>Utopia Station</i> N.º 27	76
12. Primeira edição do <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i>	86
13. Primeiro editorial de <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i>	87
14. Editorial de aniversário de <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i>	88
15. Carta de <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i>	93
16. Página 2: Seção Cartas	94
17. Página 3: Seção Editorial	95
18. Página 39: Seção Livros	96
19. Layout: Cartografia	97
20. Layout: Cartografia	98
21. Layout: Memorando e Cartografia	99
22. Layout: Notas e Fotografia	100
23. Layout: Ilustração	101
24. <i>Cadernos da América Latina</i> no <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i>	107
25. Ilustração <i>Utopia Station</i> N.º 30	115
26. Capa do <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i>	183
27. Ilustração <i>Utopia Station</i> N.º 138	240
28. Ilustração <i>Utopia Station</i> N.º 100	289
29. Ilustração <i>Utopia Station</i> N.º 1	292

UTOPIAS

governs our existing world, and these limitations are coming to the surface currently as a brake on the functioning of the system. I have argued that these structural limitations- what I have called the asymptotes of operative mechanisms- are creating a structurally chaotic situation that is both unpleasant to live through and thoroughly unpredictable in trajectory. Finally, I have argued that a new order will emerge out of chaos over a period of fifty years, and that this new order will be shaped in function of what everyone does in the interval- those with power in the present system, and those without it. This analysis is neither optimistic nor pessimistic, in the sense that I do not and cannot predict whether the outcome will be better or worse. It is, however, realistic in trying to stimulate discussion about the kinds of structure that might actually serve us all better, and the kinds of strategies that might move us in those directions. So, as we say in East Africa, *harambee!*

- 1- The Failures of the Dreams, or Paradise Lost?
- 2- The Difficult Transition, or Hell on Earth?
- 3- A Substantively Rational World, or Can Paradise Be Regained?

Utopistics

1 INTRODUÇÃO

*“Que nome se dá a um amanhecer como o de hoje,
quando a devastação é geral e o ar mal se respira na cidade em chamas,
quando tudo está perdido e na terra arrasada os inocentes se matam uns
aos outros, mas, numa das esquinas, já surgem agonizantes os culpados?
Ah, é um nome belíssimo. Chama-se: aurora”*

Jean Giraudoux *

No século XX, muitas certezas foram fincadas com o desenlace de um mundo antes bipolarizado e a ascensão de uma nova ordem mundial, a ponto de nos deslizarem ao precipício do “fim da história” com a derrocada do socialismo e o “triunfo” do capitalismo.

Mas se o século passado firmou a ideia do capitalismo triunfante, o presente século evidencia as fragilidades do sistema com intrigantes xeques-mates. Enquanto uns poucos (ilustres, prodigiosos, vitoriosos) desfrutam das benesses do mundo contemporâneo, muitos (simples, sem privilégios, sempre vencidos) vivem à deriva.

A regra do jogo não é mais a de um capitalismo industrial, mas de um capitalismo financeiro globalizado – o que, na verdade, dissipa as regras do jogo. O capitalismo liberal sai de cena para um novo capítulo protagonizado pelo capitalismo neoliberal, que unifica o mundo sob a égide da globalização financeira. Mas como quer Eric Hobsbawm, se toda a sociedade na qual valha a pena viver é uma sociedade que se destina aos milhares de vencidos, e não aprioristicamente a uma ilustre minoria de vencedores, “um mundo que se afirme ser esse seu propósito não é bom e não deve ser duradouro”.¹ Por tais e tantas razões, a palavra-chave do tempo presente é a incerteza.

A fim de ilustrar a incerteza que nos ronda, é antes preciso compreender como o neoliberalismo se estabelece como a política econômica dominante contemporânea, enquanto um dos principais pilares da globalização. A partir de tais incertezas, ainda é preciso

* A epígrafe do ensaísta francês Jean Giraudoux é citada no editorial de Ignacio Ramonet. Cf. RAMONET, Ignacio. “L’aurore”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, janeiro de 2000, p. 1.

¹ HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 21.

compreender como se desenrola a busca por alternativas, tateada por novos atores políticos, como é o caso de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

A partir da década de 1990, o neoliberalismo se torna uma chave para compreender a contemporaneidade, em que a tirania do capital constitui o pilar da produção da história atual do capitalismo, palco para o aprofundamento da competitividade, a produção de novos totalitarismos, a confusão dos espíritos e o empobrecimento crescente dos povos, ao passo que os Estados se tornam incapazes de satisfazer minimamente as aspirações da sociedade. Aí se abre um novo capítulo para a história, considerando que:

Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável. O colapso do estatismo soviético e o subsequente fim do movimento comunista internacional enfraqueceram, por enquanto, o desafio histórico do capitalismo, salvaram as esquerdas políticas (e a teoria marxista) da atração fatal do marxismo-leninismo, decretaram o fim da Guerra Fria, reduziram o risco de holocausto nuclear e, fundamentalmente, alteraram a geopolítica global.²

No fim do século XX, graças aos avanços da ciência e das tecnologias, a informação passou a ser um elo entre as esferas política, econômicas e sócio-culturais, pela primeira vez, com uma presença planetária, remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado. A tendência para a globalização econômica passa necessariamente pela intensificação de todos os tipos de movimentação (de produtos, de capitais e de informação) em escala mundial, a partir de uma nova cognoscibilidade do mundo. Assim, o mundo não é mais um mero conglomerado de países, Estados-nações, territórios tracejados no mapa-múndi:

A descoberta de que a terra se tornou mundo, de que o globo não é mais apenas uma figura astronômica, e sim o território no qual todos encontram-se relacionados e atrelados, diferenciados e antagonicos – essa descoberta surpreende, encanta e atemoriza. Trata-se de uma ruptura drástica nos modos de ser, sentir, agir, pensar e fabular. Um evento heurístico de amplas proporções, abalando não só as convicções, mas também as visões de mundo.³

² CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. 8ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

³ IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13.

Enquanto ápice do processo de internacionalização do capital, a globalização se tornou um dos principais verbetes para a contemporaneidade. Todavia, a palavra-chave contemporânea ainda suscita discussões a respeito da originalidade de seu caráter:

Muitos teóricos contemporâneos relutam em reconhecer a globalização da produção capitalista e seu mercado mundial como uma verdade fundamentalmente nova e uma mudança histórica significativa. Os teóricos ligados à nova perspectiva dos sistemas mundiais, por exemplo, sustentam que desde o começo o capitalismo sempre funcionou como uma economia mundial, e portanto os que reclamam a respeito da novidade da globalização não compreenderam bem a sua história. É sem dúvida importante salientar tanto a contínua relação de fundação do capitalismo com o mercado mundial (ou pelo menos uma tendência nesse sentido) como os ciclos de expansão do desenvolvimento do capitalismo; mas a atenção adequada às dimensões universais ou universalizantes, *ab origine*, do desenvolvimento do capitalismo não deve nos impedir de ver a ruptura ou a mudança da produção capitalista contemporânea e as relações globais de poder.⁴

Destarte, as continuidades e rupturas do desenvolvimento do capitalismo, assim como as relações de poder visceralmente relacionadas a ele, são essenciais para compreender os vértices da globalização atual, que corresponde à internacionalização (com a vertiginosa interdependência financeira entre as economias mundiais e o esfacelamento das fronteiras de tempo e espaço, compondo um território de mercado “livre” com a instantaneidade permitida novas tecnologias) e à liberalização (com a preponderância dos mercados especulativos, dando as cartas nesse novo jogo).

As discussões sobre os caminhos da economia mundial se acirram com o fator globalização. Ao mesmo tempo em que pode se disfarçar de fábula pós-moderna – como se o mundo estivesse ao alcance de *todos*, mediante as novas tecnologias e a nova cognoscibilidade planetária –, a globalização é palco para uma usina dramática de desigualdades, mazelas e misérias, não mais dispostas na contraposição dos hemisférios Norte *versus* Sul, mas universalmente alastradas, entrecruzando primeiro, segundo, terceiro e quantos mundos mais, criando abismos econômicos dentro dos próprios países, no interior de suas sociedades, nas suas vizinhanças díspares em que mansões esplêndidas fazem sombra a favelas. Assim uma nova ordem se constrói sobre uma nova lógica global de soberania, em

⁴ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 26.

que a fluidez dos espaços e a sincronização das temporalidades ditam novas regras, sem um centro único como irradiador de poder, sem fronteiras territoriais nem limites.

Se no século XX o epicentro do mundo era norte-americano, a ascensão de um novo império estrela o século XXI, em que as antes distintas cores do mapa imperialista se fundem em um arco-íris global:

O império está se materializando diante de nossos olhos. Nas últimas décadas, a começar pelo período em que regimes coloniais eram derrubados, e depois em ritmo mais veloz quando as barreiras soviéticas ao mercado do capitalismo mundial finalmente caíram, vimos testemunhando uma globalização irresistível e irreversível de trocas econômicas e culturais. Juntamente com o mercado global e com circuitos globais de produção, surgiu uma ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando – em resumo, uma nova forma de supremacia. O império é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo.⁵

Neste Império ⁶, preterindo a soberania dos Estados-nações, o mundo é orquestrado por uma lógica econômica de ordem neoliberal, que se pretende a única via “possível” na escalada do desenvolvimento sócio-econômico. Nas palavras de Antonio Negri e Michael Hardt: “O Império exaure o tempo histórico, suspende a História, e convoca o passado e o futuro para dentro de sua própria ética. Em outras palavras, o Império apresenta sua ordem como algo permanente, eterno e necessário”.⁷ Todavia, mais além da nostalgia e do desespero, é preciso tatear o presente para desvendar as camuflagens ideológicas desse pensamento velado, pois:

⁵ NEGRI, HARDT, 2006, p. 11.

⁶ O Império não é citado como uma metáfora, não pretende apontar semelhanças entre a ordem mundial contemporânea aos Impérios de Roma, da China e nas Américas e assim por diante. Nestas páginas, a referência ao Império corresponde ao conceito elaborado por Antonio Negri e Michael Hardt, para quem o Império se caracteriza fundamentalmente pela ausência de fronteiras. NEGRI, HARDT, 2006, *passim*.

⁷ NEGRI, HARDT, 2006, p. 29.

Nada foi nem jamais será definitivo, nem mesmo as situações mais petrificadas. Como se viu muito bem ao longo deste século. E não se trata hoje de um “fim da história”, como tentaram nos fazer crer, mas, pelo contrário, de um florescimento da história, agitada como nunca, manipulada como nunca e, apesar da elegante eficácia de certas camuflagens, determinada como nunca, dirigida como nunca para um sentido único, para um “pensamento único”, centrado sobre o lucro.⁸

Uma ressalva: os Estados Unidos usualmente são levados ao banco dos réus, acusados de serem a autoridade absoluta nesta nova ordem mundial. De um lado, a defesa laureia o país como a potência mais bem-sucedida no panorama internacional, como um líder benevolente, como um modelo a ser abraçado pelo mundo. De outro, a promotoria o acusa de ser um opressor imperialista, a causa de todos os males sociais e econômicos, o motor de desigualdades crônicas. No entanto, as duas argumentações fracassam perante o júri. É evidente que os Estados Unidos estão em uma posição privilegiada no novo imperialismo, mas não correspondem ao Império. Não podem ser inocentados por seus idólatras, mas tampouco julgados como únicos culpados pelos reveses econômicos e vicissitudes sócio-políticas galopantes de nossos tempos. Os Estados Unidos podem ser grandiosamente olímpicos, mas o Império é maior. São cúmplices. Eis, portanto, que “em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas”.⁹ O Império está entre nós, “nenhuma fronteira territorial confina o seu reinado”.¹⁰ O capitalismo palpita no coração desse novo reino.

O capitalismo financeiro, contando ainda com as novas tecnologias da informação, incorpora a aura de um sistema simbólico, com especulações acrobáticas e peripécias financeiras baseadas sobre o *nada*, a não ser a própria ideia de capital. Como diz Viviane Forrester: “Especula-se infinitamente, de forma abissal, sobre a própria especulação. E sobre a especulação das especulações. Um mercado inconsistente, ilusório, baseado em simulacros, mas arraigado, delirante, alucinado a ponto de ser poético”.¹¹

No tabuleiro mundial do século XX, o flagrante do movimento de suas peças – as raízes da libertação antiimperialista enquanto se desenrolava a Segunda Guerra Mundial, a polarização militar e ideológica durante a Guerra Fria e as versões da Teoria dos Mundos, o

⁸ FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 109.

⁹ NEGRI, HARDT, 2006, p. 12.

¹⁰ Ibid., p. 14.

¹¹ FORRESTER, 1997, p. 87.

colapso da União Soviética, a ascensão dos Estados Unidos como *a* potência mundial – ressalta os desdobramentos *avant la lettre* do capitalismo, com o acirramento do neoliberalismo e com a globalização financeira alicerçados sobre as inovadoras tecnologias contemporâneas. Tais desdobramentos nos arrastam para um poço de disparidades, oásis para uns, naufrágio para outros.

De um lado e de outro, os valores em jogo são enormes. Os mercados sabem bem avaliar os seus. Eles têm os meios para defendê-los. Ou melhor – já que não estão mais nesse ponto –, para evitar que sejam freados em seu estupendo avanço. Dentro de suas redes, formam juntos uma força unida, poderosa como nenhuma outra coalizão jamais o foi. O álibi da concorrência e da competitividade, sempre colocado na frente, mascara, pelo contrário, um perfeito entendimento, uma coesão de sonho, um idílio absoluto. [...] Em lugar de supostos conflitos, joga-se aqui um único jogo, conduzido na verdade por vários, mas todos aliados em direção a uma mesma meta, dentro de uma mesma ideologia mantida em silêncio. Ele se desenvolve dentro de um mesmo clube, único e muito fechado. Nele, pode-se ganhar ou perder a partida, criar clãs, hierarquias, inventar regras inéditas, desfavoráveis para alguns, e até mesmo trapacear, colocar armadilhas ou ajudar-se mutuamente, promover querelas, até apunhalar-se, mas sempre entre si, e todos de acordo quanto a necessidade e bom fundamento do clube, número ínfimo de candidatos admitidos e sua própria preponderância. E também quanto à insignificância dos que não estão entre eles.¹²

Temos, pois, de um lado, um mundo esplendoroso com as novas possibilidades conquistadas com a ciência e a tecnologia, onde a diluição das fronteiras de tempo e espaço torna todos *incluídos* ao presente que seria prólogo de um futuro cibernético. De outro, um mundo díspar como um grande cassino, casa de horrores econômicos, que abandona à própria sorte os milhões de *excluídos* – ou melhor, como quer Viviane Forrester, *expulsos*:

¹² FORRESTER, 1997, p. 122-123.

Tantas vidas encurraladas, manietadas, torturadas, que se desfazem, tangentes a uma sociedade que se retrai. Entre esses despossuídos e seus contemporâneos, ergue-se uma espécie de vidraça cada vez menos transparente. E como são cada vez menos vistos, como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de *excluídos*. Mas, ao contrário, eles estão lá, apertados, encarcerados, *incluídos* até a medula! Eles são absorvidos, devorados, relegados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos, mas tão incômodos: uns chatos! Jamais completamente, não, jamais suficientemente *expulsos*!¹³

Mais uma ressalva: apesar dos mundos díspares que parecem situar extremos, uma perspectiva dualista não é bem-vinda para a compreensão pretendida. Não se trata de uma questão maniqueísta, em que o progresso de mundos, países e cidades furta o progresso de outros mundos, países e cidades, condenando-os a uma inescapável submissão. Não se trata de um duelo de vilões usurpadores e heróis justiceiros, iluminados com a missão de salvar o mundo das garras de sua própria lógica. Por fim, não se trata mais de uma guerra dos mundos, em que um perverso capitalismo neoliberal afronta um socialismo ideal. Trata-se do que está *entre* esses mundos – não relacionados a uma zona fronteira entre o bem e o mal, tampouco um meio de campo simbólico entre a vitória capitalista financeira sob as luzes da tecnologia e a miséria humana sob as trevas das injustiças imperialistas, mas o que perpassa a trama das correlações de poder: quais são as regras do jogo, quais são os atores políticos, quais são as articulações, os lances, os obstáculos, as barganhas, as trapaças, as apostas. Em outras palavras, os elos da corrente.

Com as molduras da globalização, do neoliberalismo e do império de nova ordem, o quadro que se delineia no presente não é dos melhores – assim como a perspectiva de futuro, ainda sem nitidez, traz um quê perturbador de nebulosa incerteza. Diante da lógica hegemônica da economia de mercado, paira no ar algo de totalitário e terrificante que produz uma aquiescência na dominação de uns poucos, perante a impotência de uns muitos.¹⁴ É nesta lógica que se finca o pensamento hegemônico de que os rumos presentemente trilhados são parte de um único caminho possível, norteado pelo ideário capitalista. Sinais graves dos tempos, pois:

¹³ FORRESTER, 1997, p. 15, grifos no original.

¹⁴ Ibid., p. 22.

Vivemos tempos importantes da história. Tempos que nos põem em perigo, à mercê de uma economia despótica cujos poderes e cuja envergadura seriam necessários pelo menos situar, analisar, decodificar. Por mais mundializada que ela seja, por mais submisso à sua potência que possa estar o mundo, resta compreender, talvez decidir, pelo menos, que lugar deve ainda ocupar a vida dentro desse desenho. É imperioso entrever ao menos aquilo de que somos participantes, descobrir o que ainda nos é permitido, até onde vão, até onde correm o risco de ir as usurpações, as espoliações, a conquista.¹⁵

Desde fins do século passado, prolongando-se até a aurora do século presente, há esplêndidos lembretes, *post-its* alarmantes de que aportamos em um ponto de crise na história, com risco de explosão e implosão. Nas palavras de Eric Hobsbawm:

Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. [...] As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar.¹⁶

Neste momento, ao contrário do que disseram vislumbrar o fim da linha com o triunfo do capitalismo, a história não acabou. Ela apenas começa.

¹⁵ FORRESTER, 1997, p. 109-110.

¹⁶ HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 562.

1.1 UM NOVO MUNDO, UMA NOVA PERSPECTIVA

Le Monde Diplomatique Brasil desponta na aurora do século XXI, diante de um mundo ancorado nas sucessivas crises financeiras, herdadas desde fins do século XX, com o “triunfo” do capitalismo financeiro.¹⁷ Todavia, perante a ausência de quaisquer alternativas proclamada com o “fim da história”¹⁸, o que se rebelava à época com forças renovadas foram as respostas a tais crises.

Três editoriais de Ignacio Ramonet¹⁹, publicados no *Le Monde Diplomatique* francês, merecem destaque nessa nova arena. Em 1995, é cristalizada a crítica “*La pensée unique*”.²⁰ Para Ramonet, o “pensamento único” é a doutrina contemporânea neoliberal do capital internacional, que vem se definindo desde a década de 1940, com os acordos de Bretton-Woods de 1944²¹ e o Plano Marshall de 1947.²² Diante dos escombros ideológicos do Muro

¹⁷ Aos que proclamavam a irreversibilidade do triunfo do capitalismo no fim do século XX, a economia capitalista parecia escapar ilesa aos contratemplos engendrados na sua própria lógica. Porém, de 1929 a fins do século XX, o capitalismo expôs suas fragilidades ao enfrentar diversas crises financeiras: a aguda crise do sistema monetário de Bretton Woods em 1971; as crises do petróleo a partir de 1975; a quebra das dívidas externas na América Latina em 1982, uma das expressões mais nítidas da dependência latino-americana auferida pelo protagonismo do capital externo, destinando-lhes os fundamentos tecnológicos e as fontes de crédito com o financiamento de novas entradas de capital, enrolando dívidas astronômicas; o estouro da bolha especulativa no Japão em 1990, com a desvalorização abrupta do índice Nikkei, depois da valorização histórica de 196,7% entre 1985 e 1989; a crise financeira asiática em 1997; a crise financeira russa em 1998; a bancarrota econômica na Argentina em 2001; mas, principalmente, a fratura exposta com a crise financeira mundial em 2007. Durante as crises econômicas, tornam-se ainda mais visíveis as contradições imbricadas no capitalismo. Para Marx, o processo de acumulação consiste em uma sobreprodução, que está na base dos fenômenos em que se manifestam as *crises*. A medida dessa sobreprodução é o próprio capital, a escala dada das condições da produção e o instinto desenfreado de enriquecimento e de capitalização próprio dos capitalistas – não se trata do consumo, que conta os limites estreitos do poder aquisitivo, mas do desequilíbrio da produção capitalista que não leva em conta os limites do mercado, uma vez que a produção capitalista não encontra sua medida senão no capital. Diz Marx: “Da desarmonia entre a produção imediata e a circulação, resulta a *possibilidade* de uma crise. Desde que as diferentes fases da circulação não se encadeiem de forma contínua, há crise”. Cf. MARX, Karl. *O capital*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1980, p. 285.

¹⁸ ANDERSON, Perry. *O fim da história*: De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, *passim*.

¹⁹ Ignacio Ramonet é sociólogo galego. Foi editor do *Le Monde Diplomatique* francês entre 1990 e 2008. Atualmente, é diretor da edição espanhola de *Le Monde Diplomatique*.

²⁰ RAMONET, Ignacio. “*La pensée unique*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, janeiro de 1995, p. 1. Disponível na íntegra na edição especial da revista *Manière de voir* (Le Monde Diplomatique SA, n.º 74, abril-maio de 2004, p. 61).

²¹ No pós-guerra, as duas únicas instituições internacionais criadas sob os Acordos de Bretton Woods (1944) foram o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que se tornaram *de facto* subordinados à política americana. Além disso, Bretton Woods incluía a definição do Sistema

de Berlim e da URSS no fim do século XX ²³, dá-se o início à construção de uma nova ordem fincada no capitalismo, alicerçada ainda nos admiráveis avanços tecnológicos e sua fabulosa mundialização das informações, potencializando as teses neoliberais do *laissez faire*:

Monetário Internacional (SMI), com a livre conversibilidade de todas as moedas entre si e com o dólar, que, ao lado do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), firma os pilares da liberalização das relações econômicas. A partir de 1960, mais do que internacional, a economia se torna cada vez mais transnacional – com as empresas trans e multinacionais, a nova divisão do trabalho, com o fluxo de mercadorias e capitais, e o financiamento *offshore*, que demonstra mais vividamente a maneira como a economia capitalista escapava do controle nacional, ou de quaisquer outros controles –, uma vez que os territórios e fronteiras tradicionais dos Estados não mais determinam as operações financeiras. Ainda na ressaca do pós-guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) é fundada em 1945, refletindo a nova relação de forças internacionais. Estados Unidos e União Soviética rapidamente ocuparam seus lugares. América Latina, Ásia e logo África foram convidadas para integrar a ONU, o que marca uma diferença notável em relação à Liga das Nações: a Europa deixara de ocupar o centro das relações internacionais – e a transferência da sede de Genebra para Nova York é altamente simbólica. O mundo, cada vez menos eurocêntrico, se tornava cada vez mais global, com círculos concêntricos delineados a partir do compasso norte-americano. Nesse contexto, a supremacia americana era um fato que buscava se afirmar na nova ordem mundial, tanto na política quanto na economia. Na década de 1970, um novo paradigma passa a se estruturar, com base nas tecnologias da informação, principalmente nos Estados Unidos, onde a interação com a economia global e a geopolítica mundial concretizou um novo estilo de produção. No fim dos anos 1970, os países anglo-saxões, sob a chancela de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, tornaram-se cartilhas neoliberais, suprimindo as regulamentações do Estado, o que se traduz pelo desengajamento do Estado na vida sócio-econômica, simbolizado por desregulamentações e privatização de empresas públicas. Banco Mundial e FMI adotaram uma política favorecedora do livre mercado e do comércio global, cenário “que servia à economia americana de fins do século XX tão bem quanto servira à britânica de meados do século XIX, mas não necessariamente ao mundo”. Cf. HOBBSAWM, 1995, p. 269.

²² Após a derrota das potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) na Segunda Guerra Mundial, os países beligerantes, com a exceção dos Estados Unidos se tornaram um campo de ruínas, repleto de povos famintos, desesperados e propensos à radicalização, dispostos a ouvir o apelo da revolução social e de políticas econômicas incompatíveis com o sistema internacional do mercado livre. Entre os vitoriosos do confronto, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) despontaram como duas potências mundiais. Entretanto, os Estados Unidos foram os “verdadeiros vencedores”, saindo da guerra ainda mais ricos e poderosos. Diante do risco de radicalização à esquerda que o momento propiciava, o Plano Marshall (1947) para a reconstrução dos aliados europeus foi a carta na manga norte-americana. Nessa Europa dilacerada, tanto vencedores quanto vencidos tiveram de tentar se recuperar das perdas, reencontrar um mínimo de equilíbrio das contas externas e restabelecer a solidez de suas moedas corroídas pela inflação, em um cenário em que as libras esterlinas perdiam paulatinamente seu prestígio para os dólares. Além do apoio financeiro para restaurar a Europa, o Plano Marshall contava com um apêndice estratégico, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a aliança militar anti-soviética. Cf. HOBBSAWM, 1995, p. 228-238.

²³ A Guerra Fria (1945-1991), muito além de uma corrida armamentista, desvelou um mundo nitidamente polarizado, extrapolando a questão militar com a questão ideológica. A retórica da Guerra Fria via o capitalismo e socialismo, idealizados como o “liberalismo” e o “totalitarismo”, como dois lados de um abismo intransponível. Com o fim da Guerra Fria, foi ordenado o Consenso de Washington em novembro de 1989, tornando-se a política oficial do FMI em 1990 para “resolver” os entraves econômicos latino-americanos. Entre as regras desse “protocolo” neoliberal, destacam-se a liberalização dos mercados, a desregulamentação e a privatização das estatais, receitas para a instabilidade econômica, as altas taxas de juros e o retalhamento da equidade social. Para Stiglitz, questões como a justiça social e a distribuição de renda e de riqueza foram estrategicamente esquecidas no Consenso de Washington. Após libar um bom crescimento econômico no início década

*Englués. Dans les démocraties actuelles, de plus en plus de citoyens libres se sentent englués, poissés par une sorte de visqueuse doctrine qui, insensiblement, enveloppe tout raisonnement rebelle, l'inhibe, le trouble, le paralyse et finit par l'étouffer. Cette doctrine, c'est la pensée unique, la seule autorisée par une invisible et omniprésente police d'opinion. Depuis de la chute du mur de Berlin, l'effondrement des régimes communistes et la démoralisation du socialisme, l'arrogance, la morgue et l'insolence de ce nouvel Evangile ont atteint un tel degré qu'ont peut, sans exagérer, qualifier cette fureur idéologique de moderne dogmatisme. Qu'est-ce que la pensée unique? La traduction en termes idéologiques à prétention universelle des intérêts d'un ensemble de forces économiques, celles, en particulier, du capital international.*²⁴

Para Ramonet, as instituições econômicas, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), aliadas às principais fontes de informação, como *The Wall Street Journal*, *Financial Times* e *The Economist*, enredam o pensamento que se impõe imperialisticamente como “único”.

Entre os cúmplices do ideário neoliberal, teríamos o mercado financeiro, os princípios de concorrência e competitividade, a liberalização do mercado, a desregulamentação, a divisão internacional do trabalho, a globalização e a fraqueza dos Estados.²⁵ Assim, o princípio primeiro do pensamento único é que a economia prevalece sobre a política:

de 1990, a América Latina amarga a estagnação e a recessão, com a implosão das injustiças sócio-econômicas e da miséria – o que passou a custar às instituições financeiras internacionais a legitimidade do ideário neoliberal. Cf. STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002, *passim*.

²⁴ RAMONET, abril-maio de 2004, p. 61. Tradução livre da autora: “Enredados. Nas democracias atuais, cada vez mais os cidadãos livres sentem enredados, levados por uma espécie de doutrina viscosa que, imperceptivelmente, envolve racionalmente todos os rebeldes, inibe-os, perturba-os, paralisa-os e, eventualmente, reprime-os. Essa doutrina é o pensamento único, o único autorizado por uma invisível e onipresente polícia da opinião. Desde a queda do Muro de Berlim, o colapso dos regimes comunistas e da desmoralização do socialismo, a arrogância, a prepotência e insolência desse novo evangelho chegou a tal ponto que nós podemos, sem exagero, descrever essa fúria ideológica como o dogmatismo moderno. O que é o pensamento único? A tradução em termos ideológicos da reivindicação universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas e, em particular, do capital internacional”.

²⁵ RAMONET, abril-maio de 2004, p. 61.

*Le premier principe de la pensée unique est d'autant plus fort qu'un marxiste distraît ne le renierait point: l'économie l'emporte sur le politique. C'est en se fondant sur un tel principe que, par exemple, un instrument aussi important dans les mains de l'exécutif que la Banque de France a été, sans opposition notable, rendu indépendant en 1994 et, en quelque sorte, "mis à l'abri des aléas politiques". "La Banque de France est indépendante, apolitique et transpartisane», affirme en effet son gouverneur, M. Jean-Claude Trichet, qui ajoute cependant : "Nous demandons de réduire les déficits publics", [et] "nous poursuivons une stratégie de monnaie stable". Comme si ces deux objectifs n'étaient pas politiques ! Au nom du "réalisme" et du "pragmatisme" - que M. Alain Minc formule de la manière suivante : "Le capitalisme ne peut s'effondrer, c'est l'état naturel de la société. La démocratie n'est pas l'état naturel de la société. Le marché, oui." -, l'économie est placée au poste de commandement. Une économie débarrassée, il va de soi, de l'obstacle du social, sorte de gangue pathétique dont la lourdeur serait cause de régression et de crise. [...] Les autres concepts-clés de la pensée unique sont connus: le marché, idole dont "la main invisible corrige les aspérités et les dysfonctionnements du capitalisme", et tout particulièrement les marchés financiers, dont "les signaux orientent et déterminent le mouvement général de l'économie"; la concurrence et la compétitivité, qui "stimulent et dynamisent les entreprises, les amenant à une permanente et bénéfique modernisation"; le libre-échange sans rivages, "facteur de développement ininterrompu du commerce, et donc des sociétés"; la mondialisation aussi bien de la production manufacturière que des flux financiers; la division internationale du travail, que "modère les revendications syndicales et abaisse les coûts salariaux"; la monnaie forte, "facteur de stabilisation"; la déréglementation; la "moins d'Etat", un arbitrage constant en faveur des revenus du capital au détriment de ceux du travail. Et une indifférence à l'égard du coût écologique.*²⁶

²⁶ RAMONET, abril-maio de 2004, p. 61. Tradução livre da autora: "O primeiro princípio do pensamento único é tão forte que mesmo um marxista distraído não poderia negar: a economia prevalece sobre a política. É com base nesse princípio, por exemplo, que um instrumento importante nas mãos do executivo do Banco da França se tornou, sem oposição notável, independente em 1994 e, de alguma forma, se libertou das incertezas políticas. 'O Banco da França é uma organização independente, apolítica e transparente', diz seu governador, Jean-Claude Trichet, que, no entanto, acrescentou: 'Nós queremos reduzir o déficit público', [e] 'nós propomos a moeda estável como nossa estratégia'. Como se esses dois objetivos não fossem políticos! Em nome do 'realismo' e do 'pragmatismo' – Sr. Alain Minc diz o seguinte: 'O capitalismo não pode entrar em colapso, é o estado natural da sociedade. A democracia não é o estado natural da sociedade. O mercado, sim'. – a economia é colocada no posto de comando. Uma economia livre, é claro, do obstáculo do social, tipo de impurezas patéticas, cujo peso seria a causar da regressão e da crise. [...] Os outros conceitos-chave do pensamento único são conhecidos: o mercado, ídolo cuja 'mão invisível corrige as desigualdades e falhas do capitalismo', principalmente dos mercados financeiros, nos quais 'os sinais orientam e determinam o movimento geral da economia'; a concorrência e a competitividade, que 'estimulam e dinamizam as empresas, levando-as a uma permanente e benéfica modernização'; o livre comércio sem fronteiras, 'fator de desenvolvimento ininterrupto do comércio e, portanto, das sociedades'; a mundialização tanto da produção quanto dos fluxos financeiros; a divisão internacional do trabalho, que 'modera as reivindicações sindicais e reduz os custos salariais'; a moeda forte, 'fator de estabilidade'; a desregulamentação; a privatização; a liberalização, etc. Sempre 'menos Estados', uma

Em dezembro de 1997 é publicado o editorial “*Désarmer les marchés*”.²⁷ A resposta à atmosfera nebulosa da crise financeira acendeu uma das primeiras faíscas para um novo movimento internacional contra a tirania do mercado, simbolizado por Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste editorial, Ignacio Ramonet diz: “*Le désarmement du pouvoir financier doit devenir un chantier civique majeur si l’on veut éviter que le monde du siècle à venir ne se transforme en une jungle où les prédateurs feront la loi*”.²⁸

Diante da crise financeira asiática, Ignacio Ramonet revisita o economista James Tobin ²⁹ ao propor a criação de uma taxa de 0,1% sobre as transações financeiras internacionais a fim de reduzir a especulação nos mercados financeiros:

Le typhon sur les Bourses d’Asie menace le reste du monde. La mondialisation du capital financier est en train de mettre les peuples en état d’insécurité généralisée. Elle contourne et rabaisse les nations et leurs Etats en tant que lieux pertinents de l’exercice de la démocratie et garants du bien commun. La mondialisation financière a d’ailleurs créé son propre Etat. Un Etat supranational, disposant de ses appareils, de ses réseaux d’influence et de ses moyens d’action propres. Il s’agit de la constellation Fonds monétaire international (FMI), Banque mondiale, Organisation pour la coopération et le développement économiques (OCDE) et Organisation mondiale du commerce (OMC). Ces quatre institutions parlent d’une seule voix - répercutée par la quasi- totalité des grands médias - pour exalter les “vertus du marché”.³⁰

arbitragem constante a favor do capital em detrimento do trabalho. E uma indiferença a respeito do custo ecológico”.

²⁷ RAMONET, Ignacio. “*Désarmer les marchés*”. In : *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, ano 44, n.º 525, dezembro de 1997, p. 1. Disponível na íntegra na obra *Les 50 ans du Monde Diplomatique* (Éditions Cercle d’Art, 2004).

²⁸ RAMONET, dezembro de 1997, p. 1. Tradução livre da autora: “O desarmamento do poder financeiro deve tornar-se o principal canteiro civil se quisermos evitar que o mundo do próximo século se transforme em uma selva onde os predadores farão a lei”.

²⁹ Jamis Tobin (1918-2002) foi um economista norte-americano, professor da Yale University entre 1950 e 1988. Tobin recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1972.

³⁰ RAMONET, op. cit. Tradução da autora: “O furacão nas bolsas de valores da Ásia ameaça o resto do mundo. A globalização do capital financeiro está colocando as pessoas em uma situação de insegurança generalizada. Ela ignora e submete as nações e os seus Estados como lugares pertinentes para o exercício da democracia e garantia do bem comum. Além disso, a globalização financeira criou o seu próprio Estado. Um Estado supranacional, com seus aparatos, suas redes de influência e seus próprios meios de ação. Ele gira em torno da constelação do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas quatro instituições falam a uma só voz – repercutindo por quase a totalidade das grandes mídias – para exaltar as ‘virtudes do mercado’”.

Janvier 1995

La pensée unique

Dénoncée pour la première fois,
la chape de plomb
de la pensée unique
commence à être soulevée.

PAR IGNACIO RAMONET

Février 1979

ENGLUÉS. Dans les démocraties actuelles, de plus en plus de citoyens libres se sentent englués, poissés par une sorte de visqueuse doctrine qui, insensiblement, enveloppe tout raisonnement rebelle, l'inhibe, le trouble, le paralyse et finit par l'étouffer. Cette doctrine, c'est la pensée unique, la seule autorisée par une invisible et omniprésente police de l'opinion.

Depuis la chute du mur de Berlin, l'effondrement des régimes communistes et la démoralisation du socialisme, l'arrogance, la morgue et l'insolence de ce nouvel Evangile ont atteint un tel degré qu'on peut, sans exagérer, qualifier cette fureur idéologique de moderne dogmatisme.

Qu'est-ce que la pensée unique ? La traduction en termes idéologiques à prétention universelle des intérêts d'un ensemble de forces économiques, celles, en particulier, du capital international. Elle a été, pour ainsi dire, formulée et définie dès 1944, à l'occasion des accords de Bretton-Woods. Ses sources principales sont les grandes institutions économiques et monétaires – Banque mondiale, Fonds monétaire international, Organisation de coopération et de développement économiques, Accord général sur les tarifs douaniers et le commerce, Commission européenne, Banque de France, etc. – qui, par leur financement, enrôlent au service de leurs idées, à travers toute la planète, de nombreux centres de recherches, des universités, des fondations, lesquels, à leur tour, affinent et répandent la bonne parole.

CE DISCOURS ANONYME est repris et reproduit par les principaux organes d'information économique, et notamment par les « bibles » des investisseurs et des boursiers – *The Wall Street Journal*, *Financial Times*, *The Economist*, *Far Eastern Economic Review*, *Les Echos*, Agence Reuter, etc. –, propriétés, souvent, de grands groupes industriels ou financiers. Un peu partout, des facultés de sciences économiques, des journalistes, des essayistes, des hommes politiques, enfin, reprennent les principaux commandements de ces nouvelles tables de la loi et, par le relais des grands médias de masse, les répètent à satiété. Sachant pertinemment que, dans nos sociétés médiatiques, répétition vaut démonstration.

Le premier principe de la pensée unique est d'autant plus fort qu'un marxiste distrairait ne le renierait point : l'économie l'emporte sur le politique. C'est ● ● ●

LE MONDE

32 pages - 22 F
 Abonnement : 1 500 F/an
 Italie : 7 000 lire/an
 Luxembourg : 50 FF
 Maroc : 300 FF/an
 Portugal : 700 PTE
 Espagne : 100 000 Ptas
 Grèce : 20 000 Dr
 Turquie : 1 500 000 Liras
 Afrique du Nord : 1 500 F
 Indonésie : 1 500 000 Rupiah
 Thaïlande : 1 500 B
 Chine : 1 500 Y
 Japon : 1 500 000 Yen
 Australie : 1 500 A\$
 Nouvelle Zélande : 1 500 N\$
 Argentine : 1 500 P\$
 Brésil : 1 500 R\$
 Chili : 1 500 U\$
 Colombie : 1 500 C\$
 Costa Rica : 1 500 C\$
 Cuba : 1 500 C\$
 République dominicaine : 1 500 P\$
 Émirats arabes unis : 1 500 D\$
 Égypte : 1 500 L\$
 Espagne : 1 500 P\$
 États-Unis : 1 500 \$
 France : 1 500 F
 Allemagne : 1 500 M\$
 Grèce : 1 500 Dr
 Hongrie : 1 500 F\$
 Israël : 1 500 N\$
 Italie : 1 500 L\$
 Japon : 1 500 ¥
 Mexique : 1 500 P\$
 Pays-Bas : 1 500 G\$
 Pérou : 1 500 N\$
 Portugal : 1 500 PTE
 Royaume-Uni : 1 500 £
 Suède : 1 500 Kr
 Suisse : 1 500 S\$
 Taïwan : 1 500 N\$
 Thaïlande : 1 500 B\$
 Turquie : 1 500 L\$
 Union soviétique : 1 500 R\$
 Uruguay : 1 500 P\$
 Venezuela : 1 500 B\$
 Zambie : 1 500 K\$
 Zimbabwe : 1 500 Z\$

Abonnements : voir tarif page 8

N° 525 - 44^e année

DÉCEMBRE 1997

MULTINATIONALES

Ces biberons
qui tuent

(Page 27.)

diplomatique

Publication mensuelle - 21 bis, rue Claude-Bernard, 75242 Paris Cedex 05

DU GOLFE AU KURDISTAN

Souffles guerriers sur le Proche-Orient

Attentat meurtrier contre des touristes à Louxor, en Égypte ; tensions persistantes dans le sud du Liban ; combats dans le Kurdistan ; impasse dans les négociations de paix ; risques d'embrasement en Irak : le « nouvel ordre » régional promis par Washington en 1991 au lendemain de la guerre du Golfe relève plus que jamais de l'illusion. Les frustrations s'accumulent devant la politique de « deux poids, deux mesures » conduite par la Maison Blanche. Les États-Unis maintiennent un impitoyable blocus de l'Irak - dont les premières victimes sont les enfants - mais refusent toute pression sur un gouvernement israélien qui viole les accords d'Oslo et les résolutions des Nations unies sur les territoires palestiniens comme sur le Golan occupés. Si ces contradictions affaiblissent l'emprise américaine sur le Proche-Orient, elles contribuent également à un éclatement de la cohésion régionale et à la recherche, par les puissances locales, de nouvelles alliances. À l'entente militaire entre la Turquie et Israël répond un front commun arabe emmené par la Syrie, l'Arabie saoudite et l'Égypte.

Par notre envoyé spécial ALAIN GRESH

Le diplomate français n'en revient pas : la date du scrutin. C'est cette

PHOTO © SUCCESSION FRANCIS BACON

Désarmer les marchés

Par IGNACIO RAMONET

Le typhon sur les Bourses d'Asie menace le reste du monde. La mondialisation du capital financier est en train de mettre les peuples en état d'insécurité généralisée. Elle contourne et rabaisse les nations et leurs États en tant que lieux pertinents de l'exercice de la démocratie et garants du bien commun.

La mondialisation financière a d'ailleurs créé son propre État. Un État supranational, disposant de ses appareils, de ses réseaux d'influence et

Cette instabilité des changes est l'une des causes de la hausse des intérêts réels, qui freine la consommation des ménages et les investissements des entreprises. Elle creuse les déficits publics et, par ailleurs, incite les fonds de pension, qui maintiennent des centaines de milliards de dollars à réclamer aux

Assim, a liberalização total da produção e dos fluxos financeiros desestabiliza a democracia. Tobin é lembrado por sua tese de taxar 0,1% em todas as transações financeiras, a fim de estabilizar a comunidade nacional, o que poderia angariar, na estimativa de Ramonet, cerca de US\$ 166 milhões, duas vezes mais do que a quantia anual necessária para erradicar a pobreza extrema no mundo. A partir dessa teoria, *Le Monde Diplomatique* avança na trilha de ideias inovadoras:

*Pourquoi ne pas créer, à l'échelle planétaire, l'organisation non gouvernementale Action pour une Taxe Tobin d'Aide aux Citoyens (ATTAC)? En liaison avec les syndicats et les associations à finalité culturelle, sociale ou écologique, elle pourrait agir comme un formidable groupe de pression civique auprès des gouvernements pour les pousser à réclamer, enfin, la mise en oeuvre effective de cet impôt mondial de solidarité.*³¹

O editorial foi o gatilho para a Association pour la Taxation des Transactions Financières et pour l'Action Citoyenne (ATTAC)³², um movimento que, nas sinuosidades das redes eletrônicas midiáticas, passou a expressar sua rebeldia em escala mundial, contra a mundialização do capital financeiro, que ao seu bel-prazer estaria orquestrando o destino do mundo. O movimento continua a traçar sua trilha paralelamente à emergência de novos movimentos internacionais, cada vez mais articulados na World Wide Web.

Em 1999, durante a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) que daria início à rodada do milênio, cerca 40 mil ativistas reunidos no movimento descentralizado Direct Action Network (DAN)³³ ganharam as ruas de Seattle, nos Estados Unidos, em um protesto que ficou conhecido como a “*Battle of Seattle*”. Desde então, a cidade simbolizaria a emergência de um contra-poder mundial, pois ali foi a primeira vez em

³¹ RAMONET, dezembro de 1997, p. 1. Tradução livre da autora: “Por que não criar a organização não-governamental Ação pela Taxa Tobin de Ajuda aos Cidadãos (ATTAC)? Aliada a sindicatos e as associações de cunho cultural, social e ecológico, ela poderia agir como um formidável grupo de pressão civil com os governos para lhes impulsionar, finalmente, a aplicação efetiva desse imposto mundial de solidariedade”.

³² Inicialmente, o movimento fazia referência à Associação pela Taxa Tobin de Ajuda aos Cidadãos. Atualmente, porém, a ATTAC corresponde à abreviatura de Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos.

³³ A Direct Action Network (DAN) se refere à reunião de movimentos anarquistas e antiautoritários, formada para coordenar a ação direta das mobilizações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em 1999.

que as manifestações dos movimentos se valeram das tecnologias da informação, dialogando com ativistas espalhados ao redor do mundo.

A articulação social com as novas tecnologias de informação traz à tona uma novidade essencial para a compreensão da cena contemporânea. O movimento ATTAC e os protestos de Seattle ilustram bem o rastro de pólvora dessa recente efervescência sócio-cultural cibernética, que encontra seu estopim no primeiro Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre (RS), em 2001.

Idealizado como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça (considerado o símbolo do capitalismo financeiro, por reunir as principais lideranças da economia mundial), o primeiro encontro na capital gaúcha reuniu cerca de 20 mil participantes, entre ativistas políticos, artistas, estudantes, intelectuais e líderes de movimentos sociais. O Fórum Social Mundial avança na trilha iniciada em Seattle, com a proposição positiva de alternativas e a busca de respostas concretas no afã de construir “um outro mundo possível”³⁴, tendo a globalização como uma nova possibilidade:

[...] a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem. De tal modo, em um mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias de uma história concreta. É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história.³⁵

Inicialmente, a arquitetura desse mundo alternativo era ilustrada por Oded Grajew, Francisco Whitaker e Bernard Cassen³⁶, reunidos na redação francesa de *Le Monde*

³⁴ O movimento altermundialista se contrapõe ao capitalismo neoliberal, consolidando-se nas manifestações durante as reuniões internacionais das principais instituições financeiras, como Banco Mundial e FMI. Trata-se de um movimento contra a globalização neoliberal, tendo o auge na realização do Fórum Social Mundial. Inspirada no lema “um outro mundo é possível”, a expressão “altermundialismo” (do francês *altermondialisme*) foi idealizada pelo movimento ATTAC, vinculado ao *Le Monde Diplomatique* francês.

³⁵ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004, p. 21.

³⁶ Bernard Cassen é jornalista francês. Entre 1973 e 2008, Cassen foi diretor do *Le Monde Diplomatique* francês e, entre 1998 e 2002, foi o primeiro presidente do movimento ATTAC. Cassen é ainda professor emérito do Institut d'Études Européennes da Université Paris VIII.

Diplomatique, ao lado de Ignacio Ramonet. A partir da idealização do Fórum Social Mundial, inicia-se uma nova rodada do jogo político, marcada pela dimensão inédita conquistada com a articulação de atores dispersos mediante as redes de comunicação.

Por fim, destaca-se o editorial “*L’aurore*”³⁷, publicado em 2000. Para Ramonet, o novo milênio amanhece com um clarão, resquício das chamas simbólicas de Seattle:

*Trop longtemps dépossédés de leur parole, des citoyens y ont dit avec force : “Assez!” Assez d’accepter la mondialisation comme une fatalité. Assez de voir le marché décider à la place des élus. Assez de voir le monde transformé en marchandise. Assez de subir, de se résigner, de se soumettre. La victoire sur l’Organisation mondiale du commerce (OMC) est largement à mettre sur le compte de ce qui apparaît comme un embryon de société civile internationale et qui rassemble des dizaines d’organisations non gouvernementales (ONG), des collectifs d’associations et de syndicats de multiples pays.*³⁸

Nesta perspectiva, o Estado laureado pela globalização financeira, e com a complacência dos líderes políticos, mostraria indiferença ao debate democrático, deliberando soberanamente sobre os destinos, sem que ninguém venha recusar suas decisões, defender seus ideais, reivindicar seus direitos: “*Sans que nul contre-pouvoir – parlements, partis, médias – vienne corriger, amender ou repousser ses décisions. Aussi, pour faire contrepoids, chacun sentait confusément le besoin de mettre sur pied un contre-pouvoir mondial*”.³⁹ Seattle seria uma virada no jogo, reacendendo as contestações internacionais e, doravante, construindo a base para esse contrapoder. A partir de então:

³⁷ RAMONET, Ignacio. “*L’aurore*”. In : *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, janeiro de 2000, p. 1.

³⁸ RAMONET, janeiro de 2000, p. 1. Tradução livre da autora: “Destituídos da palavra por um tempo longo demais, os cidadãos foram até lá para dizer alto e bom som: ‘Basta!’ Basta de aceitar a globalização como uma fatalidade. Basta de ver o mercado tomar as decisões. Basta de ver o mundo transformado em mercadoria. Basta de passividade, de resignação, de submissão. A grande vitória sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC) deve ser atribuída em grande parte ao que vem surgindo como um embrião de sociedade civil internacional e que reúne dezenas de organizações não governamentais (ONGs), agrupamentos de associações, de sindicatos e de redes de uma multiplicidade de países”.

³⁹ Ibid., p. 1. Tradução livre da autora: “Sem que nenhum contrapoder – parlamentos, partidos, mídias – venham corrigir, rever ou rejeitar suas decisões. Assim, ainda que sem muita clareza, percebe-se em todo canto a necessidade de se criar um contrapoder mundial”.

*Car il faut songer à construire un futur différent. Plus question de se contenter d'un monde où n'existent que deux statuts : le zéro et l'infini. Où un milliard d'habitants vit dans la prospérité, tandis qu'un autre milliard est dans la misère, et que quatre milliards disposent d'à peine le minimum vital. Il est temps de refonder une nouvelle économie, plus solidaire, basée sur le développement durable et plaçant l'être humain au centre des préoccupations. En commençant par désarmer le pouvoir financier qui, au cours des dernières décennies, n'a cessé de grignoter le territoire du politique, réduisant le périmètre de la démocratie.*⁴⁰

Mas para construir um futuro diferente, a esquerda se vê diante de novos desafios. O neoliberalismo vem escoltado por um recuo do Estado e dos atores públicos, por uma explosão de desigualdades e por uma lógica individualista, em que a solidariedade se traduz apenas por uma fugaz solidariedade, *mea-culpa* diante das disparidades e mazelas sociais, bem distante do sentimento de uma vida idealmente partilhada em uma sociedade planetária. Assim como as novas tecnologias de informação não transformam os países em uma sociedade unida, mas tenta convertê-los em peças maquinadas sob um modelo econômico único e em rede. Restam as incertezas, perante as admiravelmente ferozes mudanças.

Para pensar o futuro, é preciso, pois, uma nova utopia e uma nova racionalização do mundo, o que é considerado *a priori* por muitos uma ilusão perdida, filha bastarda dos projetos políticos que fracassaram no passado. Porém, é essa herdeira ilegítima que ascende com novos projetos, pois:

⁴⁰ RAMONET, janeiro de 2000, p. 1. Tradução livre da autora: “Pois agora é preciso sonhar com a construção de um futuro diferente. Não é mais o caso de se contentar com um mundo onde só há duas medidas: o zero e o infinito; onde um bilhão de habitantes vive na prosperidade enquanto outro bilhão está na miséria e quatro bilhões dispõem apenas do mínimo vital. Já está na hora de admitir que um outro mundo é possível e de fundar uma nova economia, mais solidária, apoiada sobre princípio do desenvolvimento sustentável, que ponha o ser humano no centro das preocupações. Começando por desarmar o poder financeiro que, ao longo das últimas décadas, não parou de corroer o território do político, reduzindo assustadoramente o perímetro da democracia”.

Pour de nombreux citoyens, l'idée ultralibérale que l'Occident est mûr pour vivre dans des conditions de liberté absolue est aussi utopique - et aussi dogmatique - que l'ambition révolutionnaire de l'égalitarisme absolu. Ils se demandent comment penser le futur. Et expriment le besoin d'une autre utopie, d'une nouvelle rationalisation du monde. Ils attendent une sorte de prophétie politique, un projet réfléchi de l'avenir, la promesse d'une société réconciliée, en pleine harmonie avec elle-même. [...] Beaucoup de citoyens, toutefois, souhaiteraient introduire une graine d'humanité dans la barbare machinerie néolibérale ; ils sont à la recherche d'une implication responsable, éprouvent un désir d'action collective. Ils voudraient affronter des responsables bien identifiés, en chair et en os, sur lesquels déverser leurs reproches, leurs inquiétudes, leurs angoisses et leur désarroi, alors que le pouvoir est devenu largement abstrait, invisible, lointain et impersonnel. Ils voudraient encore croire que la politique a réponse à tout, alors que la politique a de plus en plus de mal à fournir des réponses simples et claires aux problèmes complexes de la société. Chacun ressent pourtant, comme rempart contre la déferlante néolibérale, la nécessité d'un contre-projet global, d'une contre-idéologie, d'un édifice conceptuel pouvant être opposé au modèle dominant actuel.⁴¹

A partir de tais pistas lançadas por Ignacio Ramonet, este estudo pretende delinear a perspectiva que *Le Monde Diplomatique Brasil* lança sobre o mundo mediante suas análises de política internacional.

⁴¹ RAMONET, Ignacio. “*Besoin d’utopie*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, maio de 1998, p. 9. Tradução livre da autora: “Para muitos cidadãos, a ideia ultraliberal de que o ocidente está suficientemente amadurecido para viver em condições de liberdade absoluta também é tão utópica — assim como dogmática — quanto a ambição revolucionária da igualdade absoluta. Perguntam-se como é possível pensar o futuro. E expressam a necessidade de uma outra utopia, de uma nova racionalização do mundo. Esperam por um tipo de profecia política, uma reflexão sobre um projeto para o futuro, a promessa de uma sociedade reconciliada, em plena harmonia com si própria. [...] E, no entanto, muitos cidadãos gostariam de colocar um grão de humanidade na engrenagem bárbara neoliberal; procuram um antecedente responsável, experimentam o desejo da ação coletiva. Gostariam de questionar dirigentes bem definidos, em carne e osso, a quem pudessem repassar suas críticas, suas preocupações, suas angústias e sua confusão, na medida em que o poder se tornou em grande parte abstrato, invisível, distante e impessoal. Ainda gostariam de acreditar que existem respostas na política, justamente quando a política tem cada vez maior dificuldade em dar respostas simples e claras aos problemas complexos da sociedade. E no entanto, cada cidadão sente a necessidade urgente — como uma barreira contra a ressaca neoliberal — de um contra-projeto global, uma contra-ideologia, um edifício conceitual que se possa contrapor ao modelo atualmente dominante”.

1.2 DIRETRIZES E PONDERAÇÕES TEÓRICAS

Nas referências teóricas, para discutir a mídia, este estudo se ancora principalmente nas ideias de Armand e Michele Mattelart ⁴², John Thompson ⁴³ e Manuel Castells.⁴⁴ Para pensar a contemporaneidade, o estudo se alicerça nas críticas de Eric Hobsbawm ⁴⁵ e Viviane Forrester.⁴⁶ Por fim, para discutir a história, o referencial teórico conta com Agnes Heller ⁴⁷ e Michel de Certeau.⁴⁸ No entanto, há ponderações bem-vindas.

Arquitetado historicamente com o ápice da internacionalização capitalista de ordem neoliberal, o mundo contemporâneo se tornou um imenso tabuleiro de xadrez. Torres maiores, como transnacionais, cartéis e trustes, fazem sombra a avatares que encolheram, como Estados-nações e sociedades civis, bispos e cavalos. E todas as peças dão seus lances em torno do rei, o Império teorizado por Antonio Negri e Michael Hardt.⁴⁹ Os pequenos peões, ora lhe servem, ora ensaiam tentativas de xeque-mate. É verdade que as regras do jogo transformaram a lógica dos lances – e o capitalismo neoliberal se firmou sua trêmula e arbitrária “mão invisível” como o principal ator desse enredo. Mas o jogo não acabou.

Por mais sutis, fracos e ora covardes, há novos atores em cena, driblando, como podem, as austeras e deliberadas regras do tabuleiro. Tais atores reinventam o cotidiano que os cerca. Nos interstícios *dentro* do Império, há alternativas reais e potenciais de libertação que entram no terreno do Império e confrontam seus fluxos em toda sua complexidade.⁵⁰ Neste tabuleiro, os peões não são mais o proletário clássico das utopias marxistas, mas os diversos atores que, nas entranhas da sociedade disciplinar, apostam mais alto e arriscam pequenas e vívidas subversões cotidianas – à primeira vista inofensivas perante as estruturas de poder, mas que podem se revelar inocentemente poderosas:

⁴² MATTELART, Armand & Michele. *Pensar as mídias*. São Paulo: Loyola, 2004.

⁴³ THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade*. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

⁴⁴ CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. 8ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

⁴⁵ HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁶ FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

⁴⁷ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁴⁸ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁴⁹ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

⁵⁰ NEGRI, HARDT, 2006, p. 65.

Na verdade, já passamos até hoje por mil revoluções invisíveis, todas abrindo para o inimaginável. Há duas ou três décadas o curso das coisas vem sendo muito mais rápido que o pensamento. Nesta virada do século, somos os ansiosos contemporâneos de uma realidade que permanece, no sentido estrito do termo, *impensada*.⁵¹

Na névoa de incertezas e desencantos em que se inicia o desnorteado século XXI, as desilusões com as grandes e promissoras teorias dão lugar às *artes de fazer* no cotidiano.⁵² É no cotidiano que a reinvenção do possível é ensaiada.

Uma invenção “que não mais está relacionada às formas acadêmicas, populares ou marginais, imaginárias ou políticas da cultura, mas à operacionalidade e à virtuosidade das práticas correntes, dinâmica infinita da cotidianidade”.⁵³ No anonimato da multidão, redes informais fazem circular ideias e fluxos de informação capazes de oxigenar as práticas, silenciosamente, na extensão totalitária do poder. Para Michel de Certeau, a potencialidade de subversão se dá por estratégias (cálculo das relações de forças a partir do momento em que se pode entrever o campo em que tais forças se encontram em disputa) e por táticas (resistências contra as operações do poder no espaço social, dinamizado por movimentos táticos em momentos oportunos).⁵⁴

Eis que a multidão adquire vida, não mais como uma ruptura, mas como movimento. Quer brutal, quer paulatino, esse movimento questiona o privilégio outorgado a uma sociedade, e de sua concepção dominante sobre a cultura, que irrompe entre nós sob uma gama de novas inventividades. Admiráveis, porque despreziosas. Dinâmicas esporádicas, que dilaceram a arena do político, fazendo emergir um território vivo e pulsante, redefinindo o espaço, antes tido como predeterminado por fronteiras rígidas, apesar de imaginárias. O que não quer dizer um retorno ao indivíduo, mas antes que as relações – sempre sociais – determinam os termos em que a individualidade realiza, com sua pluralidade incoerente e muitas vezes contraditória, combinações de estratégias e táticas que conformam uma cultura política. Não se trata, portanto, de um retorno ao sujeito, mas de uma multidão de seres pensantes, globalmente dispersos, momentaneamente sintonizados. Aquém do poder

⁵¹ GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A reinvenção do mundo: um adeus ao século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 18, grifo no original.

⁵² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁵³ GIARD, Luce. “A invenção do possível”. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995, p. 18.

⁵⁴ CERTEAU, 1998, p. 45-48.

simbólico dos produtores “oficiais” de cultura, porém, os sujeitos não são passivos ou dóceis: “O cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*”.⁵⁵

Na esteira desses ideias, as pessoas contam com mil maneiras de dizer “não”.⁵⁶ Esta recusa não é uma luta desvairada contra o poder, no sentido mais coloquial da palavra “rebeldia”: não se refere mais às revoluções proletárias, nem ao vandalismo, à desordem e ao terrorismo, tampouco às subversões da moda, ao suicídio e à loucura. É mais o sentimento de que é simplesmente “possível” fazer diferente, por sobre as estruturas, sem essencialmente desmantelá-las. Engenhosidade dos fracos, para respirar perante a potência dos fortes, a tática politiza o universo minúsculo das práticas cotidianas.⁵⁷ Nas palavras de Michel de Certeau:

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Bülow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.⁵⁸

Após a queda da União Soviética e a desilusão com o comunismo, a ideia de revolução – mediante a conquista do poder do Estado – foi soterrada. “Para muitos, a esperança se evaporou dando lugar a uma reconciliação amarga e cínica com a realidade”.⁵⁹

Mas avançando nesses lances táticos de invenções no cotidiano⁶⁰, há ainda a multidão que se re-apropria dos espaços, tornando-se ator político no contexto do Império, capaz de fundar novas liberdades:

⁵⁵ CERTEAU, 1998, p. 38, grifo no original.

⁵⁶ HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003, *passim*.

⁵⁷ CERTEAU, op. cit., p. 45.

⁵⁸ Ibid., p. 100-101.

⁵⁹ HOLLOWAY, 2003, p. 35.

[...] Vemos que os novos espaços são descritos por topologias insólitas, por rizomas subterrâneos e irreprimíveis — por mitologias geográficas que marcam os novos caminhos do destino. Esses movimentos geralmente custam terríveis aflições, mas neles existe também um desejo de libertação que só é saciado pela reapropriação de novos espaços, em torno dos quais novas liberdades são construídas [...] As massas precisam ser capazes de decidir se, quando e para onde se movem. Precisam ter o direito, também, de ficar parada e apreciar um lugar, em vez de ser forçadas a viver permanentemente em marcha. O direito geral de controlar seu próprio movimento é a demanda definitiva da cidadania global. Essa demanda é radical na medida em que desafia o aparato básico de controle imperial sobre o rendimento e a vida na multidão. Cidadania global é o poder do povo de se reapropriar do controle sobre o espaço e, assim, de desenhar a nova cartografia.⁶¹

Esta multidão seria capaz de construir novos lugares, novas temporalidades e migrações, capaz de subverter as regras do Império ainda que sem confrontá-lo, capaz de se *desviar* e escapar ilesa do desvio, capaz de pensar com a façanha de idealizar novos mundos. Não se trata, pois, de um mundo a ser conquistado, mas construído.

Belas palavras, mas que ainda engatinham no andaime da realidade. Sem modelos nem cartilhas, por enquanto apenas podemos apontar que há uma movimentação sorrateira que cada vez mais marca sua presença. “Não dispomos de qualquer modelo a oferecer. Só a multidão, pela experimentação prática, oferecerá os modelos e determinará quando e como o possível se torna real”.⁶²

Edgar Morin pondera que nem todo desvio traz em si a inovação e a mudança. Os desvios trazem uma virtualidade. É preciso que se proliferem, que resistam aos *feedbacks* negativos, franqueiem os *gates* de informação, provoquem uma ressonância e, por fim, criem uma tendência.⁶³ E se o espírito do tempo entre 1950 e 1960 era a cultura de massas, o novo espírito do tempo faz explodir a cultura de massas ⁶⁴, conceito abandonado paulatinamente, pois se impõe atualmente a necessidade de revolucionar a ideia de cultura:

⁶⁰ Apesar de Antonio Negri e Michael Hardt não dialogarem diretamente as ideias de Michel de Certeau, apresentam ideias que se alinham, sem graves discordâncias, apontando para a potência – supervalorizada para os primeiros, mais cautelosa para o segundo – das ações paralelas ao poder.

⁶¹ NEGRI, HARDT, 2006, p. 421-424.

⁶² Ibid., p. 435.

⁶³ MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo II*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 127-128.

⁶⁴ MORIN, 2006, p. 9.

Esta cessa de ser considerada como um epifenômeno reflexo, uma simples super-estrutura, como se viu; a cultura, enquanto conjunto de princípios, normas, regras, modelos aparece como infra-estrutura gerativa das nossas sociedades, que orienta, dá forma à vida cotidiana, às nossas existências... Assim concebida, a ideia de revolução cultural nos conduz a mudar a ideia de revolução cultural e a revolucionar a ideia de mudança. Com efeito, a ideia de uma revolução ao nível da tomada do poder, das relações de produção, das estruturas jurídicas da propriedade aparece radicalmente insuficiente: sabemos, doravante, que a exploração e a dominação frequentemente renascem mais fortes ainda após o nivelamento, pois não se revolucionaram as estruturas gerativas. Por conseguinte, a verdadeira mudança deve operar-se também ao nível gerativo nas profundezas paradigmáticas obscuras da cultura em que se efetuam os controles da existência... A consciência destes problemas progride com bastante rapidez, mas os retrocessos da consciência são ainda mais rápidos. Há, pois, esperança, pois a esperança é sempre o improvável.⁶⁵

Entre o possível (que pode se tornar real) e a esperança (que é sempre o improvável), as inventividades cotidianas caminham sem marchar, articulando-se e dissolvendo-se, oscilando na transparência de ora sua força, ora sua fraqueza.

É preciso considerar ainda que as novas inventividades técnicas e parafernálias tecnológicas conformaram um novo *locus* de articulação. Se a globalização é palco de disparidades e contradições, corresponde ainda a um momento inédito em que, na esteira dos progressos fulminantes das tecnologias da informação, funda-se um novo mundo.⁶⁶

As sociedades tecnológicas contemporâneas estão atravessando momentos decisivos, de transformações intensas e velozes, inéditas e surpreendentes, responsáveis pela erosão de visões de mundo, teorias e conceitos. A contemporaneidade passa por rupturas, passagens e transições, mas também consolidações e cristalizações – sempre relativas e efêmeras, nunca acabadas – nos campos da política, da economia e da cultura:

⁶⁵ MORIN, 2006, p. 204-205.

⁶⁶ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 170.

[...] da modernidade à pós-modernidade, com a crise de legitimação dos metarrelatos europeus – até pouco tempo os referenciais absolutos de todas as práticas sociais marcadas pela ideia de futuro – cedendo lugar ao não-unitário, ao desconexo e à imprevisibilidade de um presenteísmo vivido com intensidade; do sistema político internacional bipolar ao sistema político unipolar, com a bancarrota das burocracias socialistas do Leste culminando na supremacia do modelo neoliberal norte-americano em matéria de administração política, econômica, cultural e militar; do capitalismo financeiro multinacional à globalização informacional, audiovisual e virtual do capital monopolista, com o Ocidente político-econômico forjando um “pancapitalismo” ultrainvasivo, conformado em rede; da hegemonia da lógica da Indústria Cultural ao predomínio da lógica do *cyberspace*, amplo deslocamento de importância social, em dois sentidos: dos *media* de massa aos *media* interativos e deste universo bipolarizado ao universo dos *unimedia* [...], campo de mistura absoluta entre tecnologias analógicas e tecnologias digitais, sob a tutela da matriz interativa; da pós-modernidade ao não se sabe bem ainda (supõe-se uma “hipermodernidade” cibercultural, era tecnoteleológica híbrida, para além dos paradigmas conhecidos): crepúsculo das utopias europeias em prol das neoutopias tecnológicas (especialmente) norte-americanas e japonesas [...] e assim por diante.⁶⁷

No arco dessas passagens, a cibercultura é a mais recente configuração sócio-histórica da civilização mediática. Uma nova matriz de cultura, com espaços e brechas para politização.

A princípio, é preciso sublinhar que uma nova economia se firma no fim do século XX. Uma economia global (por articular globalmente a produção, a circulação e o consumo), informacional (por lidar com a informação como um dos vetores para a produtividade e a competitividade) e em rede (nas novas condições históricas, as transações econômicas realizadas nas interações da rede).⁶⁸ Nesta nova realidade, a informação adquire o *status* de produto do processo produtivo⁶⁹, entranhada na lógica da globalização.

Informações não apenas jornalísticas e publicitárias, mas mediatizadas nas interações no reino dos avatares e das neoutopias cibernéticas. Logo, é preciso admitir que a

⁶⁷ TRIVINHO, Eugenio. *O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001, p. 209-210.

⁶⁸ CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. 8ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 119.

⁶⁹ Diz Castells: “Sem dúvida, informação e conhecimento sempre foram elementos cruciais no crescimento da economia, e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica. Porém [...] estamos testemunhando um ponto de descontinuidade histórica. A emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo”. Cf. CASTELLS, 2005, p. 119.

globalização possa delinear as fluidas molduras para um espaço novo. Na verdade, um ciberespaço. Mais que infra-estrutura material da comunicação digital, o ciberespaço abriga um “universo oceânico de informações”.⁷⁰

Com as novas tecnologias da informação – e a ampliação de seu acesso principalmente nos grandes centros urbanos, ainda que não suficientemente universalizante –, o mundo vivido é clivado estruturalmente em duas dimensões: uma material, representada pelas extensões da *polis*; outra, imaterial, representada pelo universo espectral das redes. Este seria o berço para as neoutopias da cibercultura, com a imaginária “integração” da humanidade. As sociedades tecnológicas contemporâneas passam por momentos decisivos, de transformações intensas e velozes, inéditas e avassaladoras de visões de mundo, teorias e conceitos. Momentos que nos impelem a rever nossos conceitos clássicos, para repensar o “admirável mundo novo” que a tecnologia *pode* propiciar.

Atualmente, a rede se tornou *locus* privilegiado para novas formas de relações sociais. Alvo de muitas críticas, porém, a novidade encontra resistências, principalmente em relação às altas expectativas alavancadas por ela. Perante as críticas sobre suas reais potencialidades, é preciso considerar, como faz Pierre Lévy, que “o desenvolvimento do ciberespaço não vai ‘mudar a vida’ milagrosamente, nem resolver os problemas econômicos e sociais contemporâneos. Abre, contudo, novos planos de existência”.⁷¹ Abre novas dimensões, novas dinâmicas, novos espaços, é verdade. Mas ainda seria prematuro cristalizar considerações sobre as finalidades, reais usos e consequências de tais planos.

O mundo virtual entrelaçado pela rede não é um mundo de ficção científica – um universo paralelo ao real. Mas é interessante notar que o mundo alternativo da realidade virtual está se instalando no cotidiano e se infiltrando entre nós e o mundo. A sociedade da informação tem a chance de se encontrar como produtora de informação, o que nos atualiza as ideias de estratégias e táticas propostas por Michel de Certeau. Eis aí uma reinvenção. E face ao que Antonio Negri e Michael Hardt designariam como multidão, nas redes há um novo leque de possibilidades – possibilidades, não um imperativo ou uma certeza – para que a multidão se conecte e politize o ciberespaço. Na verdade, trata-se mais de uma janela aberta para a troca de informações e as discussões, do que uma vidraça ofuscada por palavras revolucionárias. Afinal, a rede não é revolucionária *per se*, é apenas um instrumento. Descortina, no entanto, janelas para que se alastrem as ideias – tanto conservadoras quanto

⁷⁰ LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999, p.17.

⁷¹ LÉVY, 1999, p. 218.

revolucionárias – mas que estabelecem pontes de interação nas interfaces da tecnologia, como um dos espaços de sociabilidade em que são ensaiadas novas alternativas que, por sua vez, permitem esboçar a globalização como uma nova possibilidade: escrever uma nova história.⁷²

A tônica da ideia de Milton Santos, na esperança de construção de uma nova globalização, encontra clímax no altermundialista Fórum Social Mundial. Ainda é uma incógnita o quanto poderão avançar na estrada por “um outro mundo possível” e o quão coesos continuarão os novos atores do jogo. O que não se pode simplesmente negar é que há possibilidades. Atrás das grandes palavras – capital, império, neoliberalismo, isto é, os “vilões” de nosso tempo sob a ótica dos altermundialistas – há grandes estruturas. E seria por demais romântico pensar que os simples brados por um outro mundo bastem para transformá-las. Ao mesmo tempo, porém, seria demasiadamente cínico abandonar as discussões, como se a história já estivesse escrita. Esta é uma das principais batalhas do tempo presente. Uma batalha de palavras, como quer *Le Monde Diplomatique Brasil*, confrontando diferentes concepções de futuro, uma vez que:

O mundo definido pela literatura oficial do pensamento único é, somente, o conjunto de formas particulares de realização de apenas certo número dessas possibilidades. No entanto, um mundo verdadeiro se definirá a partir da lista completa de possibilidades presentes em certa data e que incluem não só o que já existe sobre a face da terra, como também o que ainda não existe, mas é empiricamente factível. Tais possibilidades, ainda não realizadas, já estão presentes como tendência ou como promessa de realização. Por isso, situações como a que agora defrontamos parecem definitivas, mas não são verdades eternas. [...] Por isso, é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e da vontade. É assim que iniciativas serão articuladas e obstáculos serão superados, permitindo contrariar a força das estruturas dominantes, sejam elas presentes ou herdadas.⁷³

Os futuros são muitos. Os rearranjos possíveis para as transformações desse quilate ainda estão sendo experimentados e serão determinantes para o futuro que se quer.

Na ampulheta da história, apesar de suas mais sublimes intenções, as palavras esperançosas por um mundo novo ainda são apenas grãos de areia no deserto. Ainda assim, as palavras e as ideias estão presentes. Afinal, seríamos apenas espectadores impotentes diante

⁷² SANTOS, 2004, p. 21.

⁷³ Ibid., p. 160-161.

da lógica capitalista contemporânea? “Apenas espectadores? Sim. Mas se *somos* espectadores, *somos* também testemunhas; *somos* informados”, diz Viviane Forrester.⁷⁴

É neste ponto que se encontra a relevância histórica do papel de *Le Monde Diplomatique*. No domínio das palavras, das ideias e da informação, a revista abre espaço para *pensar*. Simples pensar? Sem barricadas nem coquetéis Molotov? Sem passeatas pomposas nem duelos quixotescos contra moinhos de vento? Sim. Para pensar, com toda a sua simples complexidade, a sua potência e a sua plenitude, pois:

[...] não há nada mais mobilizador do que o pensamento. Longe de representar uma sombria demissão, ele é o ato em sua própria quintessência. Não existe atividade mais subversiva do que ele. Mais temida. Mais difamada também; e não é por acaso, não é inocente: o pensamento é político. E não só o pensamento político. Nem de longe! Só o *fato* de pensar já é político.⁷⁵

O pensamento é uma batalha de palavras. Com e contra as palavras. Por fim, aos pessimistas, a crítica resvala nas lamentações sobre a impotência diante da realidade. Aos otimistas, a aposta no *front* das possibilidades, na fonte torrencial de informação nos tempos de cibercultura. Na curva entre esses dois pontos, os jornalistas, intelectuais e militantes se encontram, na justaposição das dimensões mais politizadas às mais cotidianas.

Sobre os combates de *Le Monde Diplomatique*, com suas pequenas vitórias e gloriosas derrotas, é preciso admitir, como faz Serge Halimi ⁷⁶, que muitas ideias possam causar fendas no mundo real, mesmo sem demolir suas muralhas.⁷⁷

⁷⁴ FORRESTER, 1997, p. 39, grifos no original.

⁷⁵ Ibid., p. 68, grifo no original.

⁷⁶ Serge Halimi é jornalista. Desde 2007 é o diretor de redação do *Le Monde Diplomatique* francês.

⁷⁷ Cf. HALIMI, Serge. “*Notre combat*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, outubro de 2009, p. 18. Tradução livre da autora: “A hegemonia intelectual do liberalismo foi posta em causa, mas a argila endureceu rapidamente. Porque se a crítica não basta, a proposta também não: a ordem social não é um texto que bastaria ‘desconstruirmos’ para ele se recompor sozinho; muitas ideias causam fendas no mundo real sem que as paredes caiam”.

1.2.1 CAMPOS MINADOS

A arena do político é um campo minado de tensões, subterrâneo estrado para a articulação social. Campos de combate, onde palavras e ideias não se cansam de tentar arranhar os muros. Mas avante à superfície.

Se há relações que se distendem nas fendas sub-reptícias do cotidiano, há principalmente relações que se desenrolam nas superfícies dominantes do campo simbólico de forças – superfícies, porém, não evidentes, mas que, sob uma visão panorâmica, permitem entrever suas contradições vacilantes e, portanto, as forças em disputa nesse campo.

Nesta sinuca, é preciso admitir que nos encontramos em um campo de tensões, de uma constante disputa de forças, de um jogo de cartas marcadas que a mesa sempre parece ganhar, mas que continua a ser jogado. Apesar das abissais pressões que pesam contra os intrigantes da ordem (contra os focos de “contestadores”, “rebeldes”, “revolucionários”, “militantes”, “multidões” e tantas outras palavras, elogiosas para uns, aspas irônicas para outros, a designar os que contrariam o *status quo*), é preciso considerar que há movimentações em curso. Onde há poder, há resistência, diria Michel Foucault. Há também teorias e proposições, que se lançam em uma “luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso”.⁷⁸ Há ainda articulações que não buscam se rebelar contra nos declives do poder, mas *dentro* de sua lógica, compondo um novo estilo de militância:

Deveríamos dizer, de imediato, que essa nova militância não repete simplesmente as fórmulas organizacionais da velha classe operária revolucionária. Agora o militante não pode sequer fingir ser um representante, mesmo das necessidades humanas fundamentais dos explorados. A militância política revolucionária hoje, ao contrário, precisa redescobrir o que sempre foi a sua forma própria: atividade não representativa mas constituinte. A militância atual é uma atividade positiva, construtiva e inovadora. Esta é a forma pela qual nós e todos aqueles que se revoltam contra o domínio do capital nos reconhecemos como militantes. Militantes resistem criativamente ao comando imperial. [...] Eis a grande novidade da militância atual: ela repete as virtudes da ação insurrecional de duzentos anos de experiência subversiva, mas ao mesmo tempo está ligada a um novo mundo, um mundo que não conhece lado de fora. Ela só conhece o lado de dentro, uma participação vital e inevitável no conjunto de estruturas sociais, sem possibilidade de transcendê-las. Esse lado de dentro é a cooperação produtiva da intelectualidade, das massas e das redes afetivas [...].⁷⁹

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 71.

⁷⁹ NEGRI, HARDT, 2006, p. 418.

A questão capital é que o poder não se trata da dominação hegemônica de um vil soberano sobre o vácuo de seus súditos inertes, zumbis estúpidos, mentes vazias. Não se trata do duelo vencido entre os que possuem o poder e os que obedecem. O poder deve ser visto menos como essência e mais como operações, intervenções, elos de “algo que só funciona em cadeia”, como diz Foucault:

Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os.⁸⁰

Diante desse poder, o feitiço das lutas se transformou nos últimos tempos. É preciso olhar para o conjunto das resistências, com suas estratégias e táticas possíveis *dentro* do poder, que não é “sempre vencedor”.⁸¹

Para Pierre Bourdieu, as relações são sempre relações de poder, vinculadas ao poder acumulado pelos indivíduos e instituições imbricados nessas relações.⁸² O poder simbólico é um poder de construção da realidade, que encontra legitimação na cumplicidade dos atores, dominantes e dominados. Deve ser considerado, pois:

⁸⁰ FOUCAULT, 1979, p. 183.

⁸¹ FOUCAULT, op. cit.

⁸² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 8-11, grifos no original.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma *illocutionary force* mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia [...].⁸³

Para Bourdieu, cada campo cultural é essencialmente um espaço de luta pela apropriação do capital simbólico. Desta luta sai o capital simbólico mais forte a nortear as tendências conservadoras ou heréticas. Destarte, o poder simbólico é capaz de consolidar espaços de poder e seus valores dominantes, peças essenciais para compor as visões de mundo hegemônicas. É no domínio dos valores, pois,

[...] que residem os princípios de uma ação que pretende animar o devenir do corpo social, que se fundamenta o sentido que toda sociedade atribui à sua história e que se acumulam as reservas de esperança. Alimenta os sonhos e as utopias, quer sejam projetadas em direção ao passado, a uma idade de ouro com encantos ilusórios, ou em direção ao futuro, a uma posteridade que é desejada e pela qual se deve lutar. Mantém as passividades e resignações, mas também contém em germe todas as tentativas de reformas, todos os programas revolucionários e a força de todas as mudanças bruscas.⁸⁴

Portanto, é imperativo considerar que a análise sobre as tramas do poder simbólico não deve esquecer que se limita a registrar um *estado* das disputas e relações de força materiais e/ou simbólicas.⁸⁵ Afinal, os campos são primordialmente dinâmicos. A cada movimento, os capitais simbólicos são rearranjados.

A reordenação dos vetores de tempo e espaço nos tempos de globalização, catalisada com o aprimoramento das tecnologias de informação e da mídia moderna, abre um novo

⁸³ BOURDIEU, 2002, p. 14-15.

⁸⁴ DUBY, Georges. “História Social e ideologias das sociedades”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 131.

⁸⁵ BOURDIEU, 2002, p. 115.

campo minado de valores e representações simbólicas, uma vez que a mídia se torna um dos principais detonadores para que o poder simbólico se exerça nas relações sociais.⁸⁶ Ao passar por uma série de desenvolvimentos institucionais na era moderna, a mídia abriu um novo leque simbólico:

Em virtude destes desenvolvimentos, as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escala sempre em expansão; tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço. De uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno.⁸⁷

Nas engrenagens da mídia, as informações são campos estruturados pelo cotidiano e pelo contexto histórico e são, ao mesmo tempo, campos estruturantes desse contexto e, como tal, motores de mudança social – mas a lógica vale tanto para as consideradas mais nobres e bem-intencionadas mídias quanto para as que recebem as mais graves acusações de condutas maquiavélicas, pois ambas são produtos e produtoras de ideias e representações simbólicas.

Mais uma vez, a ressalva: não se trata de um duelo entre heróis e vilões. No pólo oposto dos produtores de informação (repórteres, editores, radialistas, cineastas, publicitários etc. que interpretam a realidade que os cerca), os receptores não são passivos, mas reinterpretam o que lhes é dado como realidade e, especialmente nas sociedades em que são mais acessíveis as tecnologias da informação, eles contam com a possibilidade de engendrar interações e se tornar também produtores de informações. Nos dizeres de John Thompson, a interpretação é uma apropriação:

Ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros [...]. Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio [...] é adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias em que a vivemos.⁸⁸

⁸⁶ THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade*. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 24.

⁸⁷ THOMPSON, 2009, p. 19.

⁸⁸ Ibid., p. 45.

Neste ponto, há pontuações cabíveis sobre os campos minados da mídia. À mídia é auferida a legitimidade do poder simbólico por sua credibilidade, isto é, por sua autoridade e suas relações de confiança estabelecidas com a sociedade e, especificamente, com seu público-alvo. Assim, a autoridade conferida a determinados veículos passa pelo crivo dessas relações de confiança.

Usina de capitais simbólicos, a mídia atualmente é uma das pilstras da história política, “porque na vida cotidiana de um jornal, de um rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país. Com todas as deformações que se queira, vê-se aí resumido, com relevos acentuados, o jogo que é jogado no mundo político”.⁸⁹ Entretanto, é preciso considerar que a mídia, matriz de capitais simbólicos, passou a mercantilizar seus bens culturais, fabricando-os não só a partir de uma valorização simbólica, mas uma valorização econômica.

A mídia contemporânea desfila como um *patchwork* cultural diante de nossos olhos, fundindo a alta cultura, a cultura popular e a cultura de massas. Na literatura, críticos como Theodor Adorno e Walter Benjamin se tornam best-sellers nas modas intelectuais, enquanto não tão ilustres autores pipocam nas livrarias; na música, fãs blasés do *indie* rock, que buscam sons “alternativos” e “fora do circuito comercial”, deliberadamente se esquecem que suas bandas favoritas já foram devoradas pelo “circuito comercial”; no cinema, filmes *cult* dividem o cartaz com Blockbusters, enquanto ambos dão às costas aos documentários sonolentos que não se adaptaram ao ritmo das sociedades contemporâneas. Isto é, a lógica do capital simbólico é invadida soberanamente pela do capital econômico, como uma força centrípeta que arrasta a cultura à economia. O mosaico da cultura, por sua vez, pode se tornar uma força centrífuga, que se extravasa sorrteiramente à política.

Mas a mídia não é inocente – e por mídia, neste momento, faz-se referência ao leque de meios, formatos e produtos culturais da comunicação, veículos e publicações, com suas diversas linhas editoriais e posicionamentos políticos. Para manter sua arquitetura (nas molduras empresariais, nos mecanismos de difusão da informação e na busca pela autenticidade que lhe é conferida), a mídia precisa cultivar tais relações de confiança e preservar seu bem mais precioso: a credibilidade. Para tanto, vale-se das cartas e, muitas vezes, dos coringas ao seu alcance: espetacularização das notícias, manipulação de declarações e documentos, impressões ideológicas com fortes tintas, diluição das fronteiras

⁸⁹ JEANNENNEY, Jean-Noël. “A mídia”. In: *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 225.

entre informações jornalísticas e peças publicitárias, meias-verdades expressas sob a forma de verdades absolutas, conchavos mercadológicos, tráfico de influências simbólicas, relações incestuosas com os poderes políticos e assim por diante. A bússola não mais aponta para a informação, mas para a constelação de espetáculos acumulados nas sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção.⁹⁰ Para Guy Debord, o espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem vigente faz sobre si própria, é o seu “monólogo elogioso”. Em outras palavras, é o “auto-retrato do poder”.⁹¹

E se a mídia não é inocente, tampouco a massa adormece esplêndida na passividade e na inércia, absolutamente manipulável às manobras dos produtores de informação. Ao lado de John Thompson, que relativiza a teoria crítica de Theodor Adorno e Max Horkheimer e a tese do imperialismo cultural de Herbert Schiller, é preciso considerar que a oblíqua expressão “comunicação de massa” acarreta complicações por vezes incontornáveis. Assim se justifica a preferência pela expressão “mídias”, ao invés de “meios de comunicação de massa”.

Primeiramente, é preciso considerar o momento histórico em que as obras foram concebidas. Adorno e Horkheimer elaboravam suas ideias no exílio nos Estados Unidos a partir de 1938 ⁹², enquanto deslanchava a Segunda Guerra Mundial, tendo consolidado a expressão “indústria cultural” em 1947, substituindo a expressão “cultura de massas” antes presentes nos seus esboços. Posteriormente, Schiller escreve sua teoria sobre o imperialismo cultural no pós-guerra, publicando-a em 1969, época em que a hegemonia norte-americana, disparada a partir do fator econômico e da *expertise* nas comunicações, parecia definitivamente insuperável.⁹³

Desde o pós-guerra até o presente, a mídia, arquitetada enquanto indústria cultural trilhou um caminho ainda mais tenebroso, por evidenciar seus desdobramentos tentaculares,

⁹⁰ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 13.

⁹¹ DEBORD, 1997, p. 20.

⁹² Max Horkheimer e Friedrich Pollock fundaram o Instituto de Pesquisa Social, vinculado à Universidade de Frankfurt, a primeira instituição alemã com orientação abertamente marxista. Com a ascensão de Hitler, Horkheimer é destituído, assim como todos os membros judeus do Instituto. O financiamento por empresários judeus garante a continuidade do Instituto, mas seus fundos foram transferidos para os Países Baixos. Anexos foram criados em Genebra, Londres e Paris, mas encontraram estabilidade apenas na Universidade Columbia, nos Estados Unidos, onde estavam exilados seus intelectuais. Max Horkheimer, Leo Löwenthal e Theodor Adorno passaram a atuar ali. Cf. MATTELART, Armand & Michele. *História das teorias da comunicação*. 8ª Ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 75.

⁹³ THOMPSON, 2009, p. 154.

invadindo as mais diversas esferas da sociedade. Mas isso quer dizer que os rumos da história se enveredarão inevitavelmente ao apocalipse?

À época, Adorno e Horkheimer partiam do *petitio principii* de que a liberdade está intrinsecamente relacionada a um pensamento “esclarecedor”, que se esvai diante dos bens culturais de consumo, considerando que “a enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo”.⁹⁴ Nesta indústria cultural, os produtos são talhados para o consumo de massas, constituindo um sistema tanto pelos hodiernos instrumentos da técnica, como pela concentração econômica e administrativa. Segundo Adorno e Horkheimer, “a indústria cultural é a integração deliberada, pelo alto, de seus consumidores”.⁹⁵ Nessa perspectiva negativa, a estandardização industrial da cultura levaria a um antiiluminismo, pois iludiria as massas e doravante lhe ofuscaria as consciências. A indústria cultural impediria a formação de uma sociedade independente, capaz de julgar conscientemente a realidade ao seu redor.

Mas a expressão “massa” custaria muitas críticas aos teóricos frankfurtianos. Umberto Eco critica sua ótica radical e elitista, pois “no limite, a comunidade reduzidíssima – e eleita – de quem escreve e de quem lê, ‘nós dois, você e eu, os únicos que compreendem, e estão salvos: os únicos que não são massa’”.⁹⁶ Assim, demonizar as mídias e desdenhar as potencialidades interpretativas das massas são dois riscos letais para analisar a mídia contemporânea. Afinal, a cultura midiática não é uma torrente que verte sobre as massas as migalhas caídas da mesa dos letrados e dos poderosos. Eco ainda critica que:

⁹⁴ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 14-15.

⁹⁵ ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 92-93.

⁹⁶ ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 9.

Se a cultura é um fato aristocrático, o cioso cultivado, assíduo e solitário, de uma interioridade que se apura e se opõe à vulgaridade da multidão [...], então só o pensar numa cultura partilhada por todos, produzida de uma maneira que a todos se adapte, e elaborada na medida de todos, já será um monstruoso contra-senso. A cultura de massa é a anti-cultura. Mas, como nasce no momento em que a presença das massas, na vida associada, se torna o fenômeno mais evidente de um contexto histórico, a “cultura de massa” não indica uma aberração transitória e limitada: tornou-se o sinal da queda irrecuperável, ante a qual o homem de cultura [...] pode dar apenas um testemunho extremo, em termos de Apocalipse.⁹⁷

A expressão “massa” evoca a ideia de uma vasta audiência de milhares e milhões de indivíduos, o que pode se enquadrar aos alvos das mais modernas e populares mídias, mas dificilmente representa as circunstâncias de *todas* as mídias. Ademais, evoca a ideia de que os destinatários dos produtos culturais seriam indivíduos indiferenciados e passivos, recebendo uma mídia que “diverte sem desafiar, que prende a atenção sem ocupar as faculdades críticas, que proporciona gratificação imediata sem questionar os fundamentos dessa gratificação”.⁹⁸

Assim como as ideias apocalípticas – com seus “requisitórios, injustos, parciais, neuróticos e desesperados”, a quem ironicamente Eco dedica sua obra *Apocalípticos e Integrados*⁹⁹ –, reconsiderações sobre a tese do imperialismo cultural de Schiller foram feitas pelo próprio autor, ao admitir que sua tese não mais se sustenta nos pilares iniciais sobre a imbricação entre o poder militar norte-americano e as indústrias midiáticas, pois as relações internacionais de poder se transformaram consideravelmente.¹⁰⁰ Além disso, vale recordar que Schiller desconsidera os processos hermenêuticos no pólo oposto ao dos produtores de cultura, nos quais os indivíduos se apropriam e interpretam os conteúdos simbólicos que lhes são dados, conferindo sentido a eles.¹⁰¹

Não se pretende negar a presença da “indústria cultural” – ou “indústrias da mídia”, como quer John Thompson –, mas é preciso relativizar o poder absolutista que lhes é outorgado. Primeiro, é preciso considerar as contribuições teóricas da Escola de Frankfurt, especialmente por manter uma postura crítica e não condescendente com os ardis midiáticos,

⁹⁷ ECO, 1993, p. 8.

⁹⁸ THOMPSON, 2009, p. 30.

⁹⁹ ECO, op. cit.

¹⁰⁰ Décadas após a publicação de *Mass Communications and American Empire* (1969), o autor Herbert Schiller admite que sua tese não mais se sustenta integralmente, no texto *A Quarter-Century Retrospective*. Cf. THOMPSON, 2009, p. 154.

¹⁰¹ THOMPSON, op. cit., p. 154.

além de atentar para o poder das mídias sobre as sociedades; mas vale ainda reconsiderar a severidade da crítica lançada sobre os produtos culturais (livros, discos, cinemas, revistas, jornais etc.) como se todos respondessem em uníssono a uma lógica. Segundo, é preciso contextualizar as condições de produção cultural e, para tal, rever os conceitos, carregados de pressupostos intransponíveis, que podem obstaculizar a compreensão da mídia e de seu impacto no mundo contemporâneo.

Para discutir o primeiro ponto, voltemos à expressão “mídia”. Seria demasiadamente simplista mirá-la como um todo uniforme, articulada sob uma só lógica. Além do panorama emoldurado pela sociedade do espetáculo, é preciso considerar as pressões e disputas *internas* aos diversos veículos, que acabam por interferir na sua política editorial, que norteia, por sua vez, as seletas letras que irão compor o que temos como “realidade”. Entre tais pressões e disputas, vale dizer que os meios de comunicação tendem a se atrelar, não inocentemente, sob as asas do poder hegemônico, como diz Debord:

Se o espetáculo, tomado sob o aspecto restrito dos “meios de comunicação de massa”, que são sua manifestação superficial mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade como simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao auto-movimento total da sociedade. Se as necessidades sociais da época na qual se desenvolvem essas técnicas só podem encontrar satisfação com sua mediação, se a administração dessa sociedade e qualquer contato entre os homens só se podem exercer por intermédio dessa força de comunicação instantânea, porque essa “comunicação” é essencialmente unilateral; sua concentração equivale a acumular nas mãos da administração do sistema os meios que lhe permitem prosseguir nessa precisa administração.¹⁰²

A informação, uma vez vinculada aos poderes políticos e econômicos vigentes, se intrinca em uma complexa trama, pois era de se supor que o jornalismo, baluarte das “verdades” e da “realidade” na forma de palavras, estivesse minimamente comprometido com a sociedade, sobretudo nas questões relativas aos seus direitos e, em última instância, à salvaguarda da democracia. Se o jornalismo é uma construção social da realidade, vale frisar que as tais “verdades” dominantes são dominantes, mas não são únicas.

A respeito do segundo ponto, das condições de produção, vale frisar que o desenvolvimento das indústrias da mídia, desde o início do século XIX até o presente, é

¹⁰² DEBORD, 1997, p. 20-21.

marcado por três tendências relacionadas: a transformação de mídia em negócio, dotada de interesses comerciais em grande escala; a globalização da comunicação, do telégrafo às infovias; e o desenvolvimento das formas de comunicação eletronicamente mediadas.¹⁰³

Na arena do jornalismo, as transformações técnicas do século XX, ainda mais intensificadas no século XXI, também foram acompanhadas por mudanças estruturais: o *boom* da indústria publicitária e das relações públicas; a invasão imagética por vídeos e fotografias; os textos paulatinamente mais padronizados, buscando atender a quimeras vãs de imparcialidade e neutralidade como postulam os manuais de redação, pasteurizando os estilos com a prerrogativa do *lead*; a ordenação de conglomerados multimidiáticos como peças-chave no sistema globalizado para os fluxos de informações; o impacto das mídias digitais na aceleração do tempo social, sob um compasso frenético de notícias *atualizadas* a todo instante; a convergência midiática, reunindo as interfaces – papéis, ondas radiofônicas, redes telemáticas e megabytes; a instantaneidade que passa a ser o maestro na difusão de atualidades a-históricas, cada vez mais fragmentadas, desvinculadas do contexto sócio-histórico e destinadas ao consumo imediato. Assim, na sociedade contemporânea, aportamos no ponto em que o consumo invade todas as esferas da vida.¹⁰⁴

A informação se tornou mais uma mercadoria na sociedade de consumo, pulverizada na sociedade como pílulas, instantâneas e evanescentes: “Toda a informação política, histórica e cultural é acolhida sob a mesma forma, simultaneamente anódina e miraculosa, do *‘fait-divers’*. Atualiza-se integralmente, isto é, aparece dramatizada no modo espetacular”.¹⁰⁵ No início do século XXI, há quem sublinhe o poder perverso da mídia, como um perigo para a sociedade democrática, justamente por se aliar aos poderes dominantes. Com o aprimoramento técnico dos meios de comunicação e sua configuração como *indústria*, a cultura midiática passa a seguir as normas capitalistas, destinando-se a um público aquém e além das estruturas internas da sociedade. Não mais a informação se destina à sociedade, mas à sociedade de consumo e do espetáculo.

Se antes se podia esperar da cultura midiática uma linha minimamente nítida para demarcar o que é ficção (arte, cinema, literatura, música, espetáculos *à la carte*) e o que é realidade (a informação jornalística presente no rádio, nas revistas, nos jornais, nas agências de notícias etc.), atualmente as narrativas se entrelaçam e, com os maravilhosos recursos audiovisuais, a realidade pode ser contada com os contornos fabulosos da ficção, pois tudo

¹⁰³ THOMSPON, 2009, p. 73.

¹⁰⁴ BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1991, p. 19.

¹⁰⁵ BAUDRILLARD, 1991, p. 24.

vale para conquistar corações e mentes. Estariam os corações e mentes indefesos diante da ordem dominante asseverada pela mídia?

Os destinatários dos produtos culturais recebem a informação como uma atividade rotineira, isto é, como parte integrante do cotidiano. Mas a recepção se imbrica a outras atividades complexas, derivando das maneiras com que eles recebem e relacionam a informação a outras dimensões de suas vidas ¹⁰⁶, como lidam com suas pulsões idílicas, desejos incitados e pensamentos lógicos. Nesse sentido, há quem leia jornais como passatempo, assim como há quem folheie revistas nas salas de espera. Há quem leia livros teóricos, mas mantenha as ideias confinadas à biblioteca. E há quem leia jornais e tente ensaiar outras perspectivas sobre o mundo.

Uma das questões que se impõe diante desse panorama é: todas as mídias funcionam sob essa lógica? E se sim, estarão inevitavelmente submissas aos ardis mercadológicos? Resguardadas as diretrizes editoriais, é preciso considerar que, mais uma vez, o jornalismo também é um campo de tensões, produto e produtor de ordens simbólicas. E, portanto, os meios de comunicação não escapam ilesos às pressões internas para que o jornalismo se realize. Se há veículos que reverberam o discurso hegemônico, não há mais sequer vestígios de vozes dissonantes? Afinal, se há possibilidade para invenções no cotidiano, há maneiras e maneiras de fazer jornalismo.

Mas não há purismo, à revelia das aspirações quixotescas de que o jornalismo atue como guardião da “verdade”. As vãs utopias de “imparcialidade”, “objetividade” e “neutralidade” evanescem, porque há sempre uma leitura impressa nas palavras, nas linhas e entrelinhas do jornalismo. Afinal, o jornalista não está distante da realidade, armado com o escudo da “objetividade”: “Não há verdadeiro distanciamento. Nem espacial, nem temporal, nem cultural, nem sociológico”.¹⁰⁷

Por fim, destaca-se a relação selada entre jornalistas, intelectuais e militantes no *Le Monde Diplomatique Brasil*, considerando-o um espaço em que esses personagens fazem suas intervenções na realidade, fazem jornalismo, fazem política, fazem história e intervêm nos debates de nosso tempo. Fazem jornalismo, a maior batalha por corações e mentes:

¹⁰⁶ THOMPSON, 2009, p. 43.

¹⁰⁷ REBELO, José. *O discurso do jornal*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000, p. 17-18.

O jornalismo, independente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos – leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva – a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Entrar no universo do jornalismo significa ver essa batalha por dentro, desvendar o mito da objetividade, saber quais são as fontes, discutir a liberdade de imprensa no Brasil.¹⁰⁸

À concepção do jornalista Clóvis Rossi, a historiadora Maria Helena Rolim Capelato acrescenta: “Compete ao historiador reconstituir lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem múltiplos personagens”.¹⁰⁹ Nesta linha pretende-se discutir o papel de *Le Monde Diplomatique Brasil* na imprensa contemporânea.

¹⁰⁸ ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁰⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994, p. 13.

Adresse télégraphique
Lacourmande Paris

Abonnements :
voir les tarifs en page 8

LONDRES • NEW-YORK • PALM-BEACH • CARACAS • CANNES • MONTE-CARLO

1.3 NA TRILHA DO *LE MONDE DIPLOMATIQUE*

Em 1954, nascia *Le Monde Diplomatique* na França, como um suplemento do cotidiano *Le Monde*, fundado por Hubert Beuve-Méry. À época, o primeiro diretor do novo periódico de apenas oito páginas, pautadas principalmente pela política internacional, foi o ex-diplomata húngaro François Honti.¹¹⁰

A princípio, *Le Monde Diplomatique* se destinava ao universo das embaixadas diplomáticas e da elite econômica internacional.¹¹¹ Antes considerado um suplemento de tendências liberais – no sentido norte-americano da expressão –, *Le Monde Diplomatique* passa a ter novas orientações com Claude Julien como novo diretor a partir de 1973. Ao ampliar o corpo de colaboradores e o universo de pautas, a gazeta passa a cobrir as editorias de economia, cultura e sociedade, caminhando em direção à sua atual linha de contestação. Ainda nesta época é criada a Société des Rédacteurs du Monde, que atualmente conta com 115 jornalistas.¹¹²

Jean-Marie Colombani, diretor-presidente do Le Monde S/A, honra o compromisso de ceder ações da empresa à sua nova filiada, ainda que à revelia dos acionistas. Em 1994, a Le Monde S/A cedeu 49% do capital da revista¹¹³ à novata Le Monde Diplomatique S/A. Em

¹¹⁰ RAMONET, Ignacio. “*Cinquante ans*”. In: *Manière de voir*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, março de 2004, p. 6.

¹¹¹ SZCZEPANSKI-HUILLERY, Maxime. “*Les architectes de l’altermondialisme, registres d’action et modalités d’engagement au Monde Diplomatique*”. In: AGRİKOLIANSKY, Eric ; FILLIEULE, Olivier ; MAYER, Nonna (Orgs.). *L’altermondialisme en France: La longue histoire d’une nouvelle cause*. Paris: Flammarion, 2005, p. 146.

¹¹² Em 1980, a Société consagra Claude Julien como sucessor de Jacques Fauvet na direção do *Le Monde*, um episódio que se desdobra em tensões que marcariam para sempre as relações entre as duas gazetas, uma vez que Julien foi impedido de assumir a liderança do diário. Segundo Ramonet, a breve e conflituosa passagem de Claude Julien na direção do *Le Monde*, ainda no início da década de 1980, foi um dos fatores para a ruptura entre o diário e a revista. Assim, a conquista de independência editorial e autonomia administrativa custaram ao *Le Monde Diplomatique* um progressivo distanciamento em relação ao diário *Le Monde*. Atualmente, o jornal publica uma revista semanal, a *Le Monde Magazine*, e uma mensal, a *Le Mensuel* – o que evidencia esse distanciamento.

¹¹³ Nesta dissertação, *Le Monde Diplomatique* encontra referência nas expressões “revista”, “gazeta” e “magazine” por duas razões. Primeiro, para evitar a referência a *Le Monde Diplomatique* como um “jornal”, a fim de contornar possíveis confusões com o diário *Le Monde*, que é *passim* mencionado. Segundo, a periodicidade mensal e a impressão em papel de gramatura diferenciada afastam *Le Monde Diplomatique Brasil* do perfil de um jornal nos moldes convencionais da imprensa nacional. Não obstante, há mínimas vezes em que a publicação é citada, por outrem, como um jornal. Além disso, outros interlocutores eventualmente se referem ao *Le Monde Diplomatique* com a expressão *Diplô*.

1996, a estrutura administrativa da empresa Le Monde Diplomatique S/A se consolida, tripartida entre a Le Monde S/A (51% do capital), a Association des Amis du Monde Diplomatique (25% do capital) e a Association Gunter Holzmann (24% do capital).¹¹⁴ Esta estrutura pretendia garantir a independência editorial da publicação pois, nas palavras de Ignacio Ramonet: “*C’est cette indépendance qui garantit, en dernière instance, la singularité de notre journal. A nul autre pareil*”.¹¹⁵ Assim, é forte a ideia de que a linha editorial do magazine se mantenha como uma linha-mestra mesmo com eventuais mudanças na cúpula francesa ¹¹⁶, considerando ainda o processo de internacionalização da revista, com uma expansão para edições internacionais.

Entre as características da matriz *Le Monde Diplomatique* – das quais as edições internacionais são herdeiras – se destaca o caráter híbrido da publicação, oscilando entre um periódico de atualidades e uma *revue*. Com artigos longos, referências bibliográficas, glossários, mapas didáticos e cronologias, *Le Monde Diplomatique* não é visto nem como um diário nem como uma revista, mas como uma série de fascículos.¹¹⁷ Além disso, muitos de seus autores são importantes intelectuais, como Edward Said, Edgar Morin, Eric Hobsbawm, Noam Chomsky e Pierre Bourdieu. Por fim, uma característica que merece atenção é sua linha política, pois, nas palavras de Ignacio Ramonet, “*Le Monde Diplomatique n’est pas qu’un journal, c’est une cause... cause de la justice, de la paix, des peuples qui cherchent à sortir de leur dépendance*”.¹¹⁸ A revista busca defender seus ideais, ainda que declare não estar alinhada a nenhuma corrente política pois, de acordo com Máxime Szczepanski-Huillery, *Le Monde Diplomatique* não se considera nem marxista-leninista, nem esquerdista, nem vinculando a quaisquer partidos, apesar de ter suas simpatias políticas.¹¹⁹

¹¹⁴ A Association Gunter Holzmann que representa os articulistas, repórteres e editores de Le Monde Diplomatique, ao passo que a Association des Amis du Monde Diplomatique representa mais de 10 mil de seus leitores.

¹¹⁵ RAMONET, março de 2004, p. 7. Tradução livre da autora: “É esta independência que garante, em última instância, a singularidade deste jornal. Uma singularidade única”.

¹¹⁶ O expediente da edição francesa estampou o nome Ignacio Ramonet como diretor de redação entre 1990 e dezembro de 2007. Os nomes de Bernard Cassen e Maurice Lemoine correspondiam, respectivamente, aos postos de diretor geral e redator-chefe. Após dezessete anos à frente de *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet decide não disputar mais um mandato e, em dezembro de 2007, Serge Halimi assume as rédeas da revista. Aos 73 anos, Bernard Cassen também abdica do posto de diretor geral. Apesar das mudanças, *Le Monde Diplomatique* busca garantir a seus leitores de que a linha editorial continuará a mesma, pois constitui a principal marca de sua identidade.

¹¹⁷ SZCZEPANSKI-HUILLERY, 2005, p. 161.

¹¹⁸ Ibid., p. 163. Tradução livre da autora: “*Le Monde Diplomatique* é mais do que um jornal, é uma causa... a causa da justiça, da paz, dos povos que buscam uma saída para sua dependência”.

¹¹⁹ SZCZEPANSKI-HUILLERY, 2005, p. 168.

1.3.1 À FRANCESA

Le Monde Diplomatique conquistou prestígio internacional ao longo de sua trajetória por três razões: a densidade analítica de suas edições; a autoridade de seus autores, tanto jornalistas quanto intelectuais, versando sobre temas de interesse internacional; a crítica aos dilemas contemporâneos, com a cautela de não se prender a laços muito estreitos com teorias e partidos. Nesse sentido, a convergência de jornalistas e intelectuais – e, posteriormente de ativistas do movimento altermundialista – marca um perfil editorial diferenciado, que convida à internacionalização da revista. Assim, para Dominique Vidal: “*Cette ouverture sur le monde ne date pas d’hier. Très tôt, Le Monde Diplomatique se voulut un journal international réalisé en France plus qu’un périodique français vendu à l’étranger*”.¹²⁰

Três momentos marcaram a expansão de *Le Monde Diplomatique* ao redor do mundo. Na década de 1970, Portugal e Grécia foram os primeiros países a lançar edições próprias da revista. Para além das fronteiras europeias, *Le Monde Diplomatique* consolidou novas parcerias durante a década de 1980, com edições no México, na Argentina e na Espanha.

A segunda onda de internacionalização se inicia na década de 1990, com as duas grandes edições de *Le Monde Diplomatique*, publicadas como suplementos do berlinense *Tageszeitung* e do romano *Il Manifesto*. Em 1999, o britânico *Guardian Weekly* passou a publicar mensalmente 16 páginas traduzidas do *Le Monde Diplomatique*.

Sobre os laços de família que estavam sendo selados entre as edições internacionais, Dominique Vidal conta que:

*A mesure que notre famille s’élargit, le statut des différentes versions évolue. Les premières se contentaient de traduire les articles de l’édition française – cette formule prévaut toujours lorsque Le Monde Diplomatique constitue un supplément encarté dans un quotidien ou un hebdomadaire, celui-ci traitant déjà largement de l’actualité nationale et régionale. Mais, quand il prend la forme d’un mensuel indépendant, ses dirigeants éprouvent naturellement le besoin d’ajouter des articles originaux pour répondre aux attentes spécifiques de leur lectorat.*¹²¹

¹²⁰ VIDAL, Dominique. “*L’Internationale Du ‘Diplo’*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, novembro de 2006, p. 27. Tradução livre da autora: “Esta abertura ao mundo não é de ontem. Muito cedo, o *Le Monde Diplomatique* pretendeu ser um jornal internacional produzido na França, muito mais que um jornal francês vendido no exterior”.

¹²¹ Ibid., p. 27. Tradução livre da autora: “À medida que a família se expandiu, a situação das diferentes versões evoluiu. As primeiras contentavam-se em traduzir os artigos da edição francesa. Esta fórmula prevaleceu durante todo o tempo em que o *Le Monde Diplomatique* constituiu um suplemento encartado em jornal diário ou em uma revista semanal que já tratava da atualidade

O caráter independente do magazine propiciou uma aceleração do crescimento das edições impressas. Em 1996 eram apenas cinco, com uma tiragem de 500 mil exemplares. Em fins de 2004 já eram 25 edições impressas, totalizando uma tiragem de 1,5 milhão de exemplares. Mas na contracorrente dessa expansão, muitos países perderam suas edições por falta de recursos financeiros, como Áustria, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Líbano, México, Suécia, Turquia e Venezuela. Apesar de não contarem mais com as páginas impressas de *Le Monde Diplomatique*, muitos países mantiveram edições eletrônicas.¹²² Por esta razão, é possível assinalar um terceiro momento dessa expansão editorial, vinculada principalmente ao *boom* da Internet. Para Dominique Vidal:

*L'Internationale du Monde Diplomatique sort pour moitié des rotatives, mais l'autre moitié occupe le cyberspace : trente et une éditions sont en ligne en cette fin d'année. La plupart représentent la version numérisée d'une version papier. D'autres toutefois sont indépendantes: ainsi au Brésil, au Japon et en République Tchèque, sans oublier les éditions en catalan (réalisée en Andorre), en chinois (faite en France) et en espéranto (produite à Cuba). Mais les animateurs de ces sites Internet rêvent bien sûr d'avoir un jour un jumeau sur papier. Et cet espoir, parfois, prend corps.*¹²³

nacional e regional. Mas quando ele tomou a forma de um veículo mensal independente, seus responsáveis sentiram naturalmente a necessidade de agregar artigos originais para responder às expectativas específicas de seus leitores”.

¹²² Entre edições impressas e eletrônicas, e com periodicidades variadas, atualmente *Le Monde Diplomatique* está presente na Europa (Alemanha, Armênia, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia, Rússia, Sérvia, Suíça, Suécia), na América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Porto Rico, Uruguai, Venezuela), na Ásia (China, Coreia do Sul, Índia, Japão), na África (África do Sul, Egito, Marrocos) e no Oriente Médio (Arábia Saudita, Curdistão, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Kuwait, Líbano, Palestina, Qatar, Síria, Turquia). Em 2007, o editorial de *Le Monde Diplomatique Brasil* dizia que a revista está presente no mundo em 26 idiomas, com 33 edições eletrônicas e 36 edições impressas, somando uma tiragem total de mais de 1,5 milhão de exemplares. Em 2009, o site oficial francês afirmava a presença de 72 edições internacionais em 25 idiomas, sendo 46 impressas e 26 eletrônicas. Já em 2010, o site oficial indica 31 edições impressas e em 17 idiomas, com uma tiragem de 1,5 milhão de exemplares por mês em todo o mundo. Diante da divergência dos números, é difícil precisar o número de edições internacionais da revista, assim como as razões que levaram ao encerramento de algumas versões.

¹²³ VIDAL, novembro de 2006, p. 27. Tradução livre da autora: “Metade das edições internacionais do *Le Monde Diplomatique* saem das gráficas, e a outra metade ocupa o ciberespaço. A marca das 31 versões no ar no foi atingida no final deste ano. A maior parte corresponde a uma versão eletrônica da edição impressa. Outras, entretanto, são independentes – como no Brasil, no Japão e na República Tcheca, sem esquecer as edições em catalão (produzida em Andorra), em chinês (feita na França) e em esperanto (editada em Cuba). Mas certamente as pessoas desses sites na Internet sonham em um dia ter sua edição no papel. E essa esperança, às vezes, se torna realidade”.

Apesar da notável expansão de *Le Monde Diplomatique* em âmbito mundial, é interessante notar que esse movimento se fez, por assim dizer, à francesa. A concepção da maioria das edições internacionais se deu timidamente, sem que Paris simbolizasse seu centro irradiador, pois o desejo de contar com uma edição própria de *Le Monde Diplomatique* partiu da iniciativa dos próprios jornalistas e intelectuais mundo afora. Por isso, a matriz francesa desconsidera absolutamente a possibilidade de que esta internacionalização se traduza por um “império da imprensa mundial”:

*Qu'on n'imagine pas, au total, un empire de presse mondial! La plupart de ces éditions reposent sur la forte motivation d'un tout petit groupe d'hommes et – plus souvent – de femmes, qui ne comptent pas leur temps et disposent de moyens réduits. Si bien que l'équilibre de nombre d'entre elles demeure fragile... La création de la plupart des éditions étrangères du Monde Diplomatique n'a d'ailleurs pas résulté d'une prospection depuis Paris : presque tous nos partenaires en ont pris eux-mêmes l'initiative. Qu'ils comptent parmi les héritiers de mai 68 dispersés à travers le monde, appartiennent à la mouvance altermondialiste ou représentent simplement des organes de presse soucieux de mieux couvrir les réalités internationales, tous souhaitent surtout bénéficier de l'approche du Diplo, qu'ils jugent sérieuse, documentée et critique.*¹²⁴

Para Vidal, o desejo de ter uma edição própria da revista partiria dos “herdeiros” do Maio de 1968 espalhados pelo mundo, desejosos, sobretudo, por participar da difusão de suas ideias. Ao mesmo tempo em que não conspiraram para ter uma difusão tão expressiva, a matriz se orgulha das dimensões conquistadas: “*Voilà qui ouvre une dernière fenêtre sur l'avenir. Nul, voilà dix ans, n'aurait cru que l'Internationale du Diplo compterait aujourd'hui plus de soixante éditions*”.¹²⁵ E tal sentimento talvez se justifique justamente pelo fato de que muitos jornalistas, intelectuais e militantes compartilhem sua visão de mundo.

¹²⁴ VIDAL, novembro de 2006, p. 27. Tradução livre da autora: “Nem imaginamos que isto represente um império da imprensa mundial! A maior parte destas edições nasce da forte motivação de um pequeno grupo de homens e – mais freqüentemente – de mulheres que não fazem conta do tempo que dedicam a esta causa e trabalham com recursos reduzidos. Tanto é assim que o equilíbrio de diversas delas permanece frágil... Além disso, a criação da maior parte das edições estrangeiras do *Le Monde Diplomatique* não resultou de uma prospecção realizada a partir de Paris. Quase todos os parceiros tiveram, eles próprios, a iniciativa. Estão entre os herdeiros do maio de 68 espalhados pelo mundo, que pertencem ao movimento altermundialista ou representam, simplesmente, órgãos de imprensa social que cobrem as realidades internacionais, todos desejosos, sobretudo, de contribuir para a difusão do *Diplô*, veículo que julgam sério, documentado e crítico”.

¹²⁵ Ibid., p. 27. Tradução livre da autora: “Eis que uma nova janela se abre para o futuro. Há dez anos, ninguém poderia crer que o *Diplô* chegasse a ter hoje mais de sessenta edições internacionais”.

1.3.2 NOS TEMPOS DA IMPRENSA ALTERNATIVA

A partir das pistas trilhadas por Dominique Vidal, ao considerar que se o *boom* de edições internacionais de *Le Monde Diplomatique* se deva aos idealistas “herdeiros” do Maio de 1968, aos altermundialistas e aos jornalistas que querem participar da difusão das ideias de um magazine que consideram “sério, documentado e crítico”¹²⁶, podemos voltar no tempo a fim de reencontrar o semanário alternativo *Movimento*, pois foi nas suas páginas que *Le Monde Diplomatique* encontrou espaço pela primeira vez na imprensa brasileira.

Movimento nasceu no dia 7 de julho de 1975, sob o signo da censura prévia da ditadura militar brasileira.¹²⁷ Na arena do poder, encravado no Estado autoritário a partir de 1964, a imprensa saía de cena como “palmatória do mundo”, passando a ocupar o “banco dos réus”.¹²⁸ Ainda que acossados pelo clima tenebroso que pesava sobre a política nacional, ideias *subversivas* avivavam a imprensa brasileira. Durante quinze anos da ditadura, de 1964 a 1979, a “imprensa alternativa” surgiu, prosperou – e viu sucumbir – cerca de 150 periódicos de oposição ao Estado autoritário.¹²⁹ Entre as publicações alternativas, merecem destaque *Pif-Paf* (1964), *Amanhã* (1967), *O Pasquim* (1969), *Bondinho* (1970), *Opinião* (1972), *Movimento* (1975), *Versus* (1975) e *Em tempo* (1977).

No Brasil, expressões como “imprensa alternativa”, “independente” e “*underground*” passaram a designar a experiência de imprensa, “a única que fazia perguntas”¹³⁰ perante a ditadura. A imprensa alternativa era o berço de tais intelectuais e jornalistas “temíveis”, durante a ditadura. Asfixiados pela censura, esses profissionais buscavam brechas para oxigenar as discussões sobre a política nacional.

A tendência política bifurcava a imprensa alternativa em duas linhas. De um lado, havia os jornais predominantemente políticos, com um marxismo impresso em tintas fortes

¹²⁶ VIDAL, novembro de 2006, p. 27.

¹²⁷ Cf. AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário*. Bauru: EDUSC, 1999. *Movimento* foi idealizado por um núcleo de antigos jornalistas do alternativo *Opinião*, solidários ao jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, afastado por uma deliberação do proprietário do jornal, Fernando Gasparian. Anteriormente, este núcleo de jornalistas compôs ainda a revista *Realidade*, extinta em 1976.

¹²⁸ AQUINO, 1999, p. 157.

¹²⁹ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 13.

¹³⁰ CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995, p. 7.

nas suas páginas, pautadas por movimentos populares e temas clássicos das esquerdas, bem como pela presença marcante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na redação. De outro, havia os jornais que, recusando a primazia do discurso ideológico, voltavam-se mais para a crítica dos costumes e a ruptura cultural, com raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo sartriano, fincando suas críticas principalmente na cultura.¹³¹

A censura é um fator crucial a fim de compreender as diretrizes da imprensa alternativa, na brevidade de sua vida editorial, na asfixia ideológica que a debelava e na herança que deixaria ao jornalismo brasileiro. Depois do baque com o AI-5 em 1968, a instauração da censura prévia em 1972 trazia novas regras para o jogo, em que o silêncio era a alma do acordo. A presença dos censores na redação dos jornais, farejando como “verdadeiros *cães de guarda*, durante a vigência da censura prévia”¹³², marca a forte repressão à liberdade de imprensa, de expressão e de pensamento na época, uma vez que “um sistema político autoritário menospreza a expressão ‘verdade’. Só existe uma verdade, a oficial. E uma verdade oficial não admite qualquer pluralidade de pensamento”.¹³³

A censura arremessada à imprensa alternativa abarcava, além da severa vigilância dos censores, o araque de manifestantes de extrema direita, com os atentados com bombas lançadas às bancas de jornal.¹³⁴ Ela arrebatava a imprensa, silenciando sua voz. Ainda assim, porém, o silêncio não era absoluto, pois muitos se recusaram a se calar. Uma literatura e uma imprensa “alternativa” despontaram nesse contexto, ainda que nos “subterrâneos da sociedade”, pois:

[...] tanto os homens do poder quanto os intelectuais revolucionários sempre tiveram consciência da força da palavra. A ideia de uma revolução cultural armada foi uma preocupação das autoridades oficiais que viam o intelectual e o profissional de imprensa como cidadãos perigosos e, se comunistas, “desde há muito, tanto mais temíveis”.¹³⁵

¹³¹ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*: Nos tempos da Imprensa Alternativa. 1ª Ed. São Paulo: Scritta Editorial, 1991, p. XV.

¹³² KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda*: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 23.

¹³³ NOVINSKI, Anita. “Os regimes totalitários e a censura”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 31.

¹³⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1994, p. 31.

¹³⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 21.

Esse é o intrincado contexto que abriga o jornal alternativo *Movimento* que, desde o número zero, estava submetido à censura prévia. Entre as matérias vetadas pelos censores, havia textos sobre países do bloco comunista e sobre as relações internacionais do Brasil, encontrando ainda dificuldades para publicar textos sobre a China após a morte de Mao e a reconstrução do Vietnã, entre outras pautas.¹³⁶

É no *Movimento* que *Le Monde Diplomatique* encontra espaço pela primeira vez no Brasil, com a publicação eventual de reportagens traduzidas a partir de novembro de 1976, com pautas espinhosas como as reportagens de Ruth First sobre a África Austral ¹³⁷, de Frederic Langer e Jean-Louis Sarbib sobre o capitalismo norte-americano ¹³⁸, de Roland Berger sobre a China maoísta ¹³⁹ – com a continuidade nos artigos “A volta de Teng Hsiao-Ping” ¹⁴⁰ e na “A novela da volta de Teng” ¹⁴¹ –, além de artigos não assinados, cobrindo países do sudeste asiático, como Camboja.¹⁴²

Movimento ainda dava destaque a questões relacionadas ao papel da imprensa no mundo, o que pode ser encontrado na entrevista de Jacques Fauvet, diretor do *Le Monde*, discutindo a imprensa independente e o poder político, sob a ótica da gazeta “de um velho país, de ideias universais e intelectualismos” ¹⁴³, e na entrevista de Jean Daniel, diretor do *Nouvel Observateur*, sobre a revista que, declarando-se antiimperialista, tanto do lado

¹³⁶ MAIA, Maurício. “Censura, um processo de ação e reação”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 507. As edições do alternativo *Movimento* podem ser encontradas no acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

¹³⁷ FIRST, Ruth. “A farsa da Independência”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 70, 1º de novembro de 1976.

¹³⁸ LANGER, Frederic; SARBIB, Jean-Louis. “A saúde do capitalismo americano”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, 22 de agosto de 1977.

¹³⁹ BERGER, Roland. “As relações entre Mao, Chu En-lai e a ‘gang dos 4’”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 85, 14 de fevereiro de 1977.

¹⁴⁰ BERGER, Roland. “A volta de Teng Hsiao-Ping”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 95, 13 de fevereiro de 1977.

¹⁴¹ BERGER, Roland. “A novela da volta de Teng”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 97, 9 de maio de 1977.

¹⁴² LE MONDE DIPLOMATIQUE. “Cambodja: o fim do isolamento”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 106, 11 de julho de 1977.

¹⁴³ MOVIMENTO. “Imprensa independente e poder político”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 33, 16 de fevereiro de 1976.

soviético quanto do americano, anti-racista, anticapitalista e anticolonialista, se pretendia a “tribuna de (quase) toda a esquerda francesa”.¹⁴⁴

A questão da imprensa retorna ao *Movimento*, ao abordar a pesquisa realizada pelo *Jornal do Brasil* sobre a presença de agências de notícias internacionais no País – o que se tratava, para o jornalista Ivan Maurício, de uma “penetração da cultura importada” na imprensa brasileira. A pesquisa mostrava que 85% das notícias internacionais presentes então na América Latina eram versadas por duas agências: Associated Press (AP) e United Press International (UPI). Na crítica de *Movimento*, a questão era uma invasão cultural:

Depois da primeira guerra, com os Estados Unidos entrando em cena como potência mundial, a UPI e AP foram avançando sobre o empuxe de interesses que as fariam dominar a informação na América Latina. Essa penetração se deu através de um acordo de cartel: a agência inglesa Reuters ficava com a Ásia e Oriente Médio, onde era maior o peso britânico. A Havas (hoje a governamental France Press) com a América Latina e Extremo Oriente. Reuter [sic] e Havas dividiam a África, seguindo as estacas da colonização. Mas na década de 20 a Havas seria eliminada da América Latina pela United Press [...].¹⁴⁵

As posições severas de *Movimento*, com as críticas nessa edição de março, em relação às agências internacionais teriam desdobramentos ainda em 1977. Assim, além de *Le Monde Diplomatique*, o alternativo brasileiro contava ainda com reportagens do *The Guardian* e, principalmente, do *Le Monde*, com quem, a partir de agosto de 1977, *Movimento* firma uma parceria para mostrar “uma outra visão de como anda o mundo” a partir da premissa:

¹⁴⁴ MOVIMENTO. “A tribuna de (quase) toda a esquerda francesa”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 35, 1º de março de 1976.

¹⁴⁵ MAURÍCIO, Ivan. “Invasão Cultural na Imprensa”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 90, 21 de março de 1977.

MOVIMENTO

Com a edição semanal brasileira do **Le Monde**

Manaus, Santarém, Altamira, Macapá, Porto Velho, Rio Branco (via aérea) Cr\$ 20,00

Edição semanal - nº 138 - 20 de fevereiro de 1978 - Cr\$ 15,00

Fundador:

Hubert Beuve-Méry

Diretor:

Jacques Fauvet

Le Monde

5, Rue des Italiens
75427 PARIS — Codex 09
CCP 4207 — 23 Paris

COSTA RICA

A vitória da direita

A derrota eleitoral é um bom pretexto para o Partido de Libertação Nacional rever seu presente e recuperar o vigor de suas origens

A vitória eleitoral de Rodrigo Carazo, na Costa Rica, à frente de uma coligação que vai de extrema direita à democracia cristã, coloca na oposição o Partido de Libertação Nacional, que dominava a vida política desse país há uns trinta anos e cuja inspiração Social-Democrata (assim como sua dependência da Internacional Socialista) constituía uma singularidade para a região. Entretanto, esta vitória não significa uma "subversão". A Costa Rica, que frequentemente qualificam de "Suíça da América Central", é um pequeno país calmo (2 milhões de habitantes), realmente democrático, que possui menos de 10% de analfabetos e cuja situação econômica atual é boa, principalmente em razão das elevadas cotações do café.

O Partido de Libertação Nacional, vencido no início do mês, sem dúvida foi vítima de suas próprias vitórias e do desgaste do poder. Em 1948, para restabelecer a democracia ameaçada pelos partidários do velho presidente conservador Rafael Calderon Guardia — que recusava admitir sua derrota eleitoral — um homem político fora do comum, Catalão de origem, José Figueres Ferrer, mobiliza o povo. Trazido ao poder pela insurreição, ele dissolve o exército, nacionaliza os bancos, devolve o poder àqueles que tinham sido eleitos regularmente e... volta a cuidar de suas plantações de café (Em seguida ele próprio será eleito presidente).

Em 1948, as casernas foram transformadas em escolas: hoje, apenas 10% da população é analfabeta...

Jose Figueres é o "pai do Partido de Libertação Nacional que contribuiu grandemente para formar a moderna Costa Rica. As casernas foram transformadas em escolas, um sistema audacioso de segurança social, que mobiliza hoje três quartos da população, foi estabelecido e uma pequena indústria local nasceu ao lado das produções agrícolas tradicionais. A ausência de grandes propriedades e da mentalidade latifundiária que os acompanha, assim como os costumes dos pequenos exploradores costarriquenhos, muitas vezes reagrupados em cooperativas nas montanhas, tornaram possível esta feliz evolução.

O grupo no poder entretanto não estava isento de falhas. Ele tinha recebido para suas campanhas eleitorais fundos de Robert Vesco, um banqueiro americano desonesto refugiado na Costa Rica desde 1972, e que está sendo procurado nos Estados Unidos pela comissão de operações da bolsa por roubo no montante de 224 milhões de dólares.

A existência de grupos discordantes dentro da coligação, reagrupada sobre a sigla do Partido da Unidade, não facilitará a tarefa do novo presidente, que não está seguro de obter a maioria na Assembleia legislativa. Na Costa Rica, a alternância do poder, jogou a favor de uma direita um pouco heteroclita. Esta poderia ser também a ocasião para o Partido de Libertação Nacional, a formação política mais original de toda a América Central, fazer seu exame de consciência, e de reencontrar na posição seu vigor e sua virtude de origem.

OS MOVIMENTOS "AUTONOMISTAS" EUROPEUS

II - A arte de ser paciente

Para ter uma rádio pirata, ser ecologista ou morador clandestino é preciso ter muita paciência, para resistir à "concentração de Estado" e à assimilação pelos grandes partidos políticos

Laurent Greilsmaner

Os "autônomos" viram as costas aos aparelhos políticos. Eles dizem "não" ao esquerdismo, "não" ao militismo. Na sua maioria eles são jovens de "depois de maio de 1968". O que eles querem — ser squatters, ecologistas marginais e clandestinos nas rádios piratas — é ainda uma vã esperança.

Um personagem: o rádio-pirata. A sede de experiências na garganta e a tenacidade articulada no coração. O rádio-pirata? Um outro montador. Ele luta para conquistar um pedaço da "onda FM, entre a France-Intre e a France-Culture, ou entre a France-Culture e a France-Musique". Um espaço sonoro para ele... e para os outros.

Georges, vinte e quatro anos, profissional de informação, leva ao ar atualmente a Rádio-100. Com quinze amigos ele pretende atingir toda Paris. É um louco pelas microondas, ele quer, "onde quer que seja o bordel", distribuir chaves de abertura de mentes para todo mundo. "O que descobrimos é que o rádio é simples e barato. Cem vezes mais barato que um jornal e mil vezes mais eficaz. É preciso desmistificar.

Incluindo tudo, nosso material é uma verdadeira pechincha".

Em Hesancón, Rádio-25 está junto às fileiras. Tripudiando. Ali também são todos jovens. Lá, também, — característica comum das rádios piratas — eles não querem tomar a palavra. Não, eles querem dá-la aos outros. Seus gravadores cassete já registraram, e eles só querem pôr esse material no ar. Uma das primeiras emissões foi realizada pelo Comitê de Ligação Anti-Canal de Rhône em Rhin.

Os políticos e as "lutas secundárias" das mulheres ecologistas

Ecologistas, então? "Não, a gente se situa mais à extrema esquerda. No momento, é um pouco o jogo frente ao monopólio. A expressão no Interior, você sabe, é muito difícil e limitada". Duas rádios na infância; duas tentativas como tantas outras. Os primeiros passos de um fabuloso jogo.

Rádio Verde, a primeira a aceitar o desafio. Ela emite quotidianamente desde

sete de dezembro último. Pioneira, ela é vista quase como um antepassado dos "piratas". Rádio Fassenheim (Alsácia), Rádio 93 (Seine-Saint-Denis), Rádio Abesses-Echos (18^a Circunscrição), Rádio Livre 44 (Nantes), acabam de passar para o campo daqueles que desbravam as novas terras.

Ecologia... Ecologistas... Ecolos. É o nosso terceiro planeta. Terceira e última incursão de uma rápida viagem. A ecologia é o tronco da árvore, o eixo estruturante. Todos falam dela. Todo mundo é um pouco ecologista. Os primeiros, assim como o movimento das mulheres, os ecolos descobriram que eram autônomos. Diferentes. Pessoas à parte.

O início dos anos 70. A todo vapor e a todo fogo eles interpelam as instituições, os ministérios e os partidos políticos. "Escutem, escutem boas pessoas, nós temos coisas importantes a dizer". Vão apelo. Fracasso salvador. Os ecolos descobriram a sua verdade. "Tornamo-nos autônomos em relação à cena política e às ideologias, das quais os partidos políticos são os por-

LIVROS

O Estado e o Capital

"O Estado do capital não é uma estátua erguida pela história sobre o pedestal da sociedade"

Didier Motchane

Entre o Estado e a "sociedade civil" há continuidade e não contiguidade. Este é o fio condutor de Nicos Poulantzas, em um livro que prolonga sua pesquisa anterior na articulação do político e do social (1). É inútil censurar o marxismo pela ausência de uma teoria geral do Estado, da economia, da ideologia, visto que o campo de cada uma dessas instâncias e sua articulação estão deslocadas pela história — sendo a sucessão dos modos de produção o próprio produto de suas transformações. As relações sociais, que determinam as forças produtivas, nunca contam em uma relação de exterioridade. Uma teoria do Estado capitalista deve então constantemente levar em conta a imbricação de três instâncias — política, econômica, ideológica — na obra a cada nível da sociedade e do Estado. O exército, a política, a justiça, que são por excelência instituições do aparelho repressivo do Estado, mas que são também, como ordenadores orçamentais e compradores de força de trabalho, agentes econômicos, têm uma função ideológica tão estabelecida quanto a da escola, cujo papel político e econômico é incontestável.

Porque a determinação das relações sociais exclui toda causalidade linear, é preciso não confundir as questões do fundamento do Estado capitalista e de sua origem. A única questão pertinente é a da gênese do modo de produção capitalista. O Estado do capital não é uma estátua erguida pela história sobre o pedestal da sociedade. O poder político realiza-se no princípio da relação de exploração; a intervenção do Estado liberal na economia do capitalismo selvagem nunca teve, contraria-

mente à imagem que a ideologia jurídica não pára de lhe dar, o caráter de uma regulamentação externa: "... A separação capitalista do Estado e da economia jamais foi senão a forma específica da presença, sob o capitalismo, do Estado nas relações de produções".

É ao nível da produção do capital que Poulantzas, retomando suas análises de poder político e classes sociais, situa o fundamento do Estado capitalista, porque este reproduz a divisão social do trabalho inscrita na relação de exploração. Assim explica-se, principalmente, que a sociedade soviética apresenta os traços essenciais de um capitalismo de Estado: pelo fato da perpetuação de uma expropriação social da mais-valia, materializada pela persistência além da administração centralizada das trocas do comércio, de um mercado de trabalho.

A recusa de toda determinação unívoca das lutas de classe pelas forças produtivas leva Poulantzas a traçar a escala sobre a velha categoria das infra-estruturas. Na medida em que ele sabe guardar-se das armadilhas do funcionalismo e da sedução da análise institucional, não saberíamos censurar-lhe por isso.

Mais ainda que uma refutação necessária do economicismo, a pesquisa de Poulantzas oferece um campo de reflexão considerável sobre as relações entre o poder e a divisão social do trabalho e sobre os que tratam as lutas de classe no Estado. Se o poder político esgota todo o campo do poder (há outras lutas que não as de classes), não há espaço social que não seja marca-

do pela divisão do trabalho engendrado pelas relações de exploração. Assim, "em uma sociedade cujo Estado utiliza todos os poderes como reais de um poder de classe", toda luta, mesmo a mais distante das lutas de classe, determina-se pela relação a estas.

O poder, se é uma relação, é sempre o poder de alguém. Assim como não existiria classes sem luta, não pode haver (no capitalismo) lutas sem classes. Se é verdade que a eterna repetição da dialética do senhor e do escravo pode causar desvio de dialética. É um argumento do qual os senhores sempre foram os únicos a tirar proveito. Todo poder desencarnado é irrealizável.

É também o que mostra Poulantzas quando descobre na autolimitação jurídica do Estado capitalista — a separação do público e do privado — o princípio do totalitarismo. Essa limitação é, com efeito, a marca necessária do poder, a sanção da soberania: "o privado não é senão a réplica do público, porque (...) o Estado traça os contornos dele. O indivíduo privado não é um obstáculo intrínseco à ação do Estado, mas um espaço que o Estado moderno constrói percorrendo-o...".

A força do pensamento de Poulantzas contém, com todo rigor com que ela sujeita-se a situar na história, um objetivo compreendido — mas não constituído — pelo conjunto de suas relações. Ele nos oferece um exemplo pouco frequente nestes tempos que correm de um bom uso do marxismo.

(1) — *L'Etat, le pouvoir, le socialisme* - PUF, 300 páginas, 49 francos.

Le Monde

Junto com Movimento, a partir de agora, a edição semanal brasileira do Le Monde vai lhe mostrar uma outra visão de como anda o mundo

Ao ler um jornal diário, você já deve ter notado que quase todas as notícias sobre os outros países começam com um parêntese que dá a procedência da notícia; invariavelmente, a notícia é fornecida por apenas umas poucas grandes agências de notícias como a UPI, AP, FP e Reuters. Que significa isso? Significa que notícias provenientes de mais de uma centena de países são elaboradas e processadas por empresas jornalísticas altamente monopolizadas de poucos países - uma espécie de cartel de informações com base nos EUA, França e Inglaterra - o que não lhe dá muitas chances de escolher sua fonte de informação.

O poder dessas agências é tão grande que a UNESCO, a agência de Educação, Ciência e Cultura da ONU está propondo aos governos dos diversos países formas de democratizar a informação e, entre elas a montagem de agências próprias, reunindo países que estão fora do restrito círculo dos participantes do cartel da informação.

Essa é uma das razões pelas quais Movimento passará a publicar a edição brasileira do Le Monde, um dos mais respeitados e influentes diários de todo mundo. Os correspondentes do Le Monde estão constantemente acompanhando a evolução política, econômica e cultural de variados países oferecendo aos seus leitores uma visão própria e aprofundada dos principais assuntos da atualidade.

Nas últimas semanas, citando apenas alguns exemplos, o principal editor de assuntos internacionais do Le Monde esteve na China, de onde produziu uma longa série de artigos sobre as mudanças que ocorreram neste país depois da morte de Mao Tsetung; estre-

ve em seguida na Coreia do Norte relatando fatos e realizando análises que dificilmente seriam encontrados em qualquer outra grande publicação a que temos acesso. O correspondente do Le Monde no Brasil produziu, nas últimas semanas, um extenso relato sobre as condições de trabalho da Igreja no Brasil; de Sri-Lanka, o ex-Ceilão, outro correspondente explica aos leitores de maneira detalhada porque a primeira ministra socialista foi derrotada nas recentes eleições parlamentares desse país. Assim, ao invés da notícia que fala apenas do acontecimento, ou do que disse o político x, o Le Monde oferece uma visão ampla das situações políticas e das lutas populares que estão por trás dos acontecimentos.

Outra razão que leva Movimento a publicar a edição semanal do Le Monde é a tradição progressista desse jornal. O Le Monde surgiu logo depois da libertação da França da ocupação nazista a partir de um jornal que havia colaborado com o invasor e que passou para as mãos dos jornalistas da resistência. Finalmente, uma semelhança entre Movimento e Le Monde: ambas as publicações são feitas por empresas que se distinguem das demais por não terem um patrão que dite uma linha editorial segundo seus interesses. No Le Monde, como em Movimento, a propriedade da empresa é distribuída entre os jornalistas e funcionários que o fazem. Essa é uma garantia de que a publicação não defenderá os interesses de grandes grupos econômicos; é, enfim, uma garantia de independência e honestidade nas informações que você passará a ter a oportunidade de ler, toda segunda-feira, com Movimento e a edição brasileira do Le Monde.

Entrevista de Jacques Fauvet, do Le Monde, publicada no Movimento, em fevereiro de 1976.

Each Line = 1 Minute

[illegible]

No entanto, o mecanismo que interessa à racionalidade transnacional de alguns países. O Parlamento sul-africano, inteiramente composto de deputados brancos, afirma o direito de estados do Transvaal, autorizando a África do Sul a se separar de uma fração de sua terra para a declarar a independência de um reino de língua Xhosa. A lei define as categorias de pessoas que deverão de africanos africanos para tornarem-se, obrigatoriamente, cidadãos sul-africanos — isto é, aqueles que atualmente vivem no Botsuana; todos aqueles que a Secessão mas que tendem agora, mesmo a em caráter permanente, fora do tempo delimitado, e ainda aqueles que são "aparentados" associados voluntariamente ou de outra maneira, a africanos transvaalenses. Agora que o Transvaal não pode mais, como transvaalenses, e que o Xhosa não pode mais, como transvaalenses, fazer do Transvaal — perderá sua nacionalidade independente e todos os direitos que anteriormente lhe eram inerentes. Isto significa que mais de 1,5 milhões de transvaalenses que lá tendem primordialmente fora do Reino Unido — que talvez não tenham sequer estado nele — serão estrangeiros na África do Sul. Lá aqueles que desejarem a nacionalidade transvaalense serão considerados cidadãos africanos.

Entre dos pontos críticos que se abrem esta perspectiva, a África do Sul pode encontrar na sua defesa a solução dos trabalhadores imigrantes na Europa. Na realidade, porém, há muita diferença. Em primeiro lugar, os países do mundo não têm mais onde trabalhar, ao passo que atualmente há 3,2 milhões de desempregados instalados definitivamente nas cidades sul-africanas. Certamente, essas tropas não poderão ser usadas a nacionalidade sul-africana, algo que, aliás, é permitido aos brancos que têm a cidadania de estrangeiros na África do Sul. Como em quase todos os lugares, os brancos podem adquirir a nacionalidade do país receptor, comprar bens imobiliários, terras e desfrutar a igualdade em todos os domínios da vida. E os africanos, que cresceram na África do Sul, nunca o poderão, e agora as tropas ficariam ainda piores.

Por outro lado, a crucial dos beterrams não impedirá que os *aficionados* continuem a oferecer mão-de-obra barata para a economia sul-africana. Quanto a pondo dos *aficionados* políticos dos *aficionados* ideológicos da política dos *aficionados* acham que ela será plenamente compensada nos próximos meses, uma vez que lá eles recebem, então, todo o direito das mãos de governantes que pensam à sua própria vida.

Em um século, o trabalho migrante e a presença de terras improdutivas marcam indelével e na economia brasileira. A região não possui o suficiente para alimentar sua população e deve regularmente importar cereais e outros da África do Sul. A economia é reduzi da ao m m m m m e a formação de capitais com a ajuda dos fundos internacionais é praticamente impossível. Assim como os países africanos emergentes, os capitais devem vir do exterior. Em 1963-64, mais de 60 por cento da renda do Trânsito veio do Tesouro sul-africano; em 1965 esta porcentagem ultrapassou 75 por cento. Vários outros índices revelam o estado de dependência ao qual se encontra o Trânsito em relação ao governo de Pretória. Em particular, os salários dos trabalhadores empregados lá vão de longe a principal fonte de receitas tributárias (70 por cento aproximadamente), e nos últimos anos a importância dessa contribuição não diminuiu ao contrário, aumentou.

A quem interessar a criação de novos Estados?
 Chefes tradicionais, percebendo as funções administrativas e judiciais que lhe foram delegadas pelo Estado, não hesitam nem um instante no poder político para se imporem nos negócios e na vida da comunidade. Nestes últimos anos, um grupo muito pequeno de capitalistas emergiu, ao lado da burocracia administrativa, e começou a dominar pequenas regiões, beneficiando-se dos créditos oferecidos pelo Estado. Funcionário Estado, um órgão governamental.

Chegando à independência, a Transilvânia teria de enfrentar uma situação tão difícil em chefiar a fronteira de fronteira formada entre seus cidadãos (os chefes diplomáticos de cada país antes de 1910 do Parlamento de Transilvânia) e o poder que lhes permitia intervir nos assuntos, baseando-se em interesses dinásticos e querendo mais terra. O Partido Democrático transilvano, no particular, não teve dificuldade em organizar um sistema reunindo sobre o problema da unidade à independência. O chefe Károlyi Miksa, no entanto, estabeleceu o novo Estado, criando-se a organização do Estado sobre o tema da independência. Seus planos incluíam a dissolução de qualquer conexão, mas não se conseguiu que não se "desfizesse" o "desfazer", mas sim, o "desfazer". Os verdadeiros pontos - não da parte alemã, mas sim, alemã, foram os pontos que não se conseguiram, mas sim, a esperança de que aquilo da independência da Transilvânia não afetaria aos países que tinham nos cidadãos e nos seus interesses.

1) *Extrait des humanités de l'École de St. Basile, par*
St. Ephrem, Chrysostome, Cyrille, Basile, etc.

Cambodja: o fim do isolamento

Após cinco anos de uma guerra selvagem e dois anos de isolamento, o Cambodja parece estar procurando um maior relacionamento externo a fim de implementar sua economia

Le Monde Diplomatique

Quem ainda lembra que após mais de dois anos de isolamento, a República do Cambodja abandonou lentamente seu isolamento? Depois de cinco anos de guerra e dois anos de isolamento, o Cambodja parece estar procurando um maior relacionamento externo a fim de implementar sua economia.

Desde a sua independência em 1953, o Cambodja viveu uma existência pacífica e independente. Mas, em 1970, o Cambodja foi tomado por um golpe de Estado que o levou a uma situação de guerra civil. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

A situação do Cambodja mudou drasticamente em 1975, quando o regime de Pol Pot tomou o poder. Desde então, o país viveu sob um regime de terror e isolamento. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

Para alguns, a situação do Cambodja mudou drasticamente em 1975, quando o regime de Pol Pot tomou o poder. Desde então, o país viveu sob um regime de terror e isolamento. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

As dificuldades da reconstrução do país

Após dois anos de isolamento, a reconstrução do país é uma tarefa árdua. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

Na falta de informações completas e objetivas, os dados sobre o Cambodja são escassos. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

Quando de todos os países da região, o Cambodja é o mais isolado.

O caráter singular e radical do Cambodja reside no fato de que a Constituição que se encontra atualmente em vigor é a única do mundo que não foi elaborada por um órgão legislativo, mas sim por um órgão executivo. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

Além disso, o regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

De acordo com o regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

Independência econômica

Até agora, o Cambodja não conseguiu alcançar a independência econômica. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

A situação econômica do Cambodja é precária. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

Na falta de informações completas e objetivas, os dados sobre o Cambodja são escassos. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

Comunicações com o exterior são muito limitadas. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

A agricultura, base do desenvolvimento industrial

Como a base econômica do Cambodja, a agricultura é o setor mais importante. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

Além disso, o regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

A situação econômica do Cambodja é precária. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

Na falta de informações completas e objetivas, os dados sobre o Cambodja são escassos. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

Na falta de informações completas e objetivas, os dados sobre o Cambodja são escassos. O regime de Pol Pot, que se autodenominava "Revolução Cambojana", levou o país a um estado de isolamento total.

Ao ler um jornal diário, você já deve ter notado que quase todas as notícias sobre os outros países começam com um parêntese que dá a procedência da notícia; invariavelmente, a notícia é fornecida por apenas umas poucas grandes agências de notícias como a UPI, AP, FP e Reuters. Que significa isso? Significa que notícias provenientes de mais de uma centena de países são elaboradas e processadas por empresas jornalísticas altamente monopolizadas de poucos países – uma espécie de cartel de informações com base nos EUA, França e Inglaterra – o que não lhe dá muitas chances de escolher sua fonte de informação. [...] Essa é uma das razões pelas quais *Movimento* passará a publicar a edição brasileira do *Le Monde*, um dos mais respeitosos e influentes diários de todo mundo. Os correspondentes do *Le Monde* estão constantemente acompanhando a evolução política, econômica e cultural de variados países, oferecendo aos seus leitores uma visão própria e aprofundada dos principais assuntos da atualidade. [...] Outra razão que leva *Movimento* a publicar a edição semanal do *Le Monde* é a tradição progressista desse jornal. O *Le Monde* surgiu logo depois da libertação da França da ocupação nazista a partir de um jornal que havia colaborado com o invasor e que passou para as mãos dos jornalistas da resistência. Finalmente, uma semelhança une *Movimento* e *Le Monde*: ambas as publicações são feitas por empresas que se distinguem das demais por não terem um padrão que dite uma linha editorial segundo seus interesses.¹⁴⁶

Movimento contava com uma grande redação, com nomes como Bernardo Kucinski, Caio Prado Junior, Eduardo Suplicy, Fernando Henrique Cardoso, Flávio Carvalho, José Miguel Wisnick, Luis Nassif, Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni, Renato Ortiz e Ricardo Kotscho. Nos seus seis breves anos de vida, tornou-se um dos mais importantes jornais alternativos, inaugurando uma *frente jornalística* de resistência.¹⁴⁷ No folheto de lançamento, número zero de *Movimento*, a proposta era clara:

Movimento deve continuar sendo, como sempre, um *jornal de frente*, sem vinculação partidária, que tem como aspecto principal o combate ao regime ditatorial-militar e a defesa de um programa democratizador de acordo com os interesses populares; mas que tem também, como aspecto subordinado, o debate das posições divergentes no seio do movimento democrático e popular com o sentido de contribuir para a superação de suas debilidades.¹⁴⁸

¹⁴⁶ MOVIMENTO. “Le Monde”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 113, 29 de agosto de 1977.

¹⁴⁷ KUCINSKI, 2003, p. 347.

¹⁴⁸ PEREIRA, Raimundo Rodrigues. “Nasce um Jornal”. In: *Movimento*, São Paulo, 7 de julho de 1975, p. 4-5. Cf. AQUINO, 1999, p. 128.

Apesar de pleitear sua isenção partidária, *Movimento* nasceu vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com articulações distintas, que acabariam entrando em choque e levando à desagregação do jornal.

Data de 23 de novembro de 1981 a última edição de *Movimento* nas ruas. O fim do semanário se deve à incontornabilidade da crise financeira que o vinha rondando, apesar de que as justificativas para a sua extinção, bem como para o desaparecimento de considerável parte da imprensa alternativa, antecedem e ultrapassam essa crise financeira. Além disso, o fim da censura e a abertura política foram tiros que saíram pela culatra para a imprensa alternativa, como se sua única razão de existir fosse a resistência.¹⁴⁹

Mas o caso de *Movimento* é emblemático para a compreensão do “fim” da imprensa alternativa. Além da debilidade financeira, a presença do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a potência do movimento do Partido dos Trabalhadores (PT) que se erguia à época foram cruciais para sua extinção. De acordo com Bernardo Kucinski, Raimundo Pereira decide fechar o *Movimento*, para que o alternativo não caísse nas mãos da crescente força política do PT:

Como um general que, entre deixar uma ponte cair nas mãos do inimigo ou destruí-la, prefere a última hipótese, Raimundo decidiu fechar *Movimento*. [...] Em 15 de novembro de 1981, uma convenção nacional dos trabalhadores de *Movimento* reunida numa sala do cursinho Politécnico, em São Paulo, aprovou a recomendação de Raimundo Pereira, de fechamento do jornal, o que é anunciado em edição pomposa, sua última edição, de número 344. [...] Morre o jornal e nasce o mito de *Movimento*.¹⁵⁰

É, portanto, o mitológico *Movimento* que abriga *Le Monde Diplomatique* pela primeira vez na imprensa brasileira. Ao ceder espaço para os artigos do magazine francês, o alternativo sinaliza a presença de uma linha partilhada por essas publicações, especialmente no que se refere à análise crítica sobre a política de sua época. A compreensão sobre o que simboliza a imprensa alternativa, principalmente na década de 1970, é essencial para pavimentar a história de *Le Monde Diplomatique* no Brasil.

¹⁴⁹ KUCINSKI, 1991, p. XXV.

¹⁵⁰ Id., 2003, p. 402.

1.3.3 PILARES DE *LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL*

Depois de sua breve passagem no alternativo *Movimento*, *Le Monde Diplomatique* estreia na imprensa brasileira a partir de agosto de 2007, com uma edição própria ancorada na proposta: “Um novo olhar sobre o mundo. Um novo olhar sobre o Brasil”.

Este estudo pretende evidenciar as ideias presentes na revista sobre a realidade contemporânea, a fim de delinear os contornos dessa nova perspectiva. Estas páginas oferecem uma interpretação sobre *Le Monde Diplomatique Brasil* nos seus elos com a imprensa e a história. Para tanto, há de se considerar os papéis da revista na imprensa (nas suas diretrizes editoriais pluralistas e críticas) e na história política (nas suas críticas antineoliberais e antiimperialistas e proposições altermundistas), papéis não isolados, mas intrinsecamente cruzados. Destarte, é preciso discutir a mídia *Le Monde Diplomatique Brasil* nos seus nexos internos, por considerar que as mídias são, antes de tudo, pequenos universos simbólicos, que devem ser estudados por *dentro* e, posteriormente, indo além, para seus elos externos.¹⁵¹ Assim, as páginas desta revista podem ser lidas como um lugar privilegiado para a análise do movimento das ideias, considerando que:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são, aliás, um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, a revista é, antes de tudo, um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.¹⁵²

Na arena da imprensa, a revista se pretende uma publicação diferenciada da mídia *mainstream*. Não por acaso, *Le Monde Diplomatique* encontrou espaço pela primeira vez no Brasil com a “imprensa alternativa” eferescente durante a ditadura militar, no semanário *Movimento*, em 1976. A partir de agosto de 2007, a revista conquistou uma edição impressa

¹⁵¹ JEANNENNEY, Jean-Noël. “A mídia”. In: *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213-230.

¹⁵² SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 249.

no Brasil, com a proposta de se posicionar como uma alternativa editorial politizada, independente e crítica.

Na trilha da história, a revista se lança como um ator político que se pretende um motor de transformações. Além de pensar a realidade contemporânea no tabuleiro geopolítico, a revista se articula com os novos movimentos, principalmente altermundialistas, o que suscita as questões: como é o mundo criticado nas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil*? E que novo mundo propõe? Assim, este estudo pretende historicizar essa questão contemporânea, ao considerar que as questões imbricadas entre a imprensa e a história são elos da mesma corrente.

Três pilares sustentam a estrutura desta dissertação. No Capítulo I (*Bem-vindo, Diplô*) é delineado o contexto em que *Le Monde Diplomatique* estreia no Brasil, em 2007.¹⁵³ As cartas dos leitores recebem especial atenção no primeiro capítulo, a fim de destacar a sintonia e as dissonâncias entre a revista e seus leitores no que diz respeito aos seus posicionamentos políticos. Nesse capítulo ainda são abordados o estilo, o grid editorial e as pautas da revista.

O Capítulo II (*O mapa-múndi contemporâneo*) corresponde à análise da revista¹⁵⁴, lidando com as doze primeiras edições publicadas entre agosto de 2007 e julho de 2008,

¹⁵³ Além da contextualização histórica, este estudo conta com os depoimentos de Antonio Martins, Carolina Gutiérrez, Maíra Kubík Mano, Pedro Ribeiro Nogueira e Sílvia Caccia Bava, no intuito de dar voz aos protagonistas da trama de *Le Monde Diplomatique Brasil*. Considera-se que atualmente a história oral constitua uma importante ferramenta de documentação para sedimentar o conhecimento social, abrindo um novo leque de possibilidades de interpretações e leituras. As entrevistas foram gravadas, transcritas e editadas. Posteriormente, foram apresentadas aos colaboradores, que assinaram a autorização para os depoimentos.

¹⁵⁴ Este estudo conta com outras fontes na revisão bibliográfica para pavimentar as considerações sobre *Le Monde Diplomatique Brasil*. No Brasil, há três pesquisas pertinentes a essa revisão: *Le Monde Diplomatique na contemporaneidade: comunicação e globalização*, pesquisa liderada por Maximiliano Martin Vicente, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) desde 2004, autor ainda de *História e Comunicação na nova ordem internacional*, em que dedica um capítulo ao *Le Monde Diplomatique* na cobertura do 11 de Setembro; *A mídia altermundialista: a participação do Le Monde Diplomatique no Fórum Social Mundial*, dissertação de mestrado em Relações Internacionais de Elisa de Santana Batalha, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2006; e *Le Monde Diplomatique: um jornal para pensar*, tese de doutorado de Patrícia Burrowes, defendida na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2002. Todavia, vale destacar que se encontra nesses estudos apenas um apoio, pois, apesar de alinhadas, suas propostas não coincidem com as diretrizes da presente dissertação. É importante frisar que a proposta desta dissertação não é realizar uma análise de discurso, circunscrita aos textos publicados na revista. A presente análise se apóia nas técnicas apontadas na análise de conteúdo de Laurence Bardin (Edições 70, 1977). Nesse sentido, a abordagem analisa o conteúdo da revista no primeiro momento e, a partir disso, busca tecer um fio de coerência interpretativa entre os textos e o contexto ao seu redor.

incluindo os *Cadernos da América Latina*.¹⁵⁵ Para destrinchar os nós da perspectiva de *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre o mundo contemporâneo, com ênfase especial sobre a América Latina, a análise se apoiará em três pilares: questões econômicas, questões políticas e questões midiáticas.

Por fim, o Capítulo III (*Por uma história possível*) entrelaça as questões içadas anteriormente, na tentativa de tecer o enredo de *Le Monde Diplomatique Brasil*, no movimento das ideias efervescente na imprensa contemporânea.

As ilustrações presentes na abertura dos capítulos fazem parte da *Utopia Station*¹⁵⁶, uma estação itinerante de arte contemporânea presente na primeira edição da revista. Ainda na edição de estreia, o editorial “Um novo olhar” dá o tom para as aspirações da revista:

Le Monde Diplomatique Brasil constitui, finalmente, uma porta aberta ao novo. Novos comportamentos, novas formas de intervenção cultural, novas proposições artísticas. A extraordinária mobilidade de pessoas e informações talvez seja o traço mais marcante desta época. O intercâmbio, talvez caótico, mas extremamente vigoroso, que daí resulta, oferece à humanidade uma oportunidade única. Queremos ser os olhos e os ouvidos deste tempo. E também os seus protagonistas.¹⁵⁷

Nestas páginas, *Le Monde Diplomatique Brasil* conquista o espaço almejado.

¹⁵⁵ Os *Cadernos da América Latina*, ora referidos como *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano*, constituem uma iniciativa do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO). No *Le Monde Diplomatique Brasil*, os cadernos foram bimestralmente publicados como encartes especiais a partir novembro de 2007. Além deste espaço, os textos são publicados no jornal *La Jornada*, do México, e nas edições de *Le Monde Diplomatique* na Argentina, na Bolívia, no Chile, na Colômbia, no Peru e no Uruguai.

¹⁵⁶ *Utopia Station* é um projeto de arte contemporânea que pretende ser um ponto de encontro entre a arte e a política, sob a forma de estação itinerante de painéis. Idealizado por Hans Ulrich Obrist, Rirkrit Tiravanij e Molly Nesbit para a Bienal de Veneza de 2003, a *Utopia Station* fez intervenções no Fórum Social Mundial de 2005 e está presente na primeira edição de *Le Monde Diplomatique Brasil* de 2007. Os pôsteres selecionados foram reproduzidos neste trabalho com a autorização de Tim Ridlen, diretor do portal *E-flux*, que abriga o projeto *Utopia Station* na web.

¹⁵⁷ ARANTES, agosto de 2007, p. 3.

LIFE SHALL BE GLORIOUS TO ALL

... we were driven by {celestial warning} {the computer Mima} in quest of distant exile
and untenanted realms: we built {our fleet} {the spaceship Aniara} fast beneath
Antandros and the hills of Phrygian Ida, knowing not whither Fate was tending nor
where haven should be granted us....{not as} an outcast I fared forth to the deep ...
with my comrades and my son, my home-gods and divinities of power.

the oleanna group with martha rösler

exodus, not exile

oleanna
space ship
station

2 BEM-VINDO, *DIPLÔ*

Le Monde Diplomatique Brasil estreia no mercado editorial em agosto de 2007, com a proposta de oferecer “um novo olhar sobre o mundo, um novo olhar sobre o Brasil”. Na carta de apresentação ficam claras suas premissas editoriais. A carta diz:

Le Monde Diplomatique Brasil é a edição brasileira impressa no mensário francês *Le Monde Diplomatique*. Tem por objetivo produzir e veicular análises e debates sobre temas econômicos, sociais, políticos, culturais e filosóficos, de âmbito nacional e internacional. O Instituto Pólis é o responsável institucional pelo periódico. Mas a iniciativa de lançá-lo só obteve êxito graças ao esforço conjunto de várias instituições e pessoas, que acreditaram no projeto, somaram ações para viabilizá-lo e participam ativamente nele. Reunindo nomes ilustres dos meios intelectual, científico, artístico e político brasileiros, nosso Conselho Editorial é expressão desta convergência. Com independência político-econômica, autonomia editorial e densidade analítica, *Le Monde Diplomatique Brasil* é uma publicação democrática, pluralista, apartidária e crítica. A partir deste número, estará mensalmente em todas as bancas do país e nos endereços de seus assinantes, ocupando um espaço que não foi até agora devidamente contemplado pelo jornalismo brasileiro. A edição brasileira se beneficia com a tradução do excelente conteúdo editorial do original francês, agregando a ele análises e debates produzidos no Brasil.¹⁵⁸

O primeiro editorial é peça-chave para compreender o presente contexto:

¹⁵⁸ LE MONDE DIPLOMATIQUE. “Apresentação”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 2.

Vivemos, talvez, um momento de transição do padrão civilizatório. Um tempo de perplexidades. A ameaça de desastres climáticos, pandemias e conflitos étnico-religiosos inspira cenários apocalípticos de morte e destruição. Enquanto isso, o processo científico-tecnológico, a criação de uma rede mundial de comunicação, a interação sem precedentes das mais diversas matrizes culturais abrem perspectivas inéditas para o desenvolvimento humano. Como pano de fundo, vemos prolongarem-se assimetrias nas relações entre os países, escandalosas desigualdades no acesso aos bens materiais e culturais pelas diferentes classes, manipulações das consciências pelas grandes corporações da mídia e do entretenimento. Mais do que nunca, precisamos de reflexões aprofundadas que instaurem, entre nós, espaços de lucidez. Até porque, os discursos fáceis e as fórmulas simplistas, à direita e à esquerda, foram reprovados no teste da prática, evidenciando sua inconsistência.¹⁵⁹

Assim, o século XXI marcaria um momento a ultrapassar a clássica polarização entre direita e esquerda, presente nos séculos XIX e XX. Portanto, há de se considerar primeiramente que *Le Monde Diplomatique Brasil* se apresenta como uma nova imprensa. Nessa linha, o editor pondera que:

[...] com o fim da bipolaridade e a obsolência dos grandes modelos teóricos herdados do século XIX, a intelectualidade encontra-se livre de opressivas camisas-de-força ideológicas – livre para construir novos paradigmas capazes de responder aos desafios do presente, como tem sido apontado pelas sucessivas reuniões do Fórum Social Mundial. Tal constatação, por si só, justificaria o lançamento de *Le Monde Diplomatique Brasil* – edição brasileira impressa do periódico francês *Le Monde Diplomatique*. Pois, nascido em 1954, como suplemento do prestigioso cotidiano *Le Monde*, este se tornou, ao longo dos anos, uma permanente referência para quem busca inteirar-se do cenário mundial e dos grandes temas políticos, sociais, econômicos, culturais e filosóficos da atualidade. [...]. A edição brasileira é herdeira desse sólido legado. Sem pretender medir forças com outros órgãos da imprensa nacional, esperamos ocupar um espaço muitas vezes negligenciado, contribuindo para a crítica ao pensamento único. [...] A visão multilateral da cena planetária, em contradição com o foco estreito ditado pelos centros hegemônicos do poder, é um traço de *Le Monde Diplomatique*, do qual se beneficiará a edição brasileira.¹⁶⁰

¹⁵⁹ ARANTES, José Tadeu. “Um novo olhar”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 3.

¹⁶⁰ ARANTES, agosto de 2007, p. 3.

O cenário contemporâneo – após os desencantos com a esquerda revolucionária no passado, a ascensão e as convulsões do neoliberalismo, a ascensão de um novo imperialismo na ordem mundial globalizada – descortina assim um novo momento que, por sua vez, abriga novas movimentações e diálogos.

Sobre o “momento certo” que acolheria *Le Monde Diplomatique* no Brasil, o editor Sílvio Caccia Bava ¹⁶¹ considera que o novo contexto histórico permite “olhar para o futuro”. Na sua leitura, essa possibilidade foi incorporada à linha editorial da revista.

Na década de 1990, a política neoliberal estava na ordem do dia no Brasil.¹⁶² Enquanto isso, poucas publicações se desafiavam do ideário neoliberal então dominante.¹⁶³ Mas um novo capítulo se inicia com a vitória do ex-operário metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2002, trazendo uma onda de esperanças e altíssimas expectativas sobre os rumos da política nacional.

À ótica otimista se aliam muitos fatores à primeira vista desconexos, como as manifestações em Seattle em 1999, a ciranda planetária com o Fórum Social Mundial em 2001, a amplificação a decibéis inéditos das discussões sobre os rumos do mundo nos moldes do neoliberalismo e a ascensão de governos “progressistas” na América Latina. Apesar das distintas linhas, os fatores se articulam em um eixo comum: a busca por alternativas. Para o editor de *Le Monde Diplomatique Brasil*, os novos tempos fazem um convite para:

¹⁶¹ Sílvio Caccia Bava é sociólogo e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Passou pelo alternativo *Em Tempo*, criado após a ruptura de *Movimento*. Atualmente, é editor do *Le Monde Diplomatique Brasil* e coordenador do Instituto Pólis.

¹⁶² Em 1994, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) ascende à presidência. A partir de Cardoso, as relações entre Estado e mercado passam por mudanças consideráveis. Com a aprovação quase integral no Congresso Nacional, foram iniciadas mudanças impactantes como a abertura ao capital estrangeiro; a transferência do monopólio da exploração, do refino e do transporte do petróleo para a União; a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações a empresas privadas. Além de tais mudanças constitucionais, a onda de privatizações marca expressivamente a época. Com efeito, as medidas legislativas foram aprovadas com facilidade pelo Congresso Nacional, apesar da oposição da minoria de esquerda posicionada atrás das bandeiras da defesa do “patrimônio público” e da “economia nacional”. No entanto, o predomínio da política neoliberal marcou a era Cardoso, que se manteve por dois mandatos consecutivos (1994-1998 e 1998-2002). Cf. SALLUM JR., Brasília. “O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo”. In: *Tempo Social*. São Paulo: Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, vol. 11, nº 2, outubro de 1999, p. 28-29.

¹⁶³ Após a abertura democrática, as impactantes transformações na imprensa brasileira foram esboçadas por uma padronização jornalística no sentido de que “uma das diferenças está na impressionante uniformidade de posições em cada um dos jornais, e não na diversidade”, critica Nelson Werneck Sodré, considerando que o apoio ao neoliberalismo adotado pelo governo brasileiro é uma das características mais marcantes da nova imprensa na década de 1990. Segundo Sodré, a imprensa estaria, mais do que nunca, afinada com o poder dominante, com as forças políticas dominantes e com as políticas econômicas neoliberais. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. XVI.

[...] olhar para o futuro. Durante os anos 90, o berço do neoliberalismo acabou com a discussão sobre o futuro: não tem discussão sobre projetos de desenvolvimento, não tem discussão sobre o Brasil que queremos daqui a 30 anos, quanto menos as cidades. Depois, nós entramos na discussão sobre novos paradigmas: novos paradigmas de desenvolvimento local, novos paradigmas de desenvolvimento ambiental, novas políticas de inclusão social. Isso tudo está muito afinado com a concepção do Fórum Social Mundial. Nós temos de encontrar novas formas de convivência, novas culturas, novos padrões de consumo e produção. [...] É preciso situar historicamente. Não é casual. Quando se inicia o governo Lula, havia uma expectativa muito grande [...]. Esse cenário, com essa expectativa iniciada com o primeiro governo Lula, era um convite a pensar o futuro. Agora nós podemos pensar um projeto de desenvolvimento diferente, nós podemos pensar vários cenários. E aí começa a haver um debate de alternativas, que não existia antes. No governo Fernando Henrique, não tinha discussão. Essa “aparente substituição”, vamos dizer assim, de forças políticas no governo, também tem uma dimensão latino-americana, com os novos governos na América Latina. O que estamos procurando? Para onde está apontando o que é inovador? Quais são as descontinuidades e rupturas dos processos políticos? Interessa-nos saber o que o Morales está fazendo na Bolívia, o que o Chávez está fazendo na Venezuela, o que a Alba significa. E a grande imprensa não trata dessas coisas – ou trata de uma maneira muito pejorativa. Então, poderia dizer que uma das vertentes das nossas preocupações é justamente captar o que significa a entrada de novos atores nesse cenário político.¹⁶⁴

Neste momento, não nos dedicaremos à crítica das políticas do governo Lula, mas destacamos as esperanças alavancadas por ele. Após uma década de um neoliberalismo estonteante, o avanço das políticas sociais e as conquistas na economia – entre continuidades ainda de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – foram cristalizadas nos discursos “nunca antes na história deste país” as expectativas de que as mudanças estão a caminho. É neste contexto, finalmente, que *Le Monde Diplomatique* estreia sua edição impressa em agosto de 2007, com o patrocínio da Petrobras, além do Ministério da Cultura do Governo Federal, mediante a Lei de Incentivo à Cultura.

Mas antes da edição impressa, *Le Monde Diplomatique* ensaiou uma edição eletrônica no Brasil, em 1999. Bernard Cassen e o jornalista Antonio Martins¹⁶⁵ discutiram a

¹⁶⁴ Sílvio Caccia Bava, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010.

¹⁶⁵ Antonio Martins é jornalista. Foi editor da edição eletrônica de *Le Monde Diplomatique Brasil* entre 1999 e 2009. Participou das equipes de redação de diversas publicações alternativas, como *Agência Carta Maior* e *Brasil De Fato*, além da criação da *Ciranda Internacional da Informação*

possibilidade de trazer o *Le Monde Diplomatique* para o Brasil e logo selaram a parceria. Em dezembro de 1999, o número zero da edição eletrônica foi ao ar, com apoio do Instituto Abaporu: “Uma empresa com um capital de R\$ 7 mil. Dez pessoas se juntaram para dar R\$ 700 cada para fazer essa edição”, conta Martins.¹⁶⁶

Entre 1999 e 2004, a edição eletrônica brasileira de *Le Monde Diplomatique* foi uma publicação constante, mas com poucos leitores e não mais do que 200 assinantes. Entre 2005 e 2006, uma nova versão eletrônica foi lançada, aberta aos leitores com a licença *Creative Commons*¹⁶⁷ e apoiada pelo Instituto Paulo Freire. Ainda assim, a edição se dedicava apenas à tradução dos artigos de edições internacionais de *Le Monde Diplomatique*, recuperando principalmente o arquivo da edição francesa.¹⁶⁸ Os artigos foram organizados por palavras-chaves e fichas temáticas em uma biblioteca digital, atraindo cerca de 2 mil leitores.

Quanto ao início da edição impressa de *Le Monde Diplomatique* no Brasil, o sociólogo Sílvio Caccia Bava conta que, a partir de um artigo publicado na sua coluna no *Diário de S. Paulo* em 2005, foi procurado por integrantes do movimento ATTAC Brasil. Assim foi o primeiro encontro com Antonio Martins. Nessa oportunidade, surgiu a ideia: “Por que nós não juntamos para fazer a edição impressa de *Le Monde Diplomatique* no Brasil?”¹⁶⁹

Caccia Bava ressalta que, antes de tudo, era um leitor apaixonado por *Le Monde Diplomatique* por mais de dez anos, pois o periódico francês oferecia uma visão singular sobre o cenário internacional. De leitor apaixonado, ele se tornaria diretor de *Le Monde Diplomatique Brasil* e, após a saída do jornalista José Tadeu Arantes¹⁷⁰, condensaria o posto de editor. Ainda em 2005, a entidade *Outras Palavras* foi criada, reunindo instituições e

Independente. Integrante do movimento ATTAC Brasil e do Instituto Abaporu, atualmente é editor da *Biblioteca Diplô* e da rede *Outras Palavras*. Em entrevista à autora, em 16 de outubro de 2008.

¹⁶⁶ Antonio Martins, em entrevista à autora, em 16 de outubro de 2008.

¹⁶⁷ *Creative Commons* é uma licença flexível para obras intelectuais. Não significa abrir mão dos direitos autorais, mas oferecer alguns desses direitos sob determinadas condições. Um dos tipos de licença, caso da atual *Biblioteca Diplô*, permite que outras pessoas copiem, distribuam e executem a obra – e as obras derivadas a partir dela – mas para fins não comerciais e, sempre que possível, citem a fonte. Na interpretação de Maximiliano Martin Vicente, ao adotar essa política de publicação *copyleft*, o *Le Monde Diplomatique* se associa às tentativas mundiais de disponibilizar o conhecimento como um bem comum, portanto livre de qualquer interesse econômico. Cf. VICENTE, Maximiliano Martin. *História e comunicação na ordem internacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 174.

¹⁶⁸ Antonio Martins conta que o *Le Monde Diplomatique* francês cobra royalties “praticamente simbólicos” por seus direitos autorais. Na edição eletrônica, o valor é de €200 mensais.

¹⁶⁹ Sílvio Caccia Bava, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010.

¹⁷⁰ José Tadeu Arantes é jornalista. Foi editor do *Le Monde Diplomatique Brasil* entre agosto de 2007 e agosto de 2008. Iniciou sua carreira na imprensa em 1976, no semanário alternativo *Movimento*. Passou por várias publicações, com ênfase na filosofia e na história da ciência, como *Superinteressante*, *Scientific American Brasil* e *Galileu*.

pessoas dedicadas a criar condições para lançar a edição brasileira, como o Instituto Abaporu, simbolizado por Antonio Othom Pires Rolim e Antonio Martins, a ONG ActionAid, o sociólogo Danilo Miranda, o Instituto Paulo Freire, o Instituto Pólis, entre outros.¹⁷¹ Apesar de contar com muitos aliados, Caccia Bava conta que a iniciativa quase não saiu do papel, por divergências internas. Entretanto, a ideia se enveredou por vias alternativas para se concretizar. Em 2006, Sílvio Caccia Bava encontrou Bernard Cassen no Fórum Social chileno, por intermédio do amigo Victor Hugo de la Fuente, diretor do *Le Monde Diplomatique* no Chile:

Nós fizemos uma proposta e firmamos um contrato com o *Le Monde Diplomatique* francês, que nos dava direito à marca e à publicação da revista impressa. [Mas] como eles tinham uma relação, anterior, durante sete anos com o [Instituto] Abaporu, particularmente com Antonio Martins, não se sentiram à vontade para romper essa relação.¹⁷²

Diante desse impasse institucional, o Instituto Pólis¹⁷³ assume o projeto da edição impressa de *Le Monde Diplomatique* no Brasil, enquanto o Instituto Paulo Freire¹⁷⁴ (mediante um acordo com o Instituto Abaporu firmado em janeiro de 2007) passa a coordenar a edição eletrônica. Os dois projetos, sob o selo de *Le Monde Diplomatique*, passaram a trilhar caminhos independentes.¹⁷⁵

¹⁷¹ É interessante notar que as poucas peças publicitárias, publicadas no *Le Monde Diplomatique Brasil* no período analisado de agosto de 2007 a julho de 2008, correspondem justamente às instituições e ONGs que participaram da idealização do projeto. Ainda sem recursos financeiros consolidados, para que o projeto de *Le Monde Diplomatique Brasil* saísse do papel, a aliança entre as instituições, ainda que com eventuais desavenças, foi fundamental, assim como o subsídio da Petrobras via Lei Rouanet.

¹⁷² Sílvio Caccia Bava, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010.

¹⁷³ O Instituto Pólis corresponde ao Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, uma ONG de atuação nacional, fundada em 1987. Constituído como uma associação civil sem fins lucrativos, apartidária e pluralista, enfoca assuntos relacionados às cidades, sobre a relação da sociedade civil com os governos e sobre as políticas públicas, tendo a cidadania como eixo articulador de sua intervenção dirigida à construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas.

¹⁷⁴ O Instituto Paulo Freire é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em 1991 e fundada oficialmente em 1º de setembro de 1992. Atualmente, o Instituto abarca uma rede internacional com pessoas e instituições distribuídas em mais de 90 países em todos os continentes, buscando dar continuidade e reinventar o legado de Paulo Freire no campo da educação para a cidadania.

¹⁷⁵ Apenas para sincronizar estas páginas com os desdobramentos últimos da edição eletrônica de *Le Monde Diplomatique Brasil*, vale mencionar os impasses vivenciados recentemente. Em março de 2009, o Instituto Paulo Freire dispensou a equipe da edição eletrônica, formada pelo editor Antonio Martins e pelas redatoras Carolina Gutierrez e Marília Arantes. Devido a esses desdobramentos, *Le Monde Diplomatique Brasil* se encontra atualmente em dois endereços eletrônicos: o site “oficial”

Na encruzilhada de tais trajetórias, a ideia vingou em agosto de 2007. A iniciativa de lançar a edição impressa de *Le Monde Diplomatique Brasil* se consolidou nessa convergência de forças de jornalistas, intelectuais, ativistas e instituições independentes. Reunindo grandes nomes dos círculos intelectual, artístico e político brasileiros, o Conselho Editorial é expressão dessa convergência.¹⁷⁶

A realização de *Le Monde Diplomatique Brasil* corrobora a teoria de Dominique Vidal de que as edições nascem mais pela forte motivação de jornalistas e intelectuais do que por uma prospecção a partir de Paris.¹⁷⁷ Nas palavras de Caccia Bava: “Eles se orgulham de dizer: ‘Nós nunca fomos atrás de alguém para editar o nosso jornal em algum lugar. Sempre as pessoas vieram bater aqui na nossa porta e estamos em 31 países hoje’”.¹⁷⁸

O lançamento de *Le Monde Diplomatique Brasil* foi recebido com muitas saudações, entre elas as de Gilberto Gil, então ministro da Cultura; Carlos Gabetta, diretor da edição argentina de *Le Monde Diplomatique*; Victor de la Fuente, diretor da edição chilena de *Le Monde Diplomatique*; Rigoberto Moncada, diretor da edição colombiana de *Le Monde Diplomatique*.¹⁷⁹ O espaço destinado às cartas de leitores também endossa as felicitações à nova revista, com as boas-vindas do sociólogo Emir Sader:

passou a ser editado também pelo Instituto Pólis (<<http://diplomatique.org.br>>), enquanto o Instituto Abaporu responde pelo arquivo *Biblioteca Diplô* (<<http://diplo.org.br>>). Além disso, Antonio Martins e sua equipe se dedicam a uma nova iniciativa digital: *Outras Palavras* (<<http://outraspalavras.net>>), que pretende comportar uma rede social e um laboratório de jornalismo colaborativo.

¹⁷⁶ O Conselho Editorial de *Le Monde Diplomatique Brasil* é composto por Adauto Novaes, Amâncio Friaça, Ana Cláudia Teixeira, Ana Toni, Anna Luiza Salles Souto, Ariovaldo Ramos, Aziz Ab’Saber, Betty Mindlin, Caco Barcellos, Claudius Ceccon, Danilo Miranda, Fernando Gabeira, Ferréz, Heródoto Barbeiro, Igor Fuser, Ivan Giannini, Jacques Pena, Jaime Pinsky, Jorge Eduardo S. Durão, Jorge Romano, José Eduardo Martins Cardozo, José Luis Goldfarb, Ladislau Dowbor, Leonardo Boff, Marcio Pochmann, Nabil Bonduki, Nilton Bonder, Plínio de Arruda Sampaio, Raquel Rolnik, Ricardo Abramovay, Ricardo Azevedo, Roberto de Andrade Martins, Rubens Naves, Ruy Cezardo Espírito Santo, Sebastião Salgado, Silvia Dias Alcântara Machado, Soninha Francine, Tânia Bacelar de Araújo, Vera da Silva Telles.

¹⁷⁷ VIDAL, Dominique. “L’Internationale Du ‘Diplo’”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, novembro de 2006, p. 27.

¹⁷⁸ Sílvia Caccia Bava, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010. A presença em 31 países se refere à estimativa de edições impressas de *Le Monde Diplomatique*.

¹⁷⁹ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 2.

Bem-vindo, Diplô

Saiu, finalmente, no Brasil, a edição impressa de *Le Monde Diplomatique*, a melhor publicação de política internacional do mundo. A edição brasileira, publicada graças a um enorme esforço de entidades civis – em que o Pólis teve um papel central, sob a direção de Sílvia Caccia Bava – chega às bancas na contramão da grande mídia oligárquica.¹⁸⁰

Em 2008, ante as expectativas ao redor de um projeto ousado e politizado, no primeiro aniversário de *Le Monde Diplomatique Brasil*, Sílvia Caccia Bava celebra o sucesso da publicação, para a surpresa dos especialistas em mídia: “Não era para dar certo, mas deu!”:

Temos todas as razões para comemorar nossa 12ª edição! Com um ano de existência e uma distribuição em oito mil bancas de jornal por todo o país, o sucesso de *Le Monde Diplomatique Brasil* caminha na contramão da avaliação dos especialistas em mídia. Não era para dar certo, mas deu! Este sucesso se deve principalmente ao apoio crescente de nossos leitores, que de muitas maneiras ajudam a difundir sua existência: dão um exemplar de presente para os amigos, comentam as matérias nos seus círculos de relacionamento, fazem suas assinaturas do jornal. É um fenômeno interessante: mesmo sem campanhas publicitárias o jornal vai sendo conhecido e apreciado. Há cidades importantes do país em que nosso índice de vendas já supera 60% do que é posto nas bancas, um desempenho invejável para este tipo de publicação. É a “rádio peão” funcionando em meio a um público seletivo: o dos formadores de opinião. [...] O Instituto Pólis tem a satisfação de comemorar, com todos os integrantes do projeto, este primeiro ano de circulação do jornal, e aproveita a oportunidade para agradecer a todos os membros do Conselho Editorial, aos patrocinadores, articulistas, ilustradores, tradutores, a dedicação e o empenho com que contribuíram para garantir a existência e o sucesso do jornal, uma iniciativa que se compromete com a defesa de uma mídia livre, crítica e analítica, capaz de contribuir para a formação de uma opinião pública cada vez mais consciente de seu importante papel de construtores de cidadania.¹⁸¹

Ainda que sem campanhas publicitárias nem intervenções marqueteiras virais, a revista foi bem recebida por seus leitores, consolidando um público seletivo e fiel: os

¹⁸⁰ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 2.

¹⁸¹ BAVA, Sílvia Caccia. “Um jornal que é seu”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 3.

formadores de opinião. No editorial do primeiro aniversário, o editor relembra as propostas iniciais lançadas pelo tablóide:

Um novo olhar sobre o mundo. Um novo olhar sobre o Brasil. Com esse slogan nos pusemos a campo, assumindo um compromisso público de trazer múltiplos e qualificados olhares sobre as questões mais importantes da conjuntura nacional e internacional. Evidentemente, demos uma atenção especial ao que se passa na América Latina. E buscamos a contribuição de intelectuais engajados na construção de “um outro mundo possível”, de caminhos que nos apontem utopias e o desenho de uma nova sociedade que supere os impasses atuais.¹⁸²

Ainda nesse editorial, *Le Monde Diplomatique Brasil* declara seu compromisso com “a defesa de uma mídia livre, crítica e analítica, capaz de contribuir para a formação de uma opinião pública cada vez mais consciente de seu importante papel de construtores de cidadania”. Dois pilares sustentam suas referências e propostas: a democracia e o desenvolvimento, pois “para onde pender a democracia, irá o desenvolvimento. E a cidadania adquire cada vez mais peso na balança da democracia”.

A revista firma um compromisso com seus leitores, pretendendo informá-los sobre os acontecimentos e “trazer para o debate político as distintas versões, opiniões e posturas em cena”, buscando “contribuir, ainda que minimamente, para a construção e o aprofundamento da democracia”.¹⁸³ Nas palavras do editor:

Aprendemos a não separar uma coisa da outra – democracia de desenvolvimento, cidadania da democracia – e a reconhecer que as políticas nacionais e internacionais não são predeterminadas por alguma sorte de fatalismo. Elas são construções sociais e, como tal, dependem da vontade de grupos de pessoas que se expressam através do voto e de práticas coletivas em partidos políticos, associações, sindicatos, movimentos sociais. É esta disputa sobre os sentidos da democracia e do desenvolvimento que atrai nossa atenção.¹⁸⁴

¹⁸² BAVA, julho de 2008, p. 3.

¹⁸³ BAVA, Sílvio Caccia. “Para onde vai a América Latina?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 3.

¹⁸⁴ BAVA, julho de 2008, p. 3.

ANO 1 / NÚMERO 1 / AGOSTO 2007

R\$ 8,90

AMÉRICA LATINA
**A DEMOCRACIA
EM DISPUTA**

POR DEIVID CACCHIA NAVA

8

FUNDAMENTISMO
**MUÇULMANOS
X MUÇULMANOS**

POR DITO SALEEM SHAKIR

12

MEIO AMBIENTE
**O DESAFIO
DA AMAZÔNIA**

POR MÁRCO SARTOLI

30

LE MONDE

diplomatique **BRASIL**

UM NOVO OLHAR SOBRE O MUNDO.

UM NOVO OLHAR SOBRE O BRASIL.

América Rebelde

Entrevista com NOAM CHOMSKY

PÁGINA 4

14 MEDICAMENTOS COMO
ARMAS DE GUERRA

28 SAÚDE E O ESPÍRITO
DO CAPITALISMO

32 A (RE)DESCOBERTA
DA LITERATURA INDIANA

EDITORIAL

Um novo olhar

POR JOSÉ TADEU ARANTES

Vivemos, talvez, um momento de transição do padrão civilizatório. Um tempo de perplexidades. A ameaça de desastres climáticos, pandemias e conflitos étnico-religiosos inspira cenários apocalípticos de morte e destruição. Enquanto isso, o processo científico-tecnológico, a criação de uma rede mundial de comunicação, a interação sem precedentes das mais diversas matrizes culturais abrem perspectivas inéditas para o desenvolvimento humano. Como pano de fundo, vemos prolongarem-se assimetrias nas relações entre os países, escandalosas desigualdades no acesso aos bens materiais e culturais pelas diferentes classes, manipulações das consciências pelas grandes corporações da mídia e do entretenimento. Mais do que nunca, precisamos de reflexões aprofundadas que insturem, entre nós, espaços de lucidez. Até porque, os discursos fáceis e as fórmulas simplistas, à direita e à esquerda, foram reprovados no teste da prática, evidenciando sua inconsistência.

Com o fim da bipolaridade e a obsolescência dos grandes modelos teóricos herdados do século XIX, a intelectualidade encontra-se livre de opressivas camisas-de-força ideológicas – livre para construir

novos paradigmas capazes de responder aos desafios do presente, como tem sido apontado pelas sucessivas reuniões do Fórum Social Mundial.

Tal constatação, por si só, justificaria o lançamento de *Le Monde Diplomatique Brasil* – edição brasileira impressa do periódico francês *Le Monde Diplomatique*. Pois, nascido, em 1954, como suplemento do prestígio cotidiano *Le Monde*, este se tornou, ao longo dos anos, uma permanente referência para quem busca inteirar-se do cenário mundial e dos grandes temas políticos, sociais, econômicos, culturais e filosóficos da atualidade. Com 36 edições mensais impressas, somando uma tiragem total de mais de 1,5 milhão de exemplares, e 33 edições eletrônicas, *Le Monde Diplomatique* é hoje publicado em quatro continentes (Europa, América, Ásia e África) e 26 idiomas. A edição brasileira é herdeira desse sólido legado. Sem pretender medir forças com outros órgãos da imprensa nacional, esperamos ocupar um espaço muitas vezes negligenciado, contribuindo para a crítica ao pensamento único.

Não temos, no Brasil, a tradição de olhar de forma abrangente a conjuntura global. Menos ainda se consolidou entre nós uma visão alternativa ao enfoque da grande mí-

dia norte-americana, cuja credibilidade, se havia, ficou seriamente abalada com a cobertura da Guerra do Iraque. O espectro do noticiário internacional veiculado no país dificilmente ultrapassa os limites das Américas e da Europa Ocidental. A China chegou timidamente às páginas da imprensa por força de seu espetacular ritmo de crescimento econômico. Mas a Índia, com sua cultura várias vezes milenar, sua população de 1,1 bilhão de habitantes, sua taxa anual de expansão do PIB superior a 9%, continua notavelmente ignorada. O que dizer dos países africanos, se até o Oriente Médio ainda é muitas vezes encarado como uma esfinge indecifrável? A visão multilateral da cena planetária, em contradição com o foco estreito ditado pelos centros hegemônicos do poder, é um traço característico de *Le Monde Diplomatique*, do qual se beneficiará a edição brasileira.

Porém nossa pauta não se esgota na temática internacional. Também é necessário desvelar a lógica subjacente aos assuntos ambientais, econômicos, sociais, políticos e culturais em discussão no Brasil. Trata-se de politizar o debate no sentido profundo da palavra, sem partidarismos reducionistas e ocultamentos de interesses espúrios. Do

ponto de vista de uma democracia ampliada, capaz de acolher as múltiplas e contraditórias reivindicações da sociedade e abrir espaço para a efetiva construção e exercício da cidadania, o que significam as várias iniciativas em curso? Precisamos estabelecer sólidos compromissos com a democratização da democracia, com a efetividade dos direitos e com a construção de uma sociedade plural e inclusiva. Por isso, e para isso, acolhemos em nossas páginas um numeroso corpo de colaboradores, conjugando diferentes pontos de vista. Amostra disso é a própria composição do Conselho Editorial. Reunindo nomes respeitáveis da cena intelectual, artística, científica e política brasileira, ele é, em si mesmo, a expressão de um princípio de complementaridade.

Le Monde Diplomatique Brasil constitui, finalmente, uma porta aberta ao novo. Novos comportamentos, novas formas de intervenção cultural, novas proposições artísticas. A extraordinária mobilidade de pessoas e informações talvez seja o traço mais marcante desta época. O intercâmbio, talvez caótico, mas extremamente vigoroso, que daí resulta, oferece à humanidade uma oportunidade única. Queremos ser os olhos e os ouvidos deste tempo. E também os seus protagonistas. ●

EDITORIAL

Um jornal que é seu

POR SILVIO CACCIA BAVA

Temos todas as razões para comemorar nossa 12ª edição! Com um ano de existência e uma distribuição em oito mil bancas de jornal por todo o país, o sucesso de *Le Monde Diplomatique Brasil* caminha na contramão da avaliação dos especialistas em mídia. Não era para dar certo, mas deu!

Este sucesso se deve principalmente ao apoio crescente de nossos leitores, que de muitas maneiras ajudam a difundir sua existência: dão um exemplar de presente para os amigos, comentam as matérias nos seus círculos de relacionamento, fazem suas assinaturas do jornal. É um fenômeno interessante: mesmo sem campanhas publicitárias o jornal vai sendo conhecido e apreciado. Há cidades importantes do país em que nosso índice de vendas já supera 60% do que é posto nas bancas, um desempenho invejável para este tipo de publicação. É a "rédito pelo" funcionando em meio a um público seletivo: o dos formadores de opinião.

Um novo olhar sobre o mundo. Um novo olhar sobre o Brasil. Com este slogan nos punhamos a campo, assumindo um compromisso público de trazer múltiplos e qualificados olhares sobre as questões mais importantes

da conjuntura nacional e internacional. Evidentemente, demos uma atenção especial ao que se passa na América Latina. E buscamos a contribuição de intelectuais engajados na construção de "um outro mundo possível", de caminhos que nos apontem utopias e o desenho de uma nova sociedade que supere os impasses atuais.

Tivemos agradáveis surpresas. Duas se destacam. A primeira é o fato de *Le Monde Diplomatique Brasil* ocupar um espaço que muitos dizem ser único, o de expressar as visões do que denominamos campo político de defesa da cidadania, popular e democrático, com a importante e variada contribuição de intelectuais, lideranças sociais e de ONGs. A segunda é o fato de conseguirmos mobilizar a inteligência brasileira para escrever no jornal, o que não é nada fácil.

Democracia e desenvolvimento. Estes dois pilares da organização social são a nossa referência. Para onde pender a democracia, irá o desenvolvimento. E a cidadania adquire cada vez mais peso na balança da democracia. Aprendemos a não separar uma coisa da outra — democracia de desenvolvimento, cidadania da democracia — e a reconhecer que as políticas nacionais e internacionais não são prede-

terminadas por alguma sorte de fatalismo. Elas são construções sociais e, como tal, dependem da vontade de grupos de pessoas que se expressam através do voto e de práticas coletivas em partidos políticos, associações, sindicatos, movimentos sociais. É esta disputa sobre os sentidos da democracia e do desenvolvimento que atrai nossa atenção. Uma disputa que perpassa áreas tão diversas como meio ambiente, cultura, segurança alimentar, juventude, relações de trabalho e de comércio, liberdade da mídia, todos temas que freqüentam as páginas do jornal.

Acreditamos na força das idéias e reconhecemos uma produção importante de análises e propostas que merecem a atenção de nossos leitores. Neste momento particular da história do Brasil e da América Latina, onde as recentes mobilizações sociais e eleições trazem à superfície movimentos mais de fundo em nossa sociedade e novas agendas, *Le Monde Diplomatique Brasil* quer dar mais visibilidade e estimular o debate de múltiplas manifestações da sociedade civil nacional e mundial que aposta em mudanças sociais profundas na perspectiva da democratização, na promoção da equidade, na erradicação da pobreza.

O Instituto Pólis tem a satisfação de comemorar, com todos os integrantes do projeto, este primeiro ano de circulação do jornal, e aproveita a oportunidade para agradecer a todos os membros do Conselho Editorial, aos patrocinadores, articulistas, ilustradores, tradutores, a dedicação e o empenho com que contribuíram para garantir a existência e o sucesso do jornal, uma iniciativa que se compromete com a defesa de uma mídia livre, crítica e analítica, capaz de contribuir para a formação de uma opinião pública cada vez mais consciente de seu importante papel de construtores de cidadania.

Como uma forma de agradecer todo este apoio que recebemos, neste número trazemos um presente para o leitor: um pôster do consagrado fotógrafo Sebastião Salgado, membro de nosso Conselho Editorial, que gentilmente cedeu esta imagem para a celebração do primeiro aniversário de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Para levar à frente o desafio de produzir um jornal cada vez melhor precisamos de sua colaboração, de suas críticas e sugestões. E contamos com o seu apoio para continuar esta trajetória de sucesso e aumentar o número de nossos leitores. ●

Nessa disputa, a tônica das ideias de *Le Monde Diplomatique Brasil* está na visibilidade e no diálogo com a sociedade, apostando em mudanças sociais profundas na perspectiva da democratização, na promoção da equidade, na erradicação da pobreza. A chave é “pensar um mundo novo”.

No editorial de novembro de 2008, Sílvia Caccia Bava pondera que atualmente, a era do “pensamento único” parece abrandar suas amarras e o “pensamento crítico” tenta reencontrar seu lugar:

Estamos liberados das restrições de um pensamento único e entrando em um período instigante, favorável ao desenvolvimento de um pensamento crítico. O discurso da transformação social e política volta a ter lugar. Requer de seus protagonistas um esforço coletivo na construção de propostas de mudanças para enfrentar esta crise e o seu caráter sistêmico. Sendo mais preciso, para construir uma agenda de políticas que dispute espaço, neste momento de instabilidade, com os setores conservadores. Está em causa o atual modelo de produção e consumo. Não se trata do fim do capitalismo, como querem alguns. Mas é uma crise sem precedentes deste atual modelo de desenvolvimento e de acumulação. Ela se expressa de múltiplas formas e é preciso reconhecer que a atual crise financeira, por mais importante que seja, é apenas uma de suas distintas manifestações. Vivemos simultaneamente várias crises: alimentar, energética, ambiental e financeira.¹⁸⁵

A partir desse cenário, a análise das possibilidades alavancadas com as novas relações de poder está na ordem do dia, pois até então uma nova correlação de forças ainda não foi selada. Para Caccia Bava, armar o campo para as discussões plurais é essencial para “produzir uma compreensão coletiva das oportunidades geradas pelo momento atual e de novas alternativas de desenvolvimento”¹⁸⁶, pois o que está em disputa são as interpretações possíveis sobre o caráter da crise financeira, capazes ou de acalantar alternativas ou de requestrar a mesmice de uma lógica levedada.

No editorial de dezembro de 2008, diante das sucessivas e dramáticas sínopes da crise financeira mundial, o editor descreve o cenário contemporâneo:

¹⁸⁵ BAVA, Sílvia Caccia. “O que vem por aí”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 16, novembro de 2008, p. 3.

¹⁸⁶ BAVA, novembro de 2008, p. 3.

Nos últimos meses a fé dos fundamentalistas de mercado se viu profundamente abalada. Durante décadas seu discurso foi o da defesa do livre mercado, sustentando que a concorrência é a melhor forma de regulação dos atores econômicos. Seu poder foi tamanho que obrigou os Estados nacionais a aceitarem suas imposições. Suas ideias tornaram-se hegemônicas e nos levaram até mesmo a pensar que havíamos chegado ao fim da história. Nada mais poderia substituir o livre mercado. [...] Pois não é que a dinâmica do livre mercado acabou por ser a maior ameaça à própria existência dos grandes conglomerados financeiros e empresariais dos países centrais do capitalismo? Depois de quebrar bancos, financeiras e seguradoras, e engolir trilhões de dólares de fundos públicos, a crise chega à economia real. [...] Já está claro que esta é uma crise sistêmica. Não podem ser vistas como isoladas as crises de segurança alimentar, ambiental, energética e financeira. É uma crise do modo de produção capitalista de mercado e de sua narrativa que explica o mundo como um campo de competitividade, de conquistas e derrotas, de uma predação sem limites. [...] Os analistas que recuperam a dimensão histórica dos processos atuais apostam numa ampla mobilização social, em transformações profundas, mas não constroem a narrativa da sociedade futura. O que virá depois deste modo de produção capitalista de mercado?¹⁸⁷

O que o futuro trará? A questão tem importância capital para *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ainda que novata na imprensa brasileira contemporânea, a revista traz linhas editoriais bem definidas a respeito de sua trilha política. Novo em folha, *Le Monde Diplomatique Brasil* pretende transformar a legenda do “novo olhar” em mais que um contraponto à ótica míope das mídias tradicionais, pois se trata de uma perspectiva que mira um novo futuro. Não mais eclipsado pelo duelo entre capitalistas e socialistas, entre direita e esquerda, entre males e bens. Na verdade, há novos atores em jogo, pois no tempo presente:

¹⁸⁷ BAVA, Sílvia Caccia. “Pensar um mundo novo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 17, dezembro de 2008, p. 3.

Abre-se um novo período de disputas e negociações. Novos atores e novos sujeitos políticos entram na cena pública na América Latina e apresentam suas demandas, que começam por exigir mais democracia. Os movimentos sociais ganham vigor e articulam-se em redes, buscam suas conexões com a política, com as universidades, com as classes médias, elaboram plataformas, propõem políticas, soluções. Em muitos países da América Latina, amplas maiorias elegem governantes de novo tipo, mais comprometidos com os interesses populares. Com isso, estão dadas condições para instituir novas relações entre Estado e sociedade civil. Processos constituintes, reformas políticas, referendos e participação cidadã na gestão pública vão criando novos espaços de negociação e buscam a realização de um novo contrato social. Pois é disso justamente que se trata - a aspiração mais geral que vem de todos esses movimentos é criar um novo contrato social, fundar uma nova sociedade. Já existiu no passado uma experiência de contrato social que avançou no reconhecimento dos direitos humanos. Foi o *Welfare State*, o Estado do Bem-Estar Social. Resultado das lutas conduzidas durante um século pelos movimentos operários e sociais, cristãos e socialistas, ele foi aceito pelas classes dominantes para demonstrar, entre outras coisas, que o sistema capitalista de mercado pode responder de maneira mais eficaz que o socialismo-comunismo ao objetivo de realização de uma sociedade justa, solidária, democrática e fundada na igualdade entre todos os cidadãos. Hoje a situação é outra. Não há mais a ameaça comunista. E os setores mobilizados da sociedade não correspondem mais ao proletariado de antigamente. Mas as apostas por mudanças estão mais fortes, impulsionadas por grupos que se constituem a partir de outras identidades. Apesar de toda essa mobilização, falta uma narrativa de uma nova sociedade, uma interpretação do que pode ser o futuro que empolgue multidões.¹⁸⁸

Para *Le Monde Diplomatique Brasil*, as esquerdas afrontam atualmente o desafio colossal de “propor um mundo novo, pensar uma nova sociedade, construir uma utopia, construir uma narrativa – com passado, presente e futuro – que seja capaz de prefigurar uma nova sociedade”.¹⁸⁹ Transversalmente, o que *Le Monde Diplomatique* faz é “pensar” um mundo novo, teorizar sobre os mundos que ruíram, criticar os mundos que perduram, nos pilares da democracia e do desenvolvimento. Esta é a principal novidade contemplada por esses olhos de nosso tempo.

¹⁸⁸ BAVA, dezembro de 2008, p. 3.

¹⁸⁹ Ibid., p. 3.

2.1 REALIDADE REVISTA

Le Monde Diplomatique Brasil é um tablóide de 40 páginas – com tiragem de 40 mil exemplares, distribuídos nacionalmente e disponíveis por R\$ 8,90 nas bancas –, com um layout singular: a presença de notas bibliográficas, mais afeitas ao estilo das revistas teóricas; a presença de mapas, glossários e linhas cronológicas, complementares à informação; a aposta nos artigos densos, dispostos em média em duas páginas.

Tais marcas estilísticas próprias ao *Le Monde Diplomatique Brasil* – em sintonia com o estilo da edição francesa – nos afinam ao que Máxime Szczepanski-Huillery, fazendo eco a Ignacio Ramonet, traduz como uma “dedicação austera” de leitura ¹⁹⁰, tanto que *Le Monde Diplomatique* não pode ser lido nem como um jornal nem como uma simples revista, mas como uma revista especializada. Nesta linha, o presente tópico pretende evidenciar o perfil de *Le Monde Diplomatique Brasil*, realizado enquanto revista.

2.1.1 LAYOUT

A série de fac-símiles a seguir pretende ilustrar as características próprias do layout da revista *Le Monde Diplomatique Brasil*.

¹⁹⁰ SZCZEPANSKI-HUILLERY, Máxime. “*Les architectes de l’altermondialisme, registres d’action et modalités d’engagement au Monde Diplomatique*”. In: AGRİKOLIANSKY, Eric ; FILLIEULE, Olivier ; MAYER, Nonna (Orgs.). *L’altermondialisme en France: La longue histoire d’une nouvelle cause*. Paris: Flammarion, 2005, p. 161.

LE MONDE diplomatique BRASIL

Editor
Sônia Carolina Basso

Editor
João Toledo Soares

Editores de Arte
Daniel Rodas
Adriano Peres Mendes

Tradução
Language Solutions

Marketing e distribuição
e relacionamento
Daniel Gombi

Conteúdo Financeiro
Jorge Botelho S. Soares, Editora

Assessoria Jurídica
Fábio de Neres, Eunice Jr., Rodolpho
Lacortti e Associados de Advocacia

Secretaria
Gisela Caporale

Estagiária
Thais Batista Siqueira

Conselho Editorial

Adriano Naves, Antônio França, Ana Carolina
Telles, Anna Lauro de Sá, Armando
Bueno, Fábio Botelho, Betty Mendes, Cláudio
M. de Almeida, Cláudio de Fátima, Daniel
Miranda, Fernando Caldeira, Fátima, Haroldo
Botelho, Ivan Góes, Jacques Pires, João
Pinto, Jorge Eduardo Sureda, Durio, Jorge
Ramos, José Roberto Martins, Luciano, Luís
Luiz de Sá, Luiz de Sá, Doreia, Leonardo
Neto, Sérgio Pimentes, Raul Bussola,
Silvia Bussola, Sérgio de Almeida, Sérgio
Ragazzi, Roberto, Ricardo Almeida, Ricardo
Almeida, Roberto de Almeida, Roberto
Ramos, Roberto, Sérgio de Almeida, Sérgio
Neto, Sérgio de Almeida, Sérgio, Sérgio
Neto, Sérgio de Almeida, Sérgio, Sérgio

Colunas

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

diplomacia, diplomacia, diplomacia

SUMÁRIO

3 editorial

Um novo olhar

por JOÃO TOLEDO SOARES

4

entrevista / Leonid Brezhnev

América rebelde

por RUI PENTE

7

opinião

Contra o "tudo em inglês"

por BERNARDO

8

política / América Latina

A democracia em disputa

por LUIZ GARCIA

10

política / Oriente Médio

O Memorando Deby sobre a Palestina

por ROBERTO

12

política / fundamentalismo

Muçulmanos X Muçulmanos

por SÉRGIO

14

ciência / militarização

Medicamentos como armas de guerra

por SÉRGIO

16

entrevista / Antonio Carlos

O homem que reinventou Bogotá

por JOÃO TOLEDO SOARES

18

sociedade / segurança alimentar

A emergência dos modelos

por LUIZ GARCIA

19

especial / instalação artística

O plano de umidade entre arte e filosofia

por SÉRGIO

23

idéias

O ano 1 da esquerda

por JOÃO TOLEDO SOARES

24

ensaios

Apagar o passado?

por JOÃO TOLEDO SOARES

26

energia / alternativas

Barro: subsídios para o debate

por SÉRGIO

28

economia / reflexão

Saúde e o espírito do capitalismo

por SÉRGIO

30

brasil ambiente / cultura

Em busca do desenvolvimento responsável

por JOÃO TOLEDO SOARES

32

cultura / diversidade

A descoberta da literatura indígena

por SÉRGIO

34

cultura / atualidade

Os intelectuais e a rede mundial do saber

por SÉRGIO

36

cultura / informação

A batalha das palavras

por JOÃO TOLEDO SOARES

38

crônica / juventude

O novo rosto da periferia

por SÉRGIO

39

Índice

Países: França | Índia | Rússia | Oriente Médio

Editorial | Prólogo

Editorial | Prólogo

Editorial | Prólogo

Editorial | Prólogo

Editorial | Prólogo

Editorial | Prólogo

Editorial | Prólogo

Editorial | Prólogo

Editorial | Prólogo

Editorial | Prólogo

APRESENTAÇÃO

Le Monde Diplomatique Brasil é a edição brasileira impressa do mensário francês *Le Monde Diplomatique*. Tem por objetivo produzir e veicular análises e debates sobre temas econômicos, sociais, políticos, culturais e filosóficos, de âmbito nacional e internacional.

O Instituto IDL é o responsável institucional pelo periódico. Nas iniciativas de longo prazo, além das graças ao esforço conjunto de várias instituições e pessoas, que acreditaram no projeto, somos gratos para viabilizá-lo e participarem ativamente dele, incluindo nomes ilustres dos meios intelectual, científico, artístico e político brasileiros, nosso Conselho Editorial é expressão dessa convergência.

Com independência político-econômica, autonomia editorial e liberdade analítica, *Le Monde Diplomatique Brasil* é uma publicação independente, pluralista, aguçada e crítica. A partir deste número, estaremos também em todos os bancos do país e nos endereços de e-mail, ocupando um espaço que não foi até agora devidamente contemplado pelo jornalismo brasileiro.

A edição brasileira se beneficia com a tradição do excelente conteúdo editorial do original francês, agregando a ele análises e debates produzidos no Brasil.

Características técnicas da publicação:

- Periodicidade: mensal
- Tiragem inicial: 40 mil exemplares
- Número médio de páginas: 40
- Formato: A4
- Impressão: cores
- Veiculação: nacional

O periódico tem respondido às demandas de leitores críticos que buscam visões abrangentes das realidades brasileira e mundial. Colocando no foco "Um novo olhar sobre o mundo. Um novo olhar sobre o Brasil", o conteúdo editorial de *Le Monde Diplomatique Brasil* abarca um largo espectro temático e acolhe diferentes pontos de vista. Importante ressaltar que, além de uma publicação crítica, esta é também a cobertura dos fatos recentes, mas de uma publicação reflexiva, que busca identificar, para além dos fatos, os padrões maiores que lhes conferem sentido e inteligibilidade.

Redação: Avenida
Bomfim, 100

LE MONDE diplomatique BRASIL

Ano 1 - Número 2 - Setembro 2007

Diretor
Sélio Caccia BavaEditor
José Tadeu ArantesMobilização de Recursos
e Retalcações
Daniela GrechEditores de Arte
Adriana Fernandes
Daniel KondoConteúdo Financeiro
Tereza Helena S. Santos TeixeiraAssessoria Jurídica
Rubens Naves, Santos Jr., Henketh
Escritórios Associados de AdvocaciaSecretaria
Silvana Lamasina CapaldiEstagiário
Pedro Ribeiro NogueiraTradução
Language SolutionsRevisão
Cássio Arantes

Conselho Editorial

Adauto Novais, Amílcar Fraga, Ana Cláudia
Teixeira, Anna Luiza Sales Souto, Arlevaldo
Barnes, Aziz Ab'Saber, Betty Mindlin, Clair
Maria Hickman, Claudio Ceccon, Danilo
Miranda, Fernando Gabeira, Ferréz, Heródo
Barbiero, Igor Puster, Ivan Giannini, Jacques
Pena, Jaime Pinsky, Jorge Eduardo Saavedra
Dordio, Jorge Romano, José Eduardo Martins
Cardoso, José Luis Goldfarb, Leônidas Dowbor,
Leonardo Joff, Márcio Puchmann, Nabil
Boudaki, Nelson Bonder, Plínio de Arruda
Sampaio, Ruy Barbosa, Ricardo Albuquerque,
Ricardo Azevedo, Roberto de Andrade Martins,
Rubens Naves, Ruy Cesar do Espírito Santo,
Sílvia Dias Alcântara Machado, Sônia,
Tania Bacelar de Araújo, Vera da Silva Telles

Contatos
diplomatique@diplomatique.org.br
assinaturas@diplomatique.org.br

Impressão

Plural Indústria Gráfica
Av. Marcos Penteado de Uchida
Rodrigues, 700 - Tremont
Santos do Paraisópolis/SP - 06543-001
Tel.: 11. 4132-9578

Distribuição nacional

Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.
Av. Eng. Roberto Zucolo, 74 - Vila Leopoldina
São Paulo/SP - 05307-190 Tel.: 11. 2395-3200

Responsabilidade
Institucional
Le Monde Diplomatique
Brasil é uma publicação
mensal do Instituto Pólis

Rua Araújo 124 2º andar - São Paulo - SP
01220-020 - Tel.: 11. 3257-0347 / 3256-9130

LE MONDE DIPLOMATIQUE (FRANÇA)

Fundador

Hubert Brève-Méry

Presidente do Diretório

e Diretor de Redação

Ignacio Ramonet

Diretor Geral

Bernard Cassen

Redator-Chefe

Maurice Lemoine

1-5, rue Stephane-Pichon 75013 Paris

Tel. 33-1-52 34 96 01 Fax 33-1-52 34 96 20

seccartas@lemondediplomatique.fr

Os artigos assinados refletem o ponto de
vista dos autores. E não, necessariamente,
a opinião da coordenação do periódico.

Ilustração da capa: Walter Vasconcelos

Patrocínio

Fundador

Petrobras

GOVERNO FEDERAL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DE PIAUÍ

SUMÁRIO

3 editorial A indústria do medo

POR JOSÉ TADEU ARANTES

4 ponto de vista / privilégios tributários Quando os pobres pagam pelos ricos

POR CLAR HICKMAN

5 ponto de vista / religião Teologia da Libertação: viva e atuante

POR LEONARDO BUFI

6 outro olhar / narcotráfico A face mágica da droga

POR YARA DA SILVA TELLES E DANIEL VELHO WRATA

8 política / oriente médio Jimmy Carter e o apartheid israelense

POR VARIANO AGUIAR

10 política / história O golpe da CIA contra o Irã

POR MARK GADDERSON

12 dossiê / América Latina A batalha do voto

POR SÉLIO CACCIA BAVA / PABLO STEFANINI / RENAUD LAURENT / CARLOS GARRETA

19 crescimento 7 China Macau supera Las Vegas

POR ANY SUBIRER

20 recursos estratégicos Guerra fria sobre o ártico

POR DOMINIQUE KIPP

22 economia / risco sistêmico O eterno retorno da crise financeira

POR FREDÉRIC LORON

25 economia / altermundialismo Ambigüidades do comércio equitativo

POR CHRISTIAN JACQUAU

27 cidadania / São Paulo Por uma cidade digna / Desenvolvimento sustentável

POR NABIL BONDENI / DEDÉ GRAJEW

30 imigração / diversidade A bordo do "Marrakech Express"

POR FÉLIX DAUM

32 educação / a crise da universidade I EUA: o desmonte do ideal democrático

POR CHRISTOPHER NEWFIELD

34 cultura / cinema Documentários de combate

POR CHRISTIAN CHRISTENSEN

36 cultura / cinema Kiarostami, Erice e a infância

POR ALAIN BERGALA

37 cultura / polêmica Desigualdades americanas

POR SERGE HALIMI

38 cultura / outros circuitos Últimos dias da Argélia francesa

NOTÍCIAS DAS MULHERES DO IRÃ POR VIOLENE REILL

39 livros A dança dos deuses

Propriedade intelectual
Tropicalia
O cão do sertão
Arrecadação e gastos públicos

CARTAS

Bem-vindo, Didi

Saiu, finalmente, no Brasil, a edição impressa de *Le Monde Diplomatique*, a melhor publicação de política internacional do mundo. A edição brasileira, publicada graças a um enorme esforço de entidades civis – em que o Pólis teve um papel central, sob a direção de Sélio Caccia Bava –, chega às bancas na contramão da grande mídia oligárquica. Emir Sader, *Sociólogo, professor aposentado da USP, secretário executivo do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (Clacso)*

Editorial equivocado

Vejo-me na contingência de ler um editorial totalmente equivocado no que respeita ao suposto "fim da bipolaridade e a obsolescência dos grandes modelos herdados do século XIX", encontrando-se, então, a "intelectualidade", "livre de opressivas camisa-de-força ideológicas – livre para construir novos paradigmas" etc etc. (...) As relações sociais de produção que caracterizam o modo de produção capitalista não foram ainda erradicadas, antes se expandem e se aprofundam. As relações antagônicas e conflitantes entre capital e trabalho continuam expressas nas visões conflitantes dos intelectuais neoliberais e dos marxistas. Concessa Vaz de Macedo, *Professora do Depto. de Ciências Econômicas da UFMG, integrante do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais*

Preciso ler mensalmente

Já conhecia a versão em francês e fiquei bastante estupefato ao passar na banca da universidade e ver o *Diplomatique Brasil* à venda. De imediato compreí, e, antes mesmo de terminar de lê-lo, já havia decidido que era uma publicação que eu preciso ler mensalmente. Para a comunidade dos internacionalistas, existe uma lacuna muito grande em termos de publicações que abrangem as questões internacionais. Meus colegas de curso têm lido o meu exemplar e comprado também. A maioria está entusiasmada com o *Diplomatique*. Daniel Rio Tinto, *PUCC - Rio - Instituto de Relações Internacionais (IRI)*

Grandes artistas

Já pela matéria escolhida para capa senti uma imediata empatia pela publicação. Ao abrir o mensário mais uma agradável descoberta, os textos, impecáveis, são ilustrados por grandes artistas à altura dos colunistas. Natalia Forcst, *Ilustradora*

Muito caro

Fico feliz que esta edição esteja sendo distribuída em solo brasileiro. Entretanto, se achavam que este e-mail seria somente de felicitações, estão enganados. Também é de queixa pelo preço do periódico: R\$ 8,90! Muito caro! Não são apenas mentes pensantes com boa condição financeira que lêem o jornal, estudantes também. E, no Brasil, todo estudante, seguindo a regra, é duro! Sendo assim, ajudem os estudantes a adquirir o jornal, baixando o preço. Dárlon Carlos, *Estudante*

Parabéns ao Ferréz

Parabéns pelo excelente artigo do escritor Ferréz. Gostaria que a "periferia" do Rio de Janeiro também estivesse representada nesse órgão, via MV BILL, por exemplo, abraços a todos. Carlos Zurck, *Professor*

Grilagem de terras

Exemplo perfeito e recente da disputa em torno do sentido da democracia, de que fala o artigo de Sélio Caccia Bava neste bem vindo número 1 de *Le Monde Diplomatique Brasil*, temos no governo do Estado de São Paulo: o governador José Serra enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei (578/2007) propondo, na prática, a legalização da grilagem de terras na região do Pontal do Paranapanema. Helton Lucinda Ribeiro, *Jornalista e sociólogo*

Saudaram o lançamento do jornal

Cícero Duarte, Eduardo Bassin, Eduardo Castello Branco, Felipe Augusto, Felipe Teixeira Gonçalves, Francisco Cano de Oliveira, Hélivia Auler, Jorge Wilhelm, M. Fernanda M. Seibel, Mary Lou Paris, Mateus Novais Dias, Mauricio Assis, Moacir Gadotti, Morena Grój, Nilton Wanderley, Padre Pedro Paulo Alves dos Santos, Paulo Roberto Tiecher de Jesus, Paulo Rosa, René Ruschel, Rolian Shoo Ichi Hirano, Sineval Martins Rodrigues, Vinícius Souza, William Cogo

Por limitação de espaço, as cartas são resumidas para publicação. Os títulos a elas atribuídos procuram captar suas idéias principais.

EDITORIAL

Enquanto é tempo

POR JOSÉ TADEU ARANTES

Em outubro de 1962, o mundo viveu 13 dias de extraordinária tensão. O episódio, que ficou conhecido como "a crise dos mísseis", quase levou as duas superpotências militares da época – os Estados Unidos e a União Soviética – ao confronto total¹. Da guerra fria à guerra quente, dos insultos limitados à destruição sem limites. Da tática, então, 11 anos, e me lembro como se fosse ontem do clima de tensão. À noite, meu pai, um homem de esquerda que sempre se interessou pelos problemas do mundo, recebia telefonemas de amigos de todos os matizes ideológicos, que não conseguiam dormir de tanta apreensão. Ele os tranquilizava com frases otimistas, que, a bem da verdade, eram mais produto de seus bons sentimentos do que de qualquer análise aprofundada da situação. Sua intuição, porém, funcionou. O susto passou; a Terra seguiu seu curso ao redor do Sol; a União Soviética, depois de alguns anos, desapareceu do mapa; e, hoje, nossas instituições têm outros motivos.

O que nos preocupa já não são os cenários de cidades volatilizadas por cogumelos nucleares, mas de metrópoles inundadas pela elevação do nível dos mares; de regiões inteiras varridas por furacões; de populações em fuga, lutando por água e comida. Enquanto escrevo este texto, recebo a informação de que a plataforma Wilkie, um formidável bloco de gelo de 16 mil quilômetros quadrados – mais de 10 vezes a área de São Paulo – está prestes a

se desprender na Antártica. Por força de uma elevação de 2°C a 3°C na temperatura local.

O brasileiro tem o mau hábito de acreditar que questões como essa não lhe dizem respeito. Elas seriam, por assim dizer, coisa de gente grande, assunto de país do Primeiro Mundo. No entanto, para citar apenas dois aspectos do problema, objetos de nossa matéria de capa, o Brasil abriga a maior floresta tropical do planeta, que está sendo devastada em ritmo alucinante; e também metrópoles muito conturbadas, que já estão sofrendo os efeitos das mudanças climáticas, e serão dramaticamente castigadas com o recrudescimento do aquecimento global.

O desmatamento galopante da Amazônia está associado a fatores bem conhecidos: a exploração madeireira, a mineração predatória, a pecuária extensiva, os monocultivos, o agronegócio empresarial. O modelo econômico no qual essas formas de exploração se inscrevem – ganancioso, imediatista, concentrador – responde também, em escala planetária, pela ascensão das colunas de mercúrio dos termômetros.

Os desafios são imensos. E os governos comportam-se diante deles com notável indiferença: empurram com a barriga para futuros mandatos ou agem apenas em situações de absoluta emergência². A grande mídia – oligopolizada e oligárquica – poderia fazer bem mais do que faz, mas está de mãos atadas por seu alinhamento com a mesma lógica econômica que promove o desastre.

Mal atendida, mal informada, com suas esperanças frustradas e sua atenção desviada por factóides e distrações, a sociedade segue à deriva. Amma, a grande líder humanitária e espiritual indiana, comparou nossa inconsciência à dos jovens tranviados que brincam de roleta russa: encontram o revólver na tampa e puxam o gatilho. Porém, é preciso acordar, porque os blocos de gelo estão se despreendendo e a motosserra e o fogo estão agindo depressa demais.

De 7 a 11 de maio próximo, em Brasília, será realizada a III Conferência Nacional do Meio Ambiente, que tem como pauta exatamente as mudanças climáticas. Seria uma pena, seria verdadeiramente um crime, perder a oportunidade de deflagrar um amplo debate em todo o país. É crucial que a Presidência da República, os ministérios, em especial o Ministério do Meio Ambiente, as empresas, a mídia, as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais, as mulheres e homens de bem se imbuam de um sentimento de grandeza e coloquem a defesa do planeta acima de seus interesses particulares.

Em 1962, bastou o bom senso de um punhado de homens, encastelados em Washington e Moscou, para exorcizar o fantasma da guerra total. Agora, a natureza foi provocada além da medida, seus elementos foram despertados e estão em curso processos incontornáveis. Ainda assim, o bom senso pode evitar o mal maior. Mas, para isso, precisamos nos mobilizar. E agir enquanto é tempo. ●

1 A crise foi desarmada quando, em resposta à instalação de mísseis nucleares norte-americanos em Turquia, os cubanos decidiram instalar artefatos semelhantes em Cuba. Ambos os países dos Estados Unidos fotografaram as bases preparadas com essa finalidade e o presidente norte-americano John Kennedy determinou o bloqueio naval do Rio, para impedir que os navios cubanos que transportassem as armas alcançassem a região. Enquanto Washington e Moscou se engajavam em negociações secretas, o mundo aguardava, com a respiração suspensa, o desenrolar dos acontecimentos. Se o líder soviético Nikita Kruchov insistisse no plano original, seria a guerra. Em 19 de outubro, após o líder de Kennedy e a promessa de retirada dos mísseis da Turquia, Kruchov cedeu e ordenou que as embarcações soviéticas retrocedessem.

2 As medidas emergenciais adotadas pelo Governo Federal são insuficientes. Mas providas as enormes pressões dos grupos econômicos que se beneficiam com o desmatamento (ver artigo da página 8 desta edição).

SÉRGIO DE SOUZA

No último dia do fechamento desta edição, recebemos a notícia da morte de Sérgio de Souza, fundador da revista Caros Amigos.

Sabíamos de sua honrada trajetória jornalística; líamos as entrevistas que ele conduzia com brilho; admirávamos seu trabalho como editor. Subscrivemos os adjetivos empregados por aqueles que o conheceram bem: íntegro, idealista, lutador.

Sérgio faria falta em qualquer circunstância. Ainda mais agora, quando a imprensa brasileira atravessa aquela que talvez seja sua maior crise moral. Para todas as pessoas que, nos estreitos espaços da mídia, se engajam na promoção da consciência, seu nome permanecerá vivo, como a referência de um caminho a ser seguido. A ele, nossas homenagens. E nossa gratidão.

livros

LEITURA OBRIGATORIA

DESVENDANDO O BIG STICK

RAZÕES DE ESTADO Noam Chomsky, Editora Record

Chomsky é autor de bibliografia extensa, seja no campo da lingüística, seja no campo da política. Crítica radical ao *hard power* americano, este livro, escrito na década de 1970, permanece atual enquanto análise do fio-condutor da política externa dos Estados Unidos. Valendo-se de fontes primárias, a força documental de sua ampla base empírica o leva além do que é a característica de textos de arquivamento de dados e citações. *Razões de Estado* é um livro de representação e de reflexão do lingüista, que desvelou atentamente a política. Tal estratégia é o aspecto mais atrativo para seu leitor, que o vê distanciar-se do saber administrado. Antepondo-se ao deslumbramento mítico da tradição que reserva aos

EUA a predestinação calvinista para o exercício do destino manifesto no mundo – com intervenções a base de cruzadas do bem contra o mal –, em *Razões de Estado*, o autor leva em mãos importantes documentos da diplomacia-militar do governo dos EUA na Indochina. A correspondência parafraseada, truncada, incompleta, a fim de garantir o segredo burocrático, Chomsky soube decodificar com rigor hermenêutico. Revelou o estilo oficial do Pentágono, pouco afeto ao *soft power*. Os nove capítulos perfilam temas relevantes para o entendimento dos meios empregados pelos EUA para defender militarmente o atual padrão da ordem mundial, a ser imposto unilateralmente. "Livro companheiro de viagem dos anar-

quistas", como se auto-intitula, Chomsky provoca o leitor em dupla direção: a cumplicidade ou a recusa. Reivindica para a ciência o compromisso político, "a maneira que os antigos entendiam como *parallèle*". É plausível conceder aos críticos a produção excessiva de sentido em algumas de suas referências à política externa dos governos dos EUA. No cômputo geral, Noam Chomsky faz jus às edições e traduções que suas obras ostentam em todo o mundo.

Paulo-Edgar Almeida Resende
Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (NACI) - PUC-SP e titular do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional (GACINT) da USP

A VOLTA DO ROMANCE

RIO DAS FLORES
Miguel Sousa Tavares, Companhia das Letras

Forster, romancista inglês, insistia: o romance conta uma história. Sousa Tavares, no entanto, conta uma bem construída história dentro de um bem construído quadro histórico. Ponto positivo fundamental. Romancistas da segunda metade do século XX enredaram tanto os romances em experimentais técnicos-narrativos que, no mais das vezes, os tornaram enfadonhos e complicados aos olhos do grande público, atraindo só para rarefeitos grupos em busca de temas para teses e discussões acadêmicas. *Rio das Flores*, ao contrário, devolve a todos o prazer de ler, reata com a tradição de uma narrativa que avança e não fica a dar voltas sobre si como o cão a querer abocanhar o rabo. Saudemos, pois, o resgate do gênero: o romance saiu da UTI vivo e saudável!

"Este não é um livro de história, mas sim um romance histórico", diz o autor. Outra positividade fundamental: não vemos nele a abolição de limites entre história e ficção que as últimas décadas fartaram-se de praticar. Houve histórias-romances que afirmaram uma geiaia geral entre ficção e história: para eles, a história não seria mais do que uma ficção ou mesmo uma espécie de poema... Tavares não. Situa seu romance entre os anos de 1900 e 1945 e cria com poderosa expressividade as personagens alentejanas da família Ribera Flores. Simultaneamente, vai delineando com clareza e precisão sufocantes o avanço dos fascismos e totalitarismos na Europa até desembocarem na ditadura salazarista, na guerra civil espanhola, na Segunda Guerra Mundial e, aqui no Brasil, na ditadura fascista de Getúlio Vargas.

A personagem Diogo Ribera Flores, na sua incessante busca da liberdade, vem ter ao Brasil. Uma sólida fortuna permite-lhe realizar sonhos e caprichos. Encontra-a? Seria ele um utópico? Um burguês acomodado, no dizer do irmão? Não subtraímos ao leitor o prazer de respondê-las. Acrescento apenas que Tavares não pareceu alheio à visão paradisíaca desta Terra, apesar dos pesares. É mais: incluir o Brasil na trama foi um enorme achado!

Maria Helena Nery Garcez
Professora Titular de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

UMA PAZ POSSÍVEL

HISTÓRIA DA PAZ
Demétrio Magnoli (org.), Editora Contexto

Depois de *História das guerras*, Demétrio Magnoli organizou *História da paz*. Em sua introdução, Magnoli deixa claro que "há tantas histórias da paz quantas se quiser", o que serve de contraponto àquilo que os Editores resumem em "A paz possível": "A paz é uma conquista, fruto de esforços diplomáticos, é conciliação entre poderosos, é acordo entre iguais e desiguais. É, como a política, a arte do possível". Palavras que, colocadas à guisa de introdução, deixam o leitor ansioso por saber como se deu esse acordo, e aguçam sua curiosidade por saber que outros tipos de história poderiam ser escritas.

Magnoli preferiu organizar sua história da paz preferencialmente a partir de tratados. Digo preferencialmente porque o livro não consta apenas deles, a história dos tratados sendo complementada pela dos concílios ecumênicos medievais, pela análise das conferências de Bretton Woods, Yalta e Potsdam, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Protocolo de Kyoto. É pena que no estudo dos tratados não se tenha atentado para o de Briand-Kellog, que cuidava exatamente da paz (antes da guerra). Igualmente se aceitando o critério da agregação, os resultados das conferências de Haia sobre o uso deste ou daquele instrumento de destruição na guerra deveria merecer atenção.

Os ensaios que compõem a *História da paz* não são todos iguais – embora de nível. Merecem leitura por quantos desejam compreender um pouco da história não apenas do Brasil, mas também de fatos que muitas vezes passam despercebidos, como os que se referem à África, mas especialmente à China. É, sem dúvida, uma contribuição para a bibliografia em português (do Brasil) sobre temas de relações internacionais, cada dia mais em evidência. É pena que a leitura do ensaio sobre o Tratado de Não-proliferação Nuclear deixe o leitor com a desagradável sensação de que se pretende construir clandestinamente a bomba atômica no Brasil a partir do urânio enriquecido a 90% – esquecendo o autor que o consumo de energia elétrica para chegar a essa porcentagem seria acusado, antes da AIEA, pela Cesp, que fornece eletricidade para Aramar.

Oliveiros S. Ferreira
Cientista social, jornalista, escritor, historiador e professor da Pós-Graduação da PUC-SP

ENTRE O PASSADO E O FUTURO

ADAM SMITH EM PEQUIM
Giovanni Arrighi, Boitempo Editorial

O livro de Giovanni Arrighi distingue-se por sua enorme erudição e pela capacidade de transitar, com extrema facilidade, entre as teorias sobre o desenvolvimento e a História. Trata-se de um passeio por autores clássicos (Marx e Shumpeter, entre outros, mas, especialmente Adam Smith) e um sem-número de análises, pesquisadores e comentaristas, simultaneamente à análise de processos históricos que envolvem o Ocidente e a Ásia desde séculos anteriores. O resultado é uma metódica análise do passado – tendo como eixo o crescimento econômico e suas consequências – com vistas a compreender o futuro que progressivamente se instaura desde a ascensão de vários países asiáticos, culminando no espantoso crescimento da China.

A partir da releitura do famoso livro de Smith, *A Riqueza das Nações*, que no século XVIII profetizara sobre o crescimento econômico da Ásia como ponto de equilíbrio ao Ocidente, Arrighi procura testar os argumentos do autor à luz dos acontecimentos desde a segunda metade do século XX aos dias de hoje por meio de dados e análises, o que inclui a inserção de inúmeros intelectuais e pesquisadores orientais.

Para Arrighi, "Assim como Smith não era teórico nem defensor do capitalismo como motor da expansão econômica 'internacional', também não era teórico nem defensor dos mercados 'auto-regulados'. Ao contrário da opinião geral, a ideia de que, com o tempo, a acumulação de capital tende a fazer a taxa de lucro cair e acaba por fim à expansão econômica não é de Marx, e sim de Smith". Esta passagem ilustra a validade metodológica da obra de Smith e sua atualidade para pensar a China numa perspectiva histórica, o que, contudo, é bastante controverso, tendo em vista outras leituras de Smith como um dos ideólogos do liberalismo.

A obra é marcada por uma incrível erudição e pela projeção de cenários tanto sobre o "SuL" – a Ásia e especialmente a China como líderes dos países periféricos –, como pela avaliação de sua relação (e do papel que caberá) ao "Norte", em EUA e à Europa, dada a possível transferência de hegemonia (tema central na obra). Por tudo isso, instiga a todos os que se interessam por um texto ao mesmo tempo histórico, criterioso, opinativo e controverso!

Francisco Fonseca
Professor de ciência política da FGV/SP e autor do livro *O Consenso Fojado*, Editora Hucitec, 2005.

REFUGIADOS GLOBAIS

Migração sem escolha

Calcula-se que entre 100 e 200 milhões de pessoas tenham sido obrigadas a deixar suas casas, seja por desastres naturais, guerras ou projetos de desenvolvimento, como construções de barragem e centros industriais. À esta estatística, os pesquisadores tentam agregar uma nova forma de deslocamento forçado: o econômico

POR PHILIPPE REKACEWICZ*

“Eu estava perto do ponto da alfândega com meus colegas, fazendo a contagem das pessoas que atravessavam a fronteira e avaliando quais eram suas necessidades imediatas”. O depoimento é de William Spindler, porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR). Em 1994, quando cerca de 800 mil pessoas da etnia tutsi foram mortas por milícias de hutus em Ruanda, ele trabalhava no país. E continua: “nós tínhamos uma previsão de que vinte mil refugiados passariam por lá ao longo do dia e recorriamos aqueles pequenos medidores

manuais que as aeronaves utilizam nos avi-

ões para verificar o número de passageiros. Finalmente, passaram diante de nós entre 20 mil e 30 mil pessoas... por hora! No total, nós acolhemos 350 mil delas num único dia, o equivalente a duas vezes a cidade de Genebra. Era necessário alimentá-las e tratá-las imediatamente. Mas o que poderíamos fazer? Nada, para dizer a verdade. Exceto constatar, impotentes, os nascimentos e óbitos à beira da estrada e providenciarmos os primeiros socorros para aqueles que estavam em nosso campo imediato de visão”, relata. Diante de deslocamentos desta amplitude - que felizmente permanecem excepcionais - é pra-

ticamente impossível resolver todas as emergências nas primeiras horas, justamente o período em que a população está mais exposta ao perigo.

BALDES, COBERTORES E BARRACAS

Apesar das dificuldades, o UNHCR foi capaz de implantar uma logística que lhe permitiu prestar ajuda a 500 mil pessoas em menos de 48 horas. Evidentemente, intervenções deste calibre não podem ser feitas de improviso. Para tanto, a entidade conta com uma “reserva” de 300 especialistas em logística, além de profissionais de saúde nos cinco continentes, que podem ser mobiliza-

dos imediatamente para intervir onde quer que exista crise humanitária. Centenas de milhares de lonas de plástico, barracas, baldes, utensílios de cozinha, cobertores e mosquiteiros, além de caminhões, depósitos pré-fabricados e geradores elétricos estão sempre prontos para serem embarcados em uma armada de aviões cargueiros Antonov de grande capacidade, a partir dos depósitos de Dubai, Copenhague, Amã, Acra ou Nairóbi. O apoio fornecido pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) e por inúmeras organizações não-governamentais, garante a transferência maciça de alimentos por terra. É uma corri-

OS REFUGIADOS NO MUNDO

Fontes: Anuário de estatística 2006 e Unidade de registro e estatísticas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR) para as estimativas de 2007 (Irã, Quênia, Chade e Sudão); World Refugee Survey 2007, Comitê dos Estados Unidos para Refugiados e Migrantes (USCRI); United Nations Relief and Works Agency (UNRWA); base de dados on-line do Banco Mundial, 2008.

UNIÃO EUROPÉIA / MULHERES

Ainda cidadãs de segunda classe

As melhores leis a favor das mulheres de cada país-membro da UE estão sendo reunidas por especialistas. O objetivo é compor uma legislação continental, capaz de contemplar temas que vão da legalização do aborto à equidade salarial, do controle da violência à aposentadoria, da prostituição à participação política.

POR VIOLENE LUCAS E BARBARA VILAIN *

Em março de 2007, a polonesa Alicja Tysiac conseguiu fazer com que seu país fosse condenado diante da Corte Europeia dos Direitos Humanos (CEDH). Certamente, sua história teve alguma repercussão: mãe de dois filhos, que criou sozinha, ela quis interromper sua terceira gravidez porque corria o risco de perder definitivamente a visão. A prática, proibida na Polónia, abarca exceções como má-formação do feto, estupro e perigo para a saúde da mãe, justamente o caso. Assim, com base legal, Tysiac solicitou o aborto terapêutico, mas os médicos rejeitaram seu pedido. Após

o parto, em 2000, uma hemorragia retiniana prejudicou consideravelmente sua visão e ela quase ficou cega. Se fosse beneficiária da legislação atual da Suécia as coisas seriam bem diferentes: dentro de um prazo de 18 semanas, sua decisão de colocar fim à gestação dependeria apenas de si mesma, e a intervenção seria feita pelo Estado.

Foi para remediar essas desigualdades de tratamento entre mulheres da União Europeia (UE) que uma equipe de militantes – juristas, advogados e sindicalistas – se dispôs a estudar as diferentes legislações em vigor nos países que compõem o bloco. Depois

de três anos, eles reuniram as leis mais progressistas em cada nação (ver mapa) no seio da “Cláusula da Europa mais Favorecida” e propuseram que essa compilação legislativa seja aplicada a todas as mulheres da UE.

Afinal, de nada vale termos 255 milhões de cidadãs europeias e representarmos 51,2% da população se não desfrutarmos as mesmas condições de vida que os homens, pelo simples motivo de termos nascido mulheres. Somos discriminadas em todos os aspectos de nossa vida. Os dados do violéncia física são prova clara disso. Na França, por exemplo, a cada três dias uma mulher morre atacada

por seu companheiro. Também enfrentamos muitas dificuldades para trabalhar: em um mesmo cargo, ganhamos, em média, salário 15% inferior ao dos homens. Além disso, nossas condições de emprego são sempre mais precárias. As mulheres são três em cada quatro trabalhadores com baixo salário e oito em cada dez em tempo parcial. Ainda que minoritárias entre os desempregados, menos bem empregadas, menos bem pagas, frequentemente interrompemos a vida profissional para cuidar dos filhos, enfrentarmos terminamos com aposentadorias menores.

Além, o problema do financiamento da previdência social será uma excelente bússola para as escolhas que deverão ser feitas ao longo dos próximos anos dentro da União Europeia. O sistema de aposentadoria por capitalização, que tende cada vez mais a completar ou substituir o sistema por repartição, é particularmente desfavorável para as mulheres. Nosso acesso ao serviço é menos freqüente, já que os setores em que somos empregadas normalmente não estão cobertos. E no sistema por capitalização, mesmo com um salário igual, temos de poupar mais que os homens para obtermos uma aposentadoria equivalente, por causa de nossa expectativa de vida maior.

A IMAGEM DA POBREZA É, EM GERAL, FEMININA

O alongamento do período de cotização, adotado por muitos países da UE, é uma solução ilusória. Na Dinamarca, por exemplo, adia-se a idade da aposentadoria de 65 para 67 anos. No entanto, se examinarmos detalhadamente esse país, constatamos que, por um lado, mal se consegue manter os trabalhadores em atividade até os 62 anos, e, por outro, as mulheres deixam o mercado mais cedo que os homens. Apenas uma alta das taxas de cotização, acompanhada de uma revalorização dos salários, além de um aumento da base das distribuições de rendas, poderiam impedir o empobrecimento generalizado dos aposentados, e em primeiro lugar das aposentadas. Como disse Hanne-Vibeke Holst, jornalista e escritora dinamarquesa que faz parte das personalidades às quais o projeto da Cláusula da Europa mais Favorecida foi submetido, “nós jamais deveríamos esquecer que a visão da pobreza e da miséria é, com freqüência, a de uma mulher”.

A idéia de estabelecer um leque legislativo para melhorar cada aspecto da condição das europeias tem avançado desde o final dos anos 1970 – um período marcado por numerosas lutas, em particular a reivindicação pela legalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG). Em 1979, aconteceu

A distância entre o que é dito (porque queremos ouvi-lo) e o que é feito (que nos repugna ver) pelos governos israelenses no local assume, para alguns, proporções de jogo duplo e, para outros, de esquizofrenia

POR RÉGIS DESBRAY*

POB RÉGIS DEBRAY®

O mapa do conflito

Jerusalém Oriental e áreas próximas:
a ocupação e a colonização
israelenses das terras palestinas

IDEOLOGIAS

A esquerda se tornou liberal

Sejam quais forem as diferenças entre uma centro-esquerda moderna, a terceira via e um socialismo liberal, o que sobra é um socialismo renovado que se diz igualitário, que não pretende erradicar todas as desigualdades e que exige o reconhecimento do caráter potencialmente benéfico de um mercado regulamentado

POR EVELYNE PIELLER*

A questão não é nova, mas cada vez mais candente. As promessas de Liberdade-Igualdade-Fraternidade anunciadas pela República apontavam para um mundo compartilhado, e não se cumpriram. Como fazer para que esses compromissos não sejam apenas enunciados formalmente, como direitos, mas tornem-se dados concretos, efetivos?

Evidentemente, é no domínio da "igualdade" que o descumprimento é mais flagrante, traduzindo-se tanto em diferenças gritantes de renda quanto na famosa "pane" do elevador social, ou, ainda, na crescente vulnerabilidade dos mais pobres que se convencionou chamar de "acidentes da vida", advindas do desemprego, das doenças, entre outros...

Da mesma forma, a "liberdade" só tem sentido completo quando se pode escolher uma profissão, ou o lugar onde se quer morar. Todos livres e iguais, mas, claro, uns mais que outros...

A missão tradicional da "esquerda" é buscar atenuar as disparidades. Mas depois da chamada "queda do comunismo", as referências se relativizaram. Segundo alguns analistas, teríamos entrado então numa era radicalmente nova, marcada pelo famoso fim das ideologias, ou, na verdade, pelo fim da História. Ainda que essa afirmação pareça um tanto arrogante, seria necessário, ao menos, reconhecer a morte da "utopia" comunista e o triunfo do bom senso e, com mais ou menos entusiasmo, aceitar que a economia de mercado e a democracia são intrinsecamente ligadas.

A partir daí, tudo se torna mais simplificado e mais complicado ao mesmo tempo. Simplificado porque tal ideia consagra o "mercado" como um dado natural e julga qualquer "revolução" destinada a inventar outra economia como um equívoco, tanto no plano das liberdades quanto no da eficácia – e a prova seriam os países do Leste Europeu. É complicado porque com os dois "extremos" legitimamente desqualificados, a esquerda – de Anthony Blair a Lionel Jospin – tornou-se "realista" e Pascal Lamy, membro do Partido Socialista (PS), foi promovido a responsável da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A realidade, nesse contexto, permanece preocupante. As desigualdades crescem e os questionamentos se fazem urgentes, por vezes desoladores. Com a revolução excluída e a "modernidade" aceita, como fazer para que a democracia, o governo do "povo para o povo", funcione, sob o regime do mercado? Certamente, os valores da esquerda diferem dos da direita, mas qual ideal, qual projeto para o mundo pode se afirmar sobre a marca do realismo? Não há, por definição – e os senhores dizem –, contradições a nomear e resolver?

Esse enorme problema gera enormes expectativas. E diz respeito não apenas aos eleitores de espírito dito socialista, mas provavelmente a todos os cidadãos inquietos, desejosos de compreender se as mazelas sociais são uma fatalidade, se o futuro tem apenas uma cara, com diferentes maquiagens, ou se uma mudança de fato é possível. Em suma, trata-se de questionar o pensamento da esquerda, que se tornou liberal.

O debate no âmbito desse socialismo modernizado procura responder se é a inscrição concreta de valores éticos no mundo real que, essencialmente, permitiria a concretização das promessas da democracia. Trata-se de uma concepção particular de igualdade e dos meios de alcançá-la. Propõe-se outra visão de homem.

Talvez não seja completamente inútil procurar definir com mais exatidão a "esquerda liberal", já que, às vezes, ela parece sofrer de falta de unidade.

2.1.2 PERFIL EDITORIAL

Além de suas características técnicas, o conteúdo de *Le Monde Diplomatique Brasil* merece atenção. O periódico tem apenas três seções fixas: as Cartas, publicadas na página 2, ao lado do índice; o Editorial, na página 3; e os Livros, na página 39.¹⁹¹ Além disso, a editora Maíra Kubik Mano¹⁹² conta que o “editorial” da edição francesa sempre é publicado, sob a forma de artigos, antes assinados por Ignacio Ramonet e atualmente por Serge Halimi.¹⁹³

Questão-chave para compreender o conteúdo de *Le Monde Diplomatique Brasil* é o contrato com a matriz francesa: o acordo editorial com o *Le Monde Diplomatique* francês estipula que 60% do conteúdo da edição brasileira correspondam a conteúdos produzidos pelo Grupo Le Monde Diplomatique S/A.¹⁹⁴

No *Le Monde Diplomatique Brasil*, as declarações de fontes – itens considerados indispensáveis para a fundamentação dos textos jornalísticos – dão lugar a citações teóricas e indicações de livros e pesquisas, flertando com as publicações acadêmicas. Na verdade, é preciso considerar a singularidade da revista, pois o fato de por vezes *Le Monde Diplomatique Brasil* abrir mão de fontes jornalísticas, como os “especialistas” em determinado quesito, se justifica pois quem escreve seus artigos são justamente os tais “especialistas”. Além de jornalistas, o corpo de colaboradores da revista conta com antropólogos, bioquímicos, críticos literários, economistas, historiadores, sociólogos etc. No entanto, os autores invariavelmente fazem menções às suas fontes, interpoladas entre referências bibliográficas teóricas,

¹⁹¹ A seção Livros traz habitualmente quatro indicações e resenhas de obras recentemente lançadas. Entre os autores indicados estão Edward Said, Eric Hobsbawm, Giovanni Arrighi, István Mészáros, Milton Hatoum, Noam Chomsky, Raul Pont e assim por diante. Entre os críticos, o corpo de colaboradores contou com Betty Mindlin, Igor Fuser, Fernando Gabeira, Francisco Alambert, José Arbex Jr., Ladislau Dowbor, Leonardo Boff, Ruy Braga, entre outros.

¹⁹² Maíra Kubik Mano é jornalista. Mestre em Ciência Política pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), atualmente é editora de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

¹⁹³ Maíra Kubik Mano, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010.

¹⁹⁴ Sílvia Caccia Bava conta que, na edição impressa, o valor correspondente aos direitos autorais do *Le Monde Diplomatique* francês é de €1.060 mensais. Em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010. Durante o período analisado, nas três primeiras edições, a tradução do conteúdo internacional de *Le Monde Diplomatique* ficou por conta da Language Solutions. Na quarta edição, a Caligrama Editorial foi a editora responsável pela tradução e revisão. A partir da quinta edição, o conteúdo internacional passou a ser traduzido e revisado por colaboradores internos ao *Le Monde Diplomatique Brasil*, como Ana Montoia, Carolina Massuia de Paula, Caroline Fretin de Freitas, Cassio Arantes, Celina Olga de Souza, Georges Kormikiaris, Graziella Betting, Jean-Yves de Neufville, Luiz Araújo, Marcos Bagno, Marly Peres, Miguel Fernandez Escaleira, Paulo Neves.

indicadores de pesquisas internacionalmente autenticadas e notícias dos principais jornais e revistas internacionais – ainda que eventualmente as mencione como alvos de críticas.

Quanto aos gêneros e estilos, os textos da revista abarcam artigos principalmente, mas contêm ainda entrevistas ¹⁹⁵, memorandos diplomáticos ¹⁹⁶, reportagens internacionais com repórteres enviados especiais ¹⁹⁷, ensaios literários ¹⁹⁸, resenhas culturais ¹⁹⁹, perfis ²⁰⁰ e reportagens.²⁰¹ Além disso, a ênfase especial do magazine à política internacional abarca reportagens, entrevistas, análises densas e dossiês especiais. A edição brasileira destaca que:

[É] importante ressaltar que não se trata de uma publicação noticiosa, voltada à cobertura dos fatos correntes, mas de uma publicação reflexiva, que busca identificar, para além dos fatos, os cenários maiores que lhes conferem sentido e inteligibilidade ²⁰².

Assim, suas pautas vão ao encontro de sua proposta, não atada à cobertura noticiosa, mas à reflexão. Este seria um dos diferenciais da publicação, pois muitas de suas pautas poderiam ser consideradas “frias”, se comparadas ao ritmo de publicação dos jornais diários, mas são de atualidade “quente” para o *Le Monde Diplomatique*, tanto o francês quanto os internacionais, por privilegiar as análises nas suas páginas.²⁰³

É possível dizer que *Le Monde Diplomatique Brasil* não se pauta pelos “valores-notícia” da grande imprensa, mas por uma visão macroscópica do panorama internacional. A

¹⁹⁵ Cf. MERMET, Daniel. “América Rebelde: uma entrevista exclusiva com Noam Chomsky”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 4-6.

¹⁹⁶ Cf. DEBRAY, Régis. “O memorando Debray sobre a Palestina”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 10-11.

¹⁹⁷ Cf. DAUM, Pierre. “A bordo do Marrakech Express”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 30-31.

¹⁹⁸ Cf. GALEANO, Eduardo. “A aventura humana”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 34-35.

¹⁹⁹ Cf. NESBIT, Molly. “Estação Utopia”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 20-22.

²⁰⁰ Cf. LAMBERT, Renaud. “Como o homem mais rico juntou seus tostões”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 18-19.

²⁰¹ BLONDEAU, Thomas. “A produção independente conquista as ruas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 36-37.

²⁰² LE MONDE DIPLOMATIQUE. “Apresentação”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 2.

²⁰³ BATALHA, Elisa de Santana. *A mídia altermundialista: a participação do Le Monde Diplomatique no Fórum Social Mundial*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 100.

revista não oferece uma simples narrativa dos *évènements* cotidianos, mas uma análise sobre a realidade. Assim, é possível supor que o leitor acompanhe as notícias em outros veículos, eletrizados pelo ritmo frenético do mundo contemporâneo, mas encontra no *Le Monde Diplomatique Brasil* um tempo para análise sobre o “estado do mundo”.

O jornalista Pedro Ribeiro²⁰⁴ considera a revista como “um veículo progressista num país com uma mídia tão atrasada”.²⁰⁵ Em tempos em que o *hard news*, os paradigmas da imparcialidade e da neutralidade tendem a um lento declínio, a revista oferece um espaço para a análise, como um “veículo de debate político”. Na mesma linha, a editora Maíra Kubík Mano diz que o papel da revista é oferecer um “campo de debates”, como:

Um instrumento para colocar grandes questões nacionais e internacionais em debate, dar pontos de vista diferentes. Essa seria não uma “linha” editorial, mas uma “missão” editorial. A linha editorial acaba seguindo esse objetivo inicial. Uma linha editorial que prima por abordar assuntos relacionados à sociedade, à política e à economia, questões que afetem os rumos do país, mas sempre observados por um prisma maior.²⁰⁶

Talvez por esta razão *Le Monde Diplomatique Brasil* privilegie uma visão panorâmica sobre as questões contemporâneas, tendendo a se abster de micro-histórias e, quando eventualmente abre espaço a narrativas cotidianas, é para observá-las e analisá-las sob uma perspectiva ampliada. Um perfil de um pequeno traficante na periferia paulista²⁰⁷, uma reportagem sobre artistas independentes²⁰⁸, uma resenha sobre o papel das pequenas editoras²⁰⁹ e dos noticiários progressistas²¹⁰ ilustram tais situações em que o “micro” salta aos olhos como “macro”.

²⁰⁴ Pedro Ribeiro Nogueira é jornalista graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e estudante de Letras na Universidade de São Paulo (USP). Entre 2007 e 2008, foi estagiário de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

²⁰⁵ Pedro Ribeiro Nogueira, em entrevista à autora, em 7 de outubro de 2008.

²⁰⁶ Maíra Kubík Mano, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010.

²⁰⁷ TELLES, Vera; HIRATA, Daniel Veloso. “A face miúda da droga”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 6-7.

²⁰⁸ BLONDEAU, Thomas. “A produção independente conquista as ruas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 36.

²⁰⁹ SCHIFFRIN, André. “O revide das pequenas editoras”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 36.

²¹⁰ BOOTHE, Thomas; FOLLET, Danielle. “Um sopro de oxigênio na mídia americana”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 38.

Vale lembrar que, de acordo com as diretrizes da edição francesa, o conteúdo de *Le Monde Diplomatique Brasil* deve corresponder necessariamente a 60% de materiais franceses. Os 40% restantes podem vir tanto de outras edições internacionais de *Le Monde Diplomatique* quanto matérias produzidas no Brasil. Logo, é possível compreender por que o conteúdo da revista é majoritariamente composto por temas internacionais – e poucas vezes a revista se pauta por chaves estritamente *locais*, referentes ao Brasil.

Entre agosto de 2007 e julho de 2008, a revista se dedicou a poucas questões localizadas, tais como a cidadania em São Paulo ²¹¹, os estados do Rio de Janeiro ²¹² e do Rio Grande do Sul ²¹³, os movimentos Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ²¹⁴ e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ²¹⁵, as eleições municipais ²¹⁶, o pacto federativo municipalista ²¹⁷ e os territórios da cidadania ²¹⁸, entre outras.

A respeito da seletividade do conteúdo editorial de *Le Monde Diplomatique Brasil*, a editora Maíra Kubík Mano destaca uma questão sobre os “nichos” de conteúdo:

²¹¹ Cf. BONDUKI, Nabil. “Por uma cidade digna”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 27-28. GRAJEW, Oded. “Desenvolvimento sustentável”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 29-30.

²¹² Cf. BAVA, Sílvia Caccia. “Fernando Gabeira: ‘O Rio tem futuro’”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 4-6.

²¹³ Cf. PONT, Raul. “Rio Grande do Sul: crise das finanças públicas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 4-5.

²¹⁴ Cf. MANO, Maíra Kubík. “Desafios dos assentamentos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 16-17.

²¹⁵ Cf. REVELLI, Philippe. “Os sem-teto às portas de São Paulo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 26-27.

²¹⁶ Cf. CARDOZO, José Eduardo. “O que é ser vereador”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 7. BAVA, Sílvia Caccia. “O que queremos de um bom governo municipal”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 3. PIETÁ, Elói. “O que esperamos de um bom prefeito”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 28-29.

²¹⁷ Cf. ZIUKOSKI, Paulo. “Por um Pacto Federativo Municipalista”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 18.

²¹⁸ Cf. DOWBOR, Ladislau. “Desenvolvimento local”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 30.

Há uma questão importante sobre os nichos de conteúdo: acredito que concerne ao *Le Monde Diplomatique* francês uma cobertura mais global, não só da Europa, mas da África, Oriente Médio, Ásia, América do Norte. E nós temos uma predisposição aos assuntos mais latino-americanos. Nesses 40%, nós publicamos não só artigos brasileiros, mas preferencialmente sul-americanos ou latino-americanos, porque dizem mais respeito à nossa identidade, à nossa realidade [...].²¹⁹

Assim é possível compreender também a presença destacada dos *Cadernos da América Latina* no *Le Monde Diplomatique Brasil*, por uma iniciativa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Publicados no jornal *La Jornada* do México e nos *Le Monde Diplomatique* de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai, os primeiros *Cadernos* incluíram textos de Agustín Cueva (Peru), Álvaro García Linera (Bolívia), Aníbal Quijano (Peru), Edelberto Torres Rivas (Guatemala), Florestan Fernandes (Brasil), Gerard Pierre-Charles (Haiti), José Carlos Mariátegui (Peru), Juan Carlos Portantiero (Argentina), Milton Santos (Brasil), Pablo González Casanova (México), René Zavaleta Mercado (Bolívia), Ruy Mauro Marini (Brasil), Silvio Frondizi (Argentina), entre outros.²²⁰ O coordenador editorial Emir Sader espera que:

[...] mais que fértil leitura, sirvam, tantos estes cadernos, como os livros da coleção, para alimentar discussões, debates, seminários e que ajudem a recolocar o pensamento social latino-americano à altura das necessidades e dos desafios que se apresentam para o continente no novo século, cheio de alternativas novas para o presente e para o futuro.²²¹

²¹⁹ Maíra Kubík Mano, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010.

²²⁰ SADER, Emir. “Apresentação”. In: *Cadernos da América Latina*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, março de 2008, p. 1.

²²¹ SADER, novembro de 2007, p. 1.

ENCARTE CLACSO

CADERNOS DA AMÉRICA LATINA IV

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* constituem uma iniciativa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Destinados à divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e Caribe, os primeiros números incluíram textos de Ruy Mauro Marini (Brasil), Agustín Cueva (Peru) e Álvaro García Linera (Bolívia). Proximamente se difundirão artigos de Pablo González Casanova (México), José Carlos Mariátegui (Peru), Florestan Fernandes (Brasil), René Zavaleta Mercado (Bolívia), Rodolfo Stavenhagen (México), Milton Santos (Brasil), Silvio Frondizi (Argentina), Gerard Pierre-Charles (Haiti), Anibal Quijano (Peru), Juan Carlos Portantiero (Argentina) e Edelberto Torres Rivas (Guatemala), entre outros. Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* são publicados no jornal *La Jornada* do México e no *Le Monde Diplomatique* da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai.

CLACSO é uma rede de mais de 230 instituições que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 23 países: www.clacso.org

Coordenação editorial: Elinor Sader

A construção de alternativas¹

Pablo González Casanova²

As crenças do pensamento conservador mais culto em nenhum caso têm deixado de dialogar e coexistir com as novas ciências. E mais: nos projetos de justiça social que não pretendem mudar, mas sim conservar o sistema capitalista, a união do pensamento neoconservador e das novas ciências é indiscutível. Nas medidas de "justiça social", reconhece formas de adaptação do sistema e de suas mediações. O importante é que dessa união do pensamento conservador e das novas ciências se destacam também experiências que são particularmente úteis na busca e construção de alternativas.

A construção de alternativas por objetivos não só pressupõe compreender, incluir ou intuir os paradigmas das tecnociências e das novas ciências, mas também considerar estas como parte da atual lógica do poder contra o qual se luta e no qual se luta. A vinculação entre as tecnociências e a lógica do poder contém filões riquíssimos, sobretudo quando se pensa que qualquer projeto alternativo tem como prioridade um projeto de justiça social e que também o sistema dominante possui importantes experiências na construção de seus próprios projetos

de justiça social e na utilização dos projetos alternativos para políticas de "desestabilização" contra os governos que os empregam.

As experiências dos projetos de justiça social delinham algumas dificuldades que as forças alternativas confrontam quando procuram construir um sistema em que as desigualdades sociais diminuam ou se desvançam o máximo possível. As dificuldades aparecem na história das políticas trabalhistas do Estado de bem-estar social ou socialdemocratas, nas do socialismo de Estado ou comunistas e nas populistas ou do nacionalismo revolucionário. Elas se dão em formas que variam de um país para outro e que são significativamente distintas nos países do centro e da periferia do mundo, pois nesta suas características mais adversas tendem a se acentuar.

De qualquer forma, os projetos de "justiça social" delinham dois tipos de contradições que os modelos de desestabilização registram com as categorias das novas ciências: um é a ameaça à acumulação de excedente e à ordem estabelecida do poder, isto é, ao "sistema", que se deve adaptar ao contexto e se rees-

truturar, ou adaptar-se e reestruturar o contexto. Esse primeiro tipo de contradição (que na linguagem sistêmica é considerado um "desequilíbrio", ou "desajuste" ou "conflito") no pensamento crítico marxista redescobre-se hoje nos interesses comuns de classe que unem os empresários, os proprietários e suas forças político-militares de apoio contra as forças e políticas que ameaçam sua propriedade e seu poder, que eles têm de mediatizar, cooptar, corromper, desarticular, debilitar ou destruir. Esse primeiro tipo de contradição corresponde ao que no capitalismo clássico se colocou como uma luta entre os trabalhadores e proprietários. Em épocas recentes derivou em uma luta complexa que articula e redefine o conjunto do poder e da economia, da produção de valor e da distribuição e transferência do excedente nas empresas e nas regiões, entre os complexos, as classes, os estratos, e estes com elementos "marginalizados" ou "excluídos". De todo modo, os interesses de classe aparecem com clareza quando um movimento social ameaça a apropriação do excedente, a acumulação da propriedade e o domínio de meios de produção e insumo, de comercialização e especulação: ou o poder e seus beneficiários.

Assim, vale destacar que, por seu conteúdo, *Le Monde Diplomatique Brasil* pode ser lido como uma revista de análise, isto é, com uma posição intermediária entre as revistas de atualidades e as especializadas. Na leitura de Kardec Vallada sobre as revistas no Brasil, o conteúdo das revistas de análise:

[...] não é meramente noticioso ou informativo. Apresentam interesse direto, sempre com um caráter de aprofundamento da informação, de interpretação ou de formação. São, em suma, mais *formativas*, *educativas* ou mesmo *persuasivas*, que *informativas*. Tornam-se publicações indispensáveis e fundamentais para o aperfeiçoamento e atualização profissional, tecnológica ou científica.²²²

Assim, não é de se admirar que *Le Monde Diplomatique Brasil* tenha se tornado uma publicação indispensável na opinião de seus leitores, por seu perfil singular no campo midiático nacional. Alinhada à gazeta francesa, a revista conta com especial entrosamento entre os campos jornalístico, universitário e militante ²²³, destacando-se por casar – no universo de seu *grid* editorial e para além dele – três atores políticos, alinhados aos ensaios possíveis de outras melodias frente à orquestra imperial do mercado midiático.

Na revista, a convergência de jornalistas, intelectuais e altermundialistas delineia um perfil editorial marcado pelo atrelamento da informação à análise e à mobilização política, desbravando um campo simbólico que tateia a construção de alternativas possíveis nos enquadres do presente.

²²² VALLADA, Kardec Pinto. “Revistas no Brasil: um panorama sucinto”. In: MELO, José Marques de; GALVÃO, Waldimas. *Jornalismo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1984, p. 33.

²²³ SZCZEPANSKI-HUILLERY, Máxime. “*Les architectes de l’altermondialisme, registres d’action et modalités d’engagement au Monde Diplomatique*”. In: AGRİKOLIANSKY, Eric ; FILLIEULE, Olivier ; MAYER, Nonna (Orgs.). *L’altermondialisme en France: La longue histoire d’une nouvelle cause*. Paris: Flammarion, 2005, p. 147.

2.2 CARTAS CAPITAIS

De acordo com sua carta de apresentação, *Le Monde Diplomatique Brasil* pretende responder às demandas de leitores que buscam um viés crítico sobre a realidade mundial.²²⁴ Entre os leitores da revista, dois segmentos merecem destaque especial. Primeiro, os formadores de opinião: artistas, intelectuais, jornalistas, parlamentares, professores e dirigentes de organizações da sociedade civil, atraídos pelo debate plural sobre questões fundamentais na política nacional e pela cobertura de assuntos internacionais. O segundo segmento é formado por estudantes e professores universitários.²²⁵

No Brasil, o prestígio do *Le Monde Diplomatique* francês majorou as expectativas em torno da nova edição. Ao lado das edições internacionais irmãs, espalhadas por Europa, América, Ásia e África, a edição brasileira é herdeira do legado francês, uma “referência para quem busca inteirar-se do cenário mundial e dos grandes temas políticos, sociais, econômicos, culturais e filosóficos da atualidade”.²²⁶

Entre as surpresas na sua ainda breve trajetória, o editor destaca “o fato do *Le Monde Diplomatique Brasil* ocupar um espaço que muitos dizem ser único”²²⁷, ao expressar uma nova perspectiva sobre o campo político, com a contribuição de intelectuais, jornalistas e lideranças sociais.

O espaço singular da revista é valorizado por seus leitores, com o *feedback* expresso nas correspondências publicadas. Nesta linha, o estudante de jornalismo Cirdes Lopes diz:

²²⁴ LE MONDE DIPLOMATIQUE. “Apresentação”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 2.

²²⁵ Perfil traçado a partir da pesquisa cedida por Silvana Cupaiolo, da Secretaria de Redação de *Le Monde Diplomatique Brasil*. A pesquisa de 2010 revela informações interessantes sobre o perfil dos leitores: 55% têm entre 21 e 39 anos, 19% têm entre 40 e 49 anos, 17% têm mais de 60 anos; 49% são pós-graduados, 23% têm ensino superior completo, 23% têm ensino superior incompleto.

²²⁶ ARANTES, José Tadeu. “Um novo olhar”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 3.

²²⁷ BAVA, Sílvia Caccia. “Um jornal que é seu”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 3.

Inspiração

Acompanho *Le Monde Diplomatique Brasil* desde a primeira [edição] e as guardo com muito carinho. Aproveito para parabenizar os exímios escritores. Vocês colaboram com milhares de jovens latinos que sonham em mudar seu continente.²²⁸

Enquanto isso, o leitor Carlos Alberto Cândido destaca:

Enfoque cosmopolita

Faltam ao Brasil veículos de comunicação que mostrem pontos de vista diferentes dos apresentados pelos grandes jornais e principais redes de televisão. Falta também enfoque cosmopolita na imprensa em geral. Neste momento nacional em que os veículos se tornaram uma espécie de partido político de oposição ao governo, *Le Monde Diplomatique Brasil* tem importante espaço a ocupar.²²⁹

A maioria das cartas publicadas, não inocentemente seletas, tende a parabenizar a edição brasileira, como as do economista Marcus Eduardo de Oliveira, da advogada Marina Band, do estudante Fábio Kestenbaum, entre outras. No entanto, é interessante notar que os leitores não só enaltecem a revista, mas, ao compará-la com outras publicações, disparam suas críticas à grande imprensa. É o caso do leitor Luciano Figueiredo Borges:

Patologia do medo

Gostaria de parabenizá-los pela edição. Sem sombra de dúvida a melhor publicação de política internacional do mundo e, na versão brasileira, ainda contando com artigos voltados ao Brasil e América Latina. Fico muito feliz por poder ter uma leitura de tamanha qualidade frente às inúmeras publicações tendenciosas da grande mídia oligárquica.²³⁰

Posição partilhada pelo estudante Ediomar Fernandes Estock:

²²⁸ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 2.

²²⁹ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 2.

²³⁰ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 2.

Imparcialidade contra-ataca

[...] Fiquei impressionado com a qualidade, imparcialidade e profundidade da matéria. Num mundo em que sobeja uma mídia parcial, que imbrica a opinião da empresa midiática em meio à notícia (e não em editorial apartado), que não perde tempo em eleger demônios e anjos, sobretudo no “Olimpo da nossa política tupiniquim”, é gratificante e um grande serviço à sociedade poder dispor de um veículo de comunicação como *Le Monde Diplomatique*.²³¹

Assim como nas congratulações do político Edgar Nóbrega (PT), de São Caetano do Sul, São Paulo:

Voto de congratulações

Em tempos de crise das ideologias e diante da ausência de projetos que articulem e despertem corações e mentes, *Le Monde Diplomatique Brasil* cumpre um papel de vanguarda. Neste sentido, requeremos à Mesa, nos termos regimentais, que seja consignado em ata e nos anais de nossos trabalhos legislativos, votos de congratulações a *Le Monde Diplomatique* pela publicação, em sua edição de outubro de 2007, da matéria “Os cadernos inéditos de Che Guevara”.²³²

É possível afirmar as cartas dos leitores parecem ter dois destinatários: de um lado, os cumprimentos ao *Le Monde Diplomatique Brasil*; de outro, as críticas e insatisfações com a imprensa tradicional. Para o leitor Rodrigo Gonçalves de Souza, a revista é contestadora:

Contestador da plutocracia

Acompanho este extraordinário e desafiador empreendimento de ser um veículo de mídia contestador da plutocracia vigente nos perfis editoriais das empresas de jornalismo brasileiras, quando predomina entre elas um bloco monolítico que prega incessantemente a demofobia. Estão de parabéns pela ousadia de ser um contraponto de densidade intelectual aliada à conexão com os professores de lutas sociais emancipadoras.²³³

²³¹ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 2.

²³² LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 2.

²³³ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 2.

À nova perspectiva oferecida por *Le Monde Diplomatique Brasil*, o jornalista e escritor Luis S. Krausz anela um “olhar crítico e lúcido” sobre a realidade:

Sopro de ar

Le Monde Diplomatique Brasil é um sopro de ar fresco no abafamento contemporâneo da imprensa brasileira. Finalmente um olhar crítico e lúcido sobre a nossa realidade – e, em especial, um raro olhar que parte da consciência, e não do raso atrelamento aos “interesses”. Nos últimos anos da ditadura militar, quando eu era adolescente, costumava comprar o jornal em francês e o olhar dos jornalistas de então marcou muito a minha maneira de enxergar o mundo em que vivemos. É uma satisfação ver que essas mesmas vozes agora estão entre nós.²³⁴

O jornalista gaúcho Fábio Marinho se rebela com o comportamento das revistas tradicionais, como as tão criticadas *Época* e *Veja*:

Jornaleiro militante

Gostaria de dar meus parabéns para a equipe de *Le Monde Diplomatique* – tanto a brasileira quanto a internacional – pelo excelente trabalho que realizam ao denunciar as contradições do mundo globalizado. Sou jornalista em Porto Alegre há dez anos e o *Diplô* tem em minha abanca lugar de destaque, bem visível para o público, isto porque compartilho sua posição editorial. Por aqui, *Veja* e *Época* não tem vez. Não vendo²³⁵.

O leitor Eleazar Venâncio Carrias expressa seu orgulho por contar com uma edição brasileira de *Le Monde Diplomatique*:

Esquerda evangélica

Não posso deixar de dizer que a descoberta de *Le Monde Diplomatique Brasil* me encheu de prazer e orgulho. Cada matéria, a variedade temática, a forma de abordagem, o estilo argumentativo – tudo contribui para que o leitor sensível aos dramas da atualidade dê aquele suspiro de alívio, principalmente se ele tiver optado por se abster das tradicionais revistas semanais brasileiras, como eu o fiz [...].²³⁶

²³⁴ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 2.

²³⁵ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 2.

²³⁶ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 2.

A desistência ante as revistas tradicionais é retomada pelo jornalista Saulo Cavalcanti de Souza, para quem “não basta apenas ter informação, é preciso ter conhecimento histórico”:

Informações enlatadas

Tenho discutido com uma amiga as vantagens de minha decisão de não ler os periódicos clássicos, como revistas semanais e jornais. Justifico o fato por haver, nessas publicações, informações comprometidas e sem conteúdo para que possamos fazer uma leitura crítica sobre qualquer assunto. Não basta apenas ter informação, é preciso ter conhecimento histórico. E essa é a diferença de *Le Monde Diplomatique*. Mesmo mensal, sinto-me bem informado e conhecedor dos fatos.²³⁷

Entre 2007 e 2008, apenas uma das cartas viria em tom de articulação política *de facto*: a do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), assinada pelo assessor Igor Felipe Santos:

Ondas de comunicação

Gostaríamos de agradecer-lhes pela publicação do artigo “Mulheres de Luta – As Guerreiras do MST”, de nossa companheira Janaína Stronzake, do MST-RS, na edição de novembro de 2007. Desejamos também boa sorte para todos vocês nessa luta diária para manter uma publicação alternativa, fora da linha do pensamento único do *status quo*. Só vamos conseguir enfrentar o pensamento dominante quando conseguirmos criar ondas de comunicação em cada localidade, cidade, estado e em todo o território, para dialogar com a sociedade e apresentar um projeto de futuro para o Brasil. Estamos certos de que vocês estão conosco nessa luta.²³⁸

No período analisado, a única crítica negativa publicada é do desapontado leitor Michel Kotlarevsky, que diz:

²³⁷ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 2.

²³⁸ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 2.

Decepção com o antiamericanismo

[...] Fiquei decepcionado. *Le Monde Diplomatique Brasil* não sai de seu antiamericanismo visceral e primário bem ao gosto dos “pseudo-intelectuais” latinos, independentemente de quem seja o presidente dos Estados Unidos da América.²³⁹

Mas um dos pontos fracos de *Le Monde Diplomatique Brasil* na perspectiva de seus leitores é o layout, como bem sintetiza o brasileiro Roldão Simas Filho:

Tamanho grande, corpo pequeno

Le Monde Diplomatique Brasil: conteúdo, nota 10 com louvor; apresentação, boa; impressão, nota 5. Justifico a nota 5: a maior restrição é quanto ao corpo da letra (fonte), muito pequeno, quase “bula de remédio”. A dificuldade de leitura não se limita às pessoas mais idosas, com visão cansada. O corpo da letra deveria ser no mínimo igual ao da revista *Veja*. Claro que, com isso, o número de páginas aumentaria e, com ele, o custo. Uma solução é adotar um papel de menor gramatura e de custo menor. O tamanho, formato tablóide, quase A3, também representa dificuldade ao manuseio das páginas da revista. É grande demais.²⁴⁰

No entanto, apesar das dissonâncias e das críticas, é possível dizer que a maioria das cartas dos leitores sinaliza uma aceitação de *Le Monde Diplomatique Brasil* como um veículo de análise, reflexão e crítica da atualidade, principalmente diante de suas frustrações com a imprensa tradicional. Destarte, nessas cartas capitais, uma das leituras possíveis da revista corrobora o seu *status* de referência para leitura.

²³⁹ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 2.

²⁴⁰ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 2.

3 O MAPA-MÚNDI CONTEMPORÂNEO

Este capítulo apresenta a perspectiva de *Le Monde Diplomatique* sobre o mundo contemporâneo, com ênfase especial sobre a América Latina. A fim de enfatizar seus posicionamentos políticos, a análise se segmentará em três vertentes entrelaçadas: questões econômicas, questões políticas e questões midiáticas.

Nas questões econômicas, a linha-mestra são as crises econômicas que, no entanto, não se esgotam nos meandros das especulações financeiras mirabolantes e nas repercussões na economia real. A crise financeira é considerada como o detonador de uma série de questionamentos sobre os rumos econômicos – e políticos – do cenário contemporâneo, pois põe em xeque a continuidade das diretrizes econômicas neoliberais que, na perspectiva da revista, paulatinamente perdem seus véus ideológicos, não podendo mais ocultar seus sinais de fragilidade e as contradições. É aí que o “pensamento único” entra na berlinda e passa a se questionar gradativamente sua autenticidade enquanto “único”, pois outros pensamentos irrompem e buscam desbravar espaços para se discutir ideias alternativas ao modelo dominante. Neste ponto, o posicionamento de *Le Monde Diplomatique Brasil* se permite evidenciar como “pensamento crítico” antineoliberal.

Nas questões políticas, as críticas disparadas aos Estados Unidos, especialmente a respeito de suas intervenções na América Latina e no Oriente Médio, destacam o tom antiimperialista da revista. Em um primeiro momento, a tônica da análise recairá sobre as relações internacionais conduzidas pelos Estados Unidos. Uma atenção especial – condizente com a proposta editorial da revista – será dada às questões políticas latino-americanas, com a ascensão de governos considerados “progressistas” na presente década. Neste ponto, mais evidente se revelará a postura antiimperialista de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Por fim, nas questões midiáticas destacam-se as críticas da revista contra a “indústria” midiática. Paralelamente a isso, é possível entrever suas aspirações editoriais, discutindo as novas propostas por uma mídia livre, uma ideia que vem inovar as discussões sobre a imprensa contemporânea nas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Tais questões são o prólogo para a ênfase destinada às articulações políticas da revista, para além de suas páginas. Sob o selo do antineoliberalismo e do antiimperialismo, das críticas de *Le Monde Diplomatique Brasil* derivam suas ideias altermundialistas, isto é, a

busca por uma nova globalização, não ditada pelo capitalismo neoliberal e pelas políticas imperialistas na esteira de, como quer Milton Santos, “por uma outra globalização”.

Mas se *Le Monde Diplomatique Brasil* busca uma nova leitura do mundo contemporâneo, é preciso considerar, paralelamente, a versão “oficial” que se faz – isto é, a leitura dominante –, uma vez que é em contraposição a ela que se delineia o redesenho do globo. No *Le Monde Diplomatique Brasil*, Tânia Bacelar²⁴¹ diz:

[...] a leitura do mapa-múndi atual continua sendo a leitura de quem manda mais e quem manda menos. Porém, ao contrário do que prega o discurso hegemônico, que tenta apresentar a globalização como um processo inexorável, ao qual temos de nos submeter, este é um processo contraditório e não uma tendência unidirecional. Até porque a globalização é um processo social e não há processo social inexorável. É um processo hegemônico, sem dúvida. Mas há distintas possibilidades de relacionamento entre os distintos territórios e o movimento de globalização.²⁴²

Assim, Bacelar pondera que há duas leituras do mapa-múndi atual:

Uma leitura é feita pelos agentes globais, para os quais os territórios são meros “palcos de operação”. Quando abrem o mapa-múndi para traçar suas estratégias, os países, as regiões, os municípios são para eles meros palcos de operação. Pensam nas vantagens ou desvantagens de realizarem suas operações neste ou naquele território. Mas existe uma outra leitura. E esta é feita pelas populações de cada lugar, para as quais os territórios são, acima de tudo, construções sociais. Apesar da uniformização crescente, cada território do mundo tem seu ambiente natural, seu processo histórico de ocupação, seus valores. O que existe hoje é resultado de um longo e complexo processo histórico.²⁴³

Nesta linha, a presente análise destrincha o mapa-múndi contemporâneo desenhado a partir das páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

²⁴¹ Tânia Bacelar é socióloga e economista, atualmente leciona na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

²⁴² BACELAR, Tânia. “Globalização e território”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 9.

²⁴³ BACELAR, junho de 2008, p. 9-10.

3.1 QUESTÕES ECONÔMICAS

Na Universidade de Chicago na década de 1950, o economista Milton Friedman ²⁴⁴ elaborava sua teoria sobre as liberdades planetárias propiciadas em um novo capitalismo, escapando a todas as restrições impostas pelos governos e pelos Estados. “Capitalismo com o qual já sonhavam as futuras multinacionais e os investidores financeiros internacionais”, critica John Berger.²⁴⁵ Na década de 1970, Friedman tornou-se conselheiro econômico de Augusto Pinochet, no Chile, época em que teve a oportunidade de testar empiricamente e concretizar sua teoria. Anos mais tarde, tornou-se “mentor” de Margaret Thatcher, Ronald Reagan, Anthony Blair, Nicolas Sarkozy e dos Bush.²⁴⁶ Para Berger, “Friedman lembra ligeiramente o Doutor Fantástico: mesma mistura de dogmatismo, inocência e cinismo, mesmo sonho de se mostrar salvador”.²⁴⁷ O economista foi um dos mais importantes teóricos do liberalismo econômico, defensor do *laissez-faire* do livre mercado.

No *Le Monde Diplomatique Brasil*, John Berger considera que o liberalismo de Milton Friedman foi o prelúdio para o neoliberalismo, para o desmoronamento econômico, para o desmantelamento das infra-estruturas sociais e para a sincronização da pobreza e do pânico intercaladas com as falsas promessas de dias melhores, com a mão invisível do mercado, poderosa a ponto de esmagar qualquer resistência.²⁴⁸ Para Berger, trata-se de uma conspiração do silêncio, espiral de um acordo tácito: o poder do capital neoliberal.

Na contracorrente dos clássicos editoriais de Ignacio Ramonet – sobre o “pensamento único” ²⁴⁹ de 1995 e o “desarmamento dos mercados” ²⁵⁰ de 1997, pilares do movimento ATTAC –, o capitalismo neoliberal continua a avançar neste início de século:

²⁴⁴ Milton Friedman (1912-2006) foi um economista norte-americano, professor da Universidade de Chicago desde 1946. Friedman recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1976.

²⁴⁵ John Berger é romancista e crítico de arte, autor de *Aquí nos encontramos* (Rocco, 2008).

²⁴⁶ BERGER, John. “Apagar o passado?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 24.

²⁴⁷ BERGER, agosto de 2007, p. 24.

²⁴⁸ Ibid., p. 24.

²⁴⁹ RAMONET, Ignacio. “*La pensée unique*”. In: *Manière de voir*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, n.º 74, abril-maio de 2004.

²⁵⁰ RAMONET, Ignacio. “*Désarmer les marchés*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, ano 44, n.º 525, dezembro de 1997, p. 1.

Enquanto, contra o horror econômico, o discurso crítico – que um dia foi chamado de altermundialista – se embaralha e se torna rapidamente inaudível, um novo capitalismo se instala, ainda mais brutal e conquistador. É o de uma nova categoria de fundos-abutres, os *private equities*, fundos de investimento rapineiros com apetite de ogro, dispondo de capitais colossais.²⁵¹

Para Ramonet, o “novo” capitalismo – que subverte as próprias regras do capitalismo, convertendo suas poucas regras em *nenhuma* regra – é espezinhado por “titãs” como as corporações Carlyle Group, Kohlberg Kravis Roberts & Co., Blackstone Group, Colony Capital e Apollo, entre outros gigantes do “clube”:

[...] o princípio é simples: um clube de investidores milionários decide comprar empresas que, em seguida, eles gerem de maneira privada, longe da Bolsa e de suas regras estorvantes, e sem ter de prestar contas a acionistas exigentes. A ideia é contornar os próprios princípios da ética do capitalismo, apostando somente na lei da selva. [...] Alguns pensavam que, com a globalização, o capitalismo finalmente estava saciado. Agora se vê que sua voracidade parece ilimitada. Até quando?²⁵²

Em 2007, antes mesmo dos agravantes içarem a crise financeira mundial a níveis tão críticos e turbulentos a ponto de serem inegáveis, o economista Frédéric Lordon ²⁵³ resgata um histórico das crises econômicas contemporâneas: 1978, a quebra do mercado de ações; 1990, a quebra dos *junk bonds* e a crise das financeiras de poupanças e empréstimos americanas; 1994, a quebra dos titulares de *debéntures* americanos; 1997, a fase asiática da crise financeira internacional, arrastando-se por Tailândia, Coreia e Hong Kong; 1998, a segunda fase, passando por Rússia e Brasil; 2001 a 2003, o estouro da bolha da Internet.

No prelúdio da crise que se instalaria na bolha imobiliária dos Estados Unidos, com riscos – que se tornariam fatos – de um colapso financeiro em escala mundial, Lordon revista Hegel, ao dizer que:

²⁵¹ RAMONET, Ignacio. “O novo capitalismo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 25, grifo do autor.

²⁵² RAMONET, novembro de 2007, p. 25.

²⁵³ Frédéric Lordon é economista, pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), autor de *Et la vertu sauvera le monde* (Raisons d'Agir, 2003) e *Jusqu'à quand? L'éternel retour de la crise financière* (Raisons d'Agir, 2008).

Hegel, há dois séculos, deplorava a incapacidade crônica dos Estados Unidos de aprender com as experiências da história. Os governos não são os únicos poderes incapazes de aprender. O capital – notadamente o financeiro – também parece condenado à perseverança no erro, à aberração recorrente e ao eterno retorno da crise financeira.²⁵⁴

Em setembro de 2007, Lordon ainda expressava em tom profético:

E a crise provavelmente está apenas no começo [...]. E como a globalização das finanças, e com ela a estupidez financeira, nada disso se limita às fronteiras norte-americanas. É verdade que é lá que o mercado hipotecário delira, mas a securitização daí derivada se oferece de forma magnífica a todos os fundos especulativos do planeta!²⁵⁵

Em setembro de 2008, a falência do Lehman Brothers, um dos maiores bancos norte-americanos, foi a primeira peça a cair do grande dominó econômico mundial, com o agravante na economia real ceifada pela crise financeira. Ainda há questionamentos abertos sobre a real natureza da crise, assim como sobre sua profundidade, amplitude e duração. Porém, um de seus efeitos mais claros foi o de pôr por terra o estatuto do “pensamento único” do liberalismo econômico do fim do século, trazendo novamente à baila, com força redobrada, as discussões sobre redirecionar a economia mundial.²⁵⁶ Para Frédéric Lordon, a crise financeira foi “de vendaval a furacão”:

Quem se surpreenderá com as proporções assumidas pela tempestade quando o próprio objetivo da desregulamentação foi abolir todo entrave à ação dos especuladores e proporcionar-lhes, sem a menor restrição, a mais viciante das formas do lucro: a rentabilidade financeira?²⁵⁷

²⁵⁴ LORDON, Frédéric. “O eterno retorno da crise financeira”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 22.

²⁵⁵ LORDON, setembro de 2007, p. 23.

²⁵⁶ BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do século XX: De 1973 aos dias atuais: A caminho da globalização e do século XXI*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007, p. 71.

²⁵⁷ LORDON, Frédéric. “De vendaval a furacão”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 18.

Para Lordon, apesar de todas as negações, a crise financeira é “uma experiência em tamanho real”, em que não há dúvidas sobre a nocividade intrínseca dos mercados e dos operadores dos mercados livres de quaisquer controles.

Mas esta experiência não é a primeira do tipo. Quem não se lembra das cenas grandiloquentes de indelicadeza e fraude proporcionadas pelos *krach* da Internet em 2000? Do apelo solene das autoridades financeiras à regulação, à transparência, à reintegração das transações que as firmas excluía de seus balanços? “Nunca mais”, juram toda vez os atores do mundo das finanças, antes de partirem para uma nova rodada.²⁵⁸

Entre os lances possíveis no viciante jogo do capitalismo financeiro, o “nunca mais” parece se tornar sempre “só mais uma vez”, prolongando-se até a teimosa promessa vã de “uma última vez”. No entanto, com uma ironia dilacerante, Lordon pondera sobre a lógica do capitalismo neoliberal:

Sejamos justos: não existem, do lado do liberalismo, apenas macacos amestrados que passam os dias entoando incansavelmente os artigos de fé do evangelho dos mercados. Na maioria dos casos, os seus apoiadores mais eficientes não são necessariamente os mais visíveis. Estes últimos deixam ao entusiasmo um pouco tolo dos economistas de plantão a tarefa de transfigurar em “ciência natural dos mercados” (reputada por lidar apenas com “ofertas” e “demandas”, e, portanto, supostamente livre de toda ideologia e de toda política) um processo de transformação do capitalismo que é só ideologia e só política! Este cinismo lúcido e atuante (que faz intensamente política onde o economismo teima na negação e vive repetindo que os mercados dizem respeito apenas à neutra “administração das coisas”) compreendeu muito bem que existe efetivamente uma economia política da “financiarização”.²⁵⁹

O estopim dessa crise financeira é sintomático das contradições do capitalismo. Para o economista François Chesnais²⁶⁰, era a lógica de uma crise anunciada: no início de agosto de 2007, a crise, antes circunscrita ao setor imobiliário norte-americano, imediatamente se alastrou “para outras partes do sistema financeiro mundial, com uma rapidez e uma amplitude que surpreenderam a comunidade dos investidores e dos operadores (os ‘mercados’), bem

²⁵⁸ LORDON, março de 2008, p. 18.

²⁵⁹ Ibid., p. 20.

²⁶⁰ François Chesnais é economista e professor de Ciências Econômicas na Université Paris XIII.

como os observadores”.²⁶¹ Diante disso, Chesnais questiona: “Será necessário que o sistema capitalista mundial passe por mais uma crise enorme antes de serem recriados os fundamentos de uma regulação monetária e financeira? É preciso se preparar para isso?”.²⁶²

Para Ramonet, a trepidação econômica contemporânea é marcada por uma magnitude inédita: “Nunca havia acontecido. Pela primeira vez na história econômica moderna, três crises de grande amplitude – financeira, energética e alimentar – estão em conjunção, confluindo e combinando-se”.²⁶³ Mais claro se faz o posicionamento antineoliberal de *Le Monde Diplomatique Brasil*, simbolizado pelas palavras de Ramonet: “Este é o saldo deplorável de 25 anos de neoliberalismo: três venenosas crises entrelaçadas. Já está na hora de os cidadãos gritarem: ‘Basta!’”.²⁶⁴

Diante desse cenário inédito, há de se preservar ainda um distanciamento sobre as análises da crise financeira, deflagrada com mais intensidade a partir de 2008, pois seria precipitado cristalizar afirmações sobre seus efeitos e dimensões ainda não sedimentadas. É bem-vinda, portanto, a ponderação, uma vez que:

A crônica cotidiana das movimentações nas praças financeiras, que de outra forma estaria fadada a permanecer incompreensível, ou dissolvida no caos das notícias cuspidas pelas agências de informação, só passa a fazer sentido quando inserida em uma perspectiva de médio prazo, que confere à crise seu perfil característico e sua real extensão temporal. Os amigos do sistema, que se apressaram em garantir a inocuidade de um processo tido como desprezível, e anunciaram a iminência do retorno à ordem, sem dúvida vão ficar decepcionados: os seus escritos permanecem... e a crise também.²⁶⁵

Entretanto, a crise de 2008 não é isolada. Está inextricavelmente atada aos nós das crises anteriores, que, novamente, são sintomas das fragilidades de um modelo ávido por “sempre mais”: cada vez mais lucro, cada vez mais capitais, cada vez mais mais-valia, cada

²⁶¹ CHESNAIS, François. “A lógica de uma crise anunciada”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 22.

²⁶² CHESNAIS, novembro de 2007, p. 24.

²⁶³ RAMONET, Ignacio. “As três crises”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 23.

²⁶⁴ RAMONET, julho de 2008, p. 23.

²⁶⁵ LORDON, março de 2008, p. 18.

vez mais “mais”. Assim, a crise de 2008 não é estanque, mas, ao contrário, percorre as veias de um sistema atravancado, como uma “epidemia fulminante”.²⁶⁶

Para Ramonet, estaríamos assistindo à “mais importante turbulência econômica das últimas décadas”:

Quase tudo começou em 2001, com o estouro da bolha da Internet. Para preservar os investidores, Alan Greenspan, então presidente do Fed, decidiu orientar os investimentos para o mercado imobiliário. Por meio de uma política de juros baixíssimos e de redução dos encargos financeiros, ele encorajou os intermediários financeiros e imobiliários a estimular uma clientela cada vez maior a investir em imóveis. Instaurou-se assim o sistema dos *subprimes*, empréstimos hipotecários de risco e taxa variável oferecidos às famílias mais frágeis. Mas, em 2005, ao aumentar as taxas de juros (estas mesmas que acabou de reduzir), o Fed detonou a máquina e provocou um efeito dominó que, a partir de agosto 2007, fez vacilar o sistema bancário internacional. [...] A ameaça de insolvência de cerca de três milhões de famílias, com dívidas de mais de 200 bilhões de euros, ocasionou a falência de grandes estabelecimentos de crédito. Para se precaver contra tal risco, estes haviam vendido uma parte de seus créditos duvidosos para outros bancos, os quais os cederam a fundos de investimentos especulativos, que, por sua vez, disseminaram-nos pelos bancos do mundo inteiro. Resultado: tal como uma epidemia fulminante, a crise atingiu o conjunto do sistema bancário.²⁶⁷

Durante o ano de 2008, as quebras noticiadas continuavam empurrando a economia capitalista neoliberal ao abismo:

Aos descabros de prestigiosos bancos norte-americanos, como o Bear Stearns, o Merrill Lynch e o gigante Citigroup, somou-se o recente desastre do Lehman Brothers, quarto maior banco de negócios, que anunciou, em 9 de junho, um prejuízo de €1,7 bilhões. Pelo fato de ser seu primeiro déficit desde o lançamento de suas ações na Bolsa, em 1994, isso teve o efeito de um terremoto financeiro nos já violentamente traumatizados EUA. A cada dia difundem-se notícias sobre novas quebras. Até agora, as entidades mais afetadas admitem prejuízos de quase €250 bilhões, e o Fundo Monetário Internacional estima que, para escapar da catástrofe, o sistema necessitará de cerca de €610 bilhões (o equivalente a duas vezes o orçamento da França!).²⁶⁸

²⁶⁶ RAMONET, Ignacio. “O epicentro da crise econômica mundial”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 8.

²⁶⁷ RAMONET, fevereiro de 2008, p. 8.

²⁶⁸ RAMONET, julho de 2008, p. 23.

Nesta crise, o ponto nevrálgico é o efeito colateral da crise financeira, trazendo a economia real com consequências sociais devastadoras. De seus desdobramentos, a crise será lembrada no *Le Monde Diplomatique Brasil* como “a mais importante desde que a globalização constituiu o quadro estrutural da economia mundial”.²⁶⁹

Ao lado de *Le Monde Diplomatique Brasil*, é possível afirmar que um dos efeitos mais claros é o questionamento do “pensamento único” do neoliberalismo econômico vigente, uma vez que a crise pôs em evidência a fragilidade da economia nas mãos “invisíveis” da auto-regulação do mercado. A crise abriu espaço para questionamentos capitais, como a regulação dos mercados e o redirecionamento das economias mundiais a um crescimento sustentável.

Na esteira desses questionamentos, o economista Marcio Pochmann²⁷⁰ critica que:

Neste início do século XXI, o mundo trava um novo e intenso embate em torno de distintas ideias de construção da sociedade. Em conformidade com o receituário neoliberal, difunde-se fundamentalmente um projeto possível associado ao processo de globalização financeira mundial. Seus protagonistas defendem a prevalência das regras da disputa despolitizada pela repartição de renda e riqueza entre as corporações transnacionais, em consonância com o enxugamento do Estado e orientada por ações pontuais, focalizadas na regulação competitiva dos capitais e nas políticas sociais distanciadas da universalidade. [...] Na mesma medida, como fruto do espraiamento hegemônico da globalização financeira, que constitui e isola rapidamente uma casta política e econômica privilegiada – beneficiária dos novos ganhos da financeirização da riqueza em escala planetária –, destaca-se a reformatação das políticas sociais nacionais de caráter universal, motivadas direta e indiretamente pelos próprios organismos multilaterais, engajados ao projeto dessa sociedade possível [...].²⁷¹

O posicionamento de *Le Monde Diplomatique Brasil* contra a economia neoliberal palpita nas suas páginas. A meio caminho entre os horrores da globalização neoliberal e a possibilidade de outra globalização, o editor Tadeu Arantes, citando Milton Santos, frisa o fundamentalismo neoliberal, ao dizer que “o consumo tornou-se o maior de todos os

²⁶⁹ RAMONET, julho de 2008, p. 23.

²⁷⁰ Marcio Pochmann é economista, livre-docente na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

²⁷¹ POCHMANN, Marcio. “Os retrocessos do atual modelo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 4.

fundamentalismos”.²⁷² A pedra angular para esse fundamentalismo seria o pacto de silêncio (o “pensamento único”) firmado com a ideologia capitalista neoliberal:

O véu da ideologia obstrui nossa visão. [...] É claro que a economia capitalista não hesita em lançar mão de formas perversas de superexploração, que lhe propiciam margens de lucro e taxas de acumulação escandalosas. Mas não deixa de surpreender o fato de que essas formas sejam encaradas com absoluta “naturalidade”. O fenômeno torna-se menos surpreendente, porém, quando nos damos conta de que existe toda uma indústria de produção da invisibilidade e do conhecimento. A linha de montagem começa nas instituições multilaterais, notadamente o Banco Mundial, passa pelos “centros de excelência” de reputadas universidades norte-americanas e europeias e se propaga, em etapas sucessivas, até atingir as mais descartáveis mercadorias das corporações da mídia e do entretenimento.²⁷³

Mas é preciso considerar, como faz Noam Chomsky em entrevista a Daniel Mermet²⁷⁴ no *Le Monde Diplomatique Brasil*, que a ideologia é afirmada e legitimada com a produção de um consentimento:

Chomsky: Não esqueçamos de como uma ideologia se afirma. Para dominar, a violência não basta. É preciso uma justificativa de outra natureza. Assim, quando uma pessoa exerce poder sobre outra, seja um ditador, um colonizador, um burocrata, um patrão ou um marido, ele precisa de uma ideologia justificadora, que sempre redunde na mesma coisa: a dominação é exercida para “o bem” do dominado. Em outras palavras, o poder se apresenta sempre como altruísta, desinteressado, generoso.²⁷⁵

Seria esta a lógica do imperialismo, que se impõe sobre os países dominados ao forjar um discurso altruísta, como um virtuoso benfeitor que levaria paz e riqueza aos despossuídos.

²⁷² ARANTES, José Tadeu. “O novo fundamentalismo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 3.

²⁷³ ARANTES, José Tadeu. “A produção do consentimento”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 3.

²⁷⁴ Daniel Mermet é jornalista da *France Inter* e colaborador do *Le Monde Diplomatique* francês.

²⁷⁵ MERMET, Daniel. “América Rebelde: uma entrevista exclusiva com Noam Chomsky”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 4.

Atualmente, porém, é preciso considerar que a economia prepondera sobre a política. De um lado, capitalistas ávidos por suas caças predatórias de capitais. De outro, políticas minimizadas, sob um Estado quebradiço que se curva aos interesses econômicos. Entre eles, as populações seguem à deriva. Para Chomsky:

Vivemos neste mundo, não em um universo imaginário. Então, neste mundo, existem instituições tirânicas, que são as grandes empresas. É o que há de mais próximo das instituições totalitárias. Elas não têm, por assim dizer, que prestar qualquer esclarecimento ao público ou à sociedade. Agem como predadoras, tendo como presas as outras empresas. Para se defender, as populações dispõem apenas de um instrumento: o Estado. Mas ele não é um escudo muito eficaz, pois, em geral, está estreitamente ligado aos predadores. Há, no entanto, uma diferença que não se pode negligenciar: enquanto, por exemplo, a General Electric não deve satisfações a ninguém, o Estado deve regularmente se explicar à população.²⁷⁶

Por ora, é possível notar que *Le Monde Diplomatique Brasil* se posiciona contra o neoliberalismo nas questões econômicas, atreladas, por sua vez, às questões políticas. Ao mesmo tempo, defende um Estado forte, capaz de acastelar as populações perante as arbitrariedades do mercado.

Paralelamente, a revista abre espaço para a discussão de alternativas, como a economia solidária. O economista Paul Singer faz suas ponderações sobre os novos desafios para a economia solidária que, antes de ser um sistema teórico, advém dos esforços coletivos dos trabalhadores vitimados pela crise social, para forjar estratégias de sobrevivência baseadas na democracia.²⁷⁷ Para Singer:

²⁷⁶ MERMET, agosto de 2007, p. 4.

²⁷⁷ SINGER, Paul. “Economia Solidária 1”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 31.

Ao mesmo tempo, a alternativa socialista assumiu, para muitos a forma de uma economia central planejada, rígida e ineficiente, coroada por sufocante totalitarismo político. O fracasso estrepitoso deste modelo, marcado pela queda do muro de Berlim, em 1989, abriu um hiato que, com o passar do tempo, se tornou urgente preencher: se o capitalismo revela crescente incapacidade para resolver os principais problemas com os quais se defronta a humanidade, o que colocar em seu lugar? A resposta que faz sentido – e por isso ganha cada vez mais atenção – é substituir a competição de todos contra todos, o individualismo e a busca incessante de lucro pela ajuda mútua na produção e no consumo e a solidariedade no enfrentamento dos desafios ambientais, no bojo de um sistema que preserva e amplia a liberdade individual, mas também elimina a miséria e a desigualdade.²⁷⁸

A ideia altermundialista vem à tona com a proposta de uma economia solidária, marcando um novo momento nas lutas sociais, pois:

Nem a história e nem a lógica comprovam que as revoluções sociais são conduzidas pela revolta de desesperados, mas sim pelos que são perdedores no sistema dominante, portadores de uma outra economia e, portanto, de um outro mundo, e possuidores de recursos para implantá-lo, nos vazios que as crises do sistema dominante deixam disponíveis.²⁷⁹

Na arena da política internacional, assistimos à galvanização do poder entre as potências mundiais: os países não mais se polarizam meramente entre leste e oeste, não se apartam simplesmente entre norte e sul, nem se equilibram na pirâmide entre primeiros, segundos e terceiros mundos. Atualmente, as políticas se desequilibram com os malabarismos da economia, em que os ricos dos países ricos dançam nas costas dos pobres, os ricos dos países pobres tentam acompanhar o seu compasso e os pobres dos países pobres não conseguem sequer se manter em pé.²⁸⁰ Mas se a economia mundializada invade a política, é de se questionar os rumos da política nas relações internacionais.

²⁷⁸ SINGER, abril de 2008, p. 31.

²⁷⁹ Ibid., p. 31.

²⁸⁰ CHOSMKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996, p. 15-16.

3.2 QUESTÕES POLÍTICAS

As políticas imperialistas norte-americanas são severamente criticadas no *Le Monde Diplomatique Brasil*, mas sob diversos prismas.

Em dezembro de 2007, Christian Salmon²⁸¹ lembra o “furo intelectual” do jornalista Ron Suskind, editorialista do *The Wall Street Journal*, que fisejou junto ao consultor do ex-presidente norte-americano George W. Bush, Karl Rove, a seguinte ideia:

Somos um império agora. E, quando agimos, criamos nossa própria realidade. Enquanto vocês estudam essa realidade – judiciosamente, como queiram –, nós agimos de novo, criando outras novas realidades, que vocês podem igualmente estudar. É assim que as coisas se passam. Nós somos os atores da história. E a vocês, vocês todos, só resta estudar o que fazemos.²⁸²

Para Christian Salmon, o flagrante dessa ideia é a expressão da frágil fronteira entre a *realpolitik* norte-americana e a realidade fictícia e hipnotizante criada pelo império, tarimbada, sobretudo, na guerra hollywoodiana contra o Iraque:

[...] Conversas como esta, mantida sem a menor dúvida com Karl Rove alguns meses antes da Guerra do Iraque, não são apenas cínicas, dignas de um Maquiavel da mídia. Elas parecem brotar de uma cena de teatro, mais do que de um gabinete da Casa Branca.²⁸³

Para Salmon, é evidente que essa estratégia norte-americana se desdobra em outros campos, rotulando todo e qualquer conflito no Oriente Médio como “um confronto global entre o Bem e o Mal”.²⁸⁴ Trata-se da falsa *pax* americana, nas palavras de Alain Gresh:

²⁸¹ Christian Salmon é escritor, membro do Centre des Recherches sur les Arts et le Langage do Centre National de la Recherche Scientifique (CRAL/CNRS).

²⁸² SALMON, Christian. “A estratégia hollywoodiana de George W. Bush”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 10.

²⁸³ SALMON, dezembro de 2007, p. 10.

²⁸⁴ GRESH, Alain. “A falsa ‘pax americana’”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 12.

Como martelou o presidente Bush: “O desafio enfrentado no Oriente Médio estendido é mais do que um conflito militar. É a batalha ideológica de nosso tempo. De um lado, estão aqueles que acreditam na liberdade e na moderação. Do outro lado, estão os extremistas que matam inocentes e declaram sua intenção de destruir nosso estilo de vida”.²⁸⁵

Após o histórico 11 de Setembro, os Estados Unidos dinamizaram intensamente sua política militar no cenário internacional. Os atentados de 2001, atribuídos a Al-Qaeda e a Osama Bin Laden, contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, abalaram o início deste século. Além dos dois aviões que colidiram com o WTC, dois outros foram desviados de seus alvos, o Pentágono e o Capitólio. O episódio traumático desencadeia uma série de ações, como uma política contra o terrorismo, rivalizando maniqueísticamente os eixos do “Bem” e do “Mal”, com a carta branca diplomática da pretensa *pax* americana.

Os Estados Unidos passam a deliberar quem é o “inimigo”, com os vilões Irã, Iraque e Al-Qaeda, impondo seu unilateralismo, isto é, “o direito que um país outorga a si mesmo de redesenhar o mapa do planeta”.²⁸⁶ No *Le Monde Diplomatique Brasil*, a postura imperialista contemporânea está marcada a ferro e fogo por tal unilateralismo norte-americano:

Implantado em 1991, o unilateralismo americano possui características únicas, que se ampliaram repentinamente com o trauma dos atentados de 11 de setembro de 2001. Hoje, o poder dos Estados Unidos transpõe os limites gerais associados à soberania clássica e se estende ao planeta como um todo. Sem rivais, sua identidade interventora é justificada por um “particularismo sacralizado” ou um “messianismo democrático radical”. Isso significa, antes de qualquer coisa, ter o poder de recusar as regras de segurança comuns.²⁸⁷

²⁸⁵ GRESH, novembro de 2007, p. 12.

²⁸⁶ CONESA, Pierre. “O ‘amigo’ inconveniente”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 28.

²⁸⁷ CONESA, abril de 2008, p. 28.

3.2.1 ORIENTE MÉDIO

Para Alain Gresh ²⁸⁸, a falsa *pax* americana se norteia por interesses estratégicos, invadindo sem convites diplomáticos nem respaldo internacional o Oriente Médio, o novo “quintal” norte-americano:

Por causa de suas fontes petrolíferas, de sua posição estratégica, da presença de Israel, a região sempre figurou entre as prioridades dos Estados Unidos, principalmente depois de 1956 e a progressiva saída de cena da França e do Reino Unido. De agora em diante, como explicou Phillipe Droz-Vincent em sutil análise do “momento americano” no Oriente Médio, a região substitui a América Latina como “quintal imediato” dos Estados Unidos. Com uma dimensão suplementar que o mundo latino-americano jamais teve: a de campo de batalha vital de uma terceira guerra mundial.²⁸⁹

No Oriente Médio, o Iraque não é o único ponto de instabilidade. Alain Gresh elenca os diversos focos de conflitos internos: o Afeganistão “mergulhou no caos conforme as tropas norte-americanas e da Otan se afundaram no país”; o Iraque passa por confrontos entre as invasões estrangeiras e a resistência, ainda mais intrincados por conflitos internos religiosos e étnicos, “abrindo feridas que serão difíceis de cicatrizar”; o Líbano atravessa uma guerra civil silenciosa e espera uma confrontação iminente com Israel, “a despeito da presença de enormes contingentes das Forças Interinas das Nações Unidas”; a Palestina lida com “não só o fracionamento do território, como também a desagregação da sociedade e o esfacelamento, talvez irreversível, do movimento nacional”; a Somália é o “novo *front* na guerra contra o terrorismo”.²⁹⁰ “E poderíamos ainda lembrar de Darfur, das tensões no Paquistão, da ‘ameaça terrorista’ no Magreb ou da possibilidade de um novo choque entre Síria e Israel”.²⁹¹

Na esteira de tais argumentações, os acordos de Oslo na Palestina evidenciam a intromissão norte-americana para a “paz hegemônica” de Israel:

²⁸⁸ Alain Gresh é jornalista da edição francesa de *Le Monde Diplomatique*, especializado na cobertura sobre o Oriente Médio.

²⁸⁹ GRESH, novembro de 2007, p. 12.

²⁹⁰ Ibid., p. 12.

²⁹¹ Ibid., p. 12.

Os acordos de Oslo criaram uma “paz hegemônica” que privilegia os israelenses, discrimina os palestinos e alimenta a instabilidade. Essa situação resulta de dois acontecimentos contraditórios: a Intifada, nascida em 1987, convenceu a maior parte dos israelenses da inutilidade de absorver ou anexar os territórios ocupados; o triunfalismo israelo-americano, ao fim da Guerra Fria e da Guerra do Golfo de 1991, demonstrou a incapacidade da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em atingir seus objetivos por meio do confronto.²⁹²

Após o 11 de Setembro, Ariel Sharon, com o pretexto dos atentados de Nova York e Washington, sitiou o quartel de Yasser Arafat e iniciou o desmantelamento sistemático da infra-estrutura política e de segurança da Autoridade Palestina. Em 2007, uma nova cúpula se realiza, buscando traçar um novo *road map*²⁹³ paliativo para a paz, por Estados Unidos, União Europeia, Rússia e ONU:

Se, como previsto, a “conferência da paz” organizada nos Estados Unidos em novembro desembocar em uma nova declaração de princípios gerais, uma espécie de Oslo reeditada, disfarçada de guerra contra o terror e no espírito do *road map*, o abismo entre o Fatah e o Hamas se abrirá com grandes consequências para os palestinos – potencialmente, os maiores derrotados desse negócio.²⁹⁴

Para Gresh, apesar de cada um desses conflitos contar com uma história própria, eles se inscrevem em uma perspectiva norte-americana que lhes arroga a dimensão de um “confronto mundial entre o Bem e o Mal”, reduzindo os países a um “mosaico de minorias”.²⁹⁵ Na Era Bush, a estratégia norte-americana perpetrava uma paradoxal “instabilidade construtiva”, como uma tentativa de justificar suas intervenções militares. Ramonet acrescenta:

²⁹² BISHARA, Marwam. “Palestina: trágica divisão”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 13-14.

²⁹³ Segundo *Le Monde Diplomatique Brasil*, “*road map*” seriam mapas de rotas para a paz, elaborado pelos norte-americanos com o “Quarteto”: Estados Unidos, União Europeia, Rússia e ONU, “estrutura destinada a servir de paliativo para as exigências internacionais”.

²⁹⁴ BISHARA, novembro de 2007, p. 14.

²⁹⁵ GRESH, novembro de 2007, p. 13.

As ondas de instabilidade provocadas no Oriente Médio devido à “guerra contra o terrorismo internacional” não param de convulsionar novos países. O mais recente: Paquistão. Cinquenta meses após a tomada de Bagdá, o panorama geopolítico regional é desolador. Ao impasse militar se somou uma enxurrada de desastres diplomáticos. Sem que o risco terrorista tenha diminuído. Nenhum dos conflitos – Israel-Palestina, Líbano, Somália – foi resolvido. No Iraque, apesar da presença de quase 165 mil militares norte-americanos, as perspectivas ainda parecem igualmente incertas.²⁹⁶

Inebriados ainda pela atmosfera neurótica de guerra ao terror, os Estados Unidos dão início à invasão do Iraque, sob o pretexto de apreender armas de destruição em massa, desenvolvidas por Saddam Hussein em conspiração com a islâmica Al-Qaeda.

À revelia das manifestações contra a guerra e atropelando as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, as tropas norte-americanas avançaram sobre o território iraquiano. De acordo com a Constituição norte-americana, mediante a declaração War Powers Act de 1973, o presidente deveria “consultar” e ter o aval do Congresso antes e durante operações militares, mas Bush tendia a tão somente informá-los de suas decisões.²⁹⁷ A partir dessas deliberações, conta Ryan Hendrickson ²⁹⁸:

A política militar de Bush e a reafirmação de suas prerrogativas são a ilustração do poder que o chefe do executivo estadunidense (que também é o comandante das forças armadas) detém em tempos de guerra. Implicitamente, dão a medida do desafio que o Congresso enfrenta quando tenta, nesse preciso quesito, mudar o rumo da estratégia da Casa Branca.²⁹⁹

Generais norte-americanos discordaram publicamente da invasão desde 2003, além do dissenso entre agências de informação e o Departamento de Estado, “o que denota uma tendência mais profunda atingindo importantes setores da elite e as principais instituições do

²⁹⁶ RAMONET, Ignacio. “Paquistão: o novo elo fraco dos EUA”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 13.

²⁹⁷ HENDRICKSON, Ryan. “As omissões do Congresso diante da guerra”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 6, janeiro de 2008, p. 12.

²⁹⁸ Ryan Hendrickson é professor de Ciência Política na Eastern Illinois University.

²⁹⁹ HENDRICKSON, janeiro de 2008, p. 12.

Estado”.³⁰⁰ Philip Golub ³⁰¹ indica o desacordo expresso entre militares norte-americanos: para o general William Odom, a invasão do Iraque representa o “mais importante desastre estratégico da história dos Estados Unidos”; o coronel Larry Wilkerson, ex-chefe do estado-maior de Colin Powell, vê um “erro de dimensão histórica” e pede a destituição de Bush; o ex-diretor do Conselho Nacional de Segurança, Zbigniew Brzezinski, diz que a guerra no Iraque é uma “calamidade histórica, estratégica e moral”.³⁰²

A discordância é resultado de uma constatação fria, racional, de que a guerra no Iraque deixou “o exército americano quase arruinado” e comprometeu seriamente, até mesmo de maneira irreparável, “a legitimidade mundial da América”, isto é, sua capacidade de moldar as preferências mundiais e de definir a ordem do dia no planeta.³⁰³

As consequências desastrosas da invasão do Iraque provocaram uma crise ainda mais profunda do que a desencadeada pela derrota no Vietnã. A crise reverbera mundo afora, evidenciando a fragilidade da hegemonia americana. Para Golub, os Estados Unidos estão perdendo força na América Latina, na Europa, no leste asiático e no Golfo, isto é, estão atravessando uma reconfiguração das forças no cenário mundial:

Aos olhos das elites no poder, essa configuração é profundamente preocupante. Desde a metade do século XX, os dirigentes americanos passaram a achar que tinham a responsabilidade histórica singular de dirigir e governar o sistema internacional. Ocupando o topo do mundo desde a década de 40, eles partiam do princípio que, a exemplo da Grã-Bretanha no século XIX, os Estados Unidos estavam destinados a agir como *hegemon*, Estado dominante detentor da vontade e dos meios de estabelecer e manter a ordem internacional, bem como de assegurar a paz e uma economia mundial liberal aberta e em expansão.³⁰⁴

Na crítica de Philip Golub, a posição hegemônica dos Estados Unidos era vista por sua elite como um fato natural: “A hegemonia, como o ar que respiramos, tornou-se um modo de

³⁰⁰ GOLUB, Philip. S. “Traumatismos de fim de império”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 6.

³⁰¹ Philip Golub é jornalista e professor do Instituto de Estudos Europeus na Université Paris VIII.

³⁰² GOLUB, setembro de 2007, p. 6.

³⁰³ Ibid., p. 6.

³⁰⁴ Ibid., p. 7.

ser, um estilo de vida, um estado de espírito”.³⁰⁵ Mas esse enfraquecimento ainda esboça rumos imprevisíveis sobre o declínio do império americano, pois “como mostram todas as experiências pós-coloniais, desfazer um império pode ser um processo longo e traumático”.³⁰⁶

Pierre Conesa³⁰⁷ aponta que, para a Europa, os Estados Unidos estão se tornando um “amigo inconveniente”, isto é, um “aliado indesejável”, que invade unilateralmente os países e, com o pretexto da “defesa preventiva”, gasta fortunas astronômicas com seu orçamento militar.³⁰⁸ Atualmente,

O planeta está passando por uma fase de transição. De um sistema unilateral militarizado, dominado por uma única hiperpotência, emerge progressivamente um multi-lateralismo, caracterizado pela ascensão de novas potências (China, Índia e União Europeia), pela existência de outros Estados com arma nuclear (Israel, Paquistão, Coreia do Norte e futuramente o Irã) e pela necessidade de lidar com a escassez do petróleo e das matérias-primas. [Mas] Muito além das ameaças mais evidentes alguns prováveis roteiros de guerra vêm se desenhando em função de ações militares decididas de forma isolada, tal como a invasão do Iraque, e da disputa por recursos parcos. Nesse cenário, não é absurdo imaginar que os Estados Unidos desempenhem um papel desestabilizador.³⁰⁹

É aberta aí uma questão capital nas discussões sobre a política internacional contemporânea: quantas instabilidades arriscadas e aterrorizantes ainda tolerarão os frágeis eixos idealizados entre bem e mal?

³⁰⁵ GOLUB, setembro de 2007, p. 7.

³⁰⁶ Ibid., p. 7.

³⁰⁷ Pierre Conesa é antigo alto-funcionário da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e atualmente é assessor da Compagnie Européenne d'Intelligence (CEIS).

³⁰⁸ CONESA, Pierre. “O ‘amigo’ inconveniente”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 28.

³⁰⁹ CONESA, abril de 2008, p. 28.

3.2.2 AMÉRICA MANU MILITARI

A partir de 2008, um novo elemento passa a simbolizar a mudança na política norte-americana: Barack Obama, o jovem senador democrata de Illinois, de então 43 anos.

Singular, Obama reuniria “as credenciais necessárias para mudar os rumos impostos à maior potência do mundo nos últimos oito anos”.³¹⁰ Laureado com quatro palavras poderosas (“*Change: Yes, we can*”), o perfil do senador nas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil* é:

Ele é negro – como Martin Luther King e Malcolm X. Chama-se Hussein – como Saddam Hussein. Também responde pelo nome de Obama – que é quase Osama. É filho de pai queniano – daquela África que os ideólogos do neoliberalismo já declaravam ser o continente perdido. Nasceu no Havaí – que só com muito favor pode ser considerado parte do território norte-americano. Fez seus primeiros estudos na Indonésia – o maior país muçulmano do mundo. Que esse homem, Barack Hussein Obama, possa vir a ser presidente dos Estados Unidos parece algo quase tão surreal quanto uma mulher virar papa. E, no entanto, até o momento, sua pré-candidatura é o maior fenômeno do processo eleitoral estadunidense, ameaçando as meticulosamente calculadas ambições de Hillary Clinton e despontando com a mais promissora alternativa democrata ao continuísmo republicano.³¹¹

A trajetória de Barack Obama é considerada singular, com laços culturais que vão desde as raízes do avô paterno no Quênia e do avô materno no Kansas, passando pelo breve casamento dos pais no Havaí até a infância com o padrasto na Indonésia. Sua trajetória intelectual e política também é impressionante: Ciências Políticas na Universidade de Columbia (1983), Direito na de Harvard (1991), primeiro presidente negro da prestigiada revista *Harvard Law Review*, senador do Estado de Illinois (1997-2004), senador dos Estados Unidos (2004-2008).

³¹⁰ FERREIRA, Argemiro. “O fenômeno Obama”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 4.

³¹¹ ARANTES, José Tadeu. “O fato novo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 3.

Obama estava claramente preparado para a carreira política. Ativo organizador comunitário, professor na Universidade de Chicago, advogado atuante em ações contra discriminação, elegeu-se em 1996 para o legislativo estadual. Em 2004, ganhou a cadeira de Illinois no Senado com a maior vitória registrada na história do estado: 70% dos votos contra apenas 27% do segundo colocado.³¹²

Na corrida presidencial de 2008, Barack Obama venceu Hillary Clinton nas primárias do Partido Democrata. Ante a aposta belicista do republicano John McCain, simbolizava a mudança para a política norte-americana, propondo a retirada das tropas americanas do Iraque e o fechamento da base militar de Guantánamo, em Cuba.

[Mas] Na fantasia republicana, o pré-candidato é “Hussein” e “Osama”. Portanto, “terrorista muçulmano” e “agente inimigo”. Ou o “candidato da Manchúria”, ficção política de Richard Condon, na qual um agente *sleepers* é “plantado” para um dia ser acionado e tomar o poder. Ironicamente, os competidores republicanos mais afinados com os oito anos de Bush – como o ex-prefeito Rudy Giuliani e o ex-governador George Romney – foram incapazes de impor no debate eleitoral do partido deles a retórica belicista dos neoconservadores que justifica tanto as guerras pós-11 de Setembro como a linha retrô do “conservadorismo social” que entusiasma evangélicos do Sul e Meio-Oeste.³¹³

Além das novas propostas sobre assuntos militares, Obama defendia medidas como a imediata redução da emissão de gases causadores do efeito estufa; o investimento de bilhões de dólares em biodiesel, energia solar e energia eólica; medidas destinadas a por fim aos abusos praticados pelos bancos diante da crise imobiliária.

Principalmente a partir de outubro de 2008, a mídia internacional passou a declarar apoio ao candidato democrata, entre eles *The Economist*, *Washington Post*, *The New York Times*, *The New Yorker*, *Esquire*, *Los Angeles Times*, *Le Monde*, totalizando cerca de 170 publicações pró-Obama. No entanto, vale ressaltar que antes de o *outsider* Obama se tornar um fenômeno midiático no Brasil, *Le Monde Diplomatique Brasil* foi a primeira revista a dedicar uma capa a ele, ainda em março de 2008, época das prévias do Partido Democrata.

O desenlace das eleições: no dia 4 de novembro de 2008, o senador Barack Obama foi eleito presidente dos Estados Unidos, com participação recorde do eleitorado jovem. No seu

³¹² FERREIRA, março de 2008, p. 4.

³¹³ Ibid., p. 6.

discurso de vitória, disse: “Se alguém aí ainda duvida que os Estados Unidos são um lugar onde tudo é possível, que ainda se pergunta se o sonho de nossos fundadores continua vivo em nossos tempos, que ainda questiona a força de nossa democracia, esta noite é sua resposta. [...] Somos, e sempre seremos, os Estados Unidos da América. [...] É a resposta que conduziu aqueles que durante tanto tempo foram aconselhados por tantos a serem cétricos, temerosos e duvidosos sobre o que podemos conseguir para colocar as mãos no arco da História e torcê-lo mais uma vez em direção à esperança de um dia melhor”. É notável o tom esperançoso do discurso de Obama.

No *Le Monde Diplomatique Brasil*, o novo presidente abriria uma nova página na história dos Estados Unidos, conquistando:

Pessoas que, desde 1989, não viam outra coisa além da alternância de dois clãs – os Bush e os Clinton – na Presidência, reconhecem nele o fato novo. Acima de tudo, Obama entra em cena como um sopro de oxigênio depois de oito anos de apropriação mafiosa do poder por gente como Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz.³¹⁴

Barack Obama seria o novo elemento “catalisador de pensamentos e sentimentos que pareciam congelados desde 11 de setembro de 2001”, quando:

Tudo o que havia de liberdade de pensamento, tudo o que havia de espírito contestador, tudo o que havia de rebeldia criativa foi atropelado pelo rolo compressor da “guerra contra o terrorismo”, idealizada pelos estrategistas da Casa Branca em conluio com as grandes corporações da mídia e do entretenimento. Contra as vozes isoladas de um Chomsky ou de uma Susan Sontag, instalou-se no país o silêncio dos cemitérios, que parecia destinado a durar mil anos.³¹⁵

Nestas páginas, não nos dedicaremos à análise sobre os desdobramentos contemporâneos da vitória de Barack Obama, suas conquistas, avanços, continuidades, frustrações e retrocessos. No entanto, é imprescindível destacar que, depois da longa temporada de George W. Bush na Casa Branca, o novo presidente realmente simboliza uma nova época. Sem ponto final, ficamos com as reticências contemporâneas do desenrolar político do novo presidente.

³¹⁴ ARANTES, março de 2008, p. 3.

³¹⁵ Ibid., p. 3.

Ainda assim, na crítica de *Le Monde Diplomatique Brasil*, o início da era Obama ainda preserva as diretrizes *manu militari* da era Bush:

O primeiro ano do governo Obama trouxe várias novidades na política dos Estados Unidos para a América Latina, nenhuma delas boa. Pode-se dizer mesmo que os EUA endureceram sua política para a região, numa linha de continuidade usada anteriormente pelo governo Bush. Assumindo uma posição de força, Obama recusa uma relação mais horizontal com os países da região, passa ao largo das novas articulações regionais, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o seu Conselho de Defesa, criado em março do ano passado [2009].³¹⁶

O posicionamento antiimperialista de *Le Monde Diplomatique Brasil* nos convida a pensar sobre a ênfase dada à América Latina, tanto na arena de suas relações internacionais quanto ao novo momento de suas políticas internas, com a ascensão de governos considerados progressistas, desafiando o poderio do imperialismo norte-americano.

Para Janette Habel³¹⁷, a preponderância na região está escapando das mãos norte-americanas: “Com sua retórica arrogante e a emergência de novos governos de esquerda ou centro-esquerda no continente, o governo norte-americano perdeu a mão na região”.³¹⁸

“A América Latina é um continente perdido.” A afirmação é de Moisés Naím, diretor da revista *Foreign Policy*. Menos categórico, o presidente do Inter-American Dialogue, Peter Hakim, não deixa de formular a mesma preocupação quando se pergunta: “Washington está perdendo a América Latina?” Há uma década, os Estados Unidos vêm sofrendo numerosos reveses nessa parte do mundo. A rejeição das políticas neoliberais tem levado ao poder coligações de esquerda, radicais ou moderadas, marcando sua independência em graus diversos.³¹⁹

Para Habel, a América Latina estaria contrariando os Estados Unidos, o que abaliza um novo momento histórico, muito embora a pedra fundamental do neoliberalismo permaneça intocada. Habel lembra que a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca),

³¹⁶ BAVA, Sílvia Caccia. “Manu militari”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 3, n.º 31, p. 3.

³¹⁷ Janette Habel é professora no Institut des Hautes Études d'Amérique Latine (IHEAL) da Université Paris III.

³¹⁸ HABEL, Janette. “Washington diante do desafio latino-americano”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 4.

³¹⁹ HABEL, dezembro de 2007, p. 4.

estendendo-se do Alasca até a Terra do Fogo, “lançada com pompa e circunstância por Bill Clinton durante a Cúpula das Américas” em 1994, não saiu do papel. No entanto, as empresas norte-americanas investiram US\$ 353 bilhões na América Latina e no Caribe em 2005. E, em 2006, as exportações norte-americanas para a área aumentaram 12,7% e as importações, 10,5%.³²⁰ Apesar do fiasco da Alca, os Estados Unidos continuam tentando avançar no continente mediante acordos bilaterais ou multilaterais, especialmente por meio dos Tratados de Livre Comércio. Isto é, apesar do distanciamento político, os países latino-americanos ainda não desataram os nós econômicos do modelo neoliberal.

Os Estados Unidos lançam mão de estratégias intervencionistas, sob o pretexto de garantir a democracia à América Latina. Habel critica que:

Com a irrupção do neoliberalismo, firmou-se a convicção de que a disciplina imposta pela globalização e pelo mercado limita todo risco de derrapagem “populista”. Conforme constata William I. Robinson, é possível, brandindo a bandeira da democracia, “penetrar na sociedade civil a fim de garantir o controle social” com formas de dominação mais consensuais. “Os estrategistas norte-americanos se tornaram bons gramscianos ao compreender que o lugar real do poder é a sociedade civil”, desde que, contudo, ela seja fragmentada em grupos e em comunidades com interesses divergentes.³²¹

Ainda na ressaca de 11 de Setembro, a palavra na Organização dos Estados Americanos (OEA) era a defesa da ordem democrática, consorte do direito de intervenção contra toda “alteração” desta ordem. No entanto, com a nova configuração de forças com a ascensão de correntes esquerdistas latino-americanas, a Carta Democrática da OEA não é o bastante para garantir os interesses norte-americanos. Assim, os coringas, como a United States Agency for International Development (USAID), o Instituto Republicano Internacional (IRI) e o Southern Command (Southcom) vão se abrigando sutilmente na região, cobrindo as bases econômica, política e militar, com a prerrogativa dos *democracy builders*. Apesar de não contar com uma definição clara de terrorismo, o Southcom não recua ao dizer que a guerra contra o terror é “um empreendimento global de duração incerta”.³²² Nessa guerra assimétrica, os Estados Unidos elegem seus inimigos conforme lhes convêm: muçulmanos, paramilitares, milícias, populistas radicais, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

³²⁰ HABEL, dezembro de 2007, p. 4.

³²¹ Ibid., p. 4-5.

³²² Ibid., p. 4-5.

(Farc), Exército de Libertação Nacional (ELN), movimentos sociais, refugiados, imigrantes clandestinos, isto é, todos os potenciais “terroristas”.

Para os Estados Unidos, o México de Felipe Calderón seria uma das peças desse “quebra-cabeça bélico global”, pois “a guerra continua sendo o poder constituinte a partir do qual se quer traçar a nova geografia planetária”.³²³

Nas movimentações dessas peças, destaca-se a Iniciativa Mérida, proposta binacional assinada por Estados Unidos e México em março de 2007, vinculada à Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (Aspan), ao Comando Norte e ao Plano Antinarcóticos da Fronteira Sudoeste, para conter os sete grandes cartéis do narcotráfico. Na verdade, a iniciativa visa que os militares mexicanos fiquem com o “trabalho sujo”: “Nisso consiste a Iniciativa Mérida: intensificar e aperfeiçoar o trabalho sujo nas duas fronteiras, mantendo o problema, na medida do possível, fora do território americano”.³²⁴

A política norte-americana continua a avançar ainda sobre a Colômbia, com a cumplicidade do presidente Álvaro Uribe. No dia 27 de fevereiro de 2008, quatro congressistas, mantidos reféns durante seis anos pelas Farc, foram libertados. “Como em uma partida de xadrez, o próximo lance desse jogo intrincado cabia ao governo”.³²⁵ Mas a atitude de Uribe declarava “tempos de guerra”: “Ao amanhecer do dia 1º de março, após um bombardeio aéreo, comandados do exército colombiano invadiram o Equador e assassinaram Raúl Reyes”.³²⁶

Carlos Gutierrez³²⁷ aponta que nas últimas décadas, a Colômbia vivia entre a esperança de uma paz negociada e o desejo da derrota militar da guerrilha³²⁸, pois:

³²³ NAVARRO, Luis Hernandes. “México, polícia dos Estados Unidos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 8.

³²⁴ NAVARRO, dezembro de 2007, p. 9.

³²⁵ GUTIÉRREZ, Carlos. “A asfixia das Farc”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 14.

³²⁶ GUTIÉRREZ, abril de 2008, p. 14.

³²⁷ Carlos Gutierrez é jornalista, Diretor da edição colombiana de *Le Monde Diplomatique*.

³²⁸ Ibid., p. 14.

[...] além de fustigar o Exército oficial, os guerrilheiros também instituíram o sequestro massivo de civis, particularmente turistas em férias, o que desatou o pânico entre o principal setor afetado: a classe média. A prática, feita sem razões políticas e apenas por motivos econômicos, gerou resultados opostos aos êxitos obtidos sobre os militares. A colocação de bombas nas cidades e o uso de artilharia caseira de pouca precisão em ataques a guarnições militares contribuíram para essa situação ao trazerem consequências nefastas para a população, causando a morte de muitos civis.³²⁹

Entretanto, o governo colombiano não priorizou a libertação de prisioneiros políticos em troca dos guerrilheiros presos, “mas aproveitou todos os fatos para desatar uma intensa ação propagandística sobre o caráter ‘terrorista’ das Farc”.³³⁰

Paralelamente às Farc, os paramilitares passaram a dominar o território colombiano, desenhando uma “geografia da morte”, com assassinatos rotineiros e sequestros, silenciando quase que totalmente a sociedade. A ação dos paramilitares se concentrava sobre os supostos apoios da insurgência, com ofensivas devastadoras:

Nos numerosos massacres que perpetraram, colocaram em prática todas as técnicas de terror que a guerra pode produzir: decepavam cabeças, esquartejaram corpos com motosserra – sua arma mais característica –, dissolveram os inimigos em ácido, deixaram os cadáveres das vítimas expostos por vários dias, à vista dos familiares e da população em geral, e desalojaram milhões de colombianos. Esses crimes desenharam na Colômbia uma “geografia da morte”. O pânico se apossou do campo e da cidade.³³¹

Além disso, com o apoio político de liberais e conservadores, os paramilitares adentraram na política nacional, elegendo senadores e governadores.

³²⁹ GUTIÉRREZ, abril de 2008, p. 14.

³³⁰ Ibid., p. 14.

³³¹ Ibid., p. 14.

Dessa forma, o panorama de guerra que a Colômbia suporta há tantos anos mudou. Está polarizado ao extremo, deixando clara a coexistência de dois países: o urbano, onde vive e se expressa uma sociedade que é majoritariamente complacente com o desenvolvimento da guerra, e o rural, que sofre com o conflito em toda sua extensão e deseja a negociação, apesar de ainda estar sujeito ao rigor de uma sociedade senhorial.³³²

Mais recentemente, a iminência de explosão e implosão do barril de pólvora latino-americano dá novos sinais. As tensões nos arredores de Colômbia, Equador e Venezuela, por movimentações tergiversadas pelos Estados Unidos, implodem assim que a Colômbia viola o território equatoriano:

1º de março de 2008, 00h25. Com uma exatidão implacável, a primeira das dez bombas “inteligentes” guiadas por GPS atinge seu alvo. Não estamos no Oriente Médio. A cena se passa no Equador, a dois quilômetros da fronteira com a Colômbia, onde o rio Putumayo separa os dois países. Quatro helicópteros Blackhawk OH-60 surgem no meio da noite. A bordo, escolhidos a dedo, 44 soldados da Força de Deslocamento Rápido da Colômbia (Fudra). Eles não terão de combater. No acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) devastado pelas explosões, 23 corpos inertes. Foram mortos enquanto dormiam. Entre eles, Raúl Reyes, número dois e “ministro do exterior” da guerrilha. Seu corpo é levado como troféu.³³³

No dia 2 de março, Quito rompeu relações diplomáticas com Bogotá e enviou 11 mil homens para a fronteira, enquanto Caracas enviou 10 batalhões para a fronteira oeste. Na perspectiva de *Le Monde Diplomatique Brasil*, na realidade, “a incursão militar colombiana no Equador foi uma tentativa de impor à região a estratégia imperial americana: desestabilizar os governos progressistas e anular suas pretensões de unidade regional, mediante a armadilha da luta antiterrorista”.³³⁴

A artimanha norte-americana teve seu ápice com o embuste de que os colombianos teriam encontrado no notebook de Raúl Reyes informações confidenciais revelando relações obscuras entre Chávez, Correa e as Farc. Todavia paira a questão levantada por Maurice

³³² GUTIÉRREZ, abril de 2008, p. 14.

³³³ LEMOINE, Maurice. “Colômbia x Venezuela: a grande manipulação”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 14.

³³⁴ ROSSI, Adriana. “A mão dos EUA”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 16.

Lemoine³³⁵: “O bombardeio fez 23 vítimas; os dez projéteis, segundo o exército equatoriano, abriram crateras de 2,40m de diâmetro por 1,80m de profundidade; a vegetação das redondezas foi devastada. Como os computadores escaparam ilesos?”³³⁶

A autenticidade das evidências criminais confirmada pela International Criminal Police Organization (Interpol) foi o argumento para o circo midiático. Mas Maurice Lemoine revela que:

[...], os peritos da Interpol (originários de Cingapura e da Austrália, que não falam espanhol) não examinaram qualquer conteúdo. Nos 609,6 gigabytes das oito “provas”, havia 37.873 documentos escritos, 452 planilhas de cálculo, 210.888 imagens, 22.481 páginas web, 7989 endereços de e-mail, 10.537 arquivos multimídia (som e vídeo), e 983 arquivos codificados. “Em termos não técnicos, tal volume de dados corresponderia a 39,5 milhões de páginas cheias no formato Word da Microsoft e, se a totalidade dos dados estivesse em formato Word. Seriam necessários mais de mil anos para analisá-los todos, à razão de cem páginas por dia”, avaliou a Interpol.³³⁷

Oposicionistas se deleitaram com a acusação de que os presidentes Chávez e Correa mantivessem uma conspiração com a guerrilha, como o jornal espanhol *El País* [12/03/2008] dizia a seus leitores que “as Farc encontram refúgio no Equador”, enquanto os venezuelanos *El Nacional* e *El Universal* acusavam o presidente de “traidor da pátria”. Nesta campanha midiática, destaca-se ainda:

Um dos vários editoriais do *Washington Post* dedicados à Venezuela poderia, por si só, resumir a natureza dessa extraordinária campanha midiática: “Se o escândalo dos computadores for usado adequadamente, ele aprofundará o buraco no qual essa suposta “revolução bolivariana” está se afundando”.³³⁸

Na interpretação de Adriana Rossi³³⁹, há uma tendência de “americanização” nesse conflito forjado: “Trata-se de dividir, isolar e desestabilizar os governos nacional-

³³⁵ Maurice Lemoine é jornalista, redator-chefe da edição francesa de *Le Monde Diplomatique*.

³³⁶ LEMOINE, julho de 2008, p. 14.

³³⁷ Ibid., p. 14.

³³⁸ Ibid., p. 15.

³³⁹ Adriana Rossi é filósofa, professora na Universidade Nacional de Rosário e na Universidade de Buenos Aires, especialista na temática do narcotráfico e das doutrinas militares.

progressistas da região e de anular suas pretensões de unidade regional, mediante a armadilha da luta antiterrorista, tal como foi feito com o Equador, que de vítima esteve a ponto de se tornar algoz”.³⁴⁰ Diante do impasse diplomático:

Enquanto a Colômbia, apoiada pelos Estados Unidos e pelos países do Caribe, invocava o artigo 22 da Carta da OEA sobre a legítima defesa, o Equador insistia no artigo 21, sobre a inviolabilidade do território dos Estados. Após ter lutado com todas as suas forças, os Estados Unidos terminaram isolados, declarando sua reserva ao documento final, favorável à tese equatoriana. A crise deixou pairando no ar propostas, como a do Brasil, para a conformação de uma força multilateral de prevenção de conflitos no continente, sem a participação dos Estados Unidos e do Canadá, assim como aquela lançada por Correa de uma OEA somente latino-americana. Mas apesar destes reveses, Bush e Uribe conquistaram alguns tentos: da crise restaram relações de difícil restabelecimento entre os países em conflito e projetos binacionais truncados na zona fronteira. O Plano Equador, centrado na segurança humana com desenvolvimento e paz, encontrará dificuldades de aplicação em uma faixa que agora deverá ser militarizada. Como isso, recursos que poderiam ter uma destinação econômica e social serão possivelmente desviados para reforçar o aparato militar. Esta crise foi um orquestrado jogo de poder no fio da navalha, talvez a primeira grande escaramuça no confronto entre a visão imperial e as visões nacional e regional.³⁴¹

A região sul-americana de “alta volatilidade geopolítica” é ainda mais atijada por razões externas. De um lado, a estratégia norte-americana para manter seu status de potência hegemônica global. De outro, a ofensiva militar e a desestabilização de países com “governos adversos” como vias para a sustentação e o reposicionamento de tal supremacia³⁴², além da oposição sistemática às tentativas de unificação política, energética e econômica pelos países sul-americanos.

De acordo com Federico Bernal³⁴³, a instabilidade política é acirrada com:

³⁴⁰ ROSSI, abril de 2008, p. 16.

³⁴¹ Ibid., p. 17.

³⁴² BERNAL, Federico. “De olho no petróleo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 15.

³⁴³ Federico Bernal é diretor editorial do Centro Latinoamericano de Investigaciones Científicas y Técnicas (CLICET).

[...] o fortalecimento da democracia [*nos outros países*], a existência de governos “fantoques”, ao estilo de Álvaro Uribe, e o desenvolvimento de um terreno fértil para a “guerra contra o terror”, devido à existência de conflitos internos de alta voltagem. É por isso que a tensão entre Equador e Venezuela, de um lado, e Colômbia de outra, supõe o ingresso da América do Sul no grande tabuleiro de xadrez onde se enfrentam a velha e a nova ordem energética mundial.³⁴⁴

Atualmente, o quebra-cabeça da América Latina se tornou uma ameaça para a hegemonia norte-americana que, desesperada, evidencia suas fraquezas ao recorrer a intervenções desastrosas e forjadas como as realizadas na arriscada tríade Colômbia, Equador e Venezuela. Assim, é preciso considerar que:

No grave e complexo contexto internacional, a América do Sul converteu-se em um dos elementos mais assustadores para a hegemonia mundial americana. E não é para menos: as principais reservas de petróleo cru do planeta, postas a serviço do desenvolvimento socioeconômico e da industrialização regional, aceleram inexoravelmente a passagem da unipolaridade para a multipolaridade. Não há elemento mais contundente para o fim do domínio anglo-saxônico que uma América do Sul energeticamente auto-suficiente, unida e emancipada.³⁴⁵

Mas o império contra-ataca, com a reativação das operações navais da IV Frota norte-americana na América Latina em abril de 2008, para enfrentar o “crescente poder de governos de esquerda na região”.³⁴⁶

Esses novos “governos de esquerda”, eleitos nos anos recentes, estavam incomodando interesses de transnacionais, que perderam importantes posições nas cadeias produtivas mais rentáveis de alguns países. São governos que ensaiam um novo projeto de integração regional com perspectivas de autonomia, o que conflita com os objetivos de atores globais, especialmente os norte-americanos. [...] A resposta da superpotência é reforçar sua supremacia militar e intimidar os países latino-americanos mediante a reativação da IV Frota.³⁴⁷

³⁴⁴ BERNAL, abril de 2008, p. 15.

³⁴⁵ Ibid., p. 15-16.

³⁴⁶ BAVA, Sílvia Caccia. “O império contra-ataca”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 4.

³⁴⁷ BAVA, junho de 2008, p. 4.

A América Latina oferece interesses estratégicos aos Estados Unidos, como recursos energéticos do petróleo, minérios e um leque de matérias-primas. Diante da reativação da IV Frota, “o mais recente movimento brasileiro nesse tabuleiro de xadrez da geopolítica é a proposta de criação do Conselho Sul-Americano de Defesa”.³⁴⁸

Para *Le Monde Diplomatique Brasil*, o Brasil vem se distanciando dos Estados Unidos nesse tabuleiro, com o treinamento no Vietnã para a defesa da Amazônia ante a ocupação por uma força “militarmente muito superior”: “Essa força ‘militarmente muito superior’ não foi identificada, mas, na América, só existe uma: os Estados Unidos”.³⁴⁹ Dario Pignotti³⁵⁰ conta:

³⁴⁸ BAVA, junho de 2008, p. 5.

³⁴⁹ PIGNOTTI, Darío. “Brasília se afasta de Washington”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 6.

³⁵⁰ Dario Pignotti é correspondente da agência italiana Ansa e jornalista de *Le Monde Diplomatique*.

Desde o 11 de Setembro, Washington redobrou a pressão para enquadrar a Amazônia e a Tríplice Fronteira, entre Brasil, Argentina e Paraguai, nos marcos de sua guerra global contra o terror. O secretário de Defesa norte-americano Donald Rumsfeld e seu colega colombiano Jorge Uribe Echavarria lideraram a proposta para internacionalizar o combate ao narcotráfico e à “narcoguerrilha” na VI Conferência de Ministros da Defesa das Américas, em novembro de 2004. À luz dos recentes ataques da Colômbia ao Equador, no marco do alegado direito à “autodefesa”, as palavras do representante colombiano naquele conclave soam premonitórias: “O problema da violência na Colômbia não é da Colômbia, é um problema da humanidade. Creio que chegaremos algum dia a requerer que uma força multinacional atue na América do Sul”, afirmou Echavarria, para espanto do representante brasileiro. A tese de Rumsfeld-Echavarria sobre “fronteiras flexíveis” e “soberania relativa” foi reafirmada, em 13 de março de 2008, em Brasília, pela secretária de Estado Condoleezza Rice, depois da fria audiência de 40 minutos que manteve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Alguns dias antes, Lula se reunira com o presidente do Equador, Rafael Correa, com quem concordou na condenação à “violação” do território equatoriano pela operação militar colombiana. Neste, paradoxalmente, participaram aviões brasileiros Super Tucanos A-29B, os mesmos que, em 2006, o Brasil não pôde vender para a Venezuela, devido ao veto dos Estados Unidos. Nos bastidores da Presidência e da Chancelaria brasileiras admite-se que as bombas GBU 12 Paveway II lançadas na província equatoriana de Sucumbios buscavam causar efeitos colaterais na política externa e na estratégia de defesa do Brasil. Lula logo compreendeu que a operação militar contra o Equador, sob um pretexto que soa tão falso como aquele que justificou a ofensiva norte-americana contra o Iraque, de uma “perseguição a quente” do segundo homem das Farc, Raúl Reyes, e de outros 25 rebeldes, torpedeava o dispositivo diplomático que vinha sendo montado pelos governos do Brasil, Venezuela, França, Argentina e Cuba, a favor da libertação de reféns sequestrados pela guerrilha como primeiro passo em direção a um processo de paz na Colômbia.³⁵¹

Diante desse cenário de instabilidade suscitado com o hegemonismo da política externa norte-americana, o Brasil abandona ligeiramente seu alinhamento tradicional e busca alternativas próprias, com os treinamentos militares no Vietnã e a aposta no Conselho Sul-Americano de Defesa. No entanto, ainda que busque por alternativas, não se deve iludir com a possibilidade de um rompimento abrupto entre o Brasil e os Estados Unidos. Para Pignotti:

³⁵¹ PIGNOTTI, junho de 2008, p. 6.

Por convicção e traços de caráter, Lula é um conciliador obcecado. Desde sua chegada ao governo em 2003, tem levado adiante uma intensa diplomacia presidencial com foco na América do Sul: um caso raro na história brasileira da segunda metade do século XX, na qual prevaleceram líderes com pouca ou nenhuma vocação latinoamericanista, mas nem sempre subjados pelo status de aliados privilegiados com que foram premiados pelos Estados Unidos desde o pós-guerra. [Mas] Lula não postula uma ruptura com Washington, à maneira de alguns movimentos nacionalistas e populares latino-americanos do século XX, mas uma integração com crescente grau de autonomia. Trata-se de um formato gradual, sustentado na consolidação democrática regional, no crescimento econômico e na interconexão por meio de grandes obras de infra-estrutura, para o que são necessários dois insumos políticos vitais: paz e estabilidade.³⁵²

Embora destaque o tom conciliador da política externa brasileira, as críticas de *Le Monde Diplomatique Brasil* são ousadas a ponto de destacar uma tendência imperialista do Brasil frente aos vizinhos sul-americanos. Sílvio Caccia Bava analisa que o país, “gigante pela própria natureza”, extrapola o papel de liderança regional ao aderir a uma política de expansão territorial, cultural e econômica na América do Sul:

Em várias oportunidades, recentemente, o Brasil tem sido acusado por seus vizinhos de imperialista, isto é, de promover uma política de expansão e de domínio territorial, cultural e econômico na América do Sul. Não há dúvidas quanto ao papel de liderança ao qual o país se propõe e de fato assume na região. Não há nenhum outro com as suas condições para liderar o processo de integração. O que está em causa é a política de integração que o Brasil implementa (até hoje questionada por muitos) de simplesmente defender os interesses do empresariado brasileiro. Hoje em dia, com as análises sobre a crise, já se dissemina a compreensão de que o “livre mercado” só existe e atua porque o Estado lhe garante institucionalidade para que possa agir assim. Não é que o Estado se retira e deixa o espaço público para ser ocupado pelas grandes corporações; é o Estado que garante as condições e respalda a ação dessas grandes corporações.³⁵³

A expansão econômica do Brasil é uma tendência marcante dos últimos anos. Na lógica capitalista, o país impera sobre seus vizinhos: “De fato, as desproporções entre as economias são importantes e justificam esses temores. O PIB do Brasil corresponde a 55% do

³⁵² PIGNOTTI, junho de 2008, p. 6-7.

³⁵³ BAVA, Sílvio Caccia. “Gigante pela própria natureza”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 19, fevereiro de 2009, p. 3.

PIB da América do Sul”.³⁵⁴ A escala evidencia tais disparidades: o PIB do Brasil é 5 vezes maior do que o da Argentina, quase 6 que o da Venezuela, 30 vezes o do Equador, 57 vezes o do Uruguai, 101 vezes o da Bolívia e 110 vezes o do Paraguai.

No âmbito econômico, a partir dos planos de expansão de corporações sediadas no Brasil, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as novas transnacionais manteriam com a América do Sul “relações do mesmo tipo que as multinacionais dos países centrais estabelecem conosco”.³⁵⁵ Assim, o BNDES atuaria como instituição financeira da integração sul-americana.

A questão do imperialismo brasileiro se acirra a partir do momento em que a liderança regional e o domínio econômico são extrapolados a presenças de outra natureza, como a militar. O impasse diplomático de 2006 é apenas um dos exemplos, quando o exército boliviano ocupou as refinarias da Petrobras nas cidades de Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra. Mais recentemente, a emergência imperialista brasileira adquire novos contornos, com a operação Fronteira Sul II:

A emergência do Brasil como potência regional faz-se evidente por seu poderio militar: o país possui mais de 54% do total de militares na América do Sul. Com efeito, enquanto na década de 1990 a democratização levava a maioria dos países a reduzir suas forças armadas, o Brasil foi um dos poucos Estados que incrementou seu contingente e ampliou e modernizou seus equipamentos. Com a aplicação da Lei 11.631, promulgada em dezembro de 2007, que cria o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva consolidou uma ambiciosa estrutura de defesa, capaz de atuar diante de uma eventual agressão militar estrangeira [...].³⁵⁶

Assim se inicia a operação militar Fronteira Sul II, de 2008, com a presença militar brasileira ao longo da fronteira com o Paraguai. Durante o treinamento, os militares brasileiros realizaram manobras com munições reais – manobras vistas pelos olhos do presidente Fernando Lugo como uma provocação hostil.

³⁵⁴ BAVA, fevereiro de 2009, p. 3.

³⁵⁵ TAUTZ, Carlos. “Da Alca a IIRSA”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo : Instituto Pólis, ano 2, n.º 19, fevereiro de 2009, p. 6.

³⁵⁶ GONZÁLES, Gustavo Torres. “Pressão pela força”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 19, fevereiro de 2009, p. 4.

O Brasil, por sua vez, busca justificar suas operações militares e declarações diplomáticas com o argumento da defesa das fronteiras, com 1.300 quilômetros de extensão, que franquearia o tráfico produtos piratas, armas e drogas.

As demonstrações de força brasileiras ocorrem num momento de recrudescimento dos questionamentos sobre a distribuição da energia produzida por Itaipu, e de protestos dos camponeses paraguaios contra os produtores agrícolas brasileiros que vivem naquele país, chamados de “brasiguaios”. Desde a posse de Lugo, o debate sobre a postergada reforma agrária e a renegociação do Tratado de Itaipu – principais promessas eleitorais do novo presidente – se intensificou. Num misto de pressão e apoio ao programa de Lugo, os movimentos camponeses paraguaios iniciaram ocupações e acampamentos em frente aos grandes latifúndios, muitos deles de colonos brasileiros. Em maio de 2008, durante um ato pelo festejo do Dia da Independência Nacional, um desses grupos de camponeses queimou uma bandeira brasileira em San Pedro, para demonstrar seu repúdio à expansão da monocultura de soja capitaneada pelos produtores do país vizinho. Os manifestantes consideram que esse expansionismo provoca a expulsão de camponeses paraguaios para os cinturões de pobreza das cidades. Diante desses acontecimentos, o chanceler brasileiro Celso Amorim pediu ao governo do Paraguai que controlasse os “excessos” contra os “brasiguaios”.³⁵⁷

A Tríplice Fronteira é outro foco de conflitos entre Brasil e Paraguai. Desde a década de 1980, o presidente Alfredo Stroessner alegava uma “triangulação econômica” na região, “na realidade um contrabando acobertado pelo Estado”.³⁵⁸ Durante a década de 1990, a triangulação se fortalecera com a intensificação da entrada de produtos importados da China e do Paraguai para o Brasil. Mas “esse modelo começou a mudar quando o Brasil abriu seu mercado e criou as zonas francas”, que encontra evidência mais clara na intenção demonstrada pelo governo brasileiro de construir um muro com 1,5 quilômetros de extensão, na fronteira cidade de Foz do Iguaçu, para frear o contrabando. O jornalista Gustavo Torres Gonzáles analisa que:

³⁵⁷ GONZÁLES, fevereiro de 2009, p. 4.

³⁵⁸ Ibid., p. 4.

Desde a guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), conflito que acabou com qualquer ambição hegemônica do Paraguai, o Brasil age de forma expansionista sobre o país vizinho. A relação de dependência geopolítica e econômica constituída então é hoje um dos maiores desafios de Lugo, que busca revertê-la com maior autonomia para poder negociar no Mercosul e projetar, no futuro, uma existência soberana dentro do bloco regional.³⁵⁹

O posicionamento do Brasil frente a seus vizinhos sul-americanos é escoltado por uma interrogação decisiva:

Que tipo de integração queremos? Se forem novas propostas de um projeto de desenvolvimento que busque a melhoria das condições de vida das maiorias, então a integração muda de eixo: deixa de se pautar pela agenda dos negócios e passa a se pautar pela agenda da realização de direitos. Os momentos de crise abrem oportunidades para o governo brasileiro ampliar a agenda de integração regional, como é o caso da recente criação do Conselho de Defesa da América do Sul. E introduzir novos temas de interesse comum [...]. Aí sim, contaremos com maior simpatia e solidariedade dos povos do continente.³⁶⁰

Assim, é preciso considerar que a paz e a estabilidade são pré-requisitos para os ensaios de alternativas, aliadas à convergência de interesses e à solidariedade regional. As relações entre os países americanos têm se bifurcado entre a priorização de uma parceria capitaneada pela lógica dos negócios de um lado, e a integração política latino-americana, com a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba) como o primeiro passo de uma longa trilha, de outro. No viés da revista, vale destacar como as esquerdas se enveredam por esse novo mapa latino-americano.

³⁵⁹ GONZALES, fevereiro de 2009, p. 5.

³⁶⁰ BAVA, fevereiro de 2009, p. 3.

3.2.3 AMÉRICA REBELDE

Le Monde Diplomatique Brasil destaca uma tendência latino-americana de distanciamento em relação aos Estados Unidos. As recentes vitórias eleitorais seriam parte dessa tendência: Hugo Chávez na Venezuela, em 1998; Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002 e em 2006; Tabaré Vazquez no Uruguai, em 2005; Evo Morales na Bolívia, em 2005; Daniel Ortega na Nicarágua, em 2006; Rafael Correa no Equador, em 2006; Cristina Kirchner na Argentina, em 2007; Fernando Lugo no Paraguai, em 2008; e José Pepe Mujica no Uruguai, em 2009.

No flagrante da realidade latino-americana contemporânea, a revista destaca:

Uma fotografia da situação atual da América Latina mostra uma realidade desalentadora. No continente, a desigualdade continua sendo a maior do mundo. A pobreza resiste às políticas que anunciam sua erradicação. O desemprego, a exclusão social, a violência são os principais problemas. As políticas neoliberais continuam sendo adotadas pela grande maioria dos governos. Neste sentido, nada de novo. Apenas uma continuidade dos anos 90. Mas o olhar em perspectiva, buscando identificar novas tendências, permite construir um cenário diferente. Já é evidente, a partir dos acontecimentos políticos dos últimos anos, que sopram novos ventos no continente. Depois de anos de dominação ideológica neoliberal, a América Latina começa a desenhar relações diferentes entre a política, a economia e a sociedade.³⁶¹

A esperança avivada com a “onda de eleições de novo tipo”³⁶², com a vitória de governos não vinculados às elites tradicionais, na América Latina é uma das principais pautas de *Le Monde Diplomatique Brasil*, tendo como ponto de partida a consideração de que os países latino-americanos compartilham experiências históricas, como o recente ciclo de ditaduras militares e a busca de novos rumos com a redemocratização.

Uma das questões que se impõem no continente é a integração regional, com iniciativas como o Mercosul, a Comunidade Andina e a União das Nações Sul-Americanas. Suas sociedades passam por um momento de renovação marcado pela ascensão de governos progressistas e a participação dos movimentos sociais na política. A democracia é a chave capital para avançar nessa encruzilhada.

³⁶¹ BAVA, Sílvia Caccia. “A democracia em disputa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 8.

³⁶² BAVA, agosto de 2007, p. 8.

Caccia Bava pontua duas interpretações sobre a democracia que apontam para sentidos opostos: “Uma identifica os movimentos sociais como promotores da democracia. Outra os trata como ameaça à ordem democrática. Abre-se, assim, uma disputa quanto aos sentidos da democracia”.³⁶³ A herança dos governos autoritários latino-americanos até a ideia de que “é melhor aceitar a democracia como ela se apresenta, com suas fragilidades e imperfeições, do que trilhar mais uma vez o caminho do autoritarismo e das ditaduras”.³⁶⁴

Além disso, a herança das políticas neoliberais não é um fardo leve: os custos sociais com o desemprego, a informalidade do trabalho, o endividamento, a industrialização, a exploração predatória das riquezas naturais, o aumento da criminalidade, da violência e do narcotráfico são os fardos do tempo presente. Frente a esse quadro, Caccia Bava assinala que uns reivindicam uma “democracia sem fim”, como Boaventura de Souza Santos, tendo os movimentos sociais como plataformas de organização política democrática; ao passo que outros priorizam a “ordem”, não raro conservadora, como premissa para se preservar a democracia. Este seria o dilema latino-americano contemporâneo: “ou a economia se submete à política democrática ou a democracia se submete à vontade dos atores econômicos”.³⁶⁵ Assim as interpretações em disputa podem ser equalizadas:

Se por democracia se entende o funcionamento dos órgãos de representação e deliberação políticas, seu exercício fica restrito aos partidos e às instâncias de governo, ao legislativo e ao executivo. Se por democracia se entende o pleno exercício da cidadania, há um lugar central para a participação cidadã e suas representações coletivas; a política transborda das instituições, permeia toda a sociedade, e cria novas formas de relação governo e sociedade, novas instâncias de participação popular em defesa de direitos parecem assinalar a aspiração por uma nova democracia, com ampliação da participação política, respeito aos direitos humanos, fiscalização dos governos e reformas do sistema político que recuperem o sentido republicado e democrático da ação do Estado.³⁶⁶

A América Latina seria o território “mais propício para experiências de democratização que aportem elementos para pensar o futuro, para a construção de uma agenda pós-neoliberal”, devido à forte presença dos movimentos sociais que recentemente

³⁶³ BAVA, agosto de 2007, p. 8.

³⁶⁴ Ibid., p. 8.

³⁶⁵ Ibid., p. 9.

³⁶⁶ Ibid., p. 9.

vêm incorporando novos atores, como os movimentos ecológicos, feministas e indígenas. Caccia Bava, citando Guillermo O'Donnel, diz que tais forças “têm um claro interesse por um Estado forte, já que este é o principal lugar onde podem inscrever e fazer valer seus direitos de cidadania, o único lugar capaz de garantir ao conjunto da população uma ampla gama de direitos civis e ao menos uma cesta básica de direitos sociais”³⁶⁷. No entanto, o protagonismo dos movimentos sociais contemporâneos e a resposta da sociedade civil nas eleições apontam para uma nova cultura política:

É o mesmo que propõe o zapatismo, por exemplo, quando convida a “sociedade civil” a encabeçar a mudança social sem pretender tomar o poder. O que lhes interessa não é apropriar-se do que eles entendem como um lugar vazio. Mas sim modificar as regras para controlar, a partir da sociedade civil, quem assuma o governo.³⁶⁸

Para *Le Monde Diplomatique Brasil*, o voto, na sua dimensão cívica e cultura política, seria “uma arma das maiorias despossuídas da América Latina”.³⁶⁹ Isto é, o voto é a arma para os avanços, exorcizando “o fantasma do esquerdista sempre pronto para assaltar o poder e revogar as regras do jogo democrático”.³⁷⁰

Diante dos acontecimentos recentes, o voto expressa a resposta das sociedades latino-americanas, afastando as elites dominantes do poder nos últimos tempos:

[...] E isso ocorreu dentro das regras do jogo do modelo democrático vigente, em eleições e plebiscitos que não puderam ser de forma alguma contestados. A questão é extremamente atual. Pois, agora, se anuncia uma terceira onda eleitoral contestadora.³⁷¹

A primeira onda corresponde às eleições na Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela; a segunda a Bolívia, Chile, Equador e Nicarágua; e a terceira a Argentina novamente, além de Guatemala e Paraguai.

³⁶⁷ BAVA, op. cit., p. 9.

³⁶⁸ Ibid., p. 9.

³⁶⁹ BAVA, Sílvia Caccia. “A batalha do voto”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 13.

³⁷⁰ ARANTES, José Tadeu. “A indústria do medo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 3.

³⁷¹ BAVA, setembro de 2007, p. 12.

Apesar das diferenças significativas entre os governos – e as frustrações e críticas enfrentadas ao longo do tempo –, é possível notar um realinhamento de perspectivas. As últimas eleições não se enquadram nas “velhas fórmulas de interpretação sociológica, que atribuem ao clientelismo, ao populismo, ao controle da mídia a continuidade das elites latino-americanas no poder”.³⁷² O voto não pode ser visto isoladamente, pois trata-se de uma disputa travada entre “projetos” de sociedade:

Um desses projetos propõe a continuidade da agenda neoliberal e reafirma os privilégios das elites. O outro, ou os outros, talvez ainda não tenham claro o que querem, mas olham preocupados para o futuro, sabendo que a história não acabou e que é sua tarefa garantir condições dignas de vida para esta e as próximas gerações.³⁷³

A década neoliberal coincide com as frustrantes democracias incapazes de “operar nem uma distribuição mais equitativa da renda e das riquezas, nem a melhoria da qualidade de vida das populações”.³⁷⁴ Nos anos de 1990, as diretrizes norte-americanas, franqueadas para tornar a América Latina mais competitiva,

[...] promoveram a queda do valor real dos salários, a precarização das relações de trabalho, o aumento do desemprego e do trabalho informal; a privatização dos serviços públicos como o fornecimento de água, eletricidade e telefonia, com o consequente aumento de tarifas; a quebra de uma grande quantidade de pequenos e médios negócios, cujos produtos não conseguiam competir com os importados quando se deu a abertura indiscriminada das fronteiras nacionais para as multinacionais.³⁷⁵

Neste início dos anos 2000, as reviravoltas no jogo começaram. Na perspectiva de *Le Monde Diplomatique Brasil*, os novos governos eleitos defendem uma agenda pós-neoliberal, distanciando-se das diretrizes norte-americanas:

³⁷² BAVA, setembro de 2007, p. 12.

³⁷³ Ibid., p. 13.

³⁷⁴ Ibid., p. 12.

³⁷⁵ BAVA, Sílvia Caccia. “Para onde vai a América Latina?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 3.

Nunca como agora nosso continente foi tão antiamericano. As recentes mobilizações populares contra os Tratados de Livre Comércio e as manifestações críticas dos presidentes do Cone Sul durante a Cúpula de Mar del Plata contra a Alca foram contundentes. Argentina, Brasil, Equador e Venezuela romperam com o FMI.³⁷⁶

Porém, apesar da distância e do desvio das rotas previamente traçadas pelos Estados Unidos, a América Latina ainda está por desvendar mais claramente quais serão seus novos rumos. Neste laboratório latino-americano de alternativas políticas, certamente alguns projetos ficarão engavetados à espera de um momento mais oportuno, enquanto outros nunca sairão do papel, mas, é preciso admitir que, pelo menos, novos projetos de futuro estão sendo elaborados e discutidos. Afinal, diante das alternativas, paira a questão:

Para onde vai a América Latina? Nosso continente é um mosaico de diversidades. Ao lado de experiências como as do Brasil e da Venezuela, que conseguiram reduzir a pobreza nos últimos anos, aumenta a pobreza nas regiões andina e centro-americana. [...] Alternativas de integração regional estão em disputa. E isso é uma demonstração de que se abre um novo momento. Alguns analistas identificam o nascimento de um novo ciclo político, distinto dos anos 90, em que a América Latina começa outra vez a discutir o seu futuro, os seus projetos de desenvolvimento. Mercosul, Comunidade Andina das Nações, Alternativa Bolivariana para as Américas, União das Nações Sul-Americanas: são iniciativas que trazem em seu bojo projetos distintos de futuro para o continente. A questão do socialismo, ou dos socialismos do século XXI, que havia sido banida das discussões dos anos 90, se coloca outra vez na agenda.³⁷⁷

A vitória de Hugo Chávez na Venezuela inaugura essa agenda. Até fins da década de 1970, a Venezuela era um “país de certezas”, ancorado na alta renda advinda das reservas de petróleo, “e em um sistema bipartidário com participação regulada, que durante duas décadas, de 1958 a 1978, administrou com relativa eficiência as mediações políticas e até os excedentes econômicos em um marco formalmente democrático”.³⁷⁸

³⁷⁶ BAVA, dezembro de 2007, p. 3.

³⁷⁷ Ibid., p. 3.

³⁷⁸ SANJUAN, Ana María. “Claro-escuros bolivarianos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 10.

Mas Ana Maria Sanjuan ³⁷⁹ sinaliza que, a partir de 1980, uma tendência de “latino-americanização” venezuelana pôs fim à “ilusão de harmonia”. A crise da dívida externa em 1983, o colapso dos preços de petróleo em 1986, a queda do PIB e a crise social armaram o palco para as revoltas populares, como o Caracazo em 1989 e as duas tentativas de golpe de Estado em 1992, “na primeira o protagonista foi um coronel de nome Hugo Chávez Frías”.³⁸⁰

Em 1998, Hugo Chávez ascende ao poder com uma proposta radical de refundação nacional, simbolizando “uma mudança paradigmática na política venezuelana”, com um novo projeto de poder, combinando sincreticamente “elementos militaristas, nacionalistas, cristãos, populistas e de diversas tradições de esquerda, marcadas por um forte personalismo político”.³⁸¹ Na interpretação de Ana Maria Sanjuan:

Esse projeto se fundamenta, essencialmente, na recuperação do papel estratégico do Estado na economia, com propensões desenvolvimentistas e soberanistas, e na reivindicação dos excluídos, mediante a transferência do poder político: o “chavismo” significa, tanto para seus partidários quanto para a oposição, o povo governando, o reconhecimento dos esquecidos, o resgate da temática social como central na política. [...] O novo projeto pressupõe uma profunda substituição das elites políticas e administrativas venezuelanas e reconfigurou a agenda política, dando-lhe um acentuado conteúdo social.³⁸²

A proposta chavista configurou uma nova perspectiva, fincada na premissa de que o capitalismo inviabiliza a democracia social, mas “o socialismo do século XXI será cristão, mariateguista, indigenista, e não repetirá as experiências autoritárias dos socialismos realmente existentes no século XX”.³⁸³ Apesar das benesses chavistas, Ana Maria Sanjuan destaca os reveses, tais como:

³⁷⁹ Ana Maria Sanjuan é diretora do Centro para a Paz da Universidade Central da Venezuela.

³⁸⁰ SANJUAN, outubro de 2007, p. 10.

³⁸¹ Ibid., p. 10.

³⁸² Ibid., p. 10.

³⁸³ Ibid., p. 11.

[...] a intolerância e o sectarismo diante dos adversários do projeto de governo, e, mais recentemente, no tratamento daqueles que, embora estando alinhados com o processo de mudanças, manifestaram algumas críticas em relação a aspectos da gestão oficial ou da estratégia atual do governo; a ausência de avaliação e fortalecimento das novas instituições criadas em 1999; a ineficiência; o clientelismo; o desenvolvimento de projetos industrialistas em territórios indígenas e de alta fragilidade ecológica; o surgimento de novas elites econômicas sob o amparo do Estado; a ineficácia das políticas de controle do crime (as principais vítimas da delinquência são os jovens das classes populares): tudo isto continua expressando uma sociedade profundamente classista.³⁸⁴

Além disso, a política de Hugo Chávez esbarra na superideologização e no personalismo político – com impulsos cada vez mais autoritários –, com o risco de que a revolução simbólica predomine sobre a revolução real, justamente porque:

Um dos âmbitos em que o governo bolivariano realizou avanços na busca de um monopólio é o simbólico, coerente com a afirmação de que a ideologia é o contexto de confrontação por excelência nos processos de mudança política. Assim, a Revolução Bolivariana mudou o nome da República, o escudo e a bandeira nacionais; foram enaltecidos os personagens históricos independentistas; e está sendo construída uma nova narrativa sobre o papel da Venezuela na região.³⁸⁵

Nas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil* respinga um chavismo marcante, que desconsidera as críticas mais ferrenhas ao presidente venezuelano, a ponto de Ignacio Ramonet confiar a Hugo Chávez “a responsabilidade de assumir, em escala internacional, a reinvenção da esquerda”.³⁸⁶ A ele ainda é outorgada a absurda responsabilidade de liderar a derrocada das oligarquias latino-americanas.

Mas nem tudo são flores. “A experiência sul-americana com revoluções antioligárquicas não é nada animadora, principalmente para quem teme que o drama latino-americano se transforme em uma terrível tragédia”³⁸⁷, com o agudo risco de se distender em um governo populista. Para Plínio de Arruda Sampaio, as críticas ao paternalismo e ao

³⁸⁴ SANJUAN, outubro de 2007, p. 12.

³⁸⁵ Ibid., p. 12.

³⁸⁶ RAMONET, Ignacio. “Hugo Chávez”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 13.

³⁸⁷ SAMPAIO, Plínio de Arruda. “Populismo ou revolução?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 13.

populismo são bem-vindas, mas “o risco dessa crítica – justa e que não pode ser ocultada – é descuidar da forma de fazê-la, pois a esquerda não pode esquecer-se nunca de que lado da barricada se encontra”.³⁸⁸

Em agosto de 2007, a proposta de reforma sobre 33 artigos da Constituição e 36 emendas suplementares passa a espelhar a faceta populista de Chávez. Entre diversos pontos, a reforma previa a centralização do poder com o mandato presidencial estendido de 6 para 7 anos, com a possibilidade de reeleições infinitas. Apesar do apelo do presidente, com o *slogan* “votar sim é votar em mim”³⁸⁹, o referendo foi derrotado em dezembro de 2007. As reformas da economia e dos poderes presidenciais levantaram muitas controvérsias, pois estavam previstas, principalmente, a supressão da autonomia do Banco Central, a interdição absoluta de privatização da indústria petrolífera e a intensificação radical da reforma agrária.

Chávez e seus partidários serão obrigados a analisar as causas profundas da derrota. Talvez reflitam sobre o aqodamento da reforma constitucional, a exagerada personalização do processo ou a falta de eficácia dos programas governamentais. Enfrentar tais questões trará um novo vigor ao “socialismo do século XXI”.³⁹⁰

É um tanto lamentável o posicionamento chavista de *Le Monde Diplomatique Brasil*, contrariando duas de suas premissas editoriais: o distanciamento do partidarismo e a abertura ao pluralismo de ideias. É evidente que Chávez desponta como um novo ator político na América Latina, mas não se pode deliberadamente ignorar suas altivas atitudes decretadas com matizes autoritários, como o cerceamento da liberdade de imprensa e a restrição à autonomia do Banco Central, bem como as propostas do referendo, por sua vez, recusadas pelos venezuelanos.

O estreitamento das relações entre Venezuela e Cuba permite entrever a questão do socialismo. Para *Le Monde Diplomatique Brasil*, Cuba não é, na verdade, considerada um modelo *stricto sensu*, justamente porque é preciso repensar o socialismo para o novo século. Nos últimos anos, a transição socialista se impõe como o principal dilema cubano, isto é, a transição do socialismo fracassado dos moldes soviéticos a um socialismo viável – ou a um capitalismo que se apresentava como realizável com um “rosto humano”.

³⁸⁸ SAMPAIO, outubro de 2007, p. 13.

³⁸⁹ WILPERT, Gregory. “Por que o plebiscito deu no que deu?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 10.

³⁹⁰ WILPERT, janeiro de 2008, p. 10.

Para Aurelio Alonso ³⁹¹, o futuro de Cuba será socialista, mas o socialismo do século XXI precisa ser reinventado, pois:

Novamente nos vimos obrigados a repensar a transição socialista. Tivemos de refletir sobre ela no início dos anos 1970, quando ficou evidente que o poderio americano tinha condições de arruinar um vizinho tão frágil apenas privando-o do cenário de inserção. Foi então que a direção política optou por estreitar os laços com o bloco soviético. Essa decisão assegurou um crescimento econômico digno e os recursos para custear os padrões de justiça social e equidade, mesmo em condições sociais penosas. Mas esse novo momento da transição cubana tem outro caráter: se apresentou a nós como um dilema. Ou percorríamos uma duríssima rota de preservação do projeto socialista, em um contexto mundial de dependência neoliberal, de mercadocracia generalizada e sem cenários de inserção alternativos ou renunciávamos à proposta socialista e iniciávamos a transição inversa, aquela que se desencadeou a leste do rio Elba, marcada pela economia da privatização e pelo mercado. É a política do pluripartidarismo eleitoral associada às pressões do capital, da ideologia do individualismo, da exaltação da competição e da desigualdade e insensibilização perante a pobreza. Em poucas palavras, a lei da selva.³⁹²

O socialismo presente evidencia sua inabilidade para articular a democracia participativa, isto é, a institucionalidade que garante a expressão do poder popular. “E a derrocada soviética demonstrou que o socialismo não pode existir sem democracia”.³⁹³

É óbvio que a realidade presente mostra uma complexa parafernália de necessidades de mudança na transição cubana. Porém, é assim precisamente porque a opção é a do caminho socialista. A outra transição teria sido mais simples, ao colocar tudo nas mãos do mercado. E também terrível, já que sua lógica não perdoa: consolida desigualdades, aprofunda e aumenta a pobreza, penhora soberanias, compromete futuros. Teríamos perdido meio século de sacrifícios em Cuba.³⁹⁴

Uma das principais fragilidades do socialismo, ainda em descompasso com o tempo presente, é a questão das liberdades e dos direitos, que uma vez suprimidos ferem os

³⁹¹ Aurelio Alonso é sociólogo, ensaísta e subdiretor da revista *Casa de las Américas*.

³⁹² ALONSO, Aurelio. “Sair do caos sem cair na lei da selva”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 16.

³⁹³ ALONSO, julho de 2008, p. 17.

³⁹⁴ Ibid., p. 17.

princípios da democracia. Assim, a viabilidade de um socialismo no século XXI se relaciona invariavelmente à democracia, com “liberdades e direitos estendidos a toda a cidadania, proteção da identidade individual e da diversidade da espécie humana, supremacia do cidadão sobre o Estado”.³⁹⁵

Nos *Cadernos da América Latina*, Ruy Mauro Marini considera que a América Latina precisa conquistar sua soberania para, *a posteriori*, consolidar a democracia: “Nessa perspectiva, a luta pela democracia é a luta contra a dominação e a exploração de muitos por uns poucos, é a luta por uma ordem social tendente à justiça e à igualdade, é, em suma, ali onde se torna mais definida a luta pelo socialismo”.³⁹⁶

Nesta busca por novos caminhos, a vitória eleitoral de Evo Morales é um acontecimento inédito na história boliviana, com o primeiro presidente indígena da América³⁹⁷, ancorado no Movimento ao Socialismo (MAS), nascido do sindicalismo camponês dos *cocaleros*. Morales buscaria consolidar uma “revolução sem revolução”, uma vez que o processo, ainda que radical, de transformação social se articula por vias democráticas, fundadas sobre as regras constitucionais. No entanto, a peculiar retórica indigenista de Evo Morales traz sérias implicações e limites, pois “a afirmação incondicional da legitimidade histórica e política da causa indígena sugere que ela se situa em um nível superior ao da legalidade democrática”³⁹⁸.

Enquanto isso, a vitória de Rafael Correa na disputa presidencial equatoriana, contando com o apoio da Alianza País, do Movimento Popular Democrático e do movimento indígena Pachakutik, daria indícios de uma “revolução cidadã”, pois esta seria a recusa eloquente da sociedade aos partidos e feudos políticos caudilhistas até então predominantes.³⁹⁹ A partir de Correa, a recuperação dos recursos petrolíferos foi posta na ordem do dia com a seguinte diretriz: “Como na Venezuela e na Bolívia, os investidores estrangeiros serão bem-vindos, desde que se curvem aos interesses nacionais”⁴⁰⁰.

³⁹⁵ BAVA, Sílvia Caccia. “A construção democrática e o futuro”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 4.

³⁹⁶ MARINI, Ruy Mauro. “A luta pela democracia”. In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 2.

³⁹⁷ POUPEAU, Franck; ALTO, Hervé do. “As dificuldades de uma revolução sem revolução”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 14.

³⁹⁸ POUPEAU, ALTO, fevereiro de 2008, p. 15.

³⁹⁹ OSPINA, Hernando Calvo. “A ‘revolução cidadã’ de Rafael Correa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 10.

⁴⁰⁰ OSPINA, novembro de 2007, p. 10.

A proximidade entre Correa e Chávez é a principal crítica de seus opositores. “Há vários anos, a grande imprensa equatoriana matraqueia: Chávez é um ‘demônio’, um ‘louco’, um ‘comunista’, que empobreceu e dividiu seu povo”.⁴⁰¹ O presidente equatoriano tenta se esquivar das críticas agressivas da grande imprensa, recusando entrevistas a certos jornalistas: “Se alguns me insultaram e deformaram minhas palavras, eu tenho, enquanto pessoa e presidente, a liberdade de expressão de lhes dizer que não me presto a esse jogo em nome da liberdade de imprensa”, disse Correa.⁴⁰²

Embora a esquerda relativamente alinhada marque sua presença na Bolívia, no Equador e na Venezuela, há outras tendências à esquerda buscando se firmar no espectro político latino-americano.

A Guatemala desperta lentamente para a realidade política dos novos tempos. Ainda que sem chances nas urnas em 2007, as esquerdas estão começando a se articular no Movimiento Amplio de Izquierda (MAIZ), ao lado da União Revolucionária Nacional Guatemalteca⁴⁰³, justamente para não deixar o campo livre para a direita:

Porta-voz da Frente Nacional de Luta, criada em abril de 2005 a partir da aliança de uma dúzia de organizações regionais e nacionais, decididas a unir forças para resistir ao rolo compressor neoliberal, Roberto Madriz afirma: “Há anos, o movimento social tinha por princípio não se misturar com a política. A ideia era de que as eleições não mudam a estrutura real do poder”. De certa forma, sua expressão expressava a mesma linha do “mudar o mundo sem tomar o poder”, dos zapatistas de Chiapas, no México. Mas, com a ajuda do contexto latino-americano, com as vitórias de Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador, nos demos conta de que era um erro deixar o campo livre para a direita.⁴⁰⁴

Já o despertar político paraguaio se dá com a vitória de Fernando Lugo nas eleições presidenciais em 2007, com a Alianza Patriótica para el Cambio (APC), reunindo desde a direita moderada até a extrema esquerda, com o Movimiento Tekojoja. Aliás, apesar de não ser considerado absolutamente de esquerda, Lugo figura como um novo ator no jogo político

⁴⁰¹ OSPINA, novembro de 2007, p. 11.

⁴⁰² Ibid., p. 11.

⁴⁰³ LAMBERT, Renaud. “Guatemala: lento despertar”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 17.

⁴⁰⁴ LAMBERT, setembro de 2007, p. 17.

monopolizado pelo Partido Colorado, pondo fim a “seis décadas de clientelismo, autoritarismos, brutalidades, plutocracia e corrupção”.⁴⁰⁵

Fernando Lugo terá de arcar com essas heranças malditas de Alfredo Stroessner, que se manteve no poder por 35 anos, “sob uma ficção de democracia, com um Parlamento e eleições de cartas marcadas.”⁴⁰⁶ Nesta virada de jogo repousa o elemento agitador da vitória de Lugo, uma vez que “o país mais reacionário, retrógrado e autárquico da América do Sul alinhou-se com a maré progressista do resto do continente”.⁴⁰⁷ No entanto, apesar do tom revolucionário, “o que se pode esperar é um governo mais na linha do brasileiro Lula e do uruguaio Tabaré Vazquez, com pitadas de Teologia da Libertação, do que do venezuelano Chávez e do boliviano Morales”.⁴⁰⁸

A Argentina, por sua vez, marcaria uma linha intermediária entre o “radicalismo” de Bolívia, Equador e Venezuela, e a “excessiva parcimônia” do Chile.⁴⁰⁹ As altas expectativas alavancadas com a presidente Cristina Kirchner, vitoriosa nas eleições de 2007, com a promessa de reconstruir o Estado e instaurar um novo modelo sócio-econômico. Para Carlos Gabetta⁴¹⁰, as propostas políticas de Cristina Kirchner, à época da campanha presidencial, foram francas e claras:

Clareza, porque apresenta e fundamenta suas propostas, até onde permite um discurso de campanha ou uma entrevista. Franqueza, porque não esconde seu pensamento: para a esquerda, deixa claro que o seu modelo é de um capitalismo com forte participação estatal; para a direita, em especial para os empresários que se empenha em convocar, que sua preocupação e responsabilidade são, antes de mais nada, sociais e que com ela não haverá retorno ao neoliberalismo.⁴¹¹

Para contextualizar a ascensão de Cristina Kirchner com tais propostas, é preciso retornar à crise argentina de 2001, com uma dívida externa quadruplicada desde 1983 e os

⁴⁰⁵ CATTANI, Roberto. “O despertar paraguaio”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 8.

⁴⁰⁶ STEFANONI, Pablo. “Paraguai: promessa de fim de era”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 14.

⁴⁰⁷ CATTANI, maio de 2008, p. 8.

⁴⁰⁸ Ibid., p. 8-9.

⁴⁰⁹ PIGNOTTI, Darío. “Cristina e o Brasil”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 8.

⁴¹⁰ Carlos Gabetta é diretor da edição argentina de *Le Monde Diplomatique*.

⁴¹¹ GABETTA, Carlos. “Argentina: Cristina e a mudança”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 16.

agravantes: as reservas do Banco Central esgotadas, a economia paralisada e a ascensão e queda dramática de quatro presidentes em menos de um mês, frente a um quadro econômico e político desolador. A renúncia do presidente Fernando de La Rúa em 2001, em meio à turbulência popular, deriva:

[...] do fato de que, após mais de uma década de neoliberalismo desenfreado (a Argentina privatizara todas as suas empresas públicas a preço de banana, incluindo as reservas de gás e petróleo, e era considerada a “aluna modelo” do ideário neoliberal), o nível de vida de cerca de 60% da população havia descido abaixo dos padrões de pobreza estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (cerca de 20% em estado de miséria absoluta) e os índices de corrupção e criminalidade haviam alcançado níveis vertiginosos. O país que ao longo de todo o século XX fora o mais igualitário da América Latina havia se convertido em um dos mais desiguais do mundo.⁴¹²

Néstor Kirchner assume a presidência argentina em 2003, ignorando as regras do jogo neoliberal: o novo presidente ignorou parte da dívida externa, esquivou-se do FMI e quitou débitos, contando com uma conjuntura internacional favorável às commodities argentinas, uma política econômica de taxaço forte de produtos de multinacionais e o estímulo à indústria nacional. A Argentina passou a crescer 8% ao ano. Em outubro de 2007, a senadora Cristina Kirchner ascende à Casa Rosada, comprometida com a continuidade das mudanças iniciadas por seu marido, Néstor.⁴¹³

Além de ressuscitar a economia argentina, os Kirchner simbolizam um novo momento político, pois:

[...] o momento que vive o país é muito mais complexo e interessante. O paulatino abandono da cartilha neoliberal – que a presidenta eleita deveria supostamente continuar – vem acompanhado de profundas transformações políticas. Os três grandes partidos que monopolizaram a vida política no século XX – o militar, o radical e o peronista – estão prestes a se dissolver, se é que já não desmancharam.⁴¹⁴

⁴¹² GABETTA, Carlos. “Cristina e a transição democrática argentina”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 6.

⁴¹³ GABETTA, dezembro de 2007, p. 6.

⁴¹⁴ Ibid., p. 6.

O partido militar perdeu o passo com a última ditadura, logo após ter “sujado as mãos com o sangue de 30 mil opositores políticos e escarnecido da nação com a absurda invasão das ilhas Malvinas e a derrota militar frente ao Reino Unido” ⁴¹⁵, além de ter aderido vigorosamente à doutrina neoliberal. O partido radical acabou por ruir em 2001, ao lado do presidente De la Rúa. O partido peronista começa a cair no final do governo de Carlos Menem em 1999. Nesse vácuo político, “as esquerdas (maoístas, trotskistas, comunistas) e as direitas (golpistas, neoliberais) mais radicais são agora puro símbolo, uma algaravia fortuita. Os socialismos e liberalismos se fragmentam e entrecruzam”. ⁴¹⁶

Atualmente, Cristina Kirchner enfrenta o desafio de revitalizar a política argentina, sem as falsidades, falcatuas e, na melhor das hipóteses, letargia intelectual da política à moda antiga de Carlos Menem e Fernando de la Rúa:

No vácuo desses fracassos, inépcias e traições, a presidenta parece ter chegado bem no momento em que a ruína da política tradicional desponta como algo novo, que coincide com as aspirações de pelo menos uma parte importante da sociedade e com os ventos que sopram na região e no mundo. Estará ela à altura? A sociedade argentina, inconstante e desiludida, ficará a seu lado? ⁴¹⁷

A partir de Kirchner, a diplomacia brasileira espera selar com o novo governo argentino uma estratégia conjunta para a América Latina. ⁴¹⁸ Antes, em 2003,

O governo brasileiro se opunha sem meias-palavras a Menem, definido por Lula como um dos “meninos de ouro” do neoliberalismo latino-americano dos anos 1990, junto com o peruano Alberto Fujimori e o mexicano Carlos Salinas. Com Menem na presidência argentina, teria sido impensável juntar forças contra a investida da Casa Branca para que a Alca entrasse em vigor em 2005. ⁴¹⁹

⁴¹⁵ GABETTA, dezembro de 2007, p. 6.

⁴¹⁶ Ibid., p. 6-7.

⁴¹⁷ Ibid., p. 7.

⁴¹⁸ PIGNOTTI, novembro de 2007, p. 8.

⁴¹⁹ Ibid., p. 8.

As relações diplomáticas entre Brasil e Argentina se estreitam com Cristina Kirchner, compondo uma aliança branda e distinta das relações estabelecidas com os “companheiros” intempestivos Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa.⁴²⁰

Apesar das diversas nuances nas relações diplomáticas, há uma considerável concordância sobre a necessidade de integração sul-americana nas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil*. No entanto, Deisy Ventura⁴²¹ pondera que:

Dispersa em um mosaico de foros de negociação, a esquerda governa sem dar-se conta de que a integração regional poderia ser uma resposta concreta aos efeitos nocivos da globalização econômica. [...] É incontestável a semelhança entre os problemas mais graves da região, principalmente as desigualdades sociais. Daí as convergências programáticas, em particular a resistência à acachapante hegemonia econômica do mundo desenvolvido. O inquietante, porém, é que este consenso não se traduz na prática.⁴²²

Além do vivo, porém considerado inerte, Mercosul, outras tentativas de integração estão sendo ensaiadas, como o controverso Banco do Sul. Desde sua idealização, a proposta levanta discordâncias sensíveis, pois enquanto uns consideram a instituição, liderada por Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai e Venezuela, como uma carta de alforria frente aos organismos financeiros internacionais, outros argumentam que se trata apenas de um instrumento de intervenção de Hugo Chávez no Cone Sul.⁴²³

Desde dezembro de 2007, a despeito da ata assinada para a formação do Banco do Sul, com capital original de US\$ 7 bilhões, ainda não há sinais claros de um consenso sobre como o capital será integralizado. “Ao menos por hora, não se pode considerá-lo como uma alternativa sólida às fontes existentes”⁴²⁴, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Apesar de sinalizar um avanço em relação à subordinação financeira, predominante ao longo da década de 1990, o projeto ainda deve ser avaliado com “critérios realistas para evitar ilusões que acabem em frustração e para não cair na

⁴²⁰ PIGNOTTI, novembro de 2007, p. 9.

⁴²¹ Deisy Ventura é doutora em Direito pela Université Paris I.

⁴²² VENTURA, Deisy. “Sociedades efervescentes, governos sem gás”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 12.

⁴²³ SEVARES, Julio. “Banco do Sul: libertação ou ilusão?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 14.

⁴²⁴ SEVARES, março de 2008, p. 15.

manipulação de governos ou setores políticos que possam aproveitar as expectativas e revestir-se de uma aura popular e antiimperialista, sem resultados concretos”.⁴²⁵

Assim como o Banco do Sul beira uma integração ilusória, a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) desponta como mais um projeto falacioso. Na análise de Igor Fuser:

Quem reduz o cenário político da América do Sul ao contraste entre um pólo esquerdista (Venezuela, Bolívia e Equador) e um conservador (Colômbia, Peru, Paraguai), separados por uma zona cinzenta de posições intermediárias (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai), deveria rever esse mapa ideológico simplista, comum à maioria das análises, a partir do avanço silencioso de uma iniciativa que transcende as clivagens entre os governos. Com as bênçãos de Washington e apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os dez países sul-americanos citados vêm levando adiante a implementação de um conjunto de obras gigantescas, voltadas para ajustar as economias da região aos interesses do mercado globalizado e das grandes empresas – locais ou multinacionais. Desde 2000, quando foi criada, a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um megaprojeto que engloba transportes, energia e comunicações, tem implementado uma estratégia que viabiliza a inserção da América do Sul na economia globalizada de modo absolutamente coerente com a lógica neoliberal.⁴²⁶

Os eixos estratégicos de integração física do projeto correspondem, na verdade, a corredores destinados ao fluxo de commodities e bens primários para os mercados ricos na Ásia, na União Europeia e na América do Norte. Alvo de muitas críticas, o projeto é contestado por seus impactos sociais, econômicos e ambientais:

Quem tem criticado esse ambicioso esquema de integração física são os movimentos sociais, cientistas e entidades não-governamentais ligados à defesa do meio ambiente. As críticas se referem tanto ao impacto social, econômico e ambiental dos projetos, traçados sem levar em conta as necessidades das populações afetada pelas obras, quanto à própria estratégia que permeia toda a iniciativa [...] Os críticos chamam a atenção, logo de saída, para o flagrante descaso com relação aos efeitos nefastos sobre as comunidades ribeirinhas, os indígenas e os camponeses das regiões onde se situam as obras.⁴²⁷

⁴²⁵ SEVARES, março de 2008, p. 15.

⁴²⁶ FUSER, Igor. “Infra-estrutura a serviço do grande capital”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 12.

⁴²⁷ FUSER, março de 2008, p. 12.

Em 2000, Fernando Henrique Cardoso buscava firmar laços políticos, diplomáticos e econômicos com os pólos dinâmicos da economia capitalista sul-americana. Assim foi lançada a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana (IIRSA), “uma ideia desenvolvida no Brasil e consolidada em um trabalho elaborado pelos consultores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)”.⁴²⁸ Carlos Tautz⁴²⁹ ressalta que:

Todos os agentes políticos e econômicos, é sempre bom lembrar, atuavam segundo a lógica do Consenso de Washington, o decálogo que materializava o espírito neoliberal daqueles anos. Também é necessário resgatar que, em 1994, o presidente democrata dos EUA, Bill Clinton, realizou em Miami a Cúpula da América com todos os países da região, sem Cuba, e que o tema da liberdade radical do comércio foi introduzido na agenda. O republicano George W. Bush, que liderou a Cúpula seguinte, em Quebec, em 2001, com seu jeito tatibitate manteve a orientação do Estado americano e continuou a ditar o tom para quase todos os governos presentes.⁴³⁰

Entre 2005 e 2006, a hegemonia do pensamento neoliberal passou a ser arranhada por uma agenda antiimperialista na América. Carlos Tautz recorre ao mapa elaborado pela economista Ana Esther Ceceña⁴³¹, onde se vê que ao sobrepor o mapa das zonas latino-americanas com forte presença militar norte-americana coincide justamente com o mapa da ocorrência de recursos naturais estratégicos. Para dar vazão ao fluxo de produtos e riquezas, atendendo às demandas dos países ricos, foram elaborados 506 megaprojetos de transporte, energia e comunicações, com um orçamento de US\$ 608 bilhões. Assim, para Tautz, os “reais interesses” da IIRSA estão alinhados com a Alca:

⁴²⁸ TAUTZ, Carlos. “Da Alca a IIRSA”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo : Instituto Pólis, ano 2, n.º 19, fevereiro de 2009, p. 6.

⁴²⁹ Carlos Tautz é jornalista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

⁴³⁰ TAUTZ, fevereiro de 2009, p. 6.

⁴³¹ Ana Esther Ceceña é professora da Universidade Autônoma do México e coordenadora do Observatório de Geopolítica do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO).

Enquanto a Alca é apenas um acordo diplomático, a IIRSA, com seus projetos, fornece a base física em que se daria a liberdade de fluxo de bens e serviços entre os países. Sem estradas, hidrovias e rebaixamento equânime das legislações nacionais, não há acordo diplomático comercial que consiga se transformar em realidade. Essa, aliás, é uma dimensão muito pouco debatida tanto pelos apoiadores da IIRSA, que não desejam vê-la associada à Alca – proposta que foi rejeitada por parcelas expressivas da sociedade continental e brasileira, em especial – quanto pelos opositores do projeto de Área de Livre Comércio. Principalmente os opositores de esquerda fecham os olhos à estratégia IIRSA porque seu silêncio lhes roubaria o argumento moral de terem jogado papel importante numa suposta derrota da Alca.⁴³²

Mais uma vez o questionamento sobre o futuro se impõe no *Le Monde Diplomatique Brasil*: “É o momento de debater se esse é o futuro que nos espera. Ou se é o momento de o Brasil iniciar uma ampla tomada de posição em relação à IIRSA, como fez com a Alca”.⁴³³

Diante das frustradas tentativas de integração atuais, e apesar de uma certa convergência política de governos considerados “progressistas”, a ideia de uma América Latina solidária e unida – e, especialmente, de uma América do Sul unida não só mediante prerrogativas econômicas – ainda se apóia sobre laços frágeis e quebradiços. A Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), longe de se consolidar como uma alternativa de cooperação realista frente à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), ainda engatinha no continente. Tropeçando nos seus próprios pés, a América Latina continuar a ensaiar seus passos, diante de uma sociedade estruturalmente fraturada no mosaico de diversidades.

Seria um discurso meramente retórico alegar que Brasil expresse um sentimento genuíno de solidariedade latino-americana. Na verdade, é preciso admitir que o Brasil, por muito tempo, simplesmente deu as costas aos países hispano-americanos. No entanto, é impossível desprezar que o país está dilatando cada vez mais os espaços para o diálogo com seus vizinhos, tanto no âmbito político e diplomático quanto no sócio-econômico. O que não pode ser puramente interpretado como um dos méritos do presidente Lula. Ao contrário, é sintoma de um novo momento em que os movimentos antes dispersos estão lentamente afinando suas discussões sobre o futuro a se realizar nos tempos globalizados.

No mapa contemporâneo delineado nas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil*, a América Latina não é um continente a ser conquistado, mas construído.

⁴³² TAUTZ, fevereiro de 2009, p.6.

⁴³³ Ibid., p. 6-7.

3.2.4 ESQUERDA EUROPEIA

Além da América Latina, *Le Monde Diplomatique Brasil* reacende ainda as discussões sobre a esquerda na Europa, principalmente na Alemanha e na França. Em oposição à social-democracia e suas políticas neoliberais, o correspondente especial Peter Linden escreve sobre o partido alemão Die Linke. Ao lado do líder berlinense Klaus Lederer, o jornalista destaca dois símbolos ainda contemporâneos para a esquerda alemã: o retrato de Karl Marx e uma foto multicolorida de uma multidão em protesto.

Para os alemães de direita, a sala do responsável berlinense pelo partido Die Linke (A Esquerda) é a síntese de tudo que eles mais repelem: o ressurgimento de Karl Marx, dado por enterrado desde a reunificação do país, e a volta das manifestações de ruas, que com o fim da República Democrática Alemã (RDA) pareciam não interessar a mais ninguém e agora despontam como tendência de época.⁴³⁴

Fundado em fevereiro de 1990 após a ruína do Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED), o Partido do Socialismo Democrático (PSD) consolidara sua presença em todo o território nacional, mas, com a reviravolta das eleições de 2002, o partido socialista deu adeus ao Parlamento. Apenas em 2007, voltaria à arena política como simplesmente Die Linke (A Esquerda), conquistando cadeiras nos Estados de Bremen, Hesse, Hamburgo e Baixa Saxônia, marcando território no oeste da Alemanha.

Mas, na memória de 2002, com o chanceler Gerhard Schröder do Partido Social-Democrata (PSD) e a direita da União Democrata Cristã (CDU), e sua filial bávara, a União Cristã Social (CSU), o início do século marcava “o fim dos comunistas”.⁴³⁵ Todavia, Linden ressalva que:

⁴³⁴ LINDEN, Peter. “Esquerda de cara nova”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 16.

⁴³⁵ LINDEN, maio de 2008, p. 16.

Por ironia da história, foi justamente o governo Schröder que permitiu o ressurgimento da esquerda com força total. Com sua “Agenda 2010”, o chanceler reduziu de tal forma a rede de proteção social que acabou induzindo, no primeiro semestre de 2004, a constituição de duas organizações socialistas na parte ocidental do país: a “Iniciativa Trabalho e Justiça Social” e a rede “Por uma alternativa eleitoral”. Pouco depois, estes grupos se fundiram sob o nome de “Alternativa Eleitoral - Trabalho e Justiça Social”.⁴³⁶

Para Linden, a esquerda alemã estaria virando o jogo a partir de 2007, angustiando os conservadores de direita. “Aqui e acolá é possível ouvir pessoas citando novamente o Manifesto Comunista”.⁴³⁷ Um editorial da revista *Die Zeit* questionava: “Este avanço da esquerda será mesmo realmente perigoso?”.⁴³⁸ Mas enquanto uns alertavam o perigo da “infiltração comunista” encampada pelo novo partido, outros lhe negaram a competência política: “o Die Linke precisa ser colocado no seu devido lugar – e para todos os efeitos”.⁴³⁹

Apesar do medo evidente da direita e da mídia, os temores da ala mais à esquerda do partido certamente são mais antigos. A aliança do PDS com o SPD na administração do Estado de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental (ex-RDA) em 1998 e, em seguida, em Berlim em 2001, levantou uma questão de princípio para os militantes mais esquerdistas: temos ou não o direito de governar?

Klaus Lederer diz a Peter Linden: “As pessoas temem que o nosso partido acabe tendo o mesmo destino que o do Partido Comunista Francês durante a presidência de Mitterrand”.⁴⁴⁰ E continua:

⁴³⁶ LINDEN, maio de 2008, p. 16.

⁴³⁷ Ibid., p. 16.

⁴³⁸ Ibid., p. 16.

⁴³⁹ Ibid., p. 16.

⁴⁴⁰ Ibid., p. 16.

“O que vocês querem que um partido faça quando, durante oito anos, ele só criticou a situação e, de um dia para o outro, se viu em posição favorável para participar do governo?”, questiona. Lederer cita então – sempre diante do retrato de Marx e da foto da manifestação – Rosa Luxemburg (1871-1919). Na visão desta grande pensadora comunista alemã, o Parlamento representava “o terreno adequado para permitir que os socialistas pudessem praticar uma resistência sistemática contra a dominação da burguesia”. E é este tipo de resistência que tem sido objeto de discussões [...].⁴⁴¹

Assim, a nova esquerda alemã volta a apostar no jogo democrático, ainda na tentativa de exorcizar o fantasma das experiências socialistas totalitárias e as sombras do Muro de Berlim. Se o Parlamento se torna a principal arena para a resistência sistemática contra a dominação, a esquerda se reinicia revigorada na Alemanha. Para Lederer, o Die Linke “re-socializa” a vida política alemã, “devolvendo para a esquerda a importância de seu papel político”:

Esses avanços encontraram uma tradução na semântica pública. Os jornais não mais se referem aos “socialmente fracos” e voltaram a falar dos “pobres”. Ninguém mais se torna suspeito de ser “invejoso” ao pedir por “justiça”. “Solidariedade” não é mais um palavrão e “socialismo” deixou de ser assimilado ao “stalinismo”. Estas conquistas simbólicas serão, provavelmente, mais importantes em longo prazo do que qualquer ponto percentual obtido nas negociações salariais.⁴⁴²

Quanto à França, Jean Bricmont ⁴⁴³ escreve sobre o duelo travado entre a direita e a esquerda após a vitória de Nicolas Sarkozy nas eleições de 2007, revelando “o tamanho da crise na esquerda francesa, surgida logo após a vitória presidencial do socialista François Mitterand em 1981”.⁴⁴⁴

Com a crise econômica devastando a França desde a década de 1970, sem que o novo governo a debelasse apesar de suas francas tentativas, François Mitterand se encontrava em uma sinuca, tendo de mudar o rumo da política econômica a partir de 1982, com a priorização

⁴⁴¹ LINDEN, maio de 2008, p. 16-17.

⁴⁴² Ibid., p. 17.

⁴⁴³ Jean Bricmont é professor na Universidade de Louvain, Bélgica, autor de *Imperialisme humanitaire* (Aden, 2005).

⁴⁴⁴ BRICMONT, Jean. “O ano 1 da esquerda”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 23.

do equilíbrio macroeconômico em detrimento das metas sociais. Após dois anos de governo, “a esquerda nada mais teve a propor em matéria de política socioeconômica”. Para Bricmont, a esquerda fez um “neoliberalismo sem entusiasmo”, o que tornaria seu discurso simples e “meramente moralizador”, contra as ideias racistas e fascistas:

No âmbito prático, uma das únicas iniciativas da esquerda foi se lançar na “construção europeia”, o que teve como principal efeito tornar impossível qualquer alternativa ao neoliberalismo. [...] As eleições podem continuar a acontecer, mas elas terão pouca importância: nenhuma alternativa política séria poderá ser proposta, nenhum “New Deal”, nenhuma reforma estrutural, nenhum programa social comum à esquerda, nenhuma “via italiana ao socialismo”. Não surpreende que, com tal arranjo, saia ganhando a direita mais ferrenha. Ela tem seu próprio discurso de “valores” – a disciplina, a ordem, a nação etc. –, que é bem mais popular do que o discurso de esquerda sobre as minorias. Afinal de contas, os discursos sobre valores têm, na maioria das vezes, a função de permitir àqueles que os fazem manter a consciência tranquila sem grandes custos, sem se perguntar muito sobre a real natureza das relações de força no mundo.⁴⁴⁵

Para Bricmont, o campo de batalha entre a esquerda e a direita não pode ser traduzido por “valores”, pois neste a direita sempre terá mais chances de vencer. Deve-se, por outro lado, transpor as discussões para o campo econômico, especialmente a respeito do controle da economia. Para além das discussões sobre a França de 2007, o autor brevemente faz uma volta no tempo, para os pensamentos da Europa desde o século XVIII:

⁴⁴⁵ BRICMONT, agosto de 2007, p. 23.

Os pensadores liberais do século XVIII visavam uma sociedade de pequenos produtores independentes e, nesse contexto, a ideia de “livre mercado”, bem como a hostilidade ao poder do Estado aristocrático e da Igreja, fazia perfeitamente um sentido. Mas, com o desenvolvimento da grande empresa, a produção se tornou cada vez mais socializada, o que tornou caduca a justificativa do caráter privado da propriedade dos meios de produção. A ideia fundamental do socialismo é que, a partir do momento em que o processo de produção é de fato socializado, seu controle também deve ser, se quisermos ao menos realizar as esperanças de emancipação contidas no liberalismo clássico. Se os meios de produção e, sendo este o produto do século XX, os meios de informação estiverem nas mãos de poucos, estes terão um poder enorme sobre o resto da população – não muito diferente do poder feudal. Os verdadeiros sucessores atuais do liberalismo clássico são, na realidade, os partidários do socialismo. E aqueles que se dizem liberais hoje são simplesmente adeptos de uma forma particular de tirania, aquela dos patrões, e, além disso, com muita frequência, de uma forma violenta de estatismo, que se traduz na dominação militar do mundo pelos norte-americanos.

Para Bricmont, o socialismo é uma “resposta natural” ao capitalismo, na certeza ilusória de que:

[...] é um erro pensar que o socialismo não interessa mais a ninguém. Ao contrário, se há uma posição da esquerda que permanece popular, é justamente a defesa dos serviços públicos e dos direitos do trabalhador, que são os principais meios de luta hoje existentes contra o poder dos detentores do capital.⁴⁴⁶

Porém, é notável que o socialismo tenha definhado no discurso político nos dias atuais, o que enfraquece as lutas concretas. Diante das críticas a Marx, sobre o fiasco da transição para o socialismo, “como prevista”, Bricmont responde que o fracasso se dera porque o sistema não é apenas capitalista, mas imperialista. Diz:

⁴⁴⁶ BRICMONT, agosto de 2007, p. 23.

Se o socialismo não se fez no século XX foi em grande parte porque os países onde o capitalismo havia engendrado um certo desenvolvimento cultural e econômico, onde existiam elementos de democracia e onde, conseqüentemente, a superação do capitalismo era de uma só vez possível e necessária eram também os países dominantes no sistema imperialista. Hoje, o imperialismo tem um efeito duplo: econômico de um lado, já que permite aos países dominantes transferir para a “periferia” uma parte das dificuldades que surgiriam se ela não existisse; e, por outro lado, de divisão dos trabalhadores em âmbito global. Isto porque os trabalhadores dos países “centrais”, tendo sempre usufruído de condições de vida bem melhores do que aquelas dos trabalhadores dos países “periféricos”, adquiriram com isso um sentimento de superioridade que tende a estabilizar o sistema.⁴⁴⁷

Jean Bricmont expande ainda mais o horizonte das discussões, pincelando a descolonização do século XX na Ásia e na África e, no século XXI, na América rebelde que finaliza a época histórica iniciada desde sua “descoberta”. Mas voltando à Europa, baliza um novo momento em que é forçoso buscar alternativas com o declínio do império americano sobre os países do sul, pois a direita europeia mimetiza as diretrizes norte-americanas, enquanto a esquerda radical ignora esse declínio. Assim, Bricmont considera que a derrota da esquerda na França se insere em um panorama maior, em que as esquerdas europeias ainda tateiam um novo caminho, sem pesadas bússolas teóricas nem discursos incendiados por “valores”, mas norteadas por uma discussão econômica. Por fim, pondera:

De imediato, é preciso evitar, a todo preço, que as populações ocidentais cedam aos fantasmas norte-americanos e israelenses da “guerra ao terror” ou do “islamo-fascismo”, aos quais já sucumbe uma grande parte da esquerda feminista francesa, republicana ou laica, entrando assim na longa tradição de incompreensão da esquerda ocidental com relação às lutas da “periferia”. No entanto, é muitas vezes daí que vêm as mudanças. A Revolução de Outubro, assim como a vitória da Rússia sobre o fascismo, teve um enorme impacto na descolonização e na possibilidade de se criar na Europa o “paraíso social-democrata”. A vitória dos povos colonizados favoreceu muitas transformações progressistas na Europa dos anos 1960. Se houver compreensão e se lhe for dada a devida consideração, a revolta atual na América Latina e no Oriente Médio proporcionará talvez a ocasião de novas revisões. E, quem sabe, um amanhã mais feliz.⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ BRICMONT, agosto de 2007, p. 24.

⁴⁴⁸ Ibid., p. 24.

3.2.5 OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS

Reinvenções na esquerda europeia e latino-americana pavimentam a contemporaneidade construída na revista. A arquitetura do mundo está na ordem do dia do século XXI, sob a égide idealista da construção de “um outro mundo possível”, partilhada por *Le Monde Diplomatique* e suas edições internacionais.

Até este ponto, discutimos as tendências antineoliberais e antiimperialistas de *Le Monde Diplomatique Brasil*. Resta ainda o terceiro pilar da revista: a questão altermundialista. Atualmente, as discussões sobre o futuro estão se assentando em um novo terreno mundializado, cada vez mais aberto à crítica e à contestação da globalização financeira contemporânea. A emergência de novos atores vem ocupar o terreno baldio deixado pelas desilusões revolucionárias do século XX.

O sentimento de vitória das direitas evaporou paulatinamente com as sucessivas crises financeiras mundiais, evidenciando as fragilidades do capitalismo neoliberal, catalisadas ainda com as paradas simbólicas de uma esquerda reacesa, horizontalmente internacionalizada, dos levantes zapatistas aos contestadores de Seattle, dos ativistas latino-americanos à intelectualidade francesa, das feministas camponesas aos ecologistas do Greenpeace, dos manifestantes urbanos aos críticos cibernéticos, dos indígenas bolivianos aos artistas independentes, do *Le Monde Diplomatique* ao Fórum Social Mundial. Tais atores são peças dispersas no tabuleiro geopolítico, sem dispor de uma centralização ideológica nos moldes senis da Internacional. Mas há um ponto que os une: a busca por outros mundos. E, a despeito do que prega o Fórum Social Mundial, ápice altermundialista inebriado pela esperança de “um outro mundo” possível, a construção deve ser conjugada no plural: outros mundos. Nesse sentido, é preciso reconsiderar a unidade dos movimentos sociais, passando à pluralidade de suas propostas, teses, visões de mundo construídas a partir de diversos horizontes geográficos, políticos e sócio-culturais.

Diante desse mosaico, é preciso considerar que o movimento altermundialista, que galvaniza essas diversas, e por vezes divergentes, tendências, ainda é uma nebulosa. As incertezas sintomáticas da contemporaneidade levam apenas à certeza de que é preciso promover transformações na sociedade, muito embora ainda se tateie o caminho a ser percorrido. Na corda bamba entre as bússolas teóricas e as trilhas realistas, os movimentos contemporâneos caminham sem marchar, isto é, reinventam seu *modus operandi* na dialética da globalização.

É no meio de campo que se desenrola a negociação, simbólica e empírica, em que as pessoas respondem às oportunidades e ameaçadas provocadas pela lógica dominante de estilo *top-down*, criando novas relações com os centros de poder. Na verdade, a negociação é menos uma afronta e mais uma estratégia, em que as pessoas buscam ensaiar alternativas possíveis nessa arena e sob as regras estabelecidas.

Para Boaventura de Souza Santos, a novidade dos novos movimentos sociais reside na ampliação da política, para além das fronteiras imaginárias entre o Estado e a sociedade civil.⁴⁴⁹ Trata-se da politização do social e do cultural, abrindo um campo maior para o exercício da cidadania que, idealmente, seria o pilar para uma sociedade civil planetária.

Além disso, outra novidade dos movimentos sociais contemporâneos está na sua articulação em rede que, em torno de valores comuns, definem seus adversários e redefinem a sintonização de suas propostas alternativas. Com Ilse Scherer-Warren⁴⁵⁰, a ideia de *redes* de movimentos sociais compõe uma referência aos rumos das ações dos movimentos, transcendendo as experiências empíricas, concretas e datadas dos atores coletivos. A rede corresponde a uma articulação maior, cuja lógica é conquistar visibilidade na esfera pública, como um “movimento dos movimentos”, como quer Antonio Negri, nos *Cadernos da América Latina* na edição argentina de *Le Monde Diplomatique*:

[...] *El movimiento de los movimientos nace, justamente, sobre una base que tiene el carácter de novedad teórica. Por lo tanto, se trata de interpretar la nueva figura que la democracia asume, la nueva figura del capitalismo y la nueva figura del poder; es decir, los límites de la democracia, los límites del desarrollo capitalista y los límites de la definición del poder moderno.*⁴⁵¹

Na articulação dos movimentos sociais contemporâneos, as páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil* se abrem para movimentos feministas, como o Movimento de Mulheres

⁴⁴⁹ SANTOS, Boaventura de Souza. “Los nuevos movimientos sociales”. In: *Revista del Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, n.º 5, setembro de 2001, p. 177-188.

⁴⁵⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. “Das mobilizações às redes de movimentos sociais”. In: *Sociedade e Estado*. Brasília: Universidade de Brasília, vol. 21, n.º 1, janeiro/abril de 2006, p. 109-130.

⁴⁵¹ NEGRI, Antonio. “El nuevo movimiento de los movimientos”. In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique*. Buenos Aires: Capital Intelectual, ano 10, n.º 115, janeiro de 2009, p. 1. Tradução livre da autora: “O movimento dos movimentos nasce precisamente em uma base que tem o caráter de novidade teórica. Portanto, trata-se de interpretar a nova figura que a democracia assume, a nova figura do capitalismo e a nova figura do poder, isto é, os limites da democracia, os limites do desenvolvimento capitalista e os limites da definição do poder moderno”.

Camponesas (MMC); rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); urbanos, como o Movimento Nossa São Paulo, o Fórum Nacional da Reforma Urbana e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e ecológicos, com o Instituto Socioambiental (ISA). A revista se articula com ONGs marcadas por uma trajetória política de luta pela democracia e busca de alternativas sustentáveis para a sociedade brasileira. Além disso, a própria revista se consolidou primeiramente a partir de três ONGs: Instituto Pólis, Instituto Paulo Freire e Instituto Abaporu.

Assim, *Le Monde Diplomatique Brasil* se abre como um campo de batalha para os movimentos contemporâneos, no jogo de visibilidade e invisibilidade nas redes. Uma batalha de palavras, na expressão de Armand Mattelart: “O que está em jogo é a arquitetura da ‘rede’ como base de uma nova ordem mundial. Mas quem controla a rede? Na disputa, o sentido das palavras desempenha papel decisivo. Pois quem domina as palavras domina as construções mentais que induzem as políticas”.⁴⁵² Diz Chomsky:

O movimento global pela justiça, sempre sob o foco da mídia na época de cada reunião do Fórum Social Mundial, trabalha na realidade durante todo o ano. É um fenômeno muito recente na história, que marca talvez o início de uma verdadeira Internacional. Seu principal cavalo de batalha é a existência de uma alternativa. Aliás, que melhor exemplo de uma globalização diferente do que o próprio Fórum Social Mundial? As mídias hostis chamam aqueles que se opõem à globalização neoliberal de “os antiglobalização”, quando, na verdade, eles lutam por uma outra globalização, a globalização dos povos. Podemos observar o contraste entre uns e outros, porque, no mesmo momento, ocorre o Fórum Econômico Mundial, que trabalha para a integração econômica planetária, mas somente em prol dos interesses das altas financeiras, dos bancos e dos fundos de pensão – potências que controlam também as mídias. É a concepção deles de integração global: uma integração a serviço dos investidores. As mídias dominantes entendem que somente essa integração global merece o título de globalização. Eis um belo exemplo de funcionamento da propaganda ideológica nas sociedades democráticas.⁴⁵³

A esperança assentada na construção de alternativas perpassa muitas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil*. É uma esperança na potência da ação coletiva para promover mudanças. Diante das sucessivas crises, a mudança torna-se uma palavra de ordem, nas

⁴⁵² MATTELART, Armand. “A batalha das palavras”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 36.

⁴⁵³ MERMET, Daniel. “América Rebelde: uma entrevista exclusiva com Noam Chomsky”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 6.

palavras de Sílvio Caccia Bava: “Mudar o mundo. Mudar as nossas sociedades. Mudar o modelo de desenvolvimento. Já há certo consenso de que chegamos ao limite. Ir além é arriscar a própria sobrevivência”.⁴⁵⁴ E:

A sociedade em que vivemos é a resolutive de conflitos. Os que ganharam impõem seu padrão de sociabilidade: a competição, o individualismo, a destruição do concorrente, a expansão predatória e sem limites, o domínio do território. Se o modelo neoliberal enfrenta cada vez maiores críticas e resistências, também é verdade que as mudanças necessárias são de tal magnitude que implicam rupturas, demandam verdadeiras mutações nas formas de ver o mundo, de produzir conhecimento, de atuar em sociedade. E a pergunta que se coloca é: quem serão os atores capazes de tamanha proeza?⁴⁵⁵

Responder a esta questão é o centro das discussões na agenda de *Le Monde Diplomatique Brasil*, sendo ele próprio um dos atores para alavancar tais mudanças. Um novo mundo, um novo olhar. Assim, as clássicas teorias revolucionárias evanescem, dando novas feições aos atores sociais e políticos:

Não podemos mais pensar nos termos clássicos do marxismo, que em sua análise histórica do final do século XIX e início do século XX, soube interpretar o conflito social entre o capital e o trabalho a partir da mobilização do proletariado. Hoje os atores são múltiplos e a polarização de interesses se dá de variadas formas. [...] Os novos atores sociais e políticos aprendem, com suas próprias experiências e com a de outros movimentos sociais, a recusar o lugar subalterno que as instituições da sociedade lhes destinaram, e que em muitos casos são herança colonial. Há uma transformação da subjetividade, a mobilização de energias que antes estavam paralisadas, sob controle. Essas mobilizações sociais afirmam a potência da ação coletiva.⁴⁵⁶

Apesar da aura de originalidade ao redor desses novos atores, Caccia Bava ressalva que as mobilizações não vieram ao mundo subitamente. Ao contrário, elas vêm se construindo há décadas, com a composição de redes, fóruns, confederações, um mosaico de movimentos

⁴⁵⁴ BAVA, Sílvio Caccia. “A potência da ação coletiva”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 21, abril de 2009, p. 3.

⁴⁵⁵ BAVA, abril de 2009, p. 3.

⁴⁵⁶ Ibid., p. 3.

em defesa da cidadania. “Mas serão esses movimentos sociais capazes de conquistar as maiorias e assegurar as mudanças que todos aspiramos?”⁴⁵⁷

Ruy Mauro Marini pondera:

Eis o desafio que se oferece para a esquerda latino-americana e que, se bem respondido, a levará a triunfar onde outros fracassaram: formular um projeto alternativo ao simulacro de democracia que está em curso. O desenho desse projeto não é assunto de gabinete, é matéria das lutas concretas que estão se dando. Mas, ainda rejeitando as armadilhas com que a burguesia tenta confundir as massas, ele resgatará as conquistas históricas que essas massas já alcançaram no seio da sociedade burguesa. Do mesmo modo, descartará as colocações dogmáticas e sectárias que querem fazer da unidade ponto de partida, para — começando pelo reconhecimento das tendências políticas e das correntes ideológicas existentes — pôr o pluralismo como critério fundamental de uma prática social livre e solidária.⁴⁵⁸

Os desafios são imensos. Ainda que as diversas correntezas ideológicas e bússolas teóricas apontem trilhas divergentes, o destino é convergente: a democracia. A proposta última das mais variadas vertentes é “democratizar a democracia”.

Trata-se de uma ousadia. E de um importante esforço para repolitizar a política; retomar a construção de um campo democrático e popular capaz de polarizar a disputa político-ideológica no interior da sociedade civil; e reintroduzir na agenda pública um debate que trate das questões substantivas da democracia: a defesa do interesse público, a participação cidadã, a redução das desigualdades sociais.⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ BAVA, abril de 2009, p. 3.

⁴⁵⁸ MARINI, Ruy Mauro. “A luta pela democracia”. In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 4.

⁴⁵⁹ BAVA, Sílvio Caccia. “Democratizar a democracia”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 3.

ANO 2 / NÚMERO 21 / ABRIL 2009

R\$ 8,90

IDEOLOGIAS

**UMA ESQUERDA
LIBERAL**

POR EVELYNE PIELLER

14

INTERNET

**LIMITES DA
WIKIPÉDIA**

POR MATHIEU O'NEIL

32

CULTURA POPULAR

**O CIRCO
NO BRASIL**

POR RODOLFO CASCAO

34

LE MONDE

diplomatique **BRASIL**

UM NOVO OLHAR SOBRE O MUNDO.

UM NOVO OLHAR SOBRE O BRASIL.

A FORÇA DAS RUAS

O papel das mobilizações sociais para enfrentar a crise
A construção de novas propostas na América Latina

POR GIUSEPPE COCCO E OSCAR VEGA CAMACHO

A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

POR CRISTOVAM BUARQUE, LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO, MARIANE KOSLINSKI
E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (FBSAN)

8

OTAN

A VOLTA DA FRANÇA

POR PHILIPPE LEVYRIE

10

EFEITOS DA CRISE

NACIONALIZAR OS BANCOS

POR SERGE HALIMI

38

LITERATURA

A PRIMAVERA DE KUNDERA

POR GUY SCARPETTA

Em abril de 2009, diante de uma economia real tragada pela crise do capitalismo financeiro, Giuseppe Cocco⁴⁶⁰ indicava que:

Se houvesse um momento mais importante que outros para pensar politicamente as dinâmicas, impactos e importância dos movimentos sociais, o ano de 2009 não poderia ser mais adequado. [...] O horizonte dos possíveis está aberto e indeterminado. Muito vai depender do que a práxis dos movimentos e das lutas sociais será capaz de constituir.⁴⁶¹

Para Cocco, a primeira impressão sobre os movimentos sociais contemporâneos é sua dispersão. Ao lado do dinamismo e da centralidade dos movimentos sociais, há uma série de “enigmas teóricos e políticos”: “Quando e como as lutas dispersas do dia-a-dia convergem em uma grande onda irresistível capaz de uma transformação radical, uma mudança de época, algo que de outra vez chamávamos ‘revolução’?”.⁴⁶²

Cocco teoriza sobre o *capital* que extrapola a arena econômica, uma vez que a acumulação se tornou uma “expropriação parasitária” do tempo de trabalho excedente e, sobretudo, das “excedências” de vida, como o conhecimento e a cultura. O *capital* se torna um *biocapital*, isto é, invade todas as esferas da vida, a ponto de incluir e explorar a todos na sua lógica, “pois todo o mundo é mobilizado em sua diversidade (cultural) e fragmentação (social), em qualquer lugar que se encontre”.⁴⁶³

Porém, nos momentos de crise, o *biocapital* está nu, uma vulnerabilidade que descortina a possibilidade de criar alternativas, por uma “multidão” produtiva e radicalmente democrática. A multidão não se trata de uma condição sociológica, tampouco de um fenômeno culturalista das tecnologias das redes. É um “fazer político” que evidencia a potência da ação coletiva. Para Cocco:

⁴⁶⁰ Giuseppe Cocco é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é autor, entre outros, de *Global - Biopoder* (Record, 2005), em co-autoria com Antonio Negri.

⁴⁶¹ COCCO, Giuseppe. “A riqueza dos pobres contra a pobreza dos ricos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 21, abril de 2009, p. 4.

⁴⁶² COCCO, abril de 2009, p. 4.

⁴⁶³ Ibid., p. 4.

A crise nos obriga a enfrentar esse desafio e, ao mesmo tempo, nos revela uma perspectiva política: aquela da alternativa ao mercado e ao Estado que, nos planos de socorro ao sistema financeiro, se revelam como as duas faces de uma mesma dinâmica da exploração. A alternativa é aquela indicada pelas próprias lutas: a defesa e a constituição de uma nova propriedade (da terra, dos serviços, da moradia, do conhecimento) e de uma nova distribuição da renda (uma renda universal de cidadania que reconheça a dimensão produtiva da vida como um todo), algo que chamamos de comum, a base comum da cooperação das singularidades. A constituição do comum é o horizonte de luta pela afirmação da riqueza dos pobres, diante da pobreza dos ricos e seus bancos quebrados. Essa riqueza é potência de significação, afirmação de uma poética da vida, o “fazer multidão” contra o prosaísmo insensato do neoliberalismo e de sua socialização antissocial.⁴⁶⁴

Assim, uma nova luz é lançada sobre os movimentos sociais contemporâneos, como o movimento do *copyleft* em prol da socialização do conhecimento; as lutas dos imigrantes ilegais nos Estados Unidos, dos clandestinos na América Latina e dos *sans papiers* na França; os *piqueteros* argentinos; os sem-terra no Brasil; os povos indígenas e os quilombolas. A multiplicidade de atores leva a formas de lutas múltiplas, como greves, manifestações, piquetes nas estradas, levantes quase insurrecionais e redes de produção:

Ora, a multiplicidade não é um obstáculo para que esses movimentos organizem sua autonomia e encontrem algumas convergências de novo tipo. Lembremos as grandes mobilizações mundiais para reivindicar nova governança global: foi o caso em Seattle e Gênova; assim como nas oceânicas manifestações contra a segunda guerra do Iraque.⁴⁶⁵

O Fórum Social Mundial é o espaço por excelência para o encontro dos novos e diversos movimentos. Idealizado como contraponto ao Fórum Econômico de Davos, o Fórum Social Mundial bradava que “o ‘pensamento único’ do capitalismo triunfante – em torno do qual os donos do mundo se reuniam em Davos – podia ser contestado pela utopia de um ‘outro mundo possível’”.⁴⁶⁶ A arquitetura deste mundo alternativo foi esboçada por Oded Grajew, Francisco Whitaker e líderes franceses da ATTAC, como Bernard Cassen, reunidos na redação francesa de *Le Monde Diplomatique*. Oded Grajew diz:

⁴⁶⁴ COCCO, abril de 2009, p. 5.

⁴⁶⁵ Ibid., p. 5.

⁴⁶⁶ WHITAKER, Chico. *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Loyola, 2005, p. 19.

O desconhecimento que temos sobre nós muitas vezes nos faz percorrer caminhos que não deveriam ser nossos. Foi este mecanismo de abrir espaços na minha vida para fantasiar e sonhar, de entrar em contato com diferentes culturas e pensamentos [...] de estar refletindo sobre as escolhas que me fez pensar que, se existe o Fórum Econômico Mundial, deveria existir o Fórum Social Mundial, para que cada um pudesse e devesse optar entre estas duas visões de mundo: uma sociedade em que as pessoas são instrumentos de interesses econômicos, são apenas produtoras e consumidoras, e uma sociedade em que a economia é um instrumento para promover o bem-estar de todos e em que as pessoas são acima de tudo cidadãos. Optar entre a competição e a solidariedade, entre a guerra e a paz. Acreditei e continuo acreditando que o Fórum Social Mundial ajudaria as pessoas a mudar a cabeça e perceber que o “fim da História” não chegou, que existem alternativas e que muitos são explorados por poucos, porque estes muitos não conseguem muitas vezes perceber e acreditar nas alternativas, se articular e se juntar para mudar.⁴⁶⁷

É interessante destacar os nós laçados entre *Le Monde Diplomatique* e o Fórum Social Mundial. A princípio, temos a crítica a “*la pensée unique*” (1995), expressão cristalizada por Ignacio Ramonet, na busca por uma nova “*manière de voir*”. Depois, a ideia de “*desarmer les marchés*” (1997), pontapé inicial para a formação da ATTAC, liderada por Bernard Cassen. Tempos depois, a primeira edição do Fórum (2001), na cidade brasileira de Porto Alegre, com a expressão utópica de que “um outro mundo é possível” e que, para Francisco Whitaker, se trata de “um modo de ver”. Finalmente, a estreia de *Le Monde Diplomatique Brasil* (2007) com a proposta de “um novo olhar sobre o mundo, um novo olhar sobre o Brasil”. Tais nós são os elos da mesma corrente.

É uma questão de perspectiva e de voz. A perspectiva é a reflexão, ao contemplar, mirar, observar, teorizar, ver. A voz é a práxis, ao argumentar, criticar, discutir, participar, propor. Talvez por esta singularidade seja difícil desvencilhar o jornalismo e o ativismo político de *Le Monde Diplomatique Brasil*. Do mesmo modo, não é de se admirar quem confia ao *Le Monde Diplomatique* francês a liderança no movimento altermundialista, enquanto arquitetos do Fórum.⁴⁶⁸ Na sua carta de princípios, é notável o quão ambiciosas são suas aspirações:

⁴⁶⁷ GRAJEW, Oded. “Prefácio”. In: WHITAKER, Chico. *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Loyola, 2005, p. 11-12.

⁴⁶⁸ SZCZEPANSKI-HUILLERY, Máxime. “*Les architectes de l’altermondialisme, registres d’action et modalités d’engagement au Monde Diplomatique*”. In: AGRİKOLIANSKY, Eric ; FILLIEULE,

O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.⁴⁶⁹

Para Francisco Whitaker, o Fórum é um espaço, não um “movimento dos movimentos”. É antes um momento privilegiado para o debate, uma rede marcada pelo pluralismo e pela horizontalidade, sem caráter deliberativo, sem documentos oficiais nem ultimatums revolucionários, sem líderes personalistas, sem vanguardas, sem bandeiras. Não se trata de uma nova Internacional, mas de um espaço para reunir antigos e novos movimentos no espectro das esquerdas. Além disso, Whitaker destaca que o encontro “não mudará o mundo; quem o mudará será a sociedade. O Fórum cumpre, na luta pela mudança, um papel unicamente intermediário”.⁴⁷⁰

Desde 2001, quando surgiu em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial (FSM) tornou-se uma referência da nascente cidadania de dimensões planetárias. Já em seu início surpreendeu pela capacidade de mobilizar milhares de pessoas em oposição à globalização econômico-financeira dominante, ao discurso ufanista de seus pregadores neoliberais. [...] [*O Fórum*] vem despertando a esperança onde antes grassava o desânimo, o sonho no lugar da desilusão e o ativismo onde parecia que nada poderia ser feito. A militância cidadã colocou na agenda pública mundial, em alto e bom som, a certeza de que “outros mundos são possíveis”, bem diferentes da homogeneidade de padrões culturais e de consumo, da exclusão social e da destruição ambiental, exacerbados pela globalização sob a lógica do mercado.⁴⁷¹

Além de Porto Alegre, o Fórum já foi realizado em cidades como Mumbai, na Índia (2004), Bamako, em Mali, Karachi, no Paquistão e Caracas, na Venezuela (2006), Nairobi, no

Olivier ; MAYER, Nonna (Orgs.). *L'altermondialisme en France: La longue histoire d'une nouvelle cause*. Paris: Flammarion, 2005.

⁴⁶⁹ WHITAKER, 2005, p. 27-28.

⁴⁷⁰ Ibid., p. 21.

⁴⁷¹ GRZYBOWSKI, Cândido. “Para onde vai o Fórum Social Mundial?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 28.

Quênia (2007) e Belém, no Pará (2009). No Fórum de 2009, as crises globais estavam no centro das discussões.⁴⁷² Crises decorrentes do cruzamento de vários fatores, como a mercantilização da vida e a urbanização díspar e predatória, mas principalmente as cadeias de efeitos econômicos perversos, cancerizando a economia real de vários países.

Para Bernard Cassen, a realização do primeiro Fórum foi uma guinada na geopolítica⁴⁷³, pois foi a partir da diversidade dos movimentos contrários à mundialização financeira neoliberal que se abriu um novo capítulo na história, com um “quefazer” democrático. Mas o Fórum encontra entraves ao longo de sua breve trajetória. O que une os diversos movimentos é a oposição, mas o que os separa é a desordem política e a anarquia teórica, com conflitos, transações e diálogos. Apesar de revitalizarem a política, é preciso considerar o limite e a imaturidade dos novos movimentos.

Todavia, *Le Monde Diplomatique Brasil* deixa claro de que lado das trincheiras está. Na linha de frente das mais diversas lutas, a revista se norteia por essas três diretrizes: o anti-neoliberalismo, o antiimperialismo e o altermundialismo. A partir disso, busca imprimir um viés crítico sobre as questões minadas na contemporaneidade.

Além de traçar um mapa-múndi pontilhado a partir de tais diretrizes políticas, tais questões substantivas são discutidas na revista com especial atenção à realidade sócio-econômica brasileira.

⁴⁷² NAKANO, Kazuo; MARX, Vanessa. “O que se discutiu no Fórum Social Mundial”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 21, abril de 2009, p. 30.

⁴⁷³ CASSEN, Bernard. “*Le tournant de Porto Alegre*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris : Le Monde Diplomatique SA, 2 de fevereiro de 2001. Disponível online em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/dossiers/portoalegre/>>.

3.2.6 BRASIL

Brasil, país dos desiguais. Este é o diagnóstico crítico de *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre os dilemas contemporâneos, fincados na herança secular da história nacional, que erodiu no nosso solo “a vastidão do espaço geográfico, a forte assimetria regional e as escandalosas desigualdades sociais”.⁴⁷⁴

Desde a Colônia (1500-1822), passando pelo Império (1822-1889) até a República (a partir de 1889), é notável não só a permanência, mas o acirramento das desigualdades no Brasil. Entre as razões capitais para as desigualdades, “a resposta talvez possa ser encontrada na estabilidade do conservadorismo no poder. Assim como a renda e a riqueza, o poder no Brasil encontra-se extremamente concentrado”.⁴⁷⁵ Há duas vias possíveis para dismantelar a concentração do poder: as revoluções e as reformas.

No Brasil, a estabilidade do poder minou a raiz das experiências revolucionárias, ao passo que as reformas, “muitas vezes identificadas como o cumprimento em migalhas de um longo processo revolucionário – têm sido fruto da cultura democrática”.⁴⁷⁶ Ainda assim, “o reacionarismo das elites que concentram o poder tem inviabilizado a concretização de reformas em um ambiente democrático. Na ausência de revolução e reformas, geralmente obstadas pelo conservadorismo, as políticas públicas ficaram no meio do caminho”.⁴⁷⁷

A esta paralisia sistêmica, Tânia Bacelar acrescenta uma máquina de desigualdades, montada em quatro engrenagens: a concentração dos meios de produção, uma vez que “a concentração da riqueza e a dificuldade de acesso aos meios de produção são traços históricos na formação brasileira”; a orientação da produção, “resultado do modelo de desenvolvimento seguido no país. Um modelo orientado para dois grandes mercados: o das elites e classe média alta brasileira e o externo”; o papel do Estado brasileiro, pois “quem patrocinou a oligopolização da base produtiva do país foi o Estado”.⁴⁷⁸ Quem estimulou a orientação da oferta de bens para o exterior e para a demanda das classes de renda alta e média foi o Estado. Aqui, ele não atua contra-arrestando as tendências naturais de uma economia capitalista. Atua

⁴⁷⁴ BACELAR, Tânia. “Globalização e território”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 8.

⁴⁷⁵ POCHMANN, Marcio. “O país dos desiguais”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 16.

⁴⁷⁶ POCHMANN, outubro de 2007, p. 16.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 18.

⁴⁷⁸ BACELAR, Tânia. “A máquina da desigualdade”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 6.

consolidando, reforçando, essas tendências”⁴⁷⁹; e a mentalidade das elites brasileiras, pois herdamos “quatro séculos de escravidão e menos de um século de libertação. E a visão dos que se situam no comando da sociedade ainda é a da escravidão, na qual o trabalhador é visto como alguém que existe para produzir”.⁴⁸⁰

Tais engrenagens ainda não foram freadas. As raízes dos dilemas estão fincadas na história nacional. O embate contemporâneo de ideias tampouco escapa a essa maquinaria, atuante sobre questões ambientais e sociais imbricadas, antes de tudo, em distintas visões para o desenvolvimento do País.

Entre as questões ambientais, o tom alarmante de *Le Monde Diplomatique Brasil* desliza para a crítica política e econômica sobre a exploração madeireira, a mineração predatória e o agronegócio: “O modelo econômico no qual essas formas de exploração se inscrevem – gananciosa, imediatista, concentrador – responde também, em escala planetária, pela ascensão das colunas de mercúrio dos termômetros”.⁴⁸¹ O editor Tadeu Arantes critica: “O que nos preocupa já não são os cenários de cidades volatizadas por cogumelos nucleares, mas de metrópoles inundadas pela elevação do nível dos mares; de regiões inteiras varridas por furacões; de populações em fuga, lutando por água e comida”.⁴⁸²

O tom apocalíptico nas críticas à exploração ambiental traduz o fato de que os homens abusaram tanto os recursos naturais renováveis a ponto de torná-los não-renováveis, ultrapassando todos os limites da natureza e, como um ultimato catastrófico, a revista nos convida à mobilização. “E agir enquanto é tempo”. Trata-se mais uma vez de repensar o futuro que se quer construir, pois:

O fato é que está em jogo o futuro. E esse jogo não poderá ser ganho sem um empenho multifacetado que vá da mudança dos hábitos individuais, e até mesmo das motivações mais íntimas, ao enfrentamento coletivo das grandes causas estruturais. É preciso, sim, fechar a torneira. Mas é preciso igualmente questionar os governos e também as grandes empresas privadas, que deveriam dar uma destinação mais útil à sua tão propalada “responsabilidade socioambiental”.⁴⁸³

⁴⁷⁹ BACELAR, novembro de 2007, p. 6.

⁴⁸⁰ Ibid., p. 7.

⁴⁸¹ ARANTES, José Tadeu. “Enquanto é tempo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 3.

⁴⁸² ARANTES, abril de 2008, p. 3.

⁴⁸³ ARANTES, José Tadeu. “A água, os jovens e o futuro”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 3.

O símbolo verde nas questões ambientais no Brasil certamente é a Amazônia. Afinal, “o Brasil abriga a maior floresta tropical do planeta, que está sendo devastada em ritmo alucinante”.⁴⁸⁴ O desmatamento e a queima da floresta amazônica põem o Brasil na berlinda internacional como o quarto emissor mundial de gases causadores do aquecimento global. Aliás, a Amazônia desperta a cobiça internacional, como se pode notar com as declarações de Al Gore (“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”), Mikhail Gorbachev (“O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”) e François Mitterrand (“O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”).⁴⁸⁵

Há uma lição a tirar dessas declarações nada inocentes. A sustentabilidade da soberania nacional é diretamente proporcional à legitimidade do Estado que deve exercê-la. No caso da Amazônia, não podemos nos furtar a uma análise cuidadosa da imagem projetada pelo país no exterior – onde os brasileiros são muitas vezes associados a aventureiros irresponsáveis que queimam sua maravilhosa floresta. As vacilações do governo brasileiro diante da necessidade inadiável de defender esse excepcional patrimônio, sua permeabilidade a interesses predatórios de grupos dominantes regionais, nacionais e transnacionais, sempre bem representados nas altas esferas do poder, tudo isto gera incerteza quanto à capacidade de o país se afirmar no contexto internacional como legítimo detentor da soberania sobre a região.⁴⁸⁶

Frente a isso, o governo federal tenta assumir as rédeas da Amazônia, com iniciativas como a Operação Arco de Fogo, com fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Polícia Federal. Mas o cenário é carregado de cinzas e incertezas:

⁴⁸⁴ ARANTES, abril de 2008, p. 3.

⁴⁸⁵ FASE. “Amazônia: sob a ação do fogo e da motosserra”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 9-10.

⁴⁸⁶ FASE, abril de 2008, p. 10.

Os indivíduos e entidades que defendem a Amazônia terão força suficiente para frear e desmontar essa máquina de destruição? A operação Arco de Fogo veio para ficar ou será, como outras, simples fogo de palha? [...] Um governo embalado pelo PAC, um congresso dominado por interesses estreitos e imediatistas, empresas cujas responsabilidades social e ambiental terminam quando seu lucro se vê ameaçado e uma sociedade bastante abúlica indicam que temos um longo e difícil caminho a percorrer. O problema é que a motosserra e o fogo estão indo rápido demais.⁴⁸⁷

A revista valoriza ainda as populações tradicionais na Amazônia:

As populações tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas etc.), em especial, constituem um patrimônio humano e cultural incalculável para o Brasil. Não devem ser vistas como sobrevivência do passado, pois se adaptam continuamente e, lhes sendo propiciadas condições para tal, habilitam-se como artífices centrais da construção de um projeto amazônico.⁴⁸⁸

Mas a questão das demarcações de fronteiras atiza mais discussões, como bem ilustra a disputa pela Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (RO).

Com inspirações das *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Hollanda ao *Macunaíma* de Mario de Andrade, Pedro Abramovay⁴⁸⁹ discute o confronto de visões de mundo para o Brasil, no caso de Raposa, revelador de uma série de contradições históricas e desafios para o futuro.⁴⁹⁰ Para Abramovay, a preservação das culturas amazônicas é essencial para a consolidação de nossa soberania, pois a soberania está muito além da guarda física das fronteiras: “para que ela exista, é necessária a consolidação de uma cultura brasileira, formada pelo pluralismo étnico, em que os nossos 220 povos indígenas sejam donos do seu destino, e não cidadãos exilados de suas terras, com seus direitos negados”.⁴⁹¹

⁴⁸⁷ FASE, abril de 2008, p. 8.

⁴⁸⁸ Ibid., p. 10.

⁴⁸⁹ Pedro Abramovay é secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

⁴⁹⁰ ABRAMOVAY, Pedro. “A guerra da raposa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 30-31.

⁴⁹¹ ABRAMOVAY, julho de 2008, p. 30.

A escultura de uma mão poderosa erguendo um mapa do Brasil no coração da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol: foi essa a maneira que os índios encontraram para demonstrar seu pertencimento ao povo brasileiro e o agradecimento pela homologação da sua morada. O decreto de 15 de abril de 2005, assinado pelo presidente Lula, reconhecia, por fim, uma luta de mais de 20 anos pela titulação daquela área. [...] O Brasil vem admitindo o direito das comunidades indígenas sobre suas terras desde a época colonial. A maioria das demarcações foi bem aceita pelas populações envolvidas e protege adequadamente a diversidade etno-cultural do país. Porém, a homologação da área de Raposa-Serra do Sol tornou-se o processo mais polêmico desde que nosso território fazia parte de Portugal.⁴⁹²

O que está em jogo é uma disputa de narrativas sobre a história da Amazônia para o Brasil: por um lado, a continuidade do modelo de desenvolvimento econômico que, ao longo dos séculos XIX e XX, privilegiou os países do Primeiro Mundo; por outro, um novo modelo de desenvolvimento, sustentável, plural e democrático, preservando a riqueza biocultural da região.⁴⁹³ As controvérsias provocadas pela homologação de Raposa-Serra do Sol, contestada por interesses conservadores do Exército e das oligarquias rurais, ilustra o confronto de distintas ideias para o Brasil. Pedro Abramovay pondera que:

A manutenção da terra indígena Raposa-Serra do Sol representa, neste momento em que completamos 20 anos de Constituição, a vitória de um projeto apontado pelo texto de 1988. Trata-se do projeto de Brasil que enxerga a Amazônia como uma oportunidade de consolidar um desenvolvimento com base no respeito ao meio ambiente, com distribuição de renda, e que enxerga os povos indígenas como brasileiros capazes de dar uma contribuição insubstituível para o país. Esperamos que se diga não à fissura desse projeto, que se rejeite a descontinuidade de Raposa-Serra do Sol para que o Brasil reafirme, com consistência, a opção por uma democracia efetiva e plural.⁴⁹⁴

Na perspectiva crítica de *Le Monde Diplomatique Brasil*, a Amazônia é permeada por quatro campos: o campo comprometido com a ideologia liberal, que renunciaria inteiramente a um projeto nacional para o Brasil e à defesa da Amazônia como patrimônio brasileiro; o campo desenvolvimentista, que reconhece a importância de uma presença ativa do Estado na

⁴⁹² ABRAMOVAY, op. cit., p. 30.

⁴⁹³ Ibid., p. 30.

⁴⁹⁴ Ibid., p. 31.

região, mas não hesita em reproduzir os padrões insustentáveis de produção e consumo dos países do Norte e desconsidera os povos amazônicos; um campo heterogêneo em que, sob o manto do nacionalismo, se acobertam interesses econômicos e políticos particulares; e um campo contra-hegemônico que, no contexto de um mundo em crise, preconiza um Brasil sustentável e solidário, comprometido com o exercício responsável da soberania nacional e com a defesa do patrimônio de “sociobiodiversidade” na Amazônia, em consonância com o desafio maior de assegurar a sobrevivência da humanidade e do planeta.⁴⁹⁵ Nesse sentido, para realmente transformar o presente, é preciso arrancar as antigas raízes em que se esteia o desenvolvimento nacional, ideia que dualisticamente confronta as alternativas:

[...] a diversificação agrícola contra a monocultura; a produção familiar e camponesa contra o agronegócio; a agroecologia contra o modelo da “revolução verde” e da “revolução genética”; a reforma agrária e a limitação do tamanho das propriedades contra o latifúndio; a manutenção dos ecossistemas contra a homogeneização do espaço; o reequilíbrio entre o mundo rural e o urbano e entre as grandes cidades e as pequenas e médias contra o esvaziamento do campo e a concentração urbano-industrial; o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas e o direito de retorno a elas pelos povos e populações tradicionais contra a expropriação dos direitos territoriais e a privatização do meio ambiente; os usos sociais da biodiversidade contra o patenteamento dos recursos energéticos; a soberania alimentar e o fortalecimento dos mercados locais e regionais contra o mercado mundial neoliberal; a segurança alimentar e nutricional contra o empobrecimento da dieta alimentar.⁴⁹⁶

Entre as duas alternativas, o presente não é dos mais animadores: entre o céu e o solo, o que se vê é um mundo poluído e maltratado. De acordo com o Relatório de 2007 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, os agravantes se alastrarão por todo o mundo: a elevação irreversível do nível dos mares, com consequências drásticas nas cidades costeiras; a potencialização de tempestades e ciclones; os impactos nas metrópoles conturbadas com as inundações; a escassez de água; a decadência das condições de vida; o aumento das migrações; o declínio da qualidade do ar.

⁴⁹⁵ FASE, abril de 2008, p. 9.

⁴⁹⁶ FASE. “Agronegócio e monoculturas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 22.

[...] E as vulnerabilidades às mudanças climáticas são potencializadas quando associadas a outras condições negativas, como pobreza e acesso desigual aos recursos, insegurança alimentar, tendência à globalização econômica, incidência de doenças endêmicas ou epidêmicas. Acrescente-se a isso a alta precariedade das condições de vida dos moradores das ruas, das favelas, dos cortiços, dos loteamentos clandestinos, das periferias das metrópoles.⁴⁹⁷

As discussões foram lançadas. O clamor por mudanças conquista cada vez mais visibilidade na esfera pública. Mas muitas propostas ambientalistas esbarram na cumplicidade tácita entre o setor econômico e o poder político. De um lado, espera-se uma resposta da sociedade civil, que parece desiludida e resignada, mas que deveria assumir a dianteira política e ética para transformar sua presença global. De outro, os movimentos sociais estão fluindo por canais menos espetaculares que as manifestações de massa e os protestos nas ruas, privilegiando uma articulação mais subterrânea e silenciosa nas redes sociais, abrindo uma agenda em que o ambientalismo se mostra na vanguarda dos movimentos sociais de nosso tempo. Ainda espera-se um posicionamento dos Estados, que deveriam apitar mais as diretrizes das corporações sobre as questões ambientais.

Entre esses três atores, abre-se uma nova arena para as discussões sobre o futuro que se espera, uma arena para a negociação dos interesses econômicos e políticos:

Os obstáculos são muitos e medidas de reversão das tendências de insustentabilidade certamente exigirão a sensibilização de muitos atores, a negociação de conflitos e a construção de novos pactos. No limite, atitudes corajosas de enfrentamento de interesses econômicos e políticos poderosos [...].⁴⁹⁸

Na esteira de encontros internacionais como a Conferência de Estocolmo (1972), a ECO Rio-92 (1992), a Cúpula de Joanesburgo (2002) e mais recentemente a Conferência de Copenhagen (2009), as questões ambientais passaram a protagonizar a agenda global. “Sustentabilidade” se tornou uma palavra-chave para o desenvolvimento contemporâneo. O Protocolo de Kyoto (1997) é um dos pontos mais discutidos atualmente, com o compromisso

⁴⁹⁷ COMARÚ, Francisco; MORETTI, Ricardo; KLINK, Jeroen. “O aquecimento e as cidades brasileiras”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 11.

⁴⁹⁸ COMARÚ, MORETTI, KLINK, abril de 2008, p. 13.

de reduzir em 5,2% as emissões de gases-estufa até 2012, em relação ao nível de 1990. Apesar das intenções idôneas do Protocolo, ainda é necessário que o Estado “reassuma seu papel e saiba arbitrar, a longo prazo, em prol do bem comum, sem se dobrar aos interesses de curto prazo dos lobbies”.⁴⁹⁹ *Le Monde Diplomatique Brasil* critica as manipulações possíveis do Protocolo de Kyoto, com o lobby dos maiores poluidores mediante “licenças de emissões negociáveis”, “cotas de carbono”, isto é, avalizando os “direitos de poluir”.⁵⁰⁰

Na busca por novas rotas para o desenvolvimento sustentável, seria preciso abandonar radicalmente o modelo de desenvolvimento dominante, marcado pela imposição de altíssimos padrões de consumo, construído graças à instrumentalidade das extraordinárias descobertas científicas, à superexploração do trabalho humano e à subordinação das sociedades periféricas, que se tornaram um manancial inesgotável de riquezas aos países centrais.

Assistimos a uma mercantilização crescente e tentacular associada ao desenvolvimento. Cultura, lazer, produção intelectual, corpos, natureza... tudo se vende, tudo se compra. Desaparecem as noções de bens públicos, de conhecimento como patrimônio coletivo, das sementes como herança comum, gerida imemorialmente pelos agricultores, de territórios conservados e manejados por povos e populações tradicionais. A “artificialização” do mundo e da relação com a natureza se dá sob a égide das grandes corporações.⁵⁰¹

Atualmente, não bastam medidas paliativas para arcar com os reveses ecológicos. O vento semeado por tanto tempo, só poderia trazer as atuais tempestade, evidenciando a fúria da natureza nos últimos tempos. “A crise é tão profunda que o único caminho seguro e responsável para um desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável é a mudança radical de paradigma”.⁵⁰² Uma mudança que:

⁴⁹⁹ BOVET, Philippe; SINAÏ, Agnes. “O desafio climático”. In: *Le Monde Diplomatique*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 23.

⁵⁰⁰ BERNIER, Aurélien. “As manipulações do Protocolo de Kyoto”. In: *Le Monde Diplomatique*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 17.

⁵⁰¹ LEROY, Jean Pierre. “O impacto sobre o meio ambiente”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 8.

⁵⁰² LEROY, julho de 2008, p. 8.

[...] pode ajudar a não nos contentarmos com o pragmatismo ecológico que ameaça se impor como único caminho para o futuro. Coloca-se como horizonte para que trilhemos outra rota possível, que leve progressivamente o país a um desenvolvimento realmente sustentável. É aqui que se coloca o grande desafio: fazer com que novos projetos e novas formas de desenvolvimento convivam com o modelo antigo e hegemônico, na esperança de que possam um dia mostrar sua superioridade sobre este ao responderem melhor aos impasses sociais e ambientais que nos aguardam.⁵⁰³

A respeito das questões ambientais, Ricardo Abramovay⁵⁰⁴ e Bruno Milanez⁵⁰⁵ duelaram intelectualmente no *Le Monde Diplomatique Brasil*, com pontos de vista distintos sobre as relações entre o ambientalismo e as corporações.

Para Abramovay, há uma tendência inédita de elaboração de indicadores ambientais, que antes não faziam parte das referências que pautavam a vida das empresas.⁵⁰⁶ Para abordar essa questão, conta como eixo teórico os estudos Andrew Hoffman, da Universidade de Boston, e Olivier Godard e Thierry Hommel, da École Polytechnique de Paris.

“Ambientalismo corporativo” expressaria uma transformação recente e significativa nas estratégias empresariais dos grandes grupos econômicos. Mais do que cumprir as leis e evitar desastres ecológicos, sobretudo nos setores químico e petrolífero, o ambientalismo corporativo traz a discussão ao interior das empresas, não mais como “externalidades” de sua lógica. Abramovay cita ainda as mesas-redondas realizadas entre empresas e entidades como WWF, Greenpeace, The Nature Conservancy e Conservancy International. Tais tendências passariam a determinar decisões econômicas, pressupondo que “a empresa não é uma caixa-preta imune à pressão social”. Logo, Abramovay vê:

⁵⁰³ LEROY, op. cit., p. 9.

⁵⁰⁴ Ricardo Abramovay é professor titular na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e integrante do Conselho Editorial de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

⁵⁰⁵ Bruno Milanez é doutor em Política Ambiental pela Lincoln University e tecnólogo da Fundação Oswaldo Cruz.

⁵⁰⁶ ABRAMOVAY, Ricardo. “Ambientalismo empresarial”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 21.

[...] um convite para estudar os mercados não como pontos de equilíbrio neutros, impessoais, entre agentes independentes entre si e sim como estruturas sociais. Os mercados possuem dimensões não-econômicas que não podem ser abstraídas de seu funcionamento. O funcionamento dos mercados é tributário das redes sociais e neste sentido é muito útil abordá-los sob uma perspectiva político-cultural.⁵⁰⁷

Além disso, considera que:

[...] o tão propalado ceticismo contemporâneo que constata, desolado, o acanhamento dos movimentos sociais e uma espécie de conformismo generalizado talvez não seja verdadeiro. O mais provável é que as aspirações e as demandas sociais estejam fluindo por canais menos espetaculares que os das grandes manifestações de massa, mas chegando a transformar dimensões cotidianas essenciais da vida social. Faz parte, é bem verdade, daquilo que Max Weber chamou de desencantamento do mundo. Mas abre caminho para uma agenda em que o ambientalismo se mostra, mais uma vez, na vanguarda dos movimentos sociais de nosso tempo.⁵⁰⁸

Bruno Milanez se mostra avesso a tais ideias. Para Milanez, Abramovay falha ao não contar com o olhar crítico que caracteriza a revista, além de recorrer a explicações teóricas e exemplos “que parecem mais legitimar o atual modelo de desenvolvimento do que questioná-lo”.⁵⁰⁹ Na verdade, Milanez critica a ideia de que as empresas voluntariamente aderem a práticas ambientais “politicamente corretas”, uma vez que as chaves “responsabilidade social” e “sustentabilidade” correspondem mais a estratégias puramente marqueteiras e publicistas do que a valores ecológicos.

Inicialmente, Milanez critica o referencial teórico de Abramovay, que se ancora em estudos norte-americanos e europeus, argumentando que se *Le Monde Diplomatique Brasil* “se propõe a lançar ‘um novo olhar’ sobre determinados problemas deveria buscar visões alternativas e valorizar pesquisadores de países africanos, asiáticos e, no nosso caso particular, latino-americanos”.⁵¹⁰ Além disso,

⁵⁰⁷ ABRAMOVAY, outubro de 2007, p. 21.

⁵⁰⁸ Ibid., p. 21.

⁵⁰⁹ MILANEZ, Bruno. “Crítica ao artigo sobre ambientalismo empresarial”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 19.

⁵¹⁰ MILANEZ, dezembro de 2007, p. 19.

Estudos sobre práticas ambientais corporativas normalmente consideram aspectos como capacidade institucional do governo, acesso das empresas a financiamento e tecnologia, consciência ambiental da população, poder aquisitivo dos consumidores, ideologia e grau de profissionalização dos movimentos sociais, entre outros.⁵¹¹

Milanez ousa ainda mais ao dizer que:

Pensadores que defendem o modelo de desenvolvimento vigente e a ideologia neoliberal têm por hábito afirmar, com relação ao campo ambiental, que o Estado não é dotado de capacidade técnica ou institucional para tomar medidas adequadas. Com base nessa argumentação, essas pessoas defendem a auto-regulação e as iniciativas voluntárias de “responsabilidade corporativa” como o melhor instrumento para a gestão ambiental.⁵¹²

Posteriormente, Abramovay publica sua tréplica, respondendo às críticas recebidas. Ele sustenta a tese de que as empresas não são uma “caixa preta” isolada às pressões sociais. Responde assim à crítica: “Acusar de neoliberais os que acreditam na capacidade de o mundo social interferir no que fazem as empresas é preferir o conforto da retórica aos desafios mais difíceis da mudança social”.⁵¹³ Abramovay valoriza ainda o espaço aberto por *Le Monde Diplomatique Brasil* para as discussões plurais e ideias antagônicas:

⁵¹¹ MILANEZ, op. cit., p. 19.

⁵¹² Ibid., p. 19.

⁵¹³ ABRAMOVAY, Ricardo. “Dogmas ambientais”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 34.

O jornalismo responsável tem a missão básica de trazer um conjunto de fatos e análises que ampliem a capacidade do leitor de interpretar a complexidade do mundo em que vive. A natureza crítica dessa atividade não pode consistir na denúncia das várias dimensões de um suposto “modelo dominante” (na agricultura, na indústria, na macroeconomia, na cultura), cujas leis gerais já são suficientemente conhecidas e do qual cabe ao jornal exprimir os exemplos. Nem tampouco em julgar que as alternativas a esse modelo já estão dadas. [...] No caso de um jornal, a ideia de que existe uma compreensão integrada, clara, organicamente articulada entre a maneira como funciona a sociedade e as razões que explicam suas crises (seu modelo dominante) só poderia conduzir ao conforto do dogmatismo. A marca decisiva de um jornalismo de qualidade está justamente em apontar fatos e interpretações da realidade que vão além do senso comum e daquilo que o leitor já sabe.⁵¹⁴

Assim, mais interessante do que as controvérsias suscitadas pelas relações entre políticas ambientalistas e empresas é o fato de que os autores tiveram a oportunidade e o espaço para discordar na revista. Milanez diz: “Confio na seriedade da equipe de *Le Monde Diplomatique Brasil* e, por acreditar no projeto de um jornalismo crítico e independente, redigi esta crítica”.⁵¹⁵

Por fim, a quadréplica e última correspondência entre os autores está na carta de Milanez: “Gostaria de dizer que percebo *Le Monde Diplomatique* como um espaço democrático onde, através do diálogo, tentamos aprimorar nossa percepção sobre os desafios que a sociedade enfrenta”.⁵¹⁶

Para atender às marcas editoriais de “jornalismo crítico e independente”, *Le Monde Diplomatique Brasil* se equilibra entre o peso das críticas (as posições políticas claras de muitos autores) e a maleabilidade da independência (as discussões). Muitas vezes, porém, a revista desliza na independência, resvalando nas análises tendenciosas.

Nas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil*, duas personalidades marcam as discussões ambientais na política contemporânea no Brasil: Fernando Gabeira e Marina Silva. Para Tadeu Arantes, a passagem de Marina Silva (de ministra do Meio Ambiente pelo PT a senadora e candidata à presidência pelo PV) simboliza o confronto de dois modelos de desenvolvimento:

⁵¹⁴ ABRAMOVAY, março de 2008, p. 34.

⁵¹⁵ MILANEZ, dezembro de 2007, p. 19.

⁵¹⁶ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n. ° 9, abril de 2008, p. 2.

A saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente constituiu um episódio dramático da mais importante batalha travada atualmente no país. Falamos do confronto entre dois modelos de desenvolvimento: aquele que não reconhece outra lógica que não seja a da acelerada realização e acumulação do capital; e aquele que, para além da retórica e em prol da sobrevivência no presente e da perspectiva de um futuro, incorpora com realismo, mas também com firmeza, efetivos parâmetros sociais e ambientais. Marina, com sua trajetória admirável, faz parte do segundo time.⁵¹⁷

Quanto à trajetória de Fernando Gabeira – de militante do PV (1986-2000), com uma breve passagem pelo PT (2001-2003) e o retorno ao PV (a partir de 2005) – José Tadeu Arantes diz:

Se há uma acusação que ninguém pode fazer a Gabeira é a de ser um indivíduo acomodado. Jovem e promissor repórter do *Jornal do Brasil*, dono de um texto brilhante, poderia, como tantos colegas de profissão, ter circunscrito sua oposição à ditadura militar às frases de efeito proferidas nas mesas dos bares. Mas resolveu partir para as chamadas “vias de fato”, juntando-se à guerrilha urbana do MR-8, e participando do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick – fato de que se penitenciaria mais tarde em seu livro *O que é isso, companheiro?*⁵¹⁸

Le Monde Diplomatique Brasil publicou uma entrevista de Sílvio Caccia Bava com Fernando Gabeira à época de sua candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro. Para Tadeu, Gabeira participa do “processo de renovação ideológica e comportamental que empolgou a juventude bem-pensante dos anos 1980, órfã da falência das esquerdas tradicionais”.⁵¹⁹

Vale ressaltar que o deputado integra o Conselho Editorial de *Le Monde Diplomatique Brasil*. A entrevista suscitou uma resposta da carioca Graça Portela, que indica uma “certa tendência da mídia” em transformar Fernando Gabeira em um “Barack Obama Carioca”, simbolizando um leque de mudanças:

⁵¹⁷ ARANTES, José Tadeu. “Desenvolvimento e meio ambiente”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 3.

⁵¹⁸ ARANTES, José Tadeu. “Sempre em movimento”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 6.

⁵¹⁹ ARANTES, abril de 2008, p. 6.

[...] não acho correto que em pleno ano eleitoral se privilegie este ou aquele candidato, como na publicação desta entrevista na edição de abril. Desculpem-me, mas para mim ficou maculada a imagem de independência jornalística de *Le Monde Diplomatique Brasil*.⁵²⁰

Além da atenção especial a Marina Silva e Fernando Gabeira, outros políticos marcaram presença nas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil*, com artigos assinados por Soninha Francine (PPS)⁵²¹ e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL)⁵²², ambos integrantes do Conselho Editorial, além do ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil (PV).⁵²³

A independência editorial de *Le Monde Diplomatique Brasil* é ainda mais arranhada com a cobertura dos movimentos sociais, principalmente o MST, a ponto de Janaína Stronzake dar brados de luta nas suas páginas: “Globalizemos a luta! Globalizemos a esperança! Nós passaremos!”.⁵²⁴ E: “No atual momento histórico, a missão do movimento se traduz na luta direta contra o capital, que ameaça o campesinato por meio do agronegócio”.⁵²⁵ Nestes pontos, a revista vacila e perde o tom, pondo em risco sua independência ao misturar “crítica” ferrenha com “posição política” incendiária.

Entre os desafios enfrentados pelo MST, Maíra Kubík Mano pondera que:

⁵²⁰ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 2.

⁵²¹ FRANCINE, Soninha. “Craques”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 14-15.

⁵²² SAMPAIO, Plínio de Arruda. “Populismo ou revolução?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 13.

⁵²³ GIL, Gilberto. “Por uma segunda abolição”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 10.

⁵²⁴ STRONZAKE, Janaína. “As guerreiras do MST”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 16.

⁵²⁵ CONTE, novembro de 2007, p. 18.

Se a política agrícola brasileira fosse diferente, talvez o país não sofresse com a crise mundial de alimentos. Esse é um dos argumentos utilizados pelos sem-terra para chamar a atenção para a precarização das áreas de reforma agrária: falta infra-estrutura, escolas, postos de saúde, enfim, tudo. [...] A viabilidade das áreas de reforma agrária é um tema bastante espinhoso para o maior movimento social brasileiro. Afinal, o sucesso dos assentamentos é seu principal trunfo para legitimar a justa distribuição de terras no país. Mas a verdade é que há problemas, muitos deles intransponíveis e fora da alçada dos sem-terra, que impedem o progresso dessas experiências. E encará-los significa, antes de tudo, olhar do outro lado das cercas, para os latifúndios monocultores. [...] O desânimo deve passar em breve: em 5 de julho os sem-terra finalmente vão deixar as lonas pretas, depois de quatro anos assentados, e inaugurar suas casas. É um desses sopros de esperança que sempre vêm para animar aqueles que defendem um outro projeto de mundo.⁵²⁶

Não é preciso muito para notar que a cobertura dos movimentos sociais beira o lastimável na mídia *mainstream*. Muitas vezes, a imprensa ironiza os movimentos ecológicos, vilipendia os ativistas políticos, pasteuriza os movimentos étnicos, vilaniza os sem-terra, enfim, banaliza o politicamente correto e as discussões. Por esta razão, ao ceder espaço aos movimentos sociais, *Le Monde Diplomatique Brasil* mais compensa as lacunas editoriais da grande imprensa. Sem aderir a um estilo panfletário, a revista primordialmente se abre para questões tão desprezadas por outros veículos. Mas a linha entre o jornalismo e o ativismo político é muito tênue na revista, talvez por justamente não pretender separar os dois campos. A proposta de “democratizar a democracia” é vital para a revista, reunindo contribuições de diversos movimentos sociais unidos por uma revolta contra as desigualdades contemporâneas.

Nas palavras de Sílvia Caccia Bava, *Le Monde Diplomatique Brasil* quer se posicionar como “um instrumento para dinamizar o debate público em torno de uma agenda, que está tentando buscar alternativas de desenvolvimento para o país. Uma agenda que tem questões como a radicalização da democracia, a equidade social, a justiça social”.⁵²⁷ Assim, as discussões içadas pela revista não nasceram aleatoriamente, pois não é a revista que pinça a realidade que quer tratar, mas a emergência de novos processos na realidade que pauta suas páginas: “Nós estamos dando voz a processos sociais, articulados, legisladores, quer dizer, não somos nós que estamos inventando a proposta”, diz.

⁵²⁶ MANO, Maíra Kubik. “Desafios dos assentamentos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 16-17.

⁵²⁷ Sílvia Caccia Bava, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010.

Frente ao risco de se tornar panfletário e partidarizado, calcanhar de Aquiles do *Le Monde Diplomatique Brasil*, Maíra Kubík Mano diz que a revista busca se desviar totalmente dessas rotas, pois cairiam na vala comum da imprensa de “gueto”. “O papel do *Diplô* é ser um campo de debates. Um instrumento para colocar grandes questões nacionais e internacionais em debate, dar pontos de vista diferentes”, diz. Assim, ela esclarece que:

Por estarmos dentro de uma ONG [*Instituto Pólis*], isso já muda o lugar de onde partimos. É um lugar de articulação da sociedade, não é um lugar partidarizado, nem panfletário, porque não temos um objetivo político de tomar o poder, como um partido. Na década de 80, as ONGs surgem com força no Brasil com esse objetivo de ser um canal de diálogo, um instrumento que canalize as pressões da sociedade e as iniciativas do governo. [...] Então, isso muda bastante a natureza do jornal em relação a outras publicações. [...] Nós damos espaço para que a sociedade saiba que os movimentos existem – mas isso não atrela o jornal a determinados pontos de vista. E é preciso entender o jornal do ponto de vista inicial que, no contexto de globalização, ele se posiciona de uma forma crítica. E isso significa dar espaço para movimentos que tenham um ponto de vista crítico também.⁵²⁸

Assim como a editora, Sílvio Caccia Bava recusa veementemente tais riscos:

Não tem nada de panfletário. Inclusive, nós temos o cuidado de contrapor posições dentro do jornal. Não nos interessa travar um debate com a direita, por exemplo. Mas um debate dentro do campo progressista, nós temos muito interesse, para torná-lo plural e aprofundar as questões. [...] Aqui, temos o Fernando Gabeira [*PV*], a Marina Silva [*PV*] e o José Eduardo Martins Cardozo [*PT*] como entrevistados. Nós não estamos dando as costas para a política. Mas nós estamos escolhendo nossos interlocutores a partir dos temas que estamos tratando. Agora nós estamos preparando uma edição que tratará da corrupção e da política. Nós convidamos o José Eduardo. Se não fosse ele, se fosse o Miro Teixeira [*PDT*] ou se fosse, enfim, qualquer outro partido, nós iríamos apresentar da mesma maneira a questão: por que um político, com chance de se eleger de novo, desiste de fazer campanha por conta dos constrangimentos dos financiamentos de sua campanha? O que nos interessa não é o político, mas os constrangimentos. Então, é parte da linha editorial não ter alinhamento partidário.⁵²⁹

⁵²⁸ Maíra Kubík Mano, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010.

⁵²⁹ Sílvio Caccia Bava, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010.

Além disso, o público-alvo de *Le Monde Diplomatique Brasil* é um fator a se considerar. O editor conta que a revista cumpre um papel de referência para o debate, como ponto de partida para discussões com parlamentares no Congresso Nacional, intelectuais nas universidades, estudantes nos centros acadêmicos. Logo, inicia o debate com formadores de opinião que, por sua vez, dão continuidade aos diálogos com a sociedade civil. Assim como a maioria das publicações, *Le Monde Diplomatique Brasil* versa o clássico álbi: “Os artigos assinados refletem o ponto de vista de seus autores. E não, necessariamente, a opinião da coordenação do periódico”. Mas seria um truismo considerar que a opinião dos seletos autores não se vincula às posições da revista. Ademais, o próprio elenco de autores (entre jornalistas, articulistas, ativistas sociais, economistas, políticos, sociólogos etc.) já pressupõe uma seletividade que avaliza a autoridade dos artigos publicados. Para ele, o trunfo de *Le Monde Diplomatique Brasil* está na possibilidade de “ampliar e difundir ideias e propostas, que é o ‘núcleo duro’ da nossa discussão”.⁵³⁰

A politização da revista continua a transparecer na proposta “democratizar a democracia”, que revisita as diretrizes da Plataforma dos Movimentos Sociais:

A Reforma Política que defendemos visa à radicalização da democracia, para enfrentar as desigualdades e a exclusão, promover a diversidade, fomentar a participação cidadã. Isso significa uma reforma que amplie as possibilidades e oportunidades de participação política, capaz de incluir e processar os projetos de transformação social que segmentos historicamente excluídos dos espaços de poder, como as mulheres, os/as afrodescendentes, os/as homossexuais, os/as indígenas, os/as jovens e os despossuídos de direitos de uma maneira geral, trazem para o debate político. Não queremos a “inclusão” nesta ordem que está aí. Queremos mudar tal ordem. Por isso, pensamos o debate sobre a Reforma do Sistema Político como um elemento-chave na crítica das relações que estruturam este mesmo sistema. Entendemos que o patrimonialismo e o patriarcado a ele associado; o clientelismo e o nepotismo que sempre o acompanha; a relação entre o populismo e o personalismo, que liminam os princípios éticos e democráticos da política; as oligarquias, escoltadas pela corrupção e sustentadas em múltiplas formas de exclusão (pelo racismo, pelo etnocentrismo, pelo machismo, pela homofobia e outras formas de discriminação) são elementos estruturantes do atual sistema político brasileiro que queremos transformar.⁵³¹

⁵³⁰ Sílvia Caccia Bava, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010.

⁵³¹ BAVA, Sílvia Caccia. “Democratizar a democracia”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 3.

Le Monde Diplomatique Brasil se alegra ao ponderar que tais iniciativas expressam a vontade de mudança presente em muitos atores da sociedade civil, pondo o Brasil em sintonia com a tendência que perpassa a América Latina, “recusando o jogo tradicional das elites e trazendo ao palco político as aspirações das grandes maiorias”.⁵³²

A partir de novembro de 2005, uma rede de entidades da sociedade civil liderou a construção de uma plataforma dos movimentos sociais para a reforma do sistema político brasileiro. A rede aglutina muitos movimentos, como o Fórum de Reflexão Política, o Fórum Nacional de Participação Popular, o Fórum Nacional da Reforma Urbana, o Coletivo Intervenções, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e o Observatório da Cidadania. A abertura e o diálogo com tais movimentos é uma marca de *Le Monde Diplomatique Brasil*, pois dá vez e voz para os atores políticos de nosso tempo. Para Caccia Bava, a conquista da democracia está diretamente atrelada à educação dos cidadãos:

E a melhor educação em política é a participação ativa – o que implica em uma transformação das instituições que permita e estimule a participação. Por estas razões é que destacamos, em nosso editorial, a importância da iniciativa da Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma do Sistema Político Brasileiro. Porque ela se propõe a contribuir para o fortalecimento de um campo democrático e popular, sem o qual as propostas de reforma política não terão sustentação social e o debate permanecerá tolhido pela lógica da política instrumental: mudar algo para não mudar nada.⁵³³

Por fim, considera que a construção democrática convoca transformações no poder, amparadas na esperança “de um futuro possível ou utópico que ajude a suportar os sofrimentos do presente trazendo as perspectivas de sua superação”.⁵³⁴

⁵³² BAVA, fevereiro de 2008, p. 3.

⁵³³ BAVA, Sílvia Caccia. “A construção democrática e o futuro”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 4.

⁵³⁴ BAVA, fevereiro de 2008, p. 3.

3.3 QUESTÕES MIDIÁTICAS

Na primeira edição de *Le Monde Diplomatique Brasil*, Armand Mattelart⁵³⁵ discorre sobre a mídia atual na sociedade da informação. Sua primeira constatação é certa: “O mercado das palavras se reduziu às palavras do mercado”.⁵³⁶

A lógica capitalista no mercado cultural é assim esboçada por Patrick Vassort:

A produção capitalista apóia-se igualmente sobre a racionalidade do tempo de trabalho. A produtividade é somente uma relação entre a produção e o tempo. É necessário que, em um intervalo de tempo determinado, se produza sempre mais. Aí está a filosofia do recorde. A aceleração da velocidade de produção dos bens de consumo e dos bens culturais sustenta-se sobre o rebaixamento da qualidade, sobre o desaparecimento da complexidade, e, finalmente, sobre a dominação dos seres. Não é esse o modelo de organização que caracteriza os fluxos de informação? Não é esse o modelo de nossa sociedade do espetáculo?⁵³⁷

A sociedade do espetáculo se encontra com a sociedade do consumo no *Le Monde Diplomatique Brasil*. A vida regida pelo consumo, no fascínio da felicidade, do corpo, do luxo e de todas as “*commodities* reféns”⁵³⁸ nas engrenagens maquinadas por um consumo da velocidade e da informação. Para Barcellos, a sociedade de consumo “é uma singularidade histórica. Tornamo-nos *Homo consumericus*”:

⁵³⁵ Armand Mattelart é professor emérito da Université Paris VIII, autor de *História das Teorias da Comunicação* (Loyola, 2005), *Pensar as mídias* (Loyola, 2004), *Comunicação-mundo* (Vozes, 1996), entre outros.

⁵³⁶ MATTELART, Armand. “A batalha das palavras”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 36, grifo nosso.

⁵³⁷ VASSORT, Patrick. “Sade e o espírito do capitalismo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 28-29.

⁵³⁸ BARCELLOS, Gustavo. “A alma do consumo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 17, dezembro de 2008, p. 6.

O consumo acontece ao lado de outros fenômenos importantes que marcam e que estão no centro do novo tempo histórico: o espetáculo midiático, a comunicação de massa, a individualização extremada, o hipermercado globalizado, a poderosíssima revolução informática, a internet. [...] O mercado se apossa do que não estava no mercado, e que talvez a ele mesmo não pertença; tudo é absorvido pelo modelo consumista: amor, relações, espiritualidade, direitos humanos etc. A hipertrofia mercurial da comunicação, da informação, reflete uma aceleração da troca. A troca dispara.⁵³⁹

Eis o imperativo do mercado: “Maravilhar para seduzir”.⁵⁴⁰ O mundo se tornou uma *megastore*, armada com uma fábrica de desejos, cujas peças-chaves são as indústrias e as tais indústrias culturais, com toda a sorte de “armadilhas invisíveis” para capturar seus desejos mais íntimos e fabricar novos desejos, fontes para o círculo vicioso, ciranda das pulsões contemporâneas do espetáculo e do consumo, como lamenta o jornalista Franck Mazoyer: “O consumidor, pobre coitado, não tem consciência de nada disso. O estímulo é feito completamente à sua revelia”.⁵⁴¹

Com as novas tecnologias na engenharia das telecomunicações, a informação passou a figurar como um “cavalo de Tróia”, invadindo a sociedade como matéria-prima imaterial para os produtos culturais *à la carte* nas mídias, “apartando-se da cultura como produção dos sentidos e da memória”.⁵⁴² Uma vez clivada entre a cultura e o mercado, passa a nos designar como a “sociedade da informação”. Para Mattelart, essa história pode começar a ser lida no contexto da guerra fria, pois:

⁵³⁹ BARCELLOS, dezembro de 2008.

⁵⁴⁰ MAZOYER, Franck. “A fábrica do desejo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 34.

⁵⁴¹ MAZOYER, abril de 2008, p. 34.

⁵⁴² MATTELART, agosto de 2007, p. 36.

Desde os anos 1950, se desenham, nos Estados Unidos, as premissas teóricas da “sociedade pós-industrial”, que, a partir dos anos 1970, seria metamorfoseada em “sociedade da informação”. Coloca-se agora em campo um discurso de combate relativo à “sociedade”, orientado pelo primado da ciência e da inteligência artificial, e baseado no anúncio dos “fins”: fim da ideologia, fim da política, fim da luta de classes, fim da intelectualidade contestadora [...]. Nos anos 1960, a tese principal era que a convergência do telefone, da televisão e do computador estava em vias de transformar o mundo em uma “aldeia global”. Mas a única potência que atingiu esse estágio foram os Estados Unidos. Suas indústrias culturais e redes de informação e comunicação veiculam os valores de um novo universalismo. A sociedade global será então a extrapolação do arquétipo nascido nos Estados Unidos. O tempo das relações de força imperiais passou. A “diplomacia das canhoneiras” dará lugar a uma “diplomacia das redes”, e a atração natural exercida por um modo de vida já provado passará à frente das estratégias coercitivas.⁵⁴³

Após o fim da Guerra Fria em 1989, o avanço das comunicações e o advento da Internet a partir de 1994, o domínio da informação passou a permear os assuntos militares, diplomáticos e comerciais. O domínio geoestratégico das redes impôs novas maneiras de guerrear e novas estratégias para a integração das nações em torno de um mercado mundial – com a ilusão de um novo universalismo que, na verdade, se enraíza na construção de uma hegemonia mundial pautada pelo mercado.

Em 1995, a Cúpula de Bruxelas consagra o conceito de “sociedade global da informação”.⁵⁴⁴ Mas as contradições viriam à tona logo no novo milênio, quando:

Tornaram-se evidentes as diferenças de fundo que dividem o projeto plural de construção das “sociedades do saber”, por todos e para todos, tanto na esfera da produção quanto da circulação, e o projeto unívoco e abstrato de uma “sociedade global da informação”, que esquece as relações de força entre as culturas e as economias.⁵⁴⁵

Para Mattelart, o que está em jogo é a arquitetura da “rede” como base de uma nova ordem mundial. “É a grande batalha atual”.⁵⁴⁶

⁵⁴³ MATTELART, agosto de 2007, p. 36.

⁵⁴⁴ Ibid., p. 36.

⁵⁴⁵ Ibid., p. 37.

⁵⁴⁶ Ibid., p. 37.

A mídia *mainstream* seria um dos soldados nesta batalha, para quem *Le Monde Diplomatique Brasil* dispara críticas às engrenagens ideológicas. Bernard Stiegler⁵⁴⁷ aborda a fábula criada pela “indústria cultural”, hipermassificando os indivíduos. Diz Stiegler:

Uma fábula dominou as últimas décadas e iludiu em boa parte os pensamentos políticos e as filosofias, afirmando, desde 1968, que tínhamos enfim alcançado a era do “tempo livre”, da “permissividade” e da “flexibilidade” das estruturas sociais, a sociedade do lazer e do individualismo. Esse conto de fadas, teorizado sob a denominação de “sociedade pós-industrial”, influenciou e fragilizou notadamente a filosofia “pós-moderna”. Inspirou os social-democratas, querendo fazer crer que tínhamos passado da época das massas laboriosas e consumidoras típicas da era industrial para o tempo das classes médias. O proletariado, segundo tal fabulação, estaria em vias de desaparecimento.⁵⁴⁸

Mas o proletariado não desaparece, mas se estende a outros domínios, sob um “dispositivo maquínico que os priva de iniciativa e de saberes profissionais”, enquanto as classes médias se pauperizaram. Inspirado em Gilles Deleuze, Bernard Stiegler teoriza que o lazer produzido pelas indústrias culturais e do entretenimento compõe um instrumento para as “sociedades de controle”, que desenvolvem um “capitalismo cultural”, fábrica de estilos de vida. Nesse sentido,

Falar de crescimento e impulso do lazer – no sentido de um tempo liberado de qualquer coerção, o tempo da “disponibilidade absoluta”, como diz o dicionário – não é nada evidente, pois o lazer não tem mais por função liberar o tempo individual, mas melhor controlá-lo no intuito de supermassificá-lo: tornou-se o instrumento de uma nova servidão voluntária. [...] A sociedade pretensamente “pós-industrial” tornou-se, ao contrário, hiperindustrial. Longe de se caracterizar pelo domínio do individualismo, a época mais se aproxima de um devir gregário dos comportamentos e de uma perda generalizada de individuação.⁵⁴⁹

⁵⁴⁷ Bernard Stiegler é filósofo e escritor, autor de *De la Misère Symbolique* (Galilée, 2004).

⁵⁴⁸ STIEGLER, Bernard. “A hipermassificação e a destruição do indivíduo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 34.

⁵⁴⁹ STIEGLER, fevereiro de 2008, p. 34.

Gilbert Simondon é mais uma referência de Bernard Stiegler, ao ponderar que o operário submetido à máquina-ferramenta no século XIX perdeu seus saberes técnicos e, com isso, sua individualidade, reduzindo-se à condição de proletário. Atualmente, na nova indústria, cultural, o consumidor padronizado “perdeu, também ele, seu ‘saber viver’, substituído pelas normas editadas pelas marcas”.⁵⁵⁰ Assim, a sociedade “hiperindustrial” priva os seres humanos de sua individualidade, engendrando “rebanhos de seres” em angustiante mal-estar, “seres aos quais falta um vir-a-ser, seres sem porvir. Esses rebanhos desumanos terão cada vez mais tendência a se tornarem hordas em fúria”.⁵⁵¹

Bernard Stiegler evoca ainda Edmund Hursel, Edward Bernays, Jacques Derrida, Sigmund Freud e Walter Benjamin, mas é especialmente ao lado de Theodor Adorno e Max Horkheimer que ancora suas ideias:

[...] Foi preciso esperar que Theodor Adorno e Max Horkheimer denunciassem o “modo de vida americano” para que a função das indústrias culturais fosse verdadeiramente analisada, depois da crítica do meio de comunicação surgida em 1910 com Karl Kraus. Embora suas análises permaneçam insuficientes, esses autores compreenderam que as indústrias culturais formam um sistema conjunto com as indústrias em geral – sistema cuja função consiste em fabricar os comportamentos de consumo, massificando os modos de vida. Trata-se de garantir o escoamento dos produtos sempre novos engendrados pela atividade econômica, cuja necessidade não é espontaneamente sentida pelos consumidores. Essa reticência dos consumidores provoca um risco endêmico de superprodução, e portanto de crise econômica, que só é possível combater – a não ser que haja um questionamento geral do sistema – com o avanço daquilo que constituía, aos olhos de Adorno e de Horkheimer, a própria barbárie.⁵⁵²

A produção contínua nas “indústrias culturais” – cinema, música, rádio, TV – traria produtos ininterrupta e sazonalmente substituídos por novas modas. A força do capitalismo contemporâneo residiria sobre o controle simultâneo da produção e do consumo, ao regular as massas – nos tempos de consciência e no inconsciente dos corpos e das mentes. No discurso incendiário de Bernard Stiegler, o cotidiano, as mentes, as estéticas, isto é, a vida humana está ameaçada. Ele espera que todos despertem para tal – apesar de não haver fogo, só fumaça.

Por sua vez, Mathias Roux critica a mídia francesa estrelada pelos ricos:

⁵⁵⁰ STIEGLER, fevereiro de 2008, p. 34.

⁵⁵¹ Ibid., p. 34.

⁵⁵² Ibid., p. 34-35.

Os bilionários eclipsaram os milionários. E a imprensa passou a esmiuçar suas vidas com crescente avidez. No curso da eleição presidencial francesa, as corporações midiáticas enfatizaram o paralelo entre o estilo dos cantores de rap e o de Nicolas Sarkozy: óculos Ray-Ban, corrente de ouro e cronômetro Breitling de pulso.⁵⁵³

A constelação de celebridades brilha na revista *Le Point* [05/2007], sobre o estilo de Nicolas Sarkozy com grifes, luxo e “tudo que brilha”; no jornal *Le Nouvel Observateur* [25/10/2008], sobre os “ricos e orgulhosos de sê-lo”; na revista *Point de vue* [26/09/2007], sobre a era *monarchic*, desfilada na festa de 60 anos da *maison* Dior, organizado por Bernard Arnault, celebrando a “nova aliança” entre “políticos, estrelas e bilionários”, simbolizados por uma trupe inusitada: o estilista John Galliano, a ministra Rachia Dati, a atriz Juliette Binoche e o primeiro ministro François Fillon; no *Paris Match* [15/11/2007], sobre os requintados refúgios de caça de Sologne, visitados por empresários das 40 maiores companhias cotadas na Bolsa francesa. Para Roux, a voga estrelada por políticos e artistas riquíssimos indica o “fim de uma neurose francesa: ser rico não é mais tabu”, a ponto de considerar que “a atualidade dos mais ricos não conhece mais estação: ela ganhou o status de editoria”.⁵⁵⁴

Entre 2000 e 2003, as revistas semanais *Le Point*, *L'Express* e *Le Nouvel Observateur* totalizaram uma dezena de artigos sobre os ricos, além de 25 dossiês especiais entre 2004 e 2007. Por sua vez, no *Le Monde* [08/2007], a série “Bem-vindo entre os poderosos” destrincha as aparências do poder: “Infelizmente, a falsidade foi o tema mais exposto: despesas suntuosas, manifestações mundanas e formas de sociabilidade das elites”.⁵⁵⁵ Na mídia *mainstream*:

⁵⁵³ ROUX, Mathias. “A mídia e a vida dos ricos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 34.

⁵⁵⁴ ROUX, maio de 2008, p. 34.

⁵⁵⁵ Ibid., p. 34.

O enfoque editorial também mudou. No início dos anos 2000, o assunto era abordado de maneira indireta, através de subterfúgios fiscais, de entrevistas com sociólogos ou pela boa e velha classificação comparativa. A partir de 2004, a riqueza se tornou o mote dos dossiês: “Ricos: como é ser?”, “Como eles ficaram ricos?”, “O que fazem com o dinheiro?”, “Como vivem os super-ricos?”, “O planeta dos ultra-ricos”, “As loucuras dos ultra-ricos”.⁵⁵⁶

Mathias Roux ainda cita o convite aos impulsos consumistas lançado pela mídia. No *Financial Times*, os conselhos financeiros no suplemento “*How to spend it*” ensinam a seus leitores a gastarem bem seus dólares. No *Le Point*, os conselhos se destinam ao investimento dos euros nas marcas de luxo em alta na efêmera bolsa de valores da moda. No *Le Point*, o dinheiro não apenas faria sonhar como, na sua ausência, “nos surpreendemos observando os outros gastarem”.

A mídia faz a festa ainda sobre o luxuoso *life style* dos ricos, abordando as excentricidades dos príncipes do petróleo ou as fotografias das vilas de veraneio e casas de férias nos Hamptons das vedetes de Beverly Hills. Mas a novidade é a presença inabalável nas manchetes: “Os jornais não se limitam mais ao relato dos excessos invernais das oligarquias russas em Courchevel, à crônica das excentricidades estivais dos *jet-setters* de Saint-Tropez, ou ainda à publicação anual da classificação da *Forbes* com os mais ricos do mundo – e sua versão nacional da *Challenges*”.⁵⁵⁷

Para Roux, a presente glorificação do dinheiro na mídia se justifica por duas vias: de um lado, a oferta midiática responderia a uma demanda dos leitores, que excita os anunciantes, que querem mais matérias luxuosas nas revistas que patrocinam, entrosando-se todos nesse círculo vicioso; de outro, o interesse da imprensa pelos ricos responde à necessidade de informar, pois um dia todos seremos ricos, como critica o editorialista americano Roger Cohen: “O sonho dos capitalistas de fazer dinheiro unicamente com dinheiro, sem nada produzir diretamente, tornou-se realidade. A multiplicação de fortunas rapidamente acumuladas justificaria a recorrência do tratamento midiático”.⁵⁵⁸ A cartada final de Mathias Roux é irônica, como pede a situação: “No fundo, por que se informar sobre as

⁵⁵⁶ ROUX, maio de 2008, p. 34. Cf. *Le Point*, 28 de julho de 2005; *L'Express*, 25 de janeiro de 2007; *Le Point*, 22 de julho de 2007; *L'Express*, 20 de julho de 2006; *Le Nouvel Observateur*, 20 de dezembro de 2007; *Le Monde* 2, 15 de dezembro de 2007.

⁵⁵⁷ Ibid., p. 34.

⁵⁵⁸ Ibid., p. 35.

contrapartidas sociais dessas extravagâncias sendo que, em breve, o luxo estará ao alcance do bolso de todos? Porque amanhã seremos todos bilionários!”.⁵⁵⁹

Mona Chollet⁵⁶⁰ continua a discussão sobre a indústria da fama, lançando os holofotes para o presidente francês Nicolas Sarkozy. Ela analisa que a superexposição midiática alavanca a carreira política do atual presidente francês, como um *self made man*, contando ainda com o fascínio do casamento com a ex-modelo italiana Carla Bruni.

Para Chollet, Nicolas Sarkozy se ancora na cultura de massas, “que borda infinitas variações sobre um tema com familiaridade pavloviana em nossos cérebros: o da história de sucesso”.⁵⁶¹ Partindo de uma perspectiva marxista, a autora critica que a jogada de mestre de Nicolas Sarkozy foi se *incluir* como mais um dos homens comuns na labuta cotidiana em busca de uma trilha de sucesso, pois:

No modelo marxista, o trabalhador é incentivado a se desfazer dessa mentalidade subserviente e auto-depreciativa, que o proíbe de comparar sua situação à dos ricos, e passa a reivindicar, sem complexos, a partilha das riquezas. Ao mesmo tempo, ele se identifica com seus semelhantes, sejam eles assalariados ou desempregados, compatriotas ou estrangeiros, nutrindo sentimentos de empatia e solidariedade. A genialidade da direita foi ter invertido este esquema. Desde então, o trabalhador passou a se identificar com os ricos e se comparar aos pobres: o imigrante seria alocado e ele não, o desempregado dormiria até tarde enquanto ele teria que “levantar cedo” para trabalhar... Com isso, o seu ressentimento foi habilmente desviado do alvo legítimo e o que se vê hoje é a instauração de um assustador círculo vicioso, onde quanto mais as condições de vida se deterioram, mais a plebe vota a favor de políticas que agravarão esse quadro.⁵⁶²

Nas engrenagens midiáticas, as histórias de sucesso dos artistas, atletas e modelos contam como foram “descobertos”, na perseverança de que, apesar dos fracassos amargos dos primeiros tempos, um lance de sorte pode dar uma reviravolta na vida de todos os homens comuns, alçando-os à fama e à bonança financeira. Diante de tais bordões midiáticos, “não há outra saída a não ser cultivar esperanças estritamente individuais”⁵⁶³, assim como clamava o

⁵⁵⁹ ROUX, maio de 2008, p. 35.

⁵⁶⁰ Mona Chollet é jornalista, autora de *Rêves de droite* (Zones, 2008).

⁵⁶¹ CHOLLET, Mona. “Sarkozy e o falso brilhante”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 36.

⁵⁶² CHOLLET, maio de 2008, p. 36.

⁵⁶³ Ibid., p. 36.

presidente francês no momento de sua vitória eleitoral: “Todos terão a sua chance”, na mais leve e leviana filosofia de vida do *c’est la vie*.

Todas essas narrativas, bombardeadas sobre uma população exausta pela precariedade e a angústia diante do futuro, veiculam uma única mensagem: por que querer mudar a ordem das coisas ou preocupar-se com igualdade, se, a qualquer momento, um golpe de sorte ou seus próprios esforços encarniçados podem impulsioná-lo para fora deste marasmo e levá-lo ao Olimpo? Bem-vindos à sociedade-cassino! Onipresente, o modelo de sucesso espalhafatoso promovido pelo showbiz incentiva o espectador anônimo a tratar os “otários” e os “perdedores” que o cercam com um desprezo raivoso, e a não sonhar com outra coisa senão ficar bem longe deles. Ele atíça os complexos de inferioridade, o sentimento de insuficiência e de insatisfação. Mata ainda dentro da barriga da mãe toda solidariedade, tornando impossível, atualmente, o advento de um “orgulho de classe” e de um pertencimento à comunidade, motores indispensáveis das reivindicações de igualdade.⁵⁶⁴

Na mídia, a presença de Nicolas Sarkozy ao lado de Carla Bruni também conquistou corações e mentes. Para Chollet, a *politique people* midiática foi uma aposta, na expectativa de que os eleitores esqueçam suas condições de vida “para mergulhar na contemplação devotada da *jet-set*”:

A este respeito, o casamento de Nicolas Sarkozy com Carla Bruni, uma peça seleta que complementa a coleção de itens de falso brilho da armadura presidencial, mais se parece com uma tentativa desesperada de alimentar a máquina de sonhos e, assim, desarmar uma contestação que estava começando a apontar.⁵⁶⁵

A encruzilhada entre a mídia e a política acaba por transfigurar os presidentes para não só chefes de Estado, mas heróis de uma história de sucesso.

⁵⁶⁴ CHOLLET, maio de 2008, p. 37.

⁵⁶⁵ Ibid., p. 37.

Parece simples: se você não está satisfeito com a sua situação, não peça ao presidente da República para melhorá-la. Torne-se você mesmo presidente! Assim, a responsabilidade do governante se limitaria a dar o exemplo, a encarnar um modelo de realização para cada um de nós, qualquer que seja nossa origem social. Isso porque Sarkozy, nativo do abastado subúrbio parisiense de Neuilly-sur-Seine, está convencido de que deve sua ascensão apenas à própria tenacidade: “Quando eu era jovem, pensava “tudo é possível”. Tudo me era contrário, mas eu pensava que era possível”. Ao afirmar que apenas o “mérito” governa o destino dos indivíduos, a direita naturaliza a ordem social: uma vez que tanto os ricos como os pobres são integralmente responsáveis pela sua condição, os eleitos podem lavar as mãos para qualquer perspectiva de mudança e manter suas consciências tranquilas.⁵⁶⁶

Além da ostentação simbólica da riqueza na mídia francesa, o jornalista Renaud Lambert critica os perfis do mexicano Carlos Slim alastrados pela imprensa mundial após sua consagração como o homem mais rico do mundo.

Nos perfis, reverbera a impressão de que o estilo de vida de Slim se assemelha à de um homem comum. No *Le Point* [16/08/2007], lia-se: “Não há nenhum sinal de ostentação exagerada nesse apaixonado por beisebol, que não usa computador, foge de jantares da alta sociedade, prefere pimentas a caviar e, durante muito tempo, dirigia o próprio carro”.⁵⁶⁷ Até este ponto, Lambert diz que tudo indicaria “austeridade” e até “humildade”, mas arma-se dos números para criticar esse retrato de Slim. Segundo a revista *Forbes*, sua fortuna superou a marca de US\$ 59 bilhões na metade de 2007. Porém, de acordo com o site econômico *Sentido Común*, o “Rei Midas” ultrapassou os US\$ 67 bilhões.

Para Lambert, a aura de homem comum de Carlos Slim corresponde à lógica do capitalismo moderno, com a fábula “de ‘percursos exemplares’ de joões-ninguém cujo sucesso viria recompensar a competência e o trabalho”, levando aos “menos ricos” a esperança de que um dia todos podem ser bilionários. Novamente no *Le Point* [26/07/2008]: “Quem não sonha em acordar uma manhã fazendo parte da grande família dos milionários? Seja confiante, isso ainda pode acontecer com você. Os novos milionários em dólar brotam como cogumelos”.⁵⁶⁸

Na mitologia capitalista contemporânea, nos romances incansavelmente confabulados pela mídia, o “segredo” dos heróis modernos estaria nas “predisposições intelectuais

⁵⁶⁶ CHOLLET, maio de 2008, p. 37.

⁵⁶⁷ LAMBERT, Renaud. “Como o homem mais rico do mundo juntou seus tostões”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 18.

⁵⁶⁸ LAMBERT, abril de 2008, p. 18.

excepcionais”. Mas Lambert considera que a fortuna de Slim se deve menos a suas aptidões intelectuais e mais a seu relacionamento político.

A escalada de Carlos Slim se inicia cedo, no berço de ouro do pai de ascendência libanesa. Durante a Revolução Mexicana, Slim tornou-se uma das principais fontes de financiamento do Partido Revolucionário Institucional (PRI), no poder de 1929 até 2000. Na crise econômica de 1982, catalisada pela queda dos preços do petróleo, as elites mexicanas liquidaram seus ativos e debandaram, mas Slim “sem passar pela mesma incerteza – afinal, seus amigos estavam no poder”, incluiu na sua carteira ações de muitas empresas importantes, que logo lhe renderam um “belo lucro”.⁵⁶⁹

Mas foi graças a seu bom amigo Carlos Salinas de Gortari – eleito presidente em 1988 –, que a fortuna de Slim realmente decolou. No momento da “abertura econômica”, impulsionada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), Salinas, apesar de bastante condescendente em relação aos interesses transnacionais, procurou favorecer um capital autóctone capaz de resistir ao ataque das empresas americanas. Uma vontade menos “nacionalista” do que interessada em estabelecer ligações diretas com as futuras fontes de renda do país.⁵⁷⁰

Salinas liberou a privatização de muitas empresas estatais, vendidas preferencialmente aos amigos mais íntimos. Slim construiu um império, que penetra por quase todos os poros da sociedade mexicana:

⁵⁶⁹ LAMBERT, abril de 2008, p. 18.

⁵⁷⁰ Ibid., p. 19.

Quando acende a luz, coloca gasolina no carro, passa pelo caixa do supermercado, compra um disco, um livro ou uma barra de chocolate, fuma, viaja de trem, pratica esportes, assiste televisão, navega na internet ou usa papel higiênico, o mexicano médio está derramando seus “pesos” nos bolsos – profundos – de Slim. Seu conglomerado, o Grupo Carso, conta, efetivamente, com mais de 250 empresas, em setores tão diversos como cadeias de lojas de departamento (Sanborns), cigarros (Cigatam), minas e química (Frisco), estradas de ferro (Ferromex), cabos submarinos e tubulação em PVC (Condumex), plataformas de petróleo etc. Ou ainda o ramo dos computadores, no qual 3% da Apple, que Slim comprou – num golpe de sorte! – alguns dias antes do retorno de Steve Jobs ao comando da empresa, volta que provocaria uma alta de mais de 480 % no valor das ações. Presente na quase totalidade dos países latino-americanos – em especial no segmento das telecomunicações –, Slim teria recentemente decidido reforçar sua presença no setor agrícola, investindo em biocombustíveis no Paraguai.⁵⁷¹

US\$ 150 bilhões é o piso do faturamento do Grupo Carso. “Dinheiro atrai dinheiro, o sucesso abre portas, o que, por sua vez, facilita o sucesso futuro” parece ser o mantra contemporâneo. Enquanto muitos jornalistas compõem uma ode a Midas, Renaud Lambert destrincha relações de Carlos Slim taticamente esquecidas: a amizade com Carlos Salinas; os cordiais jogos de *bridge* com o sócio Bill Gates; o convívio com a família neoimperial dos Rockefeller; o bom relacionamento com o príncipe Charles; os *lobbies* com o ex-primeiro-ministro espanhol Felipe González; o financiamento da campanha do ex-prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, e assim por diante:

Herança, conivências políticas e exploração de funcionários: somando tudo, o “segredo” da fortuna de Slim repousa menos sobre um talento especial do que sobre os tradicionais fermentos da acumulação capitalista. Não que se possa ver nele, porém, um conservador antiquado! Ao contrário. A grande linha de ruptura passa, segundo ele, entre “a modernidade e o arcaísmo, não entre a esquerda e a direita”.⁵⁷²

Para Lambert, o império Grupo Carso é tão poderoso no México que “ninguém se arrisca” a fazer críticas. As mídias, atadas aos anunciantes, se esquivam desse risco justamente porque Slim é o mais importante anunciante. Este é mais um dos exemplos em que a mídia se curva aos interesses econômicos e ao poder político.

⁵⁷¹ LAMBERT, abril de 2008, p. 19.

⁵⁷² Ibid., p. 19.

Já a mídia norte-americana é ironizada por Johann Hari ⁵⁷³, a bordo de um cruzeiro realizado pela revista *National Review*, “a Bíblia dos conservadores americanos”. O navio sairia do cais de San Diego, passando por Puerto Vallarta, no México, retornando ao continente depois de uma série de coquetéis pomposos para a classe AAA dos EUA. A sinopse da aventura de Johann Hari é breve:

O repórter se incorpora a um cruzeiro marítimo promovido pela *National Review*. E entra em contato com um mundo surreal, no qual a Guerra do Iraque é um “sucesso notável”, o aquecimento global “não existe”, Pinochet “salvou o Chile”, os muçulmanos ameaçam “dominar a Europa” e, “se Deus quiser”, Bush vai bombardear o Irã.⁵⁷⁴

Para se enveredar no coração do conservadorismo norte-americano, o repórter estipulou uma única regra de conduta: “Quando um passageiro perguntar o que sou, responderei a verdade: jornalista. Meu objetivo: misturar-me à massa, para descobrir o que dizem os conservadores quando se imaginam a salvo de ouvidos indiscretos”.⁵⁷⁵ Assim fisionomizou declarações de uma senhora de Los Angeles, para quem “os muçulmanos se reproduzem como coelhos. Logo, logo, vão invadir toda a Europa”; de duas senhoras da Park Avenue, Nova York, sobre Paris, uma cidade linda, mas “cercada por muçulmanos”, pois “eles estão por toda parte, ninguém pode detê-los”; além de uma pitoresca senhora que reza todos os dias para “agradecer a Deus por ter criado a Fox News”.⁵⁷⁶ Além disso, o repórter revela declarações de Dinesh D’Souza, ex-analista político interno da Casa Branca, como: “O Partido Republicano é o partido dos *winners* (vencedores), o Partido Democrata defende apenas *losers* (perdedores)”.⁵⁷⁷ A respeito da Guerra do Iraque, Johann Hari se surpreende com a naturalidade com que os leitores da *National Review* vêem a dialética *winners/losers* outorgando aos Estados Unidos o rolar dos dados:

⁵⁷³ Johann Hari é colunista do londrino *The Independent*.

⁵⁷⁴ HARI, Johann. “No coração do conservadorismo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo : Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 9.

⁵⁷⁵ HARI, fevereiro de 2008, p. 9.

⁵⁷⁶ Ibid., p. 9-11.

⁵⁷⁷ Ibid., p. 9.

Tudo que os conservadores negam em público, o fato de que o Iraque é um novo Vietnã ou que Bush defende unicamente os interesses de classe dos ricos, aqui é aceito e comentado como a verdade absoluta. Certo, reconhecem, a guerra no Iraque é nosso novo Vietnã. Só que, desta vez, não vamos deixar esses esquerdistas covardes perdê-la. “A gente sempre ouviu dizer que perdemos a Guerra do Vietnã. Mas ‘nós’ quem?”, pergunta Dinesh D’Souza, enfurecendo-se. “A esquerda venceu, exigindo a humilhação da América”. A bordo deste navio, nem sinal do Vietcong ou dos 3 milhões de mortos vietnamitas. Tudo que resta é a traição dos esquerdistas. Sim, afirma D’Souza, voltando à política interna, “sem dúvida o programa dos republicanos defende alguns interesses de classe”. E é bastante natural.⁵⁷⁸

Rich Lowry, jovem redator da *National Review*, continua a surpreender ao ponderar sobre a derrota no Iraque: “Eu adoraria acreditar que o simples fato de sermos uma superpotência nos protegeria da derrota. Mas isso não é verdade”. Também estava a bordo William Buckley, fundador da cinquentenária *National Review*, a quem o presidente Bush atribuiria o louvor de “pai do conservadorismo moderno”. Ao lado de Buckley estava o teórico do neoconservadorismo Norman Podhoretz, “antigo esquerdistas”, convertido “à certeza de que a América salvará o mundo soltando bombas”.

No convés, Johann Hari encontra Kenneth Starr, procurador especial dedicado aos disparos morais contra o *affair* de Bill Clinton com Monica Lewinski na Casa Branca. Ao encontrá-lo, o repórter provoca: “Senhor Starr, o senhor não tem vergonha de ter paralisado nosso governo por causa de algumas felações livremente consentidas, enquanto Osama Bin Laden premeditava a morte de 3 mil cidadãos norte-americanos?”. E recebe respostas simples: “não”, com a variante “não foi culpa minha”. No fim do cruzeiro marítimo, o repórter europeu é convidado a abandonar a Inglaterra, que estaria se tornando um califado, e vir para a América, “único santuário ainda a salvo” neste mundo.⁵⁷⁹

Já Nicolas Sarkozy volta às páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil* com a crítica de Alain Bihr⁵⁸⁰ sobre a expressão “capital humano”, engendrada na ideologia neoliberal, que pretende convencer os trabalhadores de que cada um deles possui um “capital”:

⁵⁷⁸ HARI, fevereiro de 2008, p. 9.

⁵⁷⁹ HARI, op. cit., p. 11.

⁵⁸⁰ Alain Bihr é professor de Sociologia na Université de Franche-Comté. Autor de *La Novlangue Néolibérale: La rhétorique du fétichisme économique* (Pages Deux, 2007).

De fato, a expressão “capital humano” constitui um oxímoro absurdo, imposto por essa novilíngua contemporânea que é o discurso neoliberal. Como se o capital, este monstro frio, este acúmulo de trabalho morto, que deve sua sobrevivência somente ao fato de vampirizar permanentemente o trabalho vivo, enquanto destina alguns bilhões de indivíduos à pobreza e ao desemprego, pudesse ter qualquer coisa de humano!⁵⁸¹

Para Bihr, a ideia de “capital humano”, antes confinada ao círculo estreito dos economistas neoclássicos, se difundiu a partir de 1980, tornando-se uma das palavras-chave dos teóricos dos “recursos humanos”, alastrando-se ao léxico do universo político, como evidenciou a recente campanha presidencial na França.

Em 9 de novembro de 2006, o discurso de Nicolas Sarkozy em Saint-Etienne dizia: “Se o Estado vive acima de seus meios, a França vive abaixo de seus recursos. Ela desperdiça seu capital humano no desemprego, na evasão de cérebros e nas 35 horas”. Declaração criticada por sua concorrente socialista, Ségolène Royal:

[...] Eles [*a direita*], no fundo, não compreenderam o essencial: a retomada do crescimento supõe uma mudança radical de política que faça da justiça social não a inimiga, mas a propulsora do desempenho e do capital humano, não uma vulgar variável de ajuste, mas uma riqueza a valorizar [...].⁵⁸²

Para economistas, políticos e empresários, o “capital humano” faria referência à força de trabalho dos assalariados, com suas competências físicas (destreza, potência, resistência), morais (consciência moral, ética profissional, perseverança), intelectuais (inteligência, conhecimentos gerais e especializados, imaginação), estéticas (gosto, repertório cultural, talentos), relacionais (relacionamento e negociação). Assim, pretende-se convencer a todos de que a força de trabalho é um “capital”: “A cada um cabe portanto se comportar como um capitalista cujo ‘capital’ não seria outra coisa senão sua própria pessoa. Todos capitalistas, todos empresários de si mesmos”.⁵⁸³ Cada um conteria em si a própria fonte de riqueza e prosperidade, cristalizada na máxima “querer é poder”.

⁵⁸¹ BIHR, Alain. “A fraude do conceito de ‘capital humano’”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 20.

⁵⁸² BIHR, dezembro de 2007, p. 20.

⁵⁸³ Ibid., p. 20.

Para Bihr, a retórica do “capital humano”, individualista e psicologizante, é ludibriada por um cinismo e uma inconsistência, pois ignora as condições de precariedade, de informalidade e de exclusão socioeconômica.

E o cinismo é pouco menos que indecente e a inconsciência pouco menos que estúpida quando a fórmula se aplica a todos os que trocam sua força de trabalho contra salários de miséria, e cujo número só faz aumentar sob o efeito do desenvolvimento das políticas neoliberais, tanto no Norte quanto no Sul.⁵⁸⁴

Com Marx, Bihr critica que o “capital humano” é um fetiche, pois:

É deixar acreditar que, sob o pretexto de que o capital é um “valor em processo”, um valor capaz de se conservar e de crescer no curso de um incessante processo cíclico durante o qual ele assume alternadamente a forma de mercadorias e de dinheiro, toda mercadoria (como a força de trabalho) ou toda soma de dinheiro seriam, por si mesmas, capital.⁵⁸⁵

Nos editoriais de *Le Monde Diplomatique Brasil*, a grande mídia aparece vinculada à lógica capitalista, produzindo fundamentalismos, consentimento e medo. Na revista, o consumo é o maior e mais novo fundamentalismo⁵⁸⁶, atizado cotidianamente pela mídia. Por sua vez, a economia capitalista “não hesita em lançar mão de formas perversas de superexploração, que lhe propiciam margens de lucro e taxas de acumulação do capital escandalosas”.⁵⁸⁷ Porém,

⁵⁸⁴ BIHR, dezembro de 2007, p. 20.

⁵⁸⁵ Ibid., p. 20.

⁵⁸⁶ ARANTES, Tadeu. “O novo fundamentalismo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 3.

⁵⁸⁷ ARANTES, Tadeu. “A produção do consentimento”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 3.

Mas não deixa de surpreender o fato de que essas formas sejam encaradas com absoluta “naturalidade”. O fenômeno torna-se menos surpreendente, porém, quando nos damos conta de que existe toda uma indústria de produção da invisibilidade e do consentimento. A linha de montagem começa nas instituições multilaterais, notadamente o Banco Mundial, passa pelos “centros de excelência” de reputadas universidades norte-americanas e europeias e se propaga, em etapas sucessivas, até atingir as mais descartáveis mercadorias das corporações da mídia e do entretenimento.⁵⁸⁸

Uma ressalva: nesta interpretação acerca de *Le Monde Diplomatique Brasil*, apesar de suas insinuações, a mídia não é o réu primário, fonte de todos os males econômicos e detonador de todas as mazelas sociais. É antes cúmplice da economia capitalista, nesta linha de montagem ideológica, por perpetuar as “verdades” fabricadas, dando corda à “naturalidade” com que vemos o mundo contemporâneo nas suas disparidades mais abissais.

Questões como as catástrofes climáticas, arena de um dos principais duelos ideológicos atuais, são pulverizadas, pois:

A grande mídia – oligopolizada e oligárquica – poderia fazer bem mais do que faz, mas está de mãos atadas por seu alinhamento com a mesma lógica econômica que promove o desastre. Mal atendida, mal informada, com suas esperanças frustradas e sua atenção desviada por factóides e distrações, a sociedade segue à deriva.⁵⁸⁹

Além do consentimento, a mídia seria mais uma das peças para a engrenagem de uma “indústria do medo”, um sentimento que “paralisa a vida de milhões de pessoas e movimenta os interesses de minorias poderosas”:

O time de George W. Bush beneficiou-se com a reeleição e os polpudos negócios proporcionados pela Guerra do Iraque graças a uma habilidosa orquestração do medo. Com o decisivo apoio das grandes corporações da mídia e do entretenimento, não foi difícil amestrar vontades previamente amaciadas pelo *fast-food* e a televisão. Bastou injetar-lhes doses regulares de medo, facilitadas pelos arroubos retóricos dos chefes terroristas.⁵⁹⁰

⁵⁸⁸ ARANTES, novembro de 2007, p. 3.

⁵⁸⁹ ARANTES, José Tadeu. “Enquanto é tempo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 3.

⁵⁹⁰ ARANTES, José Tadeu. “A indústria do medo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 3.

Ainda neste editorial sobre a “indústria do medo”, lê-se:

[...] uma das melhores formas de diabolizar alguém é privá-lo de um rosto. Os bons filmes de terror fazem isso com perfeição. Sentimos medo daquilo que não vemos – ou que apenas entrevemos, na fugacidade do instante e à meia-luz. Iluminar essa figura na penumbra, fixar essa imagem fugidia é o primeiro passo para desmontar seu hipnótico poder de sugestão.⁵⁹¹

“O véu da ideologia obstrui nossa visão”.⁵⁹² É preciso concordar, para discordar. De fato, a ideologia eclipsa a realidade. Mas o faz à direita e à esquerda.

Apesar da solidez dos argumentos de *Le Monde Diplomatique Brasil*, muitas vezes a prudência de suas acusações retóricas e oblíquas fica por um triz. A revista critica arduamente a mídia, diabolizando-a justamente por privá-la de um rosto. Em última instância, “a mídia são os outros”.

As críticas contêm um viés certo sobre as engrenagens das grandes indústrias midiáticas, mas se esquece que a revista também é uma peça da maquinaria – pode não estar atrelada à doutrina ideológica neoliberal, mas contém uma lógica política via mídia, isto é, a revista não é a mera antologia de papéis coloridos e palavras ocas. *Le Monde Diplomatique Brasil* não é uma mídia isolada das pressões, das circunstâncias, das construções simbólicas. A postura da revista é nitidamente distinta da grande mídia, mas isso não a exime do campo minado que é o jornalismo.

Antes de tudo, vale lembrar que o jornalismo é uma construção social. A imprensa não estampa “verdades” absolutas nas suas páginas. Trata-se sempre de uma determinada leitura sobre a realidade, que se tornará uma releitura nas mãos de leitores, espectadores e ouvintes. As mídias movem-se na direção que lhes é possível na disputa de forças sociais, refletindo suas contradições. Assim, a notícia é um produto – tanto na lógica capitalista, considerada maquiavélica nos círculos intelectuais, quanto na perspectiva sociológica, na construção social da realidade.

Nas palavras de Marilena Chauí nos *Cadernos da América Latina*, muitos mundos diferentes são construídos nos jornais e revistas:

⁵⁹¹ ARANTES, setembro de 2007, p. 3.

⁵⁹² ARANTES, José Tadeu. “A produção do consentimento”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 3.

No caso dos jornais e revistas, por exemplo, a qualidade do papel, a qualidade gráfica de letras e imagens, o tipo de manchete e de matéria publicada definem o consumidor e determinam o conteúdo daquilo a que terá acesso e o tipo de informação que poderá receber. Se compararmos, numa manhã, cinco ou seis jornais, perceberemos que o mesmo mundo – este no qual todos vivemos – transforma-se em cinco ou seis mundos diferentes ou mesmo opostos, pois um mesmo acontecimento recebe cinco ou seis tratamentos diversos, em função do leitor que a empresa jornalística tem interesse (econômico e político) de atingir.⁵⁹³

Questões midiáticas no *Le Monde Diplomatique Brasil*, portanto, devem ser analisadas sob esse caleidoscópio de distintos mundos.

3.3.1 MÍDIAS LIVRES

Além das críticas às grandes mídias, *Le Monde Diplomatique Brasil* dá especial atenção às iniciativas culturais e políticas alternativas, evidenciando que, além dos movimentos sócio-políticos articulados, a cultura pode ser uma frente de resistência na mídia, no jornalismo, no cinema, na música, na literatura e assim por diante.

Na mídia, os jornalistas Danielle Follett e Thomas Boothe destacam o noticiário independente sem fins lucrativos *Democracy Now!*, a “antítese da corporação midiática”.⁵⁹⁴ No nordeste do Tennessee, uma estação de rádio pública transmite o programa *War and Peace Report*, com um resumo dos acontecimentos do dia:

Mas, ao contrário da grande imprensa, *Democracy Now!* adota uma postura crítica em relação a seus temas, questionando as políticas e declarações dos que estão no poder, independentemente da filiação partidária. Amy Goodman, produtora executiva e principal apresentadora, gosta de citar um comentário que o jornalista investigativo americano I. F. Stone fez certa vez a um grupo de alunos: “Se é para lembrar de duas palavras, lembrem-se destas: governos mentem”.⁵⁹⁵

⁵⁹³ CHAUI, Marilena. “Cultura e democracia” In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, julho de 2008, p. 4.

⁵⁹⁴ BOOTHE, Thomas; FOLLET, Danielle. “Um sopro de oxigênio na mídia americana”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 38.

⁵⁹⁵ BOOTHE, FOLLET, janeiro de 2008, p. 38.

Entre os entrevistados por *Democracy Now!* destacam-se vozes “raramente ouvidas pelos principais noticiários”, entre intelectuais, repórteres investigativos, ativistas, artistas politizados e representantes de ONGs, além de nomes como Hugo Chávez, Evo Morales, Noam Chomsky, Robert Fisk e Edward Said.⁵⁹⁶ Para Thomas Boothe e Danielle Follet:

Um dos motivos para o surpreendente vigor encontrado pelo *Democracy Now!* no nordeste do Tennessee, reduto republicano, pode ser o fato de que inúmeros norte-americanos, de direita ou de esquerda, compartilham de uma revolta contra o controle governamental e corporativo das fontes de informação. Há gente do lado republicano cada vez mais desiludida com as mentiras, escândalos, fracassos e gastos irrefreáveis do governo Bush.⁵⁹⁷

Além de *Democracy Now!*, o jornalismo volta à berlinda de *Le Monde Diplomatique Brasil* com foco na Internet. Mathieu O'Neil ⁵⁹⁸ vasculha os labirintos hipertextuais da Wikipédia, enciclopédia livre e colaborativa, parte do novo momento da web com possibilidades de politização online, mediante um processo de “elaboração independente e sem amarras”.⁵⁹⁹

O modelo da Wikipédia, batizado pelo israelense Yochai Benkler como *peer production*, conferindo autonomia aos participantes, regulados pelos próprios pares e legitimados (ou não) pelos leitores. Por um lado, O'Neil é otimista:

[...] na Wikipédia, a excelência não está mais encarnada em uma “pessoa”, mas em um “processo”, na aglomeração de múltiplos pontos de vista e na sabedoria da multidão. Por isso a criação de esboços de artigos é encorajada: com um pouco de trabalho coletivo esses textos podem muito bem se transformar em pérolas do conhecimento.⁶⁰⁰

Por outro, diante da biblioteca de babel eletrônica, paira certa e inevitavelmente a questão da credibilidade da informação: “Se todos podem se exprimir, como distinguir o joio

⁵⁹⁶ BOOTHE, FOLLET, janeiro de 2008, p. 38.

⁵⁹⁷ Ibid., p. 38.

⁵⁹⁸ Mathieu O'Neil é pesquisador da Australian National University e da Université Stendhal, autor de *Cyberchiefs: autonomy and authority in Online Tribes* (Pluto Press, 2009).

⁵⁹⁹ O'NEIL, Matheiu. “Wikipédia, o fim da excelência”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 21, abril de 2009, p. 32.

⁶⁰⁰ O'NEIL, abril de 2009, p. 32.

do trigo digital?”.⁶⁰¹ A Wikipédia não é uma fonte confiável, uma vez que “o anonimato abre as portas a todo tipo de manipulações e inserções mentirosas, que podem ser motivadas não só por interesse como por malícia”.⁶⁰² A proposta da Wikipédia é uma boa ideia, na teoria. Na prática, a informação escoa para a vala comum incerta e anônima dos entulhos ciberculturais, na varredura das pequenas “notícias” e factóides, sem hierarquização nem sentido, atualizados e consumidos instantaneamente.

A jornalista Marie Bénilde⁶⁰³ continua a discussão sobre as mídias digitais, nos tempos da “Web 2.0”⁶⁰⁴, isto é, a rede participativa e descentralizada, território fluido em que os leitores se apoderaram da informação, tornando-se novos produtores de fotos, vídeos, comentários e análises da atualidade:

Do tsunami na Ásia até os motins no Irã, passando pelos atentados de Londres ou de Bombaim, a coleta de depoimentos, dados ou opiniões tende a ser mais compartilhada pelos meios de comunicação on-line, os blogues e as redes sociais. Até mesmo a circulação da informação deixou de ser uma exclusividade dos meios de comunicação tradicionais, que se vêem cada vez mais obrigados a atribuir importância a um evento em função de sua repercussão junto aos internautas. Com isso, a internet passou a determinar em parte a agenda da mídia.⁶⁰⁵

A autora lembra que *Washington Post*, *Los Angeles Times* e *Chicago Tribune* passaram por reveses financeiros em 2009, com a migração de seus leitores para a Internet. A partir daí, lança considerações sobre três terrenos: a credibilidade da imprensa, a legitimidade da informação e o papel dos jornalistas.

Sobre a imprensa, Marie Bénilde acredita que, além da Internet, há um desinteresse dos leitores frente aos conteúdos pagos ofertados “por uma elite jornalística, já desacreditada por suas ideias preconcebidas, seu servilismo em relação a determinadas orientações ideológicas e sua propensão a não se importar muito com as exigências dos leitores”.⁶⁰⁶ Sobre a informação, lamenta: “Nunca a informação havia sido tão disponível em tantos suportes,

⁶⁰¹ O’NEIL, abril de 2009, p. 32.

⁶⁰² Ibid., p. 33.

⁶⁰³ Marie Bénilde é jornalista, autora de *On achète bien les cerveaux: la publicité et les médias* (Raisons d’Agir, 2007).

⁶⁰⁴ BÉNILDE, Marie. “Esplendor e miséria do jornalismo na era digital”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 3, n.º 31, fevereiro de 2010, p. 34-35.

⁶⁰⁵ BÉNILDE, fevereiro de 2010, p. 34.

⁶⁰⁶ Ibid., p. 34.

mas nunca a sua produção havia sido tão ameaçada”.⁶⁰⁷ Com a crise financeira, a imprensa revê sua logística, reduzindo o corpo de correspondentes internacionais, restringindo grandes reportagens e longas investigações e, contraditoriamente, valendo-se muitas vezes às cegas dos conteúdos disponíveis na web. Quanto aos jornalistas, “só lhes resta tentar reinventar seu futuro”, pois, entre os leitores e os especialistas online, eles se tornarão “coprodutores” da atualidade, como coadjuvantes em um palco abarrotado por amadores.

Para Bénilde: “Numa sociedade digital, a maior exposição à informação tende a favorecer a liberdade e a contribuir para a luta contra as exclusões. Com a condição, entretanto, de que o indivíduo saiba encontrar seu caminho na selva da internet”.⁶⁰⁸ Assim, e apesar de otimista, a revista não é ingênua em relação ao potencial da Internet, que não passa de um instrumento para canalizar forças dispersas espacial e temporalmente, com implosões e explosões momentâneas de ativismo 2.0.

Já Serge Halimi critica que as “novas feudalidades hereditárias”⁶⁰⁹ na mídia, como os impérios do midas Rupert Murdoch (News Corporation, 20th Century Fox, MySpace, *The Wall Street Journal*, entre outros), do premiê italiano Sílvio Berlusconi (Mediaset, incluindo os principais canais italianos Canale 5, Italia 1 e Rete 4, além do diário *Corriere dello Sport*), do magnata francês Bernard Arnault (Groupe Arnault, Louis Vuitton Moët Henessy e Carrefour, além da recente aquisição do jornal *Les Echos*) e do venezuelano Gustavo Cisneros (Organización Cisneros, com os canais Venevisión, Chilevisión, Caracol, além de uma participação na DirectTV latino-americana e uma parceria com a AOL-TimeWarner). Diz Halimi no *Le Monde Diplomatique* francês:

*Dans les reproches adressés à Internet, on décèle souvent autre chose qu’une inquiétude légitime devant les modes d’acquisition du savoir et de transmission de l’information : l’effroi que le magistère de quelques barons du commentaire touche à son terme. Disposant d’un privilège féodal, ceux-ci s’étaient taillé des domaines, ménagé des sinécures ; ils pouvaient « faire » ou « défaire » ministères et réputations. Un concert d’éloges unanimes accueillait avec la même fièvre chacun de leurs ouvrages bâclés et de leurs tribunes ronflantes. Quelques journaux irrévérencieux faisaient çà et là figure de citadelles assiégées. Mais un jour, des sans-culottes ont débarqué avec leurs claviers...*⁶¹⁰

⁶⁰⁷ BÉNILDE, fevereiro de 2010, p. 34.

⁶⁰⁸ Ibid., p. 35.

⁶⁰⁹ HALIMI, Serge. “Notre combat”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, outubro de 2009, p. 18.

⁶¹⁰ HALIMI, outubro de 2009, p. 19. Tradução livre da autora: “Nas censuras feitas à ‘Internet’, detecta-se frequentemente algo que não é uma inquietação legítima perante modos de aquisição do

Frente às sequelas da crise financeira na imprensa e o boom da web, Serge Halimi confia na fidelidade do leitor, pois este não encontraria conteúdo editorial como o do *Le Monde Diplomatique*:

*En tout cas, quand il s'agit de l'avenir de ce journal, nous fondons notre optimisme sur une certitude, celle de pouvoir compter sur votre concours. Nous ne relèverons donc pas nos tarifs pour le moment. Nous les maintiendrons plus bas dans les pays pauvres. Nous poursuivrons l'accompagnement de nouvelles éditions internationales en leur offrant de nous verser des droits limités au démarrage. Nous demeurerons à la pointe des technologies multimédias, notamment pour atteindre les jeunes générations et assurer ainsi la transmission des valeurs intellectuelles et politiques de notre journal. Nous continuerons à commander d'ailleurs de grands reportages et d'enquêtes de journalistes, de chercheurs, de militants aussi, sur les conflits en cours, les crises, les alternatives, les expérimentations.*⁶¹¹

Passando para o cinema, Christian Christensen⁶¹² destaca a produtora Brave News, com seus “documentários de combate”, que denunciam a indústria da guerra, a corrupção política e o poder das corporações.⁶¹³

Na esteira dos documentários políticos como os sucessos de bilheteria *Fahrenheit 9/11* (2004) e *Tiros em Columbine* (2002) de Michael Moore, *The Corporation* (2003) de Mark

saber e de transmissão da informação: é o pavor de estar perto do fim do magistério de uns poucos barões do comentário. Dispondo de um privilégio feudal, estes tinham se apoderado de domínios próprios e organizado benesses e lucros, podendo ‘fazer’ ou ‘desfazer’ ministérios e reputações. Um concerto de unânimes elogios acolhia com a mesma febre todas as suas atamancadas obras e os seus empolados artigos. Alguns jornais irreverentes expunham-se como cidadelas cercadas. Mas um dia irromperam revoltosos da plebe, com os seus próprios teclados...”

⁶¹¹ HALIMI, outubro de 2009, p. 19. Tradução livre da autora: “Em todo o caso, no tocante ao futuro deste jornal, nós baseamos nosso otimismo em uma certeza: a de poder contar com os leitores. Não aumentaremos nossos preços, por enquanto. E vamos mantê-los mais baixos nos países pobres. Nós continuaremos a acompanhar novas edições internacionais, propondo-lhes que de início nos paguem direitos limitados. Continuaremos a estar devidamente atualizados com as tecnologias multimídia, nomeadamente para atender às novas gerações e assegurar a transmissão dos valores intelectuais e políticos do nosso jornal. Continuaremos a encomendar grandes reportagens e pesquisas de jornalistas, de investigadores, e também de ativistas, sobre os conflitos em curso, sobre as crises, as alternativas, as experimentações”.

⁶¹² Christian Christensen é professor assistente de Estudos de Mídia e Comunicação na Karlstad University, da Suécia.

⁶¹³ CHRISTENSEN, Christian. “Documentários de combate”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 34-35.

Achbar & Jennifer Abbot, *Central Al-Jazeera* (2004) de Jehane Noujaim, *Super Size Me* (2004) de Morgan Spurlock e *An inconvenient truth* (2006) de Davis Guggenheim, os documentários ativistas/políticos estariam conquistando mais espaço, com a Brave New Films e a Brave News Theater, criadas em 2004 pelo cineasta Robert Greenwald, produtor/diretor de *Iraq for sale* (2006), *The big buy: Tom Delay's stolen congress* (2006), *Outfoxed: Rupert Murdoch's war on journalism* (2004), *Uncovered: the war on Iraq* (2004), entre outros. No entanto, pondera:

[...] Pelos padrões convencionais da indústria de cinema, o filme de Robert Greenwald mais bem recebido pela crítica, *Outfoxed: Rupert Murdoch's war on journalism* (2004), com apenas 18 sessões e meros US\$ 460 mil nas bilheterias, seria considerado, na melhor das hipóteses, um sucesso moderado.⁶¹⁴

Para além das estatísticas e estrelas da indústria cinematográfica, a principal preocupação de Robert Greenwald, ex-produtor/diretor de Hollywood, é a politização de seus filmes. Especialmente após o 11 de Setembro (2001) e a reeleição de George W. Bush (2004), o diretor passou a se dedicar ao mundo da “mídia ativista”, com seus “documentários instantâneos” de baixo orçamento, fora do eixo comercial, tratando de questões políticas contemporâneas fundamentais nos Estados Unidos. Para o diretor Jim Miller, da Brave New, a finalidade desses documentários não é angariar prêmios internacionais, ilustrar os festivais e as telas das grandes redes de cinemas: “Não é isso o que nos motiva. Produzimos para que as pessoas tenham um ponto de partida para discutir um assunto, para aprender mais, para provocar mudanças”.⁶¹⁵ Para Christensen, os filmes não devem ser considerados o produto final do projeto *Brave New*, mas sim o início de ações e debates políticos, pois:

[...] Enquanto a mídia de massa nos Estados Unidos (e no mundo) continua a promover *reality-shows* como *Big Brother*, *Pop Idol* e *Survivor*, Greenwald e seus colegas provam que produções de mídia baseadas na realidade e com baixo orçamento podem fazer mais do que meramente entreter o público entre os comerciais.⁶¹⁶

⁶¹⁴ CHRISTENSEN, setembro de 2007, p. 34.

⁶¹⁵ Ibid., p. 34.

⁶¹⁶ Ibid., p. 35.

Na música, Thomas Blondeau ⁶¹⁷ destaca a produção independente nos circuitos culturais alternativos. O jornalista relata a prisão de Tyree Simmons (DJ Drama) e Donald Cannon (DJ Don Cannon) pelo Federal Bureau of Investigation (FBI), em 10 de janeiro de 2007. Na gravadora Aphiliates Records, a polícia apreendera 81 mil CDs “falsificados”, pilhas de CDs virgens, entre outros materiais, atendendo à denúncia da Recording Industry Association of America (RIAA), alarmada com o crescimento da “pirataria”, que desafia a legislação sobre os direitos autorais. Enquadrados na lei Racketeer Influenced Corrupt Organizations (RICO), os DJs podem ser condenados a muitos anos na prisão. ⁶¹⁸

As represálias aos mercados paralelos da música se justificariam com a implícita responsabilização pelas perdas da indústria fonográfica. Para Blondeau: “Ponto culminante de uma série de investidas lançadas desde 2004 contra produtores e vendedores independentes, a detenção põe a nu as contradições da indústria fonográfica americana”. ⁶¹⁹

Na verdade, a apreensão de discos considerados “falsificados” pela polícia seria mais uma jogada das grandes gravadoras, pois os tais discos eram *mixtapes*, um registro artesanal em que o DJ pratica um arranjo inédito a partir de criações próprias, de versões instrumentais ou de “preciosidades” melódicas suas. No início da década de 1980, o rap ainda era marginalizado, a ponto de os grandes selos e rádios não arriscarem a promover essa cultura. Diante disso, os artistas independentes recorreram a uma rede musical paralela, com a *mixtape* como espinha dorsal. Assim,

Com esse som de fundo, convida os rappers a se exprimir com toda a liberdade. Munido de duas *pickups*, edita as peças à vontade, inserindo aqui uma série de *scratches* incisivos, ali a voz a *cappella* de um *rapper* famoso, mais adiante o som de sirenes, tiros e outros ruídos urbanos. Aquecidos por esse “mix” incendiário, os *rappers* se entregam com ardor, produzindo rimas transgressivas que não estarão em nenhum álbum oficial, reinterpretando suas canções célebres ou acertando contas com *rappers* rivais, numa gíria cheia de charme e vitalidade que horroriza a América puritana. ⁶²⁰

⁶¹⁷ Thomas Blondeau é jornalista e autor, com Fred Hanak, de *Combat rap: 25 ans de hip hop* (Castro Music, 2007).

⁶¹⁸ BLONDEAU, Thomas. “A produção independente conquista as ruas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 36.

⁶¹⁹ BLONDEAU, janeiro de 2008, p. 36.

⁶²⁰ Ibid., p. 36.

A *mixtape* tornou-se baluarte da criatividade artística, um espaço de experimentação criativa com plena liberdade de expressão, no círculo *underground* do rap. E, contrariamente ao que insinua a RIAA, a *mixtape* não é um simples disco pirateado, mas uma obra inédita, inspirada no *patchwork* de referências sonoras de seus DJs:

No fundo, as *mixtapes* não são mais que uma resposta ao peso estrutural da indústria, o fruto da gritante defasagem entre a energia criadora do meio rap e as políticas planificadas das *majors*. [...] Qual é então o sentido do ataque da RIAA, senão a constatação do fracasso de uma indústria arcaica incapaz de se adaptar ao fenômeno? Pois, ao mesmo tempo em que desdenhava esse mercado informal, que passou a ser rentável graças à esperteza visionária de alguns capitalistas de rua, a própria indústria também se excluiu.⁶²¹

A narrativa sutilmente cruza com a marginalidade teorizada por Michel de Certeau, pois para Thomas Blondeau, a *mixtape*, enquanto atividade criativa marginalizada e “não autorizada”, sustenta a vitalidade nos submundos artísticos do rap.

Além da criminalização nessa arena musical, um perfil sobre o reino das “gambiarrras” se destaca no *Le Monde Diplomatique Brasil*, com a narrativa da história de um pequeno traficante de 28 anos, “existência destinada a ‘passar sem deixar rastro’, uma história minúscula que se contrapõe aos enredos estereotipados e midiaticizados do ‘Traficante’ e do ‘Crime Organizado’”.⁶²²

Vera Telles⁶²³ e Daniel Veloso⁶²⁴ narram a história de um traficante que, “por uma dessas piruetas do destino”, viu seus sonhos virarem fumaça e se enredou “nas tramas da chamada economia dos bens ilícitos”. Eles contam que, “nas quebradas da vida”, o jovem aprendeu a lidar com desenvoltura “nas dobraduras do legal e do ilegal e se equilibrar no frágil equilíbrio de que são feitos os negócios ilícitos”.⁶²⁵ De um lado, o jogo com a polícia, “um feroz jogo de poder”, ao mesmo tempo em que lida com o cotidiano do negócio,

⁶²¹ BLONDEAU, janeiro de 2008, p. 37.

⁶²² TELLES, Vera; HIRATA, Daniel Veloso. “A face miúda da droga”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 6-7.

⁶²³ Vera da Silva Telles é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e autora de *Nas tramas da cidade* (São Paulo, Humanitas, 2006), com Robert Cabanes.

⁶²⁴ Daniel Veloso Hirata é mestre em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

⁶²⁵ TELLES, HIRATA, setembro de 2007, p. 6.

[...] entre o respeito às regras da reciprocidade da vida cotidiana (afinal, foi lá que nasceu e cresceu, construiu laços de amizade e solidariedade), o cálculo refletido para garantir a cumplicidade dos moradores contra as investidas da polícia e também estratégia para controle de território face aos grupos rivais e sempre em disputa.⁶²⁶

A partir da história desse jovem, “patrão” do tráfico em uma pequena favela, os autores mergulham nas “microcenar” de um mundo social feito de um especial embaralhamento entre o formal e o informal. “Daí seu interesse em se deter em uma muito prosaica gambiarra, esse peculiar artefato que carrega diversos estratos da história urbana, que se comunicam e se entrelaçam nos agenciamentos práticos da vida cotidiana”.⁶²⁷

Na verdade, essa pequena história tangencia as incertas fronteiras entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, nas subversões silenciosas do cotidiano, como as oficinas de carro e os “ferros velhos”, os CDs piratas e os MP3 *players* suspeitos, os caça-níqueis e o “jogo do bicho” e assim por diante. Nessas condições, a vida desse jovem estaria aos solavancos das partidas de um arriscado jogo:

Pois tudo funciona muito bem, ou pode funcionar até o momento em que a roda da fortuna dá mais um giro e os desacertos da vida jogam tudo pelos ares: seja os desacertos com a polícia que está sempre lá em um jogo perverso de proteção e extorsão; seja por conta de disputas de território com os grupos rivais; seja pelos desafetos de uns e outros e que terminam por acionar soluções de morte. O rapaz sabe disso, ele e todos os outros, os moradores também.⁶²⁸

Le Monde Diplomatique Brasil claramente flerta com Michel Foucault ao abordar essas “histórias minúsculas”:

⁶²⁶ TELLES, HIRATA, setembro de 2007, p. 6.

⁶²⁷ Ibid., p. 6.

⁶²⁸ Ibid., p. 7.

Histórias de um pequeno traficante da periferia paulista. Histórias minúsculas, como diria Foucault, “existências destinadas a passar sem deixar rastro”, mas que interessam justamente porque, ao contrário das estereotipias que constroem as figuras fantasmáticas do “Traficante” e do “Crime Organizado”, são portadoras de um feixe variado de relações e conexões com o mundo social. Por isso mesmo são formidáveis guias para nos conduzir nessa incerta prospecção do mundo urbano atual. [...] a rigor, o biopoder de que fala Foucault, quer dizer: gestão das populações, gestão das vidas e, nestes tempos em que a exceção se tornou a regra, a administração de suas urgências para tornar os “indivíduos governáveis” sob a égide da racionalidade triunfante do mercado.⁶²⁹

Por fim, o golpe final da teoria transbordando no mundo real:

Seria possível dizer que as tensões do mundo se fazem na fricção entre os “indivíduos governáveis” e o que escapa dos dispositivos gestionários, quer dizer: entre a governabilidade gestionária e a “vida nua”. É isso que pulsa, em filigrana, nas “histórias minúsculas” que compõem nossas cidades. É nesses pontos de fricção que homens e mulheres negociam a vida e os sentidos da vida. No fio da navalha.⁶³⁰

O reencontro com as ideias de Michel de Certeau e Michel Foucault nas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil* não é casual. A presença de intelectuais é marcante na revista, tanto como autores quanto como entrevistados e fontes de referência.

Na literatura, André Schiffrin⁶³¹ destaca o papel das pequenas editoras para os intelectuais, considerando que “a importância de editoras e revistas independentes é clara. O modo como são criadas e se mantêm em atividade é menos evidente”.⁶³²

Diante do silêncio das grandes editoras sobre a guerra e a política externa de Bush, coube às pequenas editoras o primeiro passo para a crítica ao presidente norte-americano, como a Seven Stories, editora de *Power and Terror: Post 9/11* (2003) de Noam Chomsky:

⁶²⁹ TELLES, HIRATA, setembro de 2007, p. 7.

⁶³⁰ Ibid., p. 7.

⁶³¹ André Schiffrin é diretor da editora sem fins lucrativos *The New Press*.

⁶³² SCHIFFRIN, André. “O revide das pequenas editoras”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 36.

Nenhuma das editoras pertencentes aos grandes conglomerados – os cinco mais importantes controlam 80% dos livros destinados ao grande público – lançou uma única obra crítica sobre a guerra e a política estrangeira de Bush. Se vários livros foram publicados, isso se deu pelas pequenas editoras independentes – sendo a escolha editorial dos grandes conglomerados determinada mais por razões políticas do que comerciais. De fato, existia um imenso público anti-Bush. Assim, quando a modesta editora Seven Stories lançou o pequeno livro de Noam Chomsky após o 11 de setembro, foram vendidos 300 mil exemplares, um recorde, em apenas algumas semanas. Quando a situação política começou a se deteriorar, os principais jornais e as grandes editoras finalmente decidiram publicar as inúmeras obras críticas que se tornaram *best-sellers*.⁶³³

As editoras independentes e alternativas cresceram exponencialmente na Europa e nos Estados Unidos nos últimos anos, com obras sobre música, literatura e política. Na França, obras consideradas “arriscadas” pelas grandes editoras foram publicadas pela primeira vez pelas pequenas, como as de Noam Chomsky, Howard Zinn, Judith Butler e Stuart Hall. O editor André Schiffrin conta:

Eis agora um fato que diz muito sobre a indústria editorial francesa: ultimamente, várias obras indispensáveis tiveram de ser publicadas na Bélgica. Os leitores do *Le Monde Diplomatique* conhecem muito bem a saga de Eric Hobsbawm e sua história do século XX, *A era dos extremos*, cujo original publiquei nos Estados Unidos em 1990 e que fora traduzido em dezenas de línguas menos em francês. As grandes editoras estavam convencidos de que não haveria lugar nas livrarias da França para o trabalho de um antigo comunista; na Gallimard, até mesmo Pierre Nora reconheceu isso. Foi somente após a intervenção do *Diplo* que uma editora belga, a Complexe, se interessou pelo livro e o transformou num *best-seller*.⁶³⁴

Há sinais encorajadores para as pequenas editoras. A francesa Amsterdam passará a publicar a revista *La Revue Internationale des Livres et des Idées*, tentando assim uma versão francesa da *London Review of Books*, enquanto a Les Arènes prepara uma nova revista-livro. Paralelamente, destacam-se ainda as editoras La Fabrique, Agone, Pantheon Books e

⁶³³ SCHIFFRIN, outubro de 2007, p. 36.

⁶³⁴ Ibid., p. 36.

Ordfront, além de *Raisons d'Agir*, criada por Pierre Bourdieu, e *The New Press*, criada por André Schiffrin, para quem:

O fato que jornais e editoras de livros pertençam a fundações independentes, sem fins lucrativos, ou a cooperativas pode se revelar o meio mais promissor de preservar uma autonomia política e cultural. [...] As diversas pequenas editoras de livros e revistas aqui citadas lutam de forma corajosa contra situações econômicas difíceis, que poderiam muito bem, a longo prazo, obrigar um certo número delas a abandonar a luta. Por que essas empresas com recursos tão limitados não poderiam ser mantidas por uma ação legislativa? [...] O controle cada vez maior dos meios de comunicação pelos conglomerados tem consequências políticas e intelectuais perigosas. Ainda é tempo de monitorar essa ameaça global.⁶³⁵

A cultura está presente nas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil*, mas sob um viés diferenciado: não se trata da cultura que está “em cartaz” na grande imprensa. Ao mesmo tempo em que aborda a cultura empírica enredada nos “outros circuitos”, isto é, na produção independente e alternativa, a revista alavanca discussões, teorizando sobre a cultura como baluarte para a resistência, para as manifestações oposicionistas, para a inovação e renovação de ideias, imbricando os ramos da arte e da política.

Neste ponto, é notável que no *Le Monde Diplomatique Brasil* se cruzam duas linhas: por um lado, as críticas efusivas à grande mídia; de outro, a valorização otimista às pequenas iniciativas na mídia. Na realidade, o que está em questão é a efervescência de um “algo novo”, não mais atrelado à imprensa alternativa, não mais preso às cartilhas partidárias, não mais filiado a pesadas correntes teórico-ideológicas. É um “algo novo”, que ainda escapa às teorizações, que se desenrola nas brechas do cotidiano, que se reinventa a todo o tempo. Atualmente, muito disso se deve ao novo *locus* da comunicação midiática, com as ferramentas interativas na Internet e a articulação pluralista dos movimentos. Entre as diversas batalhas levantadas, a bandeira do direito à comunicação é a que mais se destaca.

O direito à comunicação desponta como uma peça essencial aos direitos civis e sociais, contando com quatro princípios-chave: liberdade, diversidade, acesso e participação, princípios “no centro dos canteiros abertos pelo movimento social sobre a diversidade das expressões culturais e midiáticas”.⁶³⁶ Para Mattelart, é uma ironia da história, pois se trata do

⁶³⁵ SCHIFFRIN, outubro de 2007, p. 37.

⁶³⁶ MATTELART, agosto de 2007, p. 37.

retorno de um conceito lançado nas Nações Unidas por Jean d'Arcy em 1969, “no momento em que tomava forma, na Unesco, o debate sobre as liberdades no campo da informação”.⁶³⁷

Atualmente, a tão esperada “sociedade civil planetária”, nas suas estreantes expressões com Seattle, Praga e Porto Alegre, se articula por redes. Assim, os avanços das tecnologias da informação e comunicação permitiram o incontrolável fluxo de capitais pelo mundo, mas, paralelamente, permitiram a articulação inovadora dos movimentos sociais e da sociedade civil. Com as novas tecnologias da informação, novas questões se impõem, ainda sem resposta. Para Pierre Lévy⁶³⁸, em tempos de cibercultura,

Neste começo de século XXI, os intelectuais estão sendo confrontados com o preâmbulo de uma mutação cultural de grande amplitude. A maior parte dos produtos simbólicos da humanidade é representada por documentos digitais, disponíveis em tempo real, sob forma de textos, imagens, sons e programas de todo tipo. Dispomos, aliás, de uma miríade de autômatos manipuladores de símbolos, capazes de se coordenar em tempo real para filtrar, interpretar e transformar à vontade os dados numéricos. Tanto as memórias digitalizadas quanto os manipuladores automáticos de símbolos estão em vias de conexão acelerada em uma rede universal de comunicação: o ciberespaço. Tão logo uma informação se encontre em algum lugar da rede, ela se torna acessível a partir de qualquer um de seus nós. Os documentos digitalizados fazem virtualmente parte de um “hiperdocumento” dinâmico universal, visitado, alimentado e transformado pelo conjunto das instituições e dos indivíduos que participam do ciberespaço.⁶³⁹

Paralelamente à grande mídia, muitas iniciativas conquistaram espaço, como os movimentos de *software livre* e de *creative commons*, os fóruns virtuais, abrindo brechas possíveis no campo midiático contemporâneo.

A “liberdade” tornou-se a chave-mestra para abrir as discussões sobre a mídia livre no Brasil, um espaço que pretende propiciar o encontro, o diálogo, a criação, a difusão, o acesso e a partilha de informações, práticas e experiências culturais.

⁶³⁷ MATTELART, agosto de 2007, p. 37.

⁶³⁸ Pierre Lévy é professor na Universidade de Ottawa, autor de *L'Intelligence collective* (Paris, 1994) e de *Cyberdémocratie* (Odile Jacob, 2002).

⁶³⁹ LÉVY, Pierre. “Os intelectuais e a rede mundial do saber”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 34.

A ideia de “mídia livre” desponta neste contexto que, no diagnóstico de Joaquim Ernesto Palhares ⁶⁴⁰, assim se delineia:

A transformação dos veículos de comunicação em grandes empresas, com interesses que vão muito além daqueles propriamente midiáticos, fez da informação definitivamente uma mercadoria, regida pela lógica que comanda o mundo do lucro. De forma progressiva, ela deixou de ser um bem e um serviço público. Isso se reflete diretamente na qualidade dos noticiários que assistimos todos os dias nos jornais, rádios, televisões e sites. A economia passou a reinar nesses espaços e todo o resto começou a ser tratado de forma secundária, como um espetáculo. Esse fenômeno é mais dramático na política, onde a cobertura tornou-se, no mais das vezes, uma exploração de fofocas, intrigas e trivialidades. As pautas e os espaços prioritários passaram a ser definidos pelos interesses financeiros estratégicos dessas empresas, impactando a qualidade da informação oferecida ao público. As manipulações, as mentiras e a banalização de acontecimentos importantes passaram a fazer parte da rotina da grande imprensa brasileira e mundial. ⁶⁴¹

Em março de 2008, as primeiras discussões sobre a realização do Fórum de Mídia Livre mobilizou veículos independentes e alternativos, movimentos sociais, estudantes e intelectuais em torno da ideia da criação de um movimento nacional de mídia livre, partindo da crítica à concentração midiática no Brasil e na América Latina, como um dos mais importantes desafios para o presente e o futuro da democracia. ⁶⁴²

Em maio de 2008, 750 intelectuais argentinos publicaram uma carta aberta contra a “barbárie política diária da mídia”, com o clima golpista que rondava a presidente Cristina Kirchner, contando com a participação especial da mídia argentina.

⁶⁴⁰ Joaquim Ernesto Palhares é diretor da agência *Carta Maior*.

⁶⁴¹ PALHARES, Joaquim Ernesto. “Por uma mídia livre”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 20.

⁶⁴² PALHARES, julho de 2008, p. 20.

Diante dessa prática de “barbárie diária de desinformação e discriminação”, os intelectuais colocam como desafio para toda a América Latina, isto é, para todos nós, “a recuperação da palavra crítica nos planos das práticas e no interior de uma cena social dominada pela retórica dos meios de comunicação e pela direita ideológica de mercado”. [...] Há uma dimensão política nesta disputa que envolve um enfrentamento com fortes estruturas de poder político e econômico ligadas ao grande capital financeiro. É disso que se trata. A luta pela recuperação da palavra crítica é uma luta latino-americana e internacional. É importante ter isso em mente no momento em que realizamos o primeiro Fórum de Mídia Livre no Brasil. Nossos problemas não são exclusividades nossas. Fazem parte de uma realidade internacional em que a chamada grande mídia não é um feudo dissociado de outras estruturas de poder. Cabe a nós, portanto, trabalhar pela construção de uma articulação latino-americana e internacional em torno da proposta de uma mídia livre. Temos uma oportunidade histórica para fazer essa luta avançar.⁶⁴³

Joaquim Ernesto Palhares abrevia: “Esse é um dos principais desafios que está colocado diante desse movimento por uma mídia livre no Brasil”.⁶⁴⁴ Para os midialivristas, a comunicação é um direito, não um negócio. Assim como a informação deveria ser um bem público, não uma mercadoria.

Nos dias 14 e 15 de junho de 2008, cerca de 400 pessoas participaram do primeiro Fórum de Mídia Livre foi realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em outubro de 2008 foi lançado o Manifesto de Mídia Livre, com apoio de movimentos e instituições como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Instituto Paulo Freire, a União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outros signatários. O Manifesto recebeu apoio de vários veículos, entre eles a agência *Carta Maior*, o *Correio da Cidadania* e o *Le Monde Diplomatique Brasil*. Além disso, o Manifesto contou com as assinaturas de intelectuais como André Singer⁶⁴⁵, Cicília Peruzzo⁶⁴⁶, Emir Sader⁶⁴⁷ e Muniz Sodré⁶⁴⁸, além de jornalistas como Antonio Martins (*Le Monde Diplomatique Brasil/Outras Palavras*),

⁶⁴³ PALHARES, julho de 2008, p. 20.

⁶⁴⁴ Ibid., p. 20.

⁶⁴⁵ André Singer é jornalista, cientista político e professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

⁶⁴⁶ Cicília Peruzzo é professora da Universidade Metodista de São Paulo, autora de *Comunicação nos movimentos populares* (Vozes, 2004).

⁶⁴⁷ Emir Sader é sociólogo, colunista da *Carta Maior* e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

⁶⁴⁸ Muniz Sodré é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), autor de *Reinventando a cultura* (Vozes, 1997) e *Sociedade, mídia e violência* (Sulinas, 2002), entre outros.

Flávio Wolf de Aguiar (*Carta Maior*), Maíra Kubík Mano (*Le Monde Diplomatique Brasil*), Marília Arantes (*Outras Palavras*), Michelle Prazeres (*Intervozes*), Renato Rovai (*Fórum*), Verena Glass (*Repórter Brasil*) etc.

Mas a articulação por uma mídia livre ainda está em vias de consolidar na cena pública. O movimento midialivrista surge como uma resposta à concentração midiática no Brasil, um entrave para a plenitude democrática no país. Uma sociedade que se quer democrática não pode se contentar com a expressão pública apenas de ideias e informações tradicionalmente vinculadas aos poderes e aos poderosos.

Trata-se de um novo momento para as alternativas correntes nas redes, como ações de “guerrilha midiática”, na construção de uma agenda de discussões que aponte para propostas concretas para a democratização da informação. Há novos avatares nas modernas mídias digitais, com os espaços abertos por mídias sociais como Alternative Press, Free Press, Observatorio Para La CiberSociedad, Observatório da Imprensa, Centro de Mídia Independente, Intervozes, entre outros. Fissura aberta também para o jornalismo “crítico” de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Nessa nova arena, fervilham novas mídias que se proclamam “sociais”, “independentes”, “contra-hegemônicas”, “alternativas” e “livres”, com ideias ambiciosas e propostas ainda inexpressivas. Por esta razão, talvez “crítico” continue sendo a expressão mais prudente para designar *Le Monde Diplomatique Brasil*, uma vez que tanto a esperada “sociedade civil planetária” quanto a “mídia livre” ainda não se consolidaram a ponto de estremecer os poderes dominantes.

Le Monde Diplomatique é fortemente opinativo, velado sob as rubricas de “crítico”. A revista não pretende narrar notícias cotidianas, mas busca refletir “para além dos fatos, os cenários maiores que lhes conferem sentido e inteligibilidade”.⁶⁴⁹ Nos dizeres de Caccia Bava: “A informação é importante, mas a análise é fundamental”.⁶⁵⁰

Destinado a formadores de opinião, muitas vezes o discurso da revista é intelectualista, repleto de teses e abstrações, distante do “mundo real” – expressão que mereceria várias aspás. A marca opinativa da revista beira um discurso teórico e, por vezes, ideológico. Ao mesmo tempo em que critica “a mídia”, isto é, as grandes corporações midiáticas, *Le Monde Diplomatique Brasil* lança discussões sobre as novas propostas por uma mídia livre. É apenas

⁶⁴⁹ LE MONDE DIPLOMATIQUE. “Apresentação”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 2.

⁶⁵⁰ Sílvia Caccia Bava, em entrevista à autora, em 9 de abril de 2010.

neste momento em que se abdica das severas críticas, passando a uma perspectiva positiva sobre as alternativas ensaiadas no presente.

Politizado, *Le Monde Diplomatique Brasil* pondera suas críticas e aspirações sobre o futuro, contando com jornalistas, intelectuais e militantes entre seus autores. No entanto, seus papéis se entrecruzam: jornalistas escrevem reportagens políticas e artigos quase teóricos, intelectuais assinam artigos e se aventuram nas reportagens, militantes ora ensaiam reportagens ora resvalam no panfleto. Além disso, um só autor pode reunir os três ofícios, o que ilustra a tendência a esses universos híbridos, que oferece ricas contribuições narrativas e teóricas, com a crítica como viga mestra para construir seus discursos. A convergência de tais atores contribui para tornar *Le Monde Diplomatique Brasil* uma revista única no mar das mídias hegemônicas e das livres, indo além da notícia, com a crítica como ponto de partida para a construção de alternativas para mundos possíveis.

A revista oscila entre críticas apocalípticas (severas e pessimistas ao poder dominante, lamentações herdadas talvez das desilusões do século XX e, principalmente, do ápice do neoliberalismo na década de 1990) e altas expectativas (demasiadamente esperançosas, otimistas e revigoradas neste nascente século XXI, que estreia logo com a realização de um evento da magnitude simbólica do Fórum Social Mundial).

A partir de sua “linha política”, a revista assume um papel ativo na contemporaneidade, enquanto ator político comprometido com a crítica construtiva às desigualdades sócio-econômicas atizadas pelas circunstâncias históricas fincadas na globalização neoliberal. Ao lado dessa politização, a partir de sua “linha editorial”, a revista se posiciona como uma alternativa de imprensa.

“Desafio” é uma das palavras-chave para pensar o mapa-múndi desenhado por *Le Monde Diplomatique Brasil*, espaço para duelos intelectuais e diálogos culturais. Espaço para as críticas rigorosamente “realistas”, nas quais as palavras riscam um mundo preto no branco, e as perspectivas “utópicas”, nas quais as ideias coloreem as brechas possíveis.

IN THE PROMISED LANDS

martha rosler with daniel blochwitz, horit herman peled, deborah kelly, trabor scholz, jill dawsey • poster art: deborah kelly

WE WOULD NOT
RECOGNISE OURSELVES,
OR THE OTHER'S

4 POR UMA HISTÓRIA POSSÍVEL

“A história não pode se esquivar do futuro, no mínimo porque não há nenhuma linha separando os dois. O que acabei de dizer agora pertence ao passado. O que estou prestes a dizer pertence ao futuro. Em algum lugar entre os dois há um ponto imaginário, mas constantemente móvel que, se preferirem, podem chamar de ‘presente’”

Eric Hobsbawm

“Desafio” é uma palavra marcante em *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ao mesmo tempo em que observa as movimentações e os lances estratégicos no tabuleiro geopolítico contemporâneo, principalmente os avanços na construção de alternativas às estruturas dominantes do poder, *Le Monde Diplomatique Brasil* baliza os desafios para construir um novo futuro, simbolizado pela quimera dos “outros mundos possíveis”.

Enquanto alguns apontam o fim da linha para as esquerdas, o fim das ideologias, o fim da história, a revista critica o passado e o presente, mas lança o desenrolar dos destinos às mãos da história. Nas ambições para vislumbrar o futuro, a revista descortina os contratempos, as intempéries e as incertezas próprias do tempo presente, rendendo-se ao leque de possibilidades nas interrupções e continuidades das ações humanas na encruzilhada dos poderes. É um convite para abandonar as engessadas certezas de fins do século XX, para:

Deixar de odiar o presente. Eis algo difícil para nós que estamos sempre à espreita desses diversos “mundos anteriores” que fazem a delícia das construções intelectuais. E, no entanto, esboça-se diante de nossos olhos um mundo reencantado, aceito pelo que é. Esse é o desafio com que nos defrontamos nesse fim de século. Eis por que a evidência do senso comum, a profundidade das aparências, a experiência da proxemia serão as ideias-mestras que vão guiar esta reflexão. Tratar-se-á por um lado de descrever o fato de constatá-lo; por outro, de captar-lhe a inteligência. De fato, as grandes certezas desmoronam regularmente. Os acontecimentos, as mutações e as inovações fazem apelo a novas maneiras de pensar a sociedade. O conhecimento, sempre e de novo renascente, está em ligação com o estado do mundo, e é quando se esquece disso, que a defasagem inevitável entre a reflexão e a realidade empírica torna-se um fosso, que é, desde então, impossível ultrapassar. Daí a morosidade, o cinismo ou outras formas de desilusões que parecem prevalecer em nossos dias. De fato, mesmo sendo apenas um ponto de passagem evanescente entre o passado e o futuro, só o presente é fonte fecunda do pensamento.⁶⁵¹

Para pensar o presente, é preciso repensar a história. E para compreender o movimento das ideias florescentes neste século, nas reinvenções do cotidiano, nas pequenas subversões simbólicas, nas esperançosas ideologias ensaiadas no transcorrer dos dias, é preciso fazer as pazes com o presente e considerar que, talvez não baste mais pensar o mundo, como diz Marx na sua *Thesen über Feuerbach*, mas trata-se de mudá-lo.⁶⁵²

Marx dizia que os homens fazem sua própria história, mas não sabem que a fazem. Acossados, os homens caminham no espaço e no tempo com o fardo de circunstâncias históricas determinadas. A história se debruça sobre a mudança, as transformações e as passagens de um modo de produção para outro. Mas nem acaso nem sorte nem livre arbítrio nem simples vontade levam à mudança, mas sim a orquestração de condições econômicas, sociais e culturais, graças à práxis humana diante de tais condições legadas. Mas como quer Agnes Heller: “Todavia, essas ‘circunstâncias determinadas’, nas quais os homens formulam finalidades, são as relações e situações sócio-humanas, as próprias relações e situações humanas mediatizadas pelas coisas”.⁶⁵³

Para Heller, a vida cotidiana não está “fora” da história, mas no *centro* do acontecer histórico. Assim,

⁶⁵¹ MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 9.

⁶⁵² HOBBSBAWM, Eric. “El desafío de la razón: Manifiesto para la renovación de la historia”. In: *Le Monde Diplomatique*. Buenos Aires: Capital Intelectual, n.º 66, dezembro de 2004.

⁶⁵³ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 1.

A história, portanto, é a substância da sociedade. Mas a sociedade é sempre um complexo determinado, com um método de produção determinado, apresentando ainda classes, camadas, formas mentais e alternativas igualmente determinadas. Essas classes, camadas, formas mentais e alternativas são meramente portadores de um conteúdo axiológico relativo, ou de uma possibilidade axiológica relativa. A relatividade se deve, antes de mais nada, ao fato de que a totalidade do valor – a explicitação da essência humana – pode se realizar apenas no processo infinito do desenvolvimento histórico total. [...] Uma escolha é tanto mais valiosa – em sua totalidade – quanto mais valores permite realizar e quanto mais intensa e rica é a relativa esfera de possibilidade.⁶⁵⁴

Assim, na cotidianidade, os homens fazem escolhas que se permitem valiosas porquanto mais valores permitirem realizar.

Na esfera das possibilidades, a vida cotidiana está repleta de alternativas e escolhas, feitas no cotidiano. Enquanto muitas podem ser inteiramente indiferentes e impensadas do ponto de vista moral, há escolhas moralmente motivadas. Quanto maior for a importância da moralidade, do compromisso e do risco na decisão sobre uma dada escolha, tanto mais essa decisão se eleva além da cotidianidade. É assim que as movimentações na história podem alavancar uma ética própria, isto é, a partir do momento em que as ideias se cristalizam absolutas, evanescem os ares de espontaneidade de sua consciência, abraçam as arenas intelectuais, com a consciência crítica de suas próprias ideias. Para Heller, só assim poderia transformar o mundo. Nas passagens fluidas entre o cotidiano e a história, os homens ora despertam para os desafios deflagrados diante de seus olhos.

Por trás do *front* dos acontecimentos, midiaticizados, pulverizados e impulsivamente esquecidos, a história abre um campo novo para reinventar a política, debelar a economia, criar alternativas. A imprensa moderna cliva acontecimentos e fatos, reserva-lhes a primeira página como vitrine das novidades e sem hesitar engaveta as frias notícias de ontem. No entanto, a imprensa não corresponde a compilações de fatos, mas a coletâneas de relatos sobre os fatos.⁶⁵⁵

Mais além da crônica dos *fait-divers* na cotidianidade, tais relatos podem ser provocativos a ponto de abrir os olhos para as discussões imperativas na sociedade contemporânea. É mais um entre tantos riscos e provocações intelectuais, na esfera das

⁶⁵⁴ HELLER, 1985, p. 12.

⁶⁵⁵ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 18.

possibilidades. Ao longo do tempo, a imprensa lapida uma série de cristais efêmeros do cotidiano, ansiosos à espera de legitimidade histórica por arqueólogos das palavras que façam falar os documentos.

Se passado, presente e futuro constituem um *continuum*⁶⁵⁶, o historiador flana como alinhado observador das movimentações nessas temporalidades. Reconstrói o passado, conferindo inteligibilidade aos acontecimentos, isto é, constrói as narrativas do que se compreende como história. Mas lança ainda olhares oblíquos ao presente, na tentativa de ensaiar uma compreensão sobre o espírito do tempo que nos ronda. Não ousa, porém, predizer o futuro, mas busca entrever fios de continuidade, ruptura e descontinuidade neste *continuum*. Eis, pois, que para Lucien Febvre, a ideia de movimento é capital para o historiador:

*La virtud cardinal del historiador es el sentido del movimiento. Negarse a tomar como postulado una especie de necesidad perpetua de las naciones y de las formaciones políticas cuya permanencia de derecho se supone a través de los siglos. Gusto por la vida que no es más que construcciones y demoliciones, reuniones y dislocaciones.*⁶⁵⁷

Michel de Certeau considera a história como uma prática e, ao mesmo tempo, como um discurso, porquanto os discursos falem *da* história e estão sempre *na* história, oscilando, portanto, entre uma prática e um discurso que conferem inteligibilidade à realidade.⁶⁵⁸ Para De Certeau, o historiador se debruça sobre o “estado da questão”, lidando com três dimensões: as *ideias*, os *lugares* e o *tempo*.

Nos últimos suspiros do século XX, enquanto as ideias desencantadas se resignavam, a história se debelava “por um refluxo da confiança, de uma desiludida retração do otimismo histórico, de um naufrágio de nossas representações do futuro”.⁶⁵⁹ Na ressaca após a farra da modernidade, o *boom* das mídias, o terror às guerras totais e as raízes do mal, as brucas e sutis passagens entre mundos pós-industrial, pós-fordista, pós-moderno, pós-marxista, as

⁶⁵⁶ HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 50.

⁶⁵⁷ FEBVRE, Lucien. *Combates por la historia*. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1974, p. 150. Tradução livre da autora: “A virtude cardinal do historiador é o sentido do movimento. Negar-se a tomar como postulado uma espécie de necessidade perpétua das nações e das formações políticas, cuja permanência de direito se supõe através dos séculos. Gosto pela vida, que não é mais do que construções e demolições, reuniões e deslocamentos”.

⁶⁵⁸ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 25.

⁶⁵⁹ GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A reinvenção do mundo: um adeus ao século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 25.

crises financeiras nas bolsas de valores, cassinos do mundo, cancerizando as economias reais, assim as representações do futuro ficaram à deriva:

Estas evocações históricas – forçosamente sumárias – nos ajudam a compreender o que acontece atualmente com a nossa relação com o tempo e a História. A uma análise mais aprofundada, a mudança é, portanto, bem maior do que imaginávamos. Como vimos acima, a modernidade, desencantada, não se contentou em dar por encerradas as promessas de futuro para exaltar as do presente. Ela não perdeu apenas sua representação valorizada do futuro. Ela renuncia pouco a pouco a agir voluntariamente sobre a marcha do mundo. Em outros termos, a evicção progressiva da política, a substituição da democracia pela “sociedade de mercado”, a recusa – ou a incapacidade – de elaborar um “projeto”, tudo isso corresponde, nem mais nem menos, a um *retorno do destino*, no sentido antigo do termo. Estaríamos prestes a deixar o curso do mundo seguir novamente ao sabor da corrente...⁶⁶⁰

É extremamente inquietante a renúncia a agir sobre a marcha do mundo. Heróis paladinos eram antes esperados, como revolucionários capazes de mudar o mundo e fazer valer a justiça e a igualdade entre os homens. A história contradisse essa narrativa utópica. Resta no presente um mal-estar sobre os movimentos ziguezagueantes em busca de saídas possíveis nos labirintos do poder. Por um lado, a negação, a recusa cínica que corrói por dentro as possibilidades, os sonhos escapistas, os futuros no ventre do tempo.

⁶⁶⁰ GUILLEBAUD, 2003, p. 124.

Há mesmo alguma coisa de perturbador na coerência implacável deste “sistema negativo” dentro do qual nos sentimos como que em uma armadilha e que ameaça nos arrastar no naufrágio. Esta coerência esboça uma configuração simbólica nova, que mal começamos – e ainda com dificuldade – a pensar, de tal modo permanecemos prisioneiros de antigas categorias mentais da política e da ideologia. Coerência implacável? O esvaziamento do futuro desarticula, por exemplo, todas as formas de precaução, sociais ou geracionais. Ele mina antecipadamente as solidariedades recíprocas, pois elas eram inseparáveis de uma representação mínima do futuro: dou algo hoje e receberei amanhã; você me dá agora e receberá mais tarde; todo contrato social está inserido em uma temporalidade. O reino do “de que adianta?” e do “cada um por si” se impõe naturalmente quando o futuro não é mais claramente escolhido, nem mesmo discernível; a não ser que se considere como um “projeto” a simples acumulação mercantil ou tecnológica. Ora, esta acomodação ao imediatismo do mundo e ao desaparecimento do futuro ameaça dissolver, por sua vez, a política e, com ela, um mínimo de aspiração à igualdade e à justiça.⁶⁶¹

Por outro, a esperança bucólica no amanhã melhor, que com o passar dos dias se mostra ora possível, ora improvável. Nesta dialética, o futuro espera o veredicto da história para as questões que ainda recebem vacilantes respostas.

Ao confiar as respostas à história, porém, o *destino* retorna como um coringa em um jogo de cartas marcadas, pois os pessimistas recusam os futuros possíveis apostando nas “evidências” históricas, no ceticismo estéril com as lições desiludidas do passado, enquanto os otimistas almejam os futuros com a esperança de que a sorte e os deslizes de seus adversários dêem uma guinada no presente e nos destinos, com a fértil porém timidamente frutífera “evidência” na imaturidade dos ainda novos tempos. Evocando Paul Valéry, Jacques Le Goff adverte: “A história é o produto mais perigoso que a química do intelecto elaborou. A história justifica o que quiser”.⁶⁶² Esperar as respostas na história é a carta branca para conferir um realismo torpe às ideias e possibilidades mais mirabolantes, pois não ainda não se tem a concretude, ainda que altamente volátil, entre a realidade e as narrativas fictícias dos mundos posteriores. A fim de se desviar desses riscos, é preciso:

⁶⁶¹ GUILLEBAUD, 2003, p. 291.

⁶⁶² VALÉRY, Paul apud LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora Unicamp, 2003, p. 31-32.

[...] pôr-se à escuta do presente para iluminar uma volta para o passado, mas evitar os efeitos não dominados do eco entre esses dois níveis. Quando tais efeitos vêm interferir sem controle entre o passado e o presente, mais tarde o julgamento do futuro revela-se impiedoso, pois todas as obras muito impregnadas de presente, ou nas quais o presente é mal controlado pelos autores, mal passam a rampa da posteridade. [...] O historiador, como homem do presente trabalhando sobre o passado, é, pois, julgado em segunda instância pelo futuro.⁶⁶³

Ao lado de Benjamin, ao considerar que a escrita da história, se transformadora, pode ser redentora e, ao mesmo tempo, revolucionária ⁶⁶⁴, a história trilhada nestas páginas buscou trazer à tona as movimentações contemporâneas nas arenas simbólicas da política e da cultura, como sinais e pistas para as possíveis transformações sociais, pois o horizonte dos possíveis está aberto e indeterminado. Nos territórios da política e da cultura, a história é insuflada por mudanças, alternativas, invenções, diria Michel de Certeau.⁶⁶⁵

Nesta ótica, *Le Monde Diplomatique Brasil* é um dos elos da corrente na história social, definida por Peter Burke como:

[...] a história das relações sociais; a história da estrutura social; a história da vida quotidiana; a história da vida privada; a história das solidariedades sociais e dos conflitos sociais; a história das classes sociais; a história dos grupos sociais “vistos quer como unidades separadas quer como unidades mutuamente dependentes”.⁶⁶⁶

Além dos adendos de Jacques Le Goff e Pierre Nora, para quem a história social se prolonga na história das representações sociais, das ideologias, das mentalidades.⁶⁶⁷ A contemporaneidade, delineada pelas narrativas, oferece desafios à sociedade, que carrega o fardo dos tempos.

Os futuros são muitos. Mas os rearranjos possíveis para as transformações ainda fervem e sublimam sob as lupas dos laboratórios sócio-culturais do presente. E serão

⁶⁶³ SIRINELLI, Jean-François. “Ideologia, tempo e história”. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 91-92.

⁶⁶⁴ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura*. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁶⁶⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁶⁶⁶ BURKE, Peter. *Sociologia e História*. 2ª Ed. Porto: Edições Afrontamento, 1980, p. 27.

⁶⁶⁷ LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995, p. 13.

determinantes para o futuro que se quer. Temos um mundo que a cada dia se revela mais insustentável e ironicamente cada vez menos humano diante da humanidade. Por outro lado, as propostas por outro mundo, principalmente as mais nobres, ainda estão longe de serem realistas, factíveis e até mesmo críveis. Na verdade, tudo depende de como se quer ler as cartas em jogo. As alternativas são possíveis, mas improváveis. Ou são improváveis, mas possíveis?

Todas as questões no *Le Monde Diplomatique Brasil* respondem a uma linha-mestra: a perspectiva. Nas suas diversas expressões e nuances, a perspectiva ora espelha a herança francesa e sua *manière de voir*, ora finca posições alternativas próprias sob a rubrica de um “novo olhar”, um “ponto de vista” crítico, um “modo de ver” distinto das correntes ideológicas dominantes. Assim como há maneiras e maneiras de se ler o mapa-múndi contemporâneo, há maneiras e maneiras de fazer jornalismo. Neste jogo de luz e sombra, o que está sempre em questão é o “olhar” que se quer lançar sobre o mundo: a realidade deve ser esmiuçada como um colossal tabuleiro geopolítico, na simplicidade purista do contraste em preto e branco, ou pode ser vista sob um prisma maior, no colorido caleidoscópico cultural a taticamente brincar com os diversos entretons presentes na política, na cultura, na sociedade, no cotidiano, na história?

Le Monde Diplomatique Brasil vem ao mundo como mais uma resposta aos desafios do presente e se inscreve na história social, nas suas tênues fronteiras entre a sociedade, o cotidiano, as estruturas, as ideologias, as mentalidades e assim por diante. Este estudo buscou destrinchar a revista nas suas diversas bases, a fim de fazer ver que, à revelia do espetáculo das mídias, há movimentos para além do burburinho ideológico e dos escândalos políticos, há movimentos subterrâneos que no jogo de visibilidade e invisibilidade nas redes marcam um novo território para a politização e o engajamento, há repercussões simbólicas nas brechas e clivagens deixadas pelo poder, há transformações sub-reptícias na democracia contemporânea no Brasil e na América Latina. Há, por fim, uma história para ser feita.

4.1 DO TEMPO PRESENTE

Le Monde Diplomatique Brasil nos convida a uma discussão sobre o movimento das ideias no tempo presente. Mas, para tanto, é preciso situar historicamente dois momentos distintos: um primeiro momento de utopia, auge do pensamento marxista na América Latina e no Brasil, debelado contra as venais ditaduras durante o século XX; e um novo momento, no frescor de novas esperanças na construção de alternativas para o século XXI.

Nesse ínterim, o fim da bipolaridade pós-Guerra Fria e a defasagem dos grandes modelos teóricos herdados do século XIX instauram um novo mapa-múndi, em que a intelectualidade se vê mais livre dos incendiários discursos ideológicos, mais livre para construir novos paradigmas capazes de responder aos desafios do presente.

Além disso, é bem-vindo o questionamento sobre os fluxos das ideias a partir da intelectualidade presente nas revistas à sociedade, como bem ilustra o caso de *Le Monde Diplomatique Brasil*, pois:

[...] se há bons motivos para nos perguntarmos assim como as ideias vêm aos intelectuais, também é preciso estudar a descida, das cúpulas da *intelligentsia*, até a sociedade civil, dessas ideias fecundadas e analisar, de um lado, sua influência sobre os sobressaltos da comunidade nacional, e de outro, mais amplamente, sua assimilação – ou não – pela cultura política da época.⁶⁶⁸

Le Monde Diplomatique Brasil é um ponto de encontro para jornalistas, intelectuais e militantes. Ali fazem jornalismo, com as pressões rotineiras do invencível *deadline*. Mas também querem atuar na história, escrevendo nas páginas em branco uma nova narrativa política. O que nos abre as portas para discussões sobre jornalistas e historiadores na história do tempo presente, areia movediça tida como uma provocação à história fincada nos cânones tradicionais.⁶⁶⁹

⁶⁶⁸ SIRINELLI, 2003, p. 258-259.

⁶⁶⁹ NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995, p. 12.

4.1.1 JORNALISTAS E HISTORIADORES

A princípio, há de se considerar o presente humano como perfeitamente suscetível de conhecimento científico, e “não reservar seu estudo a disciplinas ‘bem distintas’ da história: sociologia, economia, jornalismo – ‘publicistas’, diz Marc Bloch – mas ancorá-lo na própria história”.⁶⁷⁰ Na mesma linha, vale lembrar que “a história do presente é primeiramente e antes de tudo história”.⁶⁷¹

Para Jean-Pierre Rioux, é no desenrolar de “um *vibrato* do inacabado que anima repentinamente todo um passado, um presente pouco a pouco aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas: é um pouco isto, a história do presente”.⁶⁷² Esta história ainda é alvo de desconfiança e suspeitas, pois:

Como de fato inscrever um presente fugaz na construção, ou reconstrução, necessariamente temporal ou retroativa, que elabora o historiador confrontando suas hipóteses de trabalho com a dura realidade da documentação e do arquivo recebido? Avançando um pouco a reflexão, percebe-se que essa dúvida remete a uma inquietação propriamente filosófica: o presente tem sua chance diante de uma longa duração que parece ser – toda a obra de um Fernand Braudel foi construída em cima desse “parece” – a verdadeira modulação e a respiração vital do devir humano?⁶⁷³

Respostas a esta questão ainda seriam demasiadamente fugazes, considerando a prematuridade da história do presente, correspondente a um campo novo e aberto a discussões teóricas. Se o ofício do historiador é construir pontes entre o passado e o presente, desafia-nos a conversão do dinamismo do presente vivido à reflexão histórica. No entanto, já é possível considerar que:

⁶⁷⁰ LE GOFF, Jacques. “Prefácio”. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 25.

⁶⁷¹ BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. “Conclusão”. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 127.

⁶⁷² RIOUX, Jean-Pierre. “Pode-se fazer uma história do presente?”. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 50.

⁶⁷³ RIOUX, 1999, p. 40.

Já se foi o tempo em que se acreditava que, quanto mais distante de nós, mais científica poderia ser a História. Vivíamos ainda o mito da História positivista, aquela que “fazia os documentos falarem”, como se História não fosse uma articulação entre o nosso olhar e o acontecido. Não que eu aceite a ideia de esquecer o passado remoto. Fingir que filósofos gregos, profetas hebreus, legisladores romanos ou papas medievais não nos influenciam é ingênuo e tolo. Como ingênuo e tolo é tentar estudar o tempo presente de forma a-histórica, apenas pelo noticiário televisivo ou de rádio, com suas fórmulas batidas e levianas – “estamos observando um momento histórico, senhoras e senhores”.⁶⁷⁴

A consideração sobre os acontecimentos pode ser repensada a partir das mídias modernas, pois, nas palavras de Jacques Le Goff:

A história do presente coloca para a história em geral e para a história nova em particular problemas importantes. Não foi um historiador do ofício, mas um grande jornalista, que afirmou que, nesse domínio, os melhores também são os verdadeiros historiadores do presente, percebendo principalmente a necessária reconsideração do acontecimento – um acontecimento metamorfoseado pelos modernos meios de comunicação [...].⁶⁷⁵

Em tempos em que a mídia passa a impor o presente imediatamente como história, fabricando novidades, atiçando uma sede voraz por acontecimentos, a mídia se torna um ator e uma fonte da história.⁶⁷⁶ Especialmente a mídia impressa evidencia um papel decisivo na escrita do momento histórico presente, cristalizando mundos, ainda que nas suas efêmeras e discutíveis páginas e,

⁶⁷⁴ PINSKY, Jaime. “Apresentação”. In: MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. *História do tempo presente*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 8.

⁶⁷⁵ LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 20.

⁶⁷⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

Se nosso presente é doravante uma sucessão de flashes, de delírios partidários e de jogos de espelhos, como sair dele para erigi-lo, em objeto de investigação histórica? [...] E essa preocupação com uma relação fiel e com a coleta do dossiê é redobrada, com todos os efeitos da rapidez adquirida pela ação generalizada da mídia, por uma espécie de vontade comovente de lutar contra uma massificação das efemérides que mantêm uma temerária amnésia nas nossas sociedades. “Aceleração da história”, mundialização das questões, imediatismo de uma informação torrencial vertendo “sequências” que fazem as vezes de acontecimentos: esses lugares comuns do analista apressado do século XX excitam incontestavelmente um desejo de conhecimento instantâneo, nutrem uma inquietação surda em que se misturam nostalgia das “belles-époques”, reação de defesa diante do futuro, necessidade de continuidades marcadas e sede de identidade [...].⁶⁷⁷

Nas constelações de *fait-divers* lapidadas pela imprensa, é à mídia que se deve a voga sobre uma nova história ⁶⁷⁸, presenteísta e hiperatualizada. Não mais se espera que a poeira dos acontecimentos decante e se engesse na ampulheta do tempo para que se comece a investigar as pistas tracejadas pelo pó. As pistas são laçadas e vasculhadas enquanto ainda pairam na névoa do contemporâneo.

Neste novo momento em que a história não mais se furta ao presente nem se acovarda nos escudos de um passado longínquo, abre-se um leque de afinidades e desavenças entre a mídia e a história. Um encontro “provocador, mas frutífero, entre historiadores sedentos de atualidade e jornalistas em busca de legitimidade histórica”.⁶⁷⁹

Albert Camus dissera que “o jornalista é o historiador do presente”.⁶⁸⁰ Por sua vez, Jacques Le Goff ponderaria que “a história do presente não raro é mais bem feita pelos sociólogos, os politicólogos, certos grandes jornalistas, do que por historiadores de ofício”.⁶⁸¹ Há quem espere ainda que um dia as páginas da imprensa se tornem prelúdio para os livros de História. Diante disso, é preciso frisar que, apesar de se afinarem sobre o presente, ainda há um descompasso entre o ritmo frenético da mídia e o rigor do método histórico.⁶⁸² Afinal, como passar o presente vivido e midiaticizado pelo crivo da história?

⁶⁷⁷ RIOUX, 1999, p. 41-44.

⁶⁷⁸ NORA, 1995, p. 179-193.

⁶⁷⁹ RIOUX, Jean-Pierre. “Entre história e jornalismo”. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999a, p. 119.

⁶⁸⁰ Cf. RIOUX, 1999a. E LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

⁶⁸¹ LE GOFF, 1995, p. 50.

⁶⁸² LACOUTURE, 1990, p. 219.

Decerto há diferenças sensíveis entre jornalistas e historiadores. Por um lado, os jornalistas precisam convidar os leitores a:

[...] mergulhar sem enfado na torrente ininterrupta de acontecimentos confusos que faz a atualidade, em vencer a angústia da pequena morte diária – a página de jornal é destinada ao lixo, a palavra e a imagem voam sem deixar traço tangível e são pouco arquivadas – redobrando de profissionalismo, só com o risco de acreditar que ele trabalha para o futuro ou de sonhar em editar um dia em volume seus trechos escolhidos.⁶⁸³

Por outro lado, o ofício dos historiadores é de outra ordem. Com Marc Bloch, é preciso considerar que a história não é a ciência do passado. É a ciência dos homens no tempo.⁶⁸⁴ É uma busca, na trilha das pistas para a inteligibilidade do mundo. Sobre o conhecimento na história, Bloch diz: “Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, segundo a feliz expressão de François Simiand, um conhecimento através de vestígios”.⁶⁸⁵

Assim, o historiador peregrina na busca por vestígios dos mundos anteriores, investiga as cinzas de mundos ainda vívidos e palpitantes, rompe com o silêncio sinistro do passado, dá paz aos atormentados, desperta os que descansavam em paz e por vezes reaviva fantasmas que outros quiseram exorcizar, inquire a voz dos documentos, desenreda as verdades e meias-verdades cristalizadas nos pergaminhos, manuscritos e jornais, reescreve novas e efêmeras verdades, a fim de compreender o passado pelo presente e, correlativamente, o presente pelo passado, desvendando suas causas. E, como diria Marc Bloch, as causas em história não são postuladas. São buscadas.⁶⁸⁶ De acordo com Lucien Febvre:

⁶⁸³ RIOUX, 1999, p. 120.

⁶⁸⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 52-55.

⁶⁸⁵ BLOCH, 2001, p. 73.

⁶⁸⁶ Ibid., p. 159.

*La historia, que es un medio de organizar el pasado para impedirle que pese demasiado sobre los hombros de los hombres. La historia que, indudablemente – yo lo decía antes – no se resigna a ignorar y que, por tanto, se las ingenia para aumentar, siempre más, la multitud de los hechos “históricos” de que disponen nuestras civilizaciones para escribir la historia [...]. Porque la historia no presenta a los hombres una colección de hechos aislados. Organiza esos hechos [...]. Es en función de la vida como la historia interroga a la mente.*⁶⁸⁷

Mas nem todos os historiadores são assim, bem como nem todos os jornalistas buscam escavar as verdades na imediatez do mundo contemporâneo. Mais do que arqueólogos do tempo, jornalistas e historiadores são seus arquitetos.

A história é uma construção, não é uma resposta absoluta e positivista sobre o passado. E assim cai por terra a lenda da imparcialidade dos historiadores ⁶⁸⁸, fábula tão cara aos jornalistas. Magnetizados pelo tempo presente, jornalistas e historiadores se atraem, mas ao mesmo tempo se desviam: enquanto o historiador busca construir sólidas pontes e contribuir para posteriores compreensões da História, o jornalista tenderia a construir um saber momentâneo, quase que destinado ao esquecimento antes de se virar a próxima página. Diante disso, temos o jornalismo como uma fonte de investigação – e não como história *per se*. É a pista para uma história que:

⁶⁸⁷ FEBVRE, 1974, p. 244-245. Tradução livre da autora: “A história, que é um meio de organizar o passado para impedir que pese demais sobre os ombros dos homens. A história que, indubitavelmente – eu disse isso antes – se recusa a ignorar e, portanto, busca aumentar, sempre mais, a multidão dos fatos ‘históricos’ de que dispõem nossas civilizações para escrever a história [...]. Porque a história não oferece aos homens uma coleção de fatos isolados. Organiza esses fatos [...]. É nesta função da vida que a história interroga a mente.”

⁶⁸⁸ CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995, p. 67.

[...] deve, mais que nunca, responder ao pedido dos povos, das nações, dos estados, que esperam que ela, mais que uma mestra da vida, seja um espelho da sua idiossincrasia – um elemento essencial desta identidade individual e coletiva que eles procuram com angústia: antigos países colonizadores que perderam seu império e se encerram no pequeno espaço europeu (Grã-Bretanha, França, Portugal), antigas nações que despertam do pesadelo nazi ou fascista (Alemanha, Itália), países da Europa do Leste em que a história não está de acordo com o que a União Soviética gostaria de lhes fazer crer, apanhada entre a história curta da sua unificação e as histórias longas de suas nacionalidades. Os Estados Unidos, que tinham pensado conquistar para si uma história no mundo inteiro e se encontram hesitantes entre o imperialismo e os direitos do homem, países oprimidos que lutam por sua história como pela vida (América Latina), países novos que tateiam os meios para construir a própria história.⁶⁸⁹

Le Monde Diplomatique Brasil é, neste capítulo, a principal pista para compreendermos o movimento das ideias no tempo, pincelando as utopias revolucionárias fervilhantes na América Latina do século XX e as esperanças nascentes no início deste novo século. Assim, pretendemos evidenciar um mapa de ideias e valores construídos historicamente, pois:

[...] é nele que residem os princípios de uma ação que pretende animar o devenir do corpo social, que se fundamenta o sentido que toda sociedade atribui à sua história e que se acumulam as reservas de esperança. Alimenta os sonhos e as utopias, quer sejam projetadas em direção ao passado, a uma idade de ouro com encantos ilusórios, ou em direção ao futuro, a uma posteridade que é desejada e pela qual se deve lutar. Mantém as passividades e resignações, mas também contém em germe todas as tentativas de reformas, todos os programas revolucionários e a força de todas as mudanças bruscas.⁶⁹⁰

⁶⁸⁹ LE GOFF, 2003, p. 138.

⁶⁹⁰ DUBY, Georges. “História Social e ideologias das sociedades”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 131.

4.1.2 JORNALISTAS E INTELLECTUAIS

Antes discutimos os papéis de jornalistas e historiadores, nas suas relações com o tempo presente. Agora jornalistas e intelectuais se tornam alvo para o embasamento teórico para as discussões sobre o movimento das ideias no *Le Monde Diplomatique Brasil*.

A princípio, é preciso considerar que a imprensa ainda possa corresponder a um espaço para que os intelectuais dêem visibilidade sobre a realidade social, como esperava Marx, para quem a crítica dos intelectuais, “a dos filósofos-jornalistas tão apreciados pelos neo-hegelianos de esquerda”, se destina à práxis.⁶⁹¹ A análise crítica das ideologias dominantes devem fazer aflorar suas contradições e seus pontos cegos como passo primeiro para as transformações.

O mundo dos jornais e revistas é uma porta para tais análises críticas, ao abarcar os movimentos de opinião, as indignações e os apelos à mudança.⁶⁹² Assim, as revistas são ao mesmo tempo um observatório da sociabilidade dos círculos intelectuais, como *locus* privilegiado para a análise do movimento das ideias.⁶⁹³ Mas antes de avançar, é preciso definir o que se entende por “intelectuais”.

A partir da perspectiva gramsciniana, Edward Said destaca os “intelectuais orgânicos”, sempre em movimento na luta para mudar as mentalidades.⁶⁹⁴ Para Said, os intelectuais devem representar, dar corpo e voz, articular uma mensagem, um ponto de vista e uma atitude para – e por – um público. Diz Said:

⁶⁹¹ MUHLMANN, Géraldine. “Marx, o jornalismo, o espaço público”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 125.

⁶⁹² MUHLMANN, 2006, p. 119.

⁶⁹³ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 249.

⁶⁹⁴ SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 20.

E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los), isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. Assim, o intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas ou combatidas.⁶⁹⁵

Assim, os intelectuais a que nos referimos respondem a tais princípios, alinhados aos fracos que não têm vez e voz – o que não quer dizer que devam se confinar a um idealismo romântico. Ao contrário, devem se fincar na realidade, sempre alerta para não permitir que meias verdades ou ideias preconcebidas norteiem as mentes.

No entanto, os intelectuais não estão para além do bem e do mal – e se há mentes brilhantes empenhadas na crítica para a defesa das minorias, há ainda pensadores dedicados às cartilhas do *status quo* –, mas são essencialmente imperfeitos, pois lidam como equilibristas entre um realismo firme, um desvelo racional austero e um duelo com seus próprios fantasmas, lassitudes e dilemas pessoais. Ademais, os intelectuais *pertencem* ao tempo presente, pois, nas palavras de Said:

A política está em toda parte; não pode haver escape para os reinos da arte e dos pensamentos puros nem, nessa mesma linha, para o reino da objetividade desinteressada ou da teoria transcendental. Os intelectuais *pertencem* ao seu tempo. São arrebanhados pelas políticas de representações para as sociedades massificadas, materializadas pela indústria da informação ou os meios de comunicação, e capazes de lhes resistir apenas contestando as imagens, narrativas oficiais, justificações de poder que os meios de comunicação, cada vez mais poderosos, fazem circular – e não só os meios de comunicação, mas também correntes de pensamento que mantêm o *status quo* e transmitem uma perspectiva aceitável e autorizada sobre a realidade –, oferecendo o que Mills chama de desmascaramentos ou visões alternativas, nas quais tentam dizer a verdade da melhor forma possível.⁶⁹⁶

⁶⁹⁵ SAID, 2005, p. 26.

⁶⁹⁶ Ibid., p. 35.

Gramsci destaca a imprensa como um dos nichos intelectuais, designadamente a imprensa produtora de um jornalismo “integral” ⁶⁹⁷, isto é, um jornalismo não somente comprometido em satisfazer as necessidades do público-alvo, mas em criar, desenvolver e dar continuidade a essas necessidades. Para Gramsci, as revistas seriam estéreis se não se tornarem a força-motriz para transformações. Neste jornalismo “integral”, a informação crítica conta com espaço privilegiado nas revistas, com um corpo orgânico e completo de informações sobre o que se passa no mundo. Ao triar as informações, as revistas ordenam os muitos mundos, oferecendo aos leitores uma sinopse dos principais acontecimentos. Mas vale dizer que a revista não é mais do que um convite para pensar,

[...] pois nenhuma publicação pode substituir o cérebro pensante ou determinar novos interesses intelectuais e científicos onde só existir interesse pelos bate-papos de café ou onde se pensar que se vive para divertir-se e passar bem. Por isso, não se deve ficar confuso com a multiplicidade de críticas: a multiplicidade de críticas, pelo contrário, é a prova de que se está no bom caminho [...].⁶⁹⁸

Gramsci destaca a revista “política-crítica” como matriz para as discussões intelectuais, “um ponto de chegada no desenvolvimento de um movimento cultural”.⁶⁹⁹ Contando com escritos selecionados e cientificamente elaborados, por um corpo de redatores e editores especializados, tais revistas ultrapassam os almanaques de atualidades e as antologias casuais do cotidiano, pois são pensadas organicamente, de acordo com um plano maior, como o prospecto de um determinado programa de revista, respondendo a uma série orgânica de questões fundamentais, relativas ao poder, à política internacional, à economia e assim por diante. Neste ponto, já é possível enquadrar *Le Monde Diplomatique Brasil* como uma revista “política-crítica”, pois responde impecavelmente a tais requisitos, alavancas para um “jornalismo integral”.

Logo, *Le Monde Diplomatique Brasil* é um dos novos canteiros abertos na arena midiática para os intelectuais ainda resistentes, ao lado dos jornalistas e dos militantes. Unidos, tais atores tecem organicamente a escrita de um presente, fio primeiro de um novo para um futuro, dentre tantos possíveis.

⁶⁹⁷ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

⁶⁹⁸ GRAMSCI, 1982, p. 180.

⁶⁹⁹ Ibid., p. 176.

4.2 UMA NOVA NARRATIVA

Considerando tais diretrizes teóricas sobre as relações entre jornalistas e historiadores e entre jornalistas e intelectuais, este tópico pretende jogar um foco de luz sobre as teorizações ideológicas presentes no *Le Monde Diplomatique Brasil*. São linhas-mestras que perpassam as questões abordadas no capítulo anterior (questões econômicas, questões políticas e questões midiáticas).

Apesar de não corresponderem a papers acadêmicos *stricto sensu*, os artigos publicados na revista podem ser lidos como operetas teóricas, com revisões bibliográficas *virtuoses* ancoradas nos descompassos contemporâneos. Nesse sentido, as páginas oferecem uma rica fonte para a compreensão crítica das ideias defendidas em *Le Monde Diplomatique Brasil* na dialética da construção/desconstrução de novas narrativas para o tempo presente, em que as esquerdas tentam arcar com o desafio de “propor um mundo novo, pensar uma nova sociedade, construir uma utopia, construir uma narrativa – com passado, presente e futuro – que seja capaz de prefigurar uma nova sociedade”.⁷⁰⁰

4.2.1 ESTAÇÃO UTOPIA

Neste momento, é bem-vindo um breve olhar sobre o papel das esquerdas no Brasil e na América Latina no século XX, tanto na época áurea das ideias marxistas quanto na melancolia diante da ascensão do neoliberalismo.

À revelia dos que proclamavam o “fim da história” com o triunfo absoluto do capitalismo, apesar de acossadas pelas estruturas capitalistas, é possível encontrar rotas alternativas dentro da mesma trilha. E a inspiração primária para tal esperança vem de outros tempos, dos tempos em que o pensamento de Karl Marx (1818-1883) reinava nas rodas intelectuais, desde os mais brandos aos mais revolucionários.

Como quer Eric Hobsbawm, um dos pontos de partida para a história é a compreensão da capacidade dos homens de controlar forças de natureza mediante o trabalho manual e mental, da tecnologia e da organização da produção. Em outras palavras, a capacidade

⁷⁰⁰ BAVA, dezembro de 2008, p. 3.

produtiva. “Isto é Marx”, diz Eric Hobsbawm.⁷⁰¹ Assim, a importância histórica do pensamento marxista para pensar e interpretar o mundo – e, para muitos, mais além, para mudar o mundo – conquista tamanhas dimensões a ponto de se ter que “não é possível nenhuma discussão séria da história que não se reporte a Marx ou, mais precisamente, que não parta de onde ele partiu”.⁷⁰²

Marx e Engels diziam que a ideologia é uma representação ilusória acerca da realidade social⁷⁰³, como postulados teóricos que escapam à realidade da produção material. Se os homens formam ideias sobre o mundo, é preciso mirar para além das quimeras, dos dogmas e dos seres imaginários: “Revoltemo-nos contra o império dessas ideias”.⁷⁰⁴ Nesta perspectiva, as ideias dominantes expressam as relações materiais dominantes, ditando o pensamento preponderante de uma época histórica. É o movimento das ideias revolucionárias na sua relação dialética com as ideologias dominantes que está em questão neste momento.

“*Völker hört die Signale*”. Isto é: “Povos, escutem os sinais”. Eram as palavras poéticas espalhadas então aos quatro ventos, no início do século XX:

[...] era o primeiro verso do refrão da “Internacional” em alemão. Os sinais vieram, altos e nítidos, de Petrogrado e – depois que a capital foi transferida para uma localização mais segura em 1918 – Moscou, foram ouvidos onde quer que atuassem movimentos trabalhistas e socialistas, independentemente de sua ideologia, e mesmo além. “Soviets” foram formados por empregados da indústria do tabaco em Cuba, onde poucos sabiam onde ficava a Rússia. Os anos de 1917-19 na Espanha vieram a ser conhecidos como o “biênio bolchevique”, embora a esquerda local fosse anarquista apaixonada, ou seja, politicamente no pólo oposto ao de Lenin. Movimentos estudantis revolucionários irromperam em Pequim em 1919 e Córdoba em 1918, logo espalhando-se por toda a América Latina e gerando líderes e partidos marxistas revolucionários.⁷⁰⁵

⁷⁰¹ HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 43.

⁷⁰² HOBBSBAWM, 1998, p. 43.

⁷⁰³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

⁷⁰⁴ MARX, ENGELS, 2007.

⁷⁰⁵ HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 71-72.

Eric Hobsbawm assim nos ilustra o nascimento dos comunistas: o filho de um casamento, “tanto por amor quanto por conveniência”, entre as esquerdas nacionais e a Revolução Russa.⁷⁰⁶

Entre 1918 e 1922, partidos comunistas foram fundados na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai. Em 1925, Cuba fundava seu Partido Comunista. Durante a crise de 1929, mais partidos foram lançados na Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela.⁷⁰⁷ Mas o marxismo foi introduzido e disseminado na América Latina por imigrantes alemães, italianos e espanhóis por volta do final do século XIX, impulsionando a fundação dos primeiros partidos operários.⁷⁰⁸

Os primeiros pensadores valeram-se das ideias marxistas, dando início a uma corrente, inspirada pela II Internacional, com uma ala moderada representada por Juan B. Justo – o primeiro tradutor de *O Capital* para o espanhol – e uma ala revolucionária liderada por Luis Emilio Recabarren. No entanto, as primeiras tentativas de lançar uma perspectiva marxista sobre a realidade latino-americana e estabelecer diretrizes para uma política revolucionária vieram com a corrente comunista, nascentes na década de 20 por duas fontes distintas: os partidos socialistas – “que cerraram fileiras em torno da Revolução de Outubro, em sua corrente majoritária (Uruguai, 1920, e Chile, 1922) ou em sua ala esquerda (Argentina, 1918)” – e as correntes anarquistas e anarco-sindicalistas, com vias para o bolchevismo (México, 1919, e Brasil, 1922).⁷⁰⁹ Nesse primeiro momento, a orientação política se inspirava nas primeiras resoluções da III Internacional.

Houve uma época, não faz muito tempo, em que o internacionalismo era um componente-chave das lutas proletárias e das políticas progressistas em geral. “O proletariado não tem pátria”, ou melhor, “a pátria do proletariado é o mundo inteiro”. A “Internacional” era o hino dos revolucionários, a canção de futuros utópicos. [...] De Berlim a Moscou, de Paris a Nova Délhi, de Argel a Hanói, de Xangai a Jacarta, de Havana a Nova York, lutas ecoavam lutas através dos séculos XIX e XX.⁷¹⁰

⁷⁰⁶ HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 15.

⁷⁰⁷ CODOVILLA, Vittorio. “História do marxismo na América Latina”. In: LOWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 430.

⁷⁰⁸ LÖWY, Michael. “Introdução”. In: LÖWY, Michael (Org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 14.

⁷⁰⁹ LÖWY, 2006, p. 14.

⁷¹⁰ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 68-69. Vale ressaltar, porém, que Antonio Negri e Michael Hardt não consideram o internacionalismo como uma

Se houve, portanto, uma época em que as ideias revolucionárias se espalhavam pelo mundo, os ecos dessas lutas não tardariam em reverberar na América Latina. Em linhas breves, Michael Löwy vê três momentos da história do marxismo latino-americano. A princípio, um período revolucionário, dos anos 20 até meados dos anos 30, ilustrada, na teoria, na obra do peruano José Carlos Mariátegui e, na prática, na insurreição de El Salvador de 1932 – momento em que “os marxistas tendiam a caracterizar a revolução latino-americana como, simultaneamente, socialista, democrática e antiimperialista”.⁷¹¹

O segundo momento abarca o período stalinista, de meados de 1930 até 1959, com o predomínio da interpretação soviética do marxismo. A ênfase stalinista faz referência à criação de um aparelho dirigente – hierárquico, burocrático e autoritário – em cada partido, “intimamente ligado, do ponto de vista orgânico, político e ideológico, à liderança soviética e que seguia fielmente todas as mudanças de sua orientação internacional”.⁷¹²

A Revolução Cubana de 1959 que, para Florestan Fernandes, tem sua essência não na conquista de ter desatado o nó górdico do neocolonialismo e da dominação imperialista, mas na construção de um caminho socialista para o futuro ⁷¹³, marca o início de um novo período revolucionário:

[...] que vê a ascensão (ou consolidação) de correntes radicais, cujos pontos de referência comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimidade, em certas situações, da luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara.⁷¹⁴

Entre as diversas tendências inspiradas no marxismo – bolchevismo, trotskismo, maoísmo, stalinismo, entre outras – a interpretação de Che Guevara foi a que mais conquistou corações e mentes revolucionárias. O marxismo guevarista postulava a importância de uma

espécie de consenso entre as diversas identidades nacionais. Ao contrário, os autores apontam que o internacionalismo proletário era antinacionalista, portanto, supranacional e global.

⁷¹¹ LÖWY, 2006, p. 9-10.

⁷¹² Ibid., p. 27.

⁷¹³ FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: A Revolução Cubana*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2007, p. 41.

⁷¹⁴ LÖWY, 2006, p. 10.

ética comunista no processo revolucionário, de caráter socialista, tendo a luta armada como um campo de combate aos regimes ditatoriais predominantes na América Latina.⁷¹⁵

Ainda nas décadas de 1950 e 1960, uma onda de regimes direitistas passou a inundar a América do Sul. A primeira onda se dá na Argentina, com a chamada “Revolução Libertadora”, ditadura desencadeada com o golpe militar contra o presidente caudilhistas Juan Domingo Perón, em 1955. Na Bolívia revolucionária, os militares tomaram o poder em 1964, talvez justamente pelos temores provocados pelas inspirações cubanas no país, onde Che Guevara foi assassinado pela CIA durante uma improvisada tentativa de insurreição guerrilheira.⁷¹⁶

1964 marca ainda o golpe contra o presidente João Goulart no Brasil. No Uruguai, embora os militares tomassem o movimento de guerrilha urbana como pretexto para os assassinatos e torturas, é o surgimento da frente popular da “Ampla Esquerda” que alavanca o golpe militar em 1972. No Chile, a ditadura derruba a esquerda unida de socialistas, comunistas e demais progressistas, liderados por Salvador Allende, eleito presidente em 1970 e brutalmente assassinado em 11 de setembro de 1973, dando lugar ao general golpista Augusto Pinochet.

Tempos depois, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai oficializam a aliança político-militar chamada “Operação Condor” em 1975, que pretendia reprimir os opositores do poder vigente e frear as tendências esquerdistas revolucionárias que, na América Latina, tinha marcado seus passos primeiros na rebeldia florescente nos anos 1950. Na interpretação de Eric Hobsbawm:

Os rebeldes latino-americanos na década de 1950 inevitavelmente se viram não só recorrendo à retórica de seus libertadores históricos, de Bolívar ao José Martí da própria Cuba, mas à tradição antiimperialista e social-revolucionária da esquerda pós-1917.⁷¹⁷

Na verdade, o flerte entre intelectuais latino-americanos e o marxismo crescia ao longo dos anos 60. As ideias marxistas desbravaram muitos campus universitários, com diversos estudos de sociologia, economia, história e política sobre a realidade latino-americana, com as palavras-chaves: dependência, subdesenvolvimento, populismo, questão

⁷¹⁵ LÖWY, 2006, p. 45-46.

⁷¹⁶ HOBBSAWM, 1995, p. 430.

⁷¹⁷ Ibid., p. 426-427.

agrária, movimentos operários e camponeses, marginalidade.⁷¹⁸ Os intelectuais da época, ainda que com teses contraditórias e controvérsias teóricas, contribuíram para o amadurecimento da interpretação marxista, como Florestan Fernandes, Pablo Gonzales Casanova e Ruy Mauro Marini.

Nos anos 70 e 80, as esquerdas, inflamadas ainda com as esperanças em torno da União Soviética, tiveram de se “unir” – isto é, mantendo suas distinções, mas unindo-se com um mínimo de coerência, contra os regimes autoritários direitistas. No entanto, as aberturas dissolveram os fios de coerência que sustentavam as esquerdas.

Os acontecimentos dos anos 1989-91 não deixaram de ter um impacto sobre a esquerda marxista latino-americana. Mais do que a queda do Muro de Berlim e o fim pouco glorioso da URSS – duramente sentidos sobretudo pela corrente comunista identificada com o modelo soviético – foi a derrota sandinista que teve maiores consequências para [...] o desarme das guerrilhas na América Central, no quadro de acordos de paz acompanhados de garantias democráticas. A isto se deve acrescentar as dificuldades de Cuba: se existe enorme simpatia pelo combate de Cuba em defesa das conquistas da revolução e contra o bloqueio norte-americano, a falta de democratização do regime e certas práticas autoritárias [...] têm suscitado muitas dúvidas e críticas na esquerda latino-americana. Estes e outros acontecimentos, num contexto de ofensiva capitalista neoliberal triunfante, levaram vários intelectuais ou dirigentes de esquerda “realistas” a proclamarem o fim do período aberto pela Revolução Cubana de 1959, e o início de uma época de “consenso democrático”, no qual as reformas necessárias se dariam no quadro da economia (capitalista) de mercado. A revolução seria um capítulo encerrado na história da América Latina e em seu lugar só poderia ter consequência uma política moderada de reformas, implementada por governos de centro-esquerda.⁷¹⁹

Michael Löwy nos convida a pensar sobre a esquerda pós-Cuba, na perspectiva realista de Jorge Castañeda. Com o fim da Guerra Fria, a esquerda latino-americana via-se em um novo momento. Por um lado, a ascensão de governos esquerdistas não mais se defrontava com a memória dos muros que apartavam capitalismo e socialismo, pois não mais os Estados Unidos teriam o pretexto para suas intervenções diante das ameaças comunistas. Por outro, a esquerda já não tem desculpa para seus fracassos históricos.⁷²⁰

⁷¹⁸ LÖWY, 2006, p. 49.

⁷¹⁹ Ibid., p. 61.

⁷²⁰ CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Para Castañeda, as convulsões da União Soviética e a agonizante Cuba marcam o fim dos tempos revolucionários inspirados na Rússia de 1917. Às esquerdas, todavia, caberiam ainda os motores para as transformações sociais radicais. Ainda que se reerguendo das melancólicas desilusões pelas derrotas históricas no século passado, a ascensão do neoliberalismo abre um novo capítulo para as esquerdas latino-americanas pois, em resposta, as vitórias de governos esquerdistas estão renovando as discussões sobre o futuro o que, para Jorge Castañeda, é uma resposta lógica da democracia.⁷²¹ Assim, com a ruína das ditaduras latino-americanas, a sociedade daria seus primeiros e cambaleantes passos no jogo democrático, elegendo novos governos progressistas que viriam a satisfazer suas aspirações, na esperança de estancar as mazelas humanas, a miséria e as injustiças.

Neste horizonte, as esquerdas miram suas derrotas pelo retrovisor, na tentativa de espelhar para o presente os erros que não querem repetir. Finda a época das revoluções, abrem-se as propostas para construção de alternativas reformistas, ainda leais aos princípios de abrandar as disparidades econômicas, garantir o bem-estar social, respeitar as liberdades individuais e os direitos humanos.

Para além dos prélios travados pelos partidos políticos na escalada pelo poder, os movimentos sociais contemporâneos e os intelectuais apostam neste novo momento, afrontando as delinquências deliberadas do neoliberalismo, as intromissões imperialistas desculpadas por razões oblíquas e as barbáries civilizadas de uma humanidade sem direitos humanos. Se o Fórum Social Mundial é um dos anéis dessa nova corrente, o é também *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Se antes eram as radicais revoluções, hoje é a construção de alternativas por reformas. Se antes eram as guerrilhas na Sierra Maestra, hoje são os levantes zapatistas de Chiapas. Se antes eram as utopias, hoje é a franca esperança nos outros mundos possíveis.

Para os marxistas mais fervorosos, seria uma heresia abdicar das prerrogativas revolucionárias para pensar as transformações do mundo. No entanto, esta é uma leitura possível sobre o presente, uma vez que a vitória comunista se tornara irreal e cada vez mais distante. O que está em questão não é mais a apriorística tomada de poder para se transformar o mundo, com a socialização dos meios de produção como garantia a uma sociedade realmente democrática, mas um mundo muito pausadamente transformado por *dentro* dos labirintos do poder.

⁷²¹ CASTAÑEDA, 1994.

Pessimistas cínicos e “realistas” dirão que é uma ilusão considerar tais movimentações subterrâneas como motores de transformação social. Enquanto isso, os otimistas assentam suas esperanças no futuro. Esperam demais dos encontros caóticos do Fórum Social Mundial, dos bons corações idealistas, das brilhantes mentes teorizantes, dos rebeldes burgueses, dos estudantes pseudo-revolucionários, dos trabalhadores despolitizados, dos jornalistas mascates das palavras. Esperam demais por uma sonhada “sociedade civil planetária” que ainda não fez a travessia das páginas às ruas. Esperam o Eldorado onde reina o Éden de dólares, libras esterlinas e euros. Esperam piscar e ver os sonhos convertidos em realidade.

É preciso recuar nestas duas posições para entrever os movimentos das ideias na contemporaneidade para responder a uma questão capital: o pensamento marxista ainda vive no século XXI? Se Raymond Aron diz que:

O marxismo é uma síntese em si: combina os temas maiores do pensamento progressista. Invoca a ciência que garante a vitória final. Exalta a técnica que transforma a marcha imemorial das sociedades humanas. Faz sua a eterna aspiração da justiça, anuncia a desforra dos infelizes. Afirma que um determinismo comanda o desenrolar do drama, mas esta necessidade é dialética, implica a contradição entre os regimes que se seguem, na ruptura violenta na passagem de um regime para outro e na reconciliação final entre as exigências aparentemente contraditórias. Pessimista à vista, otimista a prazo, espalha a fé romântica na fecundidade dos transtornos.⁷²²

Ao sugar e dispensar a ironia ácida das palavras de Aron, resta-nos uma resposta branda que talvez permita compreender as ideias de *Le Monde Diplomatique Brasil* ao discutir as esquerdas contemporâneas: o pessimismo à vista, com suas severas críticas à doutrina capitalista neoliberal e às políticas imperialistas; o otimismo a prazo, à luz das expectativas altermundialistas; mas na perspectiva inestimável de um futuro a ser escrito, na esperança. E se a utopia é menos uma perspectiva para o futuro e mais uma recusa do presente, já se pode dizer que a esquerda muito lentamente marcha para uma nova estação.

⁷²² ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília: Editora UnB, 1980, p. 114.

4.2.2 PRÓXIMA ESTAÇÃO: ESPERANÇA

Um novo marxismo para um novo mundo. Esta é uma das questões abertas por *Le Monde Diplomatique Brasil*, com utopia, ideias e ideologias como palavras-chaves para tais discussões teóricas. Antes de avançar no “novo” marxismo, é bem-vinda uma breve discussão sobre o marxismo clássico e as ideias socialistas presentes na revista.

Nos *Cadernos da América Latina*, assim Marilena Chauí define o socialismo:

Socialmente, define-se pelas ideias de justiça – “a cada segundo suas necessidades e capacidades”, no dizer de Marx –, abundância – não há apropriação privada da riqueza social –, igualdade – não há uma classe detentora de riqueza e privilégios –, liberdade – não há uma classe detentora do poder social e político –, autonomia racional – o saber não está a serviço dos interesses privados de uma classe dominante –, autonomia ética – os indivíduos são os agentes conscientes que instituem normas e valores de conduta –, e autonomia cultural – as obras de pensamento e as obras de arte não estão determinadas pela lógica do mercado nem pelos interesses de uma classe dominante. Essas ideias e valores, que definem o socialismo, exprimem direitos.⁷²³

A fim de compreender o peso dos ideais socialistas, Moshe Lewin⁷²⁴ revisita a Revolução de Outubro de 1917, alvo de “inúmeras polêmicas, apoios exaltados e ataques furiosos, otimismo simplistas e condenações sumárias”.⁷²⁵

Em 1917, diante da paralisia de praticamente *todas* as instituições, a Rússia caminhava rumo aos levantes camponeses e à guerra civil, até que a revolução se fez como uma resposta ao caos generalizado.⁷²⁶ Moshe Lewin considera que:

⁷²³ CHAUI, Marilena. “Cultura e democracia” In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, julho de 2008, p. 8.

⁷²⁴ Moshe Lewin foi diretor da École des Hautes Études de Paris e professor da Birmingham University. É autor de *Le siècle soviétique* (Fayard/Le Monde Diplomatique, 2003).

⁷²⁵ LEWIN, Moshe. “A Revolução Russa noventa anos depois”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 31.

⁷²⁶ LEWIN, novembro de 2007, p. 31.

Em poucas palavras, não foi a revolução que desencadeou a crise: uma crise muito profunda é que foi resolvida pela revolução conduzida pelos bolcheviques, depois que outras forças, que tentaram desesperadamente conduzir a situação, não fizeram senão aprofundá-la. Contrariamente a certas ideias preconcebidas, nesse momento, o regime político oficial, simbolizado pelo Governo Provisório instaurado após a queda do czarismo em fevereiro de 1917, não passava de um cenário — nele nada acontecia. Estava exaurido, acabado. Não existia mais poder de Estado, apenas um semblante.⁷²⁷

Lewin ainda destaca o stalinismo, como ilustração máxima para o envelhecimento do sistema soviético, condenado a um sistema altamente policíesco e burocrático, rigorosamente centralizado e “irreformável”, a ponto de, com o impacto das mudanças produzidas na sociedade pela política de Estado, “cavar a própria cova”.⁷²⁸ A respeito do caráter socialista da Revolução de Outubro, Lewin não hesita em autenticá-lo. No entanto, sobre um “Estado soviético socialista”, recua, ao dizer:

É difícil sustentar uma tese dessas. O fato de haver-se autodesignado como “socialista”, tendo um partido “comunista”, não tem outra relevância que não a dos slogans e cartazes oficiais. [...] O socialismo é uma forma de democracia que ultrapassa todas as formas possíveis dentro do mundo capitalista. Isso nada nos diz acerca do tipo de sistema econômico que uma tal democracia poderia aspirar pôr em prática. É a simples afirmação de que esses sistema deve estar nas mãos da sociedades, sem capitalistas nem burocratas.⁷²⁹

Mas Lewin pondera que a alastrada ideia de que uma URSS *realmente* socialista era indispensável para conferir legitimidade ao sistema, nacional e internacionalmente. “Mas essas declarações não resistiam ao crivo da realidade, não apenas fora da Rússia, como também dentro de suas próprias fronteiras”.⁷³⁰ Mas se Lewin não considera o Estado soviético como socialista,

⁷²⁷ LEWIN, novembro de 2007, p. 31.

⁷²⁸ Ibid., p. 31.

⁷²⁹ Ibid., p. 31.

⁷³⁰ Ibid., p. 31.

Por outro lado, os responsáveis por Outubro, estes sim. As ideias nas quais acreditavam, e que puseram em prática, continuam atualmente tão vitais quanto eram na época, na medida em que se engajaram bem no cerne das fissuras de um país e de uma nação em vias de esfacelamento e restituíram à Rússia seu papel atuante dentro da história.⁷³¹

Na esteira das considerações sobre as ideias de Outubro de 1917, Michael Löwy⁷³² escreve sobre as *Notas Críticas ao Manual de Economia Política*, obra soviética com comentários ácidos e irônicos feitos por Ernesto Che Guevara. A nova obra contém ainda uma carta a Fidel Castro e notas sobre os escritos de Marx e Lênin, entre outras anotações de Che.

Löwy considera que Che Guevara se distanciara das ilusões iniciais sobre a URSS e o marxismo soviético, com suas críticas ao “continuismo ideológico” com a edição dos “calhamaços soviéticos” para o ensino do marxismo em Cuba – “um ponto de vista convergente com o defendido na mesma época por Fernando Martínez Heredia, Aurélio Alonso e seus amigos do Departamento de Filosofia da Universidade de Havana, editores da revista *Pensamiento Critico*”.⁷³³ Para Löwy, Che buscava um outro modelo, “um método diferente de construção do socialismo, mais solidário, mais igualitário, mais radical”.⁷³⁴ Essa busca se daria conforme as transformações do pensamento de Che, pois se em um primeiro momento (1960-1962) apostara no “socialismo real”, após suas visitas à URSS e aos países do Leste Europeu, ele se mostra “mais crítico”, especialmente durante as discussões econômicas em Cuba (1963-1964). A busca de Che, interrompida por sua morte em outubro de 1967 na Bolívia, ainda continua.

Um novo marxismo continua a ser discutido no *Le Monde Diplomatique Brasil*, com Jacques Bidet⁷³⁵ e Gérard Duménil⁷³⁶, para quem a ordem social moderna comporta duas forças dominantes: o mundo dos “capitalistas” e o dos gestores privados e públicos.⁷³⁷ Dizem os autores:

⁷³¹ LEWIN, novembro de 2007, p. 31.

⁷³² Michael Löwy é sociólogo e diretor de pesquisa em sociologia do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) de Paris. Autor do *La Pensée de Che Guevara* (Syllepse, 1997).

⁷³³ LÖWY, Michael. “Os cadernos inéditos de Che Guevara”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 26-27.

⁷³⁴ LÖWY, outubro de 2007, p. 26.

⁷³⁵ Jacques Bidet é filósofo, professor emérito da Université Paris X, editor da revista *Actuel Marx*.

⁷³⁶ Gérard Duménil é economista e diretor do Centre National de la Recherche Scientifique.

⁷³⁷ BIDET, Jacques; DUMÉNIL, Gérard. “Um novo marxismo para um novo mundo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 24.

Em meio à tormenta da globalização neoliberal, a esquerda entrou em recessão. A França, país que supostamente poderia constituir uma exceção, alinha-se a uma situação praticamente generalizada: um enfraquecimento histórico do antagonismo entre pretensões políticas rivais. Assumindo o discurso da direita reacionária e uma política econômica liberal, Nicolas Sarkozy conseguiu ser ouvido pelas camadas populares mais fragilizadas. Ele conseguiu convencê-las de que detém os meios de concretizar as esperanças que a esquerda encarnava, arregimentando seus ideólogos e neutralizando suas lideranças. A derradeira convergência teria levado a melhor na “luta final”? ⁷³⁸

No pós-guerra, enquanto o capitalismo continuava a se desdobrar em guerras coloniais e destruições ecológicas, as prerrogativas da propriedade capitalista haviam arrefecido, com a entrada das indústrias nacionais, os serviços públicos, as políticas de emprego e de desenvolvimento. A esquerda passa a se fincar no “compromisso social-democrata”, uma dinâmica “socializante”:

No “compromisso social-democrata” que prevaleceu durante os *Trente Glorieuses*, estabeleceu-se uma aliança entre as classes fundamentais e os diretores-e-competentes, diversamente representada por partidos socialistas ou comunistas. As classes fundamentais constituíam sua força motriz; os diretores-e-competentes, a mola propulsora. A inspiração provinha dos dois componentes. O Estado-nação tornou-se o Estado social. A gestão das empresas e das políticas escapava em grande parte aos detentores do capital. Falava-se de economia mista, entre capitalismo e socialismo. ⁷³⁹

No final dos anos 70, os capitalistas iniciavam um novo ciclo histórico: o neoliberal. Três décadas mais tarde, a vitória neoliberal se mostra quase que irrevogavelmente definitiva a ponto de erguer uma nebulosa incerteza em torno da própria ideia de esquerda. “Uma sensação de vazio, como a perda de uma crença. Um desespero dissimulado, que paralisa”. ⁷⁴⁰ Bidet e Duménil questionam:

⁷³⁸ BIDET, DUMÉNIL, outubro de 2007, p. 24.

⁷³⁹ Ibid., p. 24.

⁷⁴⁰ Ibid., p. 24.

O que falta então para a “esquerda” compreender sua própria história, fazer um balanço – da sua irresistível ascensão ao seu declínio histórico – e ter condições de vislumbrar uma saída, por mais difícil que seja? Ao mesmo tempo em que recorremos a Marx, afirmamos que é o próprio marxismo que devemos culpar. Pois foi ele que consagrou, na cultura comum, esta divisão em dois campos: *trabalho* contra *capital*. Ora, esse mito fundador introduz um viés falacioso. A ordem social moderna comporta não uma, mas duas forças sociais dominantes: ao mundo dos “capitalistas” articula-se um outro, dos organizadores, dos gestores privados e públicos, dos especialistas de todo tipo – os “diretores-e-competentes”.⁷⁴¹ É a essas duas forças, ligadas e no entanto antagônicas, que faz face o conjunto das “classes fundamentais populares”. É a partir disso que se pode compreender a moderna luta de classes – um jogo a três, não a dois.⁷⁴²

Relendo Marx, os autores consideram que, no mundo moderno, a estrutura de classes responde à afirmação da liberdade e da igualdade de todos, tal como supostamente se dão em uma economia de mercado. E esta lógica só se realiza se submeter o trabalhador à condição de mercadoria explorável. Assim, esta economia é capitalista, e não apenas mercante, com o fator mercado dando lugar à propriedade privada dos modos de produção. “É, diz Marx, com essa matriz mercante que é preciso acabar, porque ela condiciona todo o resto”.⁷⁴³ Além disso, outro princípio racional presente nesta lógica é a “organização”, isto é, o equilíbrio *a priori* e não mais *a posteriori* das decisões de produção. “É daí que a classe operária extrairá sua força ascendente”, abrindo uma era pós-mercante, fundada na organização acertada entre trabalhadores livres e iguais.⁷⁴⁴

Essa “longa narrativa” resume a grande utopia do século XX, inspiradora de revoluções heróicas, lutas e reformas emancipadoras, que mudaram o destino do mundo. Referência teórica fundamental, ela abriga, contudo, uma face obscura, pois oculta que também a organização, a exemplo do mercado, é um fator de classe: o outro lado da moeda. E que a forma moderna de sociedade repousa sobre esses dois pilares. A dominação de classe nisso depende de duas forças relativamente distintas, uma que opera por meio da propriedade

⁷⁴¹ Nota do tradutor de *Le Monde Diplomatique Brasil: Cadres-et-compétents*, expressão que joga com as palavras *cadre* e *compétence*: “*cadre*”, que designa também o “revolucionário profissional”, refere-se a funcionários assalariados em cargo de direção, concepção ou controle que constituem a espinha dorsal da organização; e “*compétences*”, suas capacidades e atribuições gerenciais.

⁷⁴² BIDET, DUMÉNIL, outubro de 2007, p. 24.

⁷⁴³ Ibid., p. 24.

⁷⁴⁴ Ibid., p. 24.

capitalista, outra pela via da “competência” – que garante a organização econômica, administrativa, cultural. Assim, Bidet e Duménil balizam um neomarxismo:

Esse paradigma, que chamamos de “neomarxismo”, implica uma revisão importante da análise das estruturas de classe proposta pelo marxismo clássico. Coloca para ela a questão de saber por que lhe escapa essa dualidade da dominação, registrada pelas sociologias e acessível ao senso comum. Por que essa ideia é estranha a sua abordagem, que trata a burocracia como uma patologia, sem discernir na organização um fator de classe? A razão repousa no fato de o marxismo clássico também ter emergido historicamente, diante da propriedade capitalista, como o discurso de um acordo tácito, e um tanto oculto, entre os diretores-e-competentes e as classes populares. E é por isso que ele pôde se constituir como doutrina oficial do “movimento operário”, tanto dentro do “socialismo real” quanto no seio do “socialismo dentro do capitalismo”. Nessas correntes históricas, afirma-se uma identidade de classe ambivalente, constantemente negada, orientada para um compromisso entre a “classe operária” e o pólo do grupo diretivo econômico e cultural.⁷⁴⁵

A “organização” para o acerto entre todos seria basal, pois o poder de todos tenderia a se relacionar ao poder dos organizadores. Durante o século XX, o capitalismo oscilaria entre duas forças socialmente dominantes: as finanças e a organização. As finanças prevaleceram até 1933, início do *New Deal* norte-americano, seguidas pela organização até a década de 1970, até que foram novamente vencidas pelas finanças: “Quando estas levam a melhor, impõem aos organizadores a dinâmica da mudança social que lhes é própria. Quando prevalece o pólo da organização, é porque este se aliou, contra as finanças, às classes populares”.⁷⁴⁶ Uma aliança histórica entre as classes populares e os diretores-e-competentes, que se fez decisiva nos combates do “Terceiro Mundo”, nos movimentos revolucionários latino-americanos e nos movimentos operários pelo mundo afora. No entanto, há de se perguntar: Por que as finanças venceram? Para Bidet e Duménil, os capitalistas logo viram a natureza do inimigo:

⁷⁴⁵ BIDET, DUMÉNIL, outubro de 2007, p. 24.

⁷⁴⁶ Ibid., p. 24.

Porque o represamento dos poderes e rendimentos das finanças dentro do compromisso social-democrata não havia passado despercebido. Os ideólogos das classes capitalistas, de Friedrich von Hayek a Milton Friedman, haviam desde o início compreendido a natureza do processo, tanto no plano nacional quanto no internacional. As finanças retomaram sua combatividade (a lembrança da crise de 1929 se apagava), seu poder se reconstituía, notadamente com o surgimento de um novo sistema financeiro, o dos mercados europeus, ao abrigo do controle dos bancos centrais.⁷⁴⁷

Em 1979, a economia minada por altíssimos juros e por crises convulsivas de um Terceiro Mundo devedor, abre cicatrizes no compromisso social-democrata, que estancam com uma nova disciplina: as tendências capitalistas à globalização financeira neoliberal. “A globalização mudava de natureza. Impunha uma nova divisão internacional do trabalho, sob a hegemonia americana”.⁷⁴⁸ Diretores-e-competentes passaram do compromisso social-democrata ao compromisso neoliberal.

“*Feu la gauche!* – a esquerda está morta. E a questão se impõe então às classes fundamentais: como retomar a iniciativa política?”⁷⁴⁹ Para respondê-la, Bidet e Duménil consideram que é preciso passar de um jogo a três (os capitalistas, os diretores-e-competentes e os trabalhadores) para um jogo a dois (a direita e a esquerda).

Distante dos séculos XIX e XX, o mundo contemporâneo se encontra em uma sinuca histórica, “ao mesmo tempo estimulada pelas rachaduras do neoliberalismo e ameaçada pelas contradições que alimentam nacionalismos e sectarismos de todo tipo”⁷⁵⁰, pois:

⁷⁴⁷ BIDET, DUMÉNIL, outubro de 2007, p. 24.

⁷⁴⁸ Ibid., p. 24.

⁷⁴⁹ Ibid., p. 24.

⁷⁵⁰ Ibid., p. 25.

O mundo operário perdeu sua centralidade, seu lugar estratégico na produção, que fazia dele um elemento motor. A aliança com os diretores-e-competentes tornou-se problemática. As classes fundamentais encontram-se em uma sinuca histórica. A dificuldade reside, por um lado, no fato de que a força necessária para a marginalização da propriedade capitalista se constrói mediante a aliança com um parceiro que pode encontrar aí suas próprias razões, mas que ao mesmo tempo continua – do alto de suas prerrogativas de expertise e direção – um adversário de classe. Porque a dominação é dupla, o combate tem de ser travado nas duas frentes. É claro, por outro lado, que as classes fundamentais só podem preponderar se concretizarem a unidade política das frações entre as quais tendem a se dividir. Esse fracionamento congênito se manifesta em sua dispersão sobre o tabuleiro político. A direita “proprietária” fascina os trabalhadores independentes e as camadas mais frágeis da classe assalariada. A esquerda “organizadora e competente” aspira a um salário público e, mais comumente, àqueles que ambicionam uma ascensão social pelas vias da competência. Essas tensões delineiam vagamente as exigências de um programa de união popular. É essa política de unidade e de aliança que marcou a história moderna com momentos plenos de emancipação, reformas ou revoluções. Não existe nenhuma estrada real, alternativa. Não existe outra escolha de porvir a não ser desenvolvê-la do mais local às escalas mais vastas, da Europa ao espaço-mundo.⁷⁵¹

Ainda com Marx, os autores consideram que a luta contra o capitalismo e sua riqueza abstrata é uma luta por condições concretas de existência, por uma prevalência da vida social sobre a produção. No entanto, no mundo moderno, há espaço para um novo marxismo? Para os autores, resta contar com os movimentos dispersos e circunstanciais, nos seus combates cotidianos contra os golpes “sempre renovados” do capitalismo e contra a elite. “Portanto, é de uma simbiose, de uma convivência intelectual, moral e política entre partidos e movimentos que emergirá uma Esquerda maiúscula, capaz de enfrentar o poder capitalista”.⁷⁵² No entanto, destacam que o “sistema do mundo” capitalista não opõe apenas direitas e esquerdas nos espectros políticos nacionais, mas opõe mundialmente centros e periferias, transformando as relações de classes em relações assimétricas, de dominação e de guerra. Diante da ainda nebulosa consciência sobre esse “sistema”, os autores consideram que:

⁷⁵¹ BIDEI, DUMÉNIL, outubro de 2007, p. 25.

⁷⁵² Ibid., p. 25.

Não se pode aqui contar com os partidos para organizar a Internacional. É a forma do movimento que prevalece. Em busca de suas bases sociais, de sua “mundialidade”, também de sua ideologia, um novo marxismo, para um novo mundo, ainda está longe de ser inventado.⁷⁵³

As discussões sobre o futuro continuam com a escritora Evelyne Pieiller, para quem, a missão das esquerdas é atenuar as disparidades.⁷⁵⁴ Diz:

A questão não é nova, mas cada vez mais candente. As promessas de Liberdade-Igualdade-Fraternidade anunciadas pela República apontavam para um mundo compartilhado, e não se cumpriram. Como fazer para que esses compromissos não sejam apenas enunciados formalmente, como direitos, mas tornem-se dados concretos, efetivos? Evidentemente, é no domínio da “igualdade” que o descumprimento é mais flagrante, traduzindo-se tanto em diferenças gritantes de renda quanto na famosa “pane” do elevador social, ou, ainda, na crescente vulnerabilidade dos mais pobres que se convencionou chamar de “acidentes da vida”, advindas do desemprego, das doenças, entre outros... Da mesma forma, a “liberdade” só tem sentido completo quando se pode escolher uma profissão, ou o lugar onde se quer morar. Todos livres e iguais, mas, claro, uns mais que outros...⁷⁵⁵

Mas após o colapso da URSS, as referências se relativizaram. Entre o “fim da história” e a nova época, marcada pelo “fim das ideologias”, Evelyne Pieiller considera necessário “reconhecer a morte da ‘utopia’ comunista e o triunfo do bom senso e, com mais ou menos entusiasmo, aceitar que a economia de mercado e a democracia são intrinsecamente ligadas”.⁷⁵⁶ Ao reconhecer tais pilares contemporâneos, tal ideia consagra o mercado, como se as revoluções estivessem destinadas aos erros do passado, como mostrara o Leste Europeu, mas, ao mesmo tempo, a ideia leva o aviltamento da direita e da esquerda.

Se é certo que os valores da direita diferem dos da esquerda, a autora questiona: “Qual ideal, qual projeto para o mundo pode se afirmar sobre a marca do realismo? Não há, por

⁷⁵³ BIDET, DUMÉNIL, outubro de 2007, p. 25.

⁷⁵⁴ PIEILLER, Evelyne. “A esquerda se tornou liberal”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 21, abril de 2009, p. 14.

⁷⁵⁵ PIEILLER, abril de 2009, p. 14.

⁷⁵⁶ Ibid., p. 14.

definição – e ousemos dizê-lo –, contradições a nomear e resolver?”.⁷⁵⁷ Nos dias atuais, há uma tempestade de expectativas sobre o futuro da política, que:

[...] diz respeito não apenas aos eleitores de espírito dito socialista, mas provavelmente a todos os cidadãos inquietos, desejosos de compreender se as mazelas sociais são uma fatalidade, se o futuro tem apenas uma cara, com diferentes maquiagens, ou se uma mudança de fato é possível... Em suma, trata-se de questionar o pensamento da esquerda, que se tornou liberal. O debate no âmbito desse socialismo modernizado procura responder se é a inscrição concreta de valores éticos no mundo real que, essencialmente, permitiria a concretização das promessas da democracia. Trata-se de uma concepção particular de igualdade e dos meios de alcançá-la. Propõe-se outra visão de homem.⁷⁵⁸

A esquerda se tornou liberal. Esta é a questão capital de Evelyne Pieiller. Dialogando com o filósofo Serge Audier, a autora destaca a genealogia do socialismo liberal, fundada na recusa do liberalismo “burguês” e a do “totalitarismo comunista”. No entanto, critica:

Sejam quais forem as diferenças entre uma centro-esquerda “moderna”, a terceira via do “*New Labour*”, e um socialismo liberal, que não seria uma “simples adaptação da social-democracia ao capitalismo”, o que sobra é um socialismo renovado que se diz “igualitário” e não “igualitarista”, que não pretende erradicar todas as desigualdades (naturais e sociais) e que “exige o reconhecimento do caráter irrefutável e potencialmente benéfico de um mercado regulamentado e correto”. Trata-se de por em prática, na lógica da eficácia econômica, uma “busca pela igualdade”, que se traduz em primeiro lugar pela exigência de “solidariedade”. É exatamente esse ponto que caracteriza o socialismo liberal, sejam quais forem as nuances e divergências reivindicadas por cada corrente. O importante é renunciar ao igualitarismo – que visaria igualdade civil, política e social – e agir por uma “filosofia dos direitos do homem”, complementada pelos direitos sociais que reconhecem “a todos os indivíduos um mínimo de justiça social, condição de uma liberdade política efetiva”. Assim, adeus utopia e bem-vinda a lucidez: os homens não são, não podem ser, realmente iguais. Seria conveniente, no entanto, criar instrumentos que impeçam níveis gritantes de desigualdade, o que não seria frutífero nem para a democracia, nem para... o mercado. E a solidariedade está no núcleo desses dispositivos.⁷⁵⁹

⁷⁵⁷ PIEILLER, abril de 2009, p. 14.

⁷⁵⁸ Ibid., p. 14.

⁷⁵⁹ Ibid., p. 14.

Adeus utopia, bem-vinda a lucidez. Esta é a tônica dos novos tempos presente no *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Pieiller considera que, nas diretrizes da “solidariedade”, é preciso moralizar as brutalidades do capitalismo ao introduzir, no *interior* do próprio sistema, a “possibilidade” de suavizar suas agruras, tendo a solidariedade como a consciência dolorosa da inevitabilidade da desigualdade entre indivíduos que induz à busca de uma conciliação entre eficácia econômica e apoio aos “desfavorecidos”. Pieiller critica:

Essa concepção de desigualdade é central. E se articula perfeitamente com a própria ideologia do capitalismo, que supõe que o melhor ganhe, que o mais trabalhador ou o mais inteligente faz a diferença e sabe abrir seu caminho, contribuindo para a democracia. O sucesso vem para aqueles que merecem, e os mais belos discursos igualitaristas não impedem que alguns sejam mais talentosos para subir na escala social.⁷⁶⁰

Uma sociedade solidária e humanista buscaria reduzir as situações de dominação. Mas tais batalhas paliativas seriam suficientes para asseverar mundos possíveis? Pieiller lembra que Raymond Aron já buscava uma conciliação entre o socialismo e a tradição liberal “sem ilusão, mas não sem vontade”, mas critica a aliança da “esquerda liberal” vinculando-a a Nicolas Sarkozy, pois dilui a questão social, que sai do campo da decisão política e passa ao das “consciências dolorosas”.⁷⁶¹

Assim, de modo mais ou menos preciso, a vontade de democratizar a democracia – o que implica tratar de igualdade, em suas diferentes acepções – leva ao pensamento liberal social. Do mesmo modo, faz com que a política deslize para o campo da moral. E substitua mais ou menos parcialmente as elites pelo “povo” – mas resiste, claro, a colocá-lo no controle. Da lei ao contrato, do coletivo ao particular, da escolha ao consenso, do voto ao diálogo, é esse movimento que vai caracterizar o “novo indivíduo democrático”. É perturbador observar até que ponto essas modificações do ideal de “cidadão” correspondem ao novo “look” de um capitalismo de rosto humano. Podemos nos perguntar, assim, se se trata de modernidade ou de dar passos para trás no caminho da virtude, inteligentemente fantasiados de progresso.⁷⁶²

⁷⁶⁰ PIEILLER, abril de 2009, p. 14.

⁷⁶¹ Ibid., p. 14.

⁷⁶² Ibid., p. 14.

Perante as severas críticas de Evelyne Pieiller, é preciso enfrentar a inevitável questão: para onde vão as esquerdas? Após os *rounds* históricos perdidos pela esquerda, ainda é possível sussurrar a palavra “revolução”?

Por muito tempo, o poder foi conferido ao corpo do Estado, como se nele se concentrassem todas as forças maiores disciplinantes. Ora, com a ascensão do Império de nova ordem – ainda com o neoliberalismo que abrevia a atuação dos Estados –, um dos primeiros pontos a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada será transformado na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, ao redor, ao lado dos aparelhos de Estado em uma esfera muito mais elementar e cotidiana, não forem modificados.

Para John Holloway, o Estado é fetichizado, abstraído da rede de relações de poder:

À primeira vista, parece óbvio que conquistar o controle do Estado é a chave para realizar a transformação social. O Estado reivindica ser soberano, exercer o poder no interior de suas fronteiras. Os movimentos revolucionários inspirados no marxismo sempre tiveram consciência da natureza capitalista do Estado. Por que então se concentraram no objetivo de conquistar o poder do Estado como o meio para mudar a sociedade? Uma resposta é que, com frequência, esses movimentos tiveram uma visão instrumental da natureza capitalista do Estado. Habitualmente, tomaram o Estado como um instrumento da classe capitalista. A noção de instrumento implica que a relação entre o Estado e a classe capitalista é externa: como um martelo, a classe capitalista manipula agora o Estado segundo seus próprios interesses; depois da revolução, este será manipulado pela classe trabalhadora segundo *seu* próprio interesse. Esse ponto de vista reproduz, talvez inconscientemente, o isolamento ou a autonomização do Estado em relação a *seu* próprio contexto social, isolamento cuja crítica é o ponto de partida da política revolucionária.⁷⁶³

Assim, o Estado é considerado parte das relações de produção capitalistas e não exterior a elas, portanto não pode ser um instrumento neutro. Uma vez no poder, a tendência é reproduzir a lógica do sistema. O que fracassa, portanto, é a ideia de que a revolução iria tomar o poder para abolir o poder:

⁷⁶³ HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

[...] A única maneira de se imaginar agora a revolução é como a dissolução do poder, não como sua conquista. A queda da União Soviética não apenas significou a desilusão de milhões de pessoas; também implicou a liberação do pensamento revolucionário, a liberação em relação à identificação de revolução com conquista do poder. [...] Este é, então, o desafio revolucionário no começo do século XXI: mudar o mundo sem tomar o poder.⁷⁶⁴

Para Holloway, não mais deveríamos pensar nas oposições ao poder nos moldes de uma “alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário”, mais além do Estado. Nessa nova dinâmica do poder, para além do Estado, as interrogações são muitas:

O Estado é apenas um nó de uma rede de relações de poder. Mas não estaremos sempre presos na rede do poder, não importa onde comecemos? A ruptura é realmente concebível? Não estamos presos em um círculo sem fim do poder? O mundo inteiro não é uma teia de aranha na qual podem ser realizadas, aqui e ali, algumas modificações para melhorar? Ou será que o mundo não é uma multiplicidade de teias de aranha com tal forma que, justo quando abrimos caminho por uma, nos encontramos enredados em outra?⁷⁶⁵

Nas ruínas da URSS nasceria este “desafio revolucionário do começo do século XXI”. Para além das tentativas revolucionárias de conquistar o poder estatal – inclusive as tentativas de içá-lo por vias democráticas, com vitórias formais nas urnas –, há várias resistências de outra ordem: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, solitárias, ajustadas, rasteiras, violentas, irreconciliáveis, todas embrenhadas no campo estratégico das relações de poder.⁷⁶⁶

Mas como tais estratégias são possíveis? E, se possíveis, como serão factíveis no mundo *real*? Na questão-chave de John Holloway: Então, como mudamos o mundo sem tomar o poder?

⁷⁶⁴ HOLLOWAY, 2003.

⁷⁶⁵ Ibid., p. 36.

⁷⁶⁶ Ibid., loc. cit..

[...] Os leninistas sabem, costumavam saber. Nós não. A mudança revolucionária é mais desesperadamente urgente do que nunca, mas já não sabemos o que significa “revolução”. [...] O saber dos revolucionários do século passado foi derrotado. Mas é mais do que isso: nosso não-saber é também o não-saber daqueles que compreendem que não-saber é parte do processo revolucionário. Perdemos toda certeza, mas a abertura da incerteza é fundamental para a revolução.⁷⁶⁷

Por sua vez, John Holloway deposita esperanças na potência da mobilização dos indivíduos, nos combates de novo estilo no panorama contemporâneo, mas não oferece resposta para as intrigantes questões que lhe são lançadas como pedras no caminho. Algo como avançar no escuro, sabendo apenas que é preciso avançar.

Vias diversas são discutidas no *Le Monde Diplomatique Brasil* para uma nova esquerda, com os pensamentos críticos marxistas ainda na ordem do dia: a esquerda radical *versus* a centro-esquerda moderna e liberal; os brados revolucionários *versus* as propostas reformistas; o aniquilamento do mercado *versus* a tese de um mercado regulamentado; a conquista do poder *versus* a ideia de mudar o mundo sem tomar o poder. Mas ao expressar diferentes posições, a revista não viola linhas-mestras nem cria controvérsias, mas propõe ricas discussões, em tempos em que há mais perguntas que respostas.

Adeus utopia, bem-vinda a lucidez. Depois do eclipse das utopias revolucionárias latino-americanas no século XX, o horizonte do século XXI traz um momento de decisões sobre os rumos das esquerdas na resistência às ferocidades neoliberais. “Um tempo de perplexidades”.⁷⁶⁸ Nesse itinerário ideológico, a revista evidencia novamente os canteiros abertos para as discussões sobre o futuro, em um movimento pendular entre a acidez apocalíptica e a doce esperança, com seus revolucionários cansados, seus teóricos silentes, seus militantes distraídos, seus novos rebeldes inebriados e uma multidão burlando sorratoriamente o poder. Ainda sem respostas às perguntas que o presente impõe, *Le Monde Diplomatique Brasil* lança os dados para a história, pois “a história não é uma lógica da necessidade absoluta, nem a política, a álgebra da história: o revolucionário, escreve Merleau-Ponty nas *Aventuras da Dialética*, navega sem mapas”.⁷⁶⁹

⁷⁶⁷ HOLLOWAY, 2003.

⁷⁶⁸ ARANTES, José Tadeu. “Um novo olhar”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 3.

⁷⁶⁹ CHAUÍ, Marilena. “Intelectual engajado: uma figura em extinção?”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 26.

4.3 OS ELOS DA CORRENTE

Muitos mundos ruíram em fins do século passado. Um novo império arrasta os povos e civilizações sob uma lógica centrífuga, transbordando o poderio econômico a todas as dimensões políticas, militares, sócio-culturais. Depois da letargia das ilusões perdidas, outros mundos despertaram nos últimos tempos, como nova resposta ao Império, na expressão de Antonio Negri e Michael Hardt, mundos ainda que inebriados na melancolia amarga das derrotas revolucionárias e na terna esperança das neoutopias. Porém, a questão não pode ser vista de esquelha, no viés maniqueísta na batalha entre a vilania de uns e a justiça de outros, pois ambos armam seus discursos sob o escudo ideológico da “missão” de salvar o mundo. Não é uma guerra dos mundos, onde o altermundialismo ideal confronta as barbáries do capitalismo neoliberal. O que nos interessa é o que está *entre* esses mundos, o que transversa as relações de poder. É o jogo capital no tabuleiro de xadrez geopolítico, com todas as suas estratégias, trapanças e apostas. Um jogo onde os fracos têm vez, apesar das vitórias dos fortes. Depois da derrota histórica soviética, é a hora da revanche.

Mas há sentido em contemporizar esperanças? Nesta sinuca histórica, as possibilidades são engatilhadas nos interstícios do poder, arranhando-o como podem, ainda que não o abalem a ponto de fazer ruir suas estruturas. Na dialética entre as movimentações e a inércia, a potência e o servilismo, as palavras e a ação, as investidas e a reação, salta aos olhos um novo campo de tensões na disputa de forças. Ainda que superficialmente inofensivas e ordenadamente ignoradas, não se pode negar que há ideias, sem as quais uma sociedade se asfixia e morre, pois, como diz Michel Foucault, onde há poder, há resistência.

Para além das revoltas camponesas e dos movimentos de libertação colonial e neo-colonial, as novas lutas – étnicas, ecológicas, feministas etc. – assumem novos matizes no início do século XXI. Episódios anteriores nesta guerra de ideias, a Guerra Fria (1945-1991), a Revolução Russa (1917), o Manifesto Comunista (1848), o novo momento é um campo aberto para a reinvenção das esquerdas. Da utopia à esperança, *Le Monde Diplomatique Brasil* se enreda nesta reinvenção.

Para historicizar tais questões contemporâneas, *Le Monde Diplomatique Brasil* foi discutido sob diversos vieses. A princípio, na contracorrente da grande mídia, a revista firma seus pilares antiimperialistas, antineoliberais e altermundialistas como uma alternativa

editorial politizada. Mas tais diretrizes são elos de uma corrente maior, pois é preciso considerar o momento histórico a abarcá-la. Diante do vácuo deixado pelas mídias tradicionais, a revista atua como válvula de escape para as aspirações dos que buscam construir alternativas políticas concretas no tempo presente.

Assim, *Le Monde Diplomatique Brasil* não pode ser desvinculado de sua matriz francesa, na dianteira de tais alternativas, engatilhadas pelos notáveis editoriais de Ignacio Ramonet, desde “*La pensée unique*”⁷⁷⁰ a “*L’Aurore*”⁷⁷¹, com ápice no editorial “*Désarmer les marchés*”.⁷⁷² Não por acaso, o pensamento crítico para a construção de alternativas é o principal cavalo de batalha contra o pensamento único. Assim como não por um lance do destino a redação francesa de *Le Monde Diplomatique* foi o ponto de encontro para Bernard Cassen e os idealizadores do primeiro Fórum Social Mundial. Outrossim, a revista reverbera os brados dos rebeldes na batalha de Seattle de 1999, dos neo-utopistas de Porto Alegre de 2001, dos repórteres aspirantes por uma mídia menos amordaçada, menos amarrada a terceiras intenções, dos idealistas navegantes nos movimentos sociais contemporâneos.

Atualmente, *Le Monde Diplomatique* está presente em mais de 60 países, na África, nas Américas, na Ásia e na Europa. Na tese de Dominique Vidal⁷⁷³, a internacionalização da revista se deu por iniciativa de jornalistas e intelectuais mundo afora, entre os “herdeiros de Maio de 68” espalhados pelo mundo, entre os herdeiros das revoluções, entre os altermundialistas e ainda os jornalistas interessados nas realidades internacionais, todos desejosos de contribuir para a difusão da cultura *Le Monde Diplomatique*, veículo considerado sério, documentado e crítico. Assim, no Brasil, é preciso considerar um primeiro momento a abrir essa cultura *Diplomatique*.

Em 1976, ainda durante a ditadura militar, reportagens da edição francesa de *Le Monde Diplomatique* foram traduzidas e publicadas no *Movimento*, um dos mais expressivos tablóides da imprensa alternativa brasileira. Decerto *Le Monde Diplomatique Brasil* não ressuscita a imprensa alternativa, mas com ela dialoga, pois as reportagens bem-vindas às

⁷⁷⁰ RAMONET, Ignacio. “*La pensée unique*”. In: *Manière de voir*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, n.º 74, abril-maio de 2004, p. 61.

⁷⁷¹ RAMONET, Ignacio. “*L’aurore*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, janeiro de 2000, p. 1.

⁷⁷² RAMONET, Ignacio. “*Désarmer les marchés*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, dezembro de 1997, p. 1.

⁷⁷³ VIDAL, Dominique. “*L’Internationale Du ‘Diplo’*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, novembro de 2006, p. 27.

páginas de *Movimento* sinalizam a consideração à revista francesa como um veículo sério, documentado e crítico.

Diante disso, o que temos é uma pista. Um vestígio para a compreensão de que a ideia de imprensa muitas vezes transcende a distância França-Brasil, justamente porque há um movimento de ideias a aliar as duas experimentações editoriais: lá, as análises diplomáticas singulares de *Le Monde Diplomatique* com a crítica do painel político internacional; cá, as alternativas editoriais e militantes com a crítica nos dribles plausíveis diante da ditadura. Isto é, duas linhas pautadas por um espírito contestador do *status quo*.

Apenas a partir de agosto de 2007, estreia sua autêntica edição impressa: *Le Monde Diplomatique Brasil*, um novo olhar sobre o mundo, um novo olhar sobre o Brasil. Antonio Martins (ex - *Carta Maior*), José Tadeu Arantes (ex - *Movimento*), Sílvio Caccia Bava (ex - *Em Tempo*) e mais um time de ativistas, intelectuais e políticos se articularam para trazer *Le Monde Diplomatique* ao Brasil. Assim, finalmente a revista conquistou espaço próprio na imprensa brasileira, sob o signo do jornalismo crítico. Um espaço considerado único.

Assim, também seria impossível desvincular a realização da revista do novo momento histórico: um novo capítulo se inicia com a vitória presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2002 e reeleito em 2006, alavancando muitas esperanças e expectativas sobre os rumos da política nacional. Paralelamente, novos ventos passaram a avivar a América Latina nos últimos tempos, tendência “progressista” vista nas recentes vitórias eleitorais de Hugo Chávez (Venezuela, 1998), Tabaré Vazquez (Uruguai, 2005), Evo Morales (Bolívia, 2005), Daniel Ortega (Nicarágua, 2006), Rafael Correa (Equador, 2006), Cristina Kirchner (Argentina, 2007), Fernando Lugo (Paraguai, 2008) e recentemente José Pepe Mujica (Uruguai, 2009), isto é, uma série de antigos guerrilheiros, revolucionários bolivarianos, bispos, cocaleiros, operários. E após o silêncio resignado da década de 1990, com o “pensamento único” neoliberal, novas palavras conquistaram espaço a partir dos anos 2000. Além das vitórias eleitorais, novos atores despontaram na arena política, como os novos movimentos sociais e uma nova geração de ativistas e intelectuais, tendo como estopim o Fórum Social Mundial. É verdade que tais movimentos não vieram à tona subitamente, mas deram mais visibilidade a uma cruzada cultivada há décadas.

Paralelamente à grande mídia, imperatriz das narrativas cotidianas que fazem do mundo o Mundo, *Le Monde Diplomatique Brasil* é uma resposta ao “pensamento único”, desbravando um campo de debate político onde, indiscutivelmente, não se quer como mero espectador da história presente. “Queremos ser os olhos e os ouvidos deste tempo. E também

os seus protagonistas”, dizia o primeiro editorial de *Le Monde Diplomatique Brasil*.⁷⁷⁴ Sua relevância histórica está na singularidade editorial, uma vez que suas diretrizes e políticas se destinam à construção de alternativas, a partir de três riquezas imateriais e inestimáveis: a informação, a crítica e o conhecimento.

Le Monde Diplomatique Brasil se alicerça em duas vigas mestras. De um lado, a imprensa. De outro, a história. Sem um dos dois pilares, a compreensão desmorona. Assim, suas páginas devem ser lidas como um projeto editorial e um projeto político.

Fruto novo do tempo presente, a revista dialoga com o passado e o futuro. Quanto ao passado, carrega a herança histórica do *Le Monde Diplomatique* francês e, ao mesmo tempo, reaviva experimentações alternativas da imprensa no Brasil, críticas e contestadoras do *status quo*. Para o futuro, tenta tatear uma trilha para a construção da “mídia livre”, com a bandeira da democratização da informação nas sociedades contemporâneas. Assim, a revista se pretende uma publicação crítica e politizada, destoante da grande mídia. Pleiteia “independência político-econômica, autonomia editorial e densidade analítica”, como pré-requisitos para se considerar uma publicação “democrática, pluralista, apartidária e crítica”. Ancorado no Instituto Pólis, *Le Monde Diplomatique Brasil* conta com independência política, econômica e editorial – apesar de cumprir determinações editoriais da matriz francesa. Ainda assim, sustém posições democráticas, pluralistas e críticas. Quanto à partidarização, apesar de ceder mais espaço a certos políticos, a revista busca se esquivar minimamente do atrelamento com os partidos na arena política nacional, pendendo claramente à esquerda.

Em tempos, porém, em que a imprensa insiste em alardear os defasados e inatingíveis estalões de imparcialidade e objetividade, *Le Monde Diplomatique Brasil* toma posições políticas claras, dando novo gás a antigas cruzadas do jornalismo contra as estruturas dominantes. Além disso, a *opinião* do jornalismo político-crítico da revista flerta com as rodas intelectuais e a militância política. Na convergência de jornalistas, intelectuais e militantes, a revista descortina distintas visões sobre a realidade e, na ultrapassagem da crítica, aporta nas discussões sobre a construção de alternativas “reais” para o futuro.

Seria um paradoxo conferir a *Le Monde Diplomatique Brasil* uma postura crítica, quase que apocalíptica sobre as “indústrias culturais”, e, simultaneamente, entrever nas suas páginas um viés reencantado em torno da prosperidade das “mídias livres” como baluarte para

⁷⁷⁴ ARANTES, José Tadeu. “Um novo olhar”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 3.

a democratização da informação? Por um lado, “a mídia são os outros”. Por outro, “nós, a mídia”. Mas não seria um paradoxo absoluto, pois esta dialética espelha as contradições do tempo presente, quando ainda estão sendo redefinidos os paradigmas midiáticos, especialmente acerca do papel e do potencial das novas tendências das mídias – alternativas, independentes, livres – na sociedade. Assim, *Le Monde Diplomatique Brasil* tangencia tais potencialidades para alavancar uma opinião pública cada vez mais consciente de seu papel na construção democrática da cidadania.

A revista privilegia uma análise macroscópica das relações internacionais e dos movimentos sociais contemporâneos, para que se destaque a *bigger picture* nas questões contemporâneas, articulando três diretrizes capitais: o antineoliberalismo, o antiimperialismo e o altermundialismo, posições fincadas como uma resposta às diretivas dominantes sobre os rumos da política. Tais linhas respondem ao elo entre imprensa e história no *Le Monde Diplomatique Brasil*, lançando-se como mais um dos motores para as transformações sociais.

Na revista, as críticas ao neoliberalismo são severas e veementes. Para além das questões econômicas, *Le Monde Diplomatique Brasil* indicia as políticas econômicas neoliberais, desenroladas desde meados do século XX, como réus primários para as disparidades econômicas, as assimetrias, a miséria e as mazelas sociais contemporâneas. A partir das crises financeiras, evidenciando as fragilidades e fraturas do modo de produção capitalista e da lógica arbitrária das flutuações financeiras, critica a continuidade de um sistema a flagelar e fagocitar as sociedades humanas. Trata-se de um sistema à beira do colapso, por sua própria lógica. Não é, portanto, possível pensar a revista, filha do século XXI, isolada do mapa-múndi delineado desde há décadas por uma economia do *laissez-faire* e uma política imperialista.

Na esteira dessas críticas, o imperialismo seria cúmplice do neoliberalismo, nos seus deliberados usos e abusos sobre os povos. Os Estados Unidos da América são os alvos favoritos discursivamente fuzilados nas páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil*, por suas intervenções despóticas na América Latina, na África e no Oriente Médio, com os quebradiços argumentos da “guerra ao terror”, simbolizado por terroristas islâmicos, muçulmanos de toda a sorte; por milícias e guerrilhas latino-americanas, condenando as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) como farinha do mesmo saco; por populistas radicais, como Hugo Cháves e Rafael Correa; por refugiados e imigrantes clandestinos, seres indesejáveis nos seus territórios. Isto é, uma “guerra” contra todos os potenciais “terroristas”, ameaças a um império

atemorizado desde o 11 de Setembro. Na linha de montagem ideológica, a grande mídia tergiversa os novos fundamentalismos, o covarde consentimento e o medo paralisante frente aos inimigos de uma lógica em que heróis e vilões fazem um baile de máscaras diante de nossos olhos.

No entanto, os Estados Unidos não são os únicos imperialistas. *Le Monde Diplomatique Brasil* dá mais destaque às intromissões norte-americanas principalmente por se atravancarem na América Latina. Se George W. Bush é claramente uma *persona non grata* nas suas páginas, Barack Obama se fez símbolo para a esperança por mudanças na política norte-americana – mas apenas por um primeiro momento, pois logo a revista criticaria o continuísmo na política externa na *manu militari* rubricada na era Bush. Mas a crítica atravessa os domínios dos Estados Unidos ao ampliar o campo de visão à lógica sistêmica de um mundo globalizado, na doutrina imperialista e neoliberal aferrada nas “verdades” fabricadas atualmente em escala global.

Por fim, o altermundialismo seria uma resposta a esta realidade. O pedido por outra globalização, na expressão de Milton Santos ⁷⁷⁵, perpassa as páginas de *Le Monde Diplomatique Brasil*. Uma globalização dos povos, que encontra seu auge nos encontros do Fórum Social Mundial. Enquanto a impressão da vitória das direitas é arranhada pelas sucessivas crises financeiras, as esquerdas tentam se desvencilhar de seus fantasmas históricos, reerguendo-se horizontalmente no Fórum: invocações a Simon Bolívar, Ernesto Che Guevara e Emiliano Zapata se alinham às bandeiras de Porto Alegre, de Seattle, de Praga, aos verdes do Greenpeace, às reivindicações legalistas do MST, às cruzadas da Via Campesina. Aos brados das minorias avidamente silenciadas, dispersas sem a centralização ideológica da Internacional, prepondera uma convicção: o mundo precisa mudar. Mas no arranjo *bottom-up* dos novos movimentos sociais, é predominante a pluralidade de propostas e teses construídas a partir de distintos horizontes geográficos, políticos e sócio-culturais. O movimento altermundialista galvaniza tais tendências, mas ainda volatiliza uma nebulosa sobre o que lhes é comum enquanto afirmativa, para além da recusa às doutrinas dominantes. Nesta tônica, a busca por alternativas ilustra os desafios diagnosticados por *Le Monde Diplomatique Brasil*. A incerteza é mais um sintoma dos desafios contemporâneos.

Longe de forjar respostas definitivas, a revista dinamiza as discussões ao considerar os avanços e retrocessos na construção de alternativas. Nos desafios para travar o imperialismo

⁷⁷⁵ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

sobre os povos antes “sem história”, por uma América Latina unida, por uma África livre, a independência e a soberania são essenciais. Mas como realizá-las? Como garantir a independência política e a soberania nacional se os países continuam prisioneiros por grilhetas econômicas a um Império maior?

Nos desafios para reverter a anarquia financeira nas cirandas especulativas do neoliberalismo e estancar as crises financeiras globalizadas, para equalizar a distribuição das riquezas, consolidar o comércio equitativo e asseverar o bem-estar social para as multidões de despossuídos, propostas por um mercado regulado e nos resquícios das propostas socialistas dividem suas páginas, nas tênues linhas de partilha ideológicas entre uma centro-esquerda modernizada, uma esquerda liberal e uma esquerda clássica, na disputa de forças por uma “terceira” via capaz de humanizar a economia. Mas realisticamente, quais das alternativas contam com mais chances, se é que há chances, de vencer a disputa com as forças dominantes? Será possível realizar uma sociedade mais justa, solidária e democrática *dentro* de tais molduras?

Nos desafios climáticos de um mundo esclerosado pela usurpação predatória dos recursos naturais, como moderar as escalas de mercúrio dos termômetros globais, as fendas na camada de ozônio, a escassez dos recursos minerais, os assaltos devastadores nas florestas, o aniquilamento das espécies, o fogo na Amazônia? Na encruzilhada dos modelos de desenvolvimento, como prevalecerá um desenvolvimento sustentável quando o planeta parece à beira de um colapso?

Neste dominó, as peças continuam a cair com as crises energéticas e financeiras, além das necroses ecológicas, frutos do modo de produção capitalista de mercado e de sua fábula sobre o mundo como um campo escancarado a conquistas predatórias, a ponto de converter recursos renováveis em não-renováveis. E, assim, nos desafios dos movimentos camponeses, como garantir a distribuição de terras se as economias se apossam das terras “de ninguém” confabuladas na sua lógica absorta? Aliás, como legitimar as reivindicações legalistas dos movimentos invariavelmente marginalizados na grande mídia?

Para a mídia, os desafios não são menores. Em tempos em que os direitos são atassalhados pelos “direitos do consumidor” sob a égide do mercado, a tendência é disciplinar consumidores das crônicas cotidianas, anestesiando-os como simples espectadores da história. Diante disso, “democratizar a democracia” se torna uma palavra de ordem para os movimentos de mídia livre, estandarte para o direito à informação, nas chaves da liberdade, diversidade, acesso e participação. Para além das cartilhas partidárias e das pesadas correntes

ideológicas, as mídias livres se articulam em um novo *locus* da comunicação midiática de uma sociedade em rede. Mas é indiscutível que o potencial das novas mídias ainda é ferozmente ofuscado pelas grandes corporações midiáticas, nas artimanhas das “indústrias culturais” alastradas mundialmente. Atualmente, as ideias por uma mídia livre ainda não passam de palavras, rotativas apenas nas rodas dos movimentos midialivristas. Como a mídia livre se desviará das armadilhas ideológicas e dos ardis publicitários para se fazer ouvir? E quanto à participação política da sociedade civil, se muitas vezes não se pode sequer contar com a participação cívica nas urnas, como esperar a concretização de uma “sociedade civil planetária”? O Fórum Social Mundial é o ponto de encontro por excelência no mosaico de diversidades dos novos movimentos sociais. Mas bastará para superar os desencontros e dispersões mundializadas? Além das palavras, que evidências realistas permitem dizer que outro mundo é possível?

Ao disparar críticas à realidade contemporânea, a revista preserva um olhar otimista para o futuro, mas lança o mundo às mãos da história. Assim, não arriscam uma narrativa sobre o futuro. *Le Monde Diplomatique Brasil* diagnostica as disputas por essa narrativa de uma nova sociedade, uma interpretação do que pode ser o futuro que anime multidões. Entre todas as ordens, o desafio cardeal é a busca para consolidar transformações na contemporaneidade, para, como frisamos diversas vezes, “propor um mundo novo, pensar uma nova sociedade, construir uma utopia, construir uma narrativa – com passado, presente e futuro – que seja capaz de prefigurar uma nova sociedade”.⁷⁷⁶

No desenlace das frustrantes certezas do século XX, nas trincheiras das incertezas do século XXI, as respostas estão na história e, no *front*, está *Le Monde Diplomatique Brasil*. Os elos da corrente estão nas palavras-chaves “poder”, “política”, “economia”, “mercado”, “sociedade”, “cultura”, “estruturas”, “cotidiano”, “solidariedade”, “capital”, “ideologias”, “alternativas”, “disputas” e assim por diante. Chaves que abrem diversas portas para as discussões sobre a história contemporânea, mas que não arriscam lhes encerrar respostas, ainda abreviadas no horizonte dos possíveis.

Este é o enredo de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

⁷⁷⁶ BAVA, Sílvio Caccia. “Pensar um mundo novo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 17, dezembro de 2008, p. 3.

when we reach (e)(u)topia

**we shall shape
ourselves
into one
people,
in full
diversity**

meanwhile,
everyday life in
outer space
calls forth
ergastic fantastic
explosions of joy

the museum of historical
oddities will be studded
with flags and warlike plans

the many voices of women
will be heard and understood
and wisdom will be a
treasured garment

along the way,
we will come
to our senses

spectators will turn into
citizens

humans make history,
but not precisely
as we choose...
the everyday subject speaks:
free the imagination,
inhabit the stars

educate (y)ourselves!
away with all texts!

activate dreamer cells

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À primeira vista, *Le Monde Diplomatique Brasil* se destaca na mídia nacional na sua singularidade de seu projeto editorial. Ali, delineia-se uma nova leitura sobre o mundo contemporâneo, narrado por jornalistas politizados, intelectuais críticos e ativistas. Neste observatório de ideias, o estilo editorial da revista cruza crônicas das microfísicas do poder e análises macroscópicas das relações internacionais, clássicos teóricos e pequenos perfis jornalísticos, maçantes estatísticas e mapas ilustrativos. São 40 páginas preenchidas por análises sobre a realidade sócio-política, com o prestígio herdado a partir de sua edição francesa, matriz de mais de 60 edições internacionais.

Mas um olhar mais atento revela o projeto político da revista, conquistando relevância histórica singular para a compreensão da contemporaneidade. Assim, a revista estreita laços com os movimentos sociais contemporâneos, sintonizando-se com uma tendência vibrante no Brasil e na América Latina, onde os tons “progressista” e “revolucionário” se cruzam para se construir uma nova narrativa sobre o mundo. Assim se tornam mais evidentes as entrelinhas políticas nas linhas editoriais da revista, moldando um espaço privilegiado para o debate.

Ator e fonte da história, *Le Monde Diplomatique Brasil* se posiciona diante das questões atuais, ancorado na crítica ao *status quo* e na construção de alternativas. No flagrante das contradições intrínsecas ao capitalismo neoliberal, a revista faz suas provocações a estas fraturas expostas, no diagnóstico certo de que há muito a mudar no mundo, mas com sensatez hesita ao propor respostas absolutas aos dilemas contemporâneos. Nas suas páginas, a palavra final é uma só: possibilidade.

Porto das incertezas, o horizonte dos possíveis descortina milhares de palavras e ideias que paulatinamente se arriscam nas sabatinas da realidade. Se outrora as certezas eram ardorosamente afirmadas, diante das presentes ruínas ideológicas, a história doravante deve se abrir para o possível.

Esta dissertação buscou contribuir para a compreensão contemporânea sobre este novo momento da história, revisitando desilusões ideológicas e recontando histórias antes cristalizadas sob a ótica dos vencedores para redescobrir como os sonhos são sonhados. Agora, é tempo de se descobrir como o possível pode se tornar real.

Jedes herz ist eine revolutionäre zelle

Le Plan d'amitié entre art et philosophie

Thomas Hirschhorn avec Marcus Steinweg

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ABRAMO, Perseu. *Um trabalhador da notícia*. Organizado por Bia Abramo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. Traduzido por Guido A. de Almeida.
- AGRIKOLIANSKY, Éric; FILLIEULE, Olivier; MAYER, Nonna. “Introduction: Aux origines de l’altermondialisme français”. In: AGRIKOLIANSKY, Eric ; FILLIEULE, Olivier ; MAYER, Nonna (Orgs.). *L’altermondialisme en France: La longue histoire d’une nouvelle cause*. Paris: Flammarion, 2005.
- AGUIAR, Flávio. “Censura e cultura em Movimento”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. Traduzido por Denise Bottmann.
- _____. *O fim da história: De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992
- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1968): O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília: Editora UnB, 1980.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura*. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do século XX: 1945-1973: O mundo entre a guerra e a paz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- _____. *História do século XX: De 1973 aos dias atuais: A caminho da globalização e do século XXI*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- _____. “Conclusão”. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 127-130.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho.
- _____. *Nem com Marx, nem contra Marx*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa: 1968-1988*. São Paulo: EDUSP, 1989.
- BURKE, Peter. *Sociologia e História*. 2ª Ed. Porto: Edições Afrontamento, 1980.
- CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Cortez, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. 8ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *A invenção do cotidiano*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 2002.
- _____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. “Intelectual engajado: uma figura em extinção?”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 19-43.
- CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995 (Série Princípios).
- CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.
- CODOVILLA, Vittorio. “História do marxismo na América Latina”. In: LOWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- DUBY, Georges. “História Social e ideologias das sociedades”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- FEBVRE, Lucien. *Combates por la historia*. 3ª Ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1974.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: A Revolução Cubana*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2007.

- FESTA, Regina. “Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa”. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins de (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GASPARI, Elio. *Ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GIARD, Luce. “A invenção do possível”. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995..
- GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. *Contracultura através dos tempos*. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2007.
- GOHN, Maria da Gloria. *Movimentos sociais no século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GRAJEW, Oded. “Prefácio”. In: WHITAKER, Chico. *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Edições Loyola, 2005, p. 11-12.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.
- GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A reinvenção do mundo: um adeus ao século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Col. Pensamento Crítico, vol. 43).
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *A era do globalismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997.
- JEANNENNEY, Jean-Noël. “A mídia”. In: *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.
- _____. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- _____. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 35.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 215-240.

- LEARY, Timothy. "Introdução". In: GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. *Contracultura através dos tempos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 9-10.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- _____; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LÖWY, Michael (Org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MAIA, Maurício. "Censura, um processo de ação e reação". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *A saga dos cães perdidos*. 2ª ed. São Paulo: Hacker, 2002.
- MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. *História do tempo presente*. São Paulo: Contexto, 2003 (Col. Textos e Documentos, Vol. 7).
- MARX, Karl. *O capital*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. 14ª Ed. Bragança Paulista: Editora São Francisco, 2008. Traduzido por Marcos Aurélio Nogueira.
- MATTELART, Armand & Michele. *História das teorias da comunicação*. 8ª Ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. *Pensar as mídias*. São Paulo: Loyola, 2004. Tradução de Ana Paula Castellani.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 5ª Ed. São Paulo: Summus, 1988.
- _____. "As múltiplas faces da censura". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 427-428.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____; HOLANDA, Fabíola Holanda. *História Oral*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MELO, José Marques de. *História social da imprensa*. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 2003.
- _____. *Jornalismo Opinativo*. 3ª Ed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.
- MICCOLIS, Leila. *Catálogo de imprensa alternativa*. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular: Rio Arte, 1986.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo II*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- MUHLMANN, Géraldine. "Marx, o jornalismo, o espaço público". In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 117-136.
- MUSSE, Cristina Ferraz. "Maio de 68 sob a ótica do periódico francês *Le Monde*". In: *Comum*. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, v. 12, julho/dezembro de 2006, p. 109-127.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NOIRIEL, Gérard. *Penser avec, penser contre: Itinéraire d'un historien*. Paris: Editions Belin, 2003.

NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NOVINSKI, Anita. “Os regimes totalitários e a censura”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. “Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!”. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Lins da (Orgs.). *Comunicação social e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.

PERUZZO, Cicília. *Comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis: Vozes, 2004.

PINSKY, Jaime. “Apresentação”. In: MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. *História do tempo presente*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 8 (Col. Textos e Documentos, Vol. 7).

REBELO, José. *O discurso do jornal*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Vozes silenciadas em tempos de ditadura”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIOUX, Jean-Pierre. “Pode-se fazer uma história do presente?”. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 39-50.

_____. “Entre história e jornalismo”. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999a, p. 119-126.

ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALLUM Jr., Brasílio. “O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo”. In: *Tempo Social*. São Paulo: Revista de Sociologia da USP, vol. 11, nº 2, outubro de 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. “Los nuevos movimientos sociales”. In: *Revista del Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, n.º 5, setembro de 2001, p. 177-188.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. “Das mobilizações às redes de movimentos sociais”. In: *Sociedade e Estado*. Brasília: Universidade de Brasília, vol. 21, n.º 1, janeiro/abril de 2006, p. 109-130.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 249.

_____. “Ideologia, tempo e história”. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 73-92.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. “O globalismo como neo-barbárie”. In: MORAES, Denis de. (Org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

SZCZEPANSKI-HUILLERY, Máxime. “*Les architectes de l'altermondialisme, registres d'action et modalités d'engagement au Monde Diplomatique*”. In: AGRIKOLIANSKY, Eric ; FILLIEULE, Olivier ; MAYER, Nonna (Orgs.). *L'altermondialisme en France: La longue histoire d'une nouvelle cause*. Paris: Flammarion, 2005.

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade*. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *Social Movements, 1768-2004*. Londres: Paradigm Publishers, 2004.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

TRIVINHO, Eugenio. *O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

VALLADA, Kardec Pinto. “Revistas no Brasil: um panorama sucinto”. In: MELO, José Marques de; GALVÃO, Waldimas. *Jornalismo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1984, p. 33.

VICENTE, Maximiliano Martin. *História e comunicação na ordem internacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VILLAS BOAS, Sérgio. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

WHITAKER, Chico. *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Loyola, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

WOLFF, Francis. “Dilemas dos intelectuais”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 45-83.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL

ABRAMOVAY, Pedro. “A guerra da raposa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 30-31.

ABRAMOVAY, Ricardo. “Ambientalismo empresarial”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 21.

_____. “Dogmas ambientais”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 34.

ADORNO, Sérgio. “Brasil, universidade sem rumo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 34-35.

AGUIRRE, Mariano. “Jimmy Carter e o apartheid israelense”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 8-9.

ALAQUI, Hichman Ben Abdallah. “Autoritarismo 2.0”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 24-26.

ALONSO, Aurelio. “Sair do caos sem cair na lei da selva”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 16-17.

ALVAREZ, Karine. “No Haiti, em busca da água da vida”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 38.

ALVES, José Caetano Lavorato; AGUIAR, Luiz José Bueno de; THEDIM, Manuel. “Longe demais dos pequenos empreendedores”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 24-25.

AMARANTE, Jorge M. Buchdid. “Muito além do mosquito”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 15.

ANCIBERRO, Jérôme. “A nova estratégia do Opus Dei”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 10-11.

ARANTES, José Tadeu. “Um novo olhar”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 3.

_____. “O homem que reiventou Bogotá”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 16-17.

_____. “A indústria do medo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 3.

_____. “O novo fundamentalismo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 3.

_____. “A produção do consentimento”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 3.

_____. “A água, os jovens e o futuro”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 3.

_____. “O fato novo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 3.

_____. “Enquanto é tempo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 3.

_____. “Sempre em movimento”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 6.

_____. “Olimpíadas ameaçadas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 4-5.

_____. “No rastro do povo de Luzia”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 12-14.

_____. “Desenvolvimento e meio ambiente”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 3.

BACELAR, Tânia. “A máquina da desigualdade”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 6-7.

_____. “Globalização e território”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 8-10.

BAILLARD, Dominique. “Tumulto na produção mundial de cereais”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 24-25.

BARCELLOS, Gustavo. “A alma do consumo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 17, dezembro de 2008.

BAVA, Sílvio Caccia. “A democracia em disputa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 8-9.

_____. “Pensar um mundo novo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 17, dezembro de 2008, p. 3.

_____. “A batalha do voto”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 12-13.

_____. “Para onde vai a América Latina?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 3.

_____. “Captação de água, construção da cidadania”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 24-25.

_____. “Democratizar a democracia”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 3.

_____. “A construção democrática e o futuro”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 4-5.

_____. “Fernando Gabeira: ‘O Rio tem futuro’”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 4-6.

_____. “O que queremos de um bom governo municipal”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 3.

_____. “O império contra-ataca”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 4-5.

_____. “Um jornal que é seu”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 3.

_____. “A potência da ação coletiva”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 21, abril de 2009, p. 3.

_____. “O que vem por aí”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 16, novembro de 2008, p. 3.

_____. “Manu militari”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 3, n.º 31, p. 3.

_____. “Gigante pela própria natureza”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 19, fevereiro de 2009, p. 3.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. “A inserção na economia global”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 6-7.

BÉNILDE, Marie. “Neurociências a serviço do mercado”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 36-37.

BERGALA, Alain. “Kiarostami, Erice e a infância”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 36.

BERGER, John. “Apagar o passado?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 24-25.

BERNAL, Federico. “De olho no petróleo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 15-16.

BERNIER, Aurélien. “As manipulações do Protocolo de Kyoto”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 17-18.

BERQUE, Augustine. “Os rururbanos e a natureza”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 32-33.

BIDET, Jacques; DUMÉNIL, Gérard. “Um novo marxismo para um novo mundo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 24-5.

BIHR, Alain. “A fraude do conceito de ‘capital humano’”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 20.

BISHARA, Marwan. “Palestina: trágica divisão”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 13-14.

BLONDEAU, Thomas. “A produção independente conquista as ruas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 36-37.

BOFF, Leonardo. “Teologia da Libertação: viva e atuante”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 5.

BONDER, Nilton. “O caminho de Abraão: uma estrada para o diálogo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 34-35.

BONDUKI, Nabil. “Por uma cidade digna”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 27-28.

BONELLI, Laurent. “Juventude fora de controle”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 32-33.

BOOTHE, Thomas; FOLLET, Danielle. “Um sopro de oxigênio na mídia americana”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 38.

BOURGAIN, Catherine. “Genômica personalizada: utilidade duvidosa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 19-20.

BOURRIER, Any. “Macau supera Las Vegas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 19.

BOVET, Philippe; SINAÏ, Agnes. “O desafio climático”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 22-23.

- BRICMONT, Jean. "O ano 1 da esquerda". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 23-24.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. "O público e o privado na saúde brasileira". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 28-29.
- CARDOZO, José Eduardo. "O que é ser vereador". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 7.
- CARNEIRO, Sueli. "A força das mães negras". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 18-19.
- CASANOVA, Pablo Gonzáles. "A construção de alternativas". In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, maio de 2008.
- CASSEN, Bernard. "Contra o 'tudo em inglês'". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 7.
- _____. "O Tratado de Lisboa, à revelia dos povos". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 12-13.
- _____. "A fratura exposta da democracia". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 26-27.
- CASTOR, Suzy. "A transição haitiana: entre os perigos e a esperança". In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, julho de 2008, p. 1-4.
- CATTANI, Roberto. "O despertar paraguaio". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 8-9.
- CHANDA, Tirthankan. "A redescoberta da literatura indiana". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 32-33.
- CHARLE, Christophe. "Europa: o ensino no tom do mercado". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 34-35.
- CHAUÍ, Marilena. "Cultura e democracia". In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, julho de 2008, p. 4-8.
- CHEMILLIER-GENDREAU, Monique. "A OMC e a luta pelo comércio justo". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 24-25.
- CHESNAIS, François. "A lógica de uma crise anunciada". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 22-24.
- _____. "Somente um liberalismo é possível". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 38.
- CHOLLET, Mona. "Sarkozy e o falso brilhante". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 36-37.
- CHRISTENSEN, Christian. "Documentários de combate". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 34-35.
- COCCO, Giuseppe. "A riqueza dos pobres contra a pobreza dos ricos". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 21, abril de 2009, p. 4-5.
- COMARÚ, Francisco; MORETTI, Ricardo; KLINK, Jeroen. "O aquecimento e as cidades brasileiras". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 11-13.

CONCHIGLIA, Augusta. “O petróleo da reconstrução”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 28-29.

CONESA, Pierre. “O ‘amigo’ inconveniente”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 28-29.

CONTE, Isaura. “O feminismo camponês”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 17-18.

CORREA, Carlos M. “Patentes e Medicamentos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 8-9.

CUEVA, Agustín. “A análise pós-marxista do Estado latino-americano”. In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 6-8.

CUSSET, François. “O gerenciamento capitalista do corpo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 32-33.

DAGUERRE, Anne. “Aborto: entre o hospital e a clandestinidade”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 22-23.

DAUM, Pierre. “A bordo do Marrakech Express”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 30-31.

DEBRAY, Régis. “O memorando Debray sobre a Palestina”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 10-11.

DECOL, René Daniel. “A segunda vida de Guimarães Rosa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 38.

DEDNIK, Anna. “O urânio na raiz do conflito”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 25.

DENIS, Jacques. “Rap à francesa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 34-35.

DIOP-MAES, Louise Marie. “África: as cicatrizes da escravidão”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 28-29.

DOWBOR, Ladislau. “Um império regido pela lei da selva”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 26-27.

_____. “Desenvolvimento local”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 30.

MOTTA, Dinha. “Eu, mulher”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 21.

DURÃO, Jorge Eduardo. “CPI das ONGs: iniciativa com defeito de nascença”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 26-27.

FASE. “Agronegócio e monoculturas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 22-23.

_____. “Amazônia: sob a ação do fogo e da motosserra”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 8-10.

FERREIRA, Argemiro. “O fenômeno Obama”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 4-6.

FERRER, Aldo. “Globalização, desenvolvimento e densidade nacional”. In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, março de 2008.

FERRÉZ, Leo. “O novo rosto da periferia”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 38.

FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA. “Garantir o direito à cidade”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 19.

FRANCINE, Soninha. “Craques: artigos de exportação”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 14-15.

FRANÇA, Cassio Luiz de. “Energia: responsabilidade compartilhada”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 16-17.

FURTADO, Celso. “Os desafios da nova geração”. In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, março de 2008.

FUSER, Igor. “O etanol e o verde enganador”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 14-16.

_____. “Infra-estrutura a serviço do grande capital”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 12-14.

GABETTA, Carlos. “Argentina: Cristina e a mudança”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 16-17.

_____. “Cristina e a transição democrática argentina”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 6-7.

GAIGER, Luiz Inácio. “Economia Solidária 2”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 31.

GALEANO, Eduardo. “A aventura humana”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 34-35.

GASIOROWSKI, Mark. “O golpe da CIA contra o Irã”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 10-11.

GARRIGOU, Alain. “Sarkozy-Bonaparte”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 35.

GIL, Gilberto. “Por uma segunda abolição”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 10.

GOANEC, Mathilde. “A Ucrânia bate à porta”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 26-27.

GOLUB, Philip. S. “Traumatismos de fim de império”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 6-7.

GONZÁLES, Gustavo Torres. “Pressão pela força”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 19, fevereiro de 2009, p. 4.

GOUVERNEUR, Cédric. “A ameaça da guerrilha naxalita”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2009, p. 18-20.

GRAGEN, Oded. “Desenvolvimento sustentável”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 28-29.

GRESH, Alain. “Os EUA conseguirão sair do atoleiro?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 8-9.

_____. “Escravidão à francesa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 36-38.

_____. “A falsa ‘pax americana’”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 12-13.

GRZYBOWSKI, Cândido. “Para onde vai o Fórum Social Mundial?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 28.

GUTIÉRREZ, Carlos. “A asfixia das Farc”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 14-15.

HABEL, Janette. “Washington diante do desafio latino-americano”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 4-5.

HADDAD, Sérgio. “Educação e Exclusão”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 32-33.

HALIMI, Serge. “Desigualdades americanas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 37.

_____. “O bobo da corte”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 32-33.

_____. “Democracia ‘simplificada’”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 7.

HAMBURGUER, Esther. “As novelas e os anunciantes”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 32-33.

HARI, Johann. “No coração do conservadorismo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 9-11.

HARRISON, Selig. “As manobras americanas contra o Irã”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 8-9.

HENDRICKSON, Ryan. “As omissões do Congresso diante da guerra”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 12-13.

HICKMAN, Clair. “Quando os pobres pagam pelos ricos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 4.

HUBART, Jean-Yves. “A revanche de Flandres”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 20.

ITANI, Fidaa. “Uma peça fundamental no xadrez de Bin Laden”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 16-17.

JACQUIAU, Christian. “Ambiguidades do comércio equitativo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 25-26.

JELLOUN, Tahar Ben. “Últimos dias da Argélia francesa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 38.

JULLIEN, François. “Os direitos do homem são mesmo universais?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 30-31.

JUDT, Tony. “O Holocausto e as raízes do mal”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 36-38.

KADRITZKE, Niels. “Entre o exército e o fundamentalismo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 18-19.

KAPELIUK, Ämnon. “Israel: o peso dos generais”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 15.

KATZ, Alison. “A conspiração do silêncio”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 26-27.

KHAIR, Amir. “Pela justiça tributária”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 12-13.

KISHINAMI, Roberto. “Etanol: subsídios para o debate”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 26-27.

KOPP, Dominique. “Guerra Fria sobre o Ártico”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 20-21.

LACROIX-RIZ, Annie. “Um outro retrato de Stálin”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 37.

LAMBERT, Renaud. “Guatemala: lento despertar”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 17-18.

_____. “Como o homem mais rico juntou seus tostões”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 18-19.

LE CROSNIER, Hervé. “Os gigantes brigam na internet”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 24-25.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. “Apresentação”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 2.

_____. “Mudança no time francês”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 7.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 2.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 2.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 2.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 2.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 2.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 2.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 2.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 2.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 2.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 2.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 2.

_____. “Cartas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 2.

LECOMTE-TILOUINE, Marie. “Rumo a uma ‘democracia maoísta’”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 18.

LEITE, Eleison. “Faça você mesmo: a senha da cultura jovem”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 28-30.

LEMOINE, Maurice. “Miami se cansa da extrema-direita cubana”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 22-23.

_____. “Colômbia x Venezuela: a grande manipulação”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 14-15.

LEROY, Jean Pierre. “O impacto sobre o meio ambiente”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 8-9.

LEVY, Johanna. “Coca: da tradição ao narcotráfico”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 26-27.

LÉVY, Pierre. “Os intelectuais e a rede mundial do saber”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 34-36.

LEWIN, Moshe. “A Revolução Russa noventa anos depois”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 30-31.

LEYMARIE, Phillipe. “Washington brinca com fogo na Somália”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 20-21.

LHOUR, Marion. “Tem gente lucrando com o desemprego”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 29.

LINDEN, Peter. “Esquerda de cara nova”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 16-17.

LINERA, Álvaro Garcia. “O desencontro de duas razões revolucionárias”. In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, janeiro de 2008, p. 1-5.

_____. “A dimensão multicivilizatória da comunidade política”. In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, janeiro de 2008, p. 6-7.

LOPES, Nei. “Eu, negro”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 11.

LORDON, Frédéric. “O eterno retorno da crise financeira”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 22-23.

_____. “De vendaval a furacão”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 18-20.

LÖWY, Michael. “Os cadernos inéditos de Che Guevara”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 26-27.

LUCAS, Violaine; VILAIN, Barbara. “Ainda cidadãs de segunda classe”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 32-33.

MANO, Maíra Kubik. “A politização dos jogos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 5.

_____. “Desafios dos assentamentos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 16-17.

MANNI, Franz. “A quem pertence o código?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 21-22.

MARIÁTEGUI, José Carlos. “A reforma universitária” In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, maio de 2008, p. 5-7.

MARINI, Ruy Mauro. “A luta pela democracia”. In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, novembro de 2007, p. 2-5.

MATTELART, Armand. “A batalha das palavras”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 36-37.

MAZOYER, Franck. “A fábrica do desejo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 34-35.

MERMET, Daniel. “América Rebelde: uma entrevista exclusiva com Noam Chomsky”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 4.

MICHAELS, Walter Benn. “Igualdade: o dinheiro é o limite”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 23-24.

MILANEZ, Bruno. “Crítica ao artigo sobre ambientalismo empresarial”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 19.

_____. “Quatréplica”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 2.

MIRANDA, Danilo. “Comunicação e democracia”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 4-5.

_____. “A cultura é a saída”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 12-13.

MONGIN, Martin. “Quem nos protegerá de quem nos protege?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 34-35.

MOVIMENTO Nossa São Paulo. “A sociedade já tem como controlar”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 27.

NAKANO, Kazuo; MARX, Vanessa. “O que se discutiu no Fórum Social Mundial”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 21, abril de 2009, p. 30-31.

NAVARRO, Luis Hernandez. “México, polícia dos Estados Unidos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 8-9.

NESBIT, Molly. “Estação Utopia”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 20-22.

NEWFIELD, Christopher. “EUA, o desmonte do ideal democrático”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 32-33.

OSPINA, Hernando Calvo. “A ‘revolução cidadã’ de Rafael Correa”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 10-11.

PALHARES, Joaquim Ernesto. “Por uma mídia livre”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 20.

PAQUOT, Thierry. “Pesadelo vertical”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 38.

PIELLER, Evelyne. “A esquerda se tornou liberal”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n.º 21, abril de 2009, p. 14-15.

PIETÁ, Elói. “O que esperamos de um bom prefeito”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 28-29.

PIGNOTTI, Darío. “Cristina e o Brasil”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 8-9.

PIGNOTTI, Darío. “Brasília se afasta de Washington”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 6-7.

PIOT, Olivier. “Os subterrâneos da ilegalidade”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 14-15.

PÓ, Marcos. “Quem regula as agências reguladoras?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 28-29.

POCHMANN, Marcio. “O país dos desiguais”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 16-18.

_____. “Os retrocessos do atual modelo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 4-5.

POMONTI, Jean-Claude. “Os escritores vietnamitas enfrentam tabus”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 36-37.

PONT, Raul. “Rio Grande do Sul: crise das finanças públicas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 4-5.

POUPEAU, Franck; ALTO, Hervé do. “As dificuldades de uma revolução sem revolução”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 14-15.

RADVANY, Jean. “As duas faces de Vladimir Putin”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 21-23.

RAIMBEAU, Cécile. “A Europa das empresas ‘recuperadas’”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 30-32.

RAMONET, Ignacio. “Hugo Chávez”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 13.

_____. “O novo capitalismo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 25.

_____. “Paquistão: o novo elo fraco dos EUA”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 13.

_____. “O epicentro da crise econômica mundial”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, fevereiro de 2008, p. 8.

_____. “As três crises”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 23.

REKACEWICZ, Philippe. “Migração sem escolha”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 30-33.

REVELLI, Philippe. “Os sem-teto às portas de São Paulo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 26-27.

- RIBEIRO, Ana Maria Motta. "O 'Polígono da Maconha'". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 30-31.
- RIOT, Olivier. "Entre os combatentes do Curdistão". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 14-17.
- RIPPOL, Violaine. "Notícias das mulheres do Irã". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 38.
- ROMANO, Jorge. "A fome que dá lucro". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 10-11.
- ROSSI, Adriana. "A mão dos EUA". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 16-17.
- ROULEAU, Eric. "Israel face à sua história". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 30-31.
- ROUX, Mathias. "A mídia e a vida dos outros". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 34-35.
- RUSCIO, Alain. "A assimilação do preconceito". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 11, junho de 2008, p. 24-25.
- SADER, Emir. "Bem-vindo, Diplô". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 2.
- _____. "Apresentação". In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, novembro de 2007, p. 1.
- SAID, Edward. "Falar o árabe". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 36-37.
- SAKE, Beshir; TARCIR, Phanjof. "A contra-reforma agrária egípcia". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 32-33.
- SALMON, Christian. "A estratégia hollywoodiana de George W. Bush". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 10-11.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. "Populismo ou revolução?". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 13.
- _____. "A mega-anistia". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 24.
- SANJUAN, Ana María. "Claro-escuros bolivianos". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 10-12.
- SANTILLI, Márcio. "Amazônia: em busca do desenvolvimento sustentável". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 30-31.
- SANTORO, Maurício. "O novo rosto da juventude latino-americana". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 26-28.
- SCHIFFRIN, André. "O revide das pequenas editoras". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 36-37.
- SERGEANT, Jean-Claude. "O futuro da BBC". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 36-37.
- SERVANT, Jean-Christophe. "As bases sociais da explosão queniana". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 22-23.

SEVARES, Julio. “Banco do Sul: libertação ou ilusão?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 8, março de 2008, p. 1415.

SHANZAD, Syed Saleem. “Muçulmanos x Muçulmanos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 12-13.

SIDDIQA, Ayesha. “As obscuras atividades econômicas dos militares”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 14-16.

SINGER, Paul. “Economia solidária 1”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 31.

STEFANONI, Pablo. “Paraguai: promessa de fim de era”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 14-15.

STIEGLER, Bernard. “A hipermassificação e a destruição do indivíduo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 34-36.

STRAUTMAN, Gabriel. “A dívida maquiada”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 21.

STRONZAKE, Janaína. “As guerreiras do MST”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 4, novembro de 2007, p. 16-17.

TAUTZ, Carlos. “Da Alca a IIRSA”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo : Instituto Pólis, ano 2, n.º 19, fevereiro de 2009, p. 6.

TAVARES, Maria da Conceição. “Homenagem a Celso Furtado”. In: *Cadernos da América Latina: Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, março de 2008.

TEIXEIRA, Ana Claudia. “Até onde vai a participação cidadã?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 6-7.

TELLES, Vera; HIRATA, Daniel Veloso. “A face miúda da droga”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 2, setembro de 2007, p. 6-7.

TESTART, Jacques. “O fantasma de Gattaca”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 33.

TINEL, Bruno; VELDE, Franck Van de. “Redistribuição de renda às avessas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 28-29.

TISSOT, Sylvie. Periferia: “A invenção dos bairros problemáticos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 30-31.

TOSO, Sérgio Geez. “Santa María de Iquique”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 5, dezembro de 2007, p. 38.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. “A encruzilhada dos modelos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 18.

VASSORT, Patrick. “Sade e o espírito do capitalismo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 28-29.

VENTURA, Deisy. “Sociedades efervescentes, governos sem gás”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 7, fevereiro de 2008, p. 12-13.

VERNEREY, Mathieu. “Tremor no teto do mundo”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 6-7.

VIGNA, Anne. “Sem ‘tortillas’ nem empregos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 9, abril de 2008, p. 20-21.

- WAUTHIER, Claude. “Uma África truculenta e fantástica”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 3, outubro de 2007, p. 38.
- WARDE, Ibrahim. “A fortaleza financeira se abre aos emergentes”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 22-23.
- WHATELY, Marussia; BLATH, Fernanda; WEIS, Bruno. “Haverá água para todos?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 4-6.
- WILKINSON, Stephen. “Do Período Especial à ascensão de Raúl”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 12, julho de 2008, p. 18-19.
- WILPERT, Gregory. “Por que o plebiscito deu no que deu?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 6, janeiro de 2008, p. 10-11.
- WRIGHT, Steve. “Medicamentos como armas de guerra”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 1, agosto de 2007, p. 14-15.
- ZUILKOSKY, Paulo. “Por um Pacto Federativo Municipalista”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n.º 10, maio de 2008, p. 18.

EDIÇÕES INTERNACIONAIS DE LE MONDE DIPLOMATIQUE

- BOUVERESSE, Jacques. “*Les médias, les intellectuels et Pierre Bourdieu*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, fevereiro de 2004, p. 28-29.
- CASSEN, Bernard. “*Le tournant de Porto Alegre*”. In: *Le Monde Diplomatique*, 2/2/2001. Disponível online em: <http://www.monde-diplomatique.fr/dossiers/portoalegre/>
- COLOMBANI, Jean-Marie. “*Le Monde a 60 ans, Le monde raconte le monde*”. In: *Le Monde 60 Ans*. Paris: Le Monde SA, 2004.
- HALIMI, Serge. “*Notre combat*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, outubro de 2009, p. 18.
- HOBBSAWM, Eric. “*El desafío de la razón: Manifiesto para la renovación de la historia*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Buenos Aires: Capital Intelectual, n.º 66, dezembro de 2004.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE. *Les 50 ans du Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, Éditions Cercle d’Art, 2004.
- NEGRI, Antonio. “*El nuevo movimiento de los movimientos*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Buenos Aires: Capital Intelectual, ano 10, n.º 115, janeiro de 2009, p. 1.
- RAMONET, Ignacio. “*Cinquante ans*”. In: *Manière de voir*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, março de 2004, p. 5-6.
- _____. “*Désarmer les marchés*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, dezembro de 1997, p. 1.
- _____. “*La pensée unique*”. In: *Manière de voir*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, n.º 74, abril-maio de 2004, p. 61.
- _____. “*L’aurore*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, janeiro de 2000, p. 1.

_____. “*Besoin d’utopie*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, maio de 1998, p. 9.

_____. “*Guerre des idées*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, maio de 2006, p. 1.

VIDAL, Dominique. “*L’Internationale Du ‘Diplo’*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, novembro de 2006, p. 27.

_____. “*Ce que voulait de Gaulle en 1966*”. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique SA, abril de 2008, p. 18.

OUTRAS FONTES

ABRAMO, Perseu. “Do jornalismo utópico ao jornalismo possível”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 90, 21 de março de 1977.

BERGER, Roland. “As relações entre Mao, Chu En-lai e a ‘gang dos 4’”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 85, 14 de fevereiro de 1977.

_____. “A volta de Teng Hsiao-Ping”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 95, 13 de fevereiro de 1977.

_____. “A novela da volta de Teng”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 97, 9 de maio de 1977.

CARVALHO, Flávio. “A imprensa em poucas mãos”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 118, 3 de outubro de 1977.

DINES, Alberto. “A imprensa num país livre”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 90, 21 de março de 1977.

DUARTE-PLON, Leneide. “Femme fatale”. In: *Mais! Folha de S. Paulo*, 21 de fevereiro de 2010, p. 6.

FIRST, Ruth. “A farsa da independência”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 70, 1º de novembro de 1976.

LANGER, Frederic; SARBIB, Jean-Louis. “A saúde do capitalismo americano”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, 22 de agosto de 1977.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. “Cambodja: o fim do isolamento”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 106, 11 de julho de 1977.

MAURÍCIO, Ivan. “Invasão Cultural na Imprensa”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 90, 21 de março de 1977.

MOVIMENTO. “Le Monde”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 113, 29 de agosto de 1977.

_____. “Imprensa independente e poder político”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 33, 16 de fevereiro de 1976.

_____. “A tribuna de (quase) toda a esquerda francesa”. In: *Movimento*. São Paulo: SA Editora de Livros, n.º 35, 1º de março de 1976.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. “Nasce um Jornal”. In: *Movimento*, São Paulo, 7 de julho de 1975, p. 4-5.

SERRANO, Filipe. “Seattle: uma década de ativismo 2.0”. In: *O Estado de S. Paulo*, 30 de novembro de 2009, p. L4.

TESES E DISSERTAÇÕES

BATALHA, Elisa de Santana. *A mídia altermundialista: a participação do Le Monde Diplomatique no Fórum Social Mundial*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais.

BURROWES, Patrícia. *Le Monde Diplomatique: um jornal para pensar*. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. Tese de Doutorado em Comunicação.

PINTO, Fernanda Iarossi. *O reaproveitamento de notícias no jornalismo impresso contemporâneo: o caso do Caderno Diplô, do Le Monde Diplomatique Brasil*. Bauru: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2010. Dissertação de Mestrado em Comunicação.

OUTRAS FONTES E ARQUIVOS

- Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).
- Biblioteca Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).
- Departamento de Documentação da Editora Abril (DEDOC).
- Instituto Paulo Freire.
- Instituto Pólis.
- Redação do *Le Monde Diplomatique* em Buenos Aires (Argentina).
- Redação do *Le Monde Diplomatique* em Paris (França).
- Redação do *Le Monde Diplomatique* em São Paulo (Brasil).

REFERÊNCIAS DAS ILUSTRAÇÕES

Página 13

Ilustração *Utopia Station* N.º 87. Arte de Immanuel Wallerstein e Rirkit Tiravanija.

Fonte: <[http:// e-flux.com/projects/utopia/art/087wallersteintiravanija/index.html](http://e-flux.com/projects/utopia/art/087wallersteintiravanija/index.html)>

Página 27

Editorial “*La pensée unique*”. Por Ignacio Ramonet, no *Le Monde Diplomatique*.

Fonte: Revista *Manière de voir* (2004), edição especial “*Le Monde Diplomatique: 50 années qui ont changé notre monde*”.

Página 28

Editorial “*Désarmer les marchés*”. Por Ignacio Ramonet, no *Le Monde Diplomatique*.

Fonte: Livro especial *Les 50 ans du Monde Diplomatique* (2004).

Página 55

Le Monde Diplomatique N.º 1.

Fonte: Revista *Manière de voir* (2004), edição especial “*Le Monde Diplomatique: 50 années qui ont changé notre monde*”.

Página 65

Movimento N.º 138.

Fonte: Acervo Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Página 66

Le Monde no *Movimento* N.º 138.

Fonte: Acervo Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Página 67

Estreia do *Le Monde* no *Movimento* N.º 113.

Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

Página 68

Entrevista de Jacques Fauvet, do *Le Monde*, no *Movimento* N.º 33.

Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

Página 69

Reportagem de Ruth First, do *Le Monde Diplomatique*, no *Movimento* N.º 70.

Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

Página 70

Reportagem do *Le Monde Diplomatique* no *Movimento* N.º 106.

Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

Página 76

Ilustração *Utopia Station* N.º 27. Arte de Martha Rosler & Oleanna Group.

Fonte: <<http://www.e-flux.com/projects/utopia/art/027rosleroleanna/RoslerOleanna.pdf>>

Página 86

Le Monde Diplomatique Brasil N.º 1.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 87

Editorial “Um novo olhar” no *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 1.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 88

Editorial “Um jornal que é seu” no *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 12.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 93

Carta do *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 1.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 94

Seção Cartas (Página 2) no *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 2.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 95

Seção Editorial (Página 3) no *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 9.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 96

Seção Livros (Página 39) no *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 12.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 97

Layout de *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 8.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 98

Layout de *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 11.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 99

Layout de *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 1.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 100

Layout de *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 8.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 101

Layout de *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 21.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 107

Cadernos da América Latina no *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 115

Ilustração *Utopia Station* N.º 30. Arte de Revolutions on Request

Fonte: < <http://e-flux.com/app/webroot/projects/utopia/art/030ror/index.html>>

Página 181

Le Monde Diplomatique Brasil N.º 21.

Fonte: Instituto Pólis.

Página 240

Ilustração *Utopia Station* N.º 138. Arte de Martha Rosler & Fleas.

Fonte: <<http://www.e-flux.com/projects/utopia/art/143roslerfleas/index.html>>

Página 289

Ilustração *Utopia Station* N.º 100. Arte de Martha Rosler.

Fonte: <<http://e-flux.com/projects/utopia/art/100rosler/index.html>>

Página 292

Ilustração *Utopia Station* N.º 1. Arte de Thomas Hirschhorn e Marcus Steinweg.

Fonte: *Le Monde Diplomatique Brasil* N.º 1, Instituto Pólis.

APÊNDICE

Este espaço reúne as entrevistas realizadas, além de reportagens, fac-símiles e ilustrações encontradas durante a pesquisa de mestrado. As entrevistas com os jornalistas e editores de *Le Monde Diplomatique Brasil* foram transcritas e editadas neste apêndice, contando ainda com as cartas de cessão de direitos assinadas por Antonio Martins, Carolina Gutierrez, Maíra Kubík Mano, Pedro Ribeiro Nogueira e Sílvio Caccia Bava.

ENTREVISTAS

Antonio Martins

Jornalista. Foi editor da edição eletrônica de *Le Monde Diplomatique Brasil*. Participou das equipes de redação de diversas publicações alternativas, como *Carta Maior* e *Brasil De Fato*, além da criação da *Ciranda Internacional da Informação Independente*. Antonio Martins atualmente é editor da *Biblioteca Diplô* e da rede *Outras Palavras*.

Carolina Gutierrez

Jornalista graduada pela Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, de São Bernardo do Campo. Foi estagiária na edição eletrônica de *Le Monde Diplomatique Brasil*, à época sob a coordenação do Instituto Paulo Freire. Carolina Gutierrez participa da *Biblioteca Diplô* e da rede *Outras Palavras*.

Maíra Kubik Mano

Jornalista e Mestre em Ciência Política pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, Maíra Kubik Mano é editora de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Pedro Ribeiro Nogueira

Jornalista graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e estudante de Letras na Universidade de São Paulo (USP). Foi estagiário de *Le Monde Diplomatique Brasil* entre 2007 e 2008.

Sílvia Caccia Bava

Sociólogo e Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Iniciou sua carreira como jornalista no alternativo *Em Tempo*. Atualmente, Sílvia Caccia Bava é editor do *Le Monde Diplomatique Brasil*, além de coordenador do Instituto Pólis.

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

São Paulo, 07 de agosto de 2010

Destinatário,

Eu, Antonio José Martins Junior, solteiro, RG 7.989.657-1 (SSP-SP), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 16 de outubro de 2008, para Juliana Sayuri Ogassawara, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que tem a guarda da mesma. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha firma reconhecida em cartório.

Antonio José Martins Junior

ENTREVISTA *

Antonio Martins **

Antonio, como nasceu a ideia de trazer o *Le Monde Diplomatique* para o Brasil?

Foi uma consequência de vários fatores de um sistema. O que forçou isso a mudar foi a crise financeira – uma crise financeira muito pequena comparada com a de hoje – foi a crise financeira da Ásia, na Indonésia, na Coreia, na Tailândia, de 1996/1997. Foi a primeira grande crise financeira da época da globalização. E, principalmente na Coreia, a crise provocou num primeiro momento uma devastação social muito profunda. Eu lembro que tinha um editorial, que dizia que algumas conquistas que foram alcançadas ao longo de décadas estão sendo destruídas em poucos meses. A Coreia seguiu a proposta do Fundo Monetário Internacional (FMI), então cortou subsídio aos agricultores, cortou a rentabilidade do emprego, cortou o seguro-desemprego. E nessa época o *Le Monde Diplomatique* sugeriu a formação de um conceito, que foi um dos primeiros movimentos por “uma outra globalização”, que se chamava ATTAC, que era Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão, que propunha uma medida muito singela, digamos, mas muito simbólica. No sentido simbólico de começar a tributar todas as transações que envolvessem o câmbio de moedas. Esse movimento se espalhou muito rapidamente, o movimento surgiu num editorial do *Le Monde Diplomatique*, meio por acaso, e teve uma repercussão muito grande. Primeiro, na França – e a França naquela época estava vivendo uma situação muito particular, porque tinha havido na virada de 1995/1996, uma grande greve geral contra a privatização da previdência, muitas associações, muita emergência de ideias novas e o ATTAC meio que galvanizou isso. Repercutiu no mundo todo também.

Eu me interessei, participei de uma liga de discussão, que era uma coisa nova na época. Não foi nem em contato com o pessoal do *Le Monde Diplomatique*, mas em contato com pessoas que faziam parte desse pré-movimento, que tinha sido lançado pelo *Le Monde Diplomatique*. Eu que perguntei: “Olha, você tem contato com alguém do *Le Monde Diplomatique*? Eu sou jornalista, gostaria de...”. E eles já tinham edições estrangeiras. E eles responderam muito rapidamente, indicaram uma pessoa que era o Bernard Cassen, que na

* Entrevista com o jornalista Antonio Martins, realizada pela jornalista e mestranda Juliana Sayuri, na cidade de São Paulo, gravada em 16 de outubro de 2008. A entrevista transcrita está editada e foi lida, revisada e autorizada pelo interlocutor.

** Antonio Martins é jornalista. Foi editor da edição eletrônica de *Le Monde Diplomatique Brasil*. Atualmente é editor da *Biblioteca Diplô* e da rede *Outras Palavras*.

época era o diretor do *Le Monde Diplomatique*. Ele estava vindo para cá, mais ou menos nessa época, para fazer uma matéria sobre a democracia participativa em Porto Alegre. E marcamos uma conversa no aeroporto, aqui em Guarulhos, porque ele tinha uma mudança de avião. Um avião da França para São Paulo e depois pegava um outro. Ele foi super solícito, teve uma abertura e umas exigências muito tranquilas, nada muito difícil. Isso foi em meados de 1998.

E quando a ideia se concretizou?

Dezembro de 99, porque teve que se constituir uma entidade, na verdade, uma micro-empresa, porque a gente não tinha dinheiro para fazer o jornal, nem uma edição decente na internet, era uma edição muito simples na internet. Era um grupo de jornalistas só, sem capital, sem nada, mas nós nos reunimos, nos organizamos, fizemos as negociações e em dezembro de 1999 saiu o número zero, e em janeiro de 2000 saiu o número 1.

Qual foi seu primeiro contato com o *Le Monde Diplomatique*?

Eu vi edições do *Le Monde Diplomatique* em algumas bancas aqui em São Paulo, pela década de 1990, comprei poucas vezes. Mas o *Le Monde Diplomatique* foi o primeiro jornal da França via internet. Então em meados da década de 1990, uns doze ou treze anos atrás, na *Carta Maior* – onde trabalhei depois da revista *Veja* – eu lia pela internet, imprimia e depois levava para ler em casa. Isso foi em 1996 ou 1997.

Qual é o diferencial que você vê no *Le Monde Diplomatique* enquanto leitor?

Naquela época, era uma coisa que só tinha no *Le Monde Diplomatique*. Aquela época era a do pensamento único, que toda a imprensa achava que acabar com o Estado era ótimo, acabar com o serviço público, estimular cada vez mais a competição, estimular a desorganização social, aquela ideia da Margareth Thatcher de que “não há sociedade, só há indivíduos”. O ambiente político era muito ruim.

O *Le Monde Diplomatique* era praticamente único numa posição de crítica, super crítica a esse tipo de globalização. Ele tomou um papel muito importante nessa época, é a época de sua maior expansão. Porque toda a imprensa achava que estava ótimo, uma sociedade cada vez mais individual, cada vez menos solidária, cada vez mais submetida só às leis de mercado. E o *Le Monde Diplomatique* seguiu o contrário, apontava muito para as possibilidades, na insustentabilidade desse projeto.

Por um lado, era isso. E por outro lado, uma coisa muito fascinante também, era a profundidade das matérias. E o *Le Monde Diplomatique* é um jornal muito mais de ensaios do que de matérias. Mas ele faz ensaios que não são acadêmicos, são ensaios ligados a temas polêmicos e contemporâneos. Desde temas geopolíticos a questões emergentes.

Quem apoiava vocês no início do *Le Monde Diplomatique* no Brasil?

Chamava-se Instituto Abaporu. Ele ainda existe, mas está meio adormecido. Nós temos agora um acordo com o Instituto Paulo Freire, que é responsável pela edição na internet. O Instituto Abaporu era uma empresa com um capital de R\$ 7 mil. Dez pessoas que se juntaram para dar R\$ 700 para fazer essa edição.

Você participou da idealização e realização da edição impressa de *Le Monde Diplomatique Brasil*?

Sim. Esse projeto começou de 1999 para 2000, mas durante um tempo ficou adormecido. Até 2005. Um parêntese: o *Le Monde Diplomatique* foi o responsável aqui no Brasil por organizar o site do Fórum Social Mundial, no seu primeiro ano. Nós captamos recursos com uma fundação alemã ligada ao “partido verde” da Alemanha – mas é independente; é ligada, mas não é subordinada – e, lendo o projeto do Fórum, eles se entusiasmararam muito e apoiaram. E nós construímos, pelo *Le Monde Diplomatique*, o primeiro Fórum Social. Até hoje, os fóruns sempre foram organizados sem nenhum cartaz, tudo pelo “boca a boca” e pela internet, captando todo o sistema de informação.

Mas de 1999 a 2004/2005, o *Le Monde Diplomatique* foi uma publicação muito constante, muito regular, mas com muito poucos leitores. O projeto estava errado. O projeto era viabilizar a leitura do jornal, vendendo assinatura. Mas eram poucas assinaturas, 200 assinantes, não mais do que isso. Em 2005, ou final de 2004, não me lembro exatamente, em uma conversa casual com o Sílvio Caccia Bava, fomos amadurecendo a ideia: “Vamos fazer um esforço para melhorar essa edição na internet e lançar uma versão impressa?”. E aí fomos desenhando esse projeto. Em 2005/2006, foi lançada a nova versão na internet, aberta. Hoje conta com mais ou menos 2 mil leitores por dia. Depois, no ano passado, foi lançada a edição no papel, mas era parte do mesmo projeto.

E agora a edição eletrônica e a impressa caminham como projetos independentes?

Projetos autônomos, mas em colaboração. *[Mas]* Estamos conversando para estreitar essa colaboração.

Sobre a questão dos direitos autorais, há exigências do *Le Monde Diplomatique* francês?

Eles cobram royalty pelos direitos autorais. Sempre foi muito barato. Na edição impressa, acho que são mil euros por mês, no conjunto de 30 matérias mais ou menos. Na edição eletrônica, são 200 euros. E o segredo é que eles nunca cobram! Antes eles cobravam. Agora nós pagamos, porque agora o projeto está ligado a duas instituições um pouco mais sólidas [*Instituto Pólis e Instituto Paulo Freire*], mas normalmente eles não cobravam. Mas é praticamente um valor simbólico.

O que mudou entre 1999 e 2008?

Primeiro, o jornal passou a ter acesso livre. Segundo, o jornal passou a ter uma biblioteca organizada por temas – que é hoje uma das coisas mais atraentes, que mais atrai os leitores. A coisa mais importante é que em 2006/2007, nós inauguramos o *Caderno Brasil* que é, na verdade, o *Le Monde Diplomatique* feito aqui no Brasil.

Qual é a proposta do *Caderno Brasil*?

É se inspirar na ideia francesa, mas não de forma dependente. É a tentativa de estimular pensadores e estudiosos, consagrados e jovens, a refletir e analisar a realidade mundial e a realidade brasileira. Contamos com pessoas como Augusto Boal, Ladislau Dowbor e grandes intelectuais. O que é mais inovador é que estamos formando um novo corpo de intelectuais e jornalistas, que ainda não é conhecido e que nós descobrimos e publicamos. Por exemplo, o Eleilson Leite, um historiador, escreve uma coluna belíssima, a *Cultura Periférica*. Então, não é só valorizar os consagrados, quase os de sempre, mas estimular o que chamamos de “intelectualidade emergente”. São cerca de 70 colaboradores.

Nesse corpo de 70 colaboradores, você diria que existe uma política ou uma linha ou mesmo uma “cultura *Le Monde Diplomatique*”?

Essa pergunta é ótima. Também inspirado no Fórum Social Mundial, nós queremos que o jornal seja muito diverso, muito plural. Então é difícil ter uma “política” no jornal, pois a política na forma tradicional exige decisões centralizadas, exige ter posições muito específicas sobre muitos assuntos. Na era da comunicação compartilhada, o nosso corpo comunitário não pode ter uma política, nem uma estratégia centralizada. Mas tem que ser “uma outra coisa”, que aparentemente é mais fluido, mas que no fundo é mais poderoso: são os valores. Ter valores não significa dizer se você é pela Marta [*Suplicy*] ou pelo [Gilberto]

Kassab, pelo PT, pelo PSDB ou pelo PSOL. Não significa dizer se você é favor desta ou daquela medida contra a crise. Acredito que há uma identidade geral em torno de valores como solidariedade, em torno de valores como a distribuição das riquezas, em torno de valores como a ideia de bem comum.

Você disse que seriam esses os valores que todos os colaboradores compartilham. Você conhece todos os colaboradores?

Não pessoalmente, mas eu conheço o que eles escrevem. E isso é um critério. Os valores são um critério. Nós somos muito flexíveis e pretendemos ser ainda mais. Mas o jornal tem um ponto de vista em relação a determinados valores. Não cabe, por exemplo, uma coluna que seja a favor simplesmente da produtividade empresarial. Não nos interessa uma coluna que veja a economia a partir do ponto de vista de que o serviço público é um estorvo. Nós levamos os valores muito a sério. Mas tem a edição. A edição não tem a ver basicamente com as ideias dos autores. Tem a ver com o fato de que há muitos autores novos, autores que não tem ainda a cultura jornalística. Então, a edição tem a ver com o texto, a linguagem e a forma jornalística, a capacidade de instigar o leitor.

Como foi sua formação?

1983, na ECA-USP. Foi uma formação de militante dos partidos comunistas clássicos. Era uma fase interessante, foi uma parte importante da minha vida. Mas, era uma formação acredito que muito doutrinária e muito limitada. E eu fazia parte desses projetos que, eu brinco, eram da “modernidade vermelha”. As relações eram as mesmas relações da modernidade, as relações de partido, as relações de Estado, as relações de hierarquia, na imprensa as relações de dar voz para o público. Mas, nós acreditávamos que éramos portadores de uma verdade oposta à verdade oficial. Para mim, havia outros problemas. Havia a ideia de que para mudar a sociedade, você precisava mudar principalmente a forma de produzir e mudar as condições materiais, quando, no fundo, o objetivo era mudar as ideias. Daí, na nossa concepção, havia uma espécie de projeto já definido, que era o projeto da revolução socialista. Então, as minhas leituras daquela época eram as leituras de muita gente também da mesma geração, que era das estratégias e dos programas para fazer a revolução socialista. A história de tudo o que fiz como jornalista é o trabalho em publicações alternativas e ligadas à política. Trabalhei, por exemplo, na imprensa na União Nacional dos Estudantes (UNE) – quando ainda era estudante; depois me filiei ao PCdoB e então trabalhei nos jornais do partido. Trabalhei em publicações ligadas ao sindicato; trabalhei no *Brasil*

Aberto, jornal ligado ao PT. Trabalhei novamente, quando já era profissional, em outra publicação da UNE. Depois, mais recentemente, trabalhei quatro meses na *Veja*, entre 1993 e 1994. Quis sair porque era intelectualmente muito pobre e dirigido, sem autonomia nenhuma.

Como você analisa a questão das novas mídias?

Antes existiam os atores e a plateia, uma relação de submissão. As empresas de comunicação comunicavam e informavam o público de A, B, C, D – e todas as suas distorções. Os jornalistas eram simplesmente os operadores desse oligopólio. Atualmente, você tem a possibilidade de que o público seja emissor também, quebrando essa hierarquia, quebrando essa barreira. Essa situação nova exige todo um trabalho de qualidade, todo um trabalho de criação de rede, todo um trabalho de diálogo, todo um trabalho de criação de um espaço público, que é novo. A novidade é que existe agora uma forma de superar isso. Ela muda não só as ideias, mas muda a relação de informação. Uma frase do Manuel Castells: “Informação é poder, mas comunicação é contra-poder”. Então, ela quebra a lógica da informação vertical e ela cria a rede. Então, se a gente for ver hoje, para cada assunto importante, ou para cada assunto que a gente julga menos importante, tem um blog, um grupo de jornalistas, um grupo de pessoas que não são jornalistas, mas que se interessam pelo tema. Nós não vamos mais voltar atrás. Nós não vamos voltar a uma situação em que se tinha a chamada “comunicação de massa”: um pequeno grupo, um grupo cada vez menor, que comunicava a cada vez mais gente. Isso acabou. É bom que isso tenha acabado. Isso garante que se terá uma comunicação mais democrática? Não. Cria a possibilidade. Essa possibilidade pode ser aproveitada ou não, pode virar uma coisa ótima ou pode virar uma coisa péssima, mas pelo menos está reaberta a discussão, está reaberto o futuro.

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

São Paulo, 07 de agosto de 2010

Destinatário,

Eu, Antonio José Martins Junior, solteiro, RG 7.989.657-1 (SSP-SP), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 27 de julho de 2010, para Juliana Sayuri Ogassawara, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que tem a guarda da mesma. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha firma reconhecida em cartório.

Antonio José Martins Junior

34º C. César

340 OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS | CERQUEIRA CÉSAR, SÃO PAULO/SP
BEL ADOLPHO JOSE BASTOS DA SILVA - OFICIAL
RUA REI CANECA 124 - CEP: 01307-002 - FONE: (11) 3171-433 - FAX: (11) 3171-107 - E-MAIL: 34ccesar@terra.com.br

Reconheço, por semelhança, a firma de: ANTONIO JOSE MARTINS JUNIOR, em documento sem valor econômico, dou fé.
São Paulo, 23 de novembro de 2010.
Em Teste da verdade. Cód.: 1976779418-200161924

AMANDA FERNANDES MACHADO - Escrevente Autorizada
Válido somente com selo de autenticidade. (Qtde 1 Total R\$ 3,00)

AMANDA FERNANDES MACHADO
Escrevente Autorizada

CERQUEIRA CÉSAR - 34.º SUBDISTRITO - SÃO PAULO - SP
FIRMA
1028AA406394

ENTREVISTA *

Antonio Martins **

Caro Antonio, tenho duas questões pontuais. Queria saber como foi o rompimento entre o Instituto Paulo Freire e o *Le Monde Diplomatique* francês no início de 2009.

O impasse se deu em março de 2009.⁷⁷⁷ Tenho a impressão de que o rompimento oficial foi entre abril e maio de 2009. O Instituto Paulo Freire enviou Luana Vilutis como uma emissária para a França, para conversar com Bruno Lombard, então diretor comercial do *Le Monde Diplomatique* francês. No entanto, a visita teve um êxito só momentâneo, pois enquanto ela esteve lá os franceses devem ter acenado com alguma possibilidade de continuidade [da edição eletrônica de *Le Monde Diplomatique Brasil*]. Quando Luana retornou, lembro-me que o diretor Moacir Gadotti estava muito contente, pois pensava que o acordo seria mantido entre o Instituto Paulo Freire e o *Le Monde Diplomatique*. Mas o *Le Monde Diplomatique* só manteve o acordo enquanto ela esteve lá. Eles romperam e, tempos depois, firmaram um novo acordo com o Instituto Pólis.

A segunda questão diz respeito à sua relação com o *Le Monde Diplomatique* após o rompimento. Desde o início de *Diplomatique* no Brasil, a ponte França-Brasil foi, por um bom tempo, protagonizada por sua relação com Bernard Cassen. E agora?

Le Monde Diplomatique francês tem compromissos – financeiros, inclusive. Então, eles precisam estabelecer relações com os países cujos parceiros possam contribuir com a sustentação financeira do jornal. É natural que eles tenham buscado uma instituição com mais solidez [*Instituto Pólis*]. O problema foram as instituições: tanto Instituto Pólis quanto Instituto Paulo Freire não tem tradição jornalística. Eles golpearam os jornalistas que tinham trazido o *Le Monde Diplomatique* no Brasil, apoiando-se no poder financeiro.

* Entrevista com o jornalista Antonio Martins, realizada pela jornalista e mestrandia Juliana Sayuri, na cidade de São Paulo, gravada em 27 de julho de 2010. A entrevista transcrita está editada e foi lida, revisada e autorizada pelo interlocutor.

** Antonio Martins é jornalista. Foi editor da edição eletrônica de *Le Monde Diplomatique Brasil*. Atualmente é editor da *Biblioteca Diplô* e da rede *Outras Palavras*.

⁷⁷⁷ Em 24 de março, a direção do Instituto Paulo Freire inesperadamente dispensou toda a equipe da edição eletrônica de *Le Monde Diplomatique Brasil*: Antonio Martins, Carolina Gutierrez e Marília Arantes. À época, indagava-se se a nebulosa dispensa coletiva se devia a fatores políticos, editoriais ou técnicos. Mas atualmente, Antonio Martins acrescenta o fator financeiro.

E os direitos autorais sobre os arquivos do *Le Monde Diplomatique* francês traduzidos no Brasil desde 1999/2000?

Em teoria, os direitos autorais estão com o Instituto Abaporu, antes responsável pela edição eletrônica do jornal, de 1999 a 2009. No entanto, eles valorizam a política do copy left⁷⁷⁸, de livre difusão.

A licença pertence a eles – o Instituto Paulo Freire⁷⁷⁹ e o Instituto Pólis não têm acordos retroativos, então não poderiam passar por cima dos direitos antes garantidos, com contrato assinado, com o Instituto Abaporu. Juridicamente, portanto, os direitos estão com o Instituto Abaporu, uma iniciativa adormecida. Não é de interesse deles, no entanto, trancar esses direitos. Assim, o arquivo continua ativo com a difusão copy left do material.

Após o rompimento com o *Diplomatique*, você está se dedicando a novos projetos. Qual é a proposta de *Outras Palavras*?

Outras Palavras é uma aposta. Primeiro, na comunicação compartilhada. Na ideia de que todo o mundo é produtor de conteúdo, é narrador de seu tempo, de que o oligopólio dos jornais e da televisão já acabou. O jornal não é mais necessário, mas o jornalismo é. *Outras Palavras* resgata a linha editorial de *Caderno Brasil*. Aliás, o *Caderno Brasil* é uma antecipação de *Outras Palavras*, contando ainda com a profundidade do *Diplô*. É um resgate e um avanço.

⁷⁷⁸ Copyleft é uma licença a contornar as barreiras à difusão de uma obra, calcada nas diretrizes clássicas de propriedade intelectual. “Copyleft” é um trocadilho com o termo “Copyright”, sobre os direitos autorais. A expressão “Copyleft - All rights reversed” é um trocadilho com a tradicional expressão “Copyright - all rights reserved”.

⁷⁷⁹ Em janeiro de 2007, o Instituto Abaporu se associa ao Instituto Paulo Freire, com um Acordo Ético-Político. Abaporu detém os direitos sobre a edição brasileira e o acervo de 1300 artigos publicados até então. Com o Acordo, o Instituto Paulo Freire assumiria a responsabilidade jurídica e financeira do projeto, mantendo a equipe e suas despesas, auferindo as receitas, com publicidade e apoios institucionais. Do ponto de vista editorial, as partes teriam papéis iguais. Na tentativa de garantir esse equilíbrio, foi constituído um Conselho, com quatro diretores do Instituto Abaporu, quatro diretores do Instituto Paulo Freire e o economista Ladislau Dowbor.

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

São Paulo, 07 de agosto de 2010

Destinatário,

Eu, Carolina Dozzi Gutierrez, solteira, RG 44.938.198-5 (SSP-SP), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 27 de julho de 2010, para Juliana Sayuri Ogassawara, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que tem a guarda da mesma. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha firma reconhecida em cartório.

Carolina Dozzi Gutierrez

ENTREVISTA *

Carolina Gutierrez **

Carolina, como foi seu início no *Le Monde Diplomatique Brasil*? Conte um pouco sobre sua formação.

Estudei jornalismo na Metodista e atualmente faço pós-graduação em Gestão da Comunicação e Mídias Digitais no Senac.

Comecei no *Le Monde Diplomatique Brasil* como tradutora. Em 2006, abriu uma vaga de estágio para estudantes no terceiro ano de faculdade na edição eletrônica do *Diplô* (ainda sediada no Instituto Pólis) – mas friso que eu ainda estava no primeiro ano. Então, aceitei fazer as traduções, do francês para o português. Em 2007, conversei com Antonio Martins novamente e pleiteei a vaga de estagiário no *Diplô* (já sediada no Instituto Paulo Freire). Após uma entrevista, ele me convidou para integrar a equipe. Na época, ainda não tinha vingado a edição impressa. Lá fiquei até 2009, no *Diplô* e no “Pontão”.

O que foi o “Pontão”?

Na edição eletrônica do *Diplô*, nós estávamos com o projeto *Caderno Brasil* *** e estávamos buscando alternativas para expandir essa iniciativa. Em 2007, o Ministério da Cultura abriu um edital para constituição de Pontos de Cultura. **** Nós enviamos um projeto, que pretendia criar uma rede nacional de Pontos de Cultura, cobrindo cultura popular e comunicação digital, mas também temáticas do próprio *Diplô*, tentando levar pautas da

* Entrevista com a jornalista Carolina Gutierrez, realizada pela jornalista e mestrandia Juliana Sayuri, na cidade de São Paulo, gravada em 27 de julho de 2010. A entrevista transcrita está editada e foi lida, revisada e autorizada pelo interlocutor.

** Carolina Gutierrez é jornalista. Foi estagiária da edição eletrônica de *Le Monde Diplomatique Brasil*. Atualmente é redatora da rede *Outras Palavras*.

*** Em outubro de 2007, inicia-se o *Caderno Brasil*, na edição eletrônica de *Le Monde Diplomatique Brasil*. O site podia apenas traduzir textos franceses, o que limitava a produção editorial. Para preencher essa lacuna, o *Caderno Brasil* foi pensado como um espaço que, mantendo a linha crítica e busca de profundidade do jornal parisiense, fosse feito por colaboradores nacionais.

**** Segundo informações disponíveis no site do Ministério da Cultura, o Ponto de Cultura é a convergência de articulações das atividades do Programa Cultura Viva. Os Pontos são entidades apoiadas financeira e institucionalmente pelo MinC, com ações de impacto sócio-cultural. Em abril de 2010, eram cerca de 4 mil Pontos, em 1.122 cidades brasileiras. Uma vez firmado o convênio com o MinC, o Ponto de Cultura recebe a quantia de R\$ 185 mil, para investir no projeto apresentado. Pontões, por sua vez, foram criados para articular os Pontos de Cultura, recebendo recursos de até R\$ 500 mil, via edital público, para desenvolver programação integrada, adquirir equipamentos e adequar instalações físicas.

política internacional aos Pontos de Cultura. Assim foi criada a rede “Ponto por Ponto – Espaço de Comunicação Compartilhada”, atualmente mantida pelo Instituto Paulo Freire, mas com uma proposta diferente. A ideia do “Pontão” surgiu como uma forma de financiamento para os projetos e uma forma de conquistarmos mais independência financeira frente ao Instituto Paulo Freire.

Mas a partir de março de 2009, com o rompimento com o Instituto Paulo Freire, você continuou com os projetos ao lado de Antonio Martins?

Sim. A ideia do *Outras Palavras* era antiga. Queríamos reativar para captar recursos, para dar continuidade a um projeto legal, com o perfil editorial do *Diplô*. Sabendo que um dia o Instituto Paulo Freire pudesse simplesmente desistir do *Diplô*, nós mantivemos esse projeto na gaveta e iríamos dar continuidade de qualquer maneira. Atualmente, participo de vários projetos: o Ponto de Cultura “Outras Palavras – Jornalismo e Mídias Livres”, a rede social *Outras Palavras* e o arquivo *Biblioteca Diplô*. Talvez assuma a coluna “Cultura Periférica” (antes presente no *Caderno Brasil*, na edição eletrônica do *Le Monde Diplomatique Brasil*, assinada pelo historiador Eleílson Leite, da Ação Educativa). Além disso, participo dos seminários de Mídia Livre, realizado pelo ponto *Outras Palavras* todas as quintas-feiras.

Qual é o impacto da participação no *Le Monde Diplomatique Brasil* e nos projetos atuais na sua formação?

Antes, eu nem gostava de mídias digitais. Queria atuar na mídia impressa, como quase todos os estudantes de jornalismo. Quando entrei no *Diplô*, passei por toda uma apresentação sobre a comunicação compartilhada, a mídia livre, a cultura popular, a Ciranda Internacional, o Fórum Social Mundial e assim por diante. Isso causou impacto em toda a minha formação, pois passei a ver o jornalismo com outros olhos. Acreditar nas possibilidades das mídias digitais – de produzir, difundir e compartilhar livremente a informação – é um dos impactos mais importantes. Atualmente, o jornalismo está em crise e, aliás, a comunicação é maior do que o jornalismo. Por isso, quero participar de uma comunicação que faça sentido para mim.

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

São Paulo, 23 de abril de 2010

Destinatário,

Eu, Maíra Kubík Taveira Mano, solteira, RG 0008415858 (SSP-MS), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 09 de abril de 2010, para Juliana Sayuri Ogassawara, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros a copiá-la e usar citações, ficando vinculado o controle à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que tem a guarda da mesma. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha firma reconhecida em cartório.

Maíra Mano

Maíra Kubík Taveira Mano

REG. CIVIL DO JD. AMÉRICA 202 SUR.- HELENA ARANTES GONÇALVES - OFICIAL DESIGNADA
R. Henrique Schaumann, 518 - Jardim América - Capital - SP - Tel:3081-9338
Reconheço por semelhança a firma supra de: MAIRA KUBIK TAVEIRA MANO, em
documento sem valor econômico, a qual confere com padrão depositado nesta
serventia.

São Paulo, 01 de dezembro de 2010.

RICARDO AMARAL DA SILVA - ESCRIVENTE AUTORIZADO
válido somente com selo de autenticidade
(0td 1:Total R\$ 3,00) Cód. [2003227714535500109373-0850]

ENTREVISTA *

Maíra Kubík Mano **

Maíra, queria saber como foi seu início no *Le Monde Diplomatique Brasil*?

Eu trabalhava com o antigo editor, José Tadeu Arantes, em uma outra revista, a *História Viva*, da Duetto Editorial. Quando ele veio para o *Le Monde Diplomatique Brasil*, ele disse que o projeto tinha tudo a ver comigo e que, quando surgisse a oportunidade, ele me traria para a equipe – até porque, é um volume muito grande de informação para um só editor. Assim que ele teve essa oportunidade, ele me trouxe para cá. Eu entrei como editora assistente em janeiro de 2009, para fazer a edição de fevereiro de 2009.

Você já tinha contato com o *Le Monde Diplomatique*? Tanto com a edição francesa quanto a edição eletrônica brasileira?

Eu sou francófona. Eu sempre me identifiquei com a cultura francesa, a imprensa francesa, os autores franceses. Isso foi um ponto importante para essa familiaridade com o jornal. Uma segunda questão é que eu lia a edição online do *Diplô* desde que foi lançada no Brasil, porque eu já tinha o hábito de seguir meios de comunicação que não fizessem parte da “grande imprensa”, tal qual a conhecemos. Eu não gosto de rotular esses meios como “alternativos”, mas que tivessem um ponto de vista diferente. Acredito que a proposta do *Diplô* é muito interessante, por buscar aprofundar a análise e não ser meramente um veículo noticioso dos fatos cotidianos. Considero muito válida essa abordagem. Depois, quando me envolvi mais com o jornalismo, eu parti para uma militância na área, relacionada à democratização dos meios de comunicação, ao Fórum Social Mundial e a um olhar diferente sobre o mundo. Eu me lembro que, quando estava na faculdade, tínhamos o jornal-laboratório *Contraponto*. Em uma das primeiras edições do jornal, eu entrevistei o Ignacio Ramonet, em uma das primeiras edições do Fórum Social Mundial, em 2002. Eu já o admirava, por suas propostas, suas ações. E pensava que era em um jornalista como ele que eu deveria me

* Entrevista com a jornalista Maíra Kubík Mano, realizada pela jornalista e mestrandia Juliana Sayuri, na redação de *Le Monde Diplomatique Brasil*, em São Paulo, gravada em 09 de abril de 2010. A entrevista transcrita está editada e foi lida, revisada e autorizada pela interlocutora.

** Maíra Kubík Mano é jornalista. Mestre em Ciência Política pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), atualmente é editora de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

espelhar. Um dos pontos que influenciam a minha prática jornalística, e que vão de encontro ao *Diplô*, é a luta contra o pensamento único.

Como foi sua formação?

Pela PUC-SP, em 2003. E, no auge da minha francofonia, decidi estudar na França, em 2004. Não sabia se queria ser jornalista ou se queria ser acadêmica – e ainda não sei. Ganhei uma bolsa de mestrado e me matriculei na Universidade de Paris I, na Sorbonne. Mas passaram minha bolsa para o semestre seguinte, pois havia um excedente de estudantes estrangeiros. Aí perdi a bolsa, porque não era prorrogável.

Qual é a expressão que você prefere para designar o estilo do jornalismo de *Le Monde Diplomatique Brasil*?

“Alternativo” cabe pelo conteúdo, pois é uma alternativa frente à “grande imprensa”. Mas acredito que, no Brasil, “alternativo” ganha um sentido de “gueto”, como se fosse uma publicação menor. É possível usar a expressão “alternativa”, mas com essa ressalva de que é uma alternativa ao conteúdo dos meios de comunicação, mas não uma alternativa por conta de distribuição e de vendagem.

Por que atualmente há dois sites de *Le Monde Diplomatique Brasil*? Há a *Biblioteca Diplô* (no endereço <<http://diplo.org.br>>) e o *Diplomatique Brasil* (no endereço <<http://diplomatique.org.br>>)? Qual delas é a oficial?

Em 2007, os direitos do site do *Le Monde Diplomatique* francês estavam sob a responsabilidade do Instituto Paulo Freire, onde estava Antonio Martins. Depois de sua saída, o Instituto Paulo Freire ficou com os direitos e, tempos depois, comunicou ao *Le Monde Diplomatique* francês que não tinha mais interesse em dar continuidade ao projeto. A partir de então, nós, no Instituto Pólis, pudemos assumir também a edição online. Nós fizemos questão de manter o conteúdo aberto, pois o *creative commons* é uma das bandeiras do *Diplô*.

Há exigências sobre o conteúdo da versão impressa do *Le Monde Diplomatique Brasil*?

Sim. 60% do conteúdo devem ser do Grupo Le Monde Diplomatique. Os 40% restantes podem ser tanto de outras edições internacionais de *Le Monde Diplomatique* quanto artigos do Brasil. Há uma questão importante sobre os nichos de conteúdo. Acredito que concerne ao *Le Monde Diplomatique* francês uma cobertura mais global, não só da Europa, mas da África, Oriente Médio, Ásia, América do Norte. E nós temos uma predisposição aos

assuntos mais latino-americanos. Nesses 40%, nós publicamos não só artigos brasileiros, mas preferencialmente sul-americanos ou latino-americanos, porque dizem mais respeito à nossa identidade, à nossa realidade.

Como é selecionado o conteúdo?

Nós fazemos reuniões de pauta com a equipe e com membros do Conselho Editorial que possam participar. Nessas reuniões, nós analisamos o sumário francês. Ali vemos o que é mais interessante e discutimos pautas brasileiras. As pautas podem vir do Conselho e da equipe nas reuniões, mas também por sugestões de jornalistas e acadêmicos. Como o jornal conta com análises de fôlego, sempre há acadêmicos interessados em contribuir com o nosso conteúdo. Além disso, duas vezes por ano, fazemos reuniões maiores do Conselho Editorial, para fazer um balanço do que está sendo realizado no *Diplô*.

Além do Editorial (Página 2) e dos Livros (Página 39), há outros conteúdos ou seções fixas do *Le Monde Diplomatique Brasil*?

O editorial francês, mas, na verdade, não aparece como “editorial”. Antes, eram artigos do Ignacio Ramonet. Atualmente, são do novo editor, Serge Halimi.

É marcante no conteúdo de *Le Monde Diplomatique* a presença de artigos, mais do que reportagens, grandes reportagens, perfis e entrevistas. Isso está relacionado com a proposta de *Le Monde Diplomatique* buscar ser mais analítico e menos noticioso?

Primeiro, há uma questão: o *Le Monde Diplomatique* francês não faz entrevistas. Ele tem umas questões específicas editoriais. Para nós, a entrevista é interessante. Para eles, não é o caminho, justamente por essa questão de querer contemplar nos textos muitos dados sobre determinado tema, muitos pontos de vista, uma análise crítica. Então, eles não costumam publicar entrevistas. E isso reflete um pouco no *Diplô Brasil*, com artigos mais analíticos como um dos pontos fortes. Mas o *Le Monde Diplomatique* francês dá mais ênfase às reportagens do que nós, por uma série de fatores que podem justificar isso. Um deles é essa compreensão de que os artigos são importantes, escritos por especialistas de determinadas áreas. E o outro fator é estrutural, pois eu diria que o jornal ainda é incipiente para publicar grandes reportagens.

Há duas críticas lançadas a determinados veículos considerados mais críticos. Primeiro, a possibilidade de se tornar “panfletário”, relacionado a movimentos sociais. Segundo, a partidariação. Como você vê o *Le Monde Diplomatique Brasil* diante dessas questões?

Uma das razões para recusar o termo “alternativo” está relacionada a essa pecha de o veículo alternativo ser considerado o partidariado e o panfletário. E nós buscamos fugir disso totalmente. Por estarmos dentro de uma ONG [*Instituto Pólis*], isso já muda o lugar de onde partimos. É um lugar de articulação da sociedade, não é um lugar partidariado, nem um lugar panfletário, porque não temos um objetivo político de tomar o poder, como um partido. Na década de 80, as ONGs surgem com força no Brasil com esse objetivo de ser um canal de diálogo, um instrumento que canalize as pressões da sociedade e as iniciativas do governo. O Instituto Pólis, por exemplo, é um espaço confluyente de vários pontos de vista sobre as questões das cidades, da gestão urbana, da arquitetura. Então, isso muda bastante a natureza do jornal em relação a outras publicações. Mas nós damos espaço para que a sociedade saiba que os movimentos existem – mas isso não atrela o jornal a determinados pontos de vista. E é preciso entender o jornal do ponto de vista inicial que, no contexto de globalização, ele se posiciona de uma forma crítica. E isso significa dar espaço para movimentos que tenham um ponto de vista crítico também. Pensando que nós não queremos fazer um jornalismo cotidiano, e carregado de “pré-conceitos” e questões editoriais atreladas a questões econômicas, dar espaço para movimentos como o MST é uma coisa natural, considerando que o MST nunca tem espaço nos jornais – e quando tem é duramente criticado.

Como você definiria a linha editorial de *Le Monde Diplomatique Brasil*?

O papel do *Diplô* é de ser um campo de debates. Um instrumento para colocar grandes questões nacionais e internacionais em debate, dar pontos de vista diferentes. Essa seria não uma “linha” editorial, mas uma “missão” editorial. A linha editorial acaba seguindo esse objetivo inicial. Uma linha editorial que prima por abordar assuntos relacionados à sociedade, à política e à economia, questões que afetem os rumos do país, mas sempre observados por um prisma maior.

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

São Paulo, 20 de maio de 2010

Destinatário,

Eu, Pedro Ribeiro Nogueira, solteiro, RG 44.273.004-4 (SSP-SP), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 07 de outubro de 2008, para Juliana Sayuri Ogassawara, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que tem a guarda da mesma. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha firma reconhecida em cartório.

Pedro Ribeiro Nogueira

ENTREVISTA *

Pedro Ribeiro Nogueira **

Pedro, como foi seu início no *Le Monde Diplomatique Brasil*? E qual é seu papel?

Desde a segunda edição, de setembro de 2007. Sou responsável pela seção de Cartas [Página 2] e pela seção de Livros [Página 39] – escolho os livros, os resenhistas e peço as resenhas. Faço a pesquisa de imagem, a edição e a revisão de algumas matérias.

Como é sua formação? Onde você estuda?

Estudo jornalismo na PUC-SP. Estou no último ano [2008, atualmente já é graduado]. Também estudo Letras na USP. Eu entrei no jornalismo, meio inocentemente, querendo mudar o mundo. Aí, comecei a ver que estava no lugar errado. Comecei a militar no centro acadêmico e aí comecei a ter uma visão mais à esquerda.

Na redação de *Le Monde Diplomatique Brasil*, você produz matérias? Ou atua mais na parte de edição e editoração, é isso?

Na verdade, na redação, nós produzimos pouco. Porque temos cerca de 60 % de colaboradores internacionais. O que fazemos é mais edição, porque não há espaço. Temos textos de colaboradores e textos traduzidos, ilustrações, fotografias. Então, nós temos o trabalho de pensar a imagem, pensar a edição, pensar tudo. É super trabalhoso, mas não há espaço para produzir mais.

Você ainda está estudando jornalismo, então ainda é uma época em que se está formulando o próprio conceito de jornalismo. O que é “jornalismo” para você?

Na verdade, acredito que o jornalismo está sendo re-significado hoje em dia. O *hard news*, a informação, os paradigmas da imparcialidade, da neutralidade e da objetividade,

* Entrevista com o jornalista Pedro Ribeiro Nogueira, realizada pela jornalista e mestranda Juliana Sayuri, na redação de *Le Monde Diplomatique Brasil*, em São Paulo, gravada em 07 de outubro de 2008. A entrevista transcrita está editada e foi lida, revisada e autorizada pelo interlocutor.

** Pedro Ribeiro Nogueira é jornalista graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e estudante de Letras na Universidade de São Paulo (USP). Entre 2007 e 2008, foi estagiário de *Le Monde Diplomatique Brasil*.

tendem a cair cada vez mais. Acredito que a imprensa ideal caminha para ser veículo de debate político, veículo cada vez mais analítico, que traga conteúdo, que traga texto, que traga reflexão ao invés de só uma informação que não diz nada sobre a realidade. Tratar o leitor menos como um consumidor e mais como uma pessoa que pensa: essa é a função primordial do jornalismo, buscando formas de abrir diálogo, de abrir reflexão, de uma forma que seja honesta, que assuma um lado e traga análise, traga reflexão.

E isso é possível no *Le Monde Diplomatique Brasil*?

Sim. Em grande medida, sim. No *Le Monde Diplomatique*, a própria opção editorial é uma de privilegiar o texto. A edição brasileira é, inclusive, a mais “colorida”. Se formos ver a edição de outros países, os textos são até maiores, letra minúscula, bula de remédio. E a ilustração muitas vezes não dialoga com a matéria, é uma ilustração, um quadro famoso, uma coisa assim. Acredito que o *Le Monde Diplomatique Brasil* acaba cumprindo com esse papel na imprensa brasileira. As matérias e as análises são os diferenciais do jornal.

Em que medida a linha editorial de *Le Monde Diplomatique Brasil* vai ao encontro dos seus ideais e seus valores?

É bom trabalhar num negócio em que você não sente que está vendendo sua alma. Eu não sinto que eu estou fazendo uma coisa que vá contra os meus ideais. Eu tenho orgulho do produto final, pois é um veículo progressista num país com uma mídia tão atrasada.

Qual é a expressão que você prefere para designar o estilo do jornalismo de *Le Monde Diplomatique Brasil*?

O termo “mídia alternativa” é muito carregado de sentido, já traz toda uma história com ele, que o *Le Monde Diplomatique Brasil* muitas vezes não compartilha. Mas o conteúdo dele – por exemplo, se tivesse uma tiragem de quase 4 milhões de exemplares, mas mantivesse esse conteúdo – ele não seria uma “imprensa nanica”, mas seria “alternativo” ao conteúdo da grande imprensa, conteúdo da *Veja*, da *Folha*, da *Época*.

Mas o *Le Monde Diplomatique Brasil* é um jornal que não tem “fins lucrativos”, mas principalmente “fins informativos”. O nosso propósito com o *Le Monde* é que ele se mantenha. Que tenha o jornal, que eu receba o meu salário, a Maíra receba o salário dela, mas não tem ninguém ficando milionário com isso, não tem ninguém ganhando dinheiro em cima disso. Ninguém quer construir um império.

São Paulo, 23 de abril de 2010

Eu, Sílvio Caccia Bava, solteiro, RG 4.516.260-8 (SSP-SP), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 09 de abril de 2010, para Juliana Sayuri Ogassawara, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que tem a guarda da mesma. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha firma reconhecida em cartório.

Sílvia Caccia Baya

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: AB452075
SILVIO ANDRISANI LACIA BAVA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
São Paulo, 29/6/2010 Sem valor econômico
Em testemunho da Verdade R\$ 3,00
32101213573006 JORD BATISTA CLAFET ZWRFDI-8935/94
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE SEM FOLHA E FOLIO ORIGINAL
27 TABELA DE NOTAS DA CAPITAL
JORGE AUGUSTO ALDAIR BOTELO FERREIRA
AV. SÃO LUÍZ, 59 - REPÚBLICA - SÃO PAULO - SP. FONE: (11) 3124-5000 - CEP 01046-001

Sílvia, como nasceu a ideia de trazer o *Le Monde Diplomatique* para o Brasil?

Bem, primeiro eu tenho que dizer que eu sou um apaixonado pelo *Diplô* francês há muito tempo. Leio há mais de dez anos o *Diplô* francês. Acredito que ele oferece uma visão do cenário internacional que é singular. Não conheço outra publicação que dê esse tratamento para as questões de política internacional e os temas de geopolítica, como o *Diplô* faz.

Eu tinha uma coluna no *Diário de S. Paulo* e escrevi um artigo sobre a privatização da água, em 2005. Na ocasião, fui procurado pelo pessoal que se apresentava como ATTAC Brasil. Eles disseram: “Nós nos interessamos pelo tema, nós gostaríamos de contar com o Instituto Pólis para fazer uma reunião nacional com a agenda que tenha a questão da privatização da água. Foi aí que conheci o Antonio Martins e mais umas duas pessoas do ATTAC Brasil. Na oportunidade, surgiu a ideia: “Por que nós não juntamos para fazer a edição impressa de *Le Monde Diplomatique* no Brasil?”. Eu já era um apaixonado. Isso foi um estímulo muito forte. Então, nós fizemos.

Nós criamos uma entidade, chamada *Outras Palavras*. Havia um conjunto de instituições e pessoas, trabalhando durante um ano e meio para isso, para criar as condições para lançar o jornal no Brasil. Nesse conjunto, existia o Instituto Abaporu, com o Antonio Othom Pires Rolim e o Antonio Martins. Eu trouxe outras entidades, como a Action Aid, o escritório de advocacia Rubens Naves, o pessoal do SESC-SP com o Danilo Miranda. A ideia era somar todos que quisessem fazer parte desse projeto.

Acontece que, no momento do lançamento do jornal, houve uma reunião na qual o Instituto Abaporu, ao lado do Instituto Paulo Freire, disse que nós estávamos tendo um “protagonismo exagerado”. Assim nós desfizemos essa nossa possibilidade de fazer uma coisa juntos. Eles continuaram com o site e eu pensei que tinha acabado a chance de ter a possibilidade de lançar o *Diplô* no Brasil.

* Entrevista com o sociólogo Sílvia Caccia Bava, realizada pela jornalista e mestranda Juliana Sayuri, na redação de *Le Monde Diplomatique Brasil*, em São Paulo, gravada em 09 de abril de 2010. A entrevista transcrita está editada e foi lida, revisada e autorizada pelo interlocutor.

** Sílvia Caccia Bava é sociólogo. Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é editor do *Le Monde Diplomatique Brasil* e coordenador do Instituto Pólis.

Por outros caminhos, fui ao Fórum Social chileno, em 2006, e lá encontrei com o Bernard Cassen. Quer dizer, eu tinha um amigo que era amigo do Victor de la Fuente, que é o diretor do jornal chileno. Conversamos sobre a publicação. Ele disse: “Você precisa conversar com o Cassen”. E, para a minha surpresa, o Cassen não sabia de nada. Ele disse que não sabia de nada, mas que estava muito interessado em receber uma proposta minha.

Aí nós fizemos uma proposta e firmamos um contrato com o *Le Monde Diplomatique* francês, que nos dava direito à marca e à publicação da revista impressa. E como eles tinham uma relação, anterior, durante sete anos com o Abaporu, particularmente com o Antonio Martins, eles não se sentiram à vontade para romper essa relação. Então, ficou uma coisa meio esquizofrênica. Havia um site – que, pelo contrato, tinha limite, não poderia produzir matérias brasileiras – e um canal à parte, o *Caderno Brasil*. Durante dois anos, nós tínhamos um site que dizia uma coisa e um jornal que dizia outra coisa. Mas o jornal foi se afirmando. Bernard Cassen não é mais o diretor do *Le Monde Diplomatique* francês. Então, a relação pessoal entre Cassen e Antonio Martins não funcionava mais, do ponto vista institucional. E nós conseguimos o site também, depois de três anos.

Como foi sua formação? E que impacto causa na sua atuação como editor do *Le Monde Diplomatique Brasil*?

Eu vou responder a essa pergunta de uma outra forma. O Pólis é um instituto de pesquisa que vem trabalhando há mais de 20 anos na relação da sociedade civil com o governo, sobre a gestão pública e as políticas públicas. O jornal é uma tentativa de ampliar o público com o qual o Pólis se comunica. Quer dizer, a ideia é sair do gueto e começar a falar com um mundo mais amplo. Essa flexibilidade para escolher as matérias e tratar dos temas não tem a ver com a originalidade de uma pessoa. Ela tem a ver com a iniciativa do Instituto Pólis ao tratar da cidadania no Brasil. Não é um jornalismo “exterior” a uma dinâmica de formulação de projeto, de propostas e de diagnósticos. É uma questão singular porque o jornal tampouco é porta-voz do que o Instituto Pólis faz. Nós nos organizamos de uma forma que a agenda do jornal, quem define é o jornal. Nós convidamos pessoas de fora quando é o caso – ou não convidamos. Então, não é um veículo oficial do Instituto Pólis. É um instrumento para dinamizar o debate público em torno de uma agenda, que está tentando buscar alternativas de desenvolvimento para o país. Uma agenda que tem questões como a radicalização da democracia, a equidade social, a justiça social. É esta agenda que pauta o jornal. Nós estamos conseguindo chegar a uns 50 mil leitores por mês. Aos poucos, o jornal vai se afirmando. Foi

o único jornal que cresceu no ano passado, em 2009. E ele tem uma presença muito forte junto aos formadores de opinião. Mas ele está crescendo muito junto à juventude.

Eu sou apaixonado pelo projeto. Gosto de ser editor – eu não era editor. Antes nós tínhamos como editor o José Tadeu Arantes. Mas há pessoas que são excelentes profissionais, mas que têm dificuldade de se articular para trabalhar em equipe. Foi o caso. Quando o Tadeu saiu, eu fiquei provisoriamente como editor. E gostei. E aqui estou. E a Maíra tem uma colaboração fundamental.

Além da questão do conteúdo – distribuição 60% e 40% – há outras determinações no contrato por parte do *Le Monde Diplomatique* francês?

Quanto ao conteúdo, nós pagamos a eles pelo direito de publicá-los aqui, no valor de 1.060 euros. E eles se orgulham de dizer: “Nós nunca fomos atrás de alguém para editar o nosso jornal em algum lugar. Sempre as pessoas vieram bater aqui e estamos em 31 países hoje” [31 países que contam com edições impressas da revista]. De longe, eu acredito que o *Le Monde Diplomatique* no mundo inteiro é uma experiência singular.

Como andam as finanças do *Le Monde Diplomatique* Brasil?

Hoje em dia, temos mais ou menos 55% da receita que vem das vendas em bancas, agora estamos quase chegando a 20% com as assinaturas e outros 25% que temos de “correr atrás” de propagandas. O *Diplô* é um projeto do Pólis. O Pólis é uma entidade sem fins lucrativos. Então, o fato de você nas bancas não quer dizer que isso é um negócio. Eu quero ter um superávit para poder investir, ampliar e qualificar melhor o jornal. Todo mundo recebe seu salário, mas ninguém tira um tostão a mais do que isso.

Como você definiria a linha editorial do *Le Monde Diplomatique* Brasil?

Primeiro, nós temos algumas limitações. Nosso contrato diz que nós temos que publicar 60% das matérias traduzidas do francês. Então, se há uma linha editorial é a seleção das matérias que forem mais compatíveis e interessantes para o leitor brasileiro. Os outros 40%, que é a nossa produção local, estão em cima dessas questões: a denúncia da desigualdade social, a valorização das múltiplas vozes da sociedade civil, a questão ambiental, as alternativas de desenvolvimento, o papel da sociedade civil. E são questões que dizem respeito aos tabus, como a questão do “imperialismo brasileiro”. Há alguns temas que os outros meios não tratam. Quando nós fizemos a matéria “O império contra-ataca” foi um furo, pois a grande imprensa não tinha dado.

Mas há alguns temas que são tratados na grande imprensa, mas que no *Le Monde Diplomatique* são abordados sob uma perspectiva diferente...

Sim. Como nós defendemos a legalização das drogas como uma das maneiras para se acabar com o narcotráfico – os grandes jornais não fazem isso. Mas são coisas que não são da nossa cabeça: nós estamos dando voz a processos sociais, articulados, legisladores, quer dizer, não somos nós que estamos inventando a proposta da legalização. De repente você tem também um grande programa de moradia popular lançado pelo governo, que ignora completamente as regras de desenvolvimento urbano criadas pelo Ministério das Cidades, então nós temos que denunciar isso. A grande imprensa não tem interesse de fazer isso, porque quanto maior o negócio para as construtoras, melhor. Mas não entra em questão a dimensão urbanística, os equipamentos, a localização dos projetos.

Há duas críticas lançadas a determinados veículos considerados mais críticos. Primeiro, a possibilidade de se tornar “panfletário”, relacionado a movimentos sociais. Segundo, a partidarização. Como você vê o *Le Monde Diplomatique Brasil* diante dessas questões?

Nós temos consciência que a nossa publicação é uma publicação densa – e às vezes é difícil de ler, porque são artigos grandes. É para quem está interessado no assunto. É para formadores de opinião. Não trata dos fatos, trata de análises e contextos basicamente. Informação é importante, mas análise é fundamental.

Não tem nada de panfletário. Nós temos inclusive o cuidado de contrapor posições dentro do jornal. Não nos interessa travar um debate com a direita, por exemplo. Mas um debate dentro do campo progressista, nós temos muito interesse, para torná-lo plural e aprofundar as questões. O jornal é muito útil, por tratar de fatos, construindo contextos.

Com relação à questão partidária, não me ocorre, como editor, nenhum interesse em fazer uma reunião partidária. Eu fui fundador do PT, mas saí do partido em 87. Quer dizer, faz muito tempo. Aqui, temos o Fernando Gabeira [PV], a Marina Silva [PV] e o José Eduardo Martins Cardoso [PT] como entrevistados. Nós não estamos dando as costas para a política. Mas nós estamos escolhendo nossos interlocutores a partir dos temas que estamos tratando.

Agora nós estamos preparando uma edição que tratará da corrupção e da política. Nós convidamos o José Eduardo. Se não fosse ele, se fosse o Miro Teixeira [PDT] ou se fosse, enfim, qualquer outro partido, nós iríamos apresentar da mesma maneira a questão: por que um político, com chance de se eleger de novo, desiste de fazer campanha por conta dos constrangimentos dos financiamentos de sua campanha?

O que nos interessa não é o político, mas tratar desses constrangimentos. Então, é parte da linha editorial não ter alinhamento partidário.

Quais foram as transformações da revista entre 2008 e 2010?

É engraçado você chamar de “revista”, porque o *Le Monde Diplomatique Brasil* é híbrido. Não se sabe se é jornal, se é revista.

A maior abertura para cultura e arte é uma mudança na linha editorial – e é recente. Estamos tentando torná-la mais interessante. Não sei se estamos ficando um pouco mais ousados agora, depois de adquirir mais experiência com a nossa história. Várias das nossas matérias foram referência no Congresso para o debate. A matéria “O império contra-ataca” foi discutida no Senado. Disseram que foi uma grande contribuição para o debate porque eles ali no Senado não sabiam o que estava acontecendo. Você tem indicadores de impacto de várias ordens: há centros acadêmicos que compram dois exemplares para colá-los na parede, para todo mundo poder ler; há jovens que se organizam em grupos de discussão para debater os textos; e “semanas de jornalismo” que nos convidam para apresentar “como é que se faz esse negócio”. Ontem, fui convidado para participar de uma discussão de um instituto de desenvolvimento sustentável para dar elementos programáticos para a campanha da Marina. E o fato de não ser partidário não quer dizer que você não aceite convites para participar. Levei o último exemplar, sobre o futuro das cidades. E se nós pudermos, através do jornal, influenciar a formação o programa da Marina, estamos muito satisfeitos. Se a Marina vai ganhar ou não é outro problema. Trata-se de ampliar e difundir ideias e propostas, que é o “núcleo duro” da nossa discussão.

A outra questão de linha editorial, que vale a pena se dizer, é olhar para o futuro. Durante os anos 90, o berço do neoliberalismo, acabou com a discussão sobre o futuro: não tem discussão sobre projetos de desenvolvimento, não tem discussão sobre o Brasil que queremos daqui a 30 anos, quanto menos as cidades. Então, nós entramos na discussão sobre novos paradigmas: novos paradigmas de desenvolvimento local, novos paradigmas de desenvolvimento ambiental, políticas de inclusão social. Isso tudo está muito afinado com a concepção do Fórum Social Mundial. Nós temos de encontrar novas formas de convivência, novas culturas, novos padrões de consumo e produção. Um compromisso irreduzível com a questão ambiental. Faz parte da nossa preocupação.

É possível ler nas páginas de *Le Monde Diplomatique* a convivência de uma crítica do passado e do presente, mas com um certo otimismo para o futuro...

Você precisa situar historicamente. Não é casual. Quando se inicia o governo Lula, havia uma expectativa muito grande – há de se considerar depois que não seria essa “bola toda”, mas se apresenta como um governo quase que conciliador, capaz de satisfazer a todo o mundo. Esse cenário, com essa expectativa iniciada com o primeiro governo Lula, era um convite a pensar o futuro. Agora nós podemos pensar um projeto de desenvolvimento diferente, nós podemos pensar vários cenários. E aí começa a haver um debate de alternativas, que não existia antes. No governo Fernando Henrique, não tinha discussão. Essa “aparente substituição”, vamos dizer assim, de forças políticas no governo, também tem uma dimensão latino-americana, com os novos governos na América Latina. O que estamos procurando? Para onde está apontando o que é inovador? Quais são as discontinuidades e rupturas dos processos políticos? Interessa-nos saber o que o Morales está fazendo na Bolívia, o que o Chávez está fazendo na Venezuela, o que a Alba significa. E a grande imprensa não trata dessas coisas, ou trata de uma maneira muito pejorativa. Então, você poderia dizer que uma das vertentes das nossas preocupações é justamente captar o que significa a entrada de novos atores nesse cenário político.

Le Monde Diplomatique Brasil (2007-2008)

ANEXOS

Nas páginas seguintes também foram delineados os perfis do público-alvo da revista. A respeito dos leitores no Brasil, as informações foram cedidas com a Secretaria de Redação de *Le Monde Diplomatique Brasil*. Quanto aos leitores na França, o documento com o perfil detalhado em termos sócio-demográficos e culturais foi obtido em visita à redação de *Le Monde Diplomatique* na Argentina. Marcam presença ainda algumas edições internacionais de *Le Monde Diplomatique*, publicadas na Argentina, Alemanha, Chile, Espanha, Inglaterra e Portugal, bem como um mapa atualizado pontuando a presença de *Le Monde Diplomatique* no mundo. Edições especiais publicadas na França foram incorporadas ao longo destas páginas, assim como fac-símiles de edições publicadas no Brasil. Por fim, destacam-se reportagens de outros veículos relacionadas à temática desta pesquisa: uma entrevista com Sylvie Kauffmann, nova diretora do *Le Monde*, no caderno *Mais!* do jornal *Folha de S. Paulo* e um especial sobre o ativismo político de Seattle, no caderno *Link* do jornal *O Estado de S. Paulo*.

PÚBLICO LEITOR *

Entre o público de *Le Monde Diplomatique Brasil* há dois segmentos que merecem destaque

especial. O primeiro são os formadores de opinião: intelectuais, artistas, empresários, jornalistas, parlamentares, professores universitários e dirigentes de organizações da sociedade civil. Todos são atraídos pelo debate plural e aprofundado de questões fundamentais no país, assim como pela excelente cobertura de assuntos internacionais. O outro segmento de leitores é formado pelos estudantes e professores universitários. Nos debates e palestras em faculdades, dos quais a redação é convidada a participar, é evidente o entusiasmo com o *Le Monde Diplomatique Brasil*. Os jovens enxergam na publicação não apenas uma preparação para o vestibular e o ingresso na faculdade como também uma oportunidade para aprender mais sobre o mundo e a sociedade brasileira.

PERFIL DO PÚBLICO LEITOR -%

SEXO %

- Homens - 67%
- Mulheres - 33%

FAIXA ETÁRIA %

- 21 a 39 anos - 55%
- 40 a 49 anos - 19%
- 60 anos e acima - 17%
- 16 a 20 anos - 10%

FORMAÇÃO %

- Pós-graduação - 49%
- Superior completo - 23%
- Superior incompleto - 23%
- Ensino médio completo - 5%

LEITORES POR EXEMPLAR %

- 3 ou mais pessoas - 54%
- 2 pessoas - 33%
- 1 pessoa - 13%

HÁBITOS DE CONSUMO %

- Ler livros e jornais - 28%
- Ir ao cinema - 20%
- Frequentar bares e restaurantes - 17%
- Viajar (Brasil) - 15%
- Ir a concertos e shows - 8%
- Ir ao teatro - 7%
- Viajar (Exterior) - 5%

* Pesquisa cedida pela Secretaria de Redação de *Le Monde Diplomatique Brasil*, com informações referentes a 2010.

Perfil del lector de
Le Monde Diplomatique
en Francia, en términos
sociodemográficos
y culturales

Síntesis de resultados

Conseil des sondages analysés

* Pesquisa cedida pela Secretaria de Redação do *Le Monde Diplomatique* na Argentina, com informações referentes aos leitores da França.

Perfil del lector

Por lo menos 6

lectores sobre

10 tienen un ba-

chillerato +3 y

más (un tercio

de ellos con Ba-

chillerato + 5 y

más), cuando só-

lo el 25 % de los

franceses tienen

un nivel de estu-

dios superiores.

2

En términos de edad, se observa una sobrerrepresentación de lectores jóvenes entre la población de los compradores no suscriptos: mientras que los menores de 35 años constituyen el 34 % de la población francesa, representan el 41 % de los compradores no suscriptos, pero el 27 % de los abonados. Comparados con los lectores de por lo menos un título de la prensa nacional cotidiana y con los lectores de semanarios (el 32 % de los cuales tiene menos de 35 años) los lectores de Le Monde Diplomatique resultan ser ligeramente más jóvenes.

Paralelamente, los lectores de Le Monde Diplomatique se distinguen por una mayor proporción de solteros entre los compradores no suscriptos que la media: el 47 % está en esta situación, contra el 29 % del conjunto de la población, proporción que se aproxima a la que se observa entre los suscriptos (27 %).

De hecho, una fuerte proporción de los hogares de los lectores del Monde Diplomatique son hogares de reducidas dimensiones: los hogares monopersonales representan el 14 % de la muestra de los abonados (16 % a nivel nacional), y los hogares que comprenden dos personas, el 34 % (53 % a nivel nacional).

Habida cuenta de la menor edad de los lectores dentro de la muestra de compradores no suscriptos, estas proporciones son naturalmente más elevadas aún en esta población: el 31 % de los hogares monopersonales y el 32 % de hogares de dos personas.

La presencia de hijos menores de 15 años en el seno del hogar se observa en el 33 % de los lectores suscriptos interrogados, y el 27 % de los compradores no suscriptos que respondieron a la encuesta, cifras perfectamente comparables con la media nacional (35 %).

UN NIVEL SOCIOCULTURAL ELEVADO

El nivel de estudios de los lectores de Le Monde Diplomatique es muy superior a la media: por lo menos 6 lectores sobre 10 tienen un bachillerato +3 y más (un tercio de ellos con Ba-

chillerato + 5 y más), cuando sólo el 25 % de los franceses tienen un nivel de estudios superiores.

Los abonados que presentan un perfil de más edad que los compradores de números sueltos también son los que con más frecuencia declaran un nivel de estudios inferior a Bachillerato + 3 (37 % en los suscriptores y 23 % de los que compran sin suscripción).

Blanco particularmente apreciado por los publicitarios, los CPS + (Cuadros Superiores Profesionales) representan el 55 % de los suscriptores al Monde Diplomatique interrogados y el 62 % de sus compradores no suscriptos, cuando son sólo el 34 % de los lectores de semanarios, el 28 % de los lectores de prensa cotidiana nacional y el 18 % del conjunto de la población francesa de 15 años y más.

A esta fuerte proporción de cuadros corresponde una fuerte proporción de altos ingresos: al menos un lector sobre cuatro (el 27 % de los compradores y el 36 % de los abonados) declara ingresos totales superiores a los 20 mil francos netos por mes, cifra próxima a la de los lectores de semanarios (29 %) pero más alejada de los lectores de la prensa cotidiana nacional (35 %).

UNA PENETRACIÓN HOMOGÉNEA EN EL TERRITORIO NACIONAL

Provincianos en un 77 %, los lectores abonados al Monde Diplomatique siguen de manera bastante fiel la estructura geográfica de la población francesa. Las regiones donde se encuentran más abonados al Monde Diplomatique son el sudeste (15 % vs el 12 % de la población), el oeste (14 % vs 13 %), el este y la cuenca oeste de París (10 % vs 8 %), la región mediterránea y el sudoeste (8 % vs 12 y 11 % respectivamente), y por último la cuenca este de París (7 % vs 8 %) y el Norte (4 % vs 6 %). La Isla de Francia concentra el 23 % de los abonados y el 20 % de los franceses.

La distribución geográfica lograda a partir de los que respondieron al cuestionario autoadministrado no puede explotarse de manera válida dadas las opciones metodológicas que presidie-

Síntesis de resultados

ron la entrega de los cuestionarios (aglomeraciones de París, Lille, Lyon, Burdeos y Toulouse).

En términos de hábitat se observa una ligera sobrerrepresentación de las pequeñas aglomeraciones: el 26 % de los abonados declaran habitar en una comuna de menos de 20 mil habitantes (16 % en Francia) y el 18 % vive en una comuna de 20 a 100 mil habitantes (el 13 % en toda Francia). Respecto de la prensa cotidiana nacional y los semanarios la penetración de Le Monde Diplomatique resulta ser mucho más homogénea: el 50 % de los lectores de prensa cotidiana nacional y el 27 % de los lectores de semanarios se concentran en una aglomeración parisiña, y sólo el 12 y el 11 % respectivamente residen en una pequeña comuna (menos de 20 mil habitantes).

LECTORES SUPERCONSUMIDORES DE CULTURA

Consumidores en alto grado de ocios culturales, los compradores no suscriptos del Monde Diplomatique forman parte de una jerarquía muy nítida de sus actividades, jerarquía que sigue la que surge del estudio EuroPrensa Cotidiana Nacional:

EL CINE: 90 % de los compradores no suscriptos declaran ir al menos 3 veces por año vs 38 % de los franceses (de los cuales el 72 % al menos una vez por mes). Los lectores jóvenes y los que tienen Bachillerato + 5 son aún más numerosos: el 84 % y el 77 % respectivamente.

LOS RESTAURANTES: 91 % los frecuentan al menos 3 veces por año (de ellos el 66 % al menos una vez por mes) vs el 62 % al menos 3 veces por año sobre el conjunto de la población francesa.

LAS EXPOSICIONES, MUSEOS, GALERÍAS: 84 % declara ir al menos 3 veces por año (de los cuales el 31 % al menos una vez por mes) vs el 23 % de los franceses.

EL TEATRO: el 49 % de los compradores van por lo menos 3 veces por año (de los cuales el 15 % al menos una

vez por mes) vs el 8 % del conjunto de los franceses.

La ópera tiene un 3 % de fieles (al menos una vez por mes) pero el 15 % de los que respondieron la encuesta declaran sin embargo ir al menos 3 veces por año vs el 7 % a nivel nacional.

LECTORES SOBREEQUIPADOS EN INFORMÁTICA

El equipamiento de los lectores presenta dos características distintivas:

por una parte se sitúa en un nivel superior a la media en materia de informática y telefonía: el 58 % de los compradores no suscriptos poseen un microordenador en su hogar vs el 25 % al nivel nacional y el 39 % entre los lectores de semanarios. La fuerte proporción de lectores de menos de 35 años constituye un elemento de explicación de esta tasa de equipamiento, y en un sentido más amplio de la apertura a las nuevas tecnologías de que dan prueba estos lectores: el 23 % dispone de un módem y aproximadamente uno sobre cinco declaran tener acceso a Internet (19 %), mientras que menos del 10 % de la población francesa está conectada con la Web.

La telefonía móvil penetra en el 17 % de los hogares de los lectores del Monde Diplomatique contra el 13 % de los lectores de semanarios.

Por otra parte se registra un subequipamiento relativo en materia de televisión: apenas un lector sobre 5 (el 17 %) declara poseer al menos dos aparatos de televisión, que posee en cambio una de cada dos personas de la población francesa (48 %), incluidos los lectores de semanarios. Al mismo tiempo, el grabador sólo seduce al 57 % de los lectores vs el 84 % de los franceses. Al nivel de las cadenas de tv pagas se observa un seguro desinterés por Canal +, que genera dos veces menos abonados (el 11 %) entre los lectores de le Monde Diplomatique que entre el conjunto de la población francesa (22 %). Sin embargo, el abono al cable resulta ligeramente superior (13 %) a su penetración nacional (9 %).

Este fenómeno de un subequipa-

El 58 % de los

compradores no

suscriptos po-

seen un microor-

denador en su

hogar vs el 25 %

al nivel nacional

Perfil del lector

Los lectores

de Le Monde

Diplomatique son

grandes consumi-

dores de libros.

los compradores

no suscriptos

leen alrededor de

17 libros por año.

4

miento televisivo es particularmente significativo de una cultura fundada en lo escrito, el análisis y la reflexión, como veremos en materia de consumo de medios.

UNA CULTURA ENTRE LA INFORMACION Y LA REFLEXION

UNA CULTURA LITERARIA, COMPLEMENTO DE LA RADIO.

La asignación de tiempos de los lectores revela una nítida preponderancia del libro al que dedican al menos 8 horas por semana, más que a la radio, que escuchan un promedio de 7 horas semanales. La televisión ocupa un tercer lugar, la ven mucho menos que el conjunto de la población francesa: entre 5 y 6 horas por semana, menos de una hora por día, contra tres horas y media por día del conjunto de la población.

En realidad los lectores de Le Monde Diplomatique son grandes consumidores de libros. Los compradores no suscriptos leen alrededor de 17 libros por año, y uno de cada cinco lee más de 20 por año. Más allá de su comportamiento personal de lectura es interesante constatar que las personas que respondieron el cuestionario compran más libros de los que leen (un promedio de 24 libros comprados por año y el 28 % compra más de 20 por año): es decir, se revela el valor simbólico o estatutario que los lectores del Monde Diplomatique atribuyen a este medio.

En cuanto a la radio, la preferencia de los lectores se dirige a las radios del grupo Radio France con una gran ventaja a favor de France Inter. Después vienen France Culture y France Info. Se manifiesta con claridad la asociación de un medio denominado "caliente" con emisoras que se posicionan en una actitud al mismo tiempo crítica y cultural.

De hecho, interrogados sobre sus fuentes de información para los proble-

mas contemporáneos, los lectores no suscriptos colocan los informativos radiofónicos en segundo lugar (66 %) después de la prensa cotidiana nacional (78 %) y antes de los informativos de tv (37 %).

También son muy valoradas las emisiones de debate por radio y los magazines radiales de información y de reportajes (respectivamente 43 y 42 % de menciones) y se las considera más enriquecedoras que sus equivalentes televisivos: el 23 % de los compradores no suscriptos consideran que los magazines de información radial son los más enriquecedores para ellos, contra el 19 % para emisiones similares difundidas por tv, y el 16 % estima que los debates por radio son más enriquecedores contra el 7 % que se inclina por los debates televisivos.

DÉBIL DUPLICACIÓN CON LOS DIARIOS

La prensa cotidiana nacional figura a la cabeza de las fuentes de información que se consultan sobre problemas contemporáneos (el 78 % de los compradores no suscriptos). Si se revisa el detalle de los títulos que leen los lectores de Le Monde Diplomatique se destacan solamente dos:

● Le Monde: el 26 % de los abonados y el 37 % de los compradores no suscriptos lo leen todos los días o casi todos

● Libération: el 4 % de los abonados y el 14 % de los compradores no suscriptos lo leen todos los días o casi todos.

De acuerdo con la estructura geográfica de los lectores, los diarios regionales generan un 23 % de lectores regulares.

DE SINTERÉS POR LOS SEMANARIOS Y FUERTE DUPLICACIÓN CON TELERAMA

El hecho más llamativo concierne a los semanarios, a los que los lectores de Le Monde Diplomatique sólo dedican alrededor de dos horas semanales. Este fenómeno es revelador de la decepción provocada en los lectores que por una parte se apegan a la dimensión reflexi-

Síntesis de resultados

va de la información y que en ese sentido valorizan una dimensión temporal larga donde pueden inscribirse los semanarios, y por otra parte privilegian una toma de posición que no constituye más que un signo distintivo puntual de los semanarios (confróntese la decepción enunciada en los grupos respecto de Le Nouvel Observateur).

En este punto los semanarios preferidos por los lectores presentan dos características:

- Una proximidad intelectual: es el caso de Telarama

(43 % de duplicación regular, al menos 2 o 3 veces por mes en los abonados y 33 % entre los compradores no suscriptos) y en menor medida del Nouvel Observateur (21 % de los abonados y 24 % de los compradores)

- Una proximidad en términos de tema: aquí encontramos Courrier International (26 % de los abonados y 22 % de los compradores no suscriptos).

LA TELEVISIÓN: UN PASAJE OBLIGADO PERO POR EL SERVICIO PÚBLICO.

La televisión sigue de lejos a la radio o a los libros en términos de consumo semanal, pero no es menos cierto que cuando se trata de informar sobre problemas contemporáneos las magazines y reportajes televisivos son mirados por más de uno cada dos lectores (el 52 % de los compradores no suscriptos).

Las más miradas en este terreno son las cadenas del servicio público, especialmente Arte (43 % de los abonados) y en menor medida France 2 (19 %) y France 3 (10 %)

COMPORTAMIENTOS DE LECTURA

LECTORES FIELES Y FUERTEMENTE IMPLICADOS EN LA LECTURA DE SU MENSUARIO.

Abonados o no, la lectura del Monde Diplomatique es una lectura relativa-

mente antigua, que se remonta a por lo menos 3 años: el 81 % de los abonados (de ellos el 52 % hace más de 5 años) y el 72 % de los no suscriptos (de los cuales el 38 % desde hace más de 5 años) están en esa situación.

Sin embargo, es interesante constatar que es entre los compradores no suscriptos donde se encuentra la mayor proporción de lectores recientes: el 58 % son lectores desde hace menos de 5 años contra el 47 % de los abonados, lo cual se explica con bastante lógica dada la juventud de estos compradores.

El rápido incremento de los abonos a Le Monde Diplomatique se pone de manifiesto en el espacio que ocupan los abonados recientes en el seno de la muestra encuestada: el 14 % de los lectores están abonados desde hace menos de un año y el 14 % desde hace uno o 2 años; en total, el 63 % de los abonados lo son desde hace menos de 5 años. Como se observa tradicionalmente, una parte no desdeñable de estos abonados recientes son en realidad antiguos lectores del mensuario.

Cualquiera sea el modo de acceso al mensuario, la lectura del Monde Diplomatique suscita una implicación que no tiene equivalente en la prensa, con excepción de la prensa religiosa.

La duración media de lectura de un número no es muy elevada (alrededor de 3 horas), habida cuenta de la densidad de los artículos, pero la cantidad de sectores de la publicación que atrapan al lector alcanza niveles particularmente elevados: un promedio de 8 entre los abonados y de 6 entre los compradores no suscriptos.

Más allá de estos comportamientos personales, el Monde Diplomatique es una publicación que circula: más de un lector cada dos (el 58 % de los abonados y el 53 % de los compradores no suscriptos) declara que al menos una persona más lee el mensuario en su casa.

Habida cuenta de la elevada tasa de conservación de los números - el 52 % de los compradores no suscriptos los conservan todos, lo mismo que el 68 % de los abonados - cabe considerar ►

Perfil del lector

6

Estos datos

revelan la aten-

ción que los lecto-

res de Le Monde

Diplomatique

otorgan a una in-

formación bien

documentada.

que la duración de vida de un número se extiende más allá del mes, lo que genera oportunidades de leer, releer o hacer leer el mensuario.

LECTORES QUE PRIVILEGIAN LOS DOSSIERS...

El registro de "visto-leído" entre los abonados sobre ciertos artículos y sectores del mensuario pone en evidencia verdaderos tiempos fuertes en la lectura de la publicación y en los sectores que atrapan al lector.

Hay dos sectores que aparecen como ineludibles: la parte "Dans ce numéro" y el sumario situado en la tapa. Casi tan leídas como los dossiers (respectivamente 54 y 60% de tasa de lectura de los abonados) estas dos partes son puntos de referencia que permiten identificar de entrada los puntos de anclaje del posicionamiento de la publicación (el tono y el estilo en "Dans ce numéro", artículos claves en el sumario, sobre todo).

Los artículos de fondo, que constituyen dossiers, resultan particularmente aceptados, tanto al nivel de lectura como de interés: Cada cual fue leído en su totalidad o parcialmente por lo menos por un lector cada dos, y de esos lectores casi 7 sobre 10 los han encontrado sumamente interesantes.

Estos datos revelan la atención que los lectores del Monde Diplomatique otorgan a una información bien documentada, producto de investigación, como asimismo a una mirada crítica y exigente sobre la actualidad. En esos niveles la imagen de la publicación resulta ser particularmente positiva:

- El 84 % de los abonados y el 79 % de los compradores no suscriptos están de acuerdo con la idea de que las informaciones que da le Monde Diplomatique son serias;

- El 73 % de los abonados y el 67 % de los compradores no suscriptos también están de acuerdo en que los análisis están bien documentados y basados en la investigación.

En consecuencia Le Monde Diplomatique cumple particularmente bien

su función crítica ofreciendo otra mirada sobre la actualidad, y su función pedagógica al:

- Ofrecer una información que siendo accesible no es superficial: (el 57 % de los compradores no suscriptos y el 61 % de los abonados están de acuerdo),

- Constituir un medio de desarrollar su cultura personal: al 57 % de los compradores no suscriptos y el 72 % de los abonados,

- Dar ganas de ir más lejos en el conocimiento: el 50 % de los compradores no suscriptos y el 62 % de los abonados están de acuerdo con esta afirmación.

Paralelamente a estos elementos de fondo es particularmente impactante constatar que los lectores del Monde Diplomatique otorgan una gran importancia a las remisiones bibliográficas y a la iconografía, que contribuyen en mucho a la valoración de la publicación.

... pero no se desinteresan de secciones menos analíticas

Las páginas dedicadas a los libros y revistas son particularmente valorizadas por un público fuertemente impregnado de cultura literaria. La doble página "Les livres du mois" es leída por un abonado cada dos, y el 49 % de los lectores las considera muy interesantes. Un poco menos leída, la página "Dans les revues" suscita también un gran interés, dado que el 41 % de los lectores se manifestaron sumamente interesados.

Las breves insertas en los artículos generan niveles de lectura menos elevados que los dossiers pero son muy valorizadas por los lectores.

LA INTERACTIVIDAD CON LA PUBLICACION

UNA DIMENSIÓN FUERTE QUE PASA ESENCIALMENTE POR LA ASOCIACIÓN DE AMIGOS DE LE MONDE DIPLOMATIQUE.

Es impactante constatar que el correo de lectores suscita relativamente

Síntesis de resultados

poca lectura y poco interés: sólo el 38 % de los abonados leyeron esa página, y entre ellos apenas uno de cada 3 la encontró interesante.

Paralelamente, y aunque se trata de un público fuertemente implicado en la vida pública, el "Calendrier des colloques et rencontres" solo es leído por un lector cada cuatro (el 24 %) y sólo es apreciado por el 24 % de los lectores.

Muy diferente es la situación de la página "Avec les amis, avec le Diplo": casi un abonado cada tres lo leyó y más de un lector cada dos lo encontró de mucho interés. Su llamado al encuentro cristaliza precisamente el sentimiento de convivencia valorizado por los lectores, sentimiento fortalecido por la publicación y la valoración de los encuentros propuestos en toda Francia.

En términos de interactividad, las nuevas herramientas de comunicación de la publicación parecen particularmente eficaces dado que el 18 % de los compradores no suscriptos y el 13 % de los abonados ya tuvieron oportunidad de consultar el sitio web del Monde Diplomatique.

IMAGEN DE LA PUBLICACION

Y PISTAS DE EVOLUCION

EN EL PLANO FORMAL LA PUBLICACION RECOGE LOS FRUTOS DE SUS EVOLUCIONES RECIENTES.

Habida cuenta de la relación de orden pedagógico entablada entre los lectores y Le Monde Diplomatique la riqueza y variedad de la infografía son muy apreciadas.

La introducción de mapas geográficos constituye una verdadera ventaja para el conjunto de lectores encuestados: 3 de cada 4 compradores no suscriptos y más de 8 abonados cada 10 están de acuerdo en esta afirmación.

Las fotos y cuadros también son muy valorizados en la medida en que contribuyen por una parte a verificar la seriedad de las informaciones proporcionadas y por otra parte a posicio-

nar la publicación en un universo cultural comprometido.

Estos elementos contribuyen sin duda a reducir la sensación de austeridad de la maqueta y de aridez de la lectura. En conjunto, la presentación es evaluada como agradable por el 79 % de los compradores no suscriptos y el 90 % de los abonados, el 70 % de los cuales consideran que los artículos son fáciles de leer.

... y suscita fuertes expectativas en términos de aportes pedagógicos

En orden decreciente de expectativa, hay muchos elementos que el LMD ya introdujo, de modo puntual o regularmente, sobre todo:

- Esquemas explicativos, que el 43 % de los abonados considera que no se les da suficiente espacio

- Mapas geográficos esperados por el 40 % de los abonados

- Referencias históricas o en cifras, que permiten tomar distancia y proporcionar datos de contexto: el 36 % considera que no hay bastantes.

- Los enmarcados que recapitulan los artículos precedentes son citados por un abonado cada cuatro.

- Por último las fotos, un abonado cada cinco opina que LMD ofrece demasiadas pocas.

Los resúmenes que introducen los artículos son objeto de un relativo desinterés, que habría que interpretar como la confirmación del importante nivel de lectura de todos los números y del temor de ver reducirse la extensión de los artículos y la importancia de los análisis.

Interrogados sobre los mejoramientos que desearían que se adopten, los abonados se muestran más proclives a mencionar aspectos formales (31 %) que elementos de fondo (26 %), y en conjunto se trata más bien de reforzar los puntos de vista existentes y ya valorizados que de modificaciones radicales. ■

Su llamado al

encuentro cris-

taliza precisa-

mente el senti-

miento de

convivencia

valorizado por

los lectores.

7

Carte “*L’Internationale du Diplo*”: presença edições de *Le Monde Diplomatique* no mundo.

**Raúl Castro, estrategia de la
defensa revolucionaria de Cuba**
Hal Klepak
A mediados de noviembre, en su kiosco

El día más triste de Ecuador

por Franklin Ramírez Gallegos
páginas 10 y 11

LE MONDE «el Dipló» *diplomatique*

el Dipló, una voz clara
en medio del ruido
Capital Intelectual S.A.
Av. Córdoba 827, 12º A
10541 Buenos Aires, Argentina
Publicación mensual
Año XII, Nº 137, noviembre 2010
Precio del ejemplar: \$14
En Uruguay: 100 pesos
www.eldiplo.org

Europa en emergencia permanente

Rebelión social en Francia

Estudiantes secundarios franceses protestan contra la reforma de las jubilaciones, París, 21 de octubre (Charles Platiau / Reuters)

La marejada de huelgas y manifestaciones de protesta que ha volcado a las calles a millones de franceses tiene como eje el rechazo a la reforma del sistema de jubilaciones impuesta por el presidente Nicolas Sarkozy, pero trasciende este tema. Fundamentalmente, expresa el profundo malestar popular ante la ola de recortes de beneficios sociales que están implementando los gobiernos europeos, que pretenden descargar sobre los trabajadores el costo de la crisis económica desatada por los grandes banqueros.

Dossier: 2: París / Buenos Aires, por Carlos Gabetta 16: **"Ni un paso atrás"**, por Ignacio Ramonet 17: **De casa al trabajo, del trabajo a la tumba**, por Danièle Linhart 18: **El estado de emergencia económica permanente**, por Slavoj Žižek 40: **El despertar francés**, por Serge Halimi

En este número

2 Staff

4 **Aborto, un debate pendiente**
por Marta Vassallo

6 **Fronteras multinacionales S.A.**
por Sebastián Cutrona

8 **Estadísticas públicas y derecho a la información en Argentina**
por Javier Lindenboim

12 **Cinco cubanos en "primera plana"**
por Maurice Lemoine

14 **En las redes de la mafia calabresa**
por Christophe Ventura

19 **El combate de Le Monde diplomatique**
por Serge Halimi

20 **La demagogia del Tea Party**
por Walter Benn Michaels

21 **Texas: el extremo del tablero político**
por Robert Zaretsky

23 En las revistas

24 **Quebec, del nacionalismo de izquierda al neoliberalismo**
por Benoît Bréville

26 **Tierras raras: China tiene la llave**
por Olivier Zajec

28 **India e Israel, una asociación inédita**
por Isabelle Saint-Mézard

30 **La diplomacia egipcia en decadencia**
por Sophie Pommier

32 **Emiratos quiere hacer despegar a Dubai**
por Jean-Pierre Sereni

34 **Haroldo Conti: el viaje sin fin**
por Osvaldo Gallone

35 **Un navegante de este mundo**
por Redolfo Mastarollo

36 **Des Vargas Llosa**
por Ignacio Ramonet

37 **Martin Caparrós contra el fundamentalismo verde**
por Adolfo Coronato

38 **Los libros del mes**

Deutsche Ausgabe

Mai 2010
05/16. Jahrgang
Deutschland: 3,90 EUR
Ausland: 4,20 EUR

LE MONDE

diplomatie

Ein Brief

aus Tel Aviv: Patrick Batarilo schreibt von Partynächten, Pessimismus und Ausflügen ins Westjordanland
▶ S. 2

Ein Buch

für alle Lebenslagen: Alberto Manguel würdigt die Literatur als hervorragendes Mittel, um Schmerzen zu ertragen
▶ S. 3

Eine Währung

aus dem Prüfstand: Thomas Fricke fordert ein neues Selbstbewusstsein und mehr Solidarität im Euroland
▶ S. 4/5

Ein Schutzwall

mit Löchern: Olivier Zajec feiert den 50. Geburtstag des Atomwaffensperrvertrags mit Sorge und Hoffnung
▶ S. 6

Ein neuer Versuch

in Kirgistan: Vicken Cheterian berichtet vom Treiben einer Clan-Diktatur und den Aussichten nach deren Ende
▶ S. 7

Henrik Hold

Hamburg/Clemens-Schultz-Straße 43/3. OG #14, 2009, Öl auf Nessel, 45 x 60 cm, © VG Bild-Kunst, Bonn 2010 (zum Künstler siehe Seite 3)

Zwei Jemen, ein Krisenstaat

von Tariq Ali

Seit dem gescheiterten Flugzeugattentat von Detroit gilt der Jemen als neue Brutstätte des islamistischen Terrors. Für die Jemeniten ist die Korruption ein wichtigeres Thema – und die erzwungene Wiedervereinigung des Südens mit dem Norden des Landes.

liche westlichen Luxusprodukte zu haben sind und die Dienstklasse aus südasianischen und philippinischen Lohnsklaven besteht.

Jemens Hauptstadt Sana'a wurde zu einer Zeit gegründet, als noch nicht alle Teile des Alten Testaments geschrieben waren. Das neue Möwenpickel Hotel im Diplomatenviertel erinnert zwar fatal an Dubai, aber die jemenitische Elite hütet sich, ihren Reichtum zur Schau zu stellen. Der Vernichtung durch Modernisierung entging die Altstadt dank der Unesco, die in den 1980er-Jahren ein Programm finanzierte, zu dem auch der Wiederaufbau der alten Stadtmauer gehörte. Die Große Moschee aus dem 9. Jahrhundert wird derzeit von italienischen Experten restauriert, die zusammen mit einheimischen Archäologen Alltagsgegenstände und bildliche Darstellungen aus vorislamischer Zeit freilegen.

den Geldern des Pentagon für die Terrorbekämpfung (2009 waren das 67 Millionen Dollar). Ein Fünftel dieser Summe ist für Waffenkäufe reserviert, der größte Brocken dürfte an den Präsidenten und seine Entourage gehen, ein Teil auch in den Taschen der Militärführung landen. Um die restlichen Dollars werden sich die lokalen Größen in den verschiedenen Regionen streiten. Ein jemenitischer Geschäftsmann erzählt davon, wie entsetzt er war, als vor einigen Jahren mit der Regierung ein Geschäft ausgehandelt hatte und der Ministerpräsident, ein respektabel und bescheiden wirkender Mann, nach dem Abschluss zusätzlich 30 Prozent für sich verlangte. Als der Mann ihn entgeistert anstarrte, befehlte sich der Regierungschef zu versichern: 30 Prozent sind für den Präsidenten.

Um die Bedrohung durch die AQAP einzuschätzen, wollte ich herausfinden, wie viele Mitglieder die Organisation im Jemen hat und wie viele von ihnen die Grenze aus Saudi-Arabien ins Land kommen. Der 75-jährige Abdul Karim al-Tayari war früher Ministerpräsident und ist heute noch ein Berater des Präsidenten. Er empfing mich in der großen Bibliothek im Erdgeschoss seines Hauses. Er erging sich zunächst in langen und interessanten Ausführungen über die Geschichte des Jemen, wobei er die Kontinuität von der vorislamischen zur islamischen Kultur betonte. Zu seinem Bedauern speise sich der Wortschatz des modernen Schrifttums vor allem aus dem Dialekt, den die Beduinen des Nejd (heute ein Teil Saudi-Arabien) sprechen. Leider hätten die Lexikonschreiber 5000 Wörter des Dialekts der Sabier (die im heutigen Jemen leben) nicht aufgenommen, obwohl dieser die eigentliche Wurzel des Arabischen sei.

▶ Fortsetzung auf Seite 12

Südafrika 2010

Kap der banger Hoffnung

von Moeletsi Mbeki und Johann Rossouw

Am 11. Juni beginnt in Johannesburg die Fußballweltmeisterschaft. Gastgeber Südafrika hat vor, sich der Welt von seiner besten Seite zu zeigen. Doch das letzte Jahr vor dem großen Ereignis ist selbst für südafrikanische Verhältnisse – ausgesprochen tumultuös verlaufen. Noch nie seit dem Ende der Apartheid-Ara 1994 hat es in den Städten so viele Proteste gegen die schlechte öffentliche Versorgung und die korrupten Lokalverwaltungen gegeben. Auch der Ton der politischen Auseinandersetzungen ist schärfer geworden.

Der brutale Mord an dem ultrarechten weißen Politiker Eugene Terre'Blanche am 3. April hat das alte Gespenst des Rassenkonflikts zu neuem Leben erweckt – und das, obwohl die Tat der beiden jungen schwarzen Landarbeiter, denen Terre'Blanche den Lohn verweigert hatte, nicht politisch motiviert war. Weiter aufgeheizt wurde die schon angespannte Atmosphäre durch Julius Malema, den 29-jährigen Chef der ANC-Jugendliga, der es mit seinen unverföhren populistischen Auftritten und den alten Kampffeldern („Bringt die Büren um, sie sind Vergewaltiger“) schaffte, zum populärsten Politiker des Landes zu werden.

Die Welt schätzte Südafrika bisher vor allem als das Land, in dem die Rassentrennung mit friedlichen Mitteln abgeschafft wurde. Für diese Politik der Aussöhnung hatte sich Nelson Mandela, Südafrikas erster schwarzer Präsident von 1994 bis 1999, stets eingesetzt. Er verkörperte geradezu das Ideal der jungen „Regenbogen-Nation“, deren gegenwärtige Lage aber nicht nur das Ausland verstört. Immer mehr Südafrikaner sind ernsthaft um die Zukunft ihres Landes besorgt. Das gilt besonders für

die ältere weiße und die neuere schwarze Mittelschicht, denn in diesen Kreisen lebt und arbeitet man heute mit einer Selbstverständlichkeit zusammen, die früher undenkbar gewesen wäre.

Fraglos befindet sich Südafrika seit nunmehr 16 Jahren in einem kritischen Zustand. Es gibt einige Anzeichen dafür, dass das Land wie etliche schwarzafrikanische Länder nach dem Ende der Kolonialherrschaft in das alte bekannte Muster aus Staatsversagen, Korruption und Armut verfallen könnte. Doch es gibt ebenso viel Anlass zur Hoffnung. Vielleicht wird Südafrika jetzt tatsächlich meistern, was im Grunde seit hundert Jahren seine große Herausforderung ist, nämlich ihren Pluralismus anzunehmen und sich von ethnischen Nationalismen zu befreien.

Südafrika ist in seiner Staatlichkeit, seiner Wirtschaft und Gesellschaftsordnung im Wesentlichen das Resultat aus europäischer Kolonisierung und verschiedenen Formen des Widerstands.

Zwei historische Schlüsseldaten sind die Jahre 1652 und 1806. Mitte des 17. Jahrhunderts landeten drei Schiffe der niederländischen Vereinigten Ostindien-Kompanie (VOC) unter dem Kommando von Jan van Riebeeck in der Tafelbucht. An diesem strategisch günstigen Ort in der Mitte der Reiseroute zwischen den Niederlanden und seinen Kolonien im Fernen Osten errichtete die VOC eine Versorgungsstation für ihre Schiffe. 1806 brachte Großbritannien die Kapkolonie, die heutigen Provinzen Northern, Western und Eastern Cape, sowie KwaZulu-Natal unter seine Kontrolle.

Diese historischen Marker prägen Südafrika bis heute. Nach wie vor erfüllt

▶ Fortsetzung auf Seite 8

Zu meiner Reise in den Jemen entschloss ich mich, nachdem Obama behauptet hatte, weite Teile des Landes seien „nicht voll unter Kontrolle der Regierung“. US-Senator Joseph Lieberman hatte sogar lauthals verkündet, wenn man im Jemen nicht rechtzeitig eingreife, werde man dort „den Krieg von morgen“ erleben, nach Irak und Afghanistan.

Das neue Interesse für den Jemen und die „Al-Qaida der arabischen Halbinsel“ (AQAP) hatte mit einem jungen Nigerianer zu tun, der am 25. Dezember 2009 mit einer Bombe in der Unterhose ein Flugzeug auf dem Weg von Amsterdam nach Detroit in die Luft sprengen wollte. Nach seiner Festnahme sagte Umar Faruk Abdulmutallab aus, er sei zwar schon in Großbritannien zum harten Islamisten geworden, aber seinen Gott sei Dank nicht sehr erfolgreichen – Crashkurs als Selbstmordattentäter habe er irgendwo im Jemen bei der AQAP durchlaufen.

Der Jemen ist ein richtiges Land – anders als die über die Arabische Halbinsel verteilten imperialen Tankstellen, wo sich die Herrschaft der Eliten in hektisch hochgezogenen von Stararchitekten entworfenen Wolkenkratzern manifestiert, wo in den Shopping Malls stüm-

Tausend Jahre alte

Hochhäuser in Sana'a

Die architektonische Substanz von Sana'a ist fantastisch, etwas Vergleichbares gibt es nirgendwo sonst auf der Welt. Die neun, zehn Stockwerke hohen Gebäude wurden im 10. Jahrhundert errichtet und 600 Jahre danach im originalen Stil restauriert. Die Mauern sind aus leicht gebrannten Ziegelsteinen, verziert mit geometrischen Gipsornamenten und symmetrischen, eingekratzten Mustern. Beim heutigen architektonischen Gesamtbild fehlen nur die hängenden Gärten, die noch im Mittelalter jedes Stockwerk zierten und die Besucher in Entzücken versetzten.

Dass der Westen jetzt Angst vor der AQAP bekommt, hat dem Jemen dieses Jahr bereits 63 Millionen Dollar an US-Finanzhilfe eingebracht, zusätzlich zu

ANZEIGE

LE MONDE *diplomatique*

Aún Creemos en los Sueños

CUADERNOS
CLACSO

libro \$ 2.500

Rebelión en
Grecia

El negocio de la
selva amazónica

Amenaza
de desastre
en la Antártica

Carlos Marx
contraataca

Superar el
resentimiento
para construir
una nueva
gobernanza

A 50 años de la revolución:

Cuba busca su camino

Ilustración: SOMMER, Hermano nocturno / Contrapunto, 2002

- El Dinero por Serge Halimi pág. 3

- Así será el año 2009 por Ignacio Ramonet pág. 3

- El olvidado lobo de Maquiavelo por Jacques Derrida pág. 36

- Artículos sobre: Timor, Sindicalistas en Chicago, el ocaso de los imperios, el Sucre contra el FMI y la memoria reprimida de Occidente.

LE MONDE.
diplomatique

MAY 2010

LE MONDE *diplomatique*

edição portuguesa

**AUSTERIDADE EUROPEIA,
PROTESTO EUROPEU**

Hermes A. Costa [p.24]

m outro
modo

■ MENSAL | N.º 47 | II SÉRIE | SETEMBRO 2010 | € 4,50 ■ DIRECTORA: SANDRA MONTEIRO

ANA MARCELLO | Alegria (2008-2009) | Fotografia de Anja Wörig Barnard

Crise: II Acto

DA LÓGICA DO CAOS ECONÓMICO ÀS DINÂMICAS NO TERRENO SOCIAL

[pp.9-13]

DOSSIÊ

Fotografias sem Luzes

Por SERGE HALIMI

N o mês passado, Bibi Aisha foi capa da revista *Times Magazine*. Mutilada, julga-se, por talibãs afgãos, já não tem orelhas nem nariz¹. No Irão, Sakineh Mohammadi-Ashtiani, já chicoteada por adultério, foi ainda condenada a uma pena de lapidação. O seu rosto, ainda intacto, tornou-se um símbolo de união contra o regime de Teerão. Estas duas imagens de mulheres fazem reflectir, mas em quê? Não na ferocidade dos islamitas afgãos: os soviéticos já a haviam conhecido numa época em que, com a bênção dos intelectuais mediatizados, os ocidentais iam armando os fundamentalistas. As fotografias também não revelam nada sobre o regime do presidente Mahmud Ahmadinejad: a natureza deste regime já tinha sido clarificada pelas fraudes eleitorais dos que o defendem e pela repressão dos que se lhe opõem, enforcamentos incluídos.

Não correrão estas imagens o risco de conter a reflexão, em vez de a suscitar, na medida em que, de forma intencional ou não, associem um símbolo irresistível (uma mutilação que gostaríamos de punir, uma execução que desejaríamos esconjurar) a um projecto estratégico perigoso (prosseguimento da guerra no Afeganistão, escalada das sanções contra o Irão)? Quanto mais o símbolo é poderoso, menos o projecto precisa de ser argumentado, pois a emoção admite o que a reflexão teria impedido. Para dar um sentido ao relato do suplicio de Bibi Aisha, a *Time Magazine* fez o seguinte título: «O que vai acontecer se abandonarmos o Afeganistão». Alguns dias antes, 77 mil documentos publicados pelo sítio WikiLeaks haviam, contudo, confirmado o fracasso moral, político e militar da guerra ocidental. Mas o choque de uma imagem exige menos tempo do que a leitura crítica de vários milhares de páginas. Uma fotografia contra as Luzes.

Durante muito tempo, os defensores da pena de morte justificaram este suplicio invocando um assassinato horrível, de preferência o de uma criança. Câmaras de vigilância, sistematização dos testes de despiagem antidroga, penas de prisão incompreensíveis, castração química dos delinquentes sexuais: muitas são as medidas atentatórias das liberdades públicas – como a de se deslocar sem ser observado ou fichado – que foram adoptadas na esteira de uma fotografia chocante, de um crime que o dispositivo em causa talvez pudesse ter evitado. Um «símbolo» pode também ser veículo de combates justos – basta pensar em Guernica ou em Abu Ghraib. Mas uma mobilização que seja impulsionada apenas por esse móbil depressa será suplantada por outras emoções contrárias, de tão inesgotável que é a reserva de vítimas disponíveis.

Vão ocorrer mutilações «se abandonarmos o Afeganistão»? Seja como for, a «nossa» presença não impediu que elas fossem praticadas... Os talibãs não deixaram de ter fotografias de civis amputados ou mortos por mísseis ocidentais. Um dia a *Time Magazine* publicará uma dessas fotografias. Será capa da revista? E qual será a legenda?

¹ Segundo um jornalista americano que conhece Bibi Aisha, terá sido o sogro dela que, para vingar a «honra», a terá desfigurado, com o posterior aval dos chefes da sua aldeia. Ver Ann Jones, «Afghan Women Have Already Been Shandoned», *The Nation*, Nova Iorque, 12 de Agosto de 2010.

OUTRAS ECONOMIAS Socialismo e democracia

Jorge Bateira [p.3]

PRECARIEDADE EM PORTUGAL Precariedade e lutas sociais

Ricardo Noronha [p.2]

POLÍTICAS DO MAR Oceano: oportunidade é conhecer

Telmo Carvalho [p.23]

ELEIÇÕES NO BRASIL Balanço social de Lula

Geisa Maria Rocha [p.8]

REPORTAGEM NO AFGANISTÃO De onde vem o dinheiro dos talibãs?

Louis Imbert [p.6]

SÉRVIA, KOSOVO Análise da diplomacia sérvia

Jean-Arnault Dérens [p.19]

LE MONDE *diplomatique*

edição portuguesa

ECONOMIA POLÍTICA DA AUSTERIDADE

JOÃO RODRIGUES

[p.24]

m outro
modo

■ MENSAL | N.º 49 | II SÉRIE | NOVEMBRO 2010 | € 4,50 ■ DIRECTORA: SANDRA MONTEIRO

GREVES • CONTESTAÇÃO SOCIAL

LISSIE

A FIRME RECUSA

DE UMA

ORDEM INSUSTENTÁVEL

• Para sair da armadilha

SLAVOJ ZIZEK

• Pressões sobre o trabalho ou vencer o desemprego

DANIÈLE LINHART, D. LANG e G. RAVEAUD

• Media e políticos, tréguas de conveniência?

PIERRE RIMBERT

• Cortes na saúde e hospitais-empresa

A. GERVAIS, A. GRIMALDI e R. LAMBERT

[p.10-15]

O despertar francês

■ Por SERGE HALIMI

Há quarenta anos que não havia em França manifestações como estas. A personalidade de Nicolas Sarkozy, a sua arrogância e vontade de esmagar o «adversário» permitiram que se unisse contra ele uma frente muito ampla. Mas a vaga e as multidões não nasceram dos caprichos de um homem. Respondem a uma injusta escolha de civilização feita, a pretexto da crise financeira, por governos europeus cujo leque partidário vai da direita descomplexada à esquerda que capitula. Em Itália, Silvio Berlusconi não faz melhor nem pior do que os socialistas Georges Papandréou, na Grécia, ou José Luis Zapatero, em Espanha. Todos eles estão a pôr em perigo os serviços públicos e o Estado social. Todos eles, para agradar às agências de notação, pretendem pôr os assalariados a pagar o que ao país custou o saque perpetrado pelos bancos. Bancos esses, aliás, que continuam a fazer, preservados de qualquer obrigação de se mostrarem «corajosos» e solidários com as gerações futuras.

Não é «a rua» que se agita, é o povo francês que volta a subir ao palco. Nenhuma legitimidade dos governantes pode ser contraposta ao seu protesto. A Assembleia Nacional foi eleita na sequência de uma campanha presidencial durante a qual Sarkozy dissimulou as suas intenções em relação a uma reforma das aposentações que foi depois apresentada como a «marca» do seu mandato de cinco anos. «O direito à reforma aos 60 anos tem de ser mantido», proclamava de quatro meses antes de ser eleito. Um ano depois, evocando o eventual adiamento deste direito, o novo presidente da República insistiu: «Não o farei (...). Não é o compromisso que assumi perante os franceses. Não tenho por isso mandato para o fazer. E, sabe, isso para mim conta». Os franceses, que já são governados por um Tratado Constitucional europeu que em referendo rejeitaram em massa, e que os deputados de direita (escurados em alguns socialistas) a seguir impuseram por via parlamentar, manifestaram-se também contra o autoritarismo desdenhoso do poder.

Os jovens compreenderam o que os espera. O capitalismo, à medida que faz com que as crises se sucedam, endurece a sua lógica. Para que ele consiga manter-se, a sociedade tem de order ainda mais avaliações permanentes, concorrência entre os assalariados, cansaço no trabalho. A última versão do Relatório Attali recomenda agora o congelamento do salário dos funcionários públicos até 2015, a transferência para os doentes de uma parte dos encargos financeiros com as doenças de longa duração (cancro, diabetes) e o aumento da taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA); tudo isto conservando, como é evidente, o «escudo fiscal». «Temos perante nós dez anos de rigor», prometeu, gulosos, o antigo conselheiro especial de François Mitterrand, que será seguramente poupado pelo rigor.

A 7 de Outubro passado, um aluno do secundário que se manifestava explicou o sentido do seu combate: «No início temos a formação: é a escola. Depois trabalhamos: é muito duro. Depois é a reforma: a recompensa. Se nos fizerem a recompensa, o que é que nos resta?... Os liberais irritam com estes jovens estranhamente preocupados com a sua reforma. Não percebem que essa angústia é uma acusação às políticas que eles põem em prática há trinta anos e que conduzem a este futuro sem esperança. As manifestações e as greves são o melhor meio para inverter esse rumo.

ANDRÉ LUIZ
Just Fight (2010)

DESAFIOS DO SINDICALISMO Sindicatos e precariedade

Hugo Dias [p.3]

LUCROS QUE MATAM Produção primeiro, segurança depois

Paulo Granjo [p.2]

PRECARIEDADE EM PORTUGAL Imigração e regulação social

Mamadou Ba [p.4]

ELEIÇÕES EUA Direitas: republicanos e Tea Party

W.B. Michaels e R. Zaretsky [p.6-7]

ALIANÇAS INSÓLITAS Parceria Índia-Israel

Isabelle Saint-Mézard [p.18-19]

LE MONDE

diplomatique

24

Den femte sesongen av tv-serien 24 starter nå på tv2. Det er en særdeles kommersiell serie, med tvilsomme moralske implikasjoner.

Se side 13

SLAVOJ ŽIŽEK

11. September – en innsidejobb?

9/11TRUTH: I USA er stadig flere amerikanere overbevist om at myndighetene skjuler sin delaktelse i katastrofen 11. September. Vitneutsagn som i flere år var hemmeligstempelt viser nå at det kan ha vært en kontrollert nedrivning som fant sted. USAs regjering hadde lenge ventet på en slik hendelse – slik det republikanske dokumentet *Rebuilding America's defenses* fra 2000 påpeker. Organisasjonen *9/11Truth* mener det er sannsynlig at USA arrangerte en slik katastrofe for å skaffe påskudd til å invadere Irak og Afghanistan, samt legge begrensninger på borgerrettighetene i USA med innføringen av The Patriot Act. Det er nå dessuten kommet fram at USAs øverste militærledelse i 1962 laget en plan for et arranger angrep på amerikanere, deriblant å skyte ned et passasjerfly, for så å legge skylden på Kuba. Så hvorfor skulle det samme være utelukket i dag? Mange mener også at pakistansk etterretning samarbeidet med CIA og Al-Qaida, fordi de overførte betydelige pengesummer til flykaprer Mohammed Atta i dagene før 11. September. De hadde til og med Bin Laden under oppsikt da han ble behandlet på et militærpsykehus i Peshawar i Pakistan i september 2001.

KIM BREDESEN

Journalist i Oslo, e-mail: k.bredesen@norka.no

For de fleste ville det være underlig om ikke et samarbeid med et passasjerfly skulle være nok til å en skykraper raste sammen. Det var derfor fi som var i tvil om hvordan de er forklart av branserammen Twillingtarnene den 11. september 2001, og hvem som var gjerningsmennene. I årene som har fulgt har inn-

berid en rekke enkeltpersoner og grupperinger, både i Nord-Amerika og Europa, begynt å beskrive hendelser som ikke stemmer med hva som skjedde i den offisielle historien. Et eksempel er tilskuere som hørte og så noe de mente var eksplosjoner rundt Twillingtarnene før de ble truffet av flyene. Politikeren mente det så ut som «planlagt implosjon».¹ Brannmannen

En viktig årsak til denne

Et annet, kontroversielt vitneutsagn kom fra rengjøringsassistenten William Rodriguez, som jobbet i Nordtårnet den 11. september. I et intervju med New York Magazine² hevdet han at han først hørte en stor eksplosjon da han befant seg i kjelleren i skykraperen og var vitne til at det dukket opp rammer med skinnet brønt av armene fra heissjakten. Etter eksplosjonen i kjelleren hørte han en ny overflod. Det var et siste lørende persont som ble reddet ut av brannmannen ved World Trade Center. Han ble regnet som en helt og fikk besøke Det hvite hus og preside George Bush. Senere, da han forsøkte å videreformidle historien om eksplosjonen i kjelleren, ble han avvist av amerikanske myndigheter. Nå har han anlagt en sak mot de samme myndighetene under RICO-statuettene, en lovgiving som egentlig er beregnet for å tiltale mafiamfamilier.

FORUTEN VITNEUTSAGN som beskriver en kontrollert nedrivning av Twillingtarnene med eksplosiver, mener kritikerne av Bush-administrasjonen at det finnes flere onstendigheter rundt 11. September som gir rimelig grunn til mistanke om at den offisielle historien ikke er korrekt. Et faktum er at ingen av de fire kaprede flyene ble skjødet av jagerfly. At dette ikke skjedde, kombinert med at mesteparten av luftstyrken var opptatt med militærøvelser, har fått grunnan for mistanken om at det ble gitt ordre om et sådant dønn av det amerikanske luftforvaret, slik at terrorangrepene på disse måten kunne foregå uhindret.³ En annen mistenkkelig onstendighet er at WTC 7, også kjent som bygning 7, som var en 47-etasjes skykraper raste sammen uten å ha blitt truffet av noe fly. Dermed er bygningene som stod ved siden av fremdeles intakte.

Når det gjelder forklarin-

g, 11. september mener enkelte at det bevis på samarbeid mellom NSA lattet på samtaler sommeren 2001, i samarbeid med full overvåking av kom Mohammed Atta og Khalid Shaikh Mohammed. I en av samtakene hadde Atta angivelig gått Mohammed grovt lys for angrepene, og NSA burde derfor vært informert i forkant.⁴ I forhold til etterforskning som kunne ledet til pågripelse av flykaprerne hevder FBI-agent Colleen Rowley at FBI's ledelse med hensikt forhindret hennes etterforskning av Zacarias Moussawi – da han befant seg på en flyskole i Minneapolis. Dette gjorde de til tross for at de hadde mottatt advarsler fra fransk etterretning. Hvis FBI hadde tillatt etterforskningen mener Rowley at de kunne avslørt planene til både Moussawi og flere andre kapre som befant seg på flyskoler.⁵ At pakistansk etterretning (ISI) overførte betydelige pengesummer til Mohammed Atta i dagene før 11. september mener enkelte at det bevis på samarbeid mellom

fortsetter side 4-5

San Shann

En *El Comercio* (página 13)

Pavlini, un refractario ejemplar

En *El Comercio* (página 16)

LE MONDE

diplomatique edición española

4 de mayo de 2013

Publicación semanal. Año 10. Número 418

12 €

El debate en España sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011. El debate sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011.

El debate sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011.

El debate sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011.

El debate sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011.

El debate sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011.

¿Qué España?

IGNACIO RAMONET

I. RAMONET

¿Por qué este debate es tan importante para la unidad de España? ¿El Partido Popular es la única opción viable para la unidad? ¿El movimiento independentista es una amenaza para la unidad? ¿El movimiento independentista es una amenaza para la unidad?

El debate sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011.

El debate sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011.

El debate sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011.

El debate sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011.

El debate sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011.

El debate sobre el futuro de Cataluña ha adquirido un nivel de intensidad y profundidad sin precedentes. Desde la independencia, el pueblo catalán, en su mayoría, se ha sentido discriminado. El movimiento independentista ha ganado terreno, especialmente tras la victoria de la izquierda en las elecciones autonómicas de 2011.

SUMARIO

CONTENIDOS

NOTAS DE LA REDACCIÓN

La independencia de las Islas Baleares plantea un desafío del mismo tipo que el de Cataluña. ¿Debe ser una opción viable? ¿El movimiento independentista es una amenaza para la unidad? ¿El movimiento independentista es una amenaza para la unidad?

ARTÍCULO DE FONDO

Las consecuencias de la independencia de Cataluña para la unidad de España son incógnitas. ¿El movimiento independentista es una amenaza para la unidad? ¿El movimiento independentista es una amenaza para la unidad?

Temas de debate

Alternativas latinoamericanas

El movimiento de la izquierda latinoamericana ha ganado terreno en los últimos años. ¿El movimiento independentista es una amenaza para la unidad? ¿El movimiento independentista es una amenaza para la unidad?

El movimiento de la izquierda latinoamericana ha ganado terreno en los últimos años. ¿El movimiento independentista es una amenaza para la unidad? ¿El movimiento independentista es una amenaza para la unidad?

■ ■ ■ Durante os protestos contra a OMC, há dez anos, Indymedia transformava a autopublicação em causa política

Seattle: uma década de ativismo 2.0

Outro mundo possível

FILIPPE SERRANO

Existiu uma época - sem YouTube, Flickr, Wikipédia, blogs ou qualquer ferramenta de autopublicação - em que colocar seu relato na internet era muito mais um ato de protesto do que qualquer outra coisa. Uma época em que se buscava uma nova forma de comunicação, mais livre de intermediários.

Toda a ideia de jornalismo cidadão, que inspirou o desenvolvimento de plataformas de publicação na web, tomou forma há 10 anos, em 30 de novembro de 1999, durante os protestos em Seattle contra a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC - ou WTO, na sigla em inglês), que daria início à rodada do milênio, para negociar maior abertura do comércio mundial.

Ao menos 40 mil pessoas, entre elas ativistas, membros de ONGs, sindicalistas, ambientalistas e anarquistas, reunidos sob uma organização descentralizada chamada de Direct Action Network (DAN), tomaram as ruas do centro de Seattle e furaram o bloqueio em torno do local onde a reunião acontecia. A manifestação ficou conhecida como N80 ou a Batalha de Seattle.

Foi lá, durante os protestos, que os participantes começaram a usar as tecnologias para mostrar o que estava acontecendo nas manifestações - não só para se organizar, mas para integrar com ativistas de todo o mundo que não estavam lá. Eles usavam uma improvisada rede de comunicação, com celulares, rádios, notebooks e modems conectados à web, para publicar imagens e relatos sobre os protestos.

Seattle foi a primeira grande explosão do protesto por uma justiça global. E juntou muitas pessoas de diversos movimentos, com diferentes ideologias que era necessário mudar no mundo", diz Margaret Levi, professora do departamento de ciência política da Universidade de Washington e responsável por um projeto de resgate a história dos protestos em Seattle.

Entre os envolvidos, surgiu o coletivo Indymedia, um grupo de ativistas que se reuniu para fazer uma cobertura jornalística alternativa dos protestos em Seattle. No Brasil é conhecido

como Centro de Mídia Independente (CMI).

Para cobrir os protestos de junho de 1999, durante o encontro do G8, em Colônia, na Alemanha, o embrião do Indymedia usou uma ferramenta de publicação, um tipo de blog coletivo, criado alguns meses antes por um grupo da Austrália.

Desenvolvido para ser um mecanismo que desse voz a cada manifestante presente nos protestos, o site permitia já naquela época uma cobertura em tempo real da manifestação em Seattle, em texto, áudio e vídeos. Cinco documentários ainda foram produzidos pelo Centro de Mídia Independente de Seattle.

"As pessoas tiravam fotos, colocavam depoimentos, publicavam sua opinião sobre que estava sendo discutido, no caso, na rodada do milênio da OMC", diz Pablo Ortellado, um dos fundadores do CMI no Brasil, criado quatro meses depois de Seattle. "Muitos grupos dos EUA se interessaram pela ferramenta do Indymedia. Mas, como era aberta, ela era muito mais usada

Pioneiro: "Do ponto de vista da web 2.0, Indymedia tinha um projeto radical"

pelos manifestantes individuais do que por revistas e veículos alternativos", continua.

O site do Indymedia teve mais de 1 milhão de acessos durante o lançamento, no N80, o que sobrecarregou os servidores. "Foi aí que incorporamos a autopublicação como essência do site. Do ponto de vista da web 2.0, era um projeto totalmente radical. Se você quer ver, os blogs foram continuando disso. Não é a toa que o YouTube, o Twitter, o Craigslist saíram de desenvolvedores que fizeram parte do Indymedia. O Twitter foi criado para ser usado em manifestações", diz Ortellado.

Hoje o YouTube faz campanhas por vídeos que defendam a liberdade de expressão no mundo todo; o Twitter serve como troca de informações durante os protestos no Irã; blogueiros palestinos relatam abusos, entre outros exemplos que têm ocorrido nos últimos anos.

Há muitas críticas à incorporação das ideias do Indymedia por sites comerciais, principalmente quanto à privacidade dos usuários, às limitações in-

NO ALTO - Manifestantes penduraram bandeiras em um guindaste para protestar contra reunião da OMC

ENTREVISTA

Silvio Miel: professor de midiativismo da PUC-SP

A Batalha de Seattle ainda não terminou

Para o professor Silvio Miel, do departamento de jornalismo da PUC-SP, os protestos de Seattle foram essenciais para criar um novo papel da internet. Mas, em entrevista ao Link pelo telefone, critica a incorporação do modelo.

O que Seattle marcou para o ativismo pela internet?

Se o Zapatismo foi a primeira insurreição contra a ordem mundial dos anos 1990, a Batalha de Seattle, em 1999, foi a primeira insurreição contra o monopólio midiático. Foi a primeira vez que se organizou

um coletivo para cobrir o evento, descarregando as fotografias e os textos dos protestos diretamente na internet. Não foi apenas uma experiência política, foi uma das primeiras experiências mundiais desse tipo de uso da tecnologia. Foi o início de uma rede de Seattle. Foi um ponto de mutação.

O jornalismo colaborativo ou cidadão nasceu aí?

Como poucas vezes tivemos na história, os jovens de Seattle, que estavam na tecnologia, tiveram um

papel importante para rapidamente colocar o conteúdo na internet. Nasceu um conceito do imediato, de eliminar intermediários. Era preciso facilitar o acesso das pessoas às informações. Agora, houve uma adaptação a esse modelo. Entramos num capitalismo informal em que nos tornamos consumidores-produtores e alimentamos uma rede gigantesca. Devemos olhar as redes sociais com mais cuidado. É preciso resgatar a ideia de construir e articular redes que possam de fato mobilizar as pessoas. ■ F.A.

NA REDE

SITE: INDYMEDIA

DETALHES | Site principal do movimento Indymedia, que começou a atuar em novembro de 1999, em Seattle, como uma plataforma de publicação de textos, imagens e vídeos para cada um dos manifestantes. Atualmente tem membros em mais de 150 países.

SITE: GLOBAL VOICES

DETALHES | A ONG Global Voices é um dos projetos que têm influência do espírito de Seattle. Reúne uma rede de mais de 200 blogueiros de todo o mundo que relatam suas histórias no site e traduzem o conteúdo de outros membros.

postas e à necessidade de gerar lucro e publicidade.

De qualquer maneira, a partir do Indymedia e de Seattle, surgiram muitos outros projetos que procuram dar voz na internet a grupos de pessoas que antes não tinham como expressar suas opiniões ou relatar o que vivem e vivem em suas comunidades.

"A tecnologia foi importante para planejar os processos e para trocar informações depois dos protestos. Muito mudou nestes 10 anos. Ainda vejo muitas demonstrações políticas, mas elas são feitas de outra forma. Vamos olhar os grupos menores, mais comprometidos, não só se mobilizando em protestos, mas realmente trabalhando para mudar o mundo", diz a professora Margaret Levi. ■

Navegar Impreciso

Pedro Doria*

O mentor secreto de todos no Vale do Silício

Se há um livro de autoajuda empresarial que precisa ser escrito urgentemente é o do coach Campbell. Precisa - mas não será. Sem Bill Campbell, o Google não existiria, talvez nem a Apple. O Vale do Silício seria completamente diferente. Ainda assim, o velho treinador de futebol americano não quer. Não gosta de aparecer.

Pelo menos um livro, então, conta um quê de sua história. É *Googled*, de Ken Auletta, repórter da revista *The New Yorker*, recém-lançado. Nos EUA, Campbell não é personagem principal - tal papel cabe aos dois fundadores da empresa - mas ele aparece em incontáveis páginas.

Todos o conhecem na pequena Palo Alto, cidade fincada no meio do Vale. Ele está toda sexta-feira à noite no Old Pro Sports Bar, um dos melhores chopos da cidade. Bar de americanos: telas de plasma estão em todas as paredes,

sintonizadas nos canais esportivos. Servem burgers e pizza. O bar pertence ao coach. Já no sábado de manhã, Campbell gosta de passear pelas ruas mais arborizadas da cidade, principalmente a Bryant. Fica a umas quadras do bar. Em geral, sua companhia é Steve Jobs, pai do Mac, do iPod.

Em seu livro, Auletta conta como Campbell salvou o Google. Os dois jovens fundadores, Larry Page e Sergey Brin, não queriam contratar um executivo com experiência para comandar a companhia. Na virada do século, o Google já era o melhor site de buscas mas não fazia qualquer dinheiro e não parecia ainda esta entidade que se confunde com a própria Internet. Ai, os investidores da empresa chamaram Campbell. O coach se recusou a ganhar um tostão pelo serviço. Ainda assim, gastou horas, dias, semanas, conversando com os rapazes. No fim, veio Eric Schmidt. A relação entre CEO e fundadores

demorou muito para azelizar. Se deu liga, novamente foi mérito de Campbell.

Coach não é seu apelido à toa. Quer dizer treinador. Mas, na cultura americana, o coach é mais do que isso. No colégio e na faculdade, além de treinar o time, ele faz o papel de uma figura paterna, o adulto responsável com quem a garotada se sente à vontade para conversar. Campbell foi realmente treinador de futebol americano na Universidade de Columbia, em Nova York. Mas seu trabalho mais valioso é o que desenvolve há 20 anos no Vale.

É perfeitamente compreensível. O Vale, ora, é conhecido como a terra dos cupês. Portadores da Síndrome de Asperger. Há quem a descreva como uma forma leve de autismo. Na prática, quem tem a síndrome é muito inteligente, muito lógico, não raro talentoso em matemática ou música e totalmente incapaz nas relações humanas.

CARLHANS MÜLLER/VE

Junte a tendência à inadequação pessoal dos engenheiros com sua juventude. Tem ideias brilhantes, nenhuma experiência, o recebem dos investidores vários milhões para produzir bilhões. Erguer uma empresa só com engenheiros não é fácil e a tal boa ideia, mais fundos no banco para executá-la, não basta para garantir o sucesso. É preciso um mentor.

Campbell não sabe nenhuma matemática, não programa e seu sonho de infância era comandar um time vencedor nos gramados. Mas sabe fazer bem algo que nas ruas bucólicas de Palo Alto e arredores é matéria rara: faz as pessoas se ouvirem e navega por descentralizados. Em terra de cego, pois é.

Autoajuda na prática. Hoje milhões não podiam ter mais. Não quer. Lá, todos sabem o quanto ele vale. ■

link
ped@doria@guestbook.com.br

Sylvie Kauffmann, nova diretora de Redação do "Le Monde", principal diário da França

femme fatale

LENIN DE DUARTE PION
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA DE SÃO PAULO

Ela é a primeira mulher a dirigir a Redação do jornal "Le Monde", o mais respeitado da França, conhecido como "le quotidien de référence" (o diário de referência) e leitura obrigatória de intelectuais e políticos.

"O diário de referência é um jornal que se torna uma autoridade — ao qual se dá crédito e do qual não se contesta, a priori, as informações que veicula", explica Sylvie Kauffmann, 55, que assumiu a direção do jornal em janeiro.

Antes, havia sido correspondente da agência France Presse em Moscou no fim da década de 1980. Já no "Le Monde", Kauffmann foi correspondente em Washington, entre 1993 e 2001, e, nos últimos três anos, no Sudeste Asiático.

Formada em direito e em ciências políticas, ela dirige uma Redação de 115 jornalistas, que compõem a "Société des Bédacteurs du Monde". A SRM tem direito de veto sobre a nomeação do presidente do diretório que comanda o rico grupo que edita o jornal, uma revista semanal ("Le Monde Magazine") e, a partir de fevereiro, uma revista mensal ("Le Mensuel"), com uma seleção de artigos, perfis e entrevistas.

Kauffmann, que diariamente chega à Redação do vespertino às 6h30 da manhã para comandar o fechamento, fala também, na entrevista abaixo, sobre a relação entre mídia escrita e internet.

★

FOLHA. A srta. é a primeira mulher a dirigir o "Le Monde". O que isso representa para a sociedade francesa, onde as mulheres tiveram o direito de votar apenas depois da Segunda Guerra (1939-45) e, até os anos 60, não podiam assinar um cheque sem a autorização do marido?

SYLVIE KAUFFMANN. Não é uma revolução, mas apenas a continuação de uma evolução — um pouco lenta, no meu ponto de vista. O jornalismo se feminizou nos últimos 20 anos: por exemplo, 40% da Redação do "Le Monde" é composta por mulheres, e também há mulheres como chefes de editoria.

Sinto-me orgulhosa pelo modo como a chegada das mulheres à profissão fez o jornalismo evoluir e espero poder continuar a enriquecer nosso jornal com a nossa sensibilidade um pouco diferente.

Mas, fundamentalmente, tenho os mesmos valores jornalísticos que meu predecessor (Alain Frachon), que é um homem. Por outro lado, não acho

Primeira mulher a dirigir o "Le Monde", Sylvie Kauffmann diz que a internet é uma oportunidade, e não uma catástrofe, para a imprensa escrita

que a sociedade francesa seja mais machista do que outras sociedades europeias.

FOLHA. No dia em que o jornal anunciava aos leitores a sua nomeação como diretora da Redação, ele registrou uma tiragem de 381.954 exemplares — número que se aproxima dos 407 mil exemplares que vinha em 2002. Este diário começa a sair da crise por que vem passando a imprensa?

KAUFFMANN. O "Le Monde" briga com toda sua energia para se transformar e continuar a ser um jornal indispensável num ambiente midiático que mudou muito desde 2002.

Assim, comparar as tiragens de 2002 e 2010 não faz muito sentido. Em 2002, havia menos sites e menos jornais gratuitos; a concorrência era outra.

FOLHA. Os jornais gratuitos e a internet são os maiores responsáveis pela perda de receitas publicitárias e das vendas da mídia impressa?

KAUFFMANN. Não são os únicos. A situação econômica também contribuiu, se condições de distribuição da imprensa na França... Há vários fatores. Pode-se considerar também que não sabemos seguir bem de perto a evolução das expectativas dos leitores. Pessoalmente, vejo a internet como uma oportunidade para a imprensa escrita, e não como uma catástrofe. Ambas são bastante complementares e podem funcionar em relação recíproca.

FOLHA. A srta. foi correspondente em Moscou durante o período da "glasnost", antes do fim da União Soviética. Tive a impressão de viver um momento decisivo da história?

KAUFFMANN. Sim, e talvez mais ainda quando cobri, para o "Le Monde", o Leste Europeu e a Rússia, de 1988 a 1993. Acompanhei o fim do comunismo e a transição para a democracia e a economia de mercado de países que se tornaram membros da União Europeia.

Encontrei por lá personagens corajosos e visionários. Foi um período que me marcou muito intelectualmente, mas também do ponto de vista humano e jornalístico.

FOLHA. A revista mensal recém-lançada é uma nova fórmula para enfrentar a crise da imprensa?

KAUFFMANN. A revista é um dos produtos que propomos para diversificar a oferta do jornal. Muitas pessoas se interessam pelo conteúdo do "Le Monde" e pela expertise dos nossos jornalistas, mas não têm tempo ou possibilidade de comprá-lo todos os dias.

Então propomos essa seleção mensal de nossos melhores artigos. Além do mais, é um belo objeto, parece um livro, com belas fotos, uma nova forma de leitura diferente do cotidiano, da internet ou de um semanário. Nunca se deve parar de inventar e inovar.

FOLHA. Em que consiste um "diário de referência"?

KAUFFMANN. É o diário indispensável, que deve ser lido e que se torna referência pela independência de seu julgamento e pelo amplo espectro de sua cobertura, principalmente a internacional e a política.

FOLHA. O "Le Monde" pertence a um grupo de imprensa independente no qual os jornalistas têm uma grande liberdade. Em que ele é diferente de um jornal de esquerda, como o "Libération", ou um de direita, como "Le Figaro"?

KAUFFMANN. Em 20 anos de carreira no jornal, jamais sofri pressão sobre qualquer assunto que escrevi. Nossos acionistas não nos impõem uma prioridade ou outra. Isso é extremamente precioso.

Para nosso jornal, esse valor é fundamental, mesmo se nossa situação financeira é, por consequência, mais precária que a de outros jornais.

FOLHA. O livro "La Face Cachée du Monde" (A Face Oculta do "Monde", de Pierre Péan e Philippe Cohen, ed. Mille et Une Nuits, 640 págs., € 24, R\$ 40) foi visto pelo jornal "como uma campanha para lançar desconfiança sobre ele e impedir que construa seu projeto de grande grupo de imprensa independente". O livro arranhou sua reputação?

KAUFFMANN. Não sei qual era o objetivo preciso do livro além de lançar o descrédito sobre o jornal. Ele fez estragos, claro. Algumas críticas poderiam ter sido construtivas porque o "diário de referência" pode ser criticado, evidentemente. Tudo pode ser criticado, por que estaríamos ao abrigo da crítica?

Infelizmente, as críticas legítimas se misturaram muitos ataques pessoais de baixo nível e erros factuais, e isso tudo foi muito negativo. Mas acho que depois disso restabelecemos solidamente nossa reputação [leia texto ao lado].

FOLHA. Em 1981, o jornal apoiou, em editoriais assinados, a candidatura de François Mitterrand à Presidência e, em 2007, a de Ségolène Royal, ambos socialistas. Ele perma-

nec um jornal de esquerda?

KAUFFMANN. Não, ele é um jornal independente. Nosso leitorado se situa em ambos os espectros políticos.

FOLHA. O que mudou na empresa com as saídas de Jean-Marie Colombani e Sylvie Pénel (ex-diretores do jornal)?

KAUFFMANN. Passamos a privilegiar nossa credibilidade em vez de tentar grandes "turnes" jornalísticos.

FOLHA. A srta. pode resumir seu dia de trabalho?

KAUFFMANN. Somos um jornal vespertino que fecha pela manhã para ser vendido em Paris na hora do almoço. Acordo às 6h30. A primeira reunião de redatores e jornalistas é às 7h30.

De manhã, o ritmo é muito intenso até às 10h30, hora do fechamento. Meio-dia, nova reunião da Redação, mais longa, para iniciar o jornal que sairá no dia seguinte e determinar o conteúdo dele.

Metade das páginas do dia seguinte, as que dependem menos da atualidade (investigação, perfil, cultura, debates, modo de vida) são realizadas à tarde e à noite. Temos uma nova reunião às 17h para ver o que será preciso mudar nos nossos planos em razão dos acontecimentos do dia. Saio do jornal entre 19h e 20h.

"Le Monde" tenta renascer após ataques

DARIEDAÇÃO

Em 2003, o mais respeitado jornal francês foi acusado, no livro "A Face Oculta do 'Monde'" (dos jornalistas Pierre Péan e Philippe Cohen), de cinismo, abuso de poder e francófilia. Foi ainda descrito como "um pesado orquestrador em cuja Redação reina um clima de medo".

O periódico defendeu-se afirmando que o livro "acumulava erros, mentiras, difamações e calúnias". Fundado em dezembro de 1944, o "Le Monde" tem uma tiragem de cerca de 380 mil exemplares e vende 40 mil cópias no exterior. Pertence ao grupo La Vie-Le Monde, também proprietário da prestigiosa revista mensal "Cahiers du Cinéma".

+ lançamentos

O Livros dos Números

272 págs., R\$ 49
de Peter Bentley. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Editora Zahar (tel. 011/3321-2008-0838).

Professor no departamento de ciência da computação do University College, em Londres, Bentley traça uma história da matemática desde a Antiguidade — quando o grego Euclides estabeleceu, ao escrever "Os Elementos", os fundamentos da geometria — até os tempos modernos, como o desenvolvimento da física.

Música e Mediação Tecnológica

272 págs., R\$ 49
de Fernando Iazzetta. Ed. Perspectiva (tel. 011/3885-8388).

O professor de música na USP investiga as transformações na produção e na fruição musical desde a invenção do fonógrafo, em 1877, pelo norte-americano Thomas Edison, passando pela criação acústica mediada por tecnologias eletrônicas no século 20. A edição inclui CD.

Tempo Social

328 págs., R\$ 38
Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (tel. 011/3091-3560).

O volume 21 (número 2) da revista traz dossiê sobre a Argentina, com estudos sobre aspectos culturais e políticos do país vizinho entre 1870 e 1980. Inclui também entrevista com a socióloga argentina Beatriz Sarlo.

Memória e Cínzas

248 págs., R\$ 40
Edição Schwedisch (org.). Ed. Perspectiva.

Reúne ensaios de intelectuais como Sérgio Paulo Rouanet, Renato Lessa e Jacó Cuituberto, entre outros, sobre os marcos e lembranças do Holocausto — massacre de judeus e outras minorias pelos nazistas, durante a Segunda Guerra.

Jogos de Comunicação

216 págs., R\$ 49,90
de Eduardo Neves. Trad. Juliana Marcanthonio. Ed. Ática (tel. 011/3390-1776).

Com base na teoria da evolução, na teoria dos jogos e na semiótica, o professor titular no departamento de estudos da comunicação na Universidade do Alabama (Birmingham, EUA) investiga a formação da ideia de cultura.

Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo

664 págs., R\$ 59
de Gilles Deleuze. Tradução de Natalina Menezes. Discurso Editorial/Ed. Barcarolla (tel. 011/3313-4600).

O autor francês (1905-92) analisa, neste livro originalmente publicado em 1950, o pensamento político que o filósofo Rousseau (1712-78) formula em sua obra capital, "Do Contrato Social", examinando os antecedentes que o inspiraram e a originalidade das suas ideias.

As Desventuras da Grapa

314 págs., R\$ 49,90
de Geraldo Holanda Cavalcanti. Ed. Record (tel. 011/3355-3000).

Neste livro de memória, o diplomata, tradutor e escritor nascido em Pernambuco em 1919, relembra os anos da infância e da juventude e a sua formação intelectual e religiosa.

Chão de Terra

192 págs., R\$ 28
de Rosika Darcy de Oliveira. Ed. Rocco (tel. 011/3355-3000).

Coleção de crônicas em que a escritora carioca aborda temas como amor, amizade, ciúme, arte, viagens, corpo, trabalho e tempo, entre outros.

Dialética das Consciências

432 págs., R\$ 77
de Vicente Ferreira da Silva. Organização de Rodrigo Caramelo. Ed. E. Reizakides (tel. 011/3355-3560).

Este volume das obras completas do filósofo paulistano (1916-63) traz textos influenciados pela fenomenologia. Pela mesma editora sai "Lógica Simbólica", que reúne trabalhos derivados de seus estudos sobre lógica matemática.